



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1517

Terça-feira - 01 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Anchieta .....	2	Ipumirim .....	138	Santa Terezinha do Progresso .....	350
Antônio Carlos .....	5	Irineópolis .....	139	São Bento do Sul .....	351
Atalanta .....	6	Itá .....	140	São Domingos .....	369
Balneário Rincão .....	8	Itaiópolis .....	141	São José .....	370
Biguaçu .....	12	Itapiranga .....	141	São José do Cedro .....	402
Bom Jesus do Oeste .....	15	Itapoá .....	143	São Lourenço do Oeste .....	403
Bom Retiro .....	16	Ituporanga .....	145	Schroeder .....	405
Braço do Trombudo .....	17	Jacinto Machado .....	146	Serra Alta .....	425
Brunópolis .....	23	Joaçaba .....	147	Siderópolis .....	430
Brusque .....	23	Lages .....	169	Sombrio .....	439
Caçador .....	34	Lauro Muller .....	171	Timbé do Sul .....	439
Camboriú .....	38	Lebon Regis .....	176	Timbó .....	440
Campo Alegre .....	44	Leoberto Leal .....	176	Treze Tílias .....	442
Campos Novos .....	53	Luzerna .....	179	Vargeão .....	444
Canoinhas .....	54	Macieira .....	182	Videira .....	445
Capinzal .....	56	Mafra .....	193	Vitor Meireles .....	459
Caxambu do Sul .....	60	Massaranduba .....	194	Xavantina .....	461
Chapadão do Lageado .....	62	Meleiro .....	194	Xaxim .....	461
Cocal do Sul .....	64	Modelo .....	199		
Concórdia .....	65	Monte Carlo .....	206	<b>Consórcios</b>	
Cordilheira Alta .....	71	Morro da Fumaça .....	255	AGIR .....	463
Coronel Freitas .....	74	Navegantes .....	255	CIGA .....	463
Correia Pinto .....	78	Nova Trento .....	257	CIMCATARINA .....	466
Corupá .....	86	Novo Horizonte .....	257	CIS Nordeste .....	466
Curitibanos .....	88	Orleans .....	268	CIS/AMURES .....	468
Ermo .....	89	Ouro Verde .....	279	CISAM .....	468
Forquilha .....	90	Paial .....	279		
Fraiburgo .....	93	Palhoça .....	308		
Garopaba .....	100	Palmitos .....	314		
Gaspar .....	101	Papanduva .....	314		
Governador Celso Ramos .....	106	Passo de Torres .....	315		
Grão Pará .....	107	Passos Maia .....	315		
Guaramirim .....	110	Penha .....	317		
Guarujá do Sul .....	112	Pinheiro Preto .....	318		
Herval d'Oeste .....	112	Pomerode .....	323		
Ibiam .....	129	Porto Belo .....	325		
Ilhota .....	131	Porto União .....	326		
Imbituba .....	132	Rio do Sul .....	344		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Anchieta

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 084 /2014, de 25 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 084 /2014, de 25 de junho de 2014  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 470.000,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.094, de 25 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), objetivando a onerar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com Transporte Escolar, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura, Cultura, Esporte e Lazer e Hospital Municipal deste Ente Federado.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), com o objetivo de onerar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2014 Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(38) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

12.361.0239.2.015 Adm. Geral Bens e Serv. Transporte Escolar - Ensino Fundamental.

(44) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 Administração Geral Bens e Serv. Transporte Escolar - Ensino Infantil.

(66) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

04 - CULTURA, ESPORTES E LAZER

27.812.0021.2.030 - Administração Geral Bens e Serv. do Desporto Amador.

(78) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura

(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 Administração Geral Bens e Serv. do Rodoviário Municipal.

(103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidad. Assist. Medico Sanitária

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00  
Total ..... R\$ 470.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
04 - CULTURA, ESPORTES E LAZER

13.391.0246.2.028 - Manut. Coord. e Desenvolv. Ativid. Do Museu Municipal.

(73) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 13.000,00

(74) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

04.122.0021.1.017 - Aquisição de Veículo para Secretaria de Infraestrutura

(88) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.000,00

15.451.0043.1.018 Construção de Edificação da Garagem Municipal

(90) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 44.000,00

15.452.0325.1.020 Obras Instalações e Aquis. Equipos e Mat. Perman. p/ Serv. de Limpeza Publica.

(94) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.200,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.1.029 Aquis. Equipto e Mat. Permant. p/ Serv. Secr. Desenvolv. Local

(123) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA  
01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
28.846.0045.3.004 - Pagamentos de Sentenças Judiciais via Precatórios em Reg. Espec. E. C. 62/2009  
(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ...R\$ 261.800,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
01 - ADM. GERAL DO HOSPITAL

28.846.0045.3.003 - Resgatar Precatórios em Regime Especial E.C. 62/2009.(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
Total ..... R\$ 470.000,00

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 25 de junho de 2014.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 25 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

**Decreto Nº. 085 /2014, de 25 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 085 /2014, de 25 de junho de 2014  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.095, de 25 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:  
TÍTULO I

CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, na Secretaria de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em conformidade com os prescritos neste Decreto, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 10.01.08.244.0485.1.036 - Aquisição Equipamentos e Material Permanente - IGD / PBF Serviços do Programa Bolsa Família- IGD / PBF, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, no valor de até 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para aquisição de 55 cadeiras empilháveis e 03 mesas em MDF, para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

08.244.0485.1.038 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

P/ Serviços do Programa Bolsa Família - IGD / PBF

( ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2232 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total ..... R\$ 5.000,00

. Paragrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 2232 (00.03.0232), Transferência de Recursos do FNAS-Piso Básico Variável - Superávit Financeiro.

Art. 3º. Para a cobertura do Crédito de que trata o presente ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº. 12.245-9 - Rubrica nº. 4.17.21.34.06 - Transferência de Recursos do FNAS - IGD / PBF, Recurso sob nº. 2232 (00.03.0232), em conformidade com o disposto no art. 4, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução e utilização do superavit introduzidos neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para aquisição de mobiliário para os serviços do Programa Bolsa Família de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes

Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 25 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 25 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

### **Decreto Nº. 086 /2014, de 25 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 086 /2014, de 25 de junho de 2014

AUTORIZA A INCLUSÃO NA LDO E LOA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS A ADORA - ASSOCIAÇÃO DOS ORQUIDÁRIOS ANCHIETENSES E CONTEM OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.096, de 25 de junho de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TITULO I

CAPITULO I

DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a proceder à transferência de recursos financeiros a ADORA - Associação dos Orquidófilos Anchietaenses, declarada de utilidade pública, conforme Lei nº. 1.971, de 13 de junho de 2013, Inscrita no CNPJ sob o nº. 16.613.212/0001-84, com sede neste Município, a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para desenvolver as atividades na organização da 2ª. Exposição de Orquídeas de Anchieta, que se realizará nos dias 05 à 07 de setembro de 2014.

CAPITULO II

DOS TRAMITES LEGAIS

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada em nome da Conveniente, vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas que por ventura serão impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art.5º Os saldos remanescentes não aplicados no prazo previsto neste Decreto, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, como Ordenador Primário - Presidente e como Ordenador Secundário - Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos neste Decreto, instruída com os documentos discriminados na Instrução Normativa nº TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Capítulo IV e Anexo VII.

§ 1º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 2º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 8º. Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

CAPITULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA

Art. 9º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao cumprimento do objeto deste ato.

CAPITULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

Art. 10º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando incluir a dotação orçamentária para repasse de recursos Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos (3.3.50.00.00.00.00.0131).

CAPÍTULO V

DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

Art. 11. Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04 - CULTURA, ESPORTES E LAZER

13.392.0247.2.066 - Contribuição Financeira a Entidade - ADORA - Assoc. Orquidófilos Anchietaenses

( ) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 5.000,00

Total ..... R\$ 5.000,00

Art. 12. Para o atendimento do Crédito permitido no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução da dotação orçamentária conforme descrito a saber:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 - Adm. Geral Bens e Serv. Unidade. Finanças,

Tribut. E Fiscaliz.

(19) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 5.000,00

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em, 25 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 25 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze  
Secretário de Administração e Gestão

### **Extrato Aviso Pregão FMAS N. 009\_2014 - Republicação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 009/2014 - REPUBLICAÇÃO

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Gênero Alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção das atividades Socioeducativas de grupos desenvolvidas pelo CRAS e do espaço físico do CRAS, pago com recursos do CRAS. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 11/07/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 30 junho de 2014.  
Ivone Recalcati  
Gestora FMAS

### **Extrato Aviso Pregão FMS N. 021-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 021/2014

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de materiais gráficos para uso nas atividades diárias das equipes de ESF da Unidade Básica de Saúde, pago com recursos do PAB Superávit. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 14/07/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 30 de junho de 2014.  
ROSELI CANCI SAGAZ  
Gestora FMS

## **Antônio Carlos**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria N 306/2014**

PORTARIA Nº 306/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, LUIZ HENRIQUE DE MORAIS, do cargo temporario de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

#### **Portaria N 307/2014**

PORTARIA Nº 307/2014.  
Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 60 dias a LUCIANO RICHARTZ, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 02 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de julho/2009 a julho/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.



# Atalanta

## PREFEITURA

### Lei N.º 1382/2014

LEI N.º 1382/2014

"Autoriza Pagamento de Multas de Trânsito Aplicadas em Veículos de Propriedade do Município de Atalanta e dá Outras Providências"

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Atalanta autorizada a efetuar à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, ou a outro órgão competente do Estado pagamento de multas e seus acréscimos legais, por infração ao Código de Trânsito Brasileiro, aplicadas eventualmente, em veículos de propriedade do Município.

Art. 2º - O disposto nesta Lei não desobriga o servidor, responsável pela multa, de ressarcir/indenizar aos cofres municipais no valor a ela correspondente, cujo ressarcimento se fará na forma prevista nos artigos subsequentes da presente Lei.

#### I - DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 3º - Consideram-se situações excepcionais: a infração de velocidade ou circunstância onde o condutor não tenha escolha em razão do risco de morte para o paciente transportado.

Parágrafo Único - A comprovação das situações excepcionais deverão ser apuradas em processo administrativo disciplinar, onde será dado ao servidor infrator o direito ao contraditório e a ampla defesa, devendo o mesmo juntar aos autos, documento emitido pela unidade hospitalar ou declaração do médico que efetuou atendimento ao paciente que comprove a situação emergencial.

#### II - DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS MULTAS

Art. 4º - A responsabilidade pelo pagamento das multas advindas de infrações às normas de trânsito, aplicadas aos veículos oficiais, caberá ao condutor, exceto se este comprovar, no decorrer do processo disciplinar, a ocorrência prevista no art. 3º da presente lei ou que a infração é improcedente.

Art. 5º - O condutor que dirigia o veículo no momento do cometimento da infração ou da conduta omissiva geradora de infração que assumir a responsabilidade pelo seu cometimento, deverá preencher o formulário constantes nos anexos I e II desta Lei.

Art. 6º - Se o servidor assumiu expressamente, firmando o formulário do anexo I da presente Lei que é responsável pelo cometimento da infração, autorizando desconto do valor da multa em folha, no limite de 20% (vinte por cento) de sua remuneração ou provento, conforme estabelecido no §1º do art. 60 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - O servidor poderá optar em ressarcir/indenizar a Administração Municipal com desconto em folha de pagamento desde que obedeça ao limite de desconto de no mínimo 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) de sua remuneração.

Art. 7º - Sendo de interesse do confesso infrator, este poderá efetuar o pagamento de que trata o art. 3º, diretamente ao órgão de trânsito que aplicou a infração com posterior comprovação junto à

Secretaria responsável pelo veículo.

Art. 8º - Todas as notificações emitidas pelo órgão de trânsito deverão ser recepcionadas pela Administração Municipal e encaminhadas, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do seu recebimento, para a Secretaria Municipal oriunda da infração.

Art. 9º - A fim de evitar a lavratura de outro auto de infração, o condutor infrator deverá, no prazo legal, apresentar-se à autoridade de trânsito competente para aplicação da penalidade de perda de pontos na respectiva Carteira de Habilitação.

Art. 10º - Fica a critério do condutor infrator a apresentação da Defesa Prévia e dos respectivos Recursos junto ao competente órgão de trânsito, não o eximindo, entretanto, ao final, dependendo do resultado, do pagamento da multa.

III - Do processo administrativo disciplinar para apuração do infrator

Art. 11º - Em não podendo ser prontamente identificado o infrator, ao Poder Executivo fica autorizado a pagar multas de trânsito decorrentes de infração à legislação de trânsito, cometidas por seus servidores municipais no uso de veículos oficiais, contudo, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, deverá ser instituído processo para apurar o infrator, onde será oportunizada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 12º - O processo será aberto imediatamente após a comunicação ou conhecimento da multa, independente da data que lhe for efetivado o respectivo pagamento, onde serão adotadas as seguintes providências:

I - a autoridade gestora a qual o veículo esteja vinculado ou a serviço, enviará ofício ao Setor de Recursos Humanos indicando quem era o possível condutor que dirigia o veículo no momento do cometimento da infração ou da conduta omissiva geradora de infração, com as respectivas provas que o levaram a indicação do infrator;

II - através de ato administrativo pertinente, designar-se-á uma Comissão formada por 03 (três) servidores a fim de apurar-se a responsabilidade da infração de trânsito cometida;

III - colacionadas as provas aos autos do inquérito, o indicado condutor do veículo será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, manifestar-se aos autos, apresentando a respectiva defesa;

IV - apresentada a defesa, a Comissão apresentará por escrito, em 5 (cinco) dias úteis sua decisão junto ao Setor de Recursos Humanos opinando por afirmar estar configurada uma das exceções previstas no art. 3º desta lei ou, ao contrário, opinando seja realizado o desconto em folha de pagamento;

V - sobre a decisão, poderá o servidor infrator interpor recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, direcionado ao Chefe do Poder Executivo, o qual, no mesmo prazo, analisará sobre a procedência ou não do recurso interposto;

VI - mantida a decisão, será dada ciência ao servidor, o qual poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, optar pelo parcelamento da multa, nos termos estabelecidos no art. 3º da presente lei, iniciando os descontos no mês subsequente a ciência da decisão;

VII - não havendo manifestação por parte do servidor, sem a autorização deste, o Poder Público efetuará os descontos da remuneração ou proventos do servidor, correspondente ao valor da multa, sendo-lhe discricionário o percentual a ser aplicado, obedecendo

ao disposto no art. 6º da presente Lei.

Parágrafo Único - Não sendo apresentada a defesa mencionada no inciso III do presente artigo, a comissão proferirá a decisão com as provas constantes nos autos, encaminhando a respectiva decisão ao Setor de Recursos Humanos.

#### VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º - Caso o responsável pela infração de trânsito, cuja multa tenha sido paga pelo Município não pertencer mais aos quadros funcionais da administração pública, inscrever-se-á o devedor em dívida ativa não tributária.

Art. 14º - A Controladoria Municipal e a Secretaria de Administração e Finanças competem à emissão de Instrução Normativa conjunta ou individualizada a fim de orientar todos os órgãos, servidores, gestores e colaboradores acerca do conteúdo desta Lei.

Art. 15º - Após a entrada em vigor desta Lei, os condutores de veículos de propriedade do Município, deverão comunicar por escrito ao seu chefe imediato, de qualquer irregularidade ou defeito constatado nos mesmos, que demande a necessidade de manutenção preventiva, com o objetivo de evitar o cometimento de algum tipo de infração de trânsito.

Art. 16º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 17º - Revoga-se a Lei nº 1120/2009, e demais disposições em contrário.

Atalanta, 27 de junho de 2014.

Tarcísio Polastri  
PREFEITO Municipal

#### ANEXO I

##### termo de confissão E AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA

Eu, \_\_\_\_\_ Servidor(a)  
Público(a) Municipal, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, lotado(a) na Secretaria de \_\_\_\_\_, Confesso ser o infrator(a) da multa de trânsito emitida em \_\_\_\_\_, notificação nº \_\_\_\_\_, e, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº ...../2014, autorizo o desconto em minha folha de pagamento no percentual de \_\_\_\_\_% até o limite do valor da multa, a iniciar no mês subsequente a assinatura do presente.

Atalanta, ..... de ..... de .....

Servidor Infrator

anexo ii

##### Detalhamento da Infração e identificação do condutor

Nome do Condutor: \_\_\_\_\_  
CNH: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
, Matrícula: \_\_\_\_\_  
Local da Notificação: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
Identificação da Infração Cometida: \_\_\_\_\_

Data da Infração: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Horário \_\_\_\_: \_\_\_\_  
Veículo(modelo): \_\_\_\_\_, Categoria:  
\_\_\_\_\_, Placa: \_\_\_\_\_

Renavan: \_\_\_\_\_

Atalanta, ..... de ..... de .....

Secretário(a)

Agente e/ou

Servidor(a)

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 158 de 29 de junho de 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência na área do município afetada por alagamentos - COBRADE 1.2.3.0.0.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições legais conferidas pelo, no uso de suas atribuições previstas no art. 84, VI da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO QUE:

As altas precipitações pluviométricas que vêm ocorrendo nos últimos dias;

Que estas chuvas vem provocando alagamentos no município, conforme descrito no FIDE.

Como consequência deste desastre, resultaram os danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Identificação de Desastre - FIDE.

As chuvas que estão assolando o município provocaram alagamento dos arroios e dos valos de drenagem, provocando ainda danos às estradas do município, com o arrebateamento da cobertura de lajotas nas ruas, além de tornar intrafegável e por vezes inacessível as ruas não pavimentadas, tudo conforme croqui anexo ao presente Decreto;

- em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível 1.

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o crescimento desordenado da cidade nesta última década, permitindo a construção de numerosas edificações com sistema de drenagem inadequado;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como nível 1.

Parágrafo único. Esta situação anormal, caracterizada por Situação de Emergência, que provocou alagamentos, é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Identificação de Desastre, anexo a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do

artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Balneário Rincão - SC, 29 de junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES  
PREFEITO MUNICIPAL

Presidente da Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil

### Lei 132/2014

LEI Nº 132 / 2014

ALTERA A LEI 01/2013, ALTERANDO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL CRIANDO O DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE NA SECRETARIA DE PESCA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o departamento de meio ambiente na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, alterando-se os respectivos anexos da lei 01/2013.

Art. 2º Ficam criados e os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, Chefe de Departamento, Chefe de Setor, com o número de vagas, renumeração e classificação conforme anexo I da presente lei.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 28 de Maio de 2014.



VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### A - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO:

Nº de vagas	Nomenclatura	Nível
01	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	DAS 2
01	CHEFE DE DEPARTAMENTO	DAS 3
01	CHEFE DE SETOR	DAS 5

#### Lei 133/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
LEI Nº 133/ 2014.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Balneário Rincão no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA, nos valores e termos do Contrato do Consórcio em anexo.

Art. 2º Serão pagos os meses de janeiro a março em parcela única, conforme tabela anexa ao Contrato de rateio.

Art. 3º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 4º A alteração ou extinção do CIASAMREC dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

#### Lei 134/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
LEI Nº134/2014.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA JOVEM", INSERIDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão,

faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do Município, o segundo sábado do mês de janeiro de cada ano o "Dia Municipal em Comemoração ao Aniversário do Centro de Recuperação Vida Jovem", no Município de Balneário Rincão.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de Junho de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

#### Lei 135/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
LEI Nº135 /2014.

CONCEDE GANHO REAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, REVISAO O VALOR DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E VICE PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido reajuste salarial, sobre os valores dos vencimentos, assim como salários e proventos de todos os servidores do Poder Executivo, Legislativo e administração indireta, incluídos os cargos comissionados e agentes políticos, no importe de 2,76 % (dois vírgula setenta e seis por cento) a título de ganho real, e seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2014.

Parágrafo Único - Entende-se por recomposição da expressão de ganho real o percentual obtido acima do nível inflacionário.

Art. 2º - Fica revisado o valor do subsídio do prefeito e do vice-prefeito, conforme preceitua o artigo 37 da constituição federal, concedendo à título de correção o percentual de 5,56%, correspondente ao INPC do período entre 01/2013 e 01/2014, retroagindo seus efeitos a janeiro do corrente ano.

Parágrafo único - Concede a revisão referida no presente artigo também aos servidores da administração indireta (SAMAE), eis que os mesmos não foram beneficiados pela lei 125/2014, obedecendo-se ao princípio constitucional da isonomia, nos mesmos moldes acima descritos.

Art. 3º - As despesas inerentes à execução desta lei correm às expensas de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

### **Lei 136/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
LEI Nº136/2014.

INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, incluída a administração indireta, o auxílio-alimentação a ser regulamentado mediante decreto.

Art.2º - O auxílio-alimentação terá valor equivalente a R\$75,00 (setenta e cinco) reais, a partir de 01 de Junho de 2014, para os servidores com carga horária de 40 horas/semanais, garantida a proporcionalidade para os servidores com carga horária reduzida.

Art.3º - O auxílio-alimentação tem caráter indenizatório e não salarial e será pago mensalmente na folha de pagamento.

Art.4º - Não farão jus a este benefício os agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e os servidores que percebem mensalmente remuneração igual ou maior de R\$5.000,00.

Art.5º - Não se beneficiarão do benefício instituído por esta Lei:

- I - Afastados do cargo por motivo de suspensão;
- II - Em gozo de licença com ou sem remuneração;
- III - Aposentado;
- IV - Cedido;
- V - Em gozo de férias.

Art.6º - O valor do auxílio-alimentação e o valor limite de que trata o art. 4º, serão corrigidos anualmente na mesma data e mesmo índice de reajuste dos servidores públicos municipais de Balneário Rincão.

Art.7º - O valor referente à concessão do auxílio-alimentação não se incorpora ao vencimento ou remuneração do servidor para quaisquer efeitos e, sobre ele, não incidirá contribuições trabalhistas ou previdenciárias.

Art.8º - Os recursos para implementação e execução desta lei correrão por conta de orçamento vigente, ficando autorizado a proceder às alterações necessárias no mesmo.

Art.9º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

### **Lei 137/2014**

LEI Nº 137/2014

ALTERA A LEI 02/2013, DE CARGOS E SALÁRIOS E SEUS ANEXOS, CRIANDO OS CARGOS DE ENGENHEIRO AGRIMENSOR, TOPOGRAFO, AUXILIAR TOPOGRÁFICO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, TÉCNICO EM ELETRICIDADE, AUXILIAR DE ELETRICIDADE, ENGENHEIRO AGRÔNOMO E ALTERA O NÚMERO DE VAGAS DE CARGOS DE ARQUITETO E ENGENHEIRO CIVIL, ASSIM COMO O VENCIMENTO DO ARQUITETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal do Município de Balneário Rincão, os cargos de Engenheiro Agrimensor, Topógrafo, Auxiliar Topográfico, Engenheiro Eletricista, Técnico em Eletricidade e Auxiliar de Eletricista, de provimento efetivo.

Parágrafo Único - A jornada, atribuições, número de vagas e salários dos cargos estão elencados nos Anexos da presente Lei.

Art. 2º - Os cargos de Engenheiro Agrimensor, Topógrafo, Auxiliar Topográfico, Engenheiro Eletricista, Técnico em Eletricidade e Auxiliar de Eletricista, Engenheiro Agrônomo, passarão a integrar o Plano de Cargos e Salários do Município - Lei nº 002/2013.

Art. 3º - Ficam alterados os anexos da lei 02/2013, modificando-se o número de vagas de arquiteto e engenheiro civil, passando de 01 para 02 vagas cada, alterando ainda a amplitude de referência do cargo de arquiteto de 30 até 37, para 31 até 38.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I, II e III  
CATEGORIA FUNCIONAL, CARGA HORÁRIA SEMANAL, AMPLITUDE DE REFERÊNCIA E VENCIMENTOS

Grupo I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

ENGENHEIRO AGRIMENSOR  
Carga Horária Semanal: 30 horas  
Amplitude de Referência: 31 a 38  
Vencimentos: R\$ 3.025,36

ENGENHEIRO ELETRICISTA  
Carga Horária Semanal: 30 horas  
Amplitude de Referência: 31 a 38  
Vencimentos: R\$ 3.025,36

ARQUITETO  
Carga Horária semanal 30  
Amplitude de referência 31 a 38  
Vencimento: R\$ 3.025,36

ENGENHEIRO AGRÔNOMO  
Carga Horária semanal 40  
Amplitude de Referência: 31 a 38  
Vencimentos: R\$ 3.025,36

**Grupo II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -OAG****TÉCNICO EM ELETRICIDADE**

Carga Horária Semanal: 40 horas

Amplitude de Referência: 16 a 23

Vencimentos: R\$ 1.455,25

**TOPÓGRAFO**

Carga Horária Semanal: 40 horas

Amplitude de Referência: 16 a 23

Vencimentos: R\$ 1.455,25

**Grupo III - TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES****AUXILIAR DE ELETRICISTA**

Carga Horária Semanal: 40 horas

Amplitude de Referência: 13 a 20

Vencimentos: R\$ 1.257,00

**AUXILIAR TOPOGRÁFICO**

Carga Horária Semanal: 40 horas

Amplitude de Referência: 13 a 20

Vencimentos: R\$ 1.257,00

**ANEXO IV****DOS CARGOS PERMANENTES**

GRUPO	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
I	1	ENGENHEIRO AGRIMENSOR	31 a 38
I	1	ENGENHEIRO ELETRICISTA	31 a 38
I	2	ARQUITETO	31 a 38
I	2	ENGENHEIRO CIVIL	31 a 38
I	1	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	31 a 38
II	1	TÉCNICO EM ELETRICIDADE	16 a 23
II	1	TOPÓGRAFO	16 a 23
III	2	AUXILIAR DE ELETRICISTA	13 a 20
III	2	AUXILIAR TOPOGRÁFICO	13 a 20

**ANEXO VI****DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS****CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR**

ATRIBUIÇÕES: Cumprir as determinações da diretoria, emitir pareceres técnicos, elaborar e analisar projetos técnicos, fiscalização de obras e serviço técnico, supervisão, coordenação e orientação técnica, bem como as demais atividades constantes no estatuto.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 30 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

b) Requisitos:

1- Portador de Diploma de Nível Superior em Agronomia Engenharia Agrimensura e registro no CREA.

2- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou legislação específica.

**CARGO: ENGENHEIRO ELETRICISTA**

ATRIBUIÇÕES: É responsável por elaborar, executar e orientar projetos de engenharia, nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, atuando no desenvolvimento de equipamentos e suas aplicações, preparando especificações, desenhos, técnicas de execução, recursos necessários e outros requisitos para possibilitar a construção, montagem, funcionamento e manutenção dentro de padrões técnicos adequados.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 30 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

b) Requisitos:

1- Portador de Diploma de Nível Superior em Engenharia Elétrica e registro no CREA;

2- Outros conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou legislação específica.

**CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

ATRIBUIÇÕES: Elaboração de projetos referentes a cultivos agrícolas e pastos, planejando, orientando e controlando técnicas de utilização de terras para possibilitar um maior rendimento e qualidade da produção agrícola no território municipal.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 40 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) Requisitos:

1 - Portador de certificado de conclusão de curso superior com habilitação específica e com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

2 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal.

**CARGO: TÉCNICO EM ELETRICIDADE**

ATRIBUIÇÕES: planejar métodos e sequências de operações para testar e desenvolver sistemas elétricos. Além disso, projetar e executar sistemas de aterramento e de proteção de descargas elétricas, supervisionar sistemas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, assim como realizar manutenções, inspecionar e testar equipamentos e estruturas, diagnosticando causas de problemas e implementando soluções para sua correção.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 40 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) Requisitos:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 2º Grau ou técnico equivalente.

2 - Qualificação com habilitação legal para o exercício da função de técnico em eletricidade.

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

**CARGO: AJUDANTE DE ELETRICISTA**

ATRIBUIÇÕES: Atividade profissional de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, exigindo iniciativa, abrangendo

serviços de manutenção dos sistemas elétricos que dão suporte aos serviços municipais.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

- a) Geral: 40 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos;
- b) Requisitos:
  - 1 - Certificado de Conclusão de curso de nível médio.
  - 2 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

**CARGO: TOPÓGRAFO**

**ATRIBUIÇÕES:** Atividades de natureza técnica, de complexidade mediana, abrangendo serviços de levantamento de dados no campo, utilizando prismas, miras ou balizas, executar levantamentos geodésicos e topo hidrográficos, por meio de levantamentos altimétricos e planimétricos, implantar no campo, pontos de projeto, locando obras de sistemas de transporte, obras civis, industriais, rurais e delimitando glebas, planejar trabalhos em geometria, analisar documentos e informações cartográficas, interpretando fotos terrestres, fotos aéreas, imagens orbitais, cartas, mapas, plantas, identificando acidentes geométricos e pontos de apoio para georeferenciamento e amarração, coletar dados geométricos, efetuar cálculos e desenhos elaborando documentos cartográficos, definindo escalas e cálculos cartográficos.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

- a) Geral: 40 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
- b) Requisitos:
  - 1 - Portador de Certificado de conclusão curso nível técnico.
  - 2 - Qualificação com habilitação legal para o exercício da função de topógrafo.
  - 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

**CARGO: AUXILIAR TOPOGRÁFICO**

**ATRIBUIÇÕES:** Cabe ao Auxiliar de Topografia, auxiliar o topógrafo nas medições, com manejo de níveis, balizas e outros instrumentos de medição. Fazer o levantamento da rede de distribuição de água, esgoto, luz e outros, atuar na colaboração no balizamento, efetuando a colocação de estacas e as medições de distâncias à trena, auxiliar o topógrafo no levantamento de dados no campo.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

- a) Geral: 40 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços aos sábados, domingos e feriados.

**RECRUTAMENTO:**

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
- b) Requisitos:
  - 1 - Portador de Certificado de conclusão de ensino nível médio.
  - 2 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

**Decreto Nº 082/2014**

DECRETO Nº 082/2014 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM JANAÍNA, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ADMINISTRADORA DE BENS SEEMANN LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, dos imóveis de propriedade de Administradora de Bens Seemann ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme as matrículas nº 30.018, livro 2, fls. 1, e 22.381, livro 2-DV, fls. 52, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

Área I - Um terreno com área de 296.951,34 m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e um metros e trinta e quatro decímetros quadrados), situado na Rua José Manerich, Bairro Janaína, nesta cidade de Biguaçu/SC, com as seguintes medidas e confrontações: frente, face a Sudoeste, medindo 590,79 metros, em 21 (vinte e um) lances, partindo do vértice denominado '0=PP', georeferenciamento do Sistema Geodésio Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 732.228,071m e N= 6.953.148,549m, segue com o azimute de 330°32'16" e a distância de 9,45 metros até o vértice '1'(E=7323223,422M e N=6.953.156,780m), confrontando com terras da Administradores de Bens Seemann Ltda: daí segue com a distância de 3,03 metros até o vértice '2' (E= 732.226,326m e N=6.953.167,141m): daí segue com a distância de 3,10 metros até o vértice '4' (E= 732.218,995m e N= 6.953.161,616m), confrontando com a Servidão Francisco Adelar Machado: daí segue com o azimute de 330°32'34" e a distância de 32,64 metros até o vértice '5' (E= 732.202,945m e N= 6.953.193,033m): daí segue com o azimute de 330°32'34" e a distância de 33,86 metros até o vértice '6' (E= 732.186,292 m e N= 6.953.222,518m), confrontando com terras de Administradores de Bens Seemann Ltda; daí segue com o azimute de 56°14'29" e a distância de 3,19 metros até o vértice '7' (E= 732.188,946m e N= 6.953.224.292m): daí segue com a distância de 2,92 metros até o vértice '8' (E= 732.191,747m e N= 6.953.224,212m): daí segue com a distância de 63,02 metros até o vértice '9' (E= 732.185,978m e N= 6.953.232,551m): daí segue com a distância de 2,93 metros até o vértice '10' (E= 732.184,475m e N= 6.953.232,189m), confrontando com a Rua José Manerich: daí segue com o azimute de 331°19'25" e a distância de 25,49 metros até o vértice '11' (E= 732.172,424 m e N= 6.953.254,555m): daí segue com o azimute de 241°44'54" e a distância de 6,87 metros até o vértice '12' (E= 732.166,189m e N= 6.953.251,302m), confrontando com terras de Administradora de Bens Seemann Ltda: daí segue com o azimute de 341°02'11" e a distância de 54,78 metros até o vértice '13' (E= 732.148,387m e N= 6.953.303,109m): daí segue com o azimute de 236°16'00" e a distância de 33,26 metros até o vértice '14' (E= 732.120,725m e N= 6.953.284,637m), confrontando com terras de Marinho Francisco Kons (anteriormente terras de Altamiro Antônio Carvalho):



daí segue com o azimute de 308°01'13" e a distância de 40,65 metros até o vértice '15' (E= 732.088,702 m e N= 6.953.309,674m): daí segue com o azimute de 281°04'14" e a distância de 54,85 metros até o vértice '16' (E= 732.034,871m e N= 6.953.320,208m), confrontando com terras de Noel Goulart: daí segue com azimute de 329°41'06" e a distância de 42,74 metros até o marco '17' (E= 732.013,296m e N= 6.953.357,108m), confrontando com terras de Aurino Costa: daí segue com a distância de 2,98 metros até o marco '18' (E= 732.016,145m e N= 6.953.357,347m): daí segue com a distância de 62,04 metros até o marco '19' (E= 732.009,294m e N= 6.953.368,014m): daí segue com a distância de 2,98 metros até o marco '20' (E= 732.007,892m e N= 6.953.365,522m), confrontando com a Servidão Paulo Francisco Goulart: daí segue com o azimute de 326°55'27" e a distância de 47,10 metros até o marco '21' (E= 731.982,188 m e N= 6.953.404,987m), confrontando com terras de Francisco Ludovico Rodrigues: à direita, face a Noroeste, medindo 1.107,15 metros, em 11 (onze) lances, partindo do vértice '21', segue com o azimute de 56°55'27" e a distância de 210,09 metros até o marco '22' (E= 732.158,233m e N= 6.953.519,644m): daí segue com o azimute de 56°55'27" e a distância de 179,53 metros até o marco '23' (E= 732.308,667m e N= 6.953.617,620m): daí segue com o azimute de 328°31'20" e a distância de 37,61 metros até o marco de '24' (E= 732.289,031m e N= 6.953.649,692m, confrontando com terras de José Mainolfo Hasckel da Silva, Isolete Hasckel Wilvert, Kátia Hasckel Schutz e Luciana Hasckel: daí segue com o azimute de 55°00'26" e a distância de 193,62 metros até o marco '25' (E=732.447,652m e N= 6.953.760,730m): daí segue com o azimute de 55°00'26" e a distância de 74,02 metros até o marco '26' (E= 732.508,291m e N= 6.953.803,178m): daí segue com o azimute de 160°31'22" e a distância de 3,82 metros até o marco '27' (E= 732.509,566m e N= 6.953.799,572m): daí segue com o azimute de 66°06'14" e a distância de 79,22 metros até o marco '28' (E= 732.581,993m e N= 6.953.831,662m): daí segue com o azimute de 154°31'47" e a distância de 78,47 metros até o marco '29' (E= 732.615,741m e N= 6.953.760,814m): daí segue com o azimute de 66°22'06" e a distância de 143,40 metros até o marco '30' (E= 732.747,116m e N= 6.953.818,297m), confrontando com terras de Moacir José Vieira: daí segue com o azimute de 160°57'27" e a distância de 42,17 metros até o marco '31' (E= 732.760,874m e N= 6.953.778,437m): daí segue com o azimute de 65°46'04" e a distância de 65,20 metros até o marco '32' (E=732.820,329m e N= 6.953.805,198m), confrontando com terras de Vilson Norberto Alves: fundos a Nordeste, medindo 350,07 metros, em 11 (onze) lances, partindo do vértice '32', segue com azimute de 143°17'10" e a distância de 24,47 metros até o marco '33' (E= 732.834,956m e N= 6.953.785,584m): daí segue com a distância de 2,80 metros até o marco '34' (E= 732.834,259m e N= 6.953.783,275m), confrontando com terras de Vilson Norberto Alves: daí segue com o azimute de 250°18'57" e a distância de 35,86 metros até o marco '35' (E= 732.800,490m e N= 6.953.771,194m): daí segue com a distância de 1,85 metros até o marco '36' (E= 732.798,702m e N= 6.953.771,376m): daí segue com a distância de 69,68 metros até o marco '37' (E= 732.803,587m e N= 6.953.757,869m): daí segue com a distância de 1,46 metros até o marco '38' (E= 732.804,544m e N= 9.653.758,904m): daí segue com o azimute de 70°18'43" e a distância de 48,98 metros até o marco '39' (E= 732.850,656m e N= 6.953.775,404m), confrontando com a Rua das Palmeiras: daí segue com o azimute de 143°17'10" e a distância de 72,71m até o marco '47' (E= 732.894,126m e N= 6.953.717,114m): daí segue com o azimute de 143°17'10" e a distância de 28,03m até o marco '41' (E= 732.910,883m e N= 6.953.694,644m): daí segue com o azimute de 143°17'10" e a distância de 22,84 metros até o marco '42' (E= 732.924,537m e N= 6.953.676,335m): daí segue com o azimute de 143°17'10" e a distância de 41,39 metros até o marco '43' (E= 732.949,278m e N= 6.953.643,159m), confrontando com terras de: Neltair Picoloto; Luiz Franz; Jerônimo José Loreiro; Luiz Gonzaga Cordeiro, e CASAN - Companhia de Águas e Saneamento; à esquerda, face a Sudeste, partindo do vértice '43',

segue com a azimute de 235°33'26 e a distância de 874,52 metros até o marco '0=PP (E= 732.228,071m e N= 6.953.148,549m), início desta descrição, confrontando com terras da Administrador de Bens Seemann Ltda, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com 2.922,53 metros. Imóvel cadastrado na Prefeitura de Biguaçu/SC sob o nº 01.02.115.0005.000.000.

Área II - Um terreno com área remanescente com 37.978,56 m² (trinta e sete, novecentos e setenta e oito metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), situado na Rua Guilherme Valdir Nascimento, Bairro Janaína, nesta cidade de Biguaçu/SC, com as seguintes medidas e confrontações: Um terreno denominado como área remanescente com 37.978,56m² (trinta e sete mil, novecentos e setenta e oito metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), localizado na rua Guilherme Valdir Nascimentos, s/nº, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, medindo 712,85m., confrontando com Antônio J. Martins; ao Sul, medindo 825,15m., em nove lances, o primeiro medindo 117,85m., no sentido Oeste/Leste, confrontando com jardim Sueli, o segundo medindo 0,40m., no sentido Sul/Norte, confrontando com a área 1 do desmembramento, o terceiro medindo 57,60m., no sentido Oeste/Leste, confrontando com as áreas 1, 2, 3 e 4 do desmembramento, o quinto medindo 53,00m., no sentido Oeste/Leste, confrontando com a Rua Guilherme Valdir Nascimento, o sexto medindo 30,50m., no sentido Sul/Norte, confrontando com uma área escriturada, e com as áreas 5,6 e 7 do desmembramento, o oitavo medindo 30,00m., no sentido Norte/Sul, confrontando com a área 7 do desmembramento e o nono medindo 384,00m., no sentido Oeste/Leste, confrontando com Jardim Sueli; a Leste, medindo 64,70m., confrontando com Jardim Sueli, a Oeste, medindo 36,00m., confrontando com Eupídio Cursio. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob n.º 01.02.115.0007.001.000.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior, sendo que tal medida visa definir área em zonas de proteção ambiental e proteção permanente para criação de parque ambiental, objetivando utilizar a descrita área como indicação pela compensação ambiental, devido às obras do Contorno Viário da Grande Florianópolis.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## Portaria Nº 1715/2014

PORTARIA Nº 1715/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CAMILA BORGES DE ABREU, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5626/2014 em anexo no período de 25/06/2014 a 09/07/2014.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1714/2014**

PORTARIA Nº 1714/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5638/2014 em anexo no período de 24/06/2014 a 27/06/2014.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1713/2014**

PORTARIA Nº 1713/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO KIRCH, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5661/2014 em anexo no período de 25/06/2014 a 27/06/2014.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1712/2014**

PORTARIA Nº 1712/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SERGIO ROBERTO DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5624/2014 em anexo no período de

25/06/2014 a 22/09/2014.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Nota de Esclarecimento Nº. 01 - Pregão Presencial Nº. 42/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº. 01 AO EDITAL Nº. 42/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 42/2014

O aviso de licitação, divulgado em 26 de junho do corrente ano, mencionava como período de recebimento das propostas: 10/07/2014 até 30/06/2014, no entanto, este foi um equívoco, já vista que, muito embora o período seja o citado, este se inicia no dia 30/06/2014 e com término até 10/07/2014. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 42/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/07/2014, às 13h59min do dia 30/06/2014;

(...)

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 42/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 30/06/2014, às 13h59min do dia 10/07/2014;

(...)

As demais informações constantes no aviso de licitação permanecerão inalteradas.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

**Decreto Nº 087/2014**

DECRETO Nº 087/2014 DE 30 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESÃO AO PPEX - PROGRAMA DE PAGAMENTO EXTRAORDINÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

## DECRETA:

Art. 1º Nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 20/2009, fica prorrogada para 31/07/2014, a data final para requerer a adesão ao PPEX.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**PP 155/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 155/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 30 de junho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

**Portaria Nº 150/2014 de 30 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 150/2014, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

## RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal SRA. CLAUDETE MARIA ECKERT, matrícula nº 636-0, portadora do CIC sob. nº 987.618.629-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada em caráter temporário conforme portaria nº 153/2013, sendo sua exoneração a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº.4569/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4569/2014 de 23 de Junho de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01423/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/13 de 02 de Janeiro de 2014, sob o Processo de Licitação nº. 01423/2014, que tem por objeto Aquisição de caminhão 6x4 novo, de fabricação nacional para manutenção das atividades do departamento da Agricultura.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SPERANDIO S/A COMERCIO DE VEICULOS	Caminhão novo de fabricação nacional com tração 6x4 ano modelo 2014, motor a diesel euro V ,proconve 7, de 6 cilindros em linha, potência mínima de 286 cv, transmissão com 9 marchas sincronizadas sendo 8 sequenciaise a primeira marcha extra reduzida, embreagem hidráulica e servoassistido, diferenciais com bloqueio longitudinal, freios a ar integral, freio auxiliar tipo válvula no cabeçote, sistema anti bloqueio das rodas ABS, pneus 1000x20 16 lonas, suspensão dianteira com barra estabilizadora, e traseira tipo boogle com molas invertidas, banco do motorista pneumático, computador de bordo, piloto automatico, capacidade máxima de tração 45100 kg, distancia entre eixo 3,60 mts, ar condicionado	1,00	254.000,00

duzentos e cinquenta e quatro mil reais	254.000,00
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 23/06/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### Errata Extrato Contrato 58/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 58/2010

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato Oitavo Termo Aditivo do Contrato 58/2010, de 06 de junho de 2014, para Contratação de empresa especializada em construção civil para a construção de Escola de Ensino Infantil, localizada na Rua Planejada- Bom Retiro/SC. Alterar no Extrato do Contrato:

Onde se lê: (Da Vigência), prorrogando-se a vigência do contrato para 31 de junho de 2014.

Leia-se: (Da Vigência), prorrogando-se a vigência do contrato para 31 de dezembro de 2014.

Extrato Contrato 125/2014 Pregão Presencial 13/2014 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA.

Objeto: aquisição de pares de lentes para óculos e armações para atendimento de pessoas desprovidas economicamente.

Valor Total: R\$ 67.600,00(sessenta e sete mil e seiscentos reais).

Bom Retiro, 30 de junho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 074/2014

DECRETO Nº 074/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

1.019 - Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Fundamental

(284) - 4.4.90.00.00.00.00.00.3.0058 - Aplicações Diretas ..... R\$ 95.000,00

TOTAL ..... R\$ 95.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2013 do recurso 3.0058 - Salário Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 30 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### Decreto 075/2014

DECRETO Nº 075/2014

Altera Presidência da Comissão Central Organizadora (CCO) da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art.1( Fica alterada a presidência da Comissão Central Organizadora (CCO) da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo, ficando a presidência com a senhora Iracema Cristina Hübner de Oliveira Stüpp, para organização e realização do referido evento que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014.

Art. 2( Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 30 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### Portaria 0112/2014

PORTARIA 0112/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar o 3º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 02.07.2014.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 38/2014

EXTRATO DE CONTRATO 38/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Rádio Educadora Alto Vale Ltda

CNPJ 85.782.886/0001-25, Sito a Rua Carlos Gomes, 12

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Contratação de Mídia Eletrônica em Rádio

Valor: 5.565,00 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco reais), sendo dividido em 07 (sete) parcelas mensais.

Vigência: 31.12.2014

Data da assinatura: 02.06.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### Edital de Lic. Pregão Presencial 26/2014 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 30/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 26/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 14.07.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

**Editais de Lic. Pregão Presencial 27/2014 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 14.07.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

Ata de Registro de Preço 34 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2013

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 34/2013      Data do Registro: 01/10/2013      Válido até: 01/10/2014						
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de laboratório especializado em análises laboratoriais da água tratada, (em conformidade com as especificações da Portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011). Serviços realizados na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Braço Novo e Semil.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Cloraminas (11899)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	27,8000
2	Gosto e Odor. (11900)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	8,9000
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	21,4000
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	21,9000
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	21,9000
6	Cianobactérias. (11904)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	93,1000
7	Produtos secundários desinfecção. (11905)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	353,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 34/2013		Data do Registro: 01/10/2013		Válido até: 01/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de laboratório especializado em análises laboratoriais da água tratada, (em conformidade com as especificações da Portaria N° 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011). Serviços realizados na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Braço Novo e Semi.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Rádio 226 e rádio 228. (11906)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	353.8000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	177.4000	1
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	177.5000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	2.172.4000	1
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	2.172.5000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	2.379.7000	1
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 396 (11913)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	2.379.8000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	1.626.9000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2013

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 34/2013		Data do Registro: 01/10/2013		Válido até: 01/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de laboratório especializado em análises laboratoriais da água tratada, (em conformidade com as especificações da Portaria N° 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011). Serviços realizados na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Braço Novo e Semil.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	1.627,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2013

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 34/2013      Data do Registro: 01/10/2013      Válido até: 01/10/2014  
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de laboratório especializado em análises laboratoriais da água tratada, (em conformidade com as especificações da Portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), Serviços realizados na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Braço Novo e Senil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2013

PROCESSO Nº 62/2013

- (9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP
- (9187) - ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 1 de Outubro de 2013.

## Brunópolis

### PREFEITURA

#### Aviso de Chamada Publica 02/2014

ESTADO DE STA CATARINA | PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

Edital de Chamada Pública nº 02/2014

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural. Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentação" e nº 02 "projeto de venda" será a partir do dia 01 de julho de 2014 e até às 15h00min do dia 15 de julho de 2014. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.

#### Aviso de Licitação Nº 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
Processo Licitatório nº 37/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 03/2014

Objeto: Construção de rede de abastecimento de água na comunidade de Biazotto. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h30min do dia 17/07/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.

## Brusque

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 7.458, de 26 de Junho de 2014

DECRETO nº 7.458, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Homologa resultado final do concurso público realizado pelo Município de Brusque (Editais nºs 01/2013, 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a realização do concurso público no dia 16 de março de 2014, para preenchimento de vagas existentes no quadro efetivo de pessoal da Administração Pública Municipal e formação de cadastro de reserva, constante dos Editais nºs 01/2013, 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013,

CONSIDERANDO o resultado final dos cargos: 320037 - Coordenador Pedagógico, 311003 - Professor de Educação Infantil, 311003-1 Professor Series/Anos Iniciais; Professor Séries/Anos Finais: Artes, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática (Edital 02/2013), 320114 - Motorista de Veículos Leves (Edital nº 04/2013), 320113 - Motorista de Veículos Pesados (Edital nº 06/2013), 320058 - Operador de Máquinas (Editais nºs 06/2013 e 07/2013) e 320115- Motorista de Ambulância (Edital nº 08/2013), com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados, no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), no dia 16 de junho de 2014;

CONSIDERANDO finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do concurso público realizado;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Concurso Público, anexo ao presente, concernente aos Editais nºs 02/2013, 04/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013, para provimento de cargos de: 320037 - Coordenador Pedagógico, 311003 - Professor de Educação Infantil, 311003-1 Professor Séries/Anos Iniciais, Professor Anos/Séries Finais: Artes, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática (Edital 02/2013), 320114 - Motorista de Veículos Leves (Edital nº 04/2013), 320113 - Motorista de Veículos Pesados (Edital nº 06/2013), 320058 - Operador de Máquinas (Editais nºs 06/2013 e 07/2013) e 320115- Motorista de Ambulância (Edital nº 08/2013)

Art. 2º O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final do Concurso Público, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente concurso, serão preenchidas conforme a necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária, conveniência e oportunidade da administração, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação e demais exigências normativas previstas nos editais do concurso.

Art. 4º Publique-se a Homologação da classificação definitiva do CONCURSO PÚBLICO.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de junho de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### Anexo Decreto Nº 7458

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
concurso Pflblco - Edital No 2/2013  
Resultado Final

Cargo: Coordenador Pedagógico

Insc	Nome	Nascimento	NPO	NAT	NIN	NTE	NCE	NPE	NPT	NF	Class
5951	JOSIANEAMARAL GOIS REIS	28/04/1985	0.40	0.30	0.20	1.60	5.40	7.90	0.50	8.40	1
8209	MARIA CAROLINADIEGOLIHILDEBRAND	12/06/1961	1.00	0.50	0.30	1.20	4.80	7.80	0.00	7.80	2
11037	GICELIWOLFLEONI	01/05/1979	0.00	0.30	0.10	1.00	5.40	6.80	0.50	7.30	3
8125	KARINE DE OLIVEIRA	07/04/1980	0.20	0.20	0.10	1.20	4.80	6.50	0.50	7.00	4
6288	ALESSANDRACELESTE	23/01/1981	0.60	0.30	0.30	1.60	4.20	7.00	0.00	7.00	5
6809	GISLAINE DE MIRANDA	30/01/1982	0.00	0.20	0.20	0.60	4.80	5.80	0.50	6.30	6
7969	TAMARA MORESCO	16/06/1930	0.00	0.40	0.20	0.40	4.80	5.80	0.50	6.30	7
9676	DEBORA FASCFN CONCENCIO	03/02/1935	0.40	0.50	0.30	1.00	3.60	5.80	0.50	6.30	B
7779	LILIANAVALLE	25/04/1962	0.40	0.40	0.10	1.20	3.60	5.70	0.50	6.20	9
4550	GORETIDUTRA	28/01/1975	0.20	0.30	0.10	1.40	3.60	5.60	0.50	6.10	10
8444	JERUSA OLINGER	25/10/1983	0.20	0.50	0.10	1.00	3.60	5.40	0.50	5.90	11
6501	RAQUEL HOFFMANN	17/04/1975	0.80	0.20	0.20	1.20	3.00	5.40	0.50	5.90	12
7931	ALINE FERNANDA MAESTRI	19/06/1988	0.80	0.40	0.20	0.80	3.60	5.80	0.00	5.80	13
9157	JUSSARAAPARECIDA DASILVA	12/11/1968	0.40	0.40	0.00	1.20	3.60	5.60	0.00	5.60	14
4981	CHARLENE FANTINI DE SOUZA	01/10/1981	0.00	0.40	0.30	1.40	3.00	5.10	0.50	5.60	15
3469	ITAMARA PAULINI	04/11/1983	0.20	0.40	0.20	1.20	3.00	5.00	0.50	5.50	16
2499	GRASIELA DONINI	02/02/1977	0.20	0.30	0.10	0.60	4.20	5.40	0.00	5.40	17
6783	DOUGLAS ELY	07/07/1981	0.20	0.30	0.20	1.00	3.60	5.30	0.00	5.30	18
6266	ELIANE GATTO	10/09/1976	0.00	0.40	0.10	1.00	3.60	5.10	0.00	5.10	19
8696	GREICE KELLY RECH	07/07/1990	0.20	0.30	0.30	1.20	3.00	5.00	0.00	5.00	20

INFO]: Nma Ponugues I [NAT]: Nota Tamas Aluais I [NIN]: Nota Noqfies de Inlurma'uca I [NTE]:t Nota Temas de Educacao I [NCE]: Nola conhedmenlo Espscflcio I [NPE]: Nola

Prova Escrita I [NP'][: Nola Prova Tflulus I [NF]: N013 Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
Concurso Plllblco - Edital No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Professor de Educagfio Infantil

Insc	Nome	Nascimento	NPO	NAT	NIN	NTE	NCE	NPE	NPT	NF	Class
672	SARAH ALVES CONCEICAO BONFIM	19/04/1986	0.60	0.40	0.30	1.40	6.00	8.70	0.00	8.70	1
248	ANDREISE RENSIGARTNER	07/01/1976	0.40	0.30	0.10	1.20	6.00	8.00	0.50	8.50	2
8235	ALINE DJULEIMONGUILHOTT MACHADO	14/08/1981	0.40	0.30	0.20	1.40	5.40	7.70	0.75	8.45	3
1230	EDNA MARIA BARBOSA	15/08/1983	0.20	0.30	0.20	1.20	6.00	7.90	0.50	8.40	4
7039	ROSELIS MARGUIT PEHNK	12/05/1955	0.40	0.50	0.20	1.40	5.40	7.90	0.50	8.40	5
1882	DANIELICAMARGO	09/05/1984	0.80	0.30	0.30	1.00	5.40	7.80	0.50	8.30	6
5942	LUCIEITHILL BARBOSA DOS SANTOS	17/03/1982	0.40	0.40	0.20	1.20	6.00	8.20	0.00	8.20	7
3769	MARIA BERNADETE DOS SANTOS ARAUJO	14/08/1964	0.20	0.50	0.20	1.40	5.40	7.70	0.50	8.20	8
950	FRANCIELE KLABUNDE SENS	14/12/1981	0.20	0.50	0.20	1.40	5.40	7.70	0.50	8.20	9
5450	MARIZE APARECIDA CASAGRANDE	05/10/1966	0.60	0.40	0.20	1.00	5.40	7.60	0.50	8.10	10
2650	DENIZEAPARECIDA MULLER	15/11/1965	0.20	0.30	0.30	1.20	6.00	8.00	0.00	8.00	11
5626	EDINAAPARECIDATRINDADE COSTA	16/05/1981	0.20	0.20	0.10	1.60	5.40	7.50	0.50	8.00	12
391	FERNANDAATANASIO DOS SANTOS KRETZSCHMAR	24/08/1985	0.40	0.50	0.30	1.40	4.80	7.40	0.50	7.90	13
7016	DAIANA SCHLOSSER	12/04/1967	0.20	0.30	0.30	1.00	6.00	7.80	0.00	7.80	14
6761	JOVANIAPARECIDA REIS GARCIA	17/04/1972	0.20	0.40	0.10	0.60	6.00	7.30	0.50	7.80	15
2832	ELAINE BURG ALVES DOAMARAL	24/07/1985	0.20	0.40	0.10	0.60	6.00	7.30	0.50	7.80	16
9165	ROSIELLEN PATRICIA MARQUES	03/11/1989	0.80	0.30	0.10	1.20	5.40	7.80	0.00	7.80	17
9258	ELIANE DE OLIVEIRA ROQUE DE MOURA	01/10/1969	0.20	0.40	0.30	0.80	6.00	7.70	0.00	7.70	18
7751	MARIANA LUIZA SESTARI	13/01/1995	0.20	0.40	0.30	1.40	5.40	7.70	0.00	7.70	19
9292	LUCIANA DA SILVA LAPA	24/07/1976	0.20	0.20	0.20	1.20	5.40	7.20	0.50	7.70	20
1412	FABIANA FRANCISCA DE ASSIS ARAGAO	22/09/1980	0.20	0.30	0.20	1.00	5.40	7.10	0.50	7.60	21
240	CAMILA DRANSKIGLOVA	12/06/1989	0.40	0.30	0.10	0.20	6.00	7.00	0.50	7.50	22
6897	MARILUSA DALAGNOLI	27/07/1987	0.00	0.30	0.20	1.60	5.40	7.50	0.00	7.50	23
5559	CARLA FUCKNER	04/07/1986	0.20	0.20	0.20	1.00	5.40	7.00	0.50	7.50	24
8307	VANESSA CAMPEOL DIERINGS	07/02/1983	0.00	0.40	0.20	1.00	5.40	7.00	0.50	7.50	25
764	FABIANA DE OLIVEIRA BITTELBRUM	06/07/1979	0.20	0.30	0.80	5.40	7.00	0.50	7.50	26	
855	DANIELAFISCHERZAMBONETTI	14/12/1984	0.40	0.40	0.20	1.20	4.80	7.00	0.50	7.50	27
9323	CATHARINA OBEIDI DIAS AMANCIO	03/09/1979	0.00	0.50	0.30	1.20	5.40	7.40	0.00	7.40	28
1762	DIRLAINE PEREIRA	04/06/1980	0.00	0.40	0.30	0.80	5.40	6.90	0.50	7.40	29
8028	NELITA KIRCHNER	02/12/1971	0.40	0.30	0.20	0.60	5.40				



6.90 0.50 7.40 30  
 10572 MARILIA BARBOSA DE TOLEDO 06/06/1993 0.40 0.50 0.10  
 1.60 4.80 7.40 0.00 7.40 31  
 3843 NAIDE FELLER 19/09/1970 0.00 0.40 0.10 1.60 4.80 6.90  
 0.50 7.40 32  
 10760 IRENE CRISTINAWELTERJANNING VALIM 31/10/1979 0.00  
 0.40 0.10 1.60 4.80 6.90 0.50 7.40 33  
 2915 ROSINEIATERESINHA MAJOLO BAUM 17/02/1986 0.20 0.40  
 0.30 1.20 4.80 6.90 0.50 7.40 34  
 1825 MARACRISTINA BATISTA PEREIRA 02/04/1984 0.40 0.30  
 0.40 1.00 4.80 6.90 0.50 7.40 35  
 1517 JURETE DA SILVA SOUZA 24/06/1968 0.20 0.10 0.20 0.80  
 6.00 7.30 0.00 7.30 36  
 3157 KELLIARA KURTZ 05/06/1994 0.20 0.30 0.20 1.20 5.40 7.30  
 0.00 7.30 37  
 7613 ARIANE RODRIGUES DOS SANTOS 18/10/1984 0.00 0.50  
 0.20 1.20 5.40 7.30 0.00 7.30 38  
 2896 DAIANE PEREIRA 19/03/1986 0.40 0.30 0.20 1.00 5.40 7.30  
 0.00 7.30 39  
 6457 MARILUCIA FORTE 12/08/1970 0.00 0.30 0.10 1.00 5.40  
 6.80 0.50 7.30 40  
 6434 ANA MARIA BASSO DOS SANTOS 14/03/1965 0.00 0.20 0.20  
 1.00 5.40 6.80 0.50 7.30 41  
 1429 CARLA JAQUELINE BETTE 24/03/1989 0.20 0.40 0.00 0.80  
 5.40 6.80 0.50 7.30 42  
 493 CLAUDINA BACK 26/02/1972 0.00 0.40 0.20 0.80 5.40 6.80  
 0.50 7.30 43  
 4815 VIVIANE DA SILVA SARTORI 29/07/1970 0.40 0.20 0.20 0.60  
 5.40 6.80 0.50 7.30 44  
 2002 JANICE OLGALOOK 20/11/1962 0.40 0.30 0.10 1.20 4.80  
 6.80 0.50 7.30 45  
 5584 IRENE DA CONCEICAO CUNHA 09/11/1975 0.80 0.40 0.30  
 1.00 4.80 7.30 0.00 7.30 46  
 6971 AMANDA MARINA DE SOUZA 05/12/1986 0.40 0.50 0.30  
 1.40 4.20 6.80 0.50 7.30 47

[NPO]: Nata Partugués I [NAT]: Nola Temas Atuais I [NIN]: Nola  
 Nogfies de Infotméica / [NTE]: Nola Tamas de Educacao I [NCE]:  
 Nata Conhacimenzo Especifico I [NPE]: Nola  
 Prove Escrita I [NPT]: Nola Prova TItuIos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
 Concurso Pflbllco - Edital No 2/2013  
 Resultado Final

Cargo: Professor de Educagéo Infantil

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 1323 MARAIZA SARDO 03/03/1990 0.20 0.30 0.10 1.20 5.40 7.20  
 0.00 7.20 48  
 7566 BRUNA BERNARDES COELHO PEREIRA 22/12/1982 0.00  
 0.50 0.30 1.00 5.40 7.20 0.00 7.20 49  
 8789 LUCIA MARTINS DE SOUZA 30/04/1973 0.00 0.30 0.20 0.80  
 5.40 6.70 0.50 7.20 50  
 1472 IMILENE CASSANIGA BEUREN 31/05/1982 0.20 0.30 0.20  
 0.60 5.40 6.70 0.50 7.20 51  
 5363 ANDREA DALSENTER 15/04/1982 0.20 0.20 0.10 1.40 4.80  
 6.70 0.50 7.20 52  
 9102 DENIZE DA SILVA SAGAS MACANEIRO 26/05/1989 0.40 0.30  
 0.20 1.00 4.80 6.70 0.50 7.20 53  
 1892 SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI 05/04/1983 0.00 0.30  
 0.20 1.20 5.40 7.10 0.00 7.10 54  
 10830 JULIANAVIDIGAL RENAUX 17/01/1988 0.40 0.30 0.20 0.80  
 5.40 7.10 0.00 7.10 55  
 8443 BIANCA GAMBA DEHLAGNE 10/06/1982 0.20 0.50 0.10 0.40  
 5.40 6.60 0.50 7.10 56  
 371 JOSELIDACOSTA DE CASTRO 11/05/1977 0.20 0.30 0.10 1.20  
 4.80 6.60 0.50 7.10 57  
 5549 MARLIMARTINS DE SOUZA 03/04/1972 0.20 0.20 0.20 1.20

4.80 6.60 0.50 7.10 58  
 10075 CHEILA GOEDERT RIBEIRO 11/02/1985 0.40 0.20 0.40  
 0.80 4.80 6.60 0.50 7.10 59  
 2723 JANETE APARECIDA BOAVA BOAVA 01/02/1987 0.40 0.50  
 0.30 0.60 4.80 6.60 0.50 7.10 60  
 10459 ELISAAPARECIDADA ROSA MELO 18/11/1967 0.20 0.20  
 0.20 1.00 5.40 7.00 0.00 7.00 61  
 2379 DIELE BEATRIZ FERREIRA DO NASCIMENTO 28/01/1991  
 0.20 0.40 0.20 0.80 5.40 7.00 0.00 7.00 62  
 10931 SIMONE PEREIRA 29/04/1967 0.40 0.10 0.00 1.00 5.40  
 6.90 0.00 6.90 63  
 6901 SILVANA APARECIDA PADILHA 30/10/1979 0.00 0.30 0.20  
 1.00 5.40 6.90 0.00 6.90 64  
 1050 NEIDE AGOSTINIDALMOLIN 25/06/1982 0.20 0.30 0.20  
 0.80 5.40 6.90 0.00 6.90 65  
 4886 SILVIA FERREIRADE OLIVEIRA 19/01/1976 0.00 0.30 0.10  
 0.60 5.40 6.40 0.50 6.90 66  
 9803 CHIRLEIDIETRICH SCHLINDWEIN 02/07/1981 0.00 0.30  
 0.10 0.60 5.40 6.40 0.50 6.90 67  
 2261 ROSANGELA ROZA SIEMSEN 25/05/1968 0.40 0.40 0.10  
 1.20 4.80 6.90 0.00 6.90 68  
 1467 ELLEN CRISTINE DIAS 04/03/1983 0.00 0.40 0.00 1.00 5.40  
 6.80 0.00 6.80 69  
 10928 FABIELE FERNANDES SOARES 23/06/1980 0.20 0.40 0.20  
 0.60 5.40 6.80 0.00 6.80 70  
 2774 NIQUELE CRISTIANE ANTUNES 01/02/1980 0.20 0.30 0.20  
 0.80 4.80 6.30 0.50 6.80 71  
 8631 CIBELE FURBRINGER 30/08/1977 0.00 0.40 0.30 0.80 4.80  
 6.30 0.50 6.80 72  
 6558 SILVANA REGINA BARNILAMIM 11/07/1972 0.60 0.20 0.10  
 0.60 4.80 6.30 0.50 6.80 73  
 2545 DIANAMARIAPEREIRA 15/07/1967 0.00 0.30 0.20 0.80 5.40  
 6.70 0.00 6.70 74  
 231 LUIZA CARLA MASERA DA SILVA 04/02/1985 0.20 0.40 0.30  
 0.40 5.40 6.70 0.00 6.70 75  
 2745 ANA LUCIA BATISTA 13/04/1989 0.00 0.20 0.30 1.40 4.80  
 6.70 0.00 6.70 76  
 4736 IVONE GONCALO DE SOUZATRINDADE 09/01/1965 0.00  
 0.40 0.00 1.00 4.80 6.20 0.50 6.70 77  
 8994 AMARA CLIMENE EVANGELISTA 06/07/1971 0.40 0.50 0.20  
 0.80 4.80 6.70 0.00 6.70 78  
 1990 MABEL DE VARGAS 26/03/1985 0.20 0.20 0.20 0.80 4.80  
 6.20 0.50 6.70 79  
 3402 SONIA CRISTINAWOLF MORAES DA SILVA 08/05/1980 0.00  
 0.40 0.20 1.40 4.20 6.20 0.50 6.70 80  
 3164 BARBARA MARIA FISCHER 01/01/1990 0.40 0.20 0.20 1.20  
 4.20 6.20 0.50 6.70 81  
 8707 LETICIA DE SOUSA FERREIRA VASSELAI 29/08/1984 0.20  
 0.30 0.10 0.60 5.40 6.60 0.00 6.60 82  
 5814 ZENAIDE ALEXANDRE JACINTHO 23/07/1971 0.00 0.40 0.20  
 0.60 5.40 6.60 0.00 6.60 83  
 643 MARIA MECIAS PINHEIRO 01/06/1983 0.00 0.40 0.20 0.60  
 5.40 6.60 0.00 6.60 84  
 3741 NAYARA NOEMIA DO ESPIRITO SANTO 06/03/1991 0.20  
 0.40 0.20 0.40 5.40 6.60 0.00 6.60 85  
 5251 MICHELE CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA KOHLER 21/02/1981  
 0.20 0.30 0.10 1.20 4.80 6.60 0.00 6.60 86  
 8116 STELLA MARIS PAIVA BARBOZA 07/10/1976 0.00 0.50 0.10  
 1.20 4.80 6.60 0.00 6.60 87  
 3098 DAIANE DE NOVAES 09/01/1991 0.40 0.30 0.10 1.00 4.80  
 6.60 0.00 6.60 88  
 7634 JANAINA NILZEN PEREIRA 24/06/1982 0.00 0.50 0.30 1.00  
 4.80 6.60 0.00 6.60 89  
 7134 RAFAELA CHIERICIGONCALVES 24/01/1985 0.20 0.30 0.20  
 0.60 4.80 6.10 0.50 6.60 90  
 2783 ANAPAUULA LIMA DE OLIVEIRA 10/06/1976 0.00 0.40 0.10  
 1.40 4.20 6.10 0.50 6.60 91  
 1576 JUCELE KLANN EDUARDO 10/04/1982 0.00 0.30 0.20 1.40  
 4.20 6.10 0.50 6.60 92

1946 SIMONE APARECIDA DE AVIZ 26/12/1972 0.20 0.40 0.10 1.20  
4.20 6.10 0.50 6.60 93  
8777 LUCIENE RAMOS ALMEIDA 29/07/1981 0.00 0.30 0.10 0.20  
5.40 6.00 0.50 6.50 94

[NPO]: Nola Portugues / [NAT]: Nola Temas Aluais I [NIN]: Nota  
Nocoos de InIorrna'tica I [NTE]: Nola Ternas da Educau,-an I  
[NCE]: Nola Conhecimento Especficu I [NPE]: Nola  
Pmva Esorfla I [NPT]: Nola Prova Tlluio I [NF]: Nola Final

Prefeltura Municipal de Brusque FEPESE  
Concurso Pflbllico - Edltal No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Professor de Educagao Infantil

Insc Nome Nascimeruo NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
9836 VANDERLEIA MARIANO 21/06/1983 0.00 0.20 0.30 1.20  
4.80 6.50 0.00 6.50 95  
4265 PAMELA HARLOS 23/04/1991 0.40 0.20 0.10 1.00 4.80 6.50  
0.00 6.50 96  
7982 MARA REGINA GULARTE VILLALBA 19/04/1989 0.20 0.30  
0.20 1.00 4.80 6.50 0.00 6.50 97  
4579 HELOISA GAIGUER 29/04/1991 0.00 0.50 0.20 1.00 4.80  
6.50 0.00 6.50 98  
3787 SANDRA LUZIAVICENTAINER PEREIRA 21/09/1968 0.00  
0.10 0.10 1.00 4.80 6.00 0.50 6.50 99  
2084 MARINAIDE SELHORST CONTESINIVINOTTI 21/01/1985  
0.00 0.10 0.10 1.00 4.80 6.00 0.50 6.50 100  
5910 MAIARAHAAG 11/04/1989 0.60 0.20 0.10 0.60 4.80 6.50  
0.00 6.50 101  
7203 PALOMACRISTINA BARON DA SILVA 27/11/1993 0.60 0.10  
0.20 0.80 4.80 6.50 0.00 6.50 102  
10299 ANAMATILDE BECHTOLD 07/07/1981 0.40 0.40 0.10 0.80  
4.80 6.50 0.00 6.50 103  
8376 DAYANE FACHIN 15/10/1983 0.40 0.30 0.20 0.80 4.80 6.50  
0.00 6.50 104  
3686 EVANDRACANDIDO 07/02/1977 0.20 0.30 0.10 1.20 4.20  
6.00 0.50 6.50 105  
2392 IRONILDA HINCKELSCHIELSTEL 17/10/1971 0.40 0.30 0.10  
1.00 4.20 6.00 0.50 6.50 106  
10084 MARI TEREZINHA LEMES 03/06/1982 0.20 0.40 0.20 1.00  
4.20 6.00 0.50 6.50 107  
4002 ELAINE DE OLIVEIRA VALENCA 08/07/1981 0.00 0.30 0.10  
1.20 4.80 6.40 0.00 6.40 108  
3355 MARILENE MACIEL DOS SANTOS 20/09/1973 0.00 0.40 0.20  
1.00 4.80 6.40 0.00 6.40 109  
10494 PATRICIA DE MORAIS GODINHO COSTA 08/03/1985 0.40  
0.20 0.20 0.80 4.80 6.40 0.00 6.40 110  
11147 VANESSAWIPPEL 19/10/1990 0.20 0.40 0.20 0.80 4.80  
6.40 0.00 6.40 111  
510 LUCIDOLORES PEDRINIIMHOF 12/04/1956 0.20 0.30 0.00  
0.60 4.80 5.90 0.50 6.40 112  
4987 ANA DANIELASCHLINDWEIN 09/09/1976 0.20 0.20 0.10  
0.60 4.80 5.90 0.50 6.40 113  
8228 VANESSAKLOCK 21/12/1983 0.20 0.20 0.10 0.60 4.80 5.90  
0.50 6.40 114  
6330 JANETIDOMINGAS BATTISTI 13/09/1967 0.00 0.30 0.20  
0.60 4.80 5.90 0.50 6.40 115  
10599 CRISTIANEHSCONACO 21/02/1983 0.20 0.30 0.20 1.00  
4.20 5.90 0.50 6.40 116  
1045 MARIA ROSA LUIZ 31/08/1988 0.60 0.20 0.10 0.80 4.20 5.90  
0.50 6.40 117  
9681 MARCIA DA SILVA 30/01/1979 0.20 0.40 0.30 0.80 4.20 5.90  
0.50 6.40 118  
9243 CARLA DE SOUZA 23/02/1986 0.20 0.20 0.30 0.20 5.40 6.30  
0.00 6.30 119  
9604 KELLI KARINAKORMANN MAURICI 14/11/1975 0.20 0.20

0.10 1.00 4.80 6.30 0.00 6.30 120  
7404 LUCIANA DA CUNHA GOMES 15/06/1984 0.00 0.30 0.20  
1.00 4.80 6.30 0.00 6.30 121  
7309 CARMEN LUCIA DASILVA 11/01/1970 0.00 0.20 0.30 1.00  
4.80 6.30 0.00 6.30 122  
1538 ANA BEATRIS DA LUZ 22/05/1979 0.20 0.40 0.10 0.80 4.80  
6.30 0.00 6.30 123  
7097 CARINA MAFRA MARCHIORI 03/01/1977 0.20 0.30 0.10  
0.40 4.80 5.80 0.50 6.30 124  
4876 ANA MARIA FRUCTUOSO 10/02/1962 0.00 0.30 0.20 1.60  
4.20 6.30 0.00 6.30 125  
818 ESTAELO RODRIGUES BEZERRA DE OLIVEIRA 10/12/1969 0.20  
0.20 0.20 1.00 4.20 5.80 0.50 6.30 126  
6325 LETICIA DONINIGONCALVES 09/03/1982 0.20 0.40 0.20  
0.80 4.20 5.80 0.50 6.30 127  
3614 SALVELINA GONCALVES NASCIMENTO VARGAS 05/06/1963  
0.20 0.50 0.10 1.40 3.60 5.80 0.50 6.30 128  
1278 RAFAELASERPA CRUZ MAESTRI 03/02/1981 0.20 0.20 0.20  
0.80 4.80 6.20 0.00 6.20 129  
2945 ELIANE APARECIDA MAIER RO'ITA 20/02/1975 0.00 0.30  
0.30 0.80 4.80 6.20 0.00 6.20 130  
1783 ROSELICASSEMIRO DA SILVA 15/04/1978 0.40 0.30 0.10  
0.60 4.80 5.20 0.00 6.20 131  
4951 PATRICIA GRAZIELA ROVER 04/07/1982 0.00 0.10 0.20 0.60  
4.80 5.70 0.50 6.20 132  
243 MICHELE CRISTIANE ESCIURSKIDALLAGNOLI 10/02/1979  
0.40 0.30 0.30 0.40 4.80 6.20 0.00 6.20 133  
10652 DANIELAVECHINI 04/10/1982 0.20 0.50 0.30 0.40 4.80  
6.20 0.00 6.20 134  
2013 MARIA DE FATIMA MARQUES DE VARGAS 13/03/1968 0.00  
0.30 0.20 0.80 4.80 6.10 0.00 6.10 135  
3468 JUCIMERE DA SILVATESKE 23/10/1981 0.00 0.30 0.20 0.80  
4.80 6.10 0.00 6.10 136  
8713 LUIZIANE VENTURINIGONCALVES 23/02/1978 0.40 0.20  
0.10 0.60 4.80 6.10 0.00 6.10 137  
1499 IVETE MARIA DASILVAMEDEIROS 16/09/1968 0.20 0.40  
0.10 0.80 4.80 6.10 0.00 6.10 138  
1417 MARCIA CAETANO NOGUEIRA 27/10/1983 0.20 0.30 0.20  
0.60 4.80 6.10 0.00 6.10 139  
10488 JENIFFER MULLER BRANCO 23/07/1989 0.20 0.30 0.20  
0.60 4.80 6.10 0.00 6.10 140  
5007 MAIARATALITA BEPLER 25/11/1993 0.20 0.30 0.20 0.60  
4.80 6.10 0.00 6.10 141

[NPO]: Nola Ponuguas I [NAT]: Nola Temas Atuais I [NIN]: Nola "  
, de Informédoia I [NTE]: Nola Temas de Educawo I [NCE]: Nata  
Conhecimemo Especficol [NPE]: Nola  
Pmva Esaila I [NPT]: Nola Prova Tlluloa I [NF]: Nova Final

Prefeitura Municipal do Brusque FEPESE  
Concurso Pflbllico - Edltal No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Professor de Educagfio Infantil

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
6572 SUELLEN CORDEIRO FRANCELINO 23/10/1984 0.00 0.30  
0.10 0.40 4.80 5.60 0.50 6.10 142  
176 TATIANE LEITE 13/09/1980 0.00 0.50 0.10 0.20 4.80 5.60  
0.50 6.10 143  
9768 DANIELACARVALHO MATTER DE MOURA 21/04/1986 0.20  
0.10 0.20 1.40 4.20 6.10 0.00 6.10 144  
11047 NAYARA COUTINHO COSTA 23/02/1990 0.20 0.40 0.10  
1.20 4.20 6.10 0.00 6.10 145  
8009 ROSA MARIAVICENTAINER DASILVA 04/11/1971 0.00 0.30  
0.30 0.80 4.20 5.60 0.50 6.10 146  
1056 VANESSAZIRKE BAUMGARTNER 11/09/1983 0.00 0.30 0.30  
0.80 4.20 5.60 0.50 6.10 147

6187 LUANA GONCALVES 22/01/1991 0.20 0.40 0.20 0.60 4.20 5.60 0.50 6.10 148  
 5387 LUCINEIASCALVIN 23/08/1984 0.00 0.10 0.10 1.00 4.80 6.00 0.00 6.00 149  
 7787 ANA CAROLINA FRANCO CAVICHIOLI 01/03/1975 0.00 0.30 0.10 0.80 4.80 6.00 0.00 6.00 150  
 7783 MAINDRA DA SILVA 27/01/1990 0.20 0.30 0.10 0.60 4.80 6.00 0.00 6.00 151  
 6475 SILMARACOLZANI 15/02/1993 0.20 0.20 0.20 0.60 4.80 6.00 0.00 6.00 152  
 2751 LUCIANABOHN SABINO 08/05/1980 0.20 0.30 0.30 0.40 4.80 6.00 0.00 6.00 153  
 2446 FABIANA BATISTASANTIAGO 02/10/1977 0.20 0.50 0.10 1.00 4.20 6.00 0.00 6.00 154  
 7372 JULIANA PEDRDO 17/05/1992 0.20 0.40 0.20 1.00 4.20 6.00 0.00 6.00 155  
 8439 TERESINHAAPARECIDA RUDOLFO 09/06/1967 0.20 0.20 0.10 0.80 4.20 5.50 0.50 6.00 156  
 3277 DEISE FREITAS DE OLIVEIRA PEREIRA 18/06/1973 0.00 0.30 0.20 0.80 4.20 5.50 0.50 6.00 157  
 6423 RAQUEL RESINICEZARIO 24/03/1972 0.20 0.50 0.30 1.40 3.60 6.00 0.00 6.00 158  
 7606 LUCIANA REGIS 14/06/1978 0.20 0.40 0.30 1.00 3.60 5.50 0.50 6.00 159  
 7276 ANGELACRISTINA SILVEIRA GAMBAAZEVEDO 16/01/1981 0.00 0.20 0.10 0.80 4.80 5.90 0.00 5.90 160  
 704 IZABEL CRISTINA MACEDO 29/08/1984 0.00 0.20 0.10 0.80 4.80 5.90 0.00 5.90 161  
 1318 ROSANGELA DE SOUZA 28/03/1983 0.00 0.40 0.10 0.60 4.80 5.90 0.00 5.90 162  
 9525 JULIANA GONCALVES MASTRANDREAS 16/11/1990 0.00 0.40 0.10 0.60 4.80 5.90 0.00 5.90 163  
 6631 EDIMARA MARCOS 15/11/1990 0.20 0.40 0.30 0.20 4.80 5.90 0.00 5.90 164  
 479 ANDREIA DE OLIVEIRA LARA 29/10/1990 0.40 0.40 0.10 0.80 4.20 5.90 0.00 5.90 165  
 6992 FABRICIA PETERMANN TOMASSIA 13/05/1983 0.00 0.40 0.20 0.60 4.20 5.40 0.50 5.90 166  
 3779 ANA CARLA BARCELOS 24/10/1986 0.40 0.20 0.20 0.40 4.20 5.40 0.50 5.90 167  
 3412 ALEXANDRA GEANINYTASSOISIDORO 17/11/1975 0.20 0.40 0.20 1.00 3.60 5.40 0.50 5.90 168  
 1256 ADRIELE MORAIS 20/01/1989 0.00 0.30 0.10 0.60 4.80 5.80 0.00 5.80 169  
 8019 MARIA ELENA FUCHTER RECH 13/08/1964 0.20 0.40 0.00 0.40 4.80 5.80 0.00 5.80 170  
 2675 MARIA LUIZAGIOSELE NOVAIS 29/12/1982 0.20 0.50 0.10 0.20 4.80 5.80 0.00 5.80 171  
 5520 PALOMAAPARECIDAMINATTI 31/03/1980 0.20 0.30 0.10 1.00 4.20 5.80 0.00 5.80 172  
 11084 ELIZETE DASILVA MATOS SEVERINO 30/12/1978 0.20 0.20 0.20 1.00 4.20 5.80 0.00 5.80 173  
 933 EMANUELE DE LIMA BORBA 23/10/1988 0.40 0.30 0.10 0.80 4.20 5.80 0.00 5.80 174  
 9566 ANDREZATACHINIMERICICO 28/10/1981 0.40 0.20 0.20 0.80 4.20 5.80 0.00 5.80 175  
 363 JOCELIAPARECIDA DE SOUZA 15/03/1984 0.40 0.20 0.20 0.80 4.20 5.80 0.00 5.80 176  
 9993 ANA FLAVIACAVALHEIRO 01/01/1998 0.20 0.30 0.00 0.60 4.20 5.30 0.50 5.80 177  
 7823 ROSANA VECHINI 17/01/1980 0.20 0.30 0.20 0.40 4.20 5.30 0.50 5.80 178  
 6810 JACQUELINE DE MIRANDA SANTANA 12/09/1978 0.20 0.20 0.10 1.20 3.60 5.30 0.50 5.80 179  
 9856 DENISE APARECIDA LYRA FAGUNDES 30/12/1991 0.20 0.40 0.10 0.20 4.80 5.70 0.00 5.70 180  
 5608 MARINES HELLMANN CHEROBIN 16/06/1977 0.20 0.40 0.10 0.80 4.20 5.70 0.00 5.70 181  
 7358 FERNANDAPEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO 17/12/1988

0.40 0.20 0.30 0.60 4.20 5.70 0.00 5.70 182  
 10948 ADELIN BELLO 08/03/1983 0.20 0.50 0.20 0.60 4.20 5.70 0.00 5.70 183  
 7963 JULIANA FISCHER DA SILVA 07/08/1977 0.20 0.30 0.10 0.40 4.20 5.20 0.50 5.70 184  
 2442 ROSILEI SCHMINSKI ELIAS 09/01/1980 0.20 0.20 0.20 0.40 4.20 5.20 0.50 5.70 185  
 85 JULIANA STOCKI DOS SANTOS 27/04/1985 0.00 0.30 0.10 1.20 3.60 5.20 0.50 5.70 186  
 1090 LUCIANIMARA FLORIANI 19/07/1967 0.20 0.20 0.20 1.00 3.60 5.20 0.50 5.70 187  
 3651 REGIANEHILGENSTIELER 28/10/1981 0.20 0.20 0.00 0.40 4.80 5.60 0.00 5.60 188

[MP0]: Nola Ponugues I [NAT]: Nola Temas Atuais I [NIN]: Nata Noopdes de In/urmética I [NTE]: Nata Tamas de Educacao I [NCE]: Nola Conhadmento EspecIIeo1[NPE]: Nota Fnova Esau-I19 I [NPT]: Nola Frova Tflulos / [NF]: Nous Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
 Concurso Plibllco - Edital No 2/2013 `

Resultado Final

Cargo: Professor de Educag:-^Jo Infantil

Insc Nome Nasclrnento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 9755 GERUSA DE OLIVEIRA 09/04/1980 0.00 0.20 0.20 0.40 4.80 5.60 0.00 5.60 189  
 10135 ANACLAUDIA SCHMITZ 03/11/1988 0.00 0.20 0.20 1.00 4.20 5.60 0.00 5.60 190  
 4103 DANIELIDOS SANTOS COSTA 11/08/1979 0.20 0.30 0.10 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 191  
 594 FABIANE NOEMIALEMOS 21/03/1983 0.20 0.30 0.10 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 192  
 3972 ANAMARASCHMIDT 01/12/1983 0.20 0.30 0.10 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 193  
 8509 HELLEN CRISTINATEOTONHO BARROS 03/05/1992 0.20 0.30 0.10 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 194  
 2566 SONIAAPARECIDADA SILVAJORGE 07/10/1972 0.20 0.20 0.20 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 195  
 8155 SUZANA CAVICHIOLI 24/04/1983 0.20 0.20 0.20 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 196  
 2045 SANDRAAGUIAR KNIHS 22/09/1968 0.00 0.10 0.00 0.80 4.20 5.10 0.50 5.60 197  
 9995 KERLILUCIANADE PARVAS 17/06/1980 0.20 0.40 0.10 0.80 3.60 5.10 0.50 5.60 198  
 5911 JOSEANE CONSTANTINI 12/08/1988 0.20 0.30 0.20 0.80 3.60 5.10 0.50 5.60 199  
 2730 ADRIANA ZABEL CEREZER 08/02/1974 0.40 0.40 0.10 0.60 3.60 5.10 0.50 5.60 200  
 977 MARISTELA DE SOUSA FACCHINI 06/12/1967 0.20 0.40 0.30 0.60 3.60 5.10 0.50 5.60 201  
 1891 DILMARIZE DE OLIVEIRA BRUNS 02/06/1963 0.20 0.40 0.30 1.20 3.00 5.10 0.50 5.60 202  
 10713 HELENAALVES DASILVABURIGO DACOSTA 08/09/1975 0.00 0.30 0.00 1.00 4.20 5.50 0.00 5.50 203  
 8365 TATIANE DE LIMA KNIHS 20/10/1983 0.00 0.10 0.20 1.00 4.20 5.50 0.00 5.50 204  
 2231 FERNANDA ELISA DE SOUZA MEDEIROS 28/04/1982 0.20 0.20 0.10 0.80 4.20 5.50 0.00 5.50 205  
 6352 PATRICIAALVES DE ASSIS 08/10/1975 0.20 0.50 0.00 0.60 4.20 5.50 0.00 5.50 206  
 2871 ELISANGELALENIRTESSARO 31/12/1982 0.20 0.40 0.10 0.60 4.20 5.50 0.00 5.50 207  
 9720 KARLA MARINA COSTA GIANEZINIVOSS 03/08/1986 0.20 0.40 0.10 0.60 4.20 5.50 0.00 5.50 208  
 6737 LARISSA CRISTINATORRESANI 25/09/1989 0.20 0.30 0.20 0.60 4.20 5.50 0.00 5.50 209



237 MICHELIETNHEL MACHADO 23/10/1975 0.40 0.40 0.10 0.40 4.20 5.50 0.00 5.50 210  
 593 ODILENE FERREIRA 23/07/1983 0.20 0.10 0.10 0.40 4.20 5.00 0.50 5.50 211  
 4008 ENIR SALETE GASPARETTO 12/02/1974 0.20 0.40 0.00 0.80 3.60 5.00 0.50 5.50 212  
 6918 ANGELAMARIA DA SILVA 05/10/1976 0.00 0.50 0.10 0.80 3.60 5.00 0.50 5.50 213  
 8251 ANDREIATATIANE DOS SANTOS 07/02/1980 0.20 0.20 0.00 0.80 4.20 5.40 0.00 5.40 214  
 9549 ALINE DASILVAMENDES 26/12/1988 0.00 0.20 0.20 0.80 4.20 5.40 0.00 5.40 215  
 10668 TATIANA SCHLINDWEIN 24/03/1988 0.20 0.30 0.10 0.60 4.20 5.40 0.00 5.40 216  
 5302 ADRIANATERESINHA DE OLIVEIRA BITTENCOURT 17/04/1974 0.20 0.30 0.30 0.40 4.20 5.40 0.00 5.40 217  
 6401 BIANCAVOLTOLINI 26/03/1975 0.20 0.30 0.30 1.00 3.60 5.40 0.00 5.40 218  
 10704 SIMONE SANTOS LEONARDO 07/02/1972 0.20 0.30 0.00 0.60 4.20 5.30 0.00 5.30 219  
 8664 VIVIANIFRITZE 21/06/1980 0.00 0.30 0.20 0.60 4.20 5.30 0.00 5.30 220  
 5988 EMMY VENTURELLINASCIMENTO 13/04/1989 0.00 0.20 0.50 0.40 4.20 5.30 0.00 5.30 221  
 1597 KARINADA SILVAMABILIAALVESANTUNES 10/06/1985 0.00 0.40 0.10 1.20 3.60 5.30 0.00 5.30 222  
 6784 LUCIAHELENASCODRO PEREIRA 13/08/1962 0.20 0.40 0.10 1.00 3.60 5.30 0.00 5.30 223  
 5099 PATRICIACRISTINA PEREIRA 24/02/1988 0.00 0.30 0.10 0.60 4.20 5.20 0.00 5.20 224  
 8523 JESSICAALINEJESUS DA SILVATEIXEIRA 04/03/1991 0.00 0.20 0.20 0.60 4.20 5.20 0.00 5.20 225  
 5623 VERA LUCIA DA ROSA 30/05/1954 0.00 0.30 0.30 0.40 4.20 5.20 0.00 5.20 226  
 9762 SAMARA EVELYN ALBINO 18/05/1989 0.00 0.40 0.20 1.00 3.60 5.20 0.00 5.20 227  
 10379 PATRICIANOLDIN MARCHI 06/02/1981 0.00 0.30 0.30 1.00 3.60 5.20 0.00 5.20 228  
 7486 VANISIA COGNACO BARAUNA 19/04/1972 0.20 0.40 0.10 0.80 3.60 5.10 0.00 5.10 229  
 10455 SABRINACEBEU 04/02/1989 0.20 0.40 0.30 0.60 3.60 5.10 0.00 5.10 230  
 8530 VALDETE RODRIGUES 24/10/1967 0.00 0.40 0.00 1.00 3.60 5.00 0.00 5.00 231  
 6107 JULIANE MELLO 16/04/1990 0.20 0.20 0.20 0.80 3.60 5.00 0.00 5.00 232  
 1808 LUCIANAMARILUBKE 21/04/1972 0.00 0.50 0.10 0.80 3.60 5.00 0.00 5.00 233

[NPO]: Nata Purlugués I [NAT]: Nola Tamas Aluais / (NIN): Nata Nogfies da Informtata I [NTE]: Nota Tamas de Educagén I [NCE]: Nola Conhecimenlo Espacifioo / [NPE]: Nola Prove Escríla I [NPT]: Nola Pmva Títulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
 Concurso Pfbllco - Edital No 2/2013  
 Resultado Final

Cargo: Professor de Séries/Anos Iniciais

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 3862 FRANCINE TAIS BUTSCH PONTICELLI 02/04/1981 0.40 0.50 0.30 1.40 6.00 8.60 0.00 8.60 1  
 8866 CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON 24/12/1987 0.20 0.40 0.10 1.20 6.00 7.90 0.00 7.90 2  
 3707 DAIANA BARNIBUDNI 13/02/1984 0.00 0.40 0.30 1.20 5.40 7.30 0.50 7.80 3  
 9841 ELISETE ANTONOW ORTMANN 20/02/1977 0.40 0.40 0.30 1.20 5.40 7.70 0.00 7.70 4

80 MARINALVA DA COSTA FELICIO 17/10/1988 0.40 0.40 0.10 0.80 5.40 7.10 0.50 7.60 5  
 7159 SUZANE BECKER 25/09/1989 0.20 0.40 0.30 1.00 5.40 7.30 0.00 7.30 6  
 520 JAQUELINE MARIAWANKA 15/06/1982 0.00 0.40 0.20 1.40 4.80 6.80 0.50 7.30 7  
 8454 KARLATEIXEIRA 07/08/1975 0.20 0.50 0.30 1.00 4.80 6.80 0.50 7.30 8  
 9711 SIRLEIAPARECIDA BOM FOGO FEITOZA 30/01/1973 0.20 0.40 0.30 1.40 4.80 7.10 0.00 7.10 9  
 7812 EUCELIS NUNES GONCALVES DA SILVA 28/01/1969 0.40 0.30 0.30 1.00 4.80 6.80 0.00 6.80 10  
 7243 MARIATEREZINHA DOS REIS KOGIKOWSKI 16/11/1956 0.40 0.30 0.00 0.80 4.80 6.30 0.50 6.80 11  
 5088 ANDREIA CRISTINA SCHWEIGERTWILBERT 09/04/1977 0.20 0.50 0.20 1.00 4.20 6.10 0.50 6.60 12  
 7353 CIMARA HABITZREUTER 29/12/1988 0.20 0.30 0.10 1.00 4.80 6.40 0.00 6.40 13  
 9010 ELENIR DALAGNOLICASAGRANDA 04/07/1980 0.00 0.20 0.10 1.40 4.20 5.90 0.50 6.40 14  
 3514 MARTA MARIA DOS SANTOS 15/09/1956 0.40 0.30 0.20 0.80 4.20 5.90 0.50 6.40 15  
 3375 LORENA CRISTINA DE LIMA 02/07/1989 0.20 0.30 0.20 0.80 4.80 6.30 0.00 6.30 16  
 309 GRACIELA DIRSCHNABEL DE ALMEIDA 20/12/1966 0.20 0.20 0.30 0.80 4.80 6.30 0.00 6.30 17  
 8650 GREICE CARLAVIESENTEINER 18/11/1982 0.60 0.20 0.00 0.60 4.80 6.20 0.00 6.20 18  
 3799 RUBIACIBELISCOZ MACANEIRO 01/05/1976 0.00 0.50 0.30 1.20 4.20 6.20 0.00 6.20 19  
 1079 ANGELA REGINA MARTINS MACHADO BOING 02/10/1976 0.00 0.30 0.00 1.20 4.20 5.70 0.50 6.20 20  
 4217 ANTONIA CLAUDINEIAALVES PINHEIRO 15/02/1971 0.40 0.30 0.30 1.00 4.20 6.20 0.00 6.20 21  
 1408 ALESSANDRA JORDAO COLZANI 13/10/1978 0.40 0.50 0.10 0.80 4.20 6.00 0.00 6.00 22  
 10174 GESICA RAMOS ULLMANN 03/10/1980 0.40 0.20 0.30 0.80 3.60 5.30 0.50 5.80 23  
 3307 CAROLINE HODECKER 22/10/1984 0.40 0.40 0.10 1.40 3.00 5.30 0.50 5.80 24  
 9267 GISELE APARECIDA SMANIOTO 18/02/1982 0.20 0.40 0.20 1.40 3.00 5.20 0.50 5.70 25  
 6482 VALTERTEIXEIRA 30/08/1964 0.80 0.50 0.30 1.00 3.00 5.60 0.00 5.60 26  
 152 PATRICIA BAUMGARTNER 28/11/1978 0.20 0.40 0.10 0.60 4.20 5.50 0.00 5.50 27  
 7591 ALINEVICENTAINERIMHOF 18/06/1989 0.20 0.30 0.10 0.80 3.60 5.00 0.50 5.50 28  
 3349 RITA DE CASSIA HIFOLITO DOS SANTOS LOPES 23/02/1963 0.00 0.30 0.20 1.20 3.60 5.30 0.00 5.30 29  
 9027 JUCELIAREDIVO DE OLIVEIRA 12/01/1971 0.00 0.20 0.10 0.60 4.20 5.10 0.00 5.10 30  
 3891 JADY LEAL 29/08/1991 0.20 0.20 0.10 0.40 4.20 5.10 0.00 5.10 31  
 9570 MICHELE COSTAVISCONTI 25/05/1982 0.60 0.20 0.10 1.20 3.00 5.10 0.00 5.10 32  
 3584 PRISCILA FERREIRA CAMPOS 28/02/1984 0.40 0.40 0.30 1.00 3.00 5.10 0.00 5.10 33  
 6969 ROSANE AMARAL COUTO 16/02/1976 0.20 0.40 0.00 0.80 3.60 5.00 0.00 5.00 34

[MP0]: Nola Português I [NAT]: Nola Tamas Amais I [NIN]: Nola Nogiies as Inlomxética I [NTE]: Nola Tamas de Educagao I [NCE]: Nola Conlwcimenlo Espedfioo I {NPE}: Nota Prova Esoiila/[NPT]: N013 Provo Títulos / [NF]: Nola Fnai

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
 Concurso Pfblico - Edital No 2/2013  
 Resultado Final

## Cargo: Artes

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 10753 KARINA BIANCHINISTOLL 21/07/1973 0.40 0.40 0.40 1.20  
 4.20 6.60 0.00 6.60 1  
 1736 SILVANA KUSZKOWSKI 19/10/1980 0.20 0.40 0.30 0.80 3.60  
 5.30 0.50 5.80 2  
 3804 CLEIDE REIS SILVA 05/04/1983 0.40 0.40 0.30 1.00 3.00  
 5.10 0.50 5.60 3

[NPO]: Nola Portugues I [NAT]: Nola Tamas Aluals I [NIN]: Nola  
 Nogoos do Inlormalca I [NTE]: Nola Tamas do Educafo I [NCE]:  
 Nola Conhacimenlo Especficu I [NPE]: Nola  
 Provo Esalla I [NPT]: Nola Provo Tlulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
 Concurso Pfblico - Edital No 2/2013

## Resultado Final

## Cargo: Lingua Inglesa

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 9167 JONAS GUILHERMEVIEIRA 22/09/1991 0.40 0.30 0.20 0.60  
 5.40 6.90 0.00 6.90 1  
 7068 ALIANA MOTI'A GERLACH CAMPOS 30/08/1980 0.20 0.40  
 0.20 1.20 4.80 6.80 0.00 6.80 2  
 8872 TALITA POSTAI 26/05/1984 0.20 0.30 0.10 1.20 4.20 6.00  
 0.50 6.50 3  
 5564 JAINE LAIS VICENTINI 18/05/1993 0.20 0.30 0.10 0.80 4.20  
 5.60 0.00 5.60 4  
 5026 CRISTINAHELENA DE SOUZAASSINI 22/08/1976 0.00 0.50  
 0.10 0.80 4.20 5.60 0.00 5.60 5

[NPO]: Nola Portuguas I [NAT]: Nola Tomas Aluals I [NIN]: Nola  
 Nooos da Information I [NTE]: Nola Tomas do Educaoao I [NCE]:  
 Nola Conlledmenla Especfioo I [NPE]: Nola  
 Prove Escrla I [NPT]: Nola Prova Tlulos I [NF]: Nola Final

Prefeltura Municipal do Brusque FEPESE  
 Concurso Pliblico - Edital No 2/2013  
 Resultado Final

## Cargo: Ciências

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 7949 PATRICIA FERNANDABECKHAUSER 28/07/1981 0.20 0.40  
 0.10 1.40 6.00 8.10 0.50 8.60 1  
 8806 LUANA GABRIELA SCHWARZ HOLETZ 06/02/1983 0.80 0.50  
 0.30 1.00 5.40 8.00 0.50 8.50 2  
 3398 ROSALIA REGINA FERNANDES PAVANATI 24/11/1980 0.40  
 0.40 0.30 1.40 5.40 7.90 0.00 7.90 3  
 9532 PAMELA CATTUSCIA FELIPIM DA SILVA 16/09/1986 0.20  
 0.40 0.30 0.40 6.00 7.30 0.50 7.80 4  
 5324 MAURICIO SOARES HALAIKO 28/09/1982 0.20 0.40 0.30  
 1.40 5.40 7.70 0.00 7.70 5  
 7685 ADRIANA SCHLINDWEIN DE LIMAS 28/12/1983 0.60 0.40  
 0.30 1.00 5.40 7.70 0.00 7.70 6  
 838 GISELE MORAES BUCH 11/05/1988 0.20 0.40 0.20 1.00 5.40  
 7.20 0.00 7.20 7  
 7689 ARTHUR HENRIQUE RAUSCH RIBEIRO 20/09/1984 0.00  
 0.40 0.20 1.00 5.40 7.00 0.00 7.00 8  
 9021 JOAO PAULO GOMES DE CARVALHO 23/06/1985 0.20 0.40  
 0.10 0.60 5.40 6.70 0.00 6.70 9  
 5326 ALAIDES SIDIANE PEREIRAHALAIKO 18/10/1982 0.20 0.30  
 0.20 1.20 4.80 6.70 0.00 6.70 10  
 9821 INES GABRIELAWEBER NUNES 03/12/1984 0.00 0.50 0.40  
 0.80 4.80 6.50 0.00 6.50 11  
 10555 ALINIMARQUES 16/05/1988 0.20 0.30 0.30 0.40 4.80 6.00  
 0.00 6.00 12

55 MOISES KRIEGER 29/04/1976 0.00 0.40 0.30 0.80 4.20 5.70  
 0.00 5.70 13  
 9741 EVA PATRICIADRAGO DE SOUZA 11/02/1987 0.20 0.40 0.20  
 0.80 3.60 5.20 0.00 5.20 14  
 9013 LUANA DE LUCENA NOVAES 08/02/1983 0.00 0.50 0.20 0.80  
 3.60 5.10 0.00 5.10 15  
 10275 ANA PAULA MENEGOTTO MENDES 09/03/1976 0.60 0.30  
 0.20 1.60 2.40 5.10 0.00 5.10 16

[NPO]: Nola Porlugués I [NAT]: Nola Tomas Aluais I [NIN]: Nola  
 Noooss do Inlormélica I [NTE]: Nola Tomas do Eduoagéo I [NCE]:  
 Nola Conhecclmonlo Especfioo I [NPE]: Nola  
 Prova Esalla I [NPT]: Nola Pruva Tlulos I [NF]: Nola Final

Prefellura Municipal de Brusque FEPESE  
 concurso Puilbllo - Edital No 2/2013  
 Resultado Final

## Cargo: Educagéo Especial

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
 840 ELIZIANE APARECIDA PEREIRA FRANTZ 21/11/1979 0.40  
 0.30 0.20 1.20 6.00 8.10 0.50 8.60 1  
 6491 ANAMARIA PONCIANO DASILVA 09/11/1981 0.20 0.40 0.30  
 1.20 6.00 8.10 0.50 8.60 2  
 1806 GRAZIELAALVES 31/01/1983 0.60 0.40 0.10 1.00 6.00 8.10  
 0.50 8.60 3  
 9278 BARBARA KISLA DE SOUZA BATISTA 28/05/1984 0.00 0.30  
 0.40 1.20 6.00 7.90 0.50 8.40 4  
 7133 LUCIANE MARQUES NUNES 14/11/1970 0.60 0.20 0.10 1.40  
 6.00 8.30 0.00 8.30 5  
 1304 ARLETE PIRES 04/08/1968 0.40 0.30 0.20 1.40 6.00 8.30  
 0.00 8.30 6  
 3388 ELIZETE WIPPEL MINUZZI 23/04/1980 0.20 0.40 0.20 1.00  
 6.00 7.80 0.50 8.30 7  
 2154 ELISABETE GOMES NAZARIO 22/06/1977 0.00 0.50 0.30  
 1.60 5.40 7.80 0.50 8.30 8  
 2624 RAFAEL DE OLIVEIRA ORLOF 12/08/1982 0.00 0.40 0.30  
 1.20 6.00 7.90 0.00 7.90 9  
 4164 CHARLENE LANCONISOARES 02/10/1983 0.20 0.30 0.20  
 1.20 5.40 7.30 0.50 7.80 10  
 10205 SABRINAARRUDA DE VARGAS 25/10/1989 0.40 0.30 0.20  
 1.40 5.40 7.70 0.00 7.70 11  
 10383 MARLITERESINHA BENVENUTTIBUSS 19/01/1952 0.60  
 0.40 0.00 1.20 4.80 7.00 0.50 7.50 12  
 2669 ANA PAULA SCHRAMM 07/01/1982 0.00 0.30 0.30 1.20 4.80  
 6.60 0.50 7.10 13  
 9655 ISIS ROSADE ARAUJO 29/04/1989 0.20 0.20 0.20 0.40 6.00  
 7.00 0.00 7.00 14  
 5416 MARIA SOLAINE DASILVAFAGUNDES 10/04/1965 0.40 0.50  
 0.30 1.00 4.80 7.00 0.00 7.00 15  
 5620 GEISA CARLA GRIPA 21/10/1981 0.40 0.40 0.10 1.40 4.20  
 6.50 0.50 7.00 16  
 7991 ALINE PORTELAZANON 05/03/1990 0.00 0.50 0.20 0.80  
 5.40 6.90 0.00 6.90 17  
 1317 EVANDRO KOHLER 04/04/1976 0.60 0.40 0.10 0.40 4.80  
 6.30 0.50 6.80 18  
 6790 VALDETE DE CARVALHO ANDRADE 10/03/1967 0.00 0.30  
 0.00 0.60 4.80 5.70 0.50 6.20 19  
 9092 JOELCIMACIELSANTETTI 26/11/1973 0.20 0.20 0.10 1.00  
 4.20 5.70 0.50 6.20 20  
 10257 NILDA GENYPEDRININORILLER 22/05/1971 0.20 0.30 0.30  
 0.60 4.20 5.60 0.50 6.10 21  
 6417 GLACIDIONEIMIANOWSKY 24/10/1957 0.00 0.20 0.00 0.80  
 4.20 5.20 0.50 5.70 22  
 8115 IZABEL SOMAVILLA 07/06/1960 0.00 0.20 0.10 1.40 3.60  
 5.30 0.00 5.30 23  
 10789 FRANCIELICAMARGO 09/05/1984 0.20 0.40 0.30 0.80 3.60  
 5.30 0.00 5.30 24



[NPO]: Nola Ponuguas I [NA1']: Nola Ternas Aluais I [NIN]: Nola Nopooos do Inlormatica I [NTE]: Nola Tamas do Educagéo I [NCE]: Nola Conheoimenlo Específioo I [NPE]: Nola Prova Esalla I [NPT]: Nola Provo Títulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
Concurso Pílhico - Edlial No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Educagfio Fisica

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
9623 JOSE CARLOS TORRESANI 06/05/1975 0.20 0.30 0.30 1.40  
3.00 5.20 0.50 5.70 1  
8126 GABRIEL ANDRE SCHWARTZ 24/05/1986 0.00 0.20 0.40  
0.80 3.60 5.00 0.00 5.00 2

[NPO]: Nola Forlugués I [NAT]: Nola Tamas Aluels I [NIN]: Nola Noooos do Inlormatica I [NTa]: Nola Tamas do Eduoagao I [NCE]: Nola Conheocimenlo Específioo I [NPE]: Nola Prova Eacrlin I [NPT]: Nola Provo Títulos I [NF]: Nola Final

Prafullura Municipal do Brusque FEPESE  
Concurso Pílbico - Edltal No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Ensino Religioso

Insc Nome Nasclmento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
10331 ELIANE APARECIDA PEDRINI 23/07/1964 0.40 0.20 0.20  
0.20 4.20 5.20 0.00 5.20 1

[MP0]: Nola Porlugues I [NAT]: Nola Tomas Aluels I [NIN]: Nola Noooos do Inlormatica I [NTE]: Nola Tomas do Educacao I [NCE]: Nola Conheocimenlo Especíioo I [NPE]: Nola Prova Escrla I [NPT]: Nola Prova Títulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal do Brusque FEPESE  
Concurso Pílbico - Edltal No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Geografia

Insc Nome Nasclmento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
2206 GUSTAVO COUTO DE CARVALHO 01/05/1979 0.20 0.50 0.10  
1.20 5.40 7.40 0.00 7.40 1  
3404 PRISCILA MORELLI 18/07/1981 0.20 0.50 0.30 0.80 4.80  
6.60 0.50 7.10 2  
7120 ROSANE GOLYNSKINOGUEIRA 05/03/1981 0.40 0.50 0.30  
1.00 4.20 6.40 0.50 6.90 3  
4155 MARCELO NOLDIN 01/05/1981 0.40 0.50 0.20 1.00 4.20  
6.30 0.50 6.80 4  
7015 CARLA CRISTINA UHLMANN 18/01/1981 0.20 0.50 0.30 1.00  
4.20 6.20 0.00 6.20 5  
1162 CASSIANE DE FATIMAPEROVANO 02/08/1983 0.20 0.40 0.20  
1.20 3.60 5.60 0.50 6.10 6  
4848 TAFARELCASSANIGA 26/10/1992 0.40 0.50 0.20 0.40 3.60  
5.10 0.00 5.10 7

[NPO]: Nola Ponugues I [NAT]: Nola Tomas Aluels I [NIN]: Nola Noooos de Informéilz I [NTE]: Nola Tamas do Educacéo I [NCE]: Nola Conheocimenlo Específioo I [NPE]: Nola Provo Esuila I [NPT]: Nola Prove Títulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal do Brusque FEPESE  
Concurso Pílbico - Edltal No 2/2013

Resultado Final

Cargo: História

Insc Nome Nasclmento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
845 EDU GEVAERD NETO 03/05/1976 0.40 0.50 0.20 1.20 6.00  
6.30 0.50 8.80 1  
4005 LUCIANA PAZA TOMASI 03/09/1986 0.40 0.50 0.20 1.40  
5.40 7.90 0.50 8.40 2  
5795 ADRIANA M OSIMANN 26/06/1987 0.40 0.50 0.20 1.00 6.00  
8.10 0.00 8.10 3  
3527 GRAZIELA MAFFEZZOLLI 29/10/1982 0.00 0.40 0.10 1.40  
5.40 7.30 0.50 7.80 4  
10645 ELISANGELA HOFFMANN 31/05/1982 0.00 0.40 0.10 1.00  
5.40 6.90 0.50 7.40 5  
9038 CARLOS EDUARDO MICHEL 12/06/1988 0.40 0.40 0.30 0.80  
5.40 7.30 0.00 7.30 6  
459 MARCIA ERBS 16/12/1965 0.40 0.40 0.00 1.40 4.20 6.40 0.50  
6.90 7  
5650 FLAVIA BOSSONI DIONISIO 04/03/1989 0.40 0.40 0.20 1.00  
4.80 6.80 0.00 6.80 6  
9606 JOAO RICARDO 10/02/1972 0.20 0.50 0.20 0.60 4.80 6.30  
0.50 6.80 9  
10263 ALEXANDRE CORA 15/06/1971 0.00 0.50 0.40 1.00 4.80  
6.70 0.00 6.70 10  
106 MAIARA BINA CORVO CHIERICI 16/06/1987 0.60 0.50 0.30  
0.60 4.20 6.20 0.50 6.70 11  
1669 JAQU ELINE BARON 09/09/1987 0.20 0.40 0.30 1.00 4.20  
6.10 0.50 6.60 12  
10541 REGINA MARIA FIALKOSKI BASSO 14/09/1961 0.40 0.30  
0.20 0.80 4.80 6.50 0.00 6.50 13  
11071 GILBERTO RODRIGO GOEDERT 14/11/1976 0.20 0.40 0.30  
0.80 4.80 6.50 0.00 6.50 14  
8151 ISRAEL SCHARAN 26/06/1985 0.00 0.50 0.20 0.80 4.80 6.30  
0.00 6.30 15  
6276 JULIANO LATOUR RAMOS 10/12/1966 0.40 0.50 0.10 1.00  
4.20 6.20 0.00 6.20 16  
843 ANDREA MACHADO 11/06/1984 0.00 0.40 0.20 0.80 4.20  
5.60 0.50 6.10 17  
3841 CATIA HELENA SOARES 19/03/1982 0.00 0.40 0.10 1.00  
3.60 5.10 0.50 5.60 18  
8215 ROBERTO HOCHSPRUNG 13/04/1963 0.20 0.30 0.10 0.60  
4.20 5.40 0.00 5.40 19  
1166 CAROLINE VIEIRA DUTRA 20/12/1989 0.00 0.50 0.10 0.60  
4.20 5.40 0.00 5.40 20  
5932 GLADSON MATOS CANUTO 06/01/1964 0.40 0.40 0.20 0.60  
3.60 5.20 0.00 5.20 21  
9518 ELAINE DE FATIMA MARTINS DE CORDOVA 20/05/1962 0.40  
0.40 0.10 0.60 3.60 5.10 0.00 5.10 22

[NPO]: Nola Ponuguas I [NAT]: Nola Tomas Aluels I [NIN]: Nola Nopooos do Inlormatica I [NTE]: Nola Tamas do Educacao I [NCE]: Nola Conheocimenlo Especíioo I [NPE]: Nola Provo Escrla I [NPT]: Nola Prova Títulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPESE  
Concurso Pílbico - Edital No 2/2013

Resultado Final

Cargo: Língua Portuguesa

Insc Nome Nasclmento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
5309 SANDROVERGILIO FRANCISCO 29/08/1968 0.20 0.50 0.30  
1.60 4.80 7.40 0.50 7.90 1  
10292 EDGARD LEW SAPORITO DA SILVA 01/07/1986 1.00 0.50  
0.30 1.20 4.80 7.80 0.00 7.80 2  
292 IVELINE DE FREITAS REHBEIN PAZA 09/04/1985 0.60 0.50  
0.30 1.60 3.60 6.60 0.00 6.60 3

10201 ROGERIO PEREGO 20/10/1982 1.00 0.50 0.30 0.60 3.60  
6.00 0.00 6.00 4

[NPO]: Nola Portuguas I [NAT]: Nola Tamas Aluais I [NIN]: Nola  
Nngbes de Infurmética I [NTE1: Nata Temas da Educagao I [NCE]:  
Nata Conhecimenla Específico I [NPE]: Nola  
Pmva Esuita I [NPT]: Nola Prove Tlulos I [NF]: Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusqua FEPESE

Concurso Pfbllco - Edital No 2/2013

Resultado Final

cargo: Matemática

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NTE NCE NPE NPT NF Class  
9597 MAICON SCHLICHTING 03/05/1977 0.20 0.40 0.30 1.00  
5.40 7.30 0.50 7.80 1  
6715 ALINE NERVO DE MATOS 16/06/1984 0.40 0.40 0.20 1.80  
4.20 7.00 0.50 7.50 2  
4300 SAMUELHAAG 13/05/1991 0.20 0.40 0.50 0.40 5.40 6.90  
0.00 6.90 3  
7200 THIAGO HERMENEGILDO DE FARIA 15/09/1987 0.20 0.40  
0.50 1.00 4.80 6.90 0.00 6.90 4  
10241 DEISE BECKER 18/11/1983 0.60 0.20 0.30 1.00 4.20 6.30  
0.50 6.80 5  
9205 ANA FLAVIABATILAMSCHMITZ 14/05/1988 0.20 0.30 0.20  
1.00 3.60 5.30 0.50 5.80 6  
8425 SILVANAAPARECIDA MARTINS OBIO4/1973 0.20 0.50 0.20  
1.00 3.60 5.50 0.00 5.50 7  
147 FREDDY VINICIUS COSTA 25/04/1971 0.00 0.50 0.30 1.20  
3.00 5.00 0.50 5.50 8  
5969 ALBERLAYNE BARROSO 01/11/1979 0.00 0.30 0.20 1.20  
3.60 5.30 0.00 5.30 9  
4748 ELISANGELA CERVITHOMAZ 05/07/1979 0.20 0.50 0.10  
0.80 3.60 5.20 0.00 5.20 10

[NPO]: Nona Portugunis I {NAT}: Nola Tamas Atunis / [NIN]: N019  
Nogoes da Inirmética I [NTE]: Nola Tamas ds Educagáo I [NCE]:  
Noia Conhecimento Especifico I [NPE]: Nola  
Pruva Esutta I [NPT]: Nola Pmva Tlulos I [NF]: Nata Final

Prefeilura Municipal de Brusque FEPESE

Concurso Pfbllco - Edital No 4/2013

Resultado Final

Cargo: Motorista de Veiculos Leves

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NCE NPE NPP NF Class  
6353 LUIZ DANIEL DE BARROS SANCHEZ 13/07/1975 0.20 0.40  
0.20 7.50 8.30 10.00 8.98 1  
7542 EDUARDO FUCKNER 10/10/1978 0.40 0.40 0.40 7.00 8.20  
9.00 8.52 2  
4165 FERNANDO ESTEFANI 11/06/1979 0.20 0.20 0.40 7.00 7.80  
9.00 8.28 3  
6732 SANDERSON VALIM 30/03/1972 0.60 0.40 0.40 7.50 8.90  
6.50 7.94 4  
10470 PETER VIEIRA DA COSTA 09/03/1974 0.80 0.50 0.20 7.00  
8.50 7.00 7.90 5  
3867 HELIOIMHOF 24/05/1959 0.40 0.50 0.20 6.50 7.60 7.50 7.56  
6  
8240 WESLEY FERNANDO SOARES 30/05/1990 0.60 0.40 0.60  
6.50 8.10 6.50 7.46 7  
9025 NILTON CESAR MACEDO 20/11/1971 0.20 0.30 0.40 7.00  
7.90 6.50 7.34 B  
6617 ATILIO ALBERTO GRAF 02/01/1963 0.00 0.50 0.20 6.50 7.20  
7.50 7.32 9  
9550 NATANAEL HENRIQUE ROCHA PEREIRA 02/09/1992 0.20  
0.50 0.20 7.00 7.90 6.00 7.14 10

[NPO]: Note Pontugubs I [NAT]: Nola Tamas Aluais I [NIN]: Nola

Nogiies da Inlormatica I [NCE]: Nata Canhenimmo Especiliau I  
[NPE]: Nnla Pruva Escrla I [NPE]: Nula Prcwa  
Esai1aI[NPP]: Nola Pmva mum / [NF] Nata Final

Prefeitura Municipal de Brusque

FEPESE

concurso Pfblico - Edital No 6/2013

Resultado Final

Cargo: Operador de Máquinas

Insc Nome Nascimento NPO NMT NCE NPE NPP NF Class

10326 NOURIVAL JOSE COELHO 24/06/1951 1.00 1.50 4.00 6.50  
10.00 7.90 1

6253 VALDECIR PEREIRA 27/01/1987 1.50 1.00 3.50 6.00 10.00  
7.60 2

1687 ERITON LOPES DE SANTAANNA 07/03/1990 2.00 2.00 1.00  
5.00 9.00 6.60 3

8807 ADENILSON ALBINO DA SILVA 02/09/1976 1.50 2.00 2.50  
6.00 6.00 6.00 4

5169 ANTONIO CLAUDECIR GONCALVES 07/07/1972 1.00 0.50  
4.00 5.50 6.50 5.90 5

9370 MICHEL PLATINIR WOICKOSKI 04/12/1987 2.00 2.50 2.00  
6.50 5.00 5.90 6

[NPO]: Nola Pur1uguésI [NMT]: Nola Matem6.1Ecar [NCE]: Nola  
canhecimenm Especllco /' (NPE): Nola Prova Escma I [NPE]: Nata  
Prova Escrlta I [NPP]: Nola Pmva Pratica I

[NF] Nata Final

Prefeitura Municipal de Brusque

Concurso Pliblco - Edital No 6/2013

Resultado Final

Cargo: Motorista de Velculos Pesados

FEPESE

Insc Nome Nascimento NPO NAT NCE NPE NPP NF Class

8686 CARLOS ANTONIO IZUCK DE ALMEIDA 23/04/1976 0.60  
1.00 7.50 9.10 10.00 9.46 1

6899 LEANDRO PAULO FURTADO DE ARAGAO 06/02/1986 0.30  
0.60 7.50 8.40 10.00 9.04 2

4898 GUSTAVO JACOMO 06/12/1974 0.90 1.00 6.50 8.40 10.00  
9.04 3

3609 RENATO HAMES 01/09/1971 0.60 1.00 6.50 8.10 10.00 8.86  
4

5676 ELIAS DA ROSA BARBOSA 14/10/1987 0.90 0.80 7.00 8.70  
9.00 8.82 5

563 ALEXANDRE SIDNEIDASILVA 25/06/1978 0.30 0.60 7.00 7.90  
10.00 8.74 6

8119 THIAGOANDRADE 30/05/1989 0.60 0.60 7.00 8.20 9.50 8.72  
7

1619 LUIZ FERNANDO DIAS 20/09/1969 1.20 1.00 7.50 9.70 7.00  
8.62 8

150 ODIRLEITHIAGO MELLATO 29/05/1979 0.00 1.00 6.50 7.50  
10.00 8.50 9

2403 PEDROANTUNES DA COSTA 02/01/1979 0.30 0.60 6.50  
7.4010.00 8.44 10

653 DAVI RICARDO CARDOSO JORGE 28/11/1981 0.60 0.80 6.00  
7.40 10.00 8.44 11

8527 MARCELINO ORTIZ TAMARA 22/05/1989 0.60 0.40 7.00 8.00  
9.00 8.40 12

B464 ALEXSANDER MEDEIROS 09/02/1977 0.90 0.60 6.50 8.00  
9.00 8.40 13

B814 MARCELO MAICON KESSELER 29/10/1988 0.30 1.00 6.00  
7.30 10.00 8.38 14

2553 OSNIR BATSCHAUER 07/03/1959 0.30 0.80 6.50 7.60 9.50

8.36 15  
 5634 ED WILSON OLIVEIRA DE LIMA 27/12/1971 0.60 0.80 6.50  
 7.90 9.00 8.34 16  
 6305 ADAILTON DE ANDRADE GALDINO 15/06/1971 0.60 0.80  
 6.00 7.40 9.50 8.24 17  
 10453 DIOGO OLIVEIRATOLED0 05/03/1986 0.60 0.40 6.50 7.50  
 9.00 8.10 18  
 8584 ALTAIR SCHIRMER 03/06/1967 0.30 0.80 6.00 7.10 9.50  
 8.06 19  
 10851 MARCIANO KRETSCHMER 08/09/1977 0.30 0.80 6.00 7.10  
 9.50 8.06 20  
 4090 ADILSON ANTUNES PEREIRA 24/05/1982 0.60 0.60 7.50  
 8.70 7.00 8.02 21  
 8745 DENIS DE SOUZA 24/04/1981 0.60 1.00 6.50 8.10 7.50 7.86  
 22  
 633 LEONARDO AZEVEDO SARTURI 06/09/1985 1.50 1.00 6.50  
 9.00 6.00 7.80 23  
 9238 JOEL PIVETI A 10/05/1982 0.60 0.80 7.50 8.90 6.00 7.74 24  
 1174 JOAO ALCIDES DIEHL 04/04/1966 1.20 1.00 7.00 9.20 5.50  
 7.72 25  
 1516 EVERTON HEINZ 13/09/1988 0.90 0.60 6.00 7.50 8.00 7.70  
 26  
 1350 DILMAR GIACHINI 03/11/1966 0.30 1.00 7.00 8.30 6.50 7.58  
 27  
 7601 MICHEL AUGUSTO DE ARAUJO 29/10/1986 0.30 1.00 7.00  
 8.30 6.50 7.58 28  
 1400 EVANDRO ROBERTO ULRICH 18/01/1980 0.60 0.80 6.50  
 7.90 7.00 7.54 29  
 1510 RUDINEIMARTINS 14/09/1987 0.30 1.00 6.50 7.80 7.00 7.48  
 30  
 3183 JOAO CARLOS PIRES DE MEDEIROS 24/01/1972 0.60 0.60  
 6.50 7.70 6.50 7.22 31  
 5949 CLOVIS HUMBERTO DE SOUZA 03/05/1963 0.00 0.80 6.50  
 7.30 7.00 7.18 32  
 9208 VANDERLEICLERES DA SILVA 21/05/1962 0.00 0.60 7.50  
 8.10 5.50 7.06 33  
 6202 JOAO PAULOANTUNES MACIELJUNIOR 29/06/1980 0.60  
 1.00 6.50 8.10 5.50 7.06 34  
 9601 LUIS AUGUSTO GONCALVES 25/08/1978 0.30 0.80 6.50 7.60  
 6.00 6.96 35  
 9361 EVALDO SALVADOR PEREIRA 19/09/1959 0.60 0.60 6.00  
 7.20 6.50 6.92 36  
 11108 CARLOS CORREA DOS SANTOS 26/02/1969 0.30 0.60 6.50  
 7.40 6.00 6.84 37  
 1774 GREGORIO CORNEIRO PEREIRA 27/03/1954 0.30 0.80 6.50  
 7.60 5.50 6.76 38

[NPO]: Nola Poriugués I [NAT]: Nola Tamas Aluais I [NCE]: Nola  
 Conhedmenlo Específico I [NPE]: Nata Prove Escrita I [NPE]: Nola  
 Prova Escrita I [NPP]: Nola Pmva Prélcal

[NF] Nola Final

Prefeitura Municipal do Brusque  
 Concurso Píbllico - Edital No 7/2013

Resultado Final

Cargo: Operador de Máquinas

FEPese

Insc

Nome

Nascimento

NPO

NMT

NCE

NPE

NPP

NF

Class

161

JOAO AGUINALDO DA SILVA

07/08/1 978

2.00

2.00

3.50

7.50

5.00

6.50

[NPO]: Nola Porlugues I [NMT]: Nola Malemalica / [NCE]: Nola  
 Conhedmenlo Específico I [NPE]: Nola Prova Escrita / [NPE]: Nola  
 Prova Escrita I [NPP]: Nola Prova Pralca I

[NF] Nola Final

Prefeitura Municipal de Brusque FEPese  
 Concurso Píbllico - Edital No 8/2013  
 Resultado Final

Cargo: Motorista de Ambulância

Insc Nome Nascimento NPO NAT NIN NCE NPE NPP NF Class  
 9194 EDUARDO GAI GARCIA 19/05/1977 0.40 0.50 0.40 7.00 8.30  
 10.00 8.98 1  
 6525 ALEXANDRE FERREIRA CORREIA 05/09/1975 0.60 0.20 0.00  
 7.00 7.80 10.00 8.68 2  
 9538 FABIO KOVALSKI 09/02/1981 0.60 0.30 0.20 6.50 7.60 10.00  
 8.56 3  
 5871 CILION CHARLES PEREIRA 10/02/1975 0.40 0.50 0.40 6.50  
 7.80 9.50 8.48 4  
 7697 JAIRO DE AZEVEDO 12/06/1985 0.20 0.50 0.60 6.50 7.80  
 6.00 7.08 5

[NPO]: Nola Porlugues I [NAT]: Nola Tamas Atuais / [NIN]: Nola  
 Noglles do Informélca I [NCE]: Nola Con/lecimenln Espaclrxco I  
 [NPE]: Nola Prova Escrita I [NPE]: Nata Prova  
 Esailn I [NPP]: Nola Prova Pralca I [NF] Nola Final

**Portaria Nº 9.188, de 27 de Junho de 2014**

PORTARIA Nº 9.188, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 147/09, CONSIDERANDO o decidido no Processo Administrativo Disciplinar nº 15/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir, por infringência ao artigo 188, VII, da Lei Complementar nº 147/2009, RODRIGO MARTINS, matrícula nº 81335.4, do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**Extrato Processo Licitatório Nº 093/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2014  
CONCORRÊNCIA nº 010/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA ANTONIO HEIL (SC 486), TRECHO 2, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Nona, Item 9.1 (habilitação jurídica); 9.2 (regularidade fiscal e trabalhista); 9.3. (qualificação técnica) e 9.4 (qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI e PACOPEDRA PAVIMENTADORA COMERCIO DE PEDRAS LTDA e inabilitação das Empresas EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA e EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.  
27/06/2014

RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

**Decreto Nº. 7.460, de 30 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 7.460, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 593.000,00 (Quinhentos e noventa e três mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00	Aplicações Diretas <input type="checkbox"/> Outras Despesas
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 60.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
023.695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
3.3.90.00	Aplicações Diretas <input type="checkbox"/> Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
14.00	Encargos Gerais do Município
14.001	Encargos Gerais do Município
028.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.72.00	Precatórios
VALOR	R\$ 450.000,00
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de
Brusque	
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de
Brusque	
023.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico
3.3.90.00	Aplicações Diretas <input type="checkbox"/> Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 33.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil
3.3.50.00	Transf. A inst. Priv. S/ Fins Lucrativos
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 60.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
023.695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
14.00	Encargos Gerais do Município
14.001	Encargos Gerais do Município
028.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos



0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 450.000,00
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
023.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico
4.4.90.00	Aplicações Diretas <input type="checkbox"/> Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 33.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de junho de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

## Caçador

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 6.045

DECRETO nº 6.045, de 25 de junho de 2014.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 642,80m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e dois metros e oitenta decímetros quadrados), de propriedade de Sidinei Braatz, localizado na Rua Florianópolis, objeto da matrícula nº 30.440, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área 01 com 145,08m<sup>2</sup> (cento e quarenta e cinco metros e oito decímetros quadrados), iniciando-se no ponto denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=496678.620m e N=7038447.636m, dividindo-o com o Lote 02, pertencente a matrícula nº 3152; Deste segue confrontando com o imóvel do Lote 02, pertencente a matrícula nº 3152, com o azimute 145°11'32" e a distância de 10,00m até o ponto 'P02' (E=496684.363m e N=7038439.375m); Deste segue confrontando com o Lote 03 e parte do Lote 01 pertencente a matrícula nº30.440, com o azimute 248°43'07" e a distância de 14,33m até o ponto 'P03' (E=496671.015m e N=7038434m); Deste segue confrontando com parte do Lote 01, pertencente a matrícula 2351, com o azimute 323°46'04" e a distância de 12,00m até o ponto 'P04' (E=496663.923m e N=7038443.855m); Deste segue confrontando com o Lote 20, pertencente a matrícula 2254 do Loteamento Jardim Perret com o azimute 75°47'05" e a distância de 15,20m até o ponto 'P01'(E=496678.620m e N=7038447.636m); Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 145,08m<sup>2</sup>.

II - Área 02 com 497,72m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e sete metros e setenta e dois decímetros quadrados), iniciando-se no ponto denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=496684.363m e N=7038439.375m, dividindo-o com o Lote 02, pertencente a matrícula nº 3152; Deste segue confrontando com o Lote 02, pertencente a matrícula nº 3152, com o azimute 145°11'32" e a distância de 15,30m até o ponto 'P02' (E=496693.095m e N=7038426.816m); Deste segue confrontando com o Lote 04, pertencente a matrícula 3926, com o azimute 145°11'32" e a distância de 5,00m até o ponto 'P03' (E=496695.949m e N=7038422.710m); Deste segue confrontando com o Lote 05, pertencente a matrícula 3351 com o azimute 244°41'25" e a distância de 31,00m até o ponto 'P04' (E=496668.391m e N=7038409.678m); Deste segue confrontando com a Rua Florianópolis, com o azimute 321°11'17" e a distância de 12,00m até o ponto 'P05' (E= 496660.864m e N=7038419.035m); Deste segue confrontando com parte do Lote 01, pertencente a matrícula 3628, com o azimute 59°43'04" e a distância de 17,00m até o ponto 'P06' (E=496675.747m e N=7038427.726m); Deste segue confrontando com parte do Lote 01, pertencente a matrícula



3628, com o azimute 323°44'08" e a distância de 8,00m até o ponto 'P07' (E=496671.015m e N=7038434.176m); Deste segue confrontando com a área 01 deste desmembramento, pertencente a matrícula 30.440, com o azimute 68°43'07" e a distância de 14,33m até o ponto 'P01' (E=496684.363m e N=7038439.375m); Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 497,72m².

Art. 2º Fica aprovado o remembramento do terreno urbano abaixo descrito, em virtude do desmembramento disposto no art. 1º, conforme segue:

I - a área de 145,08m² (cento e quarenta e cinco metros e oito decímetros quadrados) será lembrada a uma área de 204,00m² (duzentos e quatro metros quadrados), objeto da matrícula nº 2.351, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Alba Pereira da Rosa, resultando após o remembramento em uma área unificada com 349,08m² (trezentos e quarenta e nove metros e oito decímetros quadrados), iniciando-se no ponto denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=496678.620m e N=7038447.636m, dividindo-o com o Lote 02, pertencente a matrícula 3152; Deste segue confrontando com o imóvel do Lote 02, pertencente a matrícula nº3152, com o azimute 145°11'32" e a distância de 10,00m até o ponto 'P02' (E= 496684.363m e N=7038439.375m); Deste segue confrontando com o Lote 03 e parte do Lote 01 pertencente a matrícula 30.440, com azimute 248°43'07" e a distância de 14,33m até o ponto 'P03' (E=496671.015m e N=7038434.176m); Deste segue confrontando com parte do Lote 01, pertencente a matrícula 3628, com o azimute 249°01'00" e a distância de 17,80m até o ponto 'P04' (E=496654.637m e N=7038427.895m); Deste segue confrontando com a Rua Florianópolis com o azimute 321°11'17" e a distância de 12,00m até o ponto 'P05' (E=496647.100m e N=7038437.264m); Deste segue confrontando com o imóvel pertencente a matrícula nº1282, do Loteamento Jardim Perret com o azimute 68°36'23" e a distância de 17,80m até o ponto 'P06' (E=496663.923m e N=7038443.855m); Deste segue confrontando com o Lote 20 pertencente a matrícula 2254 do Loteamento Jardim Perret com o azimute 75°47'05" e a distância de 15,20m até o ponto 'P01' (E= 496678.620m e N=7038439.375m); Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 349,08m².

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## **Decreto Nº 6.044**

DECRETO nº 6.044, de 24 de junho de 2014.

Nomeia Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador - CDC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 8º, da Lei Complementar nº 106, de 22/06/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos, a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador-CDC, pelo prazo de dois anos, de acordo com Lei Complementar nº 106, de 22/06/2007, na forma abaixo elencado:

1-Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
Titular: LEONARDO ANTUNES

Suplente: PAULO SERGIO DE MORAES

2- um representante da Associação Empresarial de Caçador  
Titular: CARLOS ALBERTO LUHRS

Suplente: CRISTIANE BRUSCO SCHWARTZ

3- um representante do segmento comercial de Caçador, indicado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de Caçador- CDL  
Titular: ROSEMARI MENEGAZZO FERLIN

Suplente: TARSILA ORSI DOS SANTOS

4- um representante da Associação das Micros e Pequenas Empresas de Caçador- AMPE  
Titular: ASSIS PEREIRA

Suplente: CAREN FENDT

5- um representante da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- Campus de Caçador  
Titular: KARINA POMPERMAYER

Suplente: SUZANA FRANCO

6- um representante da Intersindical de Caçador  
Titular: ADELMIR MEIRELES DA SILVA

Suplente: VILMAR ZOLNER

7- um representante do segmento econômico da Agricultura do Município de Caçador, indicado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural  
Titular: JORGE ALBERTO WESTERLON

Suplente: JANICE APARECIDA LARA

8- um representante do SENAC-SESC/SC  
Titular: FABIANO BATTISTI ARCHER

Suplente: SERGIO RICARDO LEGAL

9- um representante do Sistema FIESC  
Titular: SILVANA MENEHINI

Suplente: LUIZ CARLOS BONDICZ

10- um representante do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego  
Titular: VILMAR ZOLNER

Suplente: IBRAHIM SOCREPPA

11- um representante da Cooperativa de Crédito Rural de Caçador  
Titular: ADEMIR SCAPINELLI

Suplente: EGIDIO CECCATTO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os Decretos nºs 5.067, de 25 de novembro de 2011 e 5.555, de 16 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria Nº 23.924

PORTARIA Nº 23.924, de 22 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Ana Rita Soares Trindade Vargas	Monitora	09	35h	Programa Acesso Suas/Trabalho	22/05/2014 a 31/12/2014
Regiane Teresinha Ribeiro Lipka	Professora Monitora	02	20h	Programa Acesso Suas/Trabalho	22/05/2014 a 31/12/2014
Kaytllmay Leoncio Spalenza	Professora Monitora	02	20h	Programa Acesso Suas/Trabalho	22/05/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Maio de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

## IPASC

### Portaria N.º 718, de 24 de Junho de 2014.

PORTARIA n.º 718, de 24 de junho de 2014.

Encerra benefício de aposentadoria de ANTONIO CARLOS MARTINS.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria de ANTONIO CARLOS MARTINS, Matrícula 259, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 22/06/2014, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 24 de junho de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### Portaria N.º 719, de 26 de Junho de 2014.

PORTARIA n.º 719, de 26 de junho de 2014.

Prorroga licença para tratamento de saúde.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, em seu artigo 107 e ss,

#### RESOLVEM:

Art. 1º. Prorrogar o período da licença para tratamento de saúde à Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contador, Matrícula nº 3028, pelo período de 26 de junho de 2014 até o dia 10 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de junho de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Portaria N.º 720, de 26 de Junho de 2014**

PORTARIA n.º 720, de 26 de junho de 2014.

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio, para a licitação na modalidade de Pregão Presencial, do IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Fica nomeada para exercer a função de Pregoeira, a Servidora FERNANDA FIORELLI, para o processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2014, do IPASC, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de consultoria financeira.

Art. 2º. Ficam também nomeados para Equipe de Apoio da Pregoeira, os Servidores JEAN GUSTAVO BRUSCO e MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO, para o processo licitatório, do artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único. Na ausência do pregoeiro qualquer membro da equipe de apoio assumirá a função temporariamente.

Art. 3º. A pregoeira solicitará à Diretoria Executiva e órgãos do IPASC avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento deste processo, sempre que se fizer necessário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de junho de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Prorroga Prazo E Altera O Edital do Pregão Presencial N° 05/2014**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PRORROGA PRAZO E ALTERA O EDITAL DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

O IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.272.905/0001-71, representado neste ato pelo Diretor Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, comunica aos interessados que fica prorrogado o prazo de abertura, devido as alterações no Edital de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 05/2014 visando à contratação dos serviços descritos abaixo. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues na Diretoria Administrativa do IPASC, localizado na Travessa da Rua General Osório, 52, Centro, Caçador/SC, a abertura passa a ser no dia 17 DE JULHO DE 2014, com protocolo das propostas até as 14h00min, e abertura dos envelopes contendo as propostas e credenciamento às 14h10min. A Licitação será do tipo MENOR PREÇO e o OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores

e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo Ministério da Previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo ao Instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato. Conforme detalhamento descrito no Termo de Referência. Maiores informações e o Edital completo podem ser obtidos no IPASC, sito na Rua General Osório, 52, Centro, telefone (49) 35630216 ramal 214- Caçador/SC, ou pelo e-mail: ipasclicitacoes@cacador.sc.gov.com.br. Caçador/SC, 30/06/2014.

**Aviso de Dispensa de Licitação Nº 04/2014**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

O IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.272.905/0001-71, torna pública a Dispensa de Licitação nº 04/2014 para contratação de assistente técnico para acompanhamento de processo judicial, elaboração de quesitos, Contratado: Engenheiro de Segurança e Perito Judicial Senhor João Carlos Schumacher/CPF nº 951.155.529-49 residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, pelo valor de um salário mínimo vigente, pelo prazo de (60) sessenta dias, de conformidade com o art.24, II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 30/06/2014.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente

# Camboriú

## PREFEITURA

### Edital Chamamento 003/2014 Concurso Publico 25/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 003/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 4º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 09:00 as 12:00h e das 13:30h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

#### CÓPIAS AUTENTICADAS

1. Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
2. RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
3. CPF
4. Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
5. Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
6. Certidão de casamento
7. PIS/PASEP
8. Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
9. Título de eleitor e comprovante da última votação (canhoto)
10. Certificado de reservista (se masculino)
11. CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
12. Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
13. Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

#### DOCUMENTOS ORIGINAIS

- Foto 3x4 atualizada
- Atestado médico admissional saúde física (solicitar guia de encaminhamento RH)
- Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.
- Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra)
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos ([www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br))

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual ([www.tj.sc.gov.br](http://www.tj.sc.gov.br))

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal ([www.trf4.gov.br](http://www.trf4.gov.br))

§1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 01 dias do mês de Julho de 2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

Marcio da Rosa  
Secretário de Administração

#### ANEXO I

CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR
01º CLASSIFICADO - NESTOR FERNANDES DA SILVA
02º CLASSIFICADO - GISELE MORFIM MORELATTO THIBES
03º CLASSIFICADO - MAURO ROBERTO SCHREIBER
04º CLASSIFICADO - SONIA REGINA DA SILVA DOS SANTOS
05º CLASSIFICADO - MARIA HELENA ZANOTTO
CARGO: ARQUITETO
01º CLASSIFICADO - MARCELA VIDAL ELEUTERIO
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
01º CLASSIFICADO - ALEXANDRE LUIZ CASAGRANDE

CARGO: INSTRUTOR DE LIBRAS
01º CLASSIFICADO - CHARLES GIOVANY FAQUETI
CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL
01º CLASSIFICADO - MARCIA OURIQUES
02º CLASSIFICADO - MILTON ANTONIO SCHNEIDER
03º CLASSIFICADO - MARINES MENEGATI
04º CLASSIFICADO - SHIRLEY CAMARGO
05º CLASSIFICADO - PATRICIA GERVASIO
06º CLASSIFICADO - MARIA BENEDITA DE BORBA SANTOS
CARGO: PSICÓLOGO
02º CLASSIFICADO - MARISE DABROWSKI DE ARAUJO SCHLICHTING
03º CLASSIFICADO - SUZANA MARTA BEDIN
CARGO: SUPERVISOR EDUCACIONAL
01º CLASSIFICADO - ELISANDRA DA SILVA
02º CLASSIFICADO - SILVANA REGINA NASCIMENTO AGOSTINHO
03º CLASSIFICADO - GRACIELA TESTONI
04º CLASSIFICADO - GISELLE BARTH TESTONI
05º CLASSIFICADO - KELLY ISIDORO
06º CLASSIFICADO - MARI INEZ FANTONI
07º CLASSIFICADO - DULCE TERESINHA NOTARJAGAMOS SUCHY MARTINS
08º CLASSIFICADO - IVOLI BERKENBROCK DUARTE
09º CLASSIFICADO - VALESKA LUCIA MIGOTO NUNES
10º CLASSIFICADO - JAQUELINE VIGNOLI

### Ata de Registro de Preços 19/14 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2014 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2014 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA NA SECRETARIA DA SAÚDE, AUXILIANDO NO TRANSPORTE DE PACIENTES, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/06/2015

1ª Publicação.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1218/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1218/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JZV1052	54624045E	6599/2	24/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
JZV1052	54624046E	6610/2	24/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
JZV1052	54624047E	6580/0	24/02/2014	R\$ 191,53	230 * IV
LXO0268	54946897E	6599/2	16/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXO0268	54946899E	5169/1	16/02/2014	R\$ 1.915,38	165
MCH2027	54947537E	7340/0	18/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCT1156	54947661E	5010/0	05/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCT1156	54947662E	6912/0	05/02/2014	R\$ 53,20	232
MEB2761	54946589E	6920/0	31/01/2014	R\$ 127,69	233
MFC3389	54948013E	5010/0	05/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGJ9786	54946663E	5045/0	19/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHX0579	54946656E	6912/0	16/01/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1222/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1222/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DHS9253	54624338E	6920/0	17/03/2014	R\$ 127,69	233
IJA0379	54947579E	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MAE5931	54624339E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69	233
MCH0807	54946600E	6920/0	31/01/2014	R\$ 127,69	233
MCT1156	54947659E	6599/2	05/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCY8617	54946796E	5010/0	07/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDT3614	54947752E	5010/0	13/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDT3614	54947753E	5061/0	13/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEK4843	54946602E	6637/2	14/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEP6605	54947014E	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEY9946	54622498E	5045/0	17/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFL1660	54946533E	5045/0	15/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFY9545	54946494E	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGV2024	54946580E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
MHH0426	54946047E	6599/2	17/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ5277	54947144E	6653/2	29/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHQ5277	54947458E	5045/0	09/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHS5020	54946579E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
MIR9457	54947382E	5010/0	03/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIR9457	54947383E	5061/0	03/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIR9457	54947387E	6556/1	03/03/2014	R\$ 191,53	230 * I
MJE7960	54947015E	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJO9708	54946685E	6599/2	28/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJY2396	54946484E	5010/0	12/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKT9265	54947418E	7340/0	08/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLV1114	54947792E	7340/0	25/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1223/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1223/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYM7490	54623160E	7366/2	28/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEK3531	54946936E	5525/0	19/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEL7940	54946020E	5525/0	11/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEQ1915	54946025E	5525/0	14/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MFQ4751	54947210E	5185/1	23/01/2014	R\$ 127,69	167
MGP1376	54623161E	6173/2	06/03/2014	R\$ 127,69	215 * I * a
MGP1376	54623162E	5185/1	06/03/2014	R\$ 127,69	167
MIR9457	54947384E	5720/0	03/03/2014	R\$ 127,69	186 * I
MIR9457	54947386E	5819/1	03/03/2014	R\$ 574,61	193
MJD7416	54623158E	7056/1	15/01/2014	R\$ 191,53	244 * III
MJQ9704	54948129E	5185/1	28/02/2014	R\$ 127,69	167
MLV1174	54623650E	7030/1	31/01/2014	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria Nº 11.040 de 30 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.040 DE 30 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional IV, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, referente aos períodos aquisitivos: 01 de outubro de 2009 a 30 de setembro de 2009 = 10 (dez) dias; 01 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012 = 10 (dez) dias.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de julho de 2014 a 20 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 11.041 de 30 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.041 DE 30 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 03 (três) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, exercendo a função de Pedreiro/Carpinteiro, ARI UBALDO CALISTRO, Matrícula Funcional nº 000679, Registro no Sistema sob nº 955110, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de julho de 2014 a 03 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 11.042 de 30 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.042 DE 30 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista, LUIZ CARLOS COTHOVISKY, Matrícula Funcional nº 000040, Registro no Sistema sob nº 292970, referente aos períodos aquisitivos: 04 de janeiro de 2012 a 03 de janeiro de 2013 = 10 (dez) dias; 04 de janeiro de 2013 a 03 de janeiro de 2014 = 30 (trinta) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2013 a 03 de janeiro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de julho de 2014 a 09 de agosto de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.420 de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº 8.420 DE 30 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois



mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.421 de 30 de Junho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.421 DE 30 DE JUNHO DE 2014  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 07 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de junho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE JUNHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA OFERTA DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO, ENTRE O FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 2.149, de 20 de março de 1996, que Institui o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS; RESOLVE:

Art.1º) Aprovar o Termo de aceite entre o Fundo Nacional de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, recursos estes na aplicação do Apoio Sócio Assistencial aos Usuários participantes dos Cursos do PRONATEC.

Art.2º) Os recursos serão destinados para promover a articulação das equipes técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, com a equipe técnica do Programa de ACESSUAS trabalho, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art.3º) O Gestor da Política de Assistência Social do Município é responsável pela adesão ao Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FNAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art.4º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 30 de Junho de 2014.  
MARIO CESAR DEUNISIO  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de junho de 2014.

JOSIANE ALQUINI CUBAS  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

**Resolução Nº 07 de 30 de Junho de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA OFERTA DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO, ENTRE O FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 2.149, de 20 de março de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS; RESOLVE:

Art.1º) Aprovar o Termo de aceite entre o Fundo Nacional de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, recursos estes na aplicação do Apoio Sócio Assistencial aos Usuários participantes dos Cursos do PRONATEC.

Art.2º) Os recursos serão destinados para promover a articulação das equipes técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, com a equipe técnica do Programa de ACESSUAS trabalho, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art.3º) O Gestor da Política de Assistência Social do Município é responsável pela adesão ao Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FNAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art.4º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 30 de Junho de 2014.

MARIO CESAR DEUNISIO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de junho de 2014.

JOSIANE ALQUINI CUBAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

**Decreto Nº 8.422 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.422 DE 01 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com a Srª. NATÁLIA WOYCIECHOSKY, cargo público de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955327, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.423 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.423 DE 01 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais - LUZIA NOGUEIRA DE LIMA ROSÁRIO ROCHA, matrícula funcional nº 000623, registro no sistema sob o nº 955050, declarando vacância no Cargo Público de Agente Operacional I, e na função de Auxiliar de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.424 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.424 DE 01 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor ocupante do cargo público de Médico II, exercendo a função de Médico II, ALAN CÉZAR GHIS-SI, matrícula funcional nº 000710, registro no sistema sob o nº 955157, declarando vacância no cargo público de Médico II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.  
RUBENS BLASKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.425 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.425 DE 01 DE JULHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso V da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.683, e Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seu Art. 29; Decreta:

Art.1º) Fica nomeada a Senhora LEDA CARINA MUNHOZ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955390, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) A Secretária Municipal de Educação perceberá remuneração fixada em Lei.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 01 de julho de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.426 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.426 DE 01 DE JULHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a Srª. DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula funcional nº 000015, registro no sistema sob o nº 740400, do Cargo de Chefe do Serviço de Ensino Infantil, do Quadro de Cargos de Função Gratificada FG-1, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 8.427 de 01 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.427 DE 01 DE JULHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a Srª. NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, matrícula funcional nº 000059, registro no sistema sob o nº 293510, do Cargo de Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, do Quadro de Cargos de Função Gratificada FG-1, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 4.155 de 01 de Julho de 2014

LEI Nº 096 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Abre crédito especial suplementar no valor de R\$16.395,00 (dezesesseis mil, trezentos e noventa e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 16.395,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, Fonte de Recursos 896 = Recursos Próprios.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.

### Lei Nº 4.156 de 01 de Julho de 2014

LEI Nº 4.156 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 119.300,00 (cento e dezenove mil, trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 61.000,00
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito,	

	Casa da Cidadania e Procon.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias Civil	R\$ 3.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação da Secretaria de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.000,00
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	



339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
13.3920082.2.017 -	Comemorações e Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	R\$ 2.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil R\$ 1.000,00	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 300,00
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esportes	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e alentos Esportivos.	

300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
	TOTAL	R\$119.300,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos 896 = Recursos Próprios.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 4.157 de 01 de Julho de 2014

LEI Nº 4.157 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 6.128/2012-0.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.899 -	Despesas de Capital	
440000.00.899 -	Investimentos	
449000.00.899 -	Aplicações Diretas	
449051.00.899 -	Obras e Instalações	R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Convênio nº 6.128/2012-0, firmado com o Governo Estadual, com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra-SC.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.430 de 01 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.430 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.155 de 01 de julho de 2014; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito especial suplementar no valor de R\$ 16.395,00 (dezesesseis mil, trezentos e noventa e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 16.395,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, Fonte de Recursos 896 = Recursos Próprios.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.431 de 01 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.431 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.156 de 01 de julho de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 119.300,00 (cento e dezenove mil, trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 61.000,00
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito,	
	Casa da Cidadania e Procon.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias Civil	R\$ 3.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação da Secretaria de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.000,00
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
13.3920082.2.017 -	Comemorações e Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	R\$ 2.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil R\$ 1.000,00	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 300,00
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
11.03 -	Coordenadoria de Esportes	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Alentos Esportivos.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
	TOTAL	R\$119.300,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos 896 = Recursos Próprios.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.432 de 01 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 8.432 DE 01 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 6.128/2012-0.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 8.432 de 01 de julho de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.899 -	Despesas de Capital	
440000.00.899 -	Investimentos	
449000.00.899 -	Aplicações Diretas	
449051.00.899 -	Obras e Instalações	R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Convênio nº 6.128/2012-0, firmado com o Governo Estadual, com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra-SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **Edital 01/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 001/2014  
Dispõe sobre a Audiência Pública a ser realizada pela Câmara de Vereadores para se discutir o "Desenvolvimento Sustentável de Campo Alegre a partir de Inventário Turístico e a elaboração de um Plano Diretor Municipal de Turismo"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre/SC no uso das atribuições que são conferidas pelo Regimento Interno, faz saber a todos que:

Considerando que o turismo constitui-se em oportunidade de desenvolvimento econômico sustentável e perene;

Considerando existir no município de Campo Alegre potencial turístico a ser explorado;

Considerando que eventos ocorridos em Campo Alegre como a Festa da Ovelha e o Festival de Inverno justificam eleger o turismo como atividade prioritária de desenvolvimento;

Considerando que o turismo poderá ensejar, em destaque, incremento de renda aos produtores rurais;

Resolve

Art. 1º A Audiência Pública sobre "O Desenvolvimento Sustentável de Campo Alegre a partir de Inventário Turístico e a elaboração de um Plano Diretor Municipal de Turismo" realizar-se-á no Auditório do Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, localizado na Avenida Getulio Vargas nº 620, Centro, Campo Alegre, em 25 de julho de 2014, a iniciar-se às 19:00 horas finalizando seus trabalhos às 21:00 horas.

Art. 2º A Audiência Pública ocorrerá observando os princípios da Publicidade, Oralidade, Simplicidade das formas, Contraditório e Participação do público.

§ 1º - Os trabalhos seguirão o seguinte roteiro:

I - Abertura oficial a ser realizada por Mestre de Cerimônia e Presidência da Câmara;

II - Composição da Mesa;

III - Apresentação do tema pela proponente da Audiência, Vereadora Suzana Beatriz Kotovicz e Assessoria;

IV - Concessão do tempo para exposição das ações empreendidas pelo Poder Executivo Municipal sobre o tema;

V - Concessão do tempo para considerações das entidades previamente inscritas.

VI - Apresentação de questionamentos pelos participantes;

§ 2º - As entidades que desejarem participar da Audiência deverão requerer por escrito à Secretaria da Câmara até o dia 23 de julho, indicando a pessoa que usará da palavra.

§ 3º - O tempo que alude o parágrafo anterior não será superior a 10 (dez) minutos.

§ 4º - O tempo para cada um dos momentos da Audiência Pública será determinado pelo Presidente da Câmara que decidirá, também, todas as questões não previstas no presente Edital

Art. 3º Ficam convidadas todas as autoridades Municipais, Estaduais e Federais.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Campo Alegre/SC, 27 de junho de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Câmara Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 7.049/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 7.049/14 DE 27/06/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO  
UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio - Recursos Próprios

Elementos de despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000  
2.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 7.050/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 7.050/14 DE 27/06/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.076 - Manutenção do Programa da Atenção Básica - ACS

Elementos de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.007  
1.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.076 - Manutenção do Programa da Atenção Básica - ACS

Elementos de despesa: 20 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.007  
1.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 7.051/14 Dispõe Sobre O Horário de Expediente da Prefeitura Municipal Dia 04/07/14**

DECRETO Nº 7.051/2014 DE 30/06/2014

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL NO DIA 04/07/2014

NELSON CRUZ, Prefeito Municipal de Campos Novos, no uso das atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, que é um Torneio de Integração Mundial, especialmente de integração do Povo Brasileiro, o qual faz de cada jogo um momento de lazer;

Considerando que o Município de Campos Novos não pode furtar-se de conceder aos seus servidores, como brasileiros que também o são, a possibilidade de assistir aos jogos da Seleção Brasileira,

#### DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido, no dia 04/07/2014, o seguinte o horário de expediente no Poder Executivo Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, em virtude do Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014:

- Das 08:00hs às 11:30hs

- Das 13:00hs às 15:00hs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **Publicação do Edital da Concorrência Pública N. PMC 13/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2014  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 13/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/08/2014, às 14h05min, a abertura das propostas para Registro de Preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Informações (47) 3621-7705. Protocolo dos envelopes até às 14h05min do dia 01/08/2014. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 68/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 99/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 68/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/07/2014, às 10h05min, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 16/07/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **Resposta Recurso Empresa Perfil Empreendimentos E Construções Ref. CC. 09/2014**

RECURSO NO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2014 - CONCORRÊNCIA N.º 09/2014.

Requerente: PERFIL EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 15.265.188/0001-77.

REQUERIMENTO: Requer a sua habilitação no certame pelos motivos que apresenta, alegando em suma que com relação ao seu contrato social, informa que não deixou de exercer suas atividades, tampouco foi notificada pela Junta Comercial ou Receita Federal para suspender suas atividades, estando assim em pleno

funcionamento.

Protocolo n.º 4075/2014 em 26.06.2014.

DO MOTIVO DO PEDIDO.

A Requerente encaminha "tempestivamente" requerimento com exposição de motivos, contra decisão preliminar da Comissão de Licitações que a inabilitou no certame como demonstrado no corpo da Ata de Análise dos Documentos de Habilitação.

DOS FATOS:

1.- Em preliminar alega perante a Comissão de Licitações, em sua defesa, litteris:

Não previa o edital do certame a exclusão de empresas em pleno exercício de suas atividades. Até porque, o aparente vício na estrutura social da requerida é de fácil reparação.

Na esteira do exposto, requer que seja julgado provido o seu recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão ora combatida, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da Licitação.

DA ANÁLISE PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

A requerente apresentou, deveras, na inicial, Sessão de Verificação de Documentos de Habilitação, para comprovar sua habilitação Jurídica (Artigo 28 da Lei Federal 8.666/93) o documento solicitado no item 6.2.1.2 do Edital, qual seja: 1º alteração Contratual, datada de 01/08/2012.

Ocorre que o referido documento não pode ser utilizado para comprovação da Constituição Jurídica da recorrente no certame, em virtude de que o único documento apresentado, foi o citado acima, o qual não encontra-se válido, em função de que a sociedade da empresa e por consequência o referido documento deveriam ser regularizados no prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias (Artigo 33, inciso IV do código civil).

Na ata da reunião decorrente do processo de licitação nº 73/2014, a empresa participante Perfil Empreendimentos e Construções Ltda. foi inabilitada pela comissão de licitação com base na seguinte fundamentação: "a empresa Perfil Empreendimentos efetuou alteração em seu contrato unificando as cotas societárias a uma única sócia, e não comprovou a transformação da sociedade para empresário individual ou a acolhida novo sócio no prazo legal, ferindo portanto o disposto na Lei 12.441 de 11/07/2011 e, ainda apresentou atestado de capacidade técnica sem o devido registro no CREA".

Foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta ata para possíveis recursos do julgamento da comissão.

Em 26 de junho de 2014, a empresa acima mencionada apresentou recurso administrativo sob protocolo nº 4075.

Para compreensão dos fatos alegados na peça recursal pela Empresa Perfil Empreendimentos e Construções Ltda., ora recorrente, é importante conceituar a o instituto da sociedade unipessoal.

A sociedade unipessoal é aquela em que, por fatores diversos, venha a contar com apenas um sócio. Reitere-se que a sociedade limitada não pode ser unipessoal em sua constituição, porém, uma vez constituída, por motivos tais como falecimento, ou alienação de cota de capital social, admite-se a unipessoalidade por período não superior a 180 dias, conforme preconiza o artigo 1.033, inciso IV do Código Civil.

A falta de pluralidade de sócios sem que seja recomposta com o ingresso de um novo sócio, decorridos o lapso temporal de 180 dias (artigo 1.033, IV do CC), deixará a empresa em situação irregular, mas esta não deixará de existir.

A alegação de que a empresa recorrente não foi notificada pela



Junta Comercial ou Receita Federal para suspender suas atividades estando assim em pleno funcionamento e exercício, não merece prosperar por ausência de previsão legal.

É dever do sócio da empresa buscar a regularidade societária e, se tratando de licitação pública, a municipalidade tem o dever de cumprir rigorosamente com os princípios constitucionais e do direito público, portanto, não pode tolerar que a empresa inabilitada seja beneficiada se está com a composição da sociedade irregular.

“A Recorrente não está regular conforme preceitua o artigo 966 e seguintes do Código Civil, diante do não cumprimento da legislação acima mencionada”.

Diante do exposto, e da evidente irregularidade na composição societária, o recurso é acolhido por ser tempestivo e julgado improcedente, não podendo participar deste certame licitatório, pois não haverá segurança jurídica suficiente para futura contratação com o poder público enquanto perdurar a irregularidade acima explanada.

Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações, em 30 de junho de 2014.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck  
Secretário

Karoline Aparecida Crestani  
Membro

**Despacho Prefeito Referente Resposta da Comissão de Licitação Relativamente ao Recurso Empresa Perfil Empreendimentos E Construções CC 09.2014**

DESPACHO

Assunto: Recurso Administrativo - Concorrência Pública n.º 09/2014.

Despacho referente resposta da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela empresa PERFIL EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, através do protocolo n.º 4075, datado de 26 de junho de 2014.

Acolho na íntegra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, por seus próprios fundamentos e determino o prosseguimento do Processo licitatório n.º 73/2014, Concorrência Pública n.º 09/2014, passando-se a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame.

Intime-se o impetrante,

Dê-se continuidade ao Processo,

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**Comunicado de Abertura das Propostas das Empresas Habilitadas No Certame da CC 09.2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE ABERTURA DE PROPOSTAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 73/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 09/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que realizará, na sala de Licitações desta Prefeitura, no dia 02/07/2014, às 09h30min, a abertura das propostas das empresas habilitadas na concorrência Pública n.º PMC 09/2014, que tem por objeto a EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS HILDA OSTROSK, JOÃO ALLAGE, KURT MENDES, LAZÁRO BASTOS, LOURENÇO ROLANDO MALUCELLI, VIRGILIO TREVISANI, OTÁVIO TABALIPA. Informações (47) 3621-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 092/2014

DECRETO Nº 092, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 - COBRADE, conforme IN/MI 01/2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e:

CONSIDERANDO que chuvas intensas e intermitentes ocorridas desde o dia 23 de junho de 2014, provocaram alagamentos e deslizamentos em toda a área Central, nos Loteamentos e Interior do Município.

CONSIDERANDO a precipitação do grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário de Informações de Desastre - FIDE, anexo;

CONSIDERANDO a reunião da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, conforme Ata nº 03/2014, cópia anexa;

CONSIDERANDO o Parecer nº 02/2014, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando que a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexados a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como 1.3.2.1.4 - Chuvas Intensas.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, estão autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº

3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedade particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível as áreas desapropriadas serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta (180) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de junho de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

### Decreto 093/2014

DECRETO Nº 093, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Declara de utilidade pública entidade, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 2.777, de 04 de outubro de 2007 e demais legislações pertinentes e;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 182/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa, Beneficente e Cultural Genoma Capinzalense - GECAP, sociedade civil e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.112.293/0001-51, sediada à Rua dos Almeida, nº 90, Centro, Capinzal - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de junho de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

**Decreto 094/2014**

DECRETO Nº 094, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 263.100,00 (Duzentos e sessenta e três mil e cem reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 263.100,00 (duzentos e sessenta e três mil e cem reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.17.512.0165.2091	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SISTEMAS DE AGUA E ESGOTO	FTE	DR		0,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0300			2.500,00
1301.17.512.0165.1093	AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA	FTE	DR		0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0300		R\$	232.500,00
	Sub-total				
1301.17.512.0165.1094	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0300		R\$	5.000,00
1301.17.512.0165.1095	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	FTE	DR		0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0300		R\$	23.100,00
	Sub-total				
	Total				263.100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 263.100,00 (duzentos e sessenta e três mil e cem reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir: Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro	0300	00	R\$	263.100,00
Total	0300	00	R\$	263.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário de Administração e Finanças - interino

**Resolução 005/2014 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

Dispõe sobre aprovação do Termo de Aceite do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e

Considerando que o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO, estabelece, conforme a Resolução CNAS nº 33/2011, que a promoção da integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho;

Considerando que o Programa propõe o desenvolvimento de ações de articulação, mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social, para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho; Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO para o Município de Capinzal/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 23/06/2014

Luciana Bussacro  
Presidente

Daniela Bortoli  
Secretária

**Resolução 006/2014 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

Dispõe sobre aprovação do Termo de Aceite para promover a expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e

Considerando a Resolução nº 18, de 16 de junho de 2014 - CNAS, que dispõe sobre expansão e qualificação no exercício de 2014 do Serviço de Proteção Social aos adolescentes.

Considerando que a resolução trata dos serviços que são ofertados nos CREAS, com a finalidade de prover atendimento e acompanhamento socioassistencial, contribuindo para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores de vida pessoal e social de adolescentes e jovens em situação de cumprimento de medidas socioeducativas.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite para promover a expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de

Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.  
Capinzal (SC), 26/06/2014  
Luciana Bussacro  
Presidente

Daniela Bortoli  
Secretária

### PMC Processo Licitatório Nº 0114/2014 - Dispensa de Licitação Nº 0017/2014

Processo Licitatório Nº 0114/2014  
Dispensa de Licitação Nº 0017/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, PREFEITO, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 114/2014 conforme segue:

#### OBJETO

Dispensa de Licitação para ceder à instituição financeira pública, Caixa Econômica Federal, créditos decorrentes de Compensações Financeiras pela utilização de Recursos Hídricos (CFURH) para geração de energia elétrica, nos Termos da Lei Autorizativa nº 3.120, de 7 de maio de 2014, a fim de viabilizar a implantação do Loteamento Nova Capinzal, orçado em R\$ 16.134.794,28 (Dezesseis milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos).

#### FORNECEDOR

Item	Qdade	Unidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
01	28	mês	Ceder créditos decorrentes de Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), para geração de energia elétrica, nos termos da Lei Autorizativa nº 3.120, de 7 de maio de 2014, para início das Obras do Loteamento Nova Capinzal.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	31.493,80	881.826,40

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	001
881.826,40 (oitocentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94  
Art. 24. É dispensável a Licitação:

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta

Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 20 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa

Jurídica

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de Junho de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

### FMS Contrato 0079/2014

Contrato Nº: 0079/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada: DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Valor: 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)

Vigência: Início: 25/06/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0038/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0025/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: Aquisição de veículo tipo FURGÃO, transformação de veículo AMBULÂNCIA, para uso do Fundo Municipal de Saúde, com Recursos Estaduais, conforme Proposta nº 0000012898/2014, e contrapartida Recursos Próprios do Município de Capinzal.

### PMC Contrato 0175/2014

Contrato Nº: 0175/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada: VILSON MONTAGNA

Valor: 3.000,00 (três mil reais)

Vigência: Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014



Processo Licitatório Nº 0113/2014

Licitação: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº: 0016/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: Contratação de profissional habilitado para realização de perícia computacional para vistoria de 06 (seis) equipamentos/computadores da Prefeitura Municipal de Capinzal, incluindo o servidor de rede, a fim de constatar a existência de possíveis falhas de segurança no ambiente de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC.

### **PMC Ata/Contrato 0176/2014**

Contrato Nº: 0176/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada: ANDERSEN TECNOLOGIAS DO BRASIL - ATEC LTDA - EPP

Valor: 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Vigência: Início: 30/06/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0105/2014

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 0004/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: Aquisição de um Kit Professor Digital para a Secretaria de Educação de Capinzal, conforme Proposta nº 0000012896/2014.

### **Classificação Edital N.º 013/2014 - Chamada Pública História**

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA  
EDITAL Nº 013/2014

HISTÓRIA		
ESCOLA	CH	CLASSIFICADO
E.M. Dr. Vilson Pedro Kleinubing	20	Tailini Greici do Nascimento

## **SIMAE**

### **Extrato de Contrato Nº Cao/28/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/28/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: PONTUAL INFORMÁTICA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 01.950.953/0001-83

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/22/2012, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 114,58 (CENTO E QUATORZE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) POR BIMESTRE.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2014

VIGÊNCIA: 01/07/2014 A 30/06/2015

SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/17/2014**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/17/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0191/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais em polietileno e polipropileno.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:30 horas, do dia 15 de julho de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 01 de julho de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/18/2014**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/18/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0206/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de concreto usinado e argamassa, com entregas de forma parcelada.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 11 de julho de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.sc.gov.br](mailto:material@simaecao.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 01 de julho de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Portaria 76/2014

PORTARIA Nº 76/2014

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a licença prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

ELENICE MARIA DUTRA BASSO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/03/2002 à 28/02/2007.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/07/2014 à 30/07/2014, retornando às atividades no dia 31/07/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 17 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### Portaria 77/2014

PORTARIA Nº 77/2014

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pelo Servidor abaixo relacionado e por estar o mesmo com direito a licença prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

ANGELO NICOLINI, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/07/1999 a 30/06/2004.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/07/2014 à 30/07/2014, retornando às atividades no dia 31/07/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 17 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### Portaria 78/2014

PORTARIA N. 078/2014

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 16, IV do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, da Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de Dezembro de 2001.

CONSIDERANDO, que o servidor Evandro Bartolomei, que além das funções inerentes ao seu cargo, desempenha outras funções junto a Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLVE:

Art. 1º . Elevar o percentual de adicional de Função Gratificada de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), nível FG-4, sobre o menor vencimento básico do Município, ao Servidor Público Municipal, Sr. Evandro Bartolomei ocupante do cargo de Mecânico, lotado junto a Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 75/2011 de 07 de Outubro de 2011.

Caxambu do Sul/SC, 23 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal  
Registre-se e Publique-se

### Portaria 79/2014

PORTARIA Nº 079/2014

"BAIXA NORMAS ADICIONAIS SOBRE O CONTROLE E O PAGAMENTO DE ADICIONAIS DE REGÊNCIA DE CLASSE, FUNÇÃO GRATIFICADA E HORAS EXTRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, Incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando as dúvidas que tem sido suscitadas em relação às situações que caracterizam o direito à percepção de adicionais de Regência de Classe, Função Gratificada e de Horas Extras;

Considerando a necessidade de se estabelecer controle rigoroso a fim de evitar o pagamento ilegal de adicionais de regência de classe e a acumulação ilegal e indevida de adicionais de função gratificada e horas extras,

RESOLVE:

Art. 1º. Baixar as seguintes Normas Adicionais para orientação dos Secretários Municipais, Diretores, Chefes de Setor, e, especialmente o Setor de Recursos Humanos:

I - QUANTO AO ADICIONAL DE REGÊNCIA DE CLASSE:

1.1 O adicional de Regência de Classe é devido somente ao professor titular que efetivamente estiver atuando em sala de aula;

1.2 Fica expressamente proibido o pagamento de adicional de Regência de Classe ao professor que esteja desempenhando outras funções (fora da sala de aula).

**II - QUANTO AO ADICIONAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA:**

2.1 O adicional de Função Gratificada, autorizado por ato do Chefe do Poder Executivo, somente poderá ser concedido a servidores do quadro permanente que estejam desempenhando atribuições além das previstas no rol das atribuições de seu cargo;

2.2 Fica expressamente proibido o pagamento de horas extras a servidores que estejam, ao mesmo tempo, percebendo Adicional de Função Gratificada;

**III - QUANTO ÀS HORAS EXTRAS:**

3.1 Os Secretários Municipais deverão programar o serviço de seus subordinados dentro da jornada normal de trabalho, ficando, a princípio, proibido o trabalho extraordinário e aos sábados, domingos e feriados;

3.2 Somente em situações excepcionais, mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, poderá ser autorizada a realização de serviços em horário extraordinário e aos sábados, domingos e feriados, bem como o pagamento das respectivas horas extras.

Art. 2º. Determino ao responsável pelo Setor de Recursos Humanos, sob pena de responsabilidade pessoal, que tome as seguintes providências:

2.1 Que faça um levantamento rigoroso e, sendo o caso, cancele imediatamente o pagamento de adicionais de Regência de Classe, que eventualmente estejam sendo pagos a professores que não atuam em sala de aula;

2.2 Que faça um levantamento rigoroso e, sendo o caso, cancele imediatamente o pagamento de horas extras que eventualmente estejam sendo pagas a servidor que percebe adicional de função gratificada.

2.3 Que ao elabora a folha mensal de pagamento dos servidores, só inclua as horas extras previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal, independentemente da área que atuem.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CUMPRASE

Caxambu do Sul/SC, 25 de junho de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 31/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	31/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA.
Objeto .....	INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COMPREENDENDO REDE ADUTORA, RESERVAÇÃO, REDE DE DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ACORDO COM MEMORILA DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO E ANEXOS DO PROJETO TÉCNICO.

Valor .....	R\$ 106.628,15 (Cento e seis mil seiscentos e vinte e oito reais e quinze centavos)
Vigência .....	Início : 25/06/2014 Término : 31/12/2014.
Licitação.....	CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2014
CAXAMBU DO SUL, 25 de Junho de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**Decreto 104/2014**

DECRETO N. 104/2014

"REGULAMENTA JORNADA DE TRABALHO DURANTE O JOGO DO BRASIL NAS QUARTAS DE FINAL NA COPA DO MUNDO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, de conformidade com o Art.71, IV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, que o jogo de futebol das quartas de final do selecionado brasileiro da Copa do Mundo de 2014 será realizado às 17:00 horas do dia 04/07/2014;;

Considerando, que tradicionalmente a administração pública tem viabilizado aos servidores a oportunidade de assistir os jogos do Brasil nos campeonatos mundiais de futebol, e a necessidade de disciplinar o horário especial para evitar transtornos e prejuízos aos usuários do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º . O expediente nas Secretarias de Administração, Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Agricultura , Turismo e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Obras, Serviços Públicos e Transportes será em turno único, no seguinte dia e horário:

Dia 04/07/2014 das 07:00 às 13:00 horas.

Art. 2º . A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Escola Municipal Bairro Antena, as Pré-Escolas Chapeuzinho Vermelho, Pluma Azul e Creche Municipal Criança Feliz, atenderão normalmente no período matutino e no período vespertino adotarão o seguinte horário:

Dia 04/07/2014 das 13:15 às 16:00 horas

Art. 3º . A Secretaria Municipal de Saúde atenderá normalmente no período matutino e no período vespertino, adotará o seguinte horário:

Dia 04/07/2014 das 13:00 às 16hs e:30 minutos

Art. 4º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 30 de junho de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**Decreto 105/2014**

DECRETO N. 105/2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

## DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhora CAROLINA KULBA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 4.863.606 e inscrito no CPF/MF sob n. 060.179.639-02, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR DE ADMINISTRAÇÃO AMBULATORIAL, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2014.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 30 de Junho de 2014

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****Portaria Nº 249 de 26.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 249/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº. 008, de 23.12.99 e conforme requerimento;

## RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a Pedido o Servidor Público GILVANI FARIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário - 40 horas, nomeado pela Portaria nº 383/2008 de 15.09.08, matriculado sob o nº 2495/01, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos nos termos do art. 30, inciso I da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, a partir de 30.06.2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 250 de 30.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 250/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o art. 2º, VII, da Lei Complementar Nº 040, de 15/05/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 133/2014, de 20 de março de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" .....

Art. 1º Admitir em caráter temporário RICARDO FRANCISCO BROERING, para exercer as funções de Técnico em Informática - 30 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, a partir de 01/07/2014, de conformidade com Processo Seletivo nº 01/2014

..... "

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 251 de 30.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 251/2014

- CONSIDERANDO, o recebimento pelo Município de Chapadão do Lageado - SC do Ofício Recomendação n. 0260/2014/01PJ/ITU - Procedimento Preparatório n. 06.2014.00001542-5 (SIG/MP) encaminhado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

- CONSIDERANDO, que até o presente momento o Município de Chapadão do Lageado não foi comunicado pelo Ministério Público sobre a manifestação dos médicos especialistas a respeito da necessidade de a educação da criança continuar de forma domiciliar ou, caso constatada a possibilidade de frequentar a Escola regular, quais condições deverão ser observadas para que inexista qualquer risco a vida e a saúde da infante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008, de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 110/2014 de 05.03.2014, já prorrogada pela Portaria nº 185/2014 de 30.05.2014, que Admiti em caráter temporário EVILANEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora de Séries Iniciais ACT - 20 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na residência da menina Maisa Vitória Montibeller, localizada na comunidade de Figueiredo, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado-SC, pelo período de 30.06.2014 a 31.07.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 252 de 30.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 252/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/11/2012 à 31/10/2013, a JOICI DEMÉTRIO CAOVILO, matriculada sob o nº 2609/01, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 01.07.2014 à 30.07.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 253 de 30.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 253/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2012/2013, a CRISTIANE SOTELI BETTOLY, matriculada sob o nº 1176/01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art.2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 01.07.2013 à 30.07.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Comunidade do Processo Licitatório Nº 62/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

COMUNICADO

EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014

Inexigibilidade Nº 04/2014

Credenciamento

O Município de Chapadão do Lageado vem por meio deste expediente, COMUNICAR aos Credenciados: 1) O Sr. Rodolfo da Rosa Schontag devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/263; e 2) o Sr. Eduardo Abreu Alves Barbosa, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/258; 3) Julio Ramos Luz, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/162; 4) Ulisses Donizete Ramos, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/309; 5) Simone Wenning, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/0276; 6) Taísa Raquel Pereira Carvalho, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/287; que a Comissão Permanente de Licitações procederá a análise dos Documentos de Habilitação no dia 02 de julho de 2014, às 08:30, na ordem de recebimento dos pedidos de Credenciamento, conforme definido nos subitens 11.1 e 11.5 do edital. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 13:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 254 de 30.06.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 254/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria 157/2013, de 12.04.2013, que designa ERALDO LUIS MONTEIRO, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 055/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 055/2014

"DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO FIFA 2014."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014, evento esportivo de repercussão mundial;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente a ser cumprido nas repartições públicas municipais abaixo relacionadas no dia 04 de julho do corrente ano, com jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014.

I - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos: expediente das 07:30 às 12:00 horas;

II - Secretaria da Saúde: expediente das 08:00 às 12:00 horas;

III - Unidades da Rede Municipal de Ensino: expediente no período matutino.

Art. 2º Excetua-se do disposto no art. 1º deste Decreto, os serviços considerados emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****Termo Aditivo N. 18/2014, ao Contrato 70/2014**

TERMO ADITIVO Nº 18/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 70/2014, DE FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA LATINA CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Primeiro Termo Aditivo do Contrato de fornecimento de material e construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no município de Cocal do Sul, por meio do Contrato de Repasse n. 794697/2013/FNAS/CAIXA, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa LATINA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua nove de abril, nº. 2.085, bairro Arizona, Lauro Muller/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.545.803/0001-73, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - SUPRESSÃO DE VALORES**

Fica suprimido o valor de 20.194,66(vinte mil cento e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos) ao valor constante da Clausula Quinta - Do Preço, do Contrato nº. 70/2014, de 04 de junho de 2014, que tem como objeto o fornecimento de material e construção do Centro de Referência de assistência Social - CRAS, por meio do Contrato de Repasse nº. 794697/2013/FNAS/CAIXA. Tal supressão faz-se necessário haja vista a verificação do item 25.1, "Sobra de repasse e contrapartida", que não deveria fazer parte do escopo da licitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR GLOBAL CORRIGIDO**

Fica corrigido o valor global deste Contrato para R\$ 319.085,34(trezentos e dezenove mil oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As demais cláusulas do Contrato Nº. 70/2014, de 04 de junho de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de junho de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

LATINA CONSTRUÇÕES LTDA EPP  
Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ ;

2. \_\_\_\_\_ .



## Concórdia

### PREFEITURA

**Extrato Contrato Nº 68/2014 -FMS**

Contrato Nº: 68/2014

Contratante: FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada: L. E. G. M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S

Licitação: Inexigibilidade 15/2014

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas de alta complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 10.773,00 (Dez Mil e Setecentos e Setenta e Três Reais)

Dotação: 215 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação: 217 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

**EXTRATO CONTRATO Nº 69/2014 -FMS**

Contrato Nº: 69/2014

Contratante: FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada: SOCIEDADE BENEFICENTE JACINTO GODOY

Licitação: Inexigibilidade 16/2014

Objeto: Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 16/06/2015

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 480.000,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil Reais)

Dotação: 217 - 13.001.2103.3339039500000000.01650000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 56/2014 -FMS**

Contrato Nº: 56/2014

Aditivo Nº: 1 TA/2014

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada: COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSP MACRO-SUL LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 1/2014

Objeto: Aquisição de equipamentos para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde com recurso da emenda parlamentar nº 28530004, proposta cadastrada junto ao ministério da Saúde 10455.823000/1130-03, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) A e B deste edital.

Vigência: Início: 26/06/2014 Término: 26/06/2015

Assinatura: 26/06/2014

Valor R\$: 1.860,00 (Um Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)

Dotação: 212 - 13.001.2102.3449052080000000.01640000

**EXTRATOS CONTRATOS 3/2014 Á 5/2014 - FMC**

Contrato Nº: 5/2014

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada: GRUPO TEATRAL PILIQUINHA

Licitação: Inexigibilidade 1/2014

Objeto: Prestação de serviço de espetáculo teatral, em atendimento ao PROJETO ARTE PARA TODOS, como parte integrante da Programação CONCÓRDIA 80 ANOS, a ser realizado no período de junho a outubro de 2014.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 15/12/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação: 267 - 16.001.2403.3339039990000000.01000001

Contrato Nº: 4/2014

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada: GRUPO TEATRAL DESVIO DO SEPTO

Licitação: Inexigibilidade 1/2014

Objeto: Prestação de serviço de espetáculo teatral, em atendimento ao PROJETO ARTE PARA TODOS, como parte integrante da Programação CONCÓRDIA 80 ANOS, a ser realizado no período de junho a outubro de 2014.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 15/12/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação: 267 - 16.001.2403.3339039990000000.01000001

Contrato Nº: 3/2014

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada: CARRETEL PRODUÇÃO TEATRAL LTDA - ME

Licitação: Inexigibilidade 1/2014

Objeto: Prestação de serviço de espetáculo teatral, em atendimento ao PROJETO ARTE PARA TODOS, como parte integrante da Programação CONCÓRDIA 80 ANOS, a ser realizado no período de junho a outubro de 2014.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 15/12/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação: 267 - 16.001.2403.3339039990000000.01000001

**Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 09/2014 - Fmec**

Termo nº 02/2014

Processo nº 8043/2014

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 09/2014**

Aos 30 dias do mês de junho de 2014, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO e o ESPORTE CLUBE CULTURAL DE SANTO ANTÔNIO, inscrito no CNPJ sob nº 80.633.738/0001-25, com sede no Distrito de Santo Antônio, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor JUARÊZ JOÃO ZARBIELI, inscrito no CPF sob nº 627.074.859/34, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 09/2014, firmado em 25 de junho de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica alterada a expressão: "CNPJ sob nº 80.633.738/0001-23", para: "CNPJ sob nº 80.633.738/0001-25", constante no Convênio que a este dá causa.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2014.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia

JUARÊZ JOÃO ZARBIELI

Presidente do Esporte Clube Cultural de Santo Antônio

**Testemunhas:**

1.

Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo

CPF: 054.691.159-50

2.

Nome: Vanessa de Oliveira Gasperini

CPF: 092. 079.509-95

**Extrato 1º TA Contrato Nº 197/2010 -PMC**

Contrato Nº: 197/2010/2010

Aditivo Nº: 4 TA/2014

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação: Dispensa para Compras e Serviços 15/2010

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, NA RUA DO COMÉRCIO, N 408, 1 ANDAR, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE - SEMADRA. DL 15 2010

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 19/12/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 17.472,90 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Noventa Centavos)

Dotação: 86 - 07.001.2022.333903910000000.01000001

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2014 - FMEC**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a FUNDAÇÃO e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA CONTINENTAL, inscrita no CNPJ sob nº 01.347.478/0001-55 com sede na Linha Céu Azul, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor NELSON IRINEU REICHERT.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da comunidade, local para o desenvolvimento das atividades culturais, gastronômicas, confraternizações entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: De 30.06.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2014.

**Extrato 3º TA Contrato Nº 140/2010 -PMC**

Contrato Nº: 140/2014

Aditivo Nº: 3 TA/2014

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação: Pregão Presencial 7/2014

Objeto: Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra), para ampliação do estacionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Sonhos de Criança, e para reforma e adequação de edificação para uso como berçário do Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves.

Vigência: Início: 17/06/2014 Término: 22/06/2014

Assinatura: 17/06/2014

Valor R\$: 2.646,17 (Dois Mil, Seiscentos e Quarenta e Seis Reais e Dezessete Centavos)

Dotação: 74 - 06.004.2018.344905107000000.01580000

Dotação: 74 - 06.004.2018.344905193000000.01580000

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 144/2014 -PMC**

Contrato Nº: 144/2014

Aditivo Nº: 3 TA/2014

Tipo Aditivo: Prazo/Valor

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 9/2014

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução recapeamento asfáltico na Rua Alexandre Lorenzet, Bairro Parque de Exposições e na Rua Bolívia, Bairro das Nações, neste

município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 20/06/2014 Término: 27/07/2014

Assinatura: 20/06/2014

Valor R\$: 24.789,90 (Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa Centavos)

Dotação: 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Dotação: 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

### **EXTRATOS CONTRATOS 238/2014 Á 254/2014 -PMC**

Contrato Nº: 241/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: OPTO COMERCIAL DE SINALIZACAO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 67/2014

Objeto: Aquisição de luminárias para a Rua Coberta e Praças públicas, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 16/08/2015

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 88.500,00 (Oitenta e Oito Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 120 - 08.001.2029.333903026000000.01170000

Contrato Nº: 245/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 61/2014

Objeto: contratação de empresa para a locação de banheiros químicos portáteis, a serem utilizados durante a realização da XXIX FENAL, que ocorrerá de 27 a 29 de julho de 2014, no Parque de Exposições Senador Atilio Fontana, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 17/08/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 2.975,00 (Dois Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

Contrato Nº: 247/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: JAIR CARLOS MALTAURO

Licitação: Pregão Presencial 63/2014

Objeto: Contratação de serviços de palco, som e luz para a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL e Aniversário do Município, nos dias 27 e 29 de julho de 2014, na Rua Leonel Mosele, em frente à Prefeitura Municipal e no Parque de Exposições Senador Atilio Fontana, conforme especificações constantes

nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 17/08/2014

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 13.970,00 (Treze Mil e Novecentos e Setenta Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903999000000.01000001

Contrato Nº: 248/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: JAIR CARLOS MALTAURO

Licitação: Pregão Presencial 69/2014

Objeto: Contratação de empresa para realização de 3 (três) shows musicais, sonorização e locação de palco móvel para a festa de aniversário do Município de Concórdia, no dia 29 de julho de 2014, e para a Festa Nacional do Leitão Assado, no dia 27 de julho de 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 25/06/2014 Término: 24/08/2014

Assinatura: 25/06/2014

Valor R\$: 16.990,00 (Dezesseis Mil e Novecentos e Noventa Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903999000000.01000001

Contrato Nº: 249/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: BTM COMÉRCIO DE BRINDES LTDA

Licitação: Pregão Presencial 54/2014

Objeto: Aquisição de bonés, aventais e chapéus para utilização na FENAL, conforme Lei nº 3.999, de 17/10/2008.

Vigência: Início: 27/06/2014 Término: 26/08/2014

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 5.392,50 (Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Contrato Nº: 250/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: CONFECÇÕES GURI LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 54/2014

Objeto: Aquisição de bonés, aventais e chapéus para utilização na FENAL, conforme Lei nº 3.999, de 17/10/2008.

Vigência: Início: 27/06/2014 Término: 26/08/2014

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 10.682,00 (Dez Mil e Seiscentos e Oitenta e Dois Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

Contrato Nº: 242/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: DICAVE - GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE VEICULOS LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 13/2014

Objeto: Aquisição de um Caminhão 4x4, um Tanque para caminhão comboio, e um Caminhão 4x2, novos, de fabricação nacional do ano de 2014, conforme descrições constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 17/08/2015

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 132.000,00 (Cento e Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação: 92 - 07.001.2026.344905252000000.01000001

Dotação: 168 - 11.001.1013.344905252000000.01000001

Contrato Nº: 251/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: ABATEDOURO SAO CLEMENTE LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 70/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar ? PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 27/06/2014 Término: 24/12/2014

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 54.720,00 (Cinquenta e Quatro Mil e Setecentos e Vinte Reais)

Dotação: 53 - 06.002.2014.333903007000000.01000001

Dotação: 75 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Contrato Nº: 252/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: LA SALUTE IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD

Licitação: Pregão Presencial 70/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar ? PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 27/06/2014 Término: 24/12/2014

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 39.600,00 (Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais)

Dotação: 53 - 06.002.2014.333903007000000.01000001

Dotação: 75 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Contrato Nº: 253/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

Licitação: Pregão Presencial 74/2014

Objeto: Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 01/07/2014 Término: 30/06/2015

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 21.500,00 (Vinte e Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 9 - 02.001.2002.333903969000000.01000001

Dotação: 18 - 03.001.2006.333903969000000.01000001

Dotação: 28 - 04.002.2045.333903969000000.01000002

Dotação: 37 - 05.001.2010.333903969000000.01000001

Dotação: 63 - 06.002.2017.333903969000000.01010000

Dotação: 91 - 07.001.2026.333903969000000.01000001

Dotação: 119 - 08.001.2029.333903969000000.01000001

Dotação: 132 - 09.001.2032.333903969000000.01000001

Dotação: 144 - 09.002.2605.333903969000000.01000001

Dotação: 150 - 10.001.2036.333903969000000.01000001

Dotação: 174 - 11.001.2041.333903969000000.01000001

Dotação: 236 - 15.001.2201.333903969000000.01000001

Dotação: 291 - 18.001.2501.333903969000000.01000001

Contrato Nº: 243/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: CONCÓRDIA LOGISTICA S.A

Licitação: Pregão Eletrônico 13/2014

Objeto: Aquisição de um Caminhão 4x4, um Tanque para caminhão comboio, e um Caminhão 4x2, novos, de fabricação nacional do ano de 2014, conforme descrições constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 17/08/2015

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 289.500,00 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 92 - 07.001.2026.344905252000000.01000001

Dotação: 168 - 11.001.1013.344905252000000.01000001

Contrato Nº: 244/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: VLC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 13/2014

Objeto: Aquisição de um Caminhão 4x4, um Tanque para caminhão comboio, e um Caminhão 4x2, novos, de fabricação nacional do ano de 2014, conforme descrições constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência: Início: 18/06/2014 Término: 17/08/2015

Assinatura: 18/06/2014

Valor R\$: 72.123,00 (Setenta e Dois Mil e Cento e Vinte e Três Reais)

Dotação: 92 - 07.001.2026.344905252000000.01000001

Dotação: 168 - 11.001.1013.344905252000000.01000001

Contrato Nº: 254/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: RM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 72/2014

Objeto: Aquisição de Roçadeira para atender as necessidades da Secretaria de Urbanismo e Obras. Conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 27/06/2014 Término: 27/07/2014

Assinatura: 27/06/2014

Valor R\$: 6.800,00 (Seis Mil e Oitocentos Reais)

Dotação: 103 - 08.001.1009.344905240000000.01000001

Contrato Nº: 238/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: SONELI ISABEL PIMENTEL COLDEBELLA - ME

Licitação: Pregão Presencial 64/2014

Objeto: Contratação de serviço de decoração, Locação de mesas, toalhas e lonas, em conformidade com o disposto na Lei 3.999, de 17 de outubro de 2008, para realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL, que acontecerá no dia 29 de julho de 2014, no Parque Municipal de Exposições, neste Município, conforme descrições dos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 15/08/2014

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

Contrato Nº: 239/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA

Licitação: Pregão Presencial 64/2014

Objeto: Contratação de serviço de decoração, Locação de mesas, toalhas e lonas, em conformidade com o disposto na Lei 3.999, de 17 de outubro de 2008, para realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL, que acontecerá no dia 29 de julho de 2014, no Parque Municipal de Exposições, neste Município, conforme descrições dos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 15/08/2014

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

Dotação: 158 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

Contrato Nº: 240/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 67/2014

Objeto: Aquisição de luminárias para a Rua Coberta e Praças públicas, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 16/08/2015

Assinatura: 16/06/2014

Valor R\$: 53.782,00 (Cinquenta e Três Mil e Setecentos e Oitenta e Dois Reais)

Dotação: 120 - 08.001.2029.333903026000000.01170000

**Edital de Tomada de Preços Nº 1/2014 - Iprecon**  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2014 - IPRECON  
Compras e Serviços

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestar serviços de assessoria relacionada ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da Política de Investimentos, realizar treinamento e capacitação dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do IPRECON nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, executar atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários



macroeconômicos, analisar e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações, tudo visando atender o disposto na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social - MPS e alterações que ocorram durante a vigência do Contrato, de acordo com as especificações do Anexo A - Termo de Referência do Edital. A entrega do Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 04/08/2014, ÀS 16h00min.  
INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 1º/08/2014, ÀS 16h00min.

A entrega dos Envelopes 02 - PROPOSTA TÉCNICA e 03 - PROPOSTA DE PREÇO, deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 04/08/2014, ÀS 16h00min.

Abertura: dia 05/08/2014, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Mural Público do IPRECON e no site [www.iprecon.sc.gov.br](http://www.iprecon.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, situado na Rua Marechal Deodoro, 772, loja 4, Edifício Mirage Offices, Centro, Concórdia, SC, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelos telefones (49) 3442-3149 e 3444-8384.

Concórdia, SC, 24 de junho de 2014.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 83/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h do dia 14/07/2014.

Abertura: dia 14/07/2014 às 14h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 27 de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C, DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 81/2014 -PMC**

Contrato Nº: 81/2014

Aditivo Nº: 1 TA/2014

Tipo Aditivo: Valor(Equilíbrio)

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação: Inexigibilidade 28/2014

Objeto: Aquisição de passes escolares (ida e volta) para os alunos do Ensino Médio e Fundamental da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2014.

Vigência: Início: 25/06/2014 Término: 27/01/2015

Assinatura: 25/06/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação: 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação: 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação: 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 361/2011 -PMC**

Contrato Nº: 361/2011/2011

Aditivo Nº: 3 TA/2014

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação: Pregão Eletrônico 43/2011

Objeto: Monitoramento Eletrônico.

Vigência: Início: 25/06/2014 Término: 30/11/2014

Assinatura: 25/06/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação: 72 - 06.004.2018.333903977000000.01010000

Dotação: 132 - 09.001.2032.333903977000000.01000001

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para a locação de brinquedos infantis, para uso durante o evento de aniversário de 80 anos do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 11/07/2014.

Abertura: dia 14/07/2014 às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Decreto N. 299/2014

DECRETO Nº 299/2014, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. AFRANIO CAMPAGNOLO, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, de acordo com o laudo médico em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N. 300/2014

DECRETO Nº 300, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o previsto na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto do Art. 85-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata sobre a designação de Agente de Desenvolvimento Local no Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Designar o Servidor Municipal, Sr. FLAVIANO PERIM, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 2º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 3º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º - Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 5º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, em 25 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em da supra.

**Decreto N. 301/2014**

DECRETO Nº 301, DE 27 DE JUNHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. FLAVIANO PERIM, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 16/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FLAVIANO PERIM

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**Decreto N. 302/2014**

DECRETO Nº 302, DE 27 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

## DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com o laudo médico em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 303/2014**

DECRETO Nº 303, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, EM ÁREAS IDENTIFICADAS NAS ZONAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO, AFETADAS PELAS CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal, do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 70, item IV, e demais atribuições em vigor, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, e demais normas legais aplicáveis, e CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de chuvas intensas e continuadas, desde o dia 23 de junho de 2014, continuando nesta data, atingindo partes do Município, conforme mapa das áreas afetadas anexo a este Decreto;

- Como consequências desse desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao desastre;

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarado à existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida no Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadear do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 27 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### **Lei N. 1.112/2014**

LEI N. 1.112, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Denomina as Ruas do "Conjunto Residencial Cordilheira Alta", situado no Município de Cordilheira Alta, SC.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam denominadas as Ruas do Conjunto Residencial Cordilheira Alta, situado no Município de Cordilheira Alta, SC:

A atual Rua A passa denominar-se Rua Jurema Policena Aires;  
A atual Rua B passa denominar-se Rua João Martini;  
A atual Rua C passa denominar-se Rua Octacilio Nalin;  
A atual Rua D passa denominar-se Rua Alevino Aires;  
A atual Rua E passa denominar-se Rua Germano Atuatti;  
A atual Rua F passa denominar-se Rua Leocliides Tozzo;  
A atual Rua G passa denominar-se Rua Danilo Rosanni;  
A atual Rua H passa denominar-se Rua Aristide Dal Santo;  
A atual Rua I passa denominar-se Rua João Maria Sales;

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de junho de 2014.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Lei N. 1.113/2014**

LEI N. 1.113, DE 30 DE JUNHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de até R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.20 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento.  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 07  
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.001 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 14

Fonte de Recursos: 01.58 - Vinculados - R\$ 47.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 105

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 28

Fonte de Recursos: 01.58 - Vinculados - R\$ 47.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 126

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 90.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), os quais serão utilizados para suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Modalidade de Aplicação: 449000

Fonte de Recursos: 11.66 - Vinculados - R\$ 4.400,00

Art. 4º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 3º, no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil, e quatrocentos reais) serão utilizados o excesso de arrecadação na fonte 1166 Vigilância e Promoção da Saúde de incentivo financeiro para qualificação das ações de vigilância, prevenção e controle da dengue.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### Recurso de Impugnação Concorrência 01/2014

Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC

Concorrência n. 01/2014

Processo Administrativo n. 60/2014

Decisão Referente a Impugnação de Edital

Trata-se de impugnação interposta pela empresa a empresa Gaia Rodovias Ltda, já qualificada, a qual se insurge contra dois itens do edital de licitação identificada como Concorrência 01/2014, processo administrativo n. 60/2014, instaurada na modalidade de execução indireta, empreitada por preço global, cujo objetivo é a pavimentação asfáltica de parte da Rodovia da Integração, em um trecho com 6,10 km, conforme Projeto Básico.

A impugnação refere-se aos itens 10, 10.1 e 10.2 do Edital que prevê a visita ao local dos serviços e ao prazo, bem como, ao item 13.4.C.1 que prevê a qualificação técnica.

Então, analisemos a impugnação dentro do contexto adequado.

No dia 25 de junho de 2014 o Sr. Renato Adriano Seibt, na condição de administrador da empresa impugnante compareceu junto a Prefeitura Municipal de Coronel Freitas exigindo, com contundente desalegria, senão até grosseria, que o engenheiro do Município, Sr. Luis Carlos Oss, acompanhasse-o na visita técnica prevista no item 10.2 do edital, mesmo estando o prazo para tanto vencido - tal prazo foi iniciado na data de abertura da licitação, dia 27/05/2014, com término previsto para o dia 24/06/2014, ou seja, os interessados tiveram 27 (vinte e sete dias) para visitar o local e elaborar a proposta condizente com a obra.

Então, após ter perdido o prazo da visita técnica e percebendo que não haveria "jeitinho" para isso, o representante da empresa Gaia Rodovias Ltda, protocolou um requerimento lavrado a próprio punho, em letra de forma, pedindo a emissão do atestado de visita, no dia 25/06/2014, quando o prazo exauriu-se no dia 24/05/2014, sendo obviamente indeferido tal pedido.

Diante disso, impugnou o edital.

Ora! Não podemos debitar ao Município a perda de prazo por parte da empresa Gaia, pois todos os participantes realizaram a visita técnica no prazo de 27 (vinte e sete) dias, sendo que somente o impugnante não o fez dentro do generoso prazo editalício.

De igual maneira não merece procedência a impugnação em do item 13.4.c.1 do edital alhures, uma vez que não compete ao particular dizer a Administração o que ela pode não exigir em um edital licitatório, especialmente a título de qualificação técnica.

Vejamos detalhadamente.

Exigência de VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS:

"10. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

10.1. As empresas interessadas, por intermédio de pelo menos um de seus Responsáveis Técnicos, do quadro permanente da empresa, deverão procurar a Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, com sede na Avenida Santa Catarina 1022, Centro, Coronel Freitas das 08:00h as 11:00 e das 13:30h as 16:00h, Fone (49) 3347 3400, para efetuar a visita técnica dos serviços referidos no item 2, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

10.2. As visitas técnicas serão realizadas somente até o dia 24 de Junho de 2014 todas devem ser agendadas antecipadamente, e serão acompanhadas por um Engenheiro da Prefeitura, que certificará a visita, expedindo o necessário Atestado de Visita e Informações Técnicas. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do Inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93 de 21/06/93."

O Município estabeleceu que as empresas interessadas em

participar da licitação deveriam realizar uma visita técnica, in loco, para analisar e entender as peculiaridades do local da obra.

O objetivo de tal previsão é não ficar na mera formalidade das declarações de que os interessados conhecem o local da obra, e sim que os participantes efetivamente o visitem e tomem a efetiva ciência das condições que enfrentarão na execução da obra, para elaborarem a proposta dentro da realidade de execução.

Ademais, a visita técnica está preconizada no inciso III do artigo 30 da Lei 8666/93 que reza:

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Sobretudo, trata-se de uma exigência disciplinada pelo Estatuto das Licitações e o descumprimento da mesma - uma vez exigido no edital - acarretará inequivocamente na inabilitação do licitante, sob o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O ordenamento jurídico das licitações é omissa quanto ao prazo para visita técnica. Destarte, a Administração deve estabelecer condições razoáveis para realização da visita técnica ao local da obra, abstendo-se de determinar regras restritivas, como um único dia para tanto, motivo que por uma questão de organização interna e sob o olhar do princípio da eficiência, a Administração poderá/deverá estabelecer prazo limite para realização de visita técnica, como usualmente ocorre, devendo este, nas palavras da jurisprudência, ser: razoável.

No caso em questão nada mais razoável, ou até generoso, que o prazo de 27 (vinte e sete) dias para os interessados realizarem a visita.

Então, ao impugnante não será dado tratamento privilegiado em relação aos demais participantes, que cumpriram rigorosamente tal exigência editalícia.

Especialmente, no caso em questão, a obra foi orçada em aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), valor que exige cuidado na contratação.

Enquanto estamos tendo o cuidado de buscar selecionar empresas responsáveis e comprometidas com o objeto da licitação, o impugnante não se deu nem o trabalho de ver o local e as condições em que a obra deverá ser executada e quer debitar essa conduta relapsa ao Município, como se fosse errado exigir ao menos que os interessados conheçam o local da obra, antes de realizar a proposta.

Portanto, o requerimento de atestado de vista técnica foi intempestivo, motivo de seu indeferimento. E, também, manteremos a exigências de tal visita, na forma prevista no edital, sendo que desde já julgamos improcedente a impugnação em relação aos itens 10, 10.1 e 10.2.

#### 13.4.c.1 - Qualificação Técnica

"c.1 - Comprovação de a licitante ter executado, a qualquer tempo, serviço compatível com o objeto desta licitação, através de acervo técnico com o referido atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA. O quadro abaixo indica a parcela de maior relevância com a quantidade mínima a ser comprovada:

ITENS DE SERVIÇO	Quantidade Mínima
Execução de Pavimentação em C.A.U.Q (Camada de Concreto Betuminoso a Quente) modificado por Borracha.	ton. 3.700,00
Execução de Base de Brita Graduada.	m3 4.300,00
Execução de Camada de Macadame Seco.	m3 3.205,00
Compactação de Aterro em Rocha.	m³ 9.300,00
Execução de Serviços de Escavação, carga e transporte em material 3º categoria.	M³ 9.200,00
Dreno longitudinal profundo	2.000 metros lineares
Sarjeta triangular de concreto	3.200 metros lineares



Defensa metálica	258 metros lineares
Corpo de BSCC 2x2	40 metros lineares

É evidente que em uma licitação com o valor tão elevado, o Poder Público tenha a preocupação de selecionar a proposta mais vantajosa entre aqueles que tenham condições de executar a obra.

Se vamos construir uma casa de alvenaria, precisamos de alguém que já tenha construído uma casa com esse material. Se vamos levantar um prédio precisamos de alguém que tenha experiência maior do que aquele que somente constrói casas.

Logo, se vamos pavimentar uma via pública com asfalto diretamente sobre o chão batido, precisamos de participantes na licitação que saibam como fazer, tenham pessoas especializadas, maquinário, e que já tenham feito algo parecido, pois do contrário lesada será a população utilizará a obra mal feita, motivo que estamos exigindo para uma obra de pavimentação asfáltica de 06 (seis) quilômetros que o participante tenha no mínimo já realizado uma com 04 (quatro) quilômetros.

Agora se o participante não fez nem isso (4 Km), mais difícil ainda será fazer uma 50% maior (6 KM), pois exige mais engenharia, mais capacidade técnica, operacional e financeira (o pagamento é a posteriori).

Portanto, tal exigência de qualificação técnica, foi a forma que encontramos de se preservar o interesse público de que somente empresas em condições de cumprir o objeto do certame participem da disputa.

Além do mais, em sede de direito administrativo temos os atos vinculados e os discricionários. A exigência de licitação para contratar com o Poder Público é um ato vinculado à lei, mas a conveniência e a oportunidade da abertura da licitação é um ato discricionário, tal qual o teor da exigência técnica, que garantirá a seleção da melhor proposta entre participantes capazes de realizar a obra.

Logo, a imposição de experiência anterior, a título de exigência técnica, é compatível com a presente licitação e amplamente aceita nos tribunais pátrios, a exemplo:

"DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE, ORA APELANTE - DECISÃO SUCINTA, MAS FUNDAMENTADA - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE - CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL - EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SIMILARES AO OBJETO LICITADO, COM A FIXAÇÃO DE QUANTITATIVOS MÍNIMOS E/OU PRAZOS MÁXIMOS RAZOÁVEIS E COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO - LEGALIDADE - ARTIGO 30, § 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.666/1993, QUE NÃO VEDA TAL EXIGÊNCIA - LICITANTE QUE NÃO REALIZA DITA COMPROVAÇÃO - INABILITAÇÃO - DECISÃO ESCORREITA - ILEGALIDADE E/OU ABUSO DE PODER NÃO VERIFICADOS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A decisão de inabilitação, embora sucinta, demonstra de forma clara e objetiva a razão pela qual foi a apelante inabilitada, tanto que possibilitou, por parte desta, uma ampla defesa quanto ao motivo da inabilitação, não havendo que se falar, pois, em ausência de fundamentação e/ou motivação e, conseqüentemente, na nulidade do ato. 2. A regra insculpida no artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, não veda a exigência de comprovação de experiência anterior na execução de serviços similares ao objeto da licitação, experiência esta que pode ser aferida a partir de critérios quantitativos, desde que estes sejam razoáveis e estejam intimamente relacionados com o objeto licitado, como ocorre no caso em apreço. E, não tendo a apelante comprovado tal experiência, acertada a decisão que a inabilitou." (TJ-PR - Apelação Cível AC 3446131 PR 0344613-1 - decisão 27/05/2008)

Como se não bastasse à jurisprudência dos tribunais judiciais, exemplificada acima, ainda ao lançarmos o edital impugnado, certos da sua legalidade, enviamos uma cópia do mesmo ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para - se existindo alguma

irregularidade - fossemos alertados a corrigir, conforme faz cópia o recibo n. 80 expedido pelo TCE em 30/05/2014, que faz parte dos autos da presente licitação, e o TCE não opôs qualquer objeção.

Portanto, julgamos totalmente improcedente a impugnação proposta pela empresa Gaia Rodovias Ltda, CNPJ 03.257.777/0001-24, contra o edital de concorrência n. 01/2014, processo administrativo n. 60/2014, devendo o edital ser mantido inalterado, com o regular e devido prosseguimento do certame.

Coronel Freitas/SC, 28/06/2104

Publique-se

Registre-se

Notifique-se

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Freitas/SC

Marcelo José Ritter

Presidente Comissão de Licitação

Coronel Freitas/SC

### **Publicação de Contratos Nº 57, 59 E 60**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 57/2014

Contratado: Labor Et Salus Clínica Médica S/S Ltda

Objeto: Contratação de serviço de médico pediatra

Valor: R\$ 45.498,60 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 59/2014

Contratado: Lenoir Gonçalves da Silva

Objeto: Contratação de empresa para execução de poda vegetativa de árvores no perímetro urbano do município

Valor: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Vigência: 31/08/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 60/2014

Contratado: Leandro Pagliari ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de empreiteira global para reforma do Posto Central no município de Coronel Freitas SC

Valor: R\$ 89.099,98 (Oitenta e nove mil, noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Vigência: 31/12/2014

### **Tomada de Preço FMS 02/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Modalidade TOMADA DE PREÇO FMS Nº 02/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE EMPREITEIRA GLOBAL PARA REFORMA DO POSTO PSF II LOCALIZADO NA RUA PIAUI NO MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS SC.

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 17/07/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 17/07/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 01 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial FMS R.P 12/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Modalidade PREGÃO PRESENCIAL R.P FMS Nº 12/2014  
Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .  
Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 14/07/2014  
Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 14/07/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 01 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### **Publicação Ata Registro de Preço Nº 12/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2014

Objeto: Aquisição de serviços gráficos

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 12a/2014

Empresa com preços registrados: KELIMAR ARYLTON LORENSKI-ME

CNPJ: 07.009.018/0001-01

Itens: 11 e 14

Total: R\$ 14.760,00 (quatorze mil, setecentos e sessenta reais)

Ata Registro de Preço nº 12b/2014

Empresa com preços registrados: NOVELLO E CARBONELLI LTDA - EPP

CNPJ: 04.252.224/0001-41

Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 E 17

Total: R\$ 28.370,00 (quatorze mil, setecentos e sessenta reais)

Coronel Freitas (SC), 30 de Junho de 2014

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### **Publicação Ata Registro de Preço Nº 13/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2014

Objeto: Aquisição de pneus novos e serviços de recauchutagem de pneus

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 13a/2014

Empresa com preços registrados: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA  
CNPJ: 45.987.005/0142-29

Itens: 2, 3 e 4

Total: R\$ 45.158,00 (Quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais)

Ata Registro de Preço nº 13b/2014

Empresa com preços registrados: FM PNEUS

CNPJ: 81.374.845/0001-49

Item: 1

Total: R\$ 44.550,00 (Quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais)

Coronel Freitas (SC), 30 de Junho de 2014

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### **Publicação Ata Registro de Preço Nº 14/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2014

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 14/2014

Empresa com preços registrados: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA-ME

CNPJ: 16.677.803/0001-15

Itens: 1, 2 E 3

Total: R\$ 59.053,00 (Cinquenta e nove mil, cinquenta e três reais)

Coronel Freitas (SC), 30 de Junho de 2014

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### **Publicação Ata Registro de Preço Nº 15/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 15a/2014

Empresa com preços registrados: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA  
CNPJ: 80.095.466/0001-57

Itens: 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 31, 33, 34, 49, 52, 54, 56, 57, 60, 63, 65, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 87, 91, 97, 99, 102, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 195, 201, 203, 204, 205, 216, 217, 219, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 272, 275, 278, 281, 288, 290, 291, 293, 299, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 318, 320, 322, 327, 329, 332, 335, 336 e 340  
Total: R\$ 370.605,70 (Trezentos e setenta mil, seiscentos e cinco reais, setenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 15b/2014

Empresa com preços registrados: FERRACOL FERRAGEM CORONEL

**FREITAS LTDA - EPP**

CNPJ: 83.084.780/0001-22

Itens: 5, 6, 9, 10, 12, 13, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 55, 58, 59, 61, 62, 64, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 103, 107, 108, 111, 116, 118, 120, 122, 125, 127, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 146, 148, 150, 152, 156, 160, 163, 164, 167, 172, 174, 175, 177, 179, 181, 183, 185, 188, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 244, 245, 251, 252, 253, 255, 260, 261, 262, 263, 268, 270, 273, 274, 276, 277, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 314, 316, 317, 319, 321, 323, 324, 325, 326, 328, 330, 331, 333, 334, 337, 338 e 339  
Total: R\$ 327.084,18 (Trezentos e vinte e sete mil, oitenta e quatro reais, dezoito centavos)

Coronel Freitas (SC), 30 de Junho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**Publicação Termos Aditivos Nº 15 A 22**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

TERMO ADITIVO Nº 15/2014 AO CONTRATO Nº 56/2014

Contratado: RETILIDER RETIFÍCA DE MOTORES LTDA - EPP

Objeto: Cláusula Primeira - do aditivo, itens e valores a serem aditados: Fica aditada na Cláusula quarta do contrato 56/2014, o valor de R\$ 2.875,00 (Dois mil oitocentos e setenta e cinco reais).  
Valor: R\$ 14.375,00 (Quatorze mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 16/2014 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 09/2014

Contratado: JURECY GOLO GRANDO

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quarta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato de locação nº 09/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 17/2014 AO CONTRATO Nº 145/2013

Contratado: PUBLICA ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 145/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 18/2014 AO CONTRATO Nº 137/2013

Contratado: AZEVEDO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 137/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 19/2014 AO CONTRATO Nº 151/2013

Contratado: BITWEST COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas

Prorrogações do Contrato nº 151/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/09/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/09/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 20/2014 AO CONTRATO Nº 12/2014

Contratado: ÊXITO PROJETOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 12/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/09/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/09/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 21/2014 AO CONTRATO Nº 128/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 128/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/08/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/08/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 22/2014 AO CONTRATO Nº 117/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 117/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/08/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/08/2014

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### Revogação de Licitação - Processo 48/2014

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO  
PROCESSO Nº 48/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Despacho de revogação de processo Licitatório  
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e

CONSIDERANDO que em razão de não haver tempo hábil para a publicação da licitação no Diário Oficial do Estado, sendo requisito básico para a realização do certame.

#### RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 48/2014, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é o PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DAS RUAS BRÁZ MANOEL FLORIANO E JUVENAL ALVES DA SILVA, CONVÊNIO Nº 2014TR002025, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 3459/2014.

Correia Pinto, SC, 01 de julho de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

### Ata Registro de Preços 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2014  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP

CNPJ: 79.833.950/0001-57

Instrumento: 470, 473, 479, 482, 486, 491

Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 760.400,19

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MINI MERCADO JULIA ME

CNPJ: 04.633.915/0001-95

Instrumento: 471, 474, 480, 483, 487, 492

Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 682.039,15

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ: 03.612/004-97

Instrumento: 476, 493

Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 1.330,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA

CNPJ: 02.625.813/0001-00

Instrumento: 477, 488, 478, 490, 484

Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 4.787,50

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

CNPJ: 81.839.425/0001-90

Instrumento: 472, 475, 481, 485, 489, 494

Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial

Valor total: 534.809,49

Vigência: 08/04/2014 a 08/04/2015

Correia Pinto/SC, 26 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

### Revogação de Licitação - Processo 47/2014 Pmcp

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO  
PROCESSO Nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório  
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e

CONSIDERANDO que em razão da necessidade de alterar as especificações do item, com vistas a uma aquisição satisfatória numa próxima licitação para melhor atender ao interesse público.

#### RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 47/2014, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA (PRODESA) E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONTRATO 791871/2013 - PROCESSO 1009302-50/2013, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Correia Pinto, SC, 01 de julho de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal



**Ata de Registro de Preços 04 - Processo 03/2014 Pmcp**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 3/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2014**

No dia 5 do mês de Março do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2014, Processo Licitatório nº. 3/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10272	ANDRILE PNEUS LTDA ME	1, 4, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 29, 30
11104	CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	2, 5, 28
10429	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	3, 6, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 26
8886	JK PNEUS LTDA	9, 13, 27
9631	MODELO PNEUS LTDA	
11103	PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA	10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANDRILE PNEUS LTDA ME	10.661.915/0001-00	ADRIANO CARDOSO	035.819.489-07
CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	08.888.040/0009-80	JOSE CARLOS RAMBO	279.297.100-25
COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	88.197.330/0001-60	ARNALDO LUIZ MORETI	445.072.910-20
JK PNEUS LTDA	78.653.946/0010-35	Fabio	687.443.079-34
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	JUCIMAR REGINATO	686.597.410-72
PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA	00.805.922/0001-76	EVANDRO REBESCO	004.955.059-43

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 8886 - JK PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	PNEU 165/70/13	UN	SEIBERLING	8,000	136,0000	1.088,00
13	PNEU 205/55/16	UN	BRIDGESTON	4,000	286,0000	1.144,00
27	PNEU 235/70/16	UN	FIRESTONEC	8,000	380,0000	3.040,00

**Fornecedor: 10272 - ANDRILE PNEUS LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Pneu 185/14 - Radial borrachudo	UN	FIRESTONE	55,000	239,0000	13.145,00
4	PNEU 215/75/17.5 BORRACHUDO	UN	MAXXIS	72,000	492,0000	35.424,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 3/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

**Fornecedor: 10272 - ANDRILE PNEUS LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	PNEU 750/16 BORRACHUDO	UN	MAGGION	10,000	430,0000	4.300,00
8	PNEU 750/16 FRISADO	UN	MAGGION	12,000	405,0000	4.860,00
11	PNEU 175/70/14	UN	FATE	70,000	161,0000	11.270,00
12	PNEU 185/70/14	UN	GOODYEAR	46,000	184,0000	8.464,00
14	PNEU 205 R 16	UN	FEDERAL	28,000	415,0000	11.620,00
15	Pneu 1000/20 - Radial completo liso	UN	GOODYEAR (	20,000	1.059,0000	21.180,00
16	Pneu 1000/20 - Radial completo borrachudo	UN	GOODYEAR (	40,000	1.099,0000	43.960,00
20	PNEU 17.5/25 (12 lonas) L3.	UN	ROAD-GUIDE	4,000	2.299,0000	9.196,00
22	Pneu 900/20 - Radial completo liso	UN	PIRELLI (TOR	6,000	930,0000	5.580,00
23	Pneu 900/20 - Radial completo borrachudo	UN	PIRELLI (TOR	6,000	1.037,0000	6.222,00
29	Pneu 100/90/17 Borrachudo	UN	MAGGION	2,000	169,0000	338,00
30	Pneu 90/90/19 - Borrachudo	UN	MAGGION	2,000	179,0000	358,00

**Fornecedor: 10429 - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PNEU 215/75/17.5 LISO	UN	OGREEN	36,000	500,0000	18.000,00
6	PNEU 750/16 LISO	UN	ROTA 21	8,000	368,0000	2.944,00
17	PNEU 18/04/30 (12 lonas)	UN	PETLAS	12,000	1.880,0000	22.560,00
18	PNEU 12/04/24 (8 LONAS)	UN	FORERUNNE	6,000	960,0000	5.760,00
19	PNEU 14.00/24 (16 lonas)	UN	PEGASUS	12,000	1.600,0000	19.200,00
21	PNEU 1300x24 14L	UN	PEGASUS	12,000	1.445,0000	17.340,00
24	PNEU 16.9/28 (10 LONA)	UN	ADVANCE	4,000	1.850,0000	7.400,00
25	PNEU 12.5/80/18 (12 LONA)	UN	ALLIANCE	4,000	845,0000	3.380,00
26	PNEU 19.5 L/24 (12 lonas)	UN	PEGASUS	4,000	1.850,0000	7.400,00

**Fornecedor: 11103 - PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	PNEU 175/70 - 13	UN	SEIBERLING	60,000	136,0000	8.160,00

**Fornecedor: 11104 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Pneu 185/14 Radial liso	UN	AL01 AEOLUS	50,000	237,0000	11.850,00
5	PNEU 215/75/16	UN	857 MARSHAL	20,000	439,0000	8.780,00
28	PNEU 245/70/16	UN	KL61 KUMHO	8,000	440,0000	3.520,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 3/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 3/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 3/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 3/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 77  
Processo Nº.: 3/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 5 de Março de 2014.

\_\_\_\_\_  
Vanio Forster  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ANDRILE PNEUS LTDA ME	CNPJ: 10.661.915/0001-00	_____
CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	CNPJ: 08.888.040/0009-80	_____
COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	CNPJ: 88.197.330/0001-60	_____
JK PNEUS LTDA	CNPJ: 78.653.946/0010-35	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA	CNPJ: 00.805.922/0001-76	_____

# Corupá

## PREFEITURA

### Resultado de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo do Edital Nº 003/2014, Na Área de Educação E Saúde

Corupá, 23 de junho de 2014

Resultado de Homologação das inscrições do Processo Seletivo do Edital

Nº 003/2014, na área de Educação e Saúde

Segue abaixo, o resultado oficial de Homologação do Processo Seletivo do Edital

Nº 03/2014, na área da Educação e Saúde

A homologação será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

Luiz Carlos Tamanini  
Prefeito Municipal

Bernadete Correa Hillbrecht  
Secretária Municipal de Saúde

Joney Cicero Morozini  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Edital de homologação das inscrições na área de Saúde e Educação nº 03/2014

Lista de Inscritos:

Nº de Inscrição	Nome do candidato	Cargo	Data de inscrição
01	Angela Maria da Silva	Merendeira	26/05/2014
02	Vanderleia Aparecida Ferreira Lopes	Agente Comunitário	26/05/2014
03	Alceni Klodzinski	Agente Comunitário	27/05/2014
04	Edinara da Costa Mittmann	Psicólogo	27/05/2014
05	Eliane Santos Lima	Agente Comunitário	27/05/2014
06	Carla Simone Duarte Macedo	Agente Comunitário	28/05/2014
07	José Umberto Junkes	Auxiliar de Serviços Gerais	28/05/2014
08	Fabiana Ferreira Marquardt	Auxiliar de Serviços Gerais	29/05/2014
09	Raquel Roscher	Agente Comunitário	29/05/2014
10	Rosi Moretti Richter	Auxiliar de Serviços Gerais	29/05/2014
11	Icrair Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	30/05/2014
12	Mireila do Carmo Freiner	Agente Epidemiológico	02/06/14
13	Janete de Assis	Merendeira	02/06/14
14	Tatiane Griz	Psicólogo	02/06/14
15	Evanir Ludvinsky	Agente Comunitário	02/06/14

16	Iraci da Fonseca	Auxiliar de Serviços Gerais	02/06/14
17	Dirciane Corrêa Wendling	Agente Comunitário	03/06/14
18	Saete Bosse	Agente Epidemiológico	05/06/14
19	Caren Aparecida Mafra	Professor Artes	05/06/14
20	Carina Nikolaico Remundo	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/14
21	Angela Maria Bortolotti Wargenowsky	Agente Comunitário	05/06/14
22	Ana Paula da Silveira	Psicólogo	05/06/14
23	Adriana de Oliveira Ferreira	Professor	09/06/14
24	Tânia Mara Freiburger	Agente Comunitário	10/06/14
25	Ketelyn Lunnelli	Psicólogo	11/06/14
26	Luciano Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	11/06/14
27	Ana Cristina da Silva Rocha	Professor	11/06/14
28	Sandra Regina Vieira	Psicólogo	13/06/14
29	Gabriela Klaus	Psicólogo	16/06/14
30	Djeison Willian de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	16/06/14
31	Cleudimar da Silva Souza	Agente Epidemiológico	16/06/14
32	Sueli Aparecida dos Santos Rodrigues	Professor	16/06/14
33	Adriano Sebastião Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	16/06/14
34	Nelsa Minatti	Merendeira	16/06/14
35	Marcelo Baier	Professor	16/06/14
36	Eledir da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	16/06/14
37	Josiane Margaret Borges Novaka	Auxiliar de Serviços Gerais	17/06/14
38	Endiomare Aparecida da Silva	Agente Comunitária	17/06/14
39	Elma de Oliveira Silva da Costa	Professor	17/06/14
40	Arlete Voigt Stiss	Agente Comunitário	17/06/14
41	Hosana Concebida da Silva	Agente Comunitário	17/06/14
42	Letícia do Nascimento Rolim	Merendeira	17/06/14
43	Vanessa Cristina Przewdzicki	Merendeira	18/06/14
44	Reintraudt Nilsen	Merendeira	18/06/14
45	Rosani de Fátima Rodrigues dos Santos	Professor	18/06/14
46	Leoni Schweitzer Holo-cheski	Agente Comunitário	20/06/14
47	Marcia Alice Lange	Psicóloga	20/06/14
48	Daiane Voigt	Agente Comunitário	20/06/14
49	Giovana P. Odwazny	Agente Epidemiológico	20/06/14
50	Gilvane Martins	Agente Epidemiológico	20/06/14
51	Joice Juliana Antunes	Professor	20/06/14
52	Bruna Maiara Gums	Professor	20/06/14

53	Fernanda Karina Pellim	Professor	20/06/14
54	Nelsi Marquardt Urbanski	Agente Comunitário	20/06/14
55	Gilmara Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	20/06/14
56	Rosa Simões de Souza	Merendeira	20/06/14
57	Vanderlei Ferreira de Souza	Agente Comunitário	20/06/14
58	Antonio Carlos Muniz da Silva	Agente Epidemiológico	20/06/14

Observação: Para os cargos de Fonoaudiólogo, Instrutor de Música (violino) e Mecânico de Máquinas e Veículos, não houve inscrição.

### Extrato de Contrato 002/14 - Primeiro Termo Aditivo

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 002/14 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 102/13

Modalidade Tomada de Preço nº 007/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DAS RUAS 31 - ERNESTO LARZEN, 116 - MAX QUENTIN, 117- ADOLFO MILLNITZ, 118 - JOÃO HENRIQUE E 119 - JOÃO BERNARDINO DE SOUZA (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.  
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 26 de Maio de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.

Data da Assinatura: 26/05/2014

Data da Vigência: 31/12/2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 014/14 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 014/14 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 008/14

Modalidade Tomada de Preço nº 001/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no

CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DAS RUAS 30 CARLOS LACERDA E 55 DOMINGOS SALVADOR - TRECHO I (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.  
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 21 de Junho de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.

Data da Assinatura: 21/06/2014

Data da Vigência: 31/12/2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 001/12 - TERCEIRO TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 001/12 - TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 142/11

Modalidade Pregão Presencial nº 043/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE 6.100 HORAS MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO

Conforme disposto na Cláusula Sexta do Contrato firmado, altera-se a dotação do contrato original, sendo correspondente a 2.820 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura objetivando a recuperação de estradas, retaludamento de deslizamentos e desassoreamento de rios, que foram afetadas pelas enchentes ocorridas no começo de Junho em nossa Cidade, sendo que as despesas orçamentárias correm como a seguinte dotação:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ENCHENTES)		
CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS		
0700	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.01	Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003	Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
33903910	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
D.R. 01.00.00	R\$ 107.142,86	Cód. Reduz. 25
D.R. 01.00.24 Estado	R\$ 250.000,00	Cód. Reduz. 26
	R\$ 357.142,86	

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme acordo entre as partes, tal aditivo se fez necessário devido ao Termo de Convênio cadastrado sob o número 0000013209 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul e o Município de Corupá-SC, que teve aprovação técnica no dia 18/06/2014, impossibilitando assim o lançamento de Edital em período hábil, e, atendendo ao princípio da economicidade e também pelo estado de emergência em que o Município se encontra, sendo que ainda consta o preço devidamente registrado nesse contrato.

Data da Assinatura: 24/06/2014

Data da Vigência: 31/12/2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

**Edital de Pregão Presencial Nº 189/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PSICULTORES, PARA CURSO DE CAPACITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 12 LUGARES, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/07/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 16/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 27 de junho de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 5/2014**

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 15/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 17:00 horas do dia 15/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 30 de Junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Editais de Pregão Presencial Nº 167/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 16/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 02 de junho de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell  
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 190/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B, ANO 1989 EM USO NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 30 de junho de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell  
Pregoeiro**Ermo****PREFEITURA****Resultado da Dispensa de Licitação Nº 24/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2014

Objeto: Chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o segundo semestre de 2014 no Município de Ermo/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013. Vencedores:

NÉRIA REGINA LEONARDO GOBATO - R\$ 2.670,00

IDERALDO BELINE DE VARGAS - R\$ 19.907,50

BARBARA TOPANOTE - R\$ 660,00

ARTUR GOMES DE BITENCOURT - R\$ 810,00

OLDER DE LAVECHIA DE VARGAS - R\$ 19.294,00

Aldoir Cadorin  
Prefeito Municipal**Decreto N.º 056 de 30 de Junho de 2014.**

DECRETO N.º 056 de 30 de junho de 2014.

Estabelece Horário Especial de Expediente das Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, Incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município;

Considerando os jogos do Brasil na 2ª Fase da Copa do Mundo de Futebol;

DECRETA:

Art. 1º Excepcionalmente, o expediente nas repartições Públicas da Administração Direta do Município de Ermo, no dia 04 de julho de 2014, será das 7:00 às 13:00 horas.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina



# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato PMF Nº. 131/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 131/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Jacob Westrup, extensão de 2.500 metros (estaca 68 + 020 até estaca 70 + 520) no Município de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 2014TR002540 firmado junto ao Estado de Santa Catarina.

VALOR - R\$ 2.918.065,03 (dois milhões novecentos e dezoito mil sessenta e cinco reais e três centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 390 (trezentos e noventa) dias corridos (prazo de execução + 120 dias) contados a partir da data de sua assinatura - 22/07/2014.

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (121) - Convênio Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Concorrência Pública nº. 119/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 27 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Ata do Edital de Concorrência Pública Nº. 69/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014

SEXTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às nove horas do dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se o Procurador Geral do Município de Forquilha, Dr. Ander Luiz Warmling, juntamente com a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 69/PMF/2014. Decorridos os prazos recursais previstos em lei, o Presidente da Comissão Sr. Ademir Brandieli Pedro, informou aos presentes que nada resta senão o cumprimento com o item 7.9 do edital de chamamento onde diz: "serão convocadas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnica e de Preços, para apresentarem os envelopes lacrados contendo a Documentação relativa à HABILITAÇÃO". Assim, decide esta comissão, por unanimidade, convocar as empresas EFICAZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. e ÚNICA COMUNICAÇÃO LTDA. para apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 04 do edital, num prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da notificação das mesmas. Ficam também convocados para a abertura dos respectivos envelopes de nº. 05 - Da Habilitação das licitantes acima citadas para as 09:00 horas do dia 07 de julho de 2014, na

Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), a partir desta, ficam todos os interessados notificados para fins de direito. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 30 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

ANDER LUIZ WARMLING

Procurador Geral do Município

### Decreto Nº 086, de 23 Junho de 2014.

DECRETO Nº 086, DE 23 JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PROTESTO EXTRAJUDICIAL DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo artigo 30, incisos, I, II e III da Constituição Federal e art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990, bem como pelos artigos 109 e 188, I e parágrafo único da Lei Municipal Nº 2.044, de 29 de Novembro de 1984,

CONSIDERANDO que atualmente a Dívida Ativa Consolidada do Município importa em aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), valores esses que podem e devem ser cobrados e revertidos em prol do bem estar da comunidade de Forquilha;

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha cobra parte dessa dívida ativa em mais de 950 (novecentos e cinquenta) ações de execução fiscal, que estão em andamento na Comarca de Forquilha;

CONSIDERANDO que os custos processuais com essas mais de 950 (novecentos e cinquenta) ações são elevados e dotados de baixo índice de eficácia;

CONSIDERANDO que o protesto de Certidão de Dívida Ativa não acarretará nenhuma despesa com emolumentos, taxas, diligências ou condução para o Município, em razão da isenção legal contida no artigo 33 da Lei Complementar Estadual n.º 156, de 15 de maio de 1997;

CONSIDERANDO que do ponto de vista legal podem ser protestados os títulos de crédito, as obrigações que se originem de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais e outros documentos de dívida, conforme a norma estampada no artigo 1º da Lei 9.492, de 10/09/1997 (Lei do Protesto);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 585, V, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº 11.382/2006, as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios são títulos executivos extrajudiciais, sendo passíveis, portanto, de protesto extrajudicial;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, através do Provimento nº 67/99 já exarou orientação no sentido de que é cabível o protesto por falta de pagamento da Certidão de Dívida Ativa que atenda os requisitos dos parágrafos 5º e 6º do art. 2º da Lei nº 6.830/80, diante do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que autorizou o protesto de "outros documentos de dívida", além do protesto de títulos cambiais;

CONSIDERANDO que a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é tranquila em reconhecer o cabimento da medida, que, se procedida da maneira regular prevista na norma, não é passível de gerar qualquer dano de natureza moral. Leia-se o seguinte julgado: "As Certidões de Dívida Ativa que preenchem os requisitos legais são títulos executivos extrajudiciais e podem ser levadas a protesto por indicação (boletos bancários), conforme autorizam o art. 1º da Lei Federal n. 9.492/97, e o Provimento n. 67/99 da Corregedoria-Geral da Justiça. Comprovada a existência de dívida, não há como impor ao credor a reparação de dano moral supostamente sofrido pelo devedor em razão do protesto". (TJSC, AC n. 2008.050446-1, Des. Jaime Ramos, j. 30.7.2009).

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça e os 91 (noventa e um) Tribunais do país definiram como meta prioritária (Meta 03) reduzir em 20% os 25 milhões de execuções fiscais que abarrotam nossos fóruns e tribunais, enfrentando aquilo que presidente do CNJ definiu como o maior gargalo do Judiciário brasileiro;

CONSIDERANDO que no julgamento dos Pedidos de Providências 2009.10.00.004178-4 e 2009.10.00.004537-6, realizado em 06 de abril de 2010 (102.ª Sessão Plenária), o Conselho Nacional de Justiça recomendou que os Tribunais de Justiça editassem os atos normativos necessários para se realizar o protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública;

CONSIDERANDO que o Código de Norma da Corregedoria Geral de Justiça do nosso Estado de Santa Catarina, em posição de vanguarda, já prevê o protesto de certidão de dívida ativa no artigo 953, a dispor que "é cabível o protesto por falta de pagamento da certidão de dívida ativa que atenda aos requisitos dos parágrafos 5º e 6º do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80, a serem verificados pelo oficial no ato da apresentação";

CONSIDERANDO que no âmbito federal o Senhor Ministro de Estado da Fazenda Interino e o Advogado Geral da União assinaram a Portaria Interministerial nº 574-A, de 20 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. nº 02, de 04/01/2011, autorizando o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais, independentemente do valor do crédito fiscal;

CONSIDERANDO que no ano de 2012, a Advocacia Geral da União - AGU enviou 7.170 CDAs para protesto, sendo que 5.026 CDAs foram de fato protestadas e 2.245 foram pagas, atingindo-se um percentual superior a 31% (trinta e um por cento) de recuperação referente ao total de títulos enviados para protesto. Em termos de valores, a arrecadação em termos de valores dos títulos protestados é 52% (cinquenta e dois por cento) sobre o total enviado a protesto (vide [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=167799&id\\_site=1106](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=167799&id_site=1106)).

CONSIDERANDO que a Portaria nº 321, de 06/04/2006, do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicada no D.O.U de 07/04/2006, já autorizava o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União;

CONSIDERANDO que a presente medida não implica na instituição, extinção, majoração, redução, definição de fato gerador,

fixação de alíquota, base de cálculo, cominação de penalidades, exclusão, suspensão ou na extinção de crédito tributário, não estando, portanto, sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade (artigos 96 e 104 do Código Tributário Nacional), o que dispensa lei em sentido formal;

CONSIDERANDO que de acordo com o representante da Advocacia Geral da União, procurador-geral federal Marcelo de Siqueira Freitas, responsável pelo protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União em sua fase inicial, o índice médio de recuperação de créditos com o ajuizamento de ações para a cobrança de dívida ativa é de 1%, enquanto no protesto em cartório dos créditos do INMETRO passou a resgatar 42% (quarenta e dois por cento) de sua dívida, bem como o Estado do Rio de Janeiro, que de 1% (um por cento) passou a resgatar 5% (cinco por cento) de sua dívida ativa (vide <http://jus.com.br/revista/texto/22437/protesto-de-certidao-de-divida-ativa>).

CONSIDERANDO, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, num choque de gestão capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como o investimentos em obras públicas, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência plasmado no artigo 37 da Constituição da República, ao qual a Administração Tributária deve obediência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Parágrafo único. Além do nome completo e dos demais elementos exigidos nas leis e regulamentos em vigor relativos ao protesto de títulos, os documentos da dívida deverão conter a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ do contribuinte ou devedor.

Art. 2º As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica para a parcela não paga.

Art. 3º As Certidões de Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 4º Os tabelionatos fornecerão ao Município, quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo único. A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

Art. 5º O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto e o tabelionato que o lavrou, cabendo-lhe a responsabilidade pelos dados que fornecer.

§ 1º O Município não prestará informações sobre protestos cancelados, conforme dispõe o artigo 29, parágrafo 1º, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

§ 2º Para maiores informações, o usuário deverá solicitar certidão no tabelionato competente.

Art. 6º Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 23 de junho de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha, 30 de junho de 2014.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO  
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA  
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK  
Engenheira Civil

### **Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 132/PMF/2014**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 132/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A EXECUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ) EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 132/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. e SETEP CONSTRUÇÕES S.A., protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o Engº. Sr. Leandro Arns Back. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Abertos os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., R\$ 883.740,00 (oitocentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta reais); SETEP CONSTRUÇÕES S.A., R\$ 888.330,00 (oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e trinta reais). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. O representante da empresa participante renunciou expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1260/2014

PORTARIA N.º 1.260, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 062/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DARI ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 384.778.319-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1261/2014

PORTARIA N.º 1.261, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 062/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALEXSANDRO DE VASCONCELOS IESBIK, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 057.091.299-76, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1262/2014

PORTARIA N.º 1.262, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 062/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GASPARINO ALONSO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 296.582.769-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1263/2014

PORTARIA N.º 1.263, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 055/2014; do Departamento de Cultura;

#### RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, a carga horária da servidora VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.065.079-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA, a partir de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 1264/2014

PORTARIA N.º 1.264, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 01 de abril de 2014 e Contrato Administrativo;



e em conformidade com a comunicação interna nº 0732/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora CECÍLIA FRANCO DE OLIVEIRA REGERT, que encontra-se afastada em Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAÍS MARIANI BEE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 061.093.769-30, contratada em caráter temporário na função de NUTRICIONISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de julho de 2014 até 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1265/2014**

PORTARIA Nº 1.265, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0734/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora CLAUDETE GARCÊS DA CRUZ, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JANICE HAMMES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.916.959-53, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 01 de julho de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1266/2014**

PORTARIA Nº 1.266, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho

de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0735/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 31 (trinta e uma) horas semanais a carga horária da servidora GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 01 de julho de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1267/2014**

PORTARIA Nº 1.267, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0739/2014 da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.167.669-99, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1268/2014**

PORTARIA Nº 1.268, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0737/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;



Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Servidora CLAUDETE GARCÊS DA CRUZ, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE GILMARA CEZAR DA VEIGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 798.929.309-91, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 20 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1269/2014**

PORTARIA Nº 1.269, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0738/2014 da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora ANGÉLICA APARECIDA DELFES SESTREN, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI GONÇALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.499-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1270/2014**

PORTARIA Nº 1.270, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ANA

SCHEILA BUENO GOMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.882.499-60, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1271/2014**

PORTARIA Nº 1.271, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARITANI MARIZA MARGREITER KÄFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1272/2014**

PORTARIA Nº 1.272, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARITANI MARIZA MARGREITER KÄFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 800.372.249-72, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1273/2014**

PORTARIA Nº 1.273, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1274/2014**

PORTARIA Nº 1.274, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1275/2014**

PORTARIA Nº 1.275 DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Agente Político

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1276/2014**

PORTARIA Nº 1.276, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor ANTONIO IRINEU VICENTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 865.559.369-91, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1277/2014**

PORTARIA Nº 1.277, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO IRINEU VICENTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 865.559.369-91, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1278/2014**

PORTARIA Nº 1.278, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora JUCILENI MONTANARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 754.648.539-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1279/2014**

PORTARIA Nº 1.279, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0744/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora ANA MARIA DE OLIVEIRA, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEDA DE BASTIANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.230.739-79, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1280/2014**

PORTARIA Nº 1.280, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0743/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DEVANIR DE FÁTIMA ANDREIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 800.478.669-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1281/2014**

PORTARIA Nº 1.281, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0742/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DEJANDIR OLIVIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.886.709-49, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 15 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1282/2014**

PORTARIA Nº 1.282, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal;

e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0740/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALINE APARECIDA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.503.429-07, na função de AUXILIAR DE ALIMNETAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1283/2014**

PORTARIA Nº 1.283, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso da Concorrência Pública Nº 0002**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0136/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2014 - PMF

Objeto: Alienação de 7 (sete) imóveis de propriedade deste município, nos termos da Lei municipal nº 2231/2014; Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: Maior Oferta; Protocolo dos Envelopes: Obrigatoriamente até às 09:00 horas do dia 31/07/2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações Fone (49) 3256-3000 - ramais 3023/3039. E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0168/2014**

DECRETO Nº 168, DE 28 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADA POR CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO:**

- ocorrência de chuvas intensas ocorridas nos últimos dias, atingindo o município e toda região, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre.

- a ocorrência de alagamentos e enxurradas que afetaram grande parte das estradas do interior do município - que somam mais de 1.300 km - afetando a estrutura de diversas pontes, inclusive em áreas urbanas, colocando em risco a população usuária desse sistema viário.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de chuvas intensas nos últimos dias no Município de Fraiburgo, classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.4.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666,



de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2014, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1284/2014**

PORTARIA Nº 1.284, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor JOSÉ NAZARENO BARTEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 000.118.989-17, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 4, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1285/2014**

PORTARIA N.º 1.285, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0747/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSÉ NAZARENO BARTEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 000.118.989-17, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 5, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1286/2014**

PORTARIA Nº 1.286, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora JANICE APARECIDA PRESTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.225.289-80, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1287/2014**

PORTARIA N.º 1.287, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0741/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JANICE APARECIDA PRESTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.225.289-80, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 4, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 087

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DECRETO N.º 087, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, nos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, na Copa do mundo 2014, conforme segue:

I - Nos dias em que a Seleção Brasileira jogar, o expediente especial será das 8:00 as 14:00 horas, com atendimento ao público das 8:00 as 13:00 horas.

§ 1º. As escolas da rede Municipal terão expediente conforme programação da Secretaria de Educação.

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento normal dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Junho de 2014.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### Termo de Rescisão Amigável - Contrato de Prestação de Serviço

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

13ª Legislatura - 2013 a 2016

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2014

O MUNICÍPIO DE GAROPABA - CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, Estado de Santa Catarina, Rua Professor Antônio José Botelho, nº 113, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.987.423-86, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente, Sr. Rogério Linhares, brasileiro, casado, CPF 950.635.369-72, RG 3028200, residente e domiciliado na Rodovia SC 434 Km 04, nº 3635, bairro Areias de Palhocinha, cidade de Garopaba/SC, doravante denominada simplesmente como CONTRATANTE (Rescindente), e a empresa CONTRATOS E NEGÓCIOS LICITAÇÕES

E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, na Rua GRP 010, nº 327, Centro inscrita no CNPJ sob o nº 12.580.750/0001-69, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Leandro Izaldo Silva, brasileiro, casado, CPF 889.065.909-20, RG 26709503, residente e domiciliado na Rua GRP 010, s/nº, Centro, Garopaba/SC, doravante denominada simplesmente como CONTRATADA (rescindida), resolvem rescindir amigavelmente o contrato de prestação de serviços em epígrafe, firmado em 06/01/2014, nos termos seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 A presente rescisão fundamenta-se no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, havendo anuência da Rescindida, sendo analisada pela Assessoria Jurídica da Rescindente por meio do parecer nº 01 ao Contrato de Prestação de Serviços - Processo administrativo 01/2014, em anexo.

#### 2. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 O presente termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGÁVEL do contrato celebrado em 06/01/2014, sendo a prestação de serviços de elaboração de editais e contratos, instrução e acompanhamento de processos licitatórios e afins. Não cabendo as partes qualquer indenização em razão do que se pactua.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIQUIDAÇÃO

3.1 A Contratante procederá à apuração dos eventuais créditos da Contratada, pelo que tiver sido executado até a data de 06/03/2014.

3.2 Concordam em não haver mais qualquer outra obrigação de ordem financeira.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos legais.

4.2 Elegem o Foro da Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir do presente contrato.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

ROGERIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Contratante

LEANDRO IZALDO SILVA

Sócio Administrador

Contratos e Negócios Lic. e Apoio

Administrativo Ltda - ME

Contratada

EMANUEL A. QUARESMA

Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Garopaba

OAB/SC 012.399

Testemunhas:

Ivaldo da Silva Lobo Filho

CPF: 033.372.079-28

Nome: Kátia Regina de Amorim

CPF: 004.168.759-04

**Portaria Nº 11 de 13 de Junho de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA  
13ª Legislatura - 2013 a 2016

PORTARIA Nº 11 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

RATIFICA TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E A EMPRESA CONTRATOS E NEGÓCIOS LICITAÇÕES E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Parecer Jurídico da Câmara Municipal ao contrato de Prestação de Serviço - Processo Administrativo nº 01/2014,

DECIDE,

Art. 1º. RATIFICAR o Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviço - Processo Administrativo nº 01/2014, de acordo com o Parecer Jurídico da Câmara Municipal nº 01/2014, anexado ao referido Termo de Rescisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 13 de junho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Certifico que a PORTARIA Nº 10/2014, foi publicada no Mural de publicações da Câmara Municipal em 13 de junho de 2014, e no DOM em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Ivaldo da S. Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

# Gaspar

## PREFEITURA

**Portaria RH 44/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 44/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) OSMARINA SILVA DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 27/06/2014, devendo folgar a partir de 30/06/2014 a 27/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº 5.986, de 24 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.986, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA JUNTO A SUPERINTENDENCIA DO BELCHIOR, A SERVIDORA DORIANA MARIA STIZ BEDUSCHI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01 de julho de 2014, a servidora DORIANA MARIA STIZ BEDUSCHI, RG Nº 3.666.369 e CPF Nº 027.866.239-01, para o cargo em comissão de Diretora junto a Superintendência do Belchior, Nível CC, Ref. 55, com 40 h semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.437, DE 23 DE JUNHO DE 2014**

PORTARIA Nº 3.437, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA SIMONE RONCAGLIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SIMONE RONCAGLIO, ocupante do cargo de Técnica em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da

Família, no período de 23/06/2014 a 07/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### **Lei Nº 3.584, de 25 de Junho de 2014.**

LEI Nº 3.584, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CELEBRAR ACORDO COM OS AUTORES DA AÇÃO ORDINÁRIA Nº 025.97.001896-1, EM TRÂ-MITE NA 2ª VARA DE GASPAR/SC.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Gaspar a celebrar acordo com os autores da Ação Ordinária nº 025.97.001896-1, em trâmite na 2ª Vara da Comarca de Gaspar, visando ao pagamento da indenização pela desapropriação indireta em imóvel de propriedade dos autores, fixada em sentença judicial nesses autos.

Art. 2º O acordo será celebrado observando-se o disposto no Protocolo de Intenções, anexo único desta Lei, conforme as condições abaixo:

I - os autores na Ação Ordinária descrita no artigo 1º desta Lei pretendem transacionar e dar quitação total da dívida mediante o pagamento, pelo Município de Gaspar, do valor total do débito apurado pela contadoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que perfaz a quantia de R\$ 2.256.366,64 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), devidamente atualizado no dia 6 (seis) de março de 2014, constante nos autos da Ação Ordinária descrita no artigo 1º desta Lei;

II - o Município efetuará o pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo que o primeiro pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) de janeiro de 2015 e o restante até o dia 15 (quinze) dos meses subsequentes, de modo que o pagamento da última parcela ocorrerá no mês de dezembro do ano de 2016;

III - o Município fica autorizado a compensar eventuais débitos que os autores, bem como seu procurador possuírem com o Município de Gaspar, desde que não estejam prescritos; e

IV - as parcelas sofrerão correção monetária pelo INPC.

Art. 3º As parcelas relativas ao valor da dívida, bem como os honorários advocatícios serão depositadas em conta bancária de titularidade dos beneficiados a ser fornecida em momento oportuno.

Art. 4º Fica fixada cláusula penal em 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, limitada em 10% (dez por cento), em caso de mora ou inadimplência de alguma parcela, caso em que a execução dos valores remanescentes será processada pelo valor total corrigido do precatório, deduzidas as parcelas adimplidas, devidamente comprovadas nos autos do processo.

Art. 5º Ocorrendo o pagamento e recebimento discriminado dos valores, os autores dão por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ampla, plena, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar em tempo algum, a título do

pedido constante na Ação Ordinária nº 025.97.001896-1, em trâmite na 2ª Vara da Comarca de Gaspar, em juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, de pretensos direitos ou valores oriundos do pedido objeto da referida demanda.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 7º O Município de Gaspar consignará nos orçamentos futuros, durante o prazo do parcelamento estabelecido nesta Lei, dotações suficientes à amortização da dívida.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **Lei Complementar Nº 57, de 25 de Junho de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 57, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, e 170, inciso V, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.078/1990 e Decreto Federal nº 2.181/1997, do artigo 150 da Constituição do Estado de Santa Catarina e artigo 73 da Lei Orgânica Municipal, constituído pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON e pelo Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos federais, estaduais e municipais e as entidades privadas que se dedicam à proteção e à defesa do consumidor sediadas no município, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

#### **CAPÍTULO I**

##### **Seção I**

Da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Art. 2º A Coordenadoria de Defesa do Consumidor, PROCON, fica destinada a promover e a implementar as ações necessárias à formulação, à coordenação e à execução da política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor no Município de Gaspar.

Art. 3º O PROCON ficará vinculado diretamente à Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º O PROCON municipal tem a atribuição de apurar e punir infrações dispostas na legislação federal, estadual e municipal das relações de consumo, competindo-lhe ainda:

I - articular as ações de entidades e órgãos públicos que desempenham atividades relacionadas à defesa do consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores;

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV - orientar e defender os consumidores contra abusos praticados nas relações de consumo;

V - receber, analisar, avaliar e apurar as reclamações de consumidores e encaminhá-las à defensoria pública quando não possam ser resolvidas administrativamente ou se constituam em infrações penais;

VI - apoiar as entidades de proteção e defesa do consumidor, bem como incentivar e orientar a criação de associações comunitárias com o mesmo fim;

VII - desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas com o objetivo de educar e despertar a coletividade para uma consciência crítica nas relações de consumo;

VIII - auxiliar na fiscalização e divulgação de preços, abastecimento, quantidade e segurança de produtos e serviços;

IX - elaborar e divulgar anualmente, no âmbito de sua competência, o cadastro de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, de que trata o artigo 44 da Lei Federal nº 8.078/1990 e remeter cópia ao Procon Estadual;

X - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;

XI - fiscalizar e aplicar, mediante processo administrativo, as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/1990, no Decreto Federal nº 2.181/1997 e em outras normas e leis federais, estaduais e municipais pertinentes à defesa do consumidor;

XII - funcionar no processo administrativo como instância de instrução, julgamento e recurso;

XIII - celebrar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas objetivando a defesa e proteção do consumidor;

XIV - orientar e educar os consumidores por meio de cartilhas, manuais, folhetos ilustrados, cartazes e demais meios de comunicação;

XV - promover em juízo a defesa individual ou coletiva dos consumidores lesados em seus direitos e interesses; e

XVI - celebrar termos de compromisso de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do artigo 5º da Lei Federal nº 7.347/1985 e do Decreto Federal nº 2.181/1997.

Parágrafo único. Aplicam-se, para os fins do disposto nos incisos XI e XII, as disposições de regência do processo administrativo previstas no Capítulo V do Decreto Federal nº 2.181/1997, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 5º A Procuradoria-Geral do Município funcionará como órgão de julgamento dos recursos das infrações aplicadas nos processos administrativos do PROCON municipal de Gaspar, cabendo-lhe:

I - julgar os recursos, tempestivamente protocolados, das infrações administrativas e autos de infração;

II - solicitar ao PROCON municipal de Gaspar, as informações complementares relativas aos recursos, objetivando a melhor análise da situação recorrida; e

III - encaminhar ao PROCON municipal informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 6º A Procuradoria Geral do Município seguirá, quanto ao julgamento dos recursos administrativos e autos de infração, o disposto no Decreto Federal nº 2.181/1997, que "Dispõe Sobre a Organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC".

## Seção II Da Estrutura

Art. 7º A estrutura administrativa do PROCON fica constituída pela Coordenadoria-Geral, com as seguintes unidades subordinadas:

I - Coordenação de Atendimento ao Consumidor;

II - Setor de Fiscalização; e

III - Assessoria de Orientação ao Consumidor.

Art. 8º Leis municipais ordinárias irão dispor sobre a criação de cargos de provimento em comissão responsável pela direção do PROCON e da criação de cargos de provimento efetivos necessários ao funcionamento do referido órgão.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON, os demais recursos financeiros, humanos e materiais, necessários para o funcionamento do órgão.

## CAPÍTULO II DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, com as seguintes atribuições:

I - atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/1985 e nº 8.078/1990 e seu decreto regulamentador;

III - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do artigo 55 da Lei nº 8.078/1990;

V - aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Gaspar/SC, objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente; e

VIII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10. O Comitê Gestor Municipal será composto por representantes do Poder Público, assim discriminados:



I - o coordenador-geral municipal do PROCON;

II - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e

III - um representante da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do Comitê Gestor Municipal.

§ 2º As indicações para nomeações ou substituições de representantes do Comitê serão feitas pelo chefe do respectivo órgão.

§ 3º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 4º Perderá a condição de representante do Comitê e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 5º O coordenador-geral municipal do PROCON é membro nato, com mandato enquanto durar sua nomeação.

§ 6º Os membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 7º O Comitê Gestor Municipal elegerá o seu presidente dentre os seus representantes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 8º As funções dos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviços à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

Art. 11. O Comitê reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As sessões do Comitê instalar-se-ão com a maioria dos votos presentes.

§ 2º O Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do território municipal.

### CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Art. 12. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, conforme dispõe o artigo 57 da Lei nº 8.078/1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 2.181/1997, com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

§ 1º O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD será gerido pelo Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II, do artigo 9º desta Lei.

§ 2º O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do Município de Gaspar/SC.

§ 3º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo serão

aplicados:

I - na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do Município de Gaspar/SC;

II - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessário à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

IV - na modernização administrativa do PROCON;

V - no financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (artigo 30, Decreto Federal nº 2.181/1997);

VI - no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida, regimental ou estruturalmente, da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional; e

VII - no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor e, ainda, investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor.

§ 4º Na hipótese do inciso III do § 3º deste artigo, deverá o Comitê Gestor Municipal considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 13. Constituem receitas do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos:

I - as condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei nº 7.347/1985;

II - os valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no artigo 56, inciso I, e no artigo 57 e seu parágrafo único da Lei nº 8.078/1990, assim como daquela cominada;

III - o produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado;

IV - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

V - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VI - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras; e

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão dispostas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Comitê Gestor.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda de poder aquisitivo da moeda.



§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do Comitê Gestor deverá publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

Art. 14. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo e revertida para o FMDDD, na forma do artigo 57 da Lei nº 8.078/1990.

Parágrafo único. As empresas infratoras comunicarão, no prazo de 10 (dez) dias, ao Comitê Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 15. No desempenho de suas funções, o PROCON poderá manter convênios de cooperação técnica e de fiscalização com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON/MJ.

II - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor - PROCON;

III - Promotoria de Justiça do Consumidor;

IV - Juizado Especial Cível;

V - Delegacia de Polícia;

VI - Secretaria da Saúde e da Vigilância Sanitária;

VII - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;

VIII - Associações Cíveis Comunitárias;

IX - Fazenda Federal e Estadual;

X - Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional; e

XI - outros órgãos públicos ou privados.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Complementar nº 06, de 18 de setembro de 2002.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 25 de junho de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **Decreto Nº 5.990, de 30 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.990, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional Programática: 00010.00302.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade

Dotação: 28 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas

R\$ 1.522.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 125/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 125/2014

Objeto: prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). Valor Total Julgado: R\$ 3.108.169,74. Base legal: artigo 24, inciso XX da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 27 de Junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 126/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo nº: 126/2014. Objeto: prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Contratado: APAE - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GASPAR (83.794.982/0001-68). Valor Total Julgado: R\$ 302.514,24. Base legal: artigo 24, inciso XX da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 27 de Junho de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal de Saúde

**SAMAE - GASPAR****Portaria N. 43 de 30 de Junho de 2014**

PORTARIA N. 43 DE 30 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EDER RICARDO STIEGEMAIER LUZ

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor Eder Ricardo Stiegemaier Luz, ocupante do cargo efetivo de Encanador referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 26/01/2014, que será gozada a partir de 01/07/2014 a 29/08/2014, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 30 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão Rp 052/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 052/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DO ALIMENTO TOTAL NUTRITION SOY HSS - LATA DE 400 GRAMAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/07/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 11/07/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 30 de Junho de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### Lei Municipal N 1957-2014 - Fumpdec

LEI MUNICIPAL Nº 1.957/2014

(De 27 de junho de 2014)

“CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC E O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUMPDEC DO MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei nº 12.608/2012, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 1º. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC, do Município de Grão Pará, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, tendo como objetivos:

I - Planejar e promover a defesa permanente contra desastres;

II - Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

Art. 2º. Para as finalidades desta lei denomina-se:

I - Proteção e defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada;

IV - Estado de calamidade pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres de nível municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Art. 4º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 5º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador;

II - Conselho Municipal;

III - Setor Operacional.

§ 1º. A Coordenadoria será exercida por um Coordenador, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sem ônus para o Município, por ser considerado seu serviço de relevante interesse público.

§ 2º. O Setor Operacional da COMPDEC será composto por 02 (dois) servidores efetivos do quadro da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, designados para função e alocados para COMPDEC pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC compete:

I - Planejar e promover a defesa permanente contra desastres;

II - Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

III - Coordenar e supervisionar as ações de proteção e defesa civil;

IV - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de proteção e defesa civil;

V - Em casos de situação de emergência e estado de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência, com homologação do Prefeito Municipal, requisitar;

a) Temporariamente, servidores e recursos materiais de órgãos ou entidades integrantes da Prefeitura municipal;

b) Recursos financiados e bens necessários à eficácia de seu desempenho, obedecida à legislação vigente;

VI - Notificar imediatamente à Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil quaisquer situações de perigo e ocorrências anormais graves referentes à Proteção e Defesa Civil, independente das providências implementadas;

VII - Desencadear as ações de Proteção e Defesa Civil em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

VIII - Remeter à Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil, diante da ocorrência de desastres, relatório circunstanciado, com avaliação da situação, contendo: tipo, amplitude e evolução do evento, características da área afetada, efeitos e prejuízos sobre a população, socorros necessários e grau de prioridade destes.

IX - Promover a capacitação de recursos humanos para as ações de Proteção e Defesa Civil, em articulação com órgãos especializados;

X - Propor à autoridade competente a homologação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC de acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC.

XI - Providenciar a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastre;

XII - Gerir e administrar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC, em especial:

a) Fixar as diretrizes operacionais do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC.

b) Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

c) Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

d) Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

e) Gerir e decidir sobre a aplicação dos recursos;

f) Analisar e aprovar mensalmente as contas do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC;

g) Promover o desenvolvimento do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

h) Apresentar, anualmente, o relatório de suas atividades;

i) Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas;

j) Supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC.

XIII - Exercer outras atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. O Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal, competindo-lhe organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no Município.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC será composto por um representante do Executivo Municipal, seu Presidente nato e por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano;

VI - 01 (um) representante da Cooperativa de Eletrificação Rural de Grão-Pará - CERGAPA;

VII - 01 (um) representante do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;

VIII - 01 (um) representante da Polícia Militar sediada no Município;

IX - 01 (um) representante da Polícia Civil sediada no Município;

X - 01 (um) representante da Polícia Ambiental da circunscrição que abrange o Município;

XI - 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar de

Braço do Norte;

XII - 01 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI;

XIII - 01 (um) representante do Poder Legislativo;

XIV - 01 (um) representante Lions Clube de Grão-Pará.

Parágrafo único. A cada membro titular corresponderá um suplente, a ser indicado pelo órgão ou entidade.

Art. 9º. Ao Conselho Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC compete:

I - Aprovar normas e procedimentos para articulação das ações do Município, bem como a cooperação de entidades privadas tendo em vista a atuação coordenada das atividades de Proteção e Defesa Civil;

II - Aprovar as políticas e as diretrizes de ação governamental de Proteção e Defesa Civil, estabelecendo as suas prioridades;

III - Recomendar aos diversos órgãos da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, ações prioritárias que possam minimizar os desastres naturais ou provocados pelo homem;

IV - Aprovar os critérios para a declaração e homologação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

V - Aprovar os planos e programas globais e setoriais elaborados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC;

VI - Deliberar sobre as ações de cooperação Estadual ou Federal de interesse da COMPDEC, observada a legislação vigente;

VII - Aprovar a criação de comissões técnicas interinstitucionais para a realização de estudos, pesquisas e trabalhos especializados de interesse da COMPDEC;

VIII - Aprovar critérios técnicos para análise e aprovação de obras e serviços executados pelo Município, destinados a prevenir riscos, minimizar danos e recuperar áreas deterioradas por desastres;

IX - Elaborar e submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo o seu Regimento Interno.

Art. 10. Fica criado o Cargo de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, sem ônus aos cofres públicos municipais, cuja atribuição é a coordenação das atividades descritas no art. 6º desta Lei.

## CAPÍTULO II

### DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL - FUMPDEC

Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC, órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover as ações e as medidas de proteção e de defesa civil.

Art. 12. Constituem recursos financeiros do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC:

I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - Os recursos provenientes de doações incentivadas, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

III - Os oriundos de operação de crédito e de aplicações no mercado financeiro;

IV - Os recursos transferidos da União ou do Estado;

V - Os provenientes dos termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Ministério Público;

VII - Os auxílios, as subvenções, contribuições ou transferências resultantes de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

VIII - Os saldos apurados no exercício anterior;

IX - O produto de alienação de materiais ou equipamentos inseríveis;

X - Outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Art. 13. O Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC é dotado de autonomia financeira, com escrituração contábil própria, desvinculada de qualquer outro órgão da Administração Municipal.

Art. 14. Os recursos constitutivos do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC, oriundos do previsto no artigo 12 desta lei serão integral e obrigatoriamente depositados em conta bancária de Banco Oficial, denominada: "FUMPDEC - Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil de Grão-Pará", a qual será movimentada, exclusivamente, pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 15. Contra a conta bancária de que trata o artigo 14 desta lei, somente serão admitidas movimentações por transferências bancárias eletrônicas.

Art. 16. Da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC, será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 17. A receita atribuída ao Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC será destinada para investimentos e custeio.

Art. 18. Os recursos do Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil serão geridos pelo Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Parágrafo único. Os recursos alocados ao Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC terão destinações específicas nas ações do artigo 1º e na forma artigo 17 desta lei, não podendo ser destinados a qualquer outro fim, e o saldo apurado no último dia do exercício financeiro será transferido ao exercício seguinte.

Art. 19. O Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC constituir-se-á como órgão do Orçamento Geral do Município de Grão-Pará.

Art. 20. O Poder Executivo providenciará as necessárias adequações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual em vigor, ficando autorizado a abrir créditos adicionais e especiais necessários à instituição orçamentária própria para o Fundo Municipal de Proteção e de Defesa Civil - FUMPDEC.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis Municipais nº 875/1997, 1.093/2001, 1.318/2004

e 1.922/2013.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de junho de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **LEI MUNICIPAL N 1958-2014 - CONS. CATARINA**

LEI MUNICIPAL Nº 1.958/2014

(De 27 de junho de 2014)

"RATIFICA AS ALTERAÇÕES E O TEXTO CONSOLIDADO DO ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam ratificadas as alterações e o texto consolidado do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - Consórcio Catarina, cuja cópia consta do Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º. Ficam ratificadas as autorizações outorgadas ao Município para celebrar contrato de programa e contrato de rateio, nos termos da versão consolidada do Estatuto Social.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das leis orçamentárias.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de junho de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **LEI MUNICIPAL N 1959-2014 - MAIS MÉDICOS**

LEI MUNICIPAL Nº 1.959/2014

(De 27 de junho de 2014)

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.942/2014, DE 22 DE JANEIRO DE 2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO GOVERNO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Parágrafo Segundo do Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.942, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 1º. [...]

Parágrafo Segundo. Para proporcionar alimentação, fica o Município autorizado a conceder, diretamente aos médicos intercambistas, auxílio alimentação no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, para cada médico, dispensada a prestação de contas ao Município das despesas realizadas.”

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará.

Art. 3º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de junho de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Extrato Ata de Registro de Preços 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2014

Objeto: Contratação de empresa fornecedora de maquinários agrícolas por hora trabalhada.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 044/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: RENATO TOMELIN EPP, localizada na rua Gustavo Rubin s/nº, Centro, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ 81.866.980/0001-01.

Vencedor dos itens: 02.

Valor: R\$ 87.540,00 (oitenta e sete mil e quinhentos e quarenta reais).

Vigência: Início: 05/06/2014 Término: 04/06/2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### Decreto Nº. 344/2014

DECRETO Nº. 344/2014  
Suspende o atendimento externo do PROCON.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o atendimento externo do PROCON nos dias 30.06.2014 e 01.07.2014, em virtude da mudança de local físico do mesmo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

#### Extrato Ata de Registro de Preços 48/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2014

Objeto: Contratação de empresa fornecedora de maquinários agrícolas por hora trabalhada.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 044/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de

Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).  
Fornecedor: TERRAPLENAGEM GONZAGA LTDA, localizada na rua Norberto Silveira Jr, n.º 233, Centro, Guaramirim (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.127.003/0001-90  
Vencedor dos itens: 03.  
Valor: R\$ 87.318,00 (oitenta e sete mil e trezentos e dezoito reais).

Vigência: Início: 05/06/2014 Término: 04/06/2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Ata de Registro de Preços 49/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 049/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2014

Objeto: Contratação de empresa fornecedora de maquinários agrícolas por hora trabalhada.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 044/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: L.T WONSIEWSKI & CIA LTDA - ME, com sede na Rua Victor Bramorski, n.º 207, Centro no município de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 04.159.720/0001-55

Vencedor dos itens: 01 e 04.

Valor: R\$ R\$ 120.520,00 (cento e vinte mil e quinhentos e vinte reais).

Vigência: Início: 05/06/2014 Término: 04/06/2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Decreto Nº. 345/2014**

DECRETO Nº. 345/2014  
Nomeia Luciana Mohr Tonet.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomear a senhora Luciana Mohr Tonet, na função de Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

### **Portaria Nº. 276/2014**

PORTARIA Nº. 276/2014  
NOMEIA Carla Elizangela Zipf.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Carla Elizangela Zipf, na função de Diretora de Unidades Descentralizadas, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Deserta - PL 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Conforme Ata nº. 01/2014 - PL nº 37/2014 - TP 02/2014 para Contratação de empresa para Construção de Quadra Esportiva Escolar, conforme Projeto Padrão para Quadra Poliesportiva com Vestuários ( 980,40 m<sup>2</sup> ) na Rua Jose Seibt, esquina com a Rua Afonso Dinon, Bairro Sulina, município de Guarujá do Sul, em execução ao Termo de Compromisso PAC 208663/2014 - FNDE/MEC, ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR NÃO HAVER NENHUM INTERESSADO EM PARTICIPAR DO EVENTO OCASSIONANDO UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Guarujá do Sul, 24 de junho de 2014.  
Jose Carlos Foiatto;  
Presidente

#### Extrato de Contrato - Pref 62 E 63

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 62/2014.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER ME.  
OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino com Recursos do Salário Educação e Policia Militar do município de Guarujá do Sul.  
VALOR: R\$ 32.382,00  
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 30 e maio de 2014.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 63/2014.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 40/2014 - CONVITE Nº. 12/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: MKNET SERVIÇO E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA.  
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em Informática a serem prestados pelo contratado em todos os setores da Administração Municipal de Guarujá do Sul.  
VALOR: R\$ 22.920,00  
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 30 e maio de 2014.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3.307/2014.

DECRETO Nº 3.307/2014.  
DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. A partir de 1º de julho de 2014, o horário de funcionamento, atendimento e expediente da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos será das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de junho de 2014.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

#### Portaria Nº 805/2014

PORTARIA Nº 805/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:  
CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 30 de Junho de 2014, da servidora MARLENE URIO BORTOLI (Matr. 2807), a qual exerce a função de Assistente Social, Nível -12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### Dispensa de Licitação 012/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2014

OBJETO  
Aquisição de recompositor de pista usinado a quente (CBUQ), para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa-buracos) em diversas vias públicas do município em virtude da situação anormal caracterizada como emergência conforme decreto nº 3.304/2014

CONTRATADO  
COMPACT-PAV TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA ME

VALOR  
400 Sacos de 25 kg ao custo unitário de R\$ 23,00 totalizando R\$ 9.200,00

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2014.  
RICARDO JOSÉ NODARI  
Vice Prefeito Municipal

#### Edital Nº005/2014 - Resultado Preliminar

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
Edital nº 05/2014

Divulga o resultado preliminar das provas escritas, as razões de deferimento e indeferimento de recursos/impugnações de questões/gabaritos e o gabarito definitivo.

O Município de Herval d'Oeste, Estado do Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nelson Guindani, e a comissão do concurso público, nomeada por meio da Portaria nº 86/2014 alterada pela Portaria nº 664/2014, representada por sua Presidente, Sra. Lidia Salete Cervelin, no uso de suas atribuições e segundo dados remetidos pela empresa responsável pela execução do concurso, torna público o que segue:

1. O Anexo I contém o resultado preliminar das provas escritas do concurso (antes dos recursos/impugnações) em ordem decrescente de notas;
2. O Anexo II contém o resultado preliminar das provas escritas do concurso para os candidatos que obtiveram deferimento da inscrição como portadores de deficiência;
3. O Anexo III contém os resultados do julgamento dos recursos/impugnações de questões/gabaritos;
4. O Anexo IV contém o gabarito definitivo das provas (após apreciação dos recursos/impugnações de questões/gabaritos);
5. A data, horário e local para realização da prova prática serão divulgados no edital de classificação definitiva, no dia 10/07/2013.
6. O item 6.2 do edital nº 01/2014, passa a ter a seguinte redação:  
6.2. O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial de contagem o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido, ou seja, do primeiro ao segundo dia imediatamente posterior ao evento, salvo se não houver expediente na Prefeitura de Herval d'Oeste, caso em que será prorrogado para o primeiro dia em que houver.
7. Eventuais recursos/impugnações em face do presente edital deverão ser formalizados segundo o disposto no item 6 e subitens do edital nº 01/2014, entre os dias 02 e 03/07/2014.

Herval d'Oeste/SC, 01 de julho de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

Lidia Salete Cervelin  
Presidente da CCP

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
Edital nº 05/2014

Divulga resultado preliminar das provas escritas e outras providências

#### ANEXO I

Resultado preliminar das provas escritas antes dos recursos/impugnações

(item 1 do presente edital)

\*Os dados dos candidatos estão separados pelo símbolo: /

\*\*A sequência dos dados de cada candidato estão separados por ponto e vírgula, por ordem decrescente de notas, na seguinte forma:

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

Legenda para Situação: - Número (1, 2, 3...) correspondente à posição de classificação

- NM é o candidato que não atingiu a nota mínima conforme itens 5.1.1 e 5.2.1, a do edital nº 01/2014

- AUS é candidato ausente

- APTO é candidato "classificado" para realizar as provas práticas (apenas Motoristas e Operadores de Máquinas.

\*\*\*Os candidatos ausentes estão ao final do respectivo cargo.

\*\*\*\*Para obter a nota foi aplicado o peso 0,40 para cada acerto, inclusive questões eventualmente anuladas conforme item 4.1 do edital nº 01/2014.

\*\*\*\*\*Os critérios de desempate seguirem rigorosamente o estabelecido no item 5.5 do edital nº 01/2014.

Estarão disponíveis nos endereços [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br) e [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) outras formas de consulta aos resultados.

#### 01 AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000898; PAOLA DE OLIVEIRA CARVALHO; 1,60; 2,00; 5,20; 8,80; 1 / 000354; LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO; 1,20; 2,40; 3,60; 7,20; 2 / 002244; IEDA CRISTINA MARTINS; 0,80; 2,40; 3,60; 6,80; 3 / 001664; ROBSON ALVES; 1,20; 2,40; 3,20; 6,80; 4 / 001892; RODRIGO ANDRÉ PASSOLD; 1,60; 2,40; 2,80; 6,80; 5 / 000359; NAIARA CRISTINE HABECH; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 6 / 001019; LUCAS LONGO SCALABRIN; 1,20; 2,00; 3,20; 6,40; 7 / 000181; JOSE MILTON DA SILVA RIBEIRO; 0,80; 2,40; 3,20; 6,40; 8 / 000237; LORENA ZACCARON; 1,20; 2,40; 2,80; 6,40; 9 / 001381; AMANDA PEGORARO; 1,20; 2,40; 2,80; 6,40; 10 / 001541; THIAGO PELLICOLI DEITOS; 1,60; 2,40; 2,40; 6,40; 11 / 000707; FERNANDA RADEL MARTINS; 1,20; 1,60; 3,20; 6,00; 12 / 002118; AUGUSTO ZAGONEL; 0,40; 2,40; 3,20; 6,00; 13 / 001462; SALETE VALMORBIDA MARCON; 1,20; 2,00; 2,80; 6,00; 14 / 001819; EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL; 1,20; 2,00; 2,80; 6,00; 15 / 000458; JULIO CESAR MAIA DOS SANTOS; 0,80; 1,60; 3,20; 5,60; 16 / 001175; ALINE TASSIELE PAZ PADILHA; 0,40; 2,00; 3,20; 5,60; 17 / 000702; BERENICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA; 0,40; 2,40; 2,80; 5,60; 18 / 002285; PATRICIA JULIANA DUTRA; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 19 / 002212; MIRIAN FROZZA; 0,80; 2,40; 2,40; 5,60; 20 / 001371; VINÍCIUS WOLFF CRESTANI; 0,40; 1,60; 3,20; 5,20; 21 / 002011; LARISSA VIVAS FERNANDES; 0,80; 1,60; 2,80; 5,20; 22 / 000001; JANAINA CAMARGO; 0,40; 2,00; 2,80; 5,20; 23 / 000642; TAILINI GREICI DO NASCIMENTO; 0,40; 2,40; 2,40; 5,20; 24 / 001448; ALINE SALETE DEBERTOLIS; 0,40; 2,40; 2,40; 5,20; 25 / 000467; MARCIO LUIS RODRIGUES KEMER; 1,20; 2,00; 2,00; 5,20; 26 / 001167; FERNANDA PASINI; 1,20; 2,00; 2,00; 5,20; 27 / 001200; JOÃO AUGUSTO PIAIA; 1,20; 2,40; 1,60; 5,20; 28 / 001609; MARLI DE BORBA MULLER; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 001711; PRICILLA DA SILVA DA COSTA; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 000463; JULIANA APARECIDA ISSLER; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 002189; ENISAN HENRIQUE FATTORI SARTORI; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000436; KELLY DAIANE DE OLIVEIRA; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 000747; FRANCIELI TRIQUES; 0,00; 2,00; 2,80; 4,80; NM / 001280; IGOR DE OLIVEIRA; 0,00; 2,00; 2,80; 4,80; NM / 001395; NAIARA TIEMI TANAKA; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM /



001650; PATRICIA APARECIDA DA SILVA; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 000080; VALQUIRIA DE JESUS SERPA GRAFF; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 000923; LAIS LAMB LEWERENTZ; 0,40; 2,00; 2,40; 4,80; NM / 000636; LUANA CRISTINA RIBEIRO; 0,40; 2,00; 2,40; 4,80; NM / 001228; IDAIR PARISE JUNIOR; 0,00; 2,40; 2,40; 4,80; NM / 001812; SANDRA REGINA PALHARIN VOLPATTO; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM / 002122; MARCIA APARECIDA CAVALLHEIRO; 0,40; 2,40; 2,00; 4,80; NM / 000879; LUANA CAROLINE DOS SANTOS; 1,20; 2,00; 1,60; 4,80; NM / 000953; RODRIGO MARIANA; 0,80; 2,40; 1,60; 4,80; NM / 001955; KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERTI; 0,00; 1,20; 3,20; 4,40; NM / 000051; FERNANDA DEITOS; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 000594; TALITA APARECIDA ZAGONEL; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 001089; NAIARA PARISOTTO; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 000125; MORGANA SOLDI; 0,00; 1,60; 2,80; 4,40; NM / 001879; MARIA DO CARMO DEPELEGRIN MORESCO; 0,80; 1,20; 2,40; 4,40; NM / 000601; ADRIANA DO AMARAL E SILVA; 0,80; 1,60; 2,00; 4,40; NM

000132; SÍRIUS ELIEZER NEVES DOS SANTOS; 0,40; 2,00; 2,00; 4,40; NM / 001528; ANA ALICE SALES; 0,40; 2,00; 2,00; 4,40; NM / 000342; JULIANO SINTLINGER WEISS; 0,00; 2,40; 2,00; 4,40; NM / 001210; DELIZA CRISTINA VENDRAMINI; 0,80; 2,40; 1,20; 4,40; NM / 001057; LUCIANA BIANCHI; 0,40; 2,80; 1,20; 4,40; NM / 000303; ALEX ESTIVAL DATSCH; 0,40; 2,80; 1,20; 4,40; NM / 001124; VINICIUS LUIZ SUZIN; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 001037; SILVIA GARVIN GEMELLI; 0,00; 1,20; 2,80; 4,00; NM / 001782; VITOR MARTINS DA SILVA; 0,00; 1,20; 2,80; 4,00; NM / 001929; MARILVANE DÉBORA PAZIN; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000538; WILIAN PICININ GRAFF; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000193; MARIANA BRUM; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001194; SILVIO ANTONIO DE OLIVEIRA; 0,40; 1,60; 2,00; 4,00; NM / 002276; MARIA BETINA DA LUZ BULIGON; 0,40; 1,60; 2,00; 4,00; NM / 001225; ROSANE DE OLIVEIRA; 0,00; 2,00; 2,00; 4,00; NM / 000425; CLEONICE ARAUJO; 0,00; 2,00; 2,00; 4,00; NM / 001666; SONIA MARA REICHERT; 0,00; 2,00; 2,00; 4,00; NM / 000142; MARIELI DA SILVA PENTEADO; 1,20; 1,20; 1,60; 4,00; NM / 002264; TATIANA APARECIDA CORREIA; 0,40; 2,00; 1,60; 4,00; NM / 001100; JESSE AUGUSTO MORESCO; 1,20; 1,60; 1,20; 4,00; NM / 000748; JESSICA SPADER; 0,40; 2,40; 1,20; 4,00; NM / 002016; SILVANA CADORIN; 1,20; 2,00; 0,80; 4,00; NM / 001306; CONCEIÇÃO APARECIDA BITTENCOURT; 0,00; 0,80; 2,80; 3,60; NM / 001863; GABRIELA COSTENARO; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 001684; GRASIELE ZANELLA; 0,00; 1,20; 2,40; 3,60; NM / 000561; ANGELICA CAPINAM MACHADO; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 001227; ALESSANDRA FERNANDES; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 000243; JESSICA ANDRESSA CARINI; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 000377; ALESSANDRA CRISTIANE MASCARELLO; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001053; JEAN MARCEL MACHADO; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 001781; SABRINA DE SOUZA; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 001688; LARISSA BECKER; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 001760; GISELI CARLA PAZ DA SILVA; 0,40; 1,60; 1,60; 3,60; NM / 001344; BERNARDETE MARIA SPIER; 0,00; 2,00; 1,60; 3,60; NM / 001294; JOSEANGELA DE BARBA; 0,00; 2,00; 1,60; 3,60; NM / 000148; FELIPE PEROTONI; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 001028; DAIANA MENEGASSI OLIVO; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 000533; FABIOLA PESSOLI; 0,40; 2,00; 1,20; 3,60; NM / 000199; PATRICIA REGINA DOS SANTOS; 0,80; 2,00; 0,80; 3,60; NM / 001026; GLAUCIA CARDOSO DA SILVA; 0,80; 2,00; 0,80; 3,60; NM / 001357; STEPHANIE RODRIGUES; 0,80; 0,00; 2,40; 3,20; NM / 000391; EDUARDO LUIZ ALVES DE OLIVEIRA; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 000543; CRISLAINE ELEN DA LUZ; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 001625; SANDRINE CRISTINA PIZONI; 0,00; 1,20; 2,00; 3,20; NM / 001676; SUELEM LUANA GHIGGI; 0,00; 1,20; 2,00; 3,20; NM / 000373; SORAIA REGINA CORDAZZO; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 001339; MARIANE SCHLINDWEIN; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 001096; JOSÉ OTÁVIO ZANELLA CONSTANTIN; 0,00; 1,60; 1,60; 3,20; NM / 001242; FLAVIA APARECIDA VASTRES; 0,00; 1,60; 1,60; 3,20; NM / 000873; JULIA DA ROSA; 0,40; 0,40; 2,00; 2,80; NM / 001656; CARLA BIANCA

MASCARELLO; 0,00; 0,80; 2,00; 2,80; NM / 000681; KLEBERTON MAFRA CUSTODIO; 0,80; 0,40; 1,60; 2,80; NM / 000491; MADELEINE NUNES FORTUNATO; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 002282; CHEILA BELANDI; 0,40; 1,20; 1,20; 2,80; NM / 000198; LUCAS DOLZAN BLEICHOVEL; 0,00; 1,60; 1,20; 2,80; NM / 000870; MICHELI FRANÇA DANIELLI; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001974; MAIELE ALMEIDA CERINO DA SILVA; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 001376; MAYARA RUTY BLEICHVEL; 0,40; 1,60; 0,80; 2,80; NM / 001580; LAIS SEVERINO; 0,00; 2,00; 0,80; 2,80; NM / 002230; ROBERTA ALVES DE ARAUJO; 0,40; 0,80; 1,20; 2,40; NM / 000959; CLEUDETE PRATTO DA SILVA; 0,00; 1,20; 1,20; 2,40; NM / 001643; TATIANA CECILIA RIBEIRO PERES DE MACEDO; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 000470; JOCELI DIAS; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 002166; IARA SILVANA GOMES; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 001554; VANESSA ARTIGAS SOARES CORDAZZO; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 002268; CLEONICE CORRÊA; 0,40; 1,20; 0,40; 2,00; NM / 002207; OMAR TADEU DIMBARRE; AUS / 001911; SALETE DORILDE ESPAGNOL; AUS / 001741; GILVANIA APARECIDA RODRIGUES BILIBIO; AUS / 000841; CARLA MARIA LUDESCHER; AUS / 000556; SOLAVIA CRISTIANA DOS SANTOS LINS; AUS / 001759; ANDERSON SOARES; AUS / 001606; RODRIGO BECHI CANUTO; AUS / 000295; SIBELE DE FÁTIMA GALVÃO FARIAS; AUS / 001837; CHAIANE DA SILVA VALMORBIDA; AUS / 002081; FABIO FRIZON; AUS / 000115; LEILANE BITTENCOURT DOS SANTOS; AUS / 000903; RITA DE CÁSSIA CHAVES DANTAS; AUS / 000053; KAREN DAIANE DE BARROS; AUS / 001481; LUIS VINÍCIUS DE SOUZA SILVA; AUS / 000002; ERON DIDRICH DOS SANTOS; AUS / 002101; VANESSA BAÚ; AUS / 000222; MATEUS TREVISAN; AUS / 002215; WYLLIAN OLIVEIRA DA LUZ; AUS / 001940; SERGIO CARLOS STABACH JUNIOR; AUS / 002126; HE-MELIN SOUZA DE LIZ; AUS / 002251; ALEXANDRE OLIVEIRA DA LUZ; AUS / 002273; PAULO EDUARDO DIAS; AUS / 000429; LEONARDO OLIVIO FICAGNA; AUS / 001822; NICOLAS ARGENTON PIRES DE MELLO; AUS / 002240; WILLIAN RICARDO CORREIA SCHEMES; AUS / 001844; EDUARDA CARINI TRINDADE; AUS

## 02 MOTORISTA

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001714; PAULO FRANCISCO GIRIOLI; 0,80; 2,40; 3,20; 6,40; Apto / 002257; OZIEL CORDEIRO; 0,40; 1,60; 3,20; 5,20; Apto / 001631; ADILSON LEANDRO DE SOUZA; 0,40; 2,00; 2,80; 5,20; Apto / 001191; JULIANO DOS SANTOS; 0,40; 2,40; 2,40; 5,20; Apto / 001391; MARIO ANTONIO FEDRIGO; 0,80; 2,40; 2,00; 5,20; Apto / 001685; FABIANO JOSÉ MIOR; 0,40; 1,60; 2,80; 4,80; NM / 001800; JUCIMAR CALDART; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001922; TIAGO PORCATE DA ROCHA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000530; JALCEMIR DANIELESKI; 0,80; 2,00; 2,00; 4,80; NM / 001161; CLAUDEMIR RIGO; 0,40; 2,40; 2,00; 4,80; NM / 001012; ROBERTO DA CAMARA; 0,00; 0,40; 4,00; 4,40; NM / 002224; ALGACIR DA SILVA; 0,80; 1,60; 2,00; 4,40; NM / 000378; EDEMILSON SOUZA DE JESUS; 0,40; 2,00; 2,00; 4,40; NM / 001913; FLAVIO SILVEIRA DE AVILA; 0,40; 2,40; 1,60; 4,40; NM / 001785; JORGE LUIZ DOS SANTOS; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000730; DIRCEU FERREIRA ALVES; 0,00; 1,60; 2,40; 4,00; NM / 000351; PATRICIA FATIMA CARRER BURLIN; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 000200; DENISE POZZOBOM; 0,80; 1,60; 1,60; 4,00; NM / 001637; VALMOR JOAO REISDORFER; 0,40; 2,40; 1,20; 4,00; NM / 001273; CLAITON VANCIN JUNIOR; 2,00; 1,20; 0,80; 4,00; NM / 002267; ANTONIO CARLOS DA SILVA; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 001958; ALDO EURICO DE SOUZA; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001067; OTAVIO CERINO PEREIRA DA SILVA; 0,00; 2,00; 1,60; 3,60; NM / 000328; DIEGO VALMIR OLIVERIO RIBEIRO; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000852; VERNICA JANETE SYCHOCKI; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 001789; DIOGO SCHEITEL SCHLINDWEIN; 1,20; 0,40; 1,60; 3,20; NM / 000158; PAULO SERGIO LUNARDELLI; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000457; JEFFERSON LUIZ BERTUSSO GIRIOLI; 0,40; 1,20; 1,60;



3,20; NM / 001936; JACSON MATTOS DUARTE; 0,00; 1,60; 1,60; 3,20; NM / 001465; EDGAR CALDEROLI; 0,00; 0,80; 2,00; 2,80; NM / 001411; JOILSON GODINHO DOS SANTOS; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 001398; SHADEI BERTUSSO; 0,00; 1,60; 1,20; 2,80; NM / 000739; MAIKON SCHUMACHER; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001686; MARIO ANTONIO MARCON; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 001187; RAPHAEL FERREIRA DA SILVA; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 001704; LUIZ ALBERTO SACCOL; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 001917; AMARILDO SOARES DE LIMA; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 001927; DARLEI RIBEIRO DA SILVA; 0,00; 1,60; 0,80; 2,40; NM / 000558; LEONAR LISOT; 1,20; 0,80; 0,40; 2,40; NM / 001341; JAISON ANTUNES DA SILVA; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 000557; JOÃO MARIA FERREIRA; 0,00; 0,80; 1,20; 2,00; NM / 000736; VALDEMIRO POSSERA; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 000472; VALMIR PRATTO; 0,80; 0,80; 0,40; 2,00; NM / 000742; VALMOR RIBEIRO DO NASCIMENTO; 0,00; 0,80; 0,80; 1,60; NM / 001964; ALOISIO DE MATOS; 0,00; 1,20; 0,40; 1,60; NM / 001594; ARI KRAVETCH; AUS / 001285; CARLOS ALBERTO FERREIRA; AUS / 002253; ARMANDO MIGUEL TERES; AUS / 000825; MATHEUS ANTONIO CAVALHEIRO RHEINHEIMER; AUS

#### 03 OPERADOR DE MÁQUINAS I

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000238; SIDMAR PIOVESAN DO PRADO; 1,20; 2,40; 4,00; 7,60; Apto / 000612; DIEGO ZAMPIERI; 0,80; 2,00; 3,60; 6,40; Apto / 001591; EDEMAR PALAVECHINI; 0,80; 2,40; 3,20; 6,40; Apto / 000234; ANTONINHO ZACCARON; 0,00; 1,60; 3,20; 4,80; NM

#### 04 OPERADOR DE MÁQUINAS II

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000611; RICARDO FERRETTI; 1,60; 2,80; 4,00; 8,40; Apto / 002250; RICARDO JUNG; 2,00; 2,40; 3,60; 8,00; Apto / 001735; CRISTIANO RIBEIRO DE ASSIS; 0,80; 2,00; 3,20; 6,00; Apto / 000877; CLAIR ZIMER; 0,40; 2,00; 3,20; 5,60; Apto

#### 05 AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000315; ALINE PRAXMARER; 1,60; 2,00; 4,40; 8,00; 1 / 001152; KAUE VETORAZI; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 2 / 001605; BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCI; 2,00; 1,20; 3,20; 6,40; 3 / 000794; LARISSA RIOS ASSIS DOS SANTOS; 1,60; 1,60; 3,20; 6,40; 4 / 000775; SUSANA RODRIGUES BARBOSA; 1,60; 2,00; 2,80; 6,40; 5 / 001645; CLERISTON VIANA DE SOUZA; 2,00; 1,60; 2,40; 6,00; 6 / 002208; JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI; 1,60; 2,00; 2,40; 6,00; 7 / 001479; SABRINA MERLINI; 1,60; 0,80; 3,20; 5,60; 8 / 000812; SANDRA APARECIDA BAGGIO; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 9 / 001316; ANDREISA MARTINS; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 10 / 001468; FELIPE RODRIGUES; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 11 / 000899; DEBORA MOTTA; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 12 / 002088; FERNANDO CECCATO; 1,60; 2,00; 2,00; 5,60; 13 / 000632; LAIS BARBOZA DOS SANTOS; 1,20; 0,40; 3,60; 5,20; 14 / 001072; GIOVANI PEDROZO; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 15 / 000922; ILIANE CRISTINA RAMBO DE ASSIS; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 16 / 001438; WILLIAM SCHMITZ GUGEL; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 17 / 001099; LEILA BOTTEGA DE COL; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 18 / 001563; ANDRELISSA HOFF DE OLIVEIRA SOBRINHO; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 19 / 000251; THAIS PALAVICINI; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 20 / 002028; RAIMUNDO MOREIRA LEITE; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 21 / 000009; LEONARDO KRUG; 2,00; 1,20; 2,00; 5,20; 22 / 001668; TAINARA NATUS; 1,60; 0,00; 3,20; 4,80; NM / 000834; GLESSIANA MARIA LUCIAN SIGNORI; 2,00; 0,00; 2,80; 4,80; NM / 001880; ANDRÉ LUIDI PEGORARO; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 001581; STEFANY FABRIN; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000230; JULIANA

WIEST COMINI; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 001776; ANDREIA TURRA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000087; LEANDRA ZANELLA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000171; ARIEL DE MORAIS; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000460; LUCIANA KATCHOR; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM / 001440; PÂMELA DANIELI SOUTHER; 1,60; 0,00; 2,80; 4,40; NM / 002036; FELIPE DALLA COSTA; 1,60; 0,80; 2,00; 4,40; NM / 001008; DEBORA CIELLO; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 001590; TANAMARA SPIER; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 001611; HARIEL VINCIUS BETT DE JESUS; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 000997; DAIANE SARTORI; 1,20; 1,60; 1,60; 4,40; NM / 002180; LUCAS GABRIEL ALVES; 0,80; 2,00; 1,60; 4,40; NM / 000656; MARIANA COLUSSO FABRIN; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 000935; ALINE FICAGNA; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 000572; SILVIA MARA BASSO; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000422; PATRICIA TREVISOL; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001446; EDIANE FACHIN; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 001930; FELIPE DE SOUZA OLIVEIRA PACHECO DOS SANTOS; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 001794; ANA PAULA ENDERLE; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 002177; MATHEUS BEHERNS PINTRO; 1,20; 1,20; 1,60; 4,00; NM / 000783; GRAZIELE IZABEL DE LIMA; 2,00; 0,80; 1,20; 4,00; NM / 001443; ROSEMAR CIRINO DOS SANTOS; 0,80; 0,00; 2,80; 3,60; NM / 000264; VANESSA RECH; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 000099; PRISCILA PEREIRA BELLI CARLIM BRANCO; 0,40; 0,80; 2,40; 3,60; NM / 000752; LARISSA DOS SANTOS BORGES; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 000740; SANDRA MANTOVANI; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 000610; CAROLINA ALBUQUERQUE; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 001659; ROSANGELA DURIGON CERONI; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 000799; NEUSA APARECIDA CAMPOS; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 001177; GIDIÉLA DETOFOL; 0,40; 0,40; 2,40; 3,20; NM / 000332; MARCELINA CORREIA DA SILVA; 1,20; 0,00; 2,00; 3,20; NM / 000842; CAROLINE APARECIDA VISSOTTO; 1,20; 0,00; 2,00; 3,20; NM / 000106; CAMILA WASERBERG; 1,20; 0,00; 2,00; 3,20; NM / 000588; CLEBER ANDREY CAMARGO; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 002073; ANDERSON LUIS COSTENARO; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000478; ANDRÉ LUIZ HILDEBRANDO; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 002021; RAFAEL GIONGO BURLIM; 1,20; 0,40; 1,60; 3,20; NM / 001859; ELAINE APARECIDA MALLMANN; 1,20; 0,40; 1,60; 3,20; NM / 001183; ROBSON VEIGA; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 002008; ADRIANA COSTENARO; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001151; TATIANE RAQUEL RODRIGUES; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 000743; LINEIA TAMIRES CAPINAM DE CAMPOS; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 002023; VANDEREZA APARECIDA OLIVEIRA MENDES FAGUNDES; 0,40; 0,00; 2,40; 2,80; NM / 001388; CAMILLA SOUZA; 0,40; 0,00; 2,40; 2,80; NM / 000454; ANA PATRICIA WENTZ DE AGUIAR; 0,00; 0,80; 2,00; 2,80; NM / 001439; TANIA COMARETTO; 0,00; 0,80; 2,00; 2,80; NM / 001134; FABIO DONATTI; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 000433; SILVANE DE FATIMA DELFES VARELA; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 000918; ALEXSANDRA FRARON; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 000858; DIEGO COMIN; 0,00; 0,00; 2,40; 2,40; NM / 000257; PAULA MELERE; 0,00; 0,00; 2,40; 2,40; NM / 000489; IVETE SILVA ROVEA; 0,00; 0,40; 2,00; 2,40; NM / 001777; LUCIANA CRISTINE GUZZATTO; 0,00; 0,40; 2,00; 2,40; NM / 001507; MARILIA MORGANA ZACCARON; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 001214; FERNANDA MASSON; 0,00; 0,00; 2,00; 2,00; NM / 001107; CRISTINA AMELIA HECKLER; 0,00; 0,00; 2,00; 2,00; NM / 001048; VANESSA APARECIDA GAZZOLA; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 000250; EVELIN CAROLINE FERREIRA; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 001188; NATALIA TEREZINHA CHILEME; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 002044; CRISTIANE APARECIDA BITTENCOURT PERUZZO; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 001055; ANGÉLICA GÉSSICA BALAN; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 001896; JOSIANE HILARIO; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 002128; ANDREIA JULIANA FERNANDES; 0,80; 0,00; 0,80; 1,60; NM / 001150; FRANCIANE DE LURDES BENITES; 0,00; 0,80; 0,80; 1,60; NM / 001241; MARINEZ LURDES GREZEL; 0,80; 0,40; 0,40; 1,60; NM / 000498; MAYCON DE MATTOS; 0,40; 1,20; 0,00; 1,60; NM / 000503; KARINA TROMBETTA; 0,00; 0,00; 1,20; 1,20; NM / 001989; GUILHERME CASAGRANDE; 0,00; 0,00; 1,20; 1,20; NM /

001975; DONIZETE GUARAGNI; AUS / 001504; EDUARDO HARO; AUS / 000432; CRICIANA DA ROSA XAVIER; AUS / 001513; DALCITA PIRES D MELLO; AUS / 001141; LUCIANI RODRIGUES; AUS / 001979; RAIMUNDO KERSCHBAUMER; AUS / 000567; ELAINE MASSIGNANI; AUS / 002012; TIAGO FELIPE DOS SANTOS; AUS / 001894; DANIELLA PATRÍCIA APARECIDA ANTUNES; AUS / 002258; PATRICIA RAMBO; AUS / 002192; GISELI DA SILVA; AUS / 000974; ALINNE JUNGES NUNES DA SILVA; AUS / 000085; ANDRÉ LUCAS MARQUES; AUS / 001382; KARINE GRASSMANN; AUS / 002186; GABRIELA BRANDALISE DOS SANTOS; AUS / 001098; GLAUCIO RENÉ CIARNOSCHI; AUS / 001719; CRISLAINE DA LAPA DOS ANJOS; AUS / 000164; HENRIQUE DALLA LANA LAZAROTTO; AUS / 000664; GRAZIELA PEGORARO; AUS / 002254; SANDY CASSIA MENDES; AUS / 001545; GABRIELA CHILANTI GONÇALVES; AUS / 002201; GESIELE DOS SANTOS DAVID; AUS

#### 06 AGENTE DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001547; ANA PAULA COSTENARO; 1,60; 1,20; 4,40; 7,20; 1 / 001363; OLDACIR DOMINGOS EMMERICH; 1,20; 1,20; 4,40; 6,80; 2 / 002057; CLEUSA MARTINI; 1,20; 1,20; 4,40; 6,80; 3 / 000397; RICARDO VELOSO; 1,20; 0,80; 4,40; 6,40; 4 / 001238; VINICIUS MEYER SCHULDZ; 0,40; 1,60; 4,40; 6,40; 5 / 002152; JÉSSICA COSTENARO MASCARELLO; 1,60; 0,80; 4,00; 6,40; 6 / 001158; BRUNA CRISTINE ANDRADE; 1,20; 0,40; 4,40; 6,00; 7 / 001081; RONAN ANTONIO RODRIGUES; 0,80; 0,80; 4,40; 6,00; 8 / 001400; SANDRO LUIZ BORGES; 0,80; 1,20; 4,00; 6,00; 9 / 001489; FERNANDO DA SILVA CAVALLI; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 10 / 001654; RODOLFO MARTINI VEIGA; 0,00; 0,80; 4,80; 5,60; 11 / 001142; ALEXANDRA DE ABREU; 0,40; 0,80; 3,60; 4,80; NM / 001994; PAULO IRES BITTENCOURT; 1,20; 0,40; 3,20; 4,80; NM / 001310; DIRCE SCHNEIDER MARCA; 0,00; 0,40; 4,00; 4,40; NM / 002227; ADRIANE OLIVEIRA DA LUZ; 0,80; 0,00; 3,60; 4,40; NM / 000423; JANAINA FERREIRA DOS SANTOS; 0,40; 0,40; 3,60; 4,40; NM / 001512; JONAS DE MARCO; 0,00; 0,80; 3,20; 4,00; NM / 001852; ROBERTA SALVADORI MARTINI; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 002080; MIRIAN BASSO; 0,40; 0,00; 3,20; 3,60; NM / 001540; NAIANA VARELA DE BARROS; 0,40; 0,40; 2,80; 3,60; NM / 002249; ARNOLDO CAMPOS; 0,40; 0,80; 2,40; 3,60; NM / 002125; CHAÔLA DONDONI; AUS / 001589; MARIANA KRINSHEL; AUS / 001946; GESSICA THAYSE DOS SANTOS; AUS / 000967; JAINI DE SOUZA POSSERA; AUS

#### 07 AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000880; QUELI LUISA SOUZA; 2,00; 1,20; 4,00; 7,20; 1 / 000564; GLAUCIA MÉRÍ LOHMANN; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 2 / 002046; CARLOS ALBERTO PARISOTTO; 2,00; 0,40; 4,40; 6,80; 3 / 000223; LEANDRO NOVELLO; 2,00; 0,80; 4,00; 6,80; 4 / 001003; MONICA PIOVESAN; 1,60; 1,60; 3,60; 6,80; 5 / 001268; ORIEL ANTONIO GAIDA; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 6 / 000776; TAILISE CRISTINA KOPP; 2,00; 0,80; 3,60; 6,40; 7 / 001721; CLAUDECIR JOÃO FELIX; 1,60; 1,60; 3,20; 6,40; 8 / 001969; LILIAN BEATRIZ COSTENARO; 1,60; 0,80; 3,60; 6,00; 9 / 001043; MARYANA DA SILVA; 1,60; 0,80; 3,60; 6,00; 10 / 001416; EDSON RAUL MASSON; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 11 / 000894; FERNANDA CORSO; 1,20; 1,60; 3,20; 6,00; 12 / 002142; NATHALIA COSTENARO MASCARELLO; 1,20; 1,60; 3,20; 6,00; 13 / 002091; ARACELI VACCARI; 1,20; 0,40; 4,00; 5,60; 14 / 001256; DIEGO ANDRIOLI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 15 / 000270; GIOVANA LAZZARIS BUENO; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 16 / 001146; LILIAN VERIDIANA BOGONI; 1,60; 0,00; 3,60; 5,20; 17 / 000531; ALAERCIO LUIZ GOBERTE; 1,20; 0,40; 3,60; 5,20; 18 / 001452; ELIDIANE GONÇALVES DE FREITAS MAGRO; 0,40; 1,20; 3,60; 5,20; 19 / 001488; ITAMARA FERREIRA; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 20 / 001968; ALESSANDRO

DEBUS; 0,40; 1,60; 3,20; 5,20; 21 / 001814; CLAUDIA MICHELE TREVISOL; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 22 / 000827; DIEGO DIAS RODRIGUES; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 23 / 002077; WALTER DE OLIVEIRA; 0,80; 0,00; 4,00; 4,80; NM / 002246; SUZANA FARENZENNA; 1,20; 0,00; 3,60; 4,80; NM / 000404; VANUSA MASSAROLO; 0,40; 1,20; 3,20; 4,80; NM / 000792; GABRIEL DASSI PASINATO; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000555; LEANDRO TEIXEIRA LINS; 0,40; 1,60; 2,80; 4,80; NM / 000587; DIRCEMA TEREZINHA DE MARCO; 0,80; 0,40; 3,20; 4,40; NM / 001193; NEUDES MARIA DE OLIVEIRA; 1,20; 0,40; 2,80; 4,40; NM / 001773; TAIMARA EUGENIA TREVISOL; 0,80; 0,80; 2,80; 4,40; NM / 002017; CHARLES LUIZ PETER; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001056; FABIO JUNIOR WENTZ AGUIAR; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001838; MAXSUEL SAINON ROSA; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 000249; CLEUDES APARECIDA GUIMARÃES; 0,40; 1,60; 2,40; 4,40; NM / 000932; ADILSON PAULO MATTEVI FILHO; 0,80; 1,60; 2,00; 4,40; NM / 001710; GABRIEL FERNANDO GOMES; 0,40; 0,40; 3,20; 4,00; NM / 000663; JUCIANO PIAIA; 0,00; 0,80; 3,20; 4,00; NM / 001770; DAIANA CARLA DE SOUZA; 1,20; 0,00; 2,80; 4,00; NM / 001899; ANA PAULA ZANELLA; 1,20; 0,00; 2,80; 4,00; NM / 001022; MARILENA APARECIDA DE MATOS DA LUZ; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 002075; FABIANE SANTI; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 000105; EVERTON BRUNO MISTURINI; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 001435; ADINILSON BEHLING RUTSATZ; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 000635; DIONATHAN THIAGO PEREIRA DA SILVA STECHINSKI; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 001094; NATÂNA PESSIN; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001202; UMBERTO BRESOLA SUZIN; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 001497; ABIGAIL DE ANDRADE MARQUEZE; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 001851; ROSELI WEBER; 0,80; 0,00; 2,80; 3,60; NM / 001261; LAURA MARILA SANTOS DE OLIVEIRA; 0,80; 0,00; 2,80; 3,60; NM / 001519; AGUEDA VILMA ANDRIOLI; 1,20; 0,00; 2,40; 3,60; NM / 002219; RAFAEL FEDELE GRANDO; 1,20; 0,00; 2,40; 3,60; NM / 001962; ANDREIA FACHIN; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 001993; IVONE LOURENÇO; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 000079; ELEANORA RIGO DA SILVA; 0,40; 0,80; 2,40; 3,60; NM / 001030; MICHELLE DOS SANTOS; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 001612; RODRIGO DE DEUS E SILVA; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 000575; CRISTIANE CAMARA; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 001687; VIVIANE MARIANO; 0,40; 0,00; 2,80; 3,20; NM / 002048; ADELAR MORAIS DOS ANJOS; 0,80; 0,00; 2,40; 3,20; NM / 001665; LONIR ALVES GARCIA; 0,40; 0,40; 2,40; 3,20; NM / 000548; RUDINEI PIOVESAN; 0,40; 0,40; 2,40; 3,20; NM / 001356; JORLEI PIAIA; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000131; FRANCIÉLE CORDEIRO; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 002262; VINICIUS GUERRA SANT ANNA; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 001644; RAFAEL DA SILVA; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 001931; CELONI TEREZINHA DOS SANTOS; 0,00; 0,40; 2,40; 2,80; NM / 001266; ANDRÉIA DALLANORA; 1,20; 0,00; 1,60; 2,80; NM / 000741; PATRICIA PIAZZA; 0,00; 0,00; 2,40; 2,40; NM / 000613; CRISTIANE NAGINSKI; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 000828; CLAUDINEI DIAS RODRIGUES; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 001420; LEONARDO NEVES DALL ORSOLETTA; 0,00; 0,00; 1,60; 1,60; NM / 002069; VOLMIR LINHARES DE MOURA; AUS / 001965; ROSELENE LUDWIG; AUS / 001189; TATIANA POSSANI; AUS / 001950; FERNANDA GOMES; AUS / 002098; JEAN CARLOS CORREA NIEDZELSKI; AUS / 001297; CAMILA DE BORTOLI MRCONDES; AUS / 000687; JANAÍNA PIVETTA CHIESA; AUS / 000846; DOUGLAS MATHEUS DA SILVA; AUS / 001881; CAMILA EDUARDA FIRMINO; AUS / 000655; IZABELLA BARBIERI BLEICHVULH; AUS / 001326; JESIKA ELISANGELA WASEN; AUS / 001795; OTAVIO CORREA; AUS / 000355; JOÉL FELTRIN; AUS / 002067; VINICIUS MATHEUS SALLES COSTENARO; AUS / 002105; RAFAEL NEUMAYR; AUS

#### 08 AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000468; SILVANA APARECIDA MIGUELÃO FERREIRA; 1,20; 0,40;

4,00; 5,60; 1 / 000338; DAIANI VARGAS DE MELLO MARQUES; 1,60; 0,40; 3,60; 5,60; 2 / 001529; MÔNICA APARECIDA DOS SANTOS; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 3 / 000614; ELIZETE ALVES DOS REIS BANDEIRA; 0,40; 1,60; 3,60; 5,60; 4 / 001205; ANDREA TOIGO DA SILVA; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 5 / 001500; MARCELI APARECIDA DE SOUZA; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 001027; SONIA ZAGO FERNANDES; 0,80; 0,00; 3,60; 4,40; NM / 001736; SUELEM RODRIGUES FARIAS; 0,00; 0,80; 3,60; 4,40; NM / 000297; JOICE CHIAMULERA; 0,80; 0,40; 3,20; 4,40; NM / 000717; ADRIANA BIANCHI; 0,80; 0,40; 3,20; 4,40; NM / 000927; NILTA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA; 0,00; 1,20; 3,20; 4,40; NM / 001671; ANDREIA DE MATTOS DURIGON; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 001038; ADRIANA EBERT; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 001626; DIVANE WELTER; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 000384; CAMILA APARECIDA FERRARI; 0,80; 0,00; 2,00; 2,80; NM / 000833; TÂNIA FRARON; AUS

#### 09 AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001868; ARNALDO SOLOVI; 1,20; 2,00; 4,40; 7,60; 1 / 002116; VALERIA APARECIDA DA SILVA SANTOS XAVIER; 0,80; 1,60; 4,80; 7,20; 2 / 000790; MARIA CELIA FERREIRA DA SILVA; 1,20; 1,60; 4,40; 7,20; 3 / 000401; MARIZETE DE FATIMA NUNES; 1,20; 0,80; 4,80; 6,80; 4 / 000692; MARCIA ADRIANE DIAS ANTUNES; 0,80; 1,20; 4,80; 6,80; 5 / 000698; CHAIANE DAL PRÁ; 1,60; 0,00; 4,80; 6,40; 6 / 001839; AROVANA CRISTINA MARCON; 1,20; 0,40; 4,80; 6,40; 7 / 000018; SALETE NARDI; 0,40; 1,60; 4,40; 6,40; 8 / 001347; LUCIANA BOTTIN; 1,60; 0,80; 4,00; 6,40; 9 / 001708; JORGE ANDRÉ ROBAERT; 0,80; 0,40; 4,80; 6,00; 10 / 001209; ELIANI MARIA CAVALLI; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 11 / 002279; CRISTIANI APARECIDA ROSSETI; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 12 / 000949; DANIELA PIOVESAN; 0,80; 1,20; 4,00; 6,00; 13 / 000138; FRANCIELI GRISA; 0,80; 0,00; 4,80; 5,60; 14 / 002274; SIDIMARA LOPES PEREIRA; 0,40; 0,80; 4,40; 5,60; 15 / 000596; LUCIA ZARPELON; 0,00; 1,20; 4,40; 5,60; 16 / 001624; LUCINARA COSTA; 1,20; 0,40; 4,00; 5,60; 17 / 001070; LIANA SEVERINO; 0,80; 0,80; 4,00; 5,60; 18 / 000444; FRANCIELI ALVES DE MOURA GEMELLI; 0,80; 0,80; 4,00; 5,60; 19 / 000891; SIRLEI MARIA CARNIEL; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 20 / 000774; VERONILDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA; 0,00; 0,80; 4,40; 5,20; 21 / 001750; NOÉ PEREIRA DUARTE; 0,80; 0,40; 4,00; 5,20; 22 / 000749; SILVANA REGINA BUSSACRO; 0,40; 0,80; 4,00; 5,20; 23 / 000067; DIOGO SANTOS LOPES; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 24 / 000044; EUNICE FERREIRA COUTINHO SOARES; 0,40; 0,00; 4,40; 4,80; NM / 000167; CLEONICE DA SILVA PASSOS FAGUNDES; 0,40; 0,40; 4,00; 4,80; NM / 001408; JOSIANE IALE DO PRADO; 0,40; 0,40; 4,00; 4,80; NM / 000357; MELANIA DIMAS DE MATTOS; 0,80; 0,40; 3,60; 4,80; NM / 001218; SUZANI GREGORIO RIBEIRO; 0,00; 1,20; 3,60; 4,80; NM / 001706; MARIA DE FÁTIMA MARTINAZZO; 0,00; 0,00; 4,40; 4,40; NM / 000017; DANIELLE IZES MASCARELLO; 0,00; 0,00; 4,40; 4,40; NM / 000096; PATRICIA JAKUES; 0,40; 0,00; 4,00; 4,40; NM / 001240; ROSA BITENCOURT PINHO; 0,80; 0,00; 3,60; 4,40; NM / 001258; ELISANGELA ALVES; 0,40; 0,40; 3,60; 4,40; NM / 002129; DANIELA BORSOI; 0,40; 0,80; 3,20; 4,40; NM / 000178; MARITANIA DA SILVA PEREIRA RAMOS; 0,00; 0,00; 3,60; 3,60; NM / 001972; MAIRA MARCIELI PEREIRA; 0,00; 0,40; 3,20; 3,60; NM / 000341; JANAINA ROVEA; 0,80; 0,00; 2,80; 3,60; NM / 000075; IONE MARIA BELOTTO CORRÊA; 0,40; 0,40; 2,80; 3,60; NM / 002015; MICHELE SALETE DE MATOS; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 000071; IVANIR ALVES MULLER; 0,40; 0,00; 2,80; 3,20; NM / 000182; NEIDE MARIA BIANCHINI; 0,40; 0,40; 2,00; 2,80; NM / 000802; AGOSTINHO ROSELI CHAVES; 0,40; 0,40; 2,00; 2,80; NM / 000882; MARIA ADELINO INACIO FERREIRA; AUS / 001176; TEREZINHA APARECIDA DORNELES; AUS / 000890; MICHEL PAGNO; AUS

000210; MARIA SOLANGE VARELA; AUS / 002086; ELIZABETE PARIZE; AUS / 002156; MARCELA PATRICIA MARTINS PEDRELLI BARCARO; AUS / 001453; GESSICA MASSOCO; AUS

#### 10 FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001904; DALVANA DALFOVO; 1,20; 2,00; 3,20; 6,40; 1 / 000791; GIOVANA CARL; 2,00; 1,60; 2,40; 6,00; 2 / 000786; FRANCIELI FAVRETTO; 2,00; 1,60; 2,40; 6,00; 3 / 000815; JOANNA TONIAZZO DE AGUIAR; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 4 / 002006; SABRINA SURDI; 2,00; 0,80; 2,40; 5,20; 5 / 001470; FABIANO FERRI; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 6 / 002009; MARIA LUIZA SCHUSTER; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 002051; DANIEL SPILLER DOS REIS; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001286; FRANCISNEI DANIELLI; 1,60; 1,60; 4,80; NM / 001793; ELVIS MARCELO KRUG PEREIRA; 1,60; 0,80; 2,00; 4,40; NM / 001615; EVANDRO BORGHARDT; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 001534; EMERSON BACCIN MARTINELLI; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 001293; ANE CAROLINE LAND; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 001638; ALESSANDRE ANTONIO BAPTISTA DA SILVA; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 000389; CARLOS ALBERTO BARBOSA FILHO; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 002127; JOÃO PEDRO ZANELLA CONSTANTIN; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 001378; ARTUR MAURICIO FERRARI; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 002228; RONIE RODRIGO URNAU; 2,00; 1,20; 1,20; 4,40; NM / 001139; RODRIGO DALLA VECCHIA; 1,60; 1,60; 1,20; 4,40; NM / 000412; EDENILSON DOS SANTOS; 1,60; 1,60; 1,20; 4,40; NM / 001961; RICARDO VIVIAN MENDES; 2,00; 1,60; 0,80; 4,40; NM / 001370; MARCIA GABRIEL DA SILVA; 2,00; 1,60; 0,80; 4,40; NM / 002174; ANDERSON DENIS PERIN; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 001559; IVANIR APARECIDA HETKOWSKI GODOY; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 000844; ELOIR MELERE; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 001578; DANUZA RAMOS; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001505; EDUARDO BORGES DE LEMOS; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000881; SCHEILA DE SOUZA LEDER; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 001627; ALCENIR TOMASSONI; 2,00; 0,40; 1,60; 4,00; NM / 001441; CRISTIANE CAROLINE HARO; 2,00; 0,40; 1,60; 4,00; NM / 001539; ROGÉRIO NEVES DE OLIVEIRA; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 000886; LARISSA GABRIELLA SCHNEIDER; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 002256; ISAIAS HAMPEL MUNDSTOCK; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 000999; DAIANE MARIA BRANCO; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 002238; LUCAS ANDRE PEREIRA DE SÁ; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001517; SIMONE ZAGO; 2,00; 1,20; 0,80; 4,00; NM / 001095; GABRIELA BARBARA DE MIRANDA; 2,00; 1,20; 0,80; 4,00; NM / 001217; PATRICIA DE OLIVEIRA COMIM; 1,60; 1,60; 0,80; 4,00; NM / 001283; ALINY MORES; 1,60; 0,00; 2,00; 3,60; NM / 001088; CRISTIANE APARECIDA ETGES; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 002239; NAYARA CAMILA DE OLIVEIRA; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 001291; GILBERTO DE OLIVEIRA; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 000821; JOSELAINE DE SOUZA; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 001086; CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 000801; BÁRBARA MARIA BORTOLI; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 001856; JÚLIA RUSKY; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 000535; PATRICIA PIOVESAN; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001130; DAVYSON PATRYK SOUZA DERETTI; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001084; SAMARA ZARPELON; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001404; GUIHERME DAL PRÁ; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 002000; CLAIR ANTONIO SURDI JUNIOR; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001914; LONGINO WALTRICK WOLFF JUNIOR; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 000994; ANA PAULA COSTA; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 001257; ERITON ROBERTO MACIEL DOS SANTOS; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 001340; GIULIANE BONETTI; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 000340; KEZIA MAELI LANCANA PARISOTTO; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 000420; GUSTAVO ALEX CALEFFI; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 001198; THIAGO MENEZES DA CUNHA; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 001748; LUANA DE OLIVEIRA; 1,20; 1,20; 1,20; 3,60; NM / 001062; AJONIELSEN BENITES; 0,80;



1,60; 1,20; 3,60; NM / 001203; JÉSSICA ALBUQUERQUE; 2,00; 0,80; 0,80; 3,60; NM / 000908; RENE TEDESCO; 1,60; 1,20; 0,80; 3,60; NM / 002112; DANIEL LUIZ LAZAROTO; 1,60; 1,20; 0,80; 3,60; NM / 001747; VINÍCIUS MARTINS DA SILVA; 1,60; 1,20; 0,80; 3,60; NM / 001402; MARTA WEIZENMANN; 1,20; 1,60; 0,80; 3,60; NM / 001498; LETICIA PICCOLI CAIPER; 1,20; 1,60; 0,80; 3,60; NM / 001895; RAFAEL NUNES DA SILVA; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 001478; LUCAS GUSTAVO PARENTI; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000617; BRUNA FERRARI; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 002114; SIRLEI SCHUSTER CANCELLI; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001508; LUCIA DE LIMA; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001871; ROGÉRIO FELIPE VILA LOBUS JUNIOR; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000299; EMANUEL FERNANDO MENEGHINI; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001672; CLAUDIONOR BILK; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 001367; ELIANE RIO BRANCO; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 000155; DAIANA SEVERGNINI; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 001923; MARLI TEODORO DA SILVA CHAVES; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 000600; LUCIANA REESE PEREIRA; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 002084; CRISTIANE LIMA; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000275; LARISSA CECILIA COLLUSSO; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 001325; EDUARDO JORGE SILVA; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000492; ISABELA PRATTO; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000350; CASSIANO DE DEUS E SILVA; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 001984; GABRIEL BLOSS MORAES; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 002170; CHARLENE RAMPAZZO; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 002013; RAFAEL SCHUSTER SUSIN; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 002064; BRUNO SPESSATTO; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 000546; GUSTAVO LOCATELLI; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 000798; EMELY NATHANA VIEIRA; 0,40; 1,60; 1,20; 3,20; NM / 002121; RUBIA CIRINO DOS SANTOS PARIZOTTO; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 000972; FERNANDA MINGORI; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 001302; MAIARA ZAMBIAZZI; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 000662; NARIELI LARISSA CORADI; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 001766; JOÃO CARLOS PERÃO JUNIOR; 1,20; 1,20; 0,80; 3,20; NM / 001109; TAINA GABRIELA ZIERO; 1,20; 1,20; 0,80; 3,20; NM / 001309; ALESSANDRO SLONGO; 1,20; 0,00; 1,60; 2,80; NM / 000551; FABIANE ZAGO; 1,20; 0,00; 1,60; 2,80; NM / 000244; TÂNIA BATISTA DE OLIVEIRA; 0,80; 0,40; 1,60; 2,80; NM / 002162; DJAVAN ROSA DA SILVA; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 001490; SILVANA FERREIRA SARTORI; 0,00; 1,20; 1,60; 2,80; NM / 001272; CAROLINA BITTENCOURT; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 001394; GUILHERME CONCATTO SELZLEIN; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 001655; FLÁVIO DAVERSA; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001414; EVERTON PARISENTI; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 002149; RAFAEL SANGUANINI; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001386; CARLA JAQUELINE ANDRADE; 0,40; 1,20; 1,20; 2,80; NM / 000227; THAIANE CRISTINA BONATTO; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001492; LARISSA CRISTINA BALESTRIN; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 000660; JEAN VARELA DE OLIVEIRA; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 002049; ANA PAULA DA SILVA ROVEDA; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001473; GILVAN NOÉL; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 000344; CAROLINE KLAUZ; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 002259; JOÃO GUILHERME FAVRETTO; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001078; LUIZ ZARDO; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 002108; ROBSON RODOLFO DA SILVA; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 000843; FELIPE TURRA LONGO; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 000819; ANDERSON ZAGONEL; 0,40; 1,60; 0,80; 2,80; NM / 001051; MARINA RECH MARIN; 1,60; 0,80; 0,40; 2,80; NM / 002241; IBANÉS VIEIRA DE ANDRADE; 1,20; 1,20; 0,40; 2,80; NM / 001334; TIAGO DE CARLI ZAGONEL; 1,20; 1,20; 0,40; 2,80; NM / 001155; ARTHUR PELISSARI DALMÉDICO; 1,20; 1,20; 0,40; 2,80; NM / 000806; JHONY ROBSON CRUZ DA SILVA; 0,00; 0,00; 2,40; 2,40; NM / 000694; ANALIZE MARLENE FELL; 0,40; 0,00; 2,00; 2,40; NM / 000906; FELIPE PARISENTI; 0,00; 0,40; 2,00; 2,40; NM / 001249; DEJAIR TEDESCO; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 000980; ERNANI CARLOS DESIDERIO; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 001614; CAMILA BELON; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 001267; ELIZANGELA DA SILVA JUNIOR; 1,20; 0,00; 1,20; 2,40; NM / 001436; DANIELA KRANZ MOREIRA; 1,20; 0,00; 1,20;

2,40; NM / 000586; JAQUELINE DE MARCO; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 000863; JESSICA CASANOVA; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 000159; MARCIA REGINA MASSIGNANI LUNARDELLI; 0,40; 0,80; 1,20; 2,40; NM / 001815; SIDIANE APARECIDA PEREIRA WULFF; 0,40; 0,80; 1,20; 2,40; NM / 001360; JOSSIANE SCHLINDWEIN; 0,40; 0,80; 1,20; 2,40; NM / 000163; ALOISIO CAMARGO DE ALMEIDA; 1,60; 0,00; 0,80; 2,40; NM / 002002; LOUISE BARRETTA; 1,60; 0,00; 0,80; 2,40; NM / 001017; LEANDRO PEREIRA; 1,20; 0,40; 0,80; 2,40; NM / 000933; SUELIN TONIAL BERNARDONI; 1,20; 0,40; 0,80; 2,40; NM / 001724; RICARDO JOSE MERLO; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 001900; DEISE ROVÊA ALBERTI; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 000682; JOHNNY GONÇALVES PESOLI; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 000651; PATRICIA COMUNELLO; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 001359; JAIR MORELLO JUNIOR; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 001410; ERICK SPERB RAMOS; 1,60; 0,40; 0,40; 2,40; NM / 001032; GABRIELA PIAIA ETGES; 1,20; 0,80; 0,40; 2,40; NM / 001422; JAQUELINE ROSANE BERTHA TURRA; 0,80; 1,20; 0,40; 2,40; NM / 001833; ELIZABETE SEMENSI; 0,40; 0,00; 1,60; 2,00; NM / 000788; ALTEMIR PIOVESAN; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 000998; EVANILDA APARECIDA MACHADO; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 001854; RONALDO LUIZ SONZA; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 000668; BRUNA SCHALY MORAIS; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 002220; JESSICA KARINE DOS PASSOS; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 002248; LUCINÉIA CLOTH PEROTTO DA ROSA; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 001530; ELOISA AUXILIADORA MENEGASSI CORRÊA; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 002150; JHONATAN SANTIN DOS SANTOS; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 000248; HUMBERTO STABEL; 0,00; 0,80; 1,20; 2,00; NM / 000224; JANETE PILATTI; 1,20; 0,00; 0,80; 2,00; NM / 001951; DAIANA VOLPATO; 1,20; 0,00; 0,80; 2,00; NM / 001864; MARIO RONCEN JUNIOR; 1,20; 0,00; 0,80; 2,00; NM / 000552; ELIETE CRISTINA CERON; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 000040; LUIZ CARLOS DA SILVA; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 000400; RITA DOS SANTOS RIBEIRO; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 000095; MARIA APARECIDA ROSA; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 000256; THAYNÁ OLIVEIRA; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 001083; SIDNEI JOSÉ GEMELLI; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 001401; FELIPE ALGEMIRO CAMARA; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 001123; FERNANDA BORTOLOTO; 1,20; 0,40; 0,40; 2,00; NM / 001663; ALEXANDRE MARCON; 1,20; 0,40; 0,40; 2,00; NM / 002217; VERANICE ELAINE THEISEN; 0,80; 0,80; 0,40; 2,00; NM / 002093; JAQUELINE DE MATTOS DUARTE; 0,00; 0,00; 1,60; 1,60; NM / 001445; TIAGO FELL; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 002280; ANA PAULA DALMAGRO DA SILVA; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 001807; RAQUEL MENEGHINI; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 002003; LUZALDO LOURENÇO DO NASCIMENTO; 0,40; 0,00; 1,20; 1,60; NM / 001587; MARCKSON T. KIELEK; 0,00; 0,40; 1,20; 1,60; NM / 001549; JULIANO SCHULKA; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 002037; CHARLENE MICHELON ZILIO; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 000770; JULIANA EMANUELE DE SOUZA; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 002151; EMILIANO LOPES; 1,20; 0,00; 0,40; 1,60; NM / 001427; JORDANA GHISLENI; 1,20; 0,00; 0,40; 1,60; NM / 000874; JUSSARA ROSSI BEHERNS; 0,80; 0,40; 0,40; 1,60; NM / 002120; BRUNO CORREA DA SILVA; 0,40; 0,80; 0,40; 1,60; NM / 000160; GUSTAVO HOFFELDER; 0,00; 0,00; 1,20; 1,20; NM / 001824; TITIANE DE FATIMA BARILLI GUTERRES; 0,40; 0,00; 0,80; 1,20; NM / 002199; SABRINA DE OLIVEIRA; 0,40; 0,00; 0,80; 1,20; NM / 002141; JESSIE VINICIUS PEREIRA; 0,40; 0,00; 0,80; 1,20; NM / 000396; ALINI ANTUNES; 0,40; 0,00; 0,80; 1,20; NM / 000153; SUZAN CAROLINE STABEL; 0,40; 0,00; 0,80; 1,20; NM / 001808; SANDRA APARECIDA PESSOLI DRI; 0,80; 0,00; 0,40; 1,20; NM / 000608; ANSELMO WILLIAMS BARRETTA; 1,20; 0,00; 0,00; 1,20; NM / 000602; DYEGO ROGER ROCHA; 0,80; 0,40; 0,00; 1,20; NM / 000943; CINTIA CENDRON RAMPON; 0,00; 0,00; 0,40; 0,40; NM / 001260; DAVI DE SOUZA THIBES; 0,40; 0,00; 0,00; 0,40; NM / 001733; ADRIAN DA ROSA; AUS / 001523; ADRIANA DE FATIMA MAIA; AUS / 001886; ANDERSON CARLOS VAGNER; AUS / 001509; ANDERSON MALVESSI DE OLIVEIRA; AUS / 002070; ANDRESSA CAROLINE DAMIAN; AUS / 002160;

ANDRESSA HOFFMANN; AUS / 002190; ANDRESSA SANTI; AUS / 000751; BRUNA FERRARI NICHELE; AUS / 001349; BRUNA NAIARA PIAIA; AUS / 001169; CARLA AVILA DE OLIVEIRA LAMPERTI; AUS / 000487; CINTIA SAVIAN; AUS / 000569; CRISTIANE BECHERS; AUS / 002158; CRISTINI SARTORI; AUS / 001041; DANIELE MINGORI; AUS / 002031; DEBORAH TRIDAPALLI DE ALMEIDA; AUS / 002225; DEIVID BRANCALIONE DE FREIAS; AUS / 001275; DEVANDRO SCHISSI; AUS / 000437; DILVANE GRASSMANN; AUS / 001885; EDUARDO JOSE KOEFENDER; AUS / 001444; EDUARDO LUIZ GARCIA; AUS / 002065; ELEANDRO VIEIRA SATICO; AUS / 001991; EVERTON RODRIGUES DE SOUZA; AUS / 001715; FABIANA BORDIGNON WEISS; AUS / 000777; FABIANO FRANCISCO NORA; AUS / 002029; FABLO DIAS ALMEIDA; AUS / 001926; FRANCIS DANIEL DALCORTIVO; AUS / 002145; GABRIELA POLO; AUS / 001190; GUILHERME TREVISOL NETO; AUS / 002155; GUSTAVO MORELATTO BENATO; AUS / 002115; HEWERTON LUIZ DE VARGAS; AUS / 000817; JAQUELINE ALVES DIAS; AUS / 000006; JAQUELINE CORRÊA; AUS / 001065; JULIANO ROQUE DUARTE; AUS / 000709; LELIANE ALESSI; AUS / 001738; LETÍCIA BEAL BRESSAN; AUS / 000329; LUCAS WANDERLEI PRATTO; AUS / 001796; LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA; AUS / 001610; MARCELO AUGUSTO DE SOUZA MATOS; AUS / 000995; MARIANE REISDORFER; AUS / 002288; MARINA POLIGOWSKI; AUS / 001484; MARLON ZAMBIAZZI AZEVEDO; AUS / 000669; NEIVA DE ANDRADE; AUS / 001810; PAULO ROBERTO TITON BAZEN; AUS / 000208; RAFAEL BOVI KONRAD; AUS / 000316; RAQUEL APARECIDA DIAS; AUS / 002196; RENAN SOUZA; AUS / 000386; ROBSON DA SILVA MATOS; AUS / 001709; ROSANE ANTUNES DE SA; AUS / 000574; ROSANE TERESINHA KATAFESTA; AUS / 000639; SAMARA RIBEIRO KUNZLER; AUS / 001431; SHAILON THIAGO MAESTRI; AUS / 000855; SUELYN OTILIA KLASSEN; AUS / 000946; TALIANE REGINA HOFF; AUS / 002113; VILSON VIVAN; AUS

#### 11 MONITOR SOCIAL - ABRIGO ANJOS DA LUZ

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001723; NORMA SCHNEIDER; 1,20; 1,60; 4,40; 7,20; 1 / 000869; CLAIR DO AMARAL; 0,40; 0,80; 5,20; 6,40; 2 / 001274; MICHELLI NOVELLO; 1,20; 0,40; 4,80; 6,40; 3 / 000934; KARINA SOARES LIMA; 0,80; 0,40; 4,80; 6,00; 4 / 000277; GABRIELLA BRESSAN; 0,40; 0,40; 4,80; 5,60; 5 / 002243; DIVONETE APARECIDA MACIEL; 0,40; 0,40; 4,40; 5,20; 6 / 000659; JANAINA KEMER; 0,40; 0,40; 4,40; 5,20; 7 / 001820; BIANCA ANDRIGO; 0,40; 0,40; 4,40; 5,20; 8 / 001883; CRISTIANA DA SILVA; 0,80; 0,40; 4,00; 5,20; 9 / 001236; MARCIA DOS SANTOS; 0,40; 0,80; 4,00; 5,20; 10 / 001184; EDNA ALVES CASSIANO CANUTO; 0,00; 0,00; 4,80; 4,80; NM / 001354; CLAUDIA MARA GUILENI BELOTTO; 1,20; 0,40; 3,20; 4,80; NM / 000732; GABRIELA PIVETTA CHIESA; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 000936; VÂNIA ARAUJO; 0,40; 0,40; 3,60; 4,40; NM / 000025; FRANCIELE DO AMARAL; 0,40; 0,80; 3,20; 4,40; NM / 000625; SUZANA APARECIDA NIKOSEIT RUPPENTHAL; 0,00; 0,00; 3,60; 3,60; NM / 001772; ELIANE APARECIDA DAMIN FERRARI; 0,00; 0,00; 3,60; 3,60; NM / 001230; ROSEMERI VARGAS LATENIK; 0,00; 0,40; 3,20; 3,60; NM

#### 12 MONITOR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001342; TÂNIA MARIA SCHNEIDER; 1,60; 1,20; 4,80; 7,60; 1 / 001908; MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 2 / 000685; DEBORA ZANBON DURIGON; 0,80; 0,80; 4,80; 6,40; 3 / 000831; DAIANE VIEIRA; 1,60; 0,00; 4,40; 6,00; 4 / 000851; ROTILDES MARIA CALZA; 0,80; 0,80; 4,40; 6,00; 5 / 001787; KEITH CHRISTIANI BORTOLINI; 0,80; 1,20; 4,00; 6,00; 6 / 001726; ROSILDE CALDEROLI BORTOLINI; 0,40; 0,40; 4,80; 5,60; 7 / 000989; FRANCIELE DALMORO; 0,40; 0,40; 4,00; 4,80;

NM / 001662; VIVIANE KUNZE; 0,00; 0,80; 2,40; 3,20; NM / 001660; DEISE DAUFENBACH; AUS / 002047; JANICE GONÇALVES DA ROSA; AUS

#### 13 TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001869; SALETE MICHELON; 2,00; 2,40; 2,80; 7,20; 1 / 001907; QUELIN VACCARI; 2,00; 1,20; 2,80; 6,00; 2 / 001954; FELIPE VIER PECCIN; 1,60; 1,60; 2,80; 6,00; 3 / 001898; DANIELA ADRIANA GOMES DE LIMA; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 4 / 001593; MARCELLA DE MATTOS; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 5 / 001677; MAIARA CRISTINA DE BARROS; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 6 / 001752; ANDREIA FATIMA MOREIRA; 1,20; 2,00; 2,40; 5,60; 7 / 000621; GUSTAVO CELANT ROEDEL; 1,20; 2,00; 2,40; 5,60; 8 / 002138; FERNANDA FORBICI PAZINATTO; 2,00; 2,00; 1,60; 5,60; 9 / 001778; ROBERTO CARLOS RODRIGUES; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 10 / 001001; SARA CRISTINA DAL SASSO; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 11 / 001548; PATRICIA GOMES DE CAMPOS; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 12 / 001846; SINTIA PATRICIA MALLMANN; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 13 / 002019; VINICIUS VIECELI MELO; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 14 / 000229; SUZANA LAMPERTI; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 15 / 001460; MARCELO LAMB; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 000926; JAQUELINE AMÁBIL ROPELATO; 1,60; 0,80; 2,40; 4,80; NM / 000618; JULIANA DA SILVA; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 001397; NALVA SUTIL DE OLIVEIRA; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001303; MAICON SANDER MARTENDAL; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 000300; BARBARA CRISTINA HILLA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 001932; FRANCIELI BALESTRIN; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM / 001613; RICARDO DE DEUS E SILVA; 1,60; 1,60; 1,60; 4,80; NM / 002200; VANESSA SCHUMARCHER; 2,00; 1,60; 1,20; 4,80; NM / 002040; ALEXANDRE CASSEL; 0,80; 0,80; 2,80; 4,40; NM / 001456; ALEXSANDRO SOUZA; 0,80; 0,80; 2,80; 4,40; NM / 000940; LUCIANE DALA COSTA FRACASSO; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 002222; LUANA LAMPERTI; 1,60; 0,40; 2,40; 4,40; NM / 000781; MIRIAN TEREZINHA BORDIN PIOVESAN; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001803; ALECHANDRE RAFAEL DRI; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001658; JANAINA FERRANDIN; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001319; VINICIUS SCHIRMANN MENDES; 2,00; 0,80; 1,60; 4,40; NM / 000813; SOLANGE LUCIA DEON; 2,00; 0,80; 1,60; 4,40; NM / 000784; MURILO DE CARVALHO; 2,00; 0,80; 1,60; 4,40; NM / 001104; DAIANE ELISA DE SOUZA; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 001757; MARCOS ANTONIO WOLF; 1,20; 2,00; 1,20; 4,40; NM / 001802; IVAN ANTUNES MACIEL; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 001192; RAFAEL MARTINI VEIGA; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 000348; MATHEUS EDUARDO DE MELLO WEHRLI; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 000969; DIEGO MENEGAZZI; 0,80; 0,80; 2,40; 4,00; NM / 001085; SANDRA MOTERLE; 0,00; 1,60; 2,40; 4,00; NM / 002202; ANA PAULA DAMBROS; 2,00; 0,00; 2,00; 4,00; NM / 000867; CAROLINE LUIZE CALLAI PEREIRA; 2,00; 0,00; 2,00; 4,00; NM / 002237; CARINE SEIXAS PINHEIRO; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 001033; MARISA TEREZINHA MOTTA; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 002234; LEONARDO LUIS BEAL; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 001734; MARLENE VALMORBIDA BRUGNERA; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 002117; EDSON CARLOS DIAS; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 002163; KELLY PATRICIA MELLO SILVA; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000862; RENATA HOLETZ NAVA; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001093; CAREN SCALABRIN; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 001919; BRUNA PEDRINI; 1,20; 1,20; 1,60; 4,00; NM / 001632; EDUARDO DE CARLI BORTOLI; 0,80; 1,60; 1,60; 4,00; NM / 000623; EWERTON CANCELLI MAFRA; 0,80; 1,60; 1,60; 4,00; NM / 001276; RODRIGO GREGÓRIO GARCIA; 2,00; 0,80; 1,20; 4,00; NM / 002266; GIOVANA FAVRETTO CARON; 2,00; 0,80; 1,20; 4,00; NM / 002022; BRUNA FOPPA; 2,00; 0,80; 1,20; 4,00; NM / 000773; EDUARDA BORTOLI; 2,00; 0,80; 1,20; 4,00; NM / 002139; ROBERTO RIVELINO SANCHES; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001543; CASSIANO SEGER; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001754; ANDRÉ DELGADO DA SILVA; 1,60;



1,20; 1,20; 4,00; NM / 002193; JEAN CARLOS DA SILVA; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001882; FERNANDA BRAGA; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001379; ELDER DEBERTOLIS; 1,60; 1,20; 1,20; 4,00; NM / 001506; ANDRE EBERT; 1,20; 1,60; 1,20; 4,00; NM / 001992; PATRICIA SPIER; 1,20; 1,60; 1,20; 4,00; NM / 001980; FERNANDA DILDEY; 2,00; 1,20; 0,80; 4,00; NM / 002054; LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA; 2,00; 1,60; 0,40; 4,00; NM / 001117; ADRIANA MARIA PEDRETTE PASINI; 1,20; 0,00; 2,40; 3,60; NM / 002179; ANA PAULA DA COSTA; 0,80; 0,40; 2,40; 3,60; NM / 002055; SUELEN CAETANO DA SILVA; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 001786; MAIRA GALDINO; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 000761; CHEILA ALBANI; 1,20; 0,40; 2,00; 3,60; NM / 001069; PAULO CEZAR DE VARGAS; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 000415; DAIA-NE PEDROSO DA SILVA; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 001216; PAULO CRISTIAN OLIVEIRA CARVALHO; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 001712; SANDRA MARA CERON COSTA; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 000754; RENATO BERTELLI; 1,60; 0,40; 1,60; 3,60; NM / 001769; FABIANO RATAJENSKI; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 002124; RICARDO LUIZ MELERE; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 000658; MATEUS JOSÉ RIBAS CARDOSO; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001670; ROBSON PISSOLI; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 000929; TAMARA PECINATO; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 000545; ADRIANE LOPES RODRIGUES LOCATELLI; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001366; HENRIQUE ELTON MILANI; 0,80; 1,20; 1,60; 3,60; NM / 000875; ANA PAULA GÜNTHER GUESSER; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 000191; ANDRESSA MASSOCCO; 1,60; 0,80; 1,20; 3,60; NM / 000150; CLAUDETE DA SILVA; 1,20; 1,20; 1,20; 3,60; NM / 001843; SUZELI MARIA FIORIN; 1,20; 1,20; 1,20; 3,60; NM / 001323; SÁLUA PATRICIA SANTOS FERREIRA; 1,20; 1,20; 1,20; 3,60; NM / 001792; ROGER POZZA BREDÁ; 1,20; 1,20; 1,20; 3,60; NM / 001318; MIRIAN ANTONIETA LOVATO; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 000399; JOAO ALCIDES MARQUEZE; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 000513; ALISON ZAGONEL LESNIESKY; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM / 000306; CRISTIANE BERNARDI; 1,60; 1,20; 0,80; 3,60; NM / 001572; LEDIMARA SURDI; 1,60; 1,20; 0,80; 3,60; NM / 002043; ANABEL FILIPPIN SERNAJOTTO; 0,00; 0,80; 2,40; 3,20; NM / 002076; LUCIANE REZENDE; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 001525; KELLY CRISTINA LIERMANN; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000720; BRUNA FABRO; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 001511; MAYCON ALAN SCHLINDWEIN; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 001020; JANETE SUSANA BREDÁ DE PELEGRIN; 1,20; 0,40; 1,60; 3,20; NM / 000346; VIVIAN GRANETO ALTENHOFEN; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000763; MÁRCIA ALVES DA SILVA; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001332; ELOISIE FERNANDA FRANCISCATTO; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000597; RENAN HENRIQUE SCHNEIDER; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000836; LUCIANO MIGUEL GERHARDT WAZLAWVICK; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000982; ALINE TESSARI; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 001546; VANDER DE LIZ OLIVEIRA; 0,80; 0,80; 1,60; 3,20; NM / 000803; SIMONE COSTA BEBER CHAVES; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 000456; HELTON LÚCIO DA CUNHA MATTOS; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 001223; LARINI GRAHL; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 000518; LUCELIA AIBEL DE LIMA; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 002059; CLARICE DUDAS; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 001486; FRANCIELI DALROS; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 000678; OTÁVIO AUGUSTO CEVEY BARBIERI; 1,60; 0,40; 1,20; 3,20; NM / 001826; MARIANE ZAMBIAZZI BRANDINO; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 001224; EDINEIA KRUG; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000311; CRISTINA MENEGHINI; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000677; GABRIELA BONAMIGO; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 000672; GISELI PRISCILA PALAVICINI; 1,20; 0,80; 1,20; 3,20; NM / 001054; TATIANI BACH DA SILVA; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 001393; AGUIDA CRISTINA FUHR; 0,40; 1,60; 1,20; 3,20; NM / 002039; MARLI PANHO; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 001156; FABIO HOFFMANN; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 002020; EDUARDO FAGUNDES; 1,60; 0,80; 0,80; 3,20; NM / 001647; PAULO VICENTE REINEHR; 1,20; 1,20; 0,80; 3,20; NM / 001136; LAURA REINALDO; 0,80; 0,00; 2,00; 2,80; NM / 002229; MONICA SLHESSARENKO SANTIN; 1,20; 0,00; 1,60; 2,80; NM / 000835; SCHEILA BULLA

GIRARDI; 0,80; 0,40; 1,60; 2,80; NM / 001493; LUANA AZAMBUJA TESSARI; 0,80; 0,40; 1,60; 2,80; NM / 000979; YURI ANTHOANIE RIGGHI PICCININ; 0,80; 0,40; 1,60; 2,80; NM / 000104; YASMIN LAIS RIBAS; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 001503; JAIR DALPIZZOL; 0,00; 1,20; 1,60; 2,80; NM / 000809; MARISA FERRANDIN; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 001457; EDSON MARCOS BANDEIRA; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 001915; PATRICIA CHIAMOLERA; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 000689; CASIO ANTONIO CONCATTO; 1,20; 0,40; 1,20; 2,80; NM / 000954; MARISETE LUVISON MARCON; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 000188; NILSON LUIZ MORETTO; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001317; GRACIELA PRATTO BORDIN DA ROSA; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001115; EDILAINE COSTA DE SOUZA; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 002271; CLAYDSON MARTINS DE MORAIS; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 000920; STÉFANI LUANA BARBOSA; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001533; LUCILENE APARECIDA FERNANDES; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 000547; GRECIELI BAGGIO; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 001693; DIEGO DA SILVEIRA PADILHA; 0,80; 0,80; 1,20; 2,80; NM / 000789; DAVID GRAEF; 1,60; 0,40; 0,80; 2,80; NM / 001571; ROBERTA MARIA RAMPAZZO; 1,60; 0,40; 0,80; 2,80; NM / 000576; LUIZA MATTEVI; 1,60; 0,40; 0,80; 2,80; NM / 001122; JUCARA APARECIDA ANTUNES; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001764; ALESSANDRO BRAGA RAMOS; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001891; GREGÓRIO LUIZ; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001442; ANDERSON LUIZ SOUZA; 1,20; 0,80; 0,80; 2,80; NM / 001905; ADELANE CASADO BERNARDI; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 001870; ADALGISA MARTINI; 0,80; 1,20; 0,80; 2,80; NM / 001385; IGOR ANDRE TONIAL RIBEIRO; 0,40; 1,60; 0,80; 2,80; NM / 002110; JOICE SILVA SOUZA; 1,60; 0,80; 0,40; 2,80; NM / 001463; FABIO DEMARTINI; 1,20; 1,20; 0,40; 2,80; NM / 000690; CAMILA PETRY; 0,80; 1,60; 0,40; 2,80; NM / 001279; LARISSA CAROLINA FRANZOZI; 0,80; 1,60; 0,40; 2,80; NM / 000305; VANIA FELTRIM; 0,40; 0,00; 2,00; 2,40; NM / 000782; FABIO JUNIOR ZANIN; 0,80; 0,00; 1,60; 2,40; NM / 002005; LISLIANE CATIA PAZIN; 0,80; 0,00; 1,60; 2,40; NM / 000507; GABRIELA PEREIRA ZANINI; 0,80; 0,00; 1,60; 2,40; NM / 002004; CÉLIA FRIGO; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 001692; CRISTIANO MARINO RECH; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 000154; JULIANA LOPES DE ANDRADE; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 001160; SUELEN REGINA MATTOS; 0,40; 0,40; 1,60; 2,40; NM / 002001; CARINE SPIER; 0,00; 0,80; 1,60; 2,40; NM / 000716; MARILENE BALDO; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 001728; RAFAEL FRANCISCO CAMARA; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 000411; SANDRA PAEZE; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 001315; LIDIANE BÜTTNER; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 000486; CAMILA ANGELA GUINDANI; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 001430; OYLER TAYLOR CAETANO; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 001651; JULIA CRISTINA REINEHR; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 000276; DELIDHIANI TEDESCO; 0,80; 0,40; 1,20; 2,40; NM / 002027; DIONEIA TEREZINHA DELLA FAVERA; 0,40; 0,80; 1,20; 2,40; NM / 000607; ÉRICA RIBEIRO DE CAMPOS; 0,00; 1,20; 1,20; 2,40; NM / 002154; LEONIR ANTONIO PARIZOTTO; 1,20; 0,40; 0,80; 2,40; NM / 001657; IVANIA BOLSONI BALAN; 1,20; 0,40; 0,80; 2,40; NM / 001112; CAROLINE MANTOVANI; 1,20; 0,40; 0,80; 2,40; NM / 001353; VERA APARECIDA DA SILVA; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 000385; IVAN DA SILVA; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 001170; LUANA VITALI; 0,80; 0,80; 0,80; 2,40; NM / 001428; CARINE GHISLENI; 0,40; 1,20; 0,80; 2,40; NM / 000987; CHAIAINE CARDOZO DA SILVA; 1,20; 0,80; 0,40; 2,40; NM / 001727; SÉRGIO DOS SANTOS; 0,80; 1,20; 0,40; 2,40; NM / 001737; CLAUDIA TEREZINHA ZAMPIERI; 0,00; 0,00; 2,00; 2,00; NM / 000175; PATRICIA THIBES DE CAMPOS GLASENAPP; 0,40; 0,00; 1,60; 2,00; NM / 002071; GRACIELE DEBUS; 0,40; 0,00; 1,60; 2,00; NM / 002205; THIAGO BEDENDO; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 000560; PATRICIA ZAGO; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 000805; ELAINE CRUZ DA SILVA; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 000646; PATRICIA KASTELLER; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 001243; AMANDA ALVES; 0,80; 0,00; 1,20; 2,00; NM / 001599; PATRICIA FELICIANO DE JESUS KIELEK; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00;

NM / 001174; JULIANA FABRIN POZZA REBETCHUK; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 001476; ELIANE FATIMA ORLANDIN; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 000931; SINNARA PASQUALOTTO PARISENTI; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 000872; DJEINI VIANA FERRARI; 0,40; 0,40; 1,20; 2,00; NM / 002183; IVANILDA SANTINI; 0,00; 0,80; 1,20; 2,00; NM / 001921; JORGE LUIZ CORDEIRO TESSER; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 001103; MARCELA FERNANDA DA SILVA MENDES; 0,80; 0,40; 0,80; 2,00; NM / 001829; SIDNEY CASSUBA DE GODOY; 0,40; 0,80; 0,80; 2,00; NM / 001483; NATHAN BALESTRIN; 0,80; 0,80; 0,40; 2,00; NM / 001375; LETÍCIA MASCARELLO; 0,80; 0,80; 0,40; 2,00; NM / 000361; ROBERTA SILVEIRA DE AVILA; 1,20; 0,80; 0,00; 2,00; NM / 002247; VIVIANE ANTUNES DIAS DA SILVA MUNDSTOCK; 0,80; 0,00; 0,80; 1,60; NM / 001990; MARLI MALGARIN BITTENCOURT; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 000239; ALEXANDRE HACKBARTH; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 001199; JADÍ CARDOSO; 0,40; 0,40; 0,80; 1,60; NM / 000184; SAHRA IASMIN MACIEL DA SILVA; 0,00; 0,80; 0,80; 1,60; NM / 000958; JANAINA DE SOUZA PÔSSERA; 1,20; 0,00; 0,40; 1,60; NM / 000302; ANDRESSA COSTA BEBER; 0,40; 0,80; 0,40; 1,60; NM / 001570; LEANDRA OMILDE COSTENARO; 0,00; 1,20; 0,40; 1,60; NM / 001821; JANAINA FRACARO BRAGA; 0,00; 0,00; 1,20; 1,20; NM / 001939; GISELE ROSANELLI; 0,80; 0,00; 0,40; 1,20; NM / 001437; ADRIANA HENZ; 0,80; 0,00; 0,40; 1,20; NM / 001487; IVONICE DE SOUZA MERLO; 0,40; 0,40; 0,40; 1,20; NM / 000554; FRANCIELE ZAGO; 0,00; 0,80; 0,40; 1,20; NM / 001623; TALITA LIEDKE EIDT; 0,00; 0,80; 0,40; 1,20; NM / 001639; TALITA CRISTINA SCHMITZ; 0,40; 0,80; 0,00; 1,20; NM / 000475; PATRICIA WARKEN; 0,00; 0,00; 0,80; 0,80; NM / 002068; DIANA RITA CAMPANHOLO; 0,40; 0,00; 0,40; 0,80; NM / 001901; MARIA ELIZABETE ALVES; 0,00; 0,40; 0,40; 0,80; NM / 001419; ADRIANA ZANETTI PERAZZOLI; AUS / 002216; AGNALDO JOSE RAMOS; AUS / 000477; ALANA LEMOS; AUS / 001628; ALEXANDRE CARLESSO; AUS / 000911; ALINE ADRIANA VIEIRA; AUS / 000711; BABARA CARVALHO REBELO; AUS / 002147; CHARLENE USINGER; AUS / 001971; CLAUDIOMAR TECHIO; AUS / 000288; CLEIDES FERNANDES; AUS / 002106; CLEITON PEREZ; AUS / 001732; DANIMAR HENRIQUE VARISA; AUS / 000924; DIANA RAFAELA ANTUNES DE OLIVEIRA; AUS / 002010; DIUVANA SIQUEIRA DE SOUZA; AUS / 000261; EMANUELA MARCON HARO; AUS / 001866; EMERSON PIOVESAN; AUS / 000830; ESTER BRUNA DARIGO; AUS / 001520; EVELISE RIBEIRO DA SILVA; AUS / 000897; FABIANA DE OLIVEIRA; AUS / 001045; FERNANDO AULER DE OLIVEIRA; AUS / 002123; FERNANDO CORBARI; AUS / 002032; FERNANDO SIMÕES GARCIA; AUS / 000493; FLÁVIO FALCÃO SCHIAVO; AUS / 002252; GABRIEL DE OLIVEIRA; AUS / 002146; GIOVANI ANDRE TOSETTO; AUS / 001977; GLAUCIA ANGELA TRENTIN; AUS / 002185; GRAZIELE FRANCISCA MACIEL GONÇALVES; AUS / 002136; GUILHERME ANTONIO GASPARETTO; AUS / 002167; GUILHERME DOS SANTOS TEIXEIRA; AUS / 000947; GUILHERME HOFF; AUS / 001731; JACQUELINE ANDREA ZAGO ASSUMPÇÃO; AUS / 000822; JAQUELINE CANDIAGO DE OLIVEIRA; AUS / 001418; JOÃO PAULO LEMOS DA COSTA; AUS / 001000; JOELMA VICENTINA DOS SANTOS; AUS / 001797; JOSEANE STACANELLI MOREIRA; AUS / 001064; JOSIANE UNTENBERGER; AUS / 000737; JULIANA GASTMANN; AUS / 001091; LARA BETANIA BRAGATTO; AUS / 001459; LARISSA DE AGUIAR; AUS / 001244; LEILA VIEIRA KERSCHNER DAMBRÓS; AUS / 000292; LEONARDO VIEIRA LOPES; AUS / 001832; LILIAN LOURDES MOдена LAZZARI; AUS / 000169; MARILU ANGELICA PARISOTTO SEVERO; AUS / 002221; MAURÍCIO BORTOLI; AUS / 000725; MICHELLI CAMILA DACHERI; AUS / 002214; PABLO LUAN DOS SANTOS ALVES; AUS / 000474; PRISCILA DE MATTOS; AUS / 001887; RAFAÉLA PIVETA; AUS / 002210; ROBERTA RIEPE WASSERBERG; AUS / 000670; ROGÉRIO MALTA DE ALENCAR; AUS / 000068; RONALDO DALLA COSTA; AUS / 002104; RUBIA DE MATOS HOFFMANN; AUS / 001219; SCHAIANE FERNANDA DE OLIVEIRA; AUS / 000233; SILVANA APARECIDA JOHANN GALILHETI; AUS / 002052; SIMONE KLEIN; AUS / 000810; TAMARA PRISCILA MORAIS; AUS / 000265; TATIANE MARA PUNTEL; AUS / 002184;

TAYNÁ RAQUEL MORCHE; AUS / 001039; THAYLA DIANA PARISE; AUS / 001985; THIAGO RODRIGO PILATTI; AUS / 001566; TIAGO KRAESKI DE OLIVEIRA; AUS / 001321; VALDIRLENE PIAIA; AUS / 001598; VANESSA DIRCEIA BELOTTO; AUS / 000253; VILMAR ANGELO REBELATTO; AUS

#### 14 ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000369; MARLI APARECIDA CORONETTI NORA; 1,20; 1,60; 5,20; 8,00; 1 / 002209; SAMARA LEORATO; 1,60; 1,60; 4,80; 8,00; 2 / 000440; ANDREIA LEITE DE GODOY VITTI; 1,60; 2,00; 4,40; 8,00; 3 / 001588; ANDREA FREIBERGER RIBEIRO DA SILVA; 1,20; 1,20; 5,20; 7,60; 4 / 001025; BRUNA VANESSA SCHNEIDER GASTMANN; 1,20; 1,20; 5,20; 7,60; 5 / 001767; LUCIANA CRISTINA BUSSACRO; 1,20; 1,20; 5,20; 7,60; 6 / 001806; MARLI SCHAEFFER; 1,60; 1,20; 4,80; 7,60; 7 / 001903; GLADES PFLUCK; 1,20; 1,60; 4,80; 7,60; 8 / 001295; BRUNA SUMNY POZZOBON; 1,20; 1,60; 4,80; 7,60; 9 / 001582; TEREZINHA MELÂNIA SOUZA DA LUZ SANTIN; 0,80; 2,00; 4,80; 7,60; 10 / 001157; SONIA RITA GHELLER; 0,40; 2,40; 4,80; 7,60; 11 / 001771; ARIANE DE CACIA BISOL IONCECK; 1,20; 2,00; 4,40; 7,60; 12 / 001538; CATIANA VEDANA CASALI; 1,60; 0,80; 4,80; 7,20; 13 / 001560; CAROLINA DE PARIS; 1,20; 1,20; 4,80; 7,20; 14 / 001634; FERNANDA SPIRONELO; 0,80; 1,60; 4,80; 7,20; 15 / 001235; FRANCIELE SILVA; 1,60; 1,20; 4,40; 7,20; 16 / 000970; JANETE COUTO DE OLIVEIRA; 1,20; 1,60; 4,40; 7,20; 17 / 000054; THAYS ANGELA VENTURI; 0,80; 2,00; 4,40; 7,20; 18 / 000585; ROSEMARI DA SILVA RIBEIRO; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 19 / 002181; VAGNER ARAUJO AMERICO; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 20 / 001813; MARIA LUIZA ROBAERT; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 21 / 001682; CHARLES VIEIRA DA SILVA; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 22 / 000123; ROSANGELA DE FATIMA MACEDO PADILHA; 1,20; 0,80; 4,80; 6,80; 23 / 000765; DAIANA BERTOTTI; 1,60; 0,80; 4,40; 6,80; 24 / 001889; FRANCIELY BACK; 1,20; 1,20; 4,40; 6,80; 25 / 000032; ANGELICA DA SILVA; 1,20; 1,20; 4,40; 6,80; 26 / 001148; TATIANA KRUG; 1,20; 1,20; 4,40; 6,80; 27 / 000714; IVONE ESQUINA; 0,80; 1,60; 4,40; 6,80; 28 / 002226; ROZANI APARECIDA SCHIAVINI; 0,40; 0,80; 5,20; 6,40; 29 / 001180; KÊNIA MUNARETTI FROZZA; 0,40; 1,20; 4,80; 6,40; 30 / 000950; KARISE ROBERTA OLIVEIRA; 1,60; 0,40; 4,40; 6,40; 31 / 001133; JAZIELA DA SILVA LISBOA; 1,20; 0,80; 4,40; 6,40; 32 / 001831; SAMARA ZANONI; 1,20; 0,80; 4,40; 6,40; 33 / 001938; MARCIANE ALTHAUS; 0,80; 1,20; 4,40; 6,40; 34 / 000595; DAYANE BATISTA DA SILVA; 0,40; 1,60; 4,40; 6,40; 35 / 000657; FABIANA CRISTINA VIEIRA; 0,40; 1,60; 4,40; 6,40; 36 / 001429; MILENA MAXIMINIANO; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 37 / 000665; INDIANARA SILVIA LAZAROTTO; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 38 / 002014; LUCILENE DE FATIMA DOS SANTOS; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 39 / 001550; PATRÍCIA OLIVÉRIO DA COSTA; 0,40; 0,80; 4,80; 6,00; 40 / 001333; PATRICIA MALACARNE DE SOUZA; 0,40; 0,80; 4,80; 6,00; 41 / 001237; SUZIANE VIEIRA SARMENTO; 1,20; 0,40; 4,40; 6,00; 42 / 001526; MAFALDA MARIA VIEIRA MARTINS; 0,80; 0,80; 4,40; 6,00; 43 / 001999; ALINE ELIZABETH MINKS; 0,80; 0,80; 4,40; 6,00; 44 / 000023; ELEANDRA LÚCIA RIBEIRO; 0,40; 1,20; 4,40; 6,00; 45 / 001840; EDUARDA JULIA NICOLLI; 0,40; 1,20; 4,40; 6,00; 46 / 000978; NATHALIA FERREIRA; 0,00; 1,60; 4,40; 6,00; 47 / 001669; VERA LUCIA GALVÃO BISSANI; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 48 / 001784; MAICON JOCIEL DOS SANTOS MACHADO; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 49 / 000325; DAIANI CRISTINA SAMORA HOFF; 0,40; 2,00; 3,60; 6,00; 50 / 000628; MARLENE TEREZINHA THEISEN; 0,40; 0,80; 4,40; 5,60; 51 / 001229; ROZANE MARTINS SCHMAUTZ; 0,80; 0,80; 4,00; 5,60; 52 / 001368; GISLAINE FERREIRA COUTINHO SOARES; 0,40; 1,20; 4,00; 5,60; 53 / 001551; SIRLÊI DE FÁTIMA MIGUELAO; 0,00; 1,60; 4,00; 5,60; 54 / 000937; JANETE MACHADO DA SILVA; 0,80; 1,20; 3,60; 5,60; 55 / 001673; IVONE MARIA CHAVES BRANCO; 1,60; 0,80; 3,20; 5,60; 56 / 001749; CARLA MARIA COLUSSO; 1,20; 0,40; 3,60; 5,20; 57 / 002232; DEBORA

SACCOL; 0,80; 0,80; 3,60; 5,20; 58 / 001542; MARIANA VIGANÓ; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 59 / 000282; CRISTIANA APARECIDA DOS SANTOS; 0,40; 0,80; 3,60; 4,80; NM / 002053; EDI GIACOMELLI PALAVESINI; 0,40; 1,20; 3,20; 4,80; NM / 001259; MARIA LEONILDA FERREIRA; 1,60; 0,80; 2,40; 4,80; NM / 001867; GIOVANA MARIA PEREIRA; 0,00; 1,60; 2,80; 4,40; NM / 000684; ROSANI APARECIDA ISSLER; 0,80; 1,20; 2,40; 4,40; NM / 000549; CAROLINA FLESC; 0,00; 2,00; 2,40; 4,40; NM / 002082; FRANCISLEI ROSSETI; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000542; KELLY WOLFF PINHEIRO SAURIN; 0,00; 1,20; 2,40; 3,60; NM / 002092; ANDRÉIA PINTO CAMPOS; AUS / 000408; BRUNA DA FONSECA; AUS / 002218; CLAUDIA KIST; AUS / 000098; CLAUDIA MARIA AMORIN; AUS / 001620; DANIELA CARLA TOMKELSKI; AUS / 002165; DIONETE FERRARI FABRIN; AUS / 000390; FRANCIELE SALETE DUARTE; AUS / 001855; FRANCIELE VANESSA ZATORSKI; AUS / 001933; FRANCIELI RENNEN; AUS / 000528; JAQUELINIE-VANIZI PEDRO KOVALESKI; AUS / 001775; JÉSSICA DE JESUS VIEIRA; AUS / 001281; LUANA CRISTINA BALDO; AUS / 001779; MARIA ANTONIA CARIONI CARSTEN; AUS / 001847; MELISSA THAIS GEHRKE GOMES; AUS / 000778; SANDRA JAROSSESKI; AUS / 002107; SIBELI COLOMBELLI; AUS / 001935; SUELEN VERGINIA KOOL; AUS / 001583; SUZANA RIBEIRO DOS SANTOS; AUS / 000107; TATIANE DA COSTA; AUS / 001762; THAMARA LOSS SOTTILI; AUS

#### 15 BIÓLOGO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000317; MARCOS HITOSHI YAMADA; 1,60; 2,00; 4,00; 7,60; 1 / 000534; DILSON VARGAS PEIXOTO; 1,60; 2,40; 3,60; 7,60; 2 / 000186; EDITH ESTER ZAGO DE MELLO; 1,20; 1,60; 4,40; 7,20; 3 / 001451; PEDRO RATES VIEIRA; 1,20; 2,40; 3,60; 7,20; 4 / 000392; DIANNE GALIOTTO; 2,00; 2,00; 3,20; 7,20; 5 / 000362; KURT BOURSCHIED; 1,20; 1,60; 4,00; 6,80; 6 / 001739; DANIELLE OLIVEIRA MARTINS SILVA; 2,00; 1,20; 3,60; 6,80; 7 / 001278; VANDERLEI LOPES FERREIRA; 1,60; 1,60; 3,60; 6,80; 8 / 002130; SUELEN DECKER VELHO; 1,60; 1,60; 3,60; 6,80; 9 / 001595; RONIZE ROHR DOS SANTOS; 1,60; 2,00; 3,20; 6,80; 10 / 001703; MARIANA CORTES DE LIMA; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 11 / 001013; GISLAINE LILIAN ROWEDDER; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 12 / 001568; SUSIMARA DE ARAUJO; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 13 / 000220; ALESSANDRA BIAZZOLO; 1,20; 2,00; 3,20; 6,40; 14 / 000089; JHULINE FELTRIN; 2,00; 1,60; 2,80; 6,40; 15 / 001213; WILLIAM BORTOLI; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 16 / 001683; ANA RÚBIA ARENHART; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 17 / 001515; RICARDO FILIPE RIFFEL; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 18 / 000127; ARIANE ANSCHAU; 1,60; 1,60; 2,80; 6,00; 19 / 001799; FERNANDO GARRIDO DE OLIVEIRA; 1,20; 2,00; 2,80; 6,00; 20 / 001909; JÉSSICA TAIZE SPRICIGO; 1,20; 2,00; 2,80; 6,00; 21 / 001524; SILVANA CRISTINA KÄFER; 1,60; 2,00; 2,40; 6,00; 22 / 001842; SIBELI WRUBEL; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 23 / 002074; JAQUELINE MANFÉ DE OLIVEIRA; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 24 / 001482; ANDRÉA DURDYN; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 25 / 002090; ANDRIELI LUANA MASSAROLO; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 26 / 001128; PHELIPE GOLIN CASAGRANDE; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 27 / 001518; MAYARA ANSELMÍ; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 28 / 000772; KAROLINE SOMMER DA SILVA; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 29 / 001699; CLEDERSON FERREIRA; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 30 / 000077; JAQUELINE BRANDALISE; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 31 / 001717; LETICIA ALVES RIBEIRO; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 32 / 000603; CAMILA LETICIA MOROSINI; 1,20; 2,00; 2,40; 5,60; 33 / 000207; RAFAEL FOGAÇA DE ALMEIDA; 1,20; 2,00; 2,40; 5,60; 34 / 002178; LUCIANA MAZZALI MACHADO; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 35 / 001720; BRUNA CRISTINA MARKEVICZ; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 36 / 001494; THATIANE APARECIDA RAMOS; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 37 / 001556; ROSANA APARECIDA ARENHARDT MARIANI; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 38 / 000273; ELISANDRO CESAR BRUSCATO; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 39 / 000290; RAFAEL AUGUSTO BATISTELLA; 1,20; 1,60;

2,40; 5,20; 40 / 000840; CAROLINA EGER RECH; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 41 / 000262; GABRIELA FALAVINHA; 0,80; 2,00; 2,40; 5,20; 42 / 001698; KAIRA SAMAINI PAULI; 2,00; 1,20; 2,00; 5,20; 43 / 001689; MARIA MARTA MARINOSKI GRIGULO; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 44 / 001464; FRANCIELLI MELLO FERRI; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 001434; ELDES JOSÉ RAMPON; 0,40; 1,60; 2,80; 4,80; NM / 000258; KATHINE TESSMANN SOLIGO; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001622; SAMILA SEPP; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 000101; LUBIANA PRANDO CARON DOZZA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 001102; ADALBERTO ANTONIO MARCON; 0,40; 2,40; 2,00; 4,80; NM / 001942; GUSTAVO SCAIN; 1,60; 1,60; 1,60; 4,80; NM / 000461; ANA PAULA PAGNO; 1,20; 2,00; 1,60; 4,80; NM / 000267; CAROLINE CORONA; 1,20; 2,00; 1,60; 4,80; NM / 001029; MARITHSA MAIARA MARCHETTI; 0,80; 0,80; 2,80; 4,40; NM / 001801; SIMONE CHRISTOFOLLI; 0,00; 1,60; 2,80; 4,40; NM / 001113; ÉDINA MOTTA DEBUS; 1,60; 0,40; 2,40; 4,40; NM / 000563; TALITA PRANDO TESSARO; 0,40; 1,60; 2,40; 4,40; NM / 000081; TATIANA MARIA TRENTO; 1,60; 0,80; 2,00; 4,40; NM / 000723; SIDIANE FATIMA CASTANHA; 1,60; 0,80; 2,00; 4,40; NM / 001002; DEBORA RIBEIRO DA SILVEIRA; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 000490; LEDELEINE NUNES FORTUNATO; 0,80; 1,60; 2,00; 4,40; NM / 001906; GISLAINE BONATTO; 1,20; 1,60; 1,60; 4,40; NM / 000031; THAISE GERBER; 0,80; 0,40; 2,80; 4,00; NM / 001816; MILENA CRISTINE HOLETTZ MAESTRI; 1,20; 0,40; 2,40; 4,00; NM / 001421; ROBERTO PERAZZOLI; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 002144; ANDRESSA PAOLA BORTOLI; 0,00; 1,60; 2,40; 4,00; NM / 001555; TALITA MIGUELÃO; 0,80; 1,20; 2,00; 4,00; NM / 001365; DIEGO ANTONIO GIACOMINI; 1,60; 0,80; 1,60; 4,00; NM / 000676; JULIANA LETICIA DEBERTOLIS CAVALLI; 0,80; 1,60; 1,60; 4,00; NM / 000680; KARINA GIACOMINI VARELA; 0,00; 1,20; 2,40; 3,60; NM / 001983; MARLA HELENA FORSTER; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 000367; ALINE CAMIOTTI; 1,20; 0,80; 1,60; 3,60; NM / 001073; VERA LUCIA RODRIGUES; 0,40; 0,40; 2,00; 2,80; NM / 001725; MARIANA FACIN STEFANES; 0,40; 1,20; 1,20; 2,80; NM / 000627; JOSEANE BALAN DA SILVA; AUS / 002287; TATIANA ARRUDA CORREIA; AUS / 001836; CLAUDIA REGINA BARBIERI; AUS / 002132; SIMONE SALETE ZAPALALIO DE OLIVEIRA LUZ; AUS / 001011; LAURA DA SILVA; AUS / 000304; DALIANA BORDIN; AUS / 001602; HANDRESSA DE OLIVEIRA; AUS / 002194; FERNANDO WONS; AUS / 000260; GISELI MEZARROBA ASCARI; AUS / 002134; FABRICIO LAVRATTI; AUS / 001154; ANA PAULA DE AVILA; AUS / 000218; CASSIA LOPES SACCHET; AUS / 001252; EVERTON GIACHINI TOSETTO; AUS / 000061; VINICIUS ASSIS DE ANDRADE; AUS / 002045; IVAN DE MARCO; AUS

#### 16 ENFERMEIRO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001790; LUCIANA MENDES RAPOZO; 1,60; 2,00; 4,80; 8,40; 1 / 000327; ANGELA BRUNA LUCHESE SARI; 1,60; 2,40; 4,40; 8,40; 2 / 002056; ALESSANDRA DAROS NUNES; 2,00; 1,60; 4,40; 8,00; 3 / 001165; DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI; 1,60; 2,40; 4,00; 8,00; 4 / 000217; ODETE MARIA DEITOS; 1,20; 1,20; 4,80; 7,20; 5 / 001348; DOUGLAS GONÇALVES; 0,80; 1,60; 4,80; 7,20; 6 / 001253; MIRIAN APARECIDA MONDINI SOLOVI; 2,00; 1,20; 4,00; 7,20; 7 / 000103; TIAGO ZANATTA; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 8 / 001527; AISLIM RAMONA ARENHART; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 9 / 000909; KELLY FERNANDA DURDYN; 1,20; 2,00; 4,00; 7,20; 10 / 000990; ADRIANA BOFF; 2,00; 1,60; 3,60; 7,20; 11 / 001674; TAILANA BAZZO; 2,00; 1,60; 3,60; 7,20; 12 / 000146; NAIANA CAROLINE LESSA; 2,00; 1,60; 3,60; 7,20; 13 / 000365; BIANCA PICCININI; 2,00; 0,80; 4,00; 6,80; 14 / 001607; MARISA LANGER; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 15 / 001233; ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 16 / 001743; PAULA MARION FAGUNDES DE LIMA; 2,00; 1,20; 3,60; 6,80; 17 / 000402; EDUARDO JANIR DE SOUZA; 1,60; 1,60; 3,60; 6,80; 18 / 001211; LEONI ROSEMERI MICHAUT; 0,80; 1,20; 4,40; 6,40;



19 / 000764; MILEIDE SOFIA BATISTA; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 20 / 000939; BRUNA KRUCZEWSKI; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 21 / 001849; JAQUILINE CAMILA MORAIS TESSER; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 22 / 002245; ANDERSON GONDIM ROQUE; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 23 / 001823; JOSIANE GEWEHR; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 24 / 000679; ELIZANGELA SCHMIDT; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 25 / 001888; VIVIANE MOREIRA SPINDOLA; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 26 / 000041; JÉSSICA APARECIDA BOFF; 1,20; 2,00; 3,20; 6,40; 27 / 001245; GRAZIELI FERREIRA DA ROSA; 2,00; 1,60; 2,80; 6,40; 28 / 001937; SILVANA TERSINHA DAL PUPPO; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 29 / 000326; VIVIAN FRANCESCHET; 0,80; 1,20; 4,00; 6,00; 30 / 000152; MARIANE CAROLINA DE ALMEIDA; 0,80; 1,20; 4,00; 6,00; 31 / 002153; ELIANI MORTARI; 0,40; 1,60; 4,00; 6,00; 32 / 002034; JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 33 / 000864; AMANDA AKEMI RIBEIRO NAKA; 0,80; 1,60; 3,60; 6,00; 34 / 001114; GISELE CRISTIANE VIANA DE SOUSA; 2,00; 0,80; 3,20; 6,00; 35 / 000566; FERNANDA TROMBETTA; 0,80; 2,00; 3,20; 6,00; 36 / 001461; GRACIELI ROSSETTI GIUMBELLI; 1,20; 2,00; 2,80; 6,00; 37 / 000296; EMANUELE SANDRIN; 0,80; 1,20; 3,60; 5,60; 38 / 001289; ANGELA AURORA ANDRIN GARTNER; 1,60; 0,80; 3,20; 5,60; 39 / 002061; LUCELIA PIRES DE LIMA LUIZ; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 40 / 002097; LETICIA BELLUSO; 2,00; 0,80; 2,80; 5,60; 41 / 000232; GILMAR PASINATO JÚNIOR; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 42 / 002168; MICHELE CRISTINA DIESEL; 1,20; 0,40; 3,60; 5,20; 43 / 000729; ELICIANE REBETCHUK; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 44 / 000865; ELAINE DA SILVA MODESTO; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 45 / 001166; RITA MARLISE THEISEN; 0,40; 1,60; 3,20; 5,20; 46 / 000605; CRISTINA MILAN; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 47 / 001774; JHENIFFER JANICE PADILHA; 0,80; 1,60; 2,80; 5,20; 48 / 000013; CAROLINE CORREIA; 0,40; 2,00; 2,80; 5,20; 49 / 000442; ESDRA MARIA PICINATTO CASTEGNARO; 0,80; 2,00; 2,40; 5,20; 50 / 002213; BRUNO ADRIANO; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 51 / 000187; RENILCE LUIZA MASSING; 0,40; 0,80; 3,60; 4,80; NM / 000785; LUANA LOPES DUARTE; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 001351; RENITA BÁRBARA HENICKA; 0,40; 1,20; 3,20; 4,80; NM / 001573; ADRIANA CORREA; 0,40; 1,20; 3,20; 4,80; NM / 001848; MARCOS ANTONIO PADILHA; 0,40; 1,20; 3,20; 4,80; NM / 000172; GESSY SOARES DOS SANTOS MORAIS; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 000666; ISABELLA PAOLA MEISTERLIN HEUSY; 0,40; 1,60; 2,80; 4,80; NM / 000568; ELIZANGELA FARIAS FILIPP; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001469; LUANA CRISTINA VALDUGA; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM / 001577; PRISCILA HOFFELDER CORRADI; 1,60; 1,60; 4,80; NM / 001182; CECILIA DA INHAIA VEIGA; 0,40; 0,80; 3,20; 4,40; NM / 001959; ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS; 0,40; 0,80; 3,20; 4,40; NM / 000459; CHARLINE ZARPELON; 0,40; 0,80; 3,20; 4,40; NM / 001553; ALINE TOALDO; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 002094; DAISA ROMAN GAVASSO; 0,40; 1,20; 2,80; 4,40; NM / 000343; FRANCIELI DE SOUZA; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 000624; JULIA PASQUALI; 0,40; 1,60; 2,40; 4,40; NM / 002083; GRACIELLE ARIENTI ORLANDIN; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 000291; LILIAN COELLI; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 001722; JULIANA FRIGO GIACOMINI; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 002100; RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA FRANCESCHINA; 0,80; 0,80; 2,40; 4,00; NM / 001343; SOLANGE RIBEIRO; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000683; LAURA CRISTIANE DE OLIVEIRA DORINI; 0,40; 1,20; 2,40; 4,00; NM / 000818; CAROLINE RITA TORTELI; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001010; DEISEMARA APARECIDA FERREIRA DE LIMA; 0,00; 0,80; 2,40; 3,20; NM / 001042; ÉDINA SIMONE DA ROSA LUDVIG; 0,40; 0,80; 2,00; 3,20; NM / 000073; CRISTINA BOFF; 0,00; 1,20; 2,00; 3,20; NM / 001944; NÁDIA RUBIA HEYLMANN SELBACH; 0,80; 1,20; 1,20; 3,20; NM / 002211; ARIANE PIZONI; 0,40; 0,80; 1,60; 2,80; NM / 000219; DALIANA PIOVESAN; 0,00; 0,80; 1,60; 2,40; NM / 000876; FRANCIANE APARECIDA DE COL DALLA VECCHIA; 0,00; 0,40; 1,60; 2,00; NM / 001925; ALANA LAIS SCAPINI; AUS / 000452; ALINE VENTURIN FAGUNDES; AUS / 001987; ANA CRISTINA BANDELOFF FICAGNA; AUS / 002026; ANA PAULA RAMOS; AUS / 001667; CARINE DAUFENBACH; AUS / 001976; DAIANE BEDIN; AUS / 001007;

EDUARDA HELENA STEINHORST; AUS / 001967; ELIANE FARINÉA TECHIO; AUS / 000092; EMÍLIA TERESA TRENTO BORTOLINI; AUS / 000094; EVERALDO FILIPINI; AUS / 000078; FLÁVIA TRINDADE DOS SANTOS; AUS / 001649; FRANCIELE MANTOVANI; AUS / 001396; HELIMARY RECH PALAVRO; AUS / 001780; JÉSSICA REGINATO GARBO; AUS / 002169; JULIANI DE OLIVEIRA DE ANDRADE; AUS / 000948; MARILDE BISPO ANTUNES DE OLIVEIRA; AUS / 001877; TUANY COUTO RITTER; AUS

#### 17 FISIOTERAPEUTA

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001875; KARLA CRISTINA MAGRO; 2,00; 1,60; 4,80; 8,40; 1 / 000539; CAMILA THAIS DALANORA; 2,00; 1,20; 4,40; 7,60; 2 / 001231; NATÁLIA SARETTA SULZBACH; 2,00; 1,60; 4,00; 7,60; 3 / 000712; KAROLINE FAVERO SIMIONI; 1,60; 2,00; 4,00; 7,60; 4 / 001074; JANAINA MAROSTICA; 1,60; 2,00; 4,00; 7,60; 5 / 000118; GRAZIELA BARBIERI; 1,20; 2,00; 4,00; 7,20; 6 / 001433; DAIANE SOMMER GONÇALVES RUTSATZ; 1,60; 2,00; 3,60; 7,20; 7 / 000180; GABRIELA AMARAL NETO SILVA; 1,20; 2,40; 3,60; 7,20; 8 / 001138; MAIRA DALSOGLIO; 0,40; 2,00; 4,00; 6,40; 9 / 000449; VIVIANE BORDIN MISSIO; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 10 / 000973; REGIS DE OLIVEIRA BARETTA JUNQUEIRA DE CARVALHO; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 11 / 000505; JULIA DE DEUS E SILVA; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 12 / 001619; NICOLE TRENTO MORAES; 1,60; 1,60; 3,20; 6,40; 13 / 002191; MICHELE FABRICIO; 2,00; 1,60; 2,80; 6,40; 14 / 000912; MARIANE BITTENCOURT; 1,60; 2,00; 2,80; 6,40; 15 / 000584; DEBORA CRISTINA VIGANÓ; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 16 / 000072; DAIANA CRISTINA THOMAZI; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 17 / 001691; VANESSA CECATTO; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 18 / 000578; SAIONARA BRAGGIO; 0,80; 1,60; 3,60; 6,00; 19 / 001485; THIAGO VENDRAME; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 20 / 001621; TARCIANE CERVINSKI; 2,00; 1,20; 2,80; 6,00; 21 / 002175; MONALISA SCOLARO; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 22 / 000592; ALCIDÁLIA GRANEMANN DE MELLO; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 23 / 001690; GRACIELI JIANE PEREIRA; 0,80; 1,20; 3,60; 5,60; 24 / 001957; DANIELI ZUCCO; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 25 / 001399; CARLA JAQUELINE TURCATEL; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 26 / 002137; KARINE GUIZZO TEIXEIRA; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 27 / 000913; CRISTINA BALEN; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 28 / 002236; LUCIMARA FERREIRA; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 29 / 000279; ANA PAULA BAÚ; 0,80; 0,80; 3,60; 5,20; 30 / 002099; CRISTIANE PATZLAFF; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 31 / 000925; MAYRA GABRIELA FACHINI; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 32 / 002176; DIEGO ALEX DE MATIAS; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 33 / 000901; EMANUELLI CORÁ; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 34 / 001740; SARA RAMOS DALLA MARIA; 2,00; 0,80; 2,40; 5,20; 35 / 000728; GILANDRO RODRIGUES NETO; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 36 / 001702; LUCIANA BERNARDI; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 37 / 001127; ALINE ANDRESSA MATIELLO; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 000090; RODOLFO TERTULIANO BAHÚ BACKES; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 001910; GRACIELE NUNES DE ARAUJO DE OLIVEIRA; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 000488; ALINE LETICIA CARRER BURLIN; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 001878; JOICE APARECIDA PADILHA; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000363; RENATA LUCI SAVARIS; 1,20; 0,40; 2,80; 4,40; NM / 001694; MAIRA CAROLINE DE OLIVEIRA; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 000113; RENATA MAGNANI FOGLIATTO; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 000376; JANICE HELOISA RIBEIRO PEREIRA; 0,00; 0,80; 1,60; 2,40; NM / 001364; ARACELI MOTT EING; AUS / 000012; NICELY TAIS BITTENCOURT; AUS / 002111; JULIANA MARCONDES GIUMBELLI; AUS / 000466; MARIA LUISA CESCA; AUS / 002095; ARIANA LAGO; AUS / 000902; JONATHAS SILVA DE OLIVEIRA; AUS / 000727; FABIULA APARECIDA KURTZ; AUS / 002063; FRANCIELE TRINDADE BORTOLOTO; AUS / 001630; ANDREI GUILHERME KLAGENBERG TORRICO; AUS / 000837; CARINA JURASZK; AUS / 001680; FERNANDA DUARTE BORGES DE OLIVEIRA; AUS

**18 FONOAUDIÓLOGO**

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000718; DANIELE BECKER IEGLI; 1,60; 1,60; 4,40; 7,60; 1 / 000430; ANELIZE RIBEIRO; 1,20; 1,20; 4,80; 7,20; 2 / 001635; CARLA ANDREA MADEIRA FERRAZ; 1,60; 1,20; 4,40; 7,20; 3 / 001185; CANDICE CRISTINA STUMPF SÜHNEL; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 4 / 001413; BARBARA GONÇALVES DA ROCHA; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 5 / 000403; CRISIANE VENSON; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 6 / 001426; DANIELA BORTOLI; 0,40; 1,20; 4,40; 6,00; 7 / 000441; CAROLINE COSTA DA ROSA; 1,20; 0,80; 4,00; 6,00; 8 / 000983; BRUNA MARTINS BARCELOS; 0,80; 1,20; 3,60; 5,60; 9 / 000957; FERNANDA LUISA KIRST; 0,40; 1,60; 3,60; 5,60; 10 / 002103; VANESSA APARECIDA BRANDALISE; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 11 / 001982; ANA PAULA DE CASTRO SILVA FUNAI; AUS / 001756; GISLEINE CRISTINA GIL; AUS / 000981; DÉBORA PE-REIRA LEÃO; AUS / 001941; TATIANE TRINDADE SANTOS; AUS / 001604; THOMAS EDUARDO DE SOUZA MIRANDA; AUS / 000108; THAMIELY PATRÍCIA LOCATELLI; AUS / 001557; NATHÁLIA BUNN CHAVES; AUS / 000409; DANIELI CRISTINA RIBEIRO; AUS

**19 MÉDICO 10 Horas**

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001471; DANIELLE CÔCO POZZEBON; 1,60; 2,00; 2,80; 6,40; 1 / 000964; RENATA SCHWENDLER FIORINI; AUS

**20 MÉDICO 40 Horas**

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000413; ALANA DA CAS; 2,00; 2,00; 2,40; 6,40; 1 / 000424; AMANDA FRIES DE ANDRADE; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 2 / 000734; MIRIAN PISSAIA; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 3 / 000284; MICHELE ALINE DENBINSKI; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 4 / 000221; CAROLINE BIAZZOLO; 1,60; 1,60; 2,40; 5,60; 5 / 002072; FABRICIO FOPPA; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 6 / 000629; HINAYAN CRESTANI; 0,80; 1,60; 2,80; 5,20; 7 / 002109; JOÃO FELIPE MOLOSSI SILVA; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 8 / 001835; GUSTAVO HOHMANN CAMINA; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 002035; MURILO CARPES; 1,20; 1,20; 2,00; 4,40; NM / 000447; GEISA FINGER; AUS / 000705; LEONARDO DOZZA; AUS

**21 ODONTÓLOGO**

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000007; ARIELA AUGUSTIN; 2,00; 1,60; 3,20; 6,80; 1 / 001222; ROSSANA BITTENCOURT; 1,60; 2,00; 3,20; 6,80; 2 / 000029; NICOLE TOMAZONI; 1,60; 2,00; 3,20; 6,80; 3 / 000731; FERNANDA DE LIMA TISSIANI; 1,20; 2,40; 3,20; 6,80; 4 / 000375; ANDRESSA SANTANA REGINATTO; 2,00; 2,00; 2,80; 6,80; 5 / 001455; WILLIAM CÉSAR GASPAS; 1,60; 2,00; 2,80; 6,40; 6 / 001005; SABRINA ZANCHETT; 1,20; 2,40; 2,80; 6,40; 7 / 001804; CRISTIANO TAUFER; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 8 / 001716; ROGÉRIO DÖERING JUNIOR; 1,20; 1,60; 3,20; 6,00; 9 / 000417; HELENA ERNA ENGEL; 1,60; 1,60; 2,80; 6,00; 10 / 001105; PAULA ZONTA; 1,60; 1,60; 2,80; 6,00; 11 / 000406; ANA PAULA TORRI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 12 / 002062; EDIPO LUTIANO ENEAS PRZYBULINSKI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 13 / 000254; CHAYANA CORSO BERGAMO; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 14 / 000004; DIEGO HEIMFARTH; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 15 / 000052; LARA FERNANDA BUSETTI; 1,20; 2,00; 2,40; 5,60; 16 / 001952; NATIELI FÁTIMA BARCAROLO; 0,80; 2,40; 2,40; 5,60; 17 / 000985; PRISCILA ANSOLIN; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 18 / 001264; CAROLINA DA CASS MECABO; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 19 / 001791; JANAINA ALVES; 1,60; 0,80; 2,80; 5,20; 20 / 000951; HENRIQUE VITOLDO

DABROWSKI JUNIOR; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 21 / 001090; ISABELA ANDRESSA COSTANARO PETRY FACIN; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 22 / 000606; JÚLIA CADORIM FACENDA; 1,60; 1,20; 2,40; 5,20; 23 / 001262; VILMAR SENER; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 24 / 001331; BEATRIZ ORTIZ DA SILVA MERGENER; 0,80; 2,00; 2,40; 5,20; 25 / 001480; MAURÍCIO JOSÉ CEREGATTI; 2,00; 1,20; 2,00; 5,20; 26 / 000030; SILVIA LETICIA CORREA; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 27 / 002058; RICARDO BIGARELLA; 1,60; 2,00; 1,60; 5,20; 28 / 001618; LARISSA RADEL BORTOLI; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 000541; BEATRIZ MATTEVI; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000439; NATHALIA DE SOUZA COSTA; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 000905; JULI GRASIELI BALEIRO DOS SANTOS; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000410; IATHANABI CATHUSSA SOARES; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 000140; CAMILA BERNARDT; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 001751; RITA PELUSO VELHO; 2,00; 1,20; 1,60; 4,80; NM / 000661; SHEILA FRACASSO; 1,60; 1,60; 1,60; 4,80; NM / 001021; LARISSA ZANON CORDEIRO; 1,60; 0,40; 2,40; 4,40; NM / 001995; EMANUELI SCOLARI ROSSETTO; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 000479; MAIARA LAYS MOROSINI; 0,80; 1,20; 2,40; 4,40; NM / 000832; ATAÍSE CERON BACCHI; 1,60; 0,80; 2,00; 4,40; NM / 001135; CATIUCIA LANZZARIN; 1,60; 1,20; 1,60; 4,40; NM / 000502; SILVANA CARLA FESTUGATO HERRMANN; 1,20; 1,60; 1,60; 4,40; NM / 001145; CARLA TAISE POOTER; 2,00; 1,20; 1,20; 4,40; NM / 000379; CAMILA DALPIZZOL; 2,00; 1,20; 1,20; 4,40; NM / 001163; DANIELI DE FABRIS; 0,00; 1,60; 2,40; 4,00; NM / 001510; GABRIELA THAIZ CONTE; 1,60; 0,40; 2,00; 4,00; NM / 000508; ALECHANDRE PANHO; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000942; KERLY SAVARIS FLAMIA; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 001472; ATAÍANE CERON BACCHI; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000856; THÁBITA ISIS MASCARELLO; 1,20; 1,20; 1,60; 4,00; NM / 000904; KAOANA MULLER LEITE; 1,20; 1,20; 1,60; 4,00; NM / 002148; ANDREA BRESOLA; 1,20; 1,60; 1,20; 4,00; NM / 000583; TALITA APARECIDA ROTA; 0,80; 0,40; 2,00; 3,20; NM / 000522; ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA SCHIAVO; AUS / 001998; BRUNA TORRES; AUS / 002033; CINTIA SEVERO BRASILIENSE; AUS / 001825; FABIANA CORADI; AUS / 000975; FERNANDA ABRAHÃO BASSO; AUS / 001149; FERNANDA LARA MULITERNO; AUS / 001521; GABRIELA LUANA ZIBETTI; AUS / 001678; JÉSSICA CORADI; AUS / 002131; JULIO FARNICISCO ROLLOFF DE MELO; AUS / 001845; MARCOS AUGUSTO LAZZARI; AUS / 002024; MARCOS VINICIUS DA SILVA; AUS / 001004; PAOLA ANTÔNIA SOARES RAIMONDI DE LIMA; AUS / 001675; RODOLFO LORENCO DA ROSA; AUS / 001320; SARA GEMELLI; AUS / 001697; SERGIO RENAN VIEIRA DA SILVA; AUS / 002195; TAISE BRUNA BANDELOFF FICAGNA; AUS

**22 PSICÓLOGO**

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000744; GERUSA LUCIAN; 1,60; 2,00; 4,00; 7,60; 1 / 001178; ANA CATARINA ANTES; 1,60; 2,40; 3,60; 7,60; 2 / 000581; ROSEMARA AMÂNCIO DAMÁSIO DA ROSA; 1,20; 1,20; 4,80; 7,20; 3 / 001415; BRUNA PIETROWSKI MENDES; 1,20; 1,60; 4,40; 7,20; 4 / 001346; ANDRESSA BERTONCELLO; 1,60; 1,60; 4,00; 7,20; 5 / 000857; FRANCIELY DA SILVA CAVALLI; 2,00; 1,60; 3,60; 7,20; 6 / 001023; TALISSA PALMA MULLER; 2,00; 1,60; 3,60; 7,20; 7 / 001125; SIMONE ROVER ZARPELON; 1,60; 2,00; 3,60; 7,20; 8 / 000713; MARIANGELA CASANOVA DE OLIVEIRA; 1,60; 2,00; 3,60; 7,20; 9 / 001809; MIRIANE BRIGIDA ZAGO PAZINI; 1,60; 2,00; 3,60; 7,20; 10 / 001324; LILIANA URBANO DE MORAES ZMIJEVSKI DE AQUINO ROSAS; 1,20; 2,40; 3,60; 7,20; 11 / 000298; PATRÍCIA BEHREND; 1,20; 2,40; 3,60; 7,20; 12 / 001147; VERÔNICA ARRUDA WOLFF; 2,00; 0,80; 4,00; 6,80; 13 / 001981; CARLA RIBEIRO; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 14 / 001536; ROSELAINE BEVILAQUA; 1,60; 1,20; 4,00; 6,80; 15 / 000484; GILMAR MACHADO; 0,80; 2,00; 4,00; 6,80; 16 / 000928; MABEL FALAVINHA BARAN; 2,00; 1,20; 3,60; 6,80; 17 / 001850; LAIS MASSON; 2,00; 1,20; 3,60; 6,80; 18 / 000082;



SIMONE APARECIDA KLUSER; 1,60; 1,60; 3,60; 6,80; 19 / 001014; MARIA ROSIMERE DA CONCEIÇÃO SILVA; 1,60; 2,00; 3,20; 6,80; 20 / 002272; TAÍS MATTÉ; 1,60; 0,80; 4,00; 6,40; 21 / 001313; THIAGO LUIZ NATUS; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 22 / 001953; NATALIA GIOIA CIPOLA; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 23 / 001705; RAQUEL GUZELLA DE CAMARGO; 1,20; 1,20; 4,00; 6,40; 24 / 000283; TATIANE JULIANE DA SILVA; 1,60; 1,20; 3,60; 6,40; 25 / 001466; CINTIA APARECIDA FERRI; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 26 / 000020; GIOLLY MURIEL MOREIRA; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 27 / 000721; ADRIANO SCHAEFER; 1,20; 1,60; 3,60; 6,40; 28 / 001495; LEIZA REGINA RAZERA; 1,60; 1,60; 3,20; 6,40; 29 / 000797; KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA; 1,60; 1,60; 3,20; 6,40; 30 / 001874; TATIANA FOGOLARI; 1,60; 0,80; 3,60; 6,00; 31 / 002270; DILENE MIRIAM NORDIO; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 32 / 001110; LUCIANE FRANK; 1,20; 1,20; 3,60; 6,00; 33 / 001788; LARISSA NOVELLO; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 34 / 001811; ADRIANA APARECIDA FELICETTI; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 35 / 001082; LARISSA BEZERRA FRIO; 1,60; 1,20; 3,20; 6,00; 36 / 000896; MARIZA KOFFERMANN; 1,20; 1,60; 3,20; 6,00; 37 / 001579; KARINA DE OLIVEIRA DE VARGAS; 0,80; 2,00; 3,20; 6,00; 38 / 000667; LUCIANA GOMES DE CAMPOS; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 39 / 000011; PAOLA ANTUNES DE MORAES HUBER; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 40 / 002164; EVERLY ZAMPIERI; 1,20; 0,80; 3,60; 5,60; 41 / 001120; JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA; 0,80; 1,20; 3,60; 5,60; 42 / 001140; CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA; 1,60; 0,80; 3,20; 5,60; 43 / 000443; MICHELE RÉUS ELIAS; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 44 / 000570; CINARA MIOLA; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 45 / 001753; ANA CARLA DOLINSKI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 46 / 001884; TAMANDRA CRISTINA LAZAROTO; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 47 / 000550; DEBORA LUIZA BIAZZI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 48 / 002050; JULIANA PALAVESINI; 1,20; 1,20; 3,20; 5,60; 49 / 002079; JANAINA MIGUELINA SOUZA; 0,80; 1,60; 3,20; 5,60; 50 / 000185; DANIELA DRESCH HACK; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 51 / 000956; KARISE FÁTIMA WOICIECHOSKI; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 52 / 000960; JANE MARIA ANDRETTA; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 53 / 000137; BRUNA GABRIELA BOF; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 54 / 000887; MARGARETE ALVES SCHNEIDER; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 55 / 002066; REGINA PINHO GOMIG; 2,00; 1,20; 2,40; 5,60; 56 / 001108; KÁTIA TOAZZA; 1,60; 2,00; 2,00; 5,60; 57 / 001636; JANETE APARECIDA ZACCARON THOMAZI; 0,40; 1,20; 3,60; 5,20; 58 / 000559; MIRIAN MEDEIROS; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 59 / 001409; LILIANE DEUERLING; 1,20; 0,80; 3,20; 5,20; 60 / 001872; KEILA PRISCILA DE MORAIS; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 61 / 001531; KELLY FERREIRA; 0,80; 1,20; 3,20; 5,20; 62 / 000347; DANIELE ZANATTA BRUM; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 63 / 000962; ANDRIELI PEREIRA DA SILVA; 1,20; 1,20; 2,80; 5,20; 64 / 001092; VANESSA DE MORAES MUNIZ; 0,80; 1,60; 2,80; 5,20; 65 / 001830; ANDREIA DE CÁSSIA HIBNER; 0,40; 2,00; 2,80; 5,20; 66 / 001956; ELIZANDRA DA LUZ DURIGON; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 67 / 000043; LETÍCIA MEINERT LINDNER; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 68 / 001137; EVA JUCEMARA DE OLIVEIRA; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 69 / 001617; MAGALI REGINA BLOOT; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 70 / 000884; NATHALIA MORÉS; 1,20; 2,00; 2,00; 5,20; 71 / 000026; THAIS SIMONE FRANÇA BURTULI; 1,20; 0,40; 3,20; 4,80; NM / 000952; ELISAMARA DAL MORO; 0,80; 0,80; 3,20; 4,80; NM / 000049; TAIZA CRISTINA CORDAZZO DE ALMEIDA; 0,00; 1,60; 3,20; 4,80; NM / 002173; BRUNA FATIMA HILLESHEIM; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000157; JÉSSICA CESCO; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 001834; ALINE RAQUEL MAIA DA SILVA; 1,20; 0,80; 2,80; 4,80; NM / 000965; SILVIA REGINA PRATTO; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 000738; PAULA ANDRESSA LOPES MIRI; 0,80; 1,20; 2,80; 4,80; NM / 001336; ERICA TOMAZI RIBEIRO; 1,60; 0,80; 2,40; 4,80; NM / 001496; CLARISSE SIMON; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 000848; CLAUDIA PICOLOTTO; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 000961; PATRÍCIA DRI MORAIS; 1,60; 1,20; 2,00; 4,80; NM / 001201; VANUSA PALOSQUI; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM / 000695; CAMILA DE OLIVEIRA; 1,20; 0,80; 2,40; 4,40; NM / 001277; CATIA MARISTELA VIATER; 0,40; 0,80; 2,80; 4,00; NM / 001335; BIANCA ZANINI RIBEIRO; 0,80; 0,80;

2,40; 4,00; NM / 000955; PAOLA BARBOSA GONÇALVES; 0,00; 1,20; 2,40; 3,60; NM / 000638; MARICLÉIA DOS SANTOS ROMAN; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 000921; ADRIANA MARIA GERALDI BRANCHER; 0,40; 1,20; 2,00; 3,60; NM / 001730; JULIANA DENISE STECKLING; 0,40; 1,20; 1,60; 3,20; NM / 000757; JUCIMARA APARECIDA DALLA COSTA; AUS / 001308; ANAMALIA THORSTENBERG RIBAS; AUS / 000483; FÁBIO BETTONI; AUS / 001576; KATIANI GUARACI DE MORAIS; AUS / 001758; FERNANDA HENRIQUE DE OLIVEIRA; AUS / 001423; FLÁVIA SILVEIRA DE SOUZA PIRES; AUS / 001251; NADJARA CONINCK DE SOUZA; AUS / 000124; DYANE PASOLD DEEKE; AUS / 002007; MAIARA FRANCESCHI; AUS

### 23 TERAPEUTA OCUPACIONAL

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001652; ALINE DA CRUZ WUDARSKI; 1,60; 1,20; 2,80; 5,60; 1 / 000057; ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA; 1,60; 1,60; 2,00; 5,20; 2 / 000640; LENEDI DE PAULA PEREIRA; 0,80; 0,40; 3,20; 4,40; NM / 002172; ELISANA BRANCO; 0,40; 1,60; 2,40; 4,40; NM / 001447; JANAINA ARMENDARIS CRUZ; 1,20; 0,80; 2,00; 4,00; NM / 000255; KARINA DA ROSA; 0,80; 0,80; 2,00; 3,60; NM / 001861; DAIANA CASTELAM MARTINS; AUS / 001592; SIRLENE ARRUDA ANTUNES; AUS / 000762; DAYANE OLIVEIRA DURLO; AUS / 000986; DANIELA PEREIRA NUNES; AUS / 001212; JULIANA PRESTES FERIGOLLO; AUS / 000334; FERNANDA PERCEGONA; AUS

### 24 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - Estação Luzerna

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000212; MARIZA VIEIRA; 2,00; 2,40; 3,20; 7,60; 1 / 000024; DEMILDA VARELA DE AMORIM; 1,20; 2,00; 3,20; 6,40; 2 / 001450; ELIANDRA DOS SANTOS SCHMIDT; 0,80; 2,00; 2,40; 5,20; 3 / 001282; MARIA MARGARETE RAMOS; AUS

### 25 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - Santo Antônio

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000438; LACIRA REGINA PALAVECINI; 25 1,20; 2,40; 2,40; 6,00; 1 / 001284; LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI; 25 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 2 / 000201; MONICA POZZOBOM; 25 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 3 / 001947; ADRIANA PILATI; 25 0,80; 1,60; 2,00; 4,40; NM

### 26 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - São Jorge

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000388; ELIANE APARECIDA LIRA; 1,20; 1,20; 2,40; 4,80; NM / 001718; JENIFER DA SILVA; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM / 000571; LUCIMARA MOREIRA DA SILVA; 0,80; 1,60; 1,20; 3,60; NM

### 27 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - N. Sra. de Fátima

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000037; CRISTHIANI FERNANDA DOS SANTOS; 1,20; 2,40; 2,40; 6,00; 1 / 001265; ADRIANA BERTUSSO; 1,20; 2,00; 2,00; 5,20; 2 / 002203; MARCIA GRASIELI VARELA DE BARROS; AUS

### 28 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - Vila Rica

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001945; AMARALINA RODRIGUES DA SILVA CAVALLI; 1,60; 2,00; 2,00; 5,60; 1 / 001269; SILVANA CARLAN; AUS

31 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ESF - Interior  
Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação  
001600; LEANIR APARECIDA PEREIRA; 1,20; 1,60; 2,80; 5,60; 1 / 001129; DIRLENE BELLANDI GIACOMINI; 1,20; 1,60; 2,00; 4,80; NM

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Edital nº 05/2014

Divulga resultado preliminar das provas escritas e outras providências

ANEXO II

Resultado preliminar das provas escritas antes dos recursos/impugnações dos candidatos que obtiveram deferimento da inscrição na condição de portador de deficiência (item 2 do presente edital)

\*Os dados dos candidatos estão separados pelo símbolo: /

\*\*A sequência dos dados de cada candidato estão separados por ponto e vírgula, por ordem decrescente de notas, na seguinte forma:

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

Legenda para Situação: - Número (1, 2, 3...) correspondente à posição de classificação

- NM é o candidato que não atingiu a nota mínima conforme itens 5.1.1 e 5.2.1, a do edital nº 01/2014

- AUS é candidato ausente

\*\*\*Os candidatos ausentes estão ao final do respectivo cargo.

\*\*\*\*Para obter a nota foi aplicado o peso 0,40 para cada acerto, inclusive questões eventualmente anuladas conforme item 4.1 do edital nº 01/2014.

\*\*\*\*\*Os critérios de desempate seguem rigorosamente o estabelecido no item 5.5 do edital nº 01/2014.

Estarão disponíveis nos endereços [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br) e [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) outras formas de consulta aos resultados.

01 AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000080; VALQUIRIA DE JESUS SERPA GRAFF; 0,80; 1,60; 2,40; 4,80; NM

21 ODONTÓLOGO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

001262; VILMAR SENER; 1,20; 1,60; 2,40; 5,20; 1

22 PSICÓLOGO

Inscrição; Nome; Nota em língua portuguesa; Nota em conhecimentos gerais; Nota em conhecimentos específicos; Nota total prova escrita; Situação

000049; TAIZA CRISTINA CORDAZZO DE ALMEIDA; 0,00; 1,60; 3,20; 4,80; NM

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Edital nº 05/2014

Divulga resultado preliminar das provas escritas e outras providências

ANEXO III

Resultado do julgamento dos recursos/impugnações de questões/gabaritos (item 3 do presente edital)

- As repostas dos recursos seguem abaixo em ordem do cargo e

número de inscrição do candidato recorrente com identificação do cargo, número da questão, número de inscrição e análise dos recursos;

- Estarão disponíveis nos endereços [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br) e [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) a íntegra da análise dos recursos contendo as razões do deferimento ou indeferimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

Edital nº 05/2014

Divulga resultado preliminar das provas escritas e outras providências

**ANEXO III**

Resultado do julgamento dos recursos/impugnações de questões/gabaritos  
 (item 3 do presente edital)

- As repostas dos recursos seguem abaixo em ordem do cargo e número de inscrição do candidato recorrente com identificação do cargo, número da questão, número de inscrição e análise dos recursos;

- Estarão disponíveis **nos endereços [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br) e [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) a íntegra da análise dos recursos** contendo as razões do deferimento ou indeferimento.

17

Cargo	Questão	Nº Inscrição	Resultado do julgamento das impugnações/recursos
Agente de Vigilância Ambiental	09	001654	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Agente de Vigilância Sanitária	10	000223	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Assistente Social	03	001180	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Assistente Social	08	001180	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Assistente Social	24	001180	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Auxiliar de Saúde Bucal	18	001500	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Auxiliar de Saúde Bucal	19	001500	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Auxiliar de Saúde Bucal	20	001500	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Auxiliar de Saúde Bucal	25	001500	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Biólogo	09	001213	Dessa forma, não se conhece do recurso apresentado por ser extemporâneo, mas, de ofício, tem-se por <b>ANULADA</b> a questão.
Biólogo	15	001213	Dessa forma, não se conhece do recurso apresentado por ser extemporâneo, mas, de ofício, tem-se por <b>ANULADA</b> a questão.
Biólogo	17	001213	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Enfermeiro	16	000402	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Enfermeiro	09	000939	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Enfermeiro	09	001233	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Enfermeiro	09	001607	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Enfermeiro	18	001607	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Psicólogo	09	001147	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Psicólogo	12	001147	Ante o exposto, <b>INDEFERE-SE</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.
Psicólogo	16	001147	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Psicólogo	16, 17, 21	001409	Dessa forma, não se conhece do recurso apresentado por conter em um único recurso três questões distintas, mas, de ofício, revisou-se as três questões e foram consideradas <b>VÁLIDAS</b> e mantidas as questões 17 e 21 e <b>ANULADA</b> a questão 16.
Psicólogo	05	002050	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Psicólogo	09	002050	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Psicólogo	16	002050	Dessa forma, resta <b>DEFERIDO</b> o pedido para anular a questão.
Psicólogo	21	002050	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Psicólogo	25	002050	Dessa forma, resta <b>INDEFERIDO</b> o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.
Todos os cargos de Ensino Superior	09	Ex Ofício	Dessa forma, de ofício, tem-se por <b>ANULADA</b> a questão nº 09 de todos os cargos de ensino superior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

Edital nº 05/2014

Divulga resultado preliminar das provas escritas e outras providências

**ANEXO IV**

Gabarito Definitivo após a análise de recursos  
 (item 4 do presente edital)

	01 Auxiliar Administrativo	02 Motorista	03 Operador de Máquinas I	04 Operador de Máquinas II	05 Agente Administrativo	06 Agente de Vig. Ambiental	07 Agente de Vig. Sanitária	08 Auxiliar de Saúde Bucal	09 Auxiliar de Serviços Saúde	10 Fiscal de Tributos	11 Monitor Social - A. A. Luz	12 Monitor Social - Ass. Social	13 Técnico em Tributação	14 Assistência Social	15 Biólogo	16 Enfermeiro	17 Fisioterapeuta	18 Fonoaudiólogo	19 e 20 Médico 10h e 40h	21 Odontólogo	22 Psicólogo	23 Terapeuta Ocupacional	24 a 31 Agente Com. de Saúde
01	C	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
02	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B
03	A	A	C	C	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C
04	C	C	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D
05	B	B	B	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
06	D	D	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D	D	D	D	D	D	D	D	D	B
07	D	D	A	A	D	D	D	D	D	D	D	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A
08	A	A	C	C	D	D	D	D	D	D	D	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
09	C	C	D	D	A	A	A	A	A	A	A	A	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	D
10	B	B	B	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B
11	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
12	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
13	D	D	D	D	B	B	A	C	C	D	D	D	D	C	D	B	D	D	D	D	D	D	A
14	C	B	B	B	D	D	D	B	A	A	B	B	A	C	A	D	A	A	A	A	B	A	C
15	B	A	A	A	C	B	C	A	D	B	B	B	B	A	X	X	C	C	D	C	B	C	B
16	A	D	D	D	A	B	B	A	A	B	C	C	B	A	C	D	A	A	C	D	X	A	A
17	C	B	B	B	B	B	B	D	D	A	C	C	A	B	D	A	C	C	D	D	A	B	D
18	B	D	A	A	B	B	B	C	B	D	A	A	D	B	D	C	B	D	A	C	B	B	D
19	D	B	C	C	D	D	D	B	X	B	B	B	B	D	D	D	B	A	C	A	C	D	B
20	A	A	A	A	A	D	A	D	D	C	A	A	D	D	D	C	B	D	B	B	D	D	A
21	B	C	C	C	C	C	C	A	C	D	D	D	D	C	D	C	B	A	C	D	C	B	C
22	D	A	A	A	D	D	C	B	B	C	C	C	A	C	C	A	C	B	B	B	D	C	B
23	C	A	C	C	D	D	C	C	A	A	B	B	C	A	D	B	D	C	D	B	B	C	D
24	D	B	C	C	A	A	C	D	B	D	D	D	B	D	B	D	A	B	D	C	B	A	B
25	A	B	A	A	C	C	A	B	D	C	A	A	C	D	A	C	B	B	C	B	C	B	D

X – Questão anulada.



**Portaria Nº 806/2014**

PORTARIA Nº 806/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora TATIANA SCHUH (Matr. 949), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 30 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 30 de junho de 2014 a 11 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 807/2014**

PORTARIA Nº 807/ 2014

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº. 281/2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Substituir o servidor Marcelo Crippa, membro da Comissão Permanente de Licitações designado pelo Decreto nº 3246/2014, pelo servidor Rubens Antonio Correia (Matr. nº 2878), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/ Referência - 9/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para integrar a Comissão Permanente de Licitações, atuando como presidente somente no Processo Licitatório nº 024/2014, Modalidade: Concorrência Pública nº 001/2014 no dia 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 01 de julho de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Ibiam****PREFEITURA****Portaria Nº 130/2014**

PORTARIA Nº 130, DE 16 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência A - Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 16.06.2014 a 13.10.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 131/2014**

PORTARIA Nº 131, DE 16 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGGER, ocupante do cargo efetivo de Orientadora Educacional - Nível 5 - Referência C - Anexo VIII, da Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 13.06.2014 a 10.10.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13.06.2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 132/2014**

PORTARIA Nº 132, DE 23 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora ROSE MARI KOWALCZUK, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem - Nível 5 - Referência B - Anexo 1 - Subanexo IV - Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 16.06.2014 a 13.10.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16.06.2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 133/2014**

PORTARIA Nº 133, DE 23 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 88, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Paternidade ao servidor WALDEMAR CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Motorista - Nível 2 - Referência A - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 2º. A licença paternidade de 03 (três) dias será usufruída no período de 16.06.2014 a 18.06.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18.06.2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 134/2014**

PORTARIA Nº 134, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A CONSELHEIRA TUTELAR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, os termos do requerimento protocolado sob nº 98, de 24 de junho de 2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII, e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011 e Decreto nº 2496, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento temporário não remunerado a Conselheira Tutelar Titular DEBORA ROSSATO.

Art. 2º. O afastamento temporário de 20 (vinte) dias será usufruído no período de 03.06.2014 a 22.06.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE JUNHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 135/2014**

PORTARIA Nº 135, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e;

Considerando, a Programação Festiva, alusiva a criação do Município;

Considerando o Show Artístico programado para ser realizado na Praça Professora Beatriz Júlia Dani Fontana;

Considerando que o fluxo de pessoas que comparecerão ao Evento, demandam também a questão de alimentação:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida à APP - Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Eliziane Titon, CNPJ - 03.008.879/0001-06 Licença com exclusividade para explorar a venda de comida na Praça Professora Beatriz Júlia Dani Fontana.

Art. 2º. Expeça-se a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Eliziane Titon, o Alvará de Licença, com a isenção das Taxas.

Art. 3º. A Licença prevista no Artigo 1º, restringir-se-á ao dia 29 de Junho de 2014.

Art. 4º. Os interessados na venda de bebidas, estabelecidos no Município, deverão habilitar-se junto ao Protocolo da Prefeitura.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE JUNHO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 025/2014 - FME

Extrato de Contrato nº 025/2014 - FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Educação

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 025/2014 - FME

Processo: Pregão Presencial nº 006/2014 - FME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE ESTUDANTES PARA LOCAÇÃO DE 2 (dois) ÔNIBUS.

Fornecedor: ILHOTUR ILHOTA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais )

Assinatura: 28/05/2014

Vigência: 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 286/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 286, de 30 de junho de 2014.  
Dispõe sobre a Demissão de Médico Veterinário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 19 de maio de 2014, através do Concurso Público Edital - 01/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rodrigo Fischer	Médico Veterinário	806.710.800-59	01/07/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 287/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 287, de 30 de junho de 2014.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor DELNI RENATO FRANZ, Médico, inscrito no CPF sob o n.º 302.913.130-00, admitido em 01 de julho de 1994, contrato nº 111, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.07.2014 a 26.10.2014
2009 a 2014	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
(Interino)

### Portaria PMI/DGP Nº 288/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 288, de 30 de junho de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Edna dos Santos Souza	Agente Administrativa	826.347.776-04	13/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 289/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 289, de 30 de junho de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cristiane Roslindo	Psicóloga	509.779.389-72	16/06/2014



Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de junho de 2014.  
Dorvalino Pedro de Mello Filho  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
(Interino)

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### **Edital SEAGP Nº 099/2014**

EDITAL SEAGP Nº 099/2014  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 09 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 10 de Janeiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 30 de junho a 29 de julho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 30 de junho de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente Gestão De pessoas

EDITAL SEAGP Nº 099/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo  
João Paulo De Oliveira Fernandes

### **Extrato: Sdr Norte 2014/103 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR NORTE 2014/103 A00  
Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME  
C.N.P.J:15.608.150/0001-50  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICIPIO DE IMBITUBA.  
Valor: R\$1.281,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.  
Nivaldo Marques Gabriel  
Secretária Municipal da Sdr Norte  
Contratante

Julio Silvestri Me  
Representante Legal  
Contratada

### **Extrato: Sdr Norte 2014/102 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR NORTE 2014/102 A00  
Contratada: GOULART E GOULART COM. DE FER. E FERRAMENTAS LTDA ME  
C.N.P.J:09.510.437/0001-40  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICIPIO DE IMBITUBA.  
Valor: R\$4.981,80 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.  
Nivaldo Marques Gabriel  
Secretária Municipal da Sdr Norte  
Contratante

Goulart e Goulart Com. de Fer. E Ferramentas Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

### **Extrato: Sdr Oeste 2014/106 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR OESTE 2014/106 A00  
Contratada: GOULART E GOULART COM. DE FER. E FERRAMENTAS LTDA ME  
C.N.P.J:09.510.437/0001-40

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$2.815,65 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Rafael de Souza Martins

Secretária Municipal da Sdr Oeste

Contratante

Goulart e Goulart Com. de Fer. E Ferramentas Ltda Me

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: Sdr Oeste 2014/107 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR OESTE 2014/107 A00

Contratada: JULIO SILVESTRI ME

C.N.P.J:15.608.150/0001-50

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$799,50 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Rafael de Souza Martins

Secretária Municipal da Sdr Oeste

Contratante

Julio Silvestri Me

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: Sdr Sul 2014/104 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR SUL 2014/104 A00

Contratada: JULIO SILVESTRI ME

C.N.P.J:15.608.150/0001-50

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$516,25 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretária Municipal da Sdr Sul

Contratante

Julio Silvestri Me

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: Sdr Sul 2014/105 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR SUL 2014/105 A00

Contratada: GOULART E GOULART COM. DE FER. E FERRAMENTAS LTDA ME

C.N.P.J: 09.510.437/0001-40

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$2.270,40 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretária Municipal da Sdr Sul

Contratante

Goulart e Goulart Com. de Fer. E Ferramentas Ltda Me

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: PMI SEINFRA 2014/101 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/101 A00

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME

C.N.P.J:15.608.150/0001-50

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$1.281,00 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal da Sdr Seinfra

Contratante

Julio Silvestri Filho Me

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: PMI SEINFRA 2014/100 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/100 A00

Contratada: GOULART E GOULART COM. DE FER. E FERRAMENTAS LTDA ME

C.N.P.J: 09.510.437/0001-40

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS DAS SECRETARIAS SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE E SDR OESTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$4.782,00 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 84/2014 Pregão 53/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.  
José Afonso de Carvalho  
Secretário Municipal da Sdr Seinfra  
Contratante

Goulart e Goulart Com. de Fer. E Ferramentas Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2014/99 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/99 A00  
Contratada: S.O ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA  
C.N.P.J: 10.547.961/0001-74  
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, A SER IMPLANTADA NA ÁREA DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO LOTEAMENTO VILAGE, DO MUNICIPIO DE IMBITUBA.  
Valor: R\$13.300,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 74/2014 Pregão 52/2014

Imbituba, 24 de junho de 2014.  
José Afonso de Carvalho  
Secretário Municipal da Sdr Seinfra  
Contratante

S.o Ziober & Cia Equipamentos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI Seduc 2014/98 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/98 A00  
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME  
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPARO EM COBERTURAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA.

Valor: R\$5.075,50 Prazo:60 dias  
Fundamento: Processo nº. 91/2014 Dispensa 17/2014

Imbituba, 23 de junho de 2014.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária Municipal da Educação

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FUNREBOM 2014/16 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/16 A00  
Contratada: THIAGO FREITAS POLACHINI ME  
C.N.P.J: 16.684.910/0001-70  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E REDES.  
Valor: R\$3.720,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 12/2014 Dispensa 05/2014

Imbituba, 23 de junho de 2014.  
Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2º Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba  
Contratante

Thiago Freitas Polachini Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FUNREBOM 2014/15 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/15 A00  
Contratada: DINEIA DARCI CORREIA 81657846920  
C.N.P.J: 17.092.775/0001-37  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE MERGULHO PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.  
Valor: R\$7.910,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 11/2014 Pregão 04/2014

Imbituba, 23 de junho de 2014.  
Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2º Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba  
Contratante

Dineia Darcy Correia 81657846920  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEAGP 2014/97 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/97 A00  
Contratada: ELEVADORES CASTELO  
C.N.P.J:76.340.132/0001-24  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DOS ELEVADOR CASTELO, ATRAVÉS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO EQUIPAMENTO EXISTENTE NAS DEPENDENCIAS DO IMÓVEL ONDE FUNCIONA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Valor: R\$1.920,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 87/2014 Dispensa 16/2014

Imbituba, 23 de junho de 2014.  
Dorvalino Pedro de Mello Filho  
Secretário Municipal da Seagp  
Contratante

Elevadores Castelo  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato do Termo do Convênio Nº 020/2014- Apae**  
MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 020/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA- APAE FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.367, de 25 de março de 2014.. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades das respectivas entidades VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação conforme funcional programática 17-2.078.3.3.50.00.00.00.00.0091, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 30/03/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. JANDIR SILVA DE AGUIAR Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA- APAE

**Extrato Termo do Convênio Nº 021/2014-Associação Beneficiante Ebenezer**  
MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 021/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER. FUNDAMENTO: Lei Municipal N 370, de 25 março de 2014. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade.

VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)..CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda conforme funcional programática 13- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 09/04/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. JAIRO BARBOSA Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER

**Extrato Termo do Convênio Nº 022/2014-Associação dos Pais E Amigos dos Excepcionais de Imbituba- Apae**  
MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 022/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA- APAE FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.394, de 06 de maio de 2014.. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da

respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 18.064,00 (dezoito mil, sessenta e quatro reais)..CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação conforme funcional programática

12 -2.078.3.3.50.00.00.00.00.0154, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 20/05/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. JANDIR SILVA DE AGUIAR Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA- APAE

**Extrato Termo do Convênio Nº 023/2014 -Associação de Mães Amigas das Gestantes E Idosas - Amagi**  
MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 023/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO DE MÃES AMIGAS DAS GESTANTES E IDOSAS - AMAGI FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.382, de 24 de Abril de 2014 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 13- 04.123.0004 200 4.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 05/05/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. SONIA MARIA MIRANDA DA SILVA Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MÃES AMIGAS DAS GESTANTES E IDOSAS - AMAGI

**Extrato Termo do Convênio Nº 024/2014- Liga Imbitubense de Futebol**  
MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 024/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a LIGA IMBITUBENSE DE FUTEBOL FUNDAMENTO: Lei Municipal Nº 4.384, de 24 de Abril de 2014 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à cobertura de parte das despesas com arbitragem referente a realização do Campeonato Municipal de Futebol de 2014, nas categorias: Quarentão, Juniores e Principal. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 13.000,00( treze mil reais)..CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 13- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 30/04/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. JARDEL GUIMARÃES GONÇALVES Presidente da LIGA IMBITUBENSE DE FUTEBOL.

**Lista Final Processo Seletivo Simplificado 10/2014**

Inscrição nº	Nome	Data Nascimento	Pontuação
10619/2014	Ana Paula Nascimento Marques	03/01/1985	04 Pontos



10635/2014	Márcia Moreira Couto	05/04/1976	04 Pontos
9977/2014	Camila Vescovi Liberato	11/07/1989	04 Pontos
10291/2014	Ariana Da Silveira Sabino	28/09/1985	04 Pontos
10596/2014	Carolini Alves da Silva	27/05/1987	Zero Pontos

### Extrato Termo do Convênio Nº 025/2014-Associação Coral de Imbituba

MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 025/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO CORAL DE IMBITUBA FUNDAMENTO: Lei Municipal Nº 4351, de 18 de fevereiro de 2014.OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 13- 04.123.0004 2004.3.3.5 0.00.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 05/05/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. RUI PITTIGLIANI PRATES Presidente da ASSOCIAÇÃO CORAL DE IMBITUBA

### Extrato Termo do Convênio Nº 028/2014-Indústria da Solidariedade- Iso

MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 028/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a INDÚSTRIA DA SOLIDARIEDADE- ISO .FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.392, de 06 maio de 2014 OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 5.424,00(cinco mil ,quatrocentos e vinte e quatro reais) CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme funcional programática (13)04.123.0004 2004.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 21/05/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª. SANDRA MARA LEAL , Presidente da INDÚSTRIA DA SOLIDARIEDADE- ISO

### Extrato do Termo do Convênio Nº 030/2014-Casa Lar Irmã Carmem

MUNICÍPIO DE IMBITUBA  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 030/2014. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO e a CASA LAR IRMÃ CARMEM FUNDAMENTO:

Lei Municipal 4.399, de 13 de Maio de 2014.OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro visando à cobertura das despesas com manutenção, referente à (5) vagas para atender crianças e/ou adolescentes oriundos de Imbituba. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes deste CONVÊNIO correrão por conta de rubricas orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social VIGÊNCIA: De 28/05/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Selma Elias Westphal, pelo Município de Imbituba e Sr.Edevaldo Nagel, Presidente da Casa Lar Irmã Carmem.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria CMI Nº 22/2014

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Imbituba  
PORTARIA CMI Nº 22/2014  
"Concede Férias a Servidora Rafaela da Rosa Oliveira".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Rafaela da Rosa Oliveira, Secretária Administrativa, férias regulamentares de 10 (dez) dias referentes ao período aquisitivo de 09/02/2013 à 08/02/2014, a ser gozada no período de 01/07/2014 a 10/07/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 11/07/2014, sendo que 20 (vinte) dias do período aquisitivo já havia gozado de acordo com a Portaria 014/14.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 26 de Junho de 2014.  
Luís Antônio Dutra  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/06/2014.

Rua Ernani Cotrin, n.º 555 - Centro - Imbituba/SC - CEP 88780-000  
Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 -  
www.cmi.sc.gov.br

### Portaria CMI Nº 23/2014

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Imbituba  
PORTARIA CMI Nº 23/2014  
"Concede Férias a Servidora Stephani Wolff Cyrillo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Stephani Wolff Cyrillo, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2013 à 31/03/2014, a ser gozada no período de 03/07/2014 a 01/08/2014, com retorno ao trabalho programado

para o dia 04/08/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 27 de Junho de 2014.

Luís Antônio Dutra  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/06/2014.

Rua Ernani Cotrin, n.º 555 - Centro - Imbituba/SC - CEP 88780-000

Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 -  
www.cmi.sc.gov.br

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### **Decreto N. 2.071 de 30 de Junho de 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 82.400,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 124, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 82.400,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 82.400,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pela tendência de Excesso de Arrecadação verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos Convênio SDR Seara, em virtude do termo de convênio TR 2248/2014, no montante de R\$ 58.000,00.

II - Pela tendência de Excesso de Arrecadação verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos Convênio SDR Seara, em virtude do termo de convênio TR 2246/2014, no montante de R\$ 24.400,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 82.400,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 30 de junho de 2.014.

Ipumirim-SC, 30 de junho de 2.014

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito em exercício

#### **Decreto N. 2.072 de 30 de Junho de 2.014**

DECRETO Nº 2.072 de 30 de junho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 20.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº

1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 117, Projeto 1.005 - Estruturação e modernização das atividades administrativas, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 20.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta das seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL .....R\$ 20.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 30 de junho de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 30 de junho de 2.014  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito em exercício

# Irineópolis

## PREFEITURA

**Portaria N º 320/2014**

PORTARIA N º. 320/2014.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO - PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 3º, inciso IV, da Lei nº. 10.520/02;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão responsável pelos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Direta, na modalidade Pregão Presencial, a qual passará a atuar com a seguinte constituição:

Pregoeiro:

Patrícia Fabiane Fronczak.

Membros da Equipe de Apoio:

Andressa Bendlin

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

Art. 2º. No caso de impedimento do Pregoeiro, atuarão como pregoeiros Rosani Rodrigues da Silva Mischka ou Andressa Bendlin.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 048/2014 de 21/01/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 30 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N º 321/2014**

PORTARIA N º. 321/2014.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 51, § 4º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica reformulada a nominata da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Patrícia Fabiane Fronczak.

Secretária:  
Andressa Bendlin.

Membros:  
José Osnir Cardoso  
Lucio Flávio Lima  
Reinaldo Stasiak  
Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 062/2014 de 29/01/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 30 de Junho de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **Extrato de Homologação 38/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Rocha Empreendimentos Ltda.

Irineópolis, 30 de junho de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato 56/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 56/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Rocha Empreendimentos Ltda.

Objeto: Construção do centro de convivência do idoso, com área de 203m², de acordo com memorial descritivo, projetos, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro, com fornecimento de materiais e mão de obra

Valor: R\$ 219.479,99 (duzentos e dezenove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência: 30.06.2014 a 30.02.2015

Base Legal - Processo Licitatório 38/2014 - Tomada de Preços nº.05/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **Aviso de Processo Licitatório Nº 038/2014, Pregão Presencial Nº 025/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 14 de julho de 2014, para a possível aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, para manutenção das atividades das secretarias municipais. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 14 de julho de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá-SC, 30 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **Aviso de Processo Licitatório Nº 011/2014 FMS, Pregão Presencial Nº 007/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº011/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá - Santa Catarina torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 14 de julho de 2014, para contratação de empresa especializada para fornecimento das licenças de uso de um Software para captação de informações contidas no sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde, denominado E-SUS AB Centralizador, este aplicativo deverá ser desenvolvido na tecnologia ANDROID, migrar os dados para o sistema próprio da Secretaria e posteriormente ao E-SUS através da tecnologia THRIFT. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 14 de julho de 2014 e abertas as 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508/9528.

Itá SC, 30 de junho de 2014.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde



## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### Extrato do Edital PR Nº 43/2014

Processo Licitatório nº 54/2014 - Pregão Presencial nº 43/2014 - Objeto: aquisição de conjunto britador móvel. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 11 de julho de 2014, até às 09hs50min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 11 de julho de 2014, às 10:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptolis.sc.gov.br](http://www.itaioptolis.sc.gov.br).

Itaiópolis, 30 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Revogação PR Nº 41/2014

EXTRATO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014 - OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de arbitragem, para os jogos de futsal, de campo e volei. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, revoga este Processo Licitatório, pelo motivo de não acudirem interessados.

Itaiópolis, 30 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

#### Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 18/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 - OBJETO: registro de preços para contratação de empresas para prestarem serviços de recapagem de pneus para máquinas, Toyota e caminhões. PROPONENTES: FM Pneus Ltda. ITENS: 1, 3, 8, 10 e 11. Valor Total: R\$ 58.480,00; F. Vachileski & Cia Ltda. ITENS: 2, 5, 9 e 12. Valor Total: R\$ 77.130,00; Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. EPP. ITENS: 4, 6, 7 e 13. Valor Total: R\$ 82.200,00. Prazo: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 16 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Extrato de Contratos Prefeitura Nº 095 A 096/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 082/2014.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em regime de empreitada global para implantação de pavimentação asfáltica na Avenida Beira Rio, Rua Surubi e Rua Maximiliano Leon, na cidade de Itapiranga, conforme Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do FUNDAM e SIGEF nº 10.247.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 27 de junho de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda..

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 078/2014.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução em regime de empreitada global dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica, em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, em ruas da cidade de Itapiranga, conforme financiamento contrato nº 2013028101.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 27 de junho de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 117, de 26 de Junho de 2014

ERRATA

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Itapiranga SC

Assunto: Errata para corrigir o erro material no Decreto nº 117, de 26 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, sexta-feira, dia 27 de junho de 2014, DOM/SC - Edição nº 1515, páginas 153 e 154.

DECRETO Nº 117, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - COBRADE 1.2.2.0.0, Alagamentos - COBRADE 1.2.3.0.0, Inundações - COBRADE 1.2.1.0.0. conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor Milton Simon, Prefeito do município de Itapiranga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - Que em virtude dos altos índices de precipitação pluviométrica ocorridos desde o dia 23 de junho de 2014, em diversos momentos, abrangendo o centro da cidade, bairros e perímetro rural, foram registrados:

enxurradas e alagamentos devido aos altos índices pluviométricos verificados no município, nos dias 25 - 107mm e 26 - 87,2mm, do mês e ano em curso, (Fonte CEMADEM-Pluviômetro semiautomático do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga SC) em vários pontos do município no perímetro urbano e rural. Na área rural registram-se interdição de pontes e estradas municipais gerais e vicinais, danificação de acessos às propriedades, erosões e deslizamentos, rompimento de tubulação do sistema de distribuição de água. Na área urbana erosões, deslizamentos, alagamento de ruas residências e salas comerciais;

inundações em função dos altos índices pluviométricos verificados na região sul do país, em especial na bacia hidrográfica do Rio Uruguai conforme informações do CIRAM e INMET, atingindo edificações residenciais, comerciais, industriais, de prestação de serviços, de serviços públicos e obras de infraestrutura pública no perímetros urbano nas Avenidas Beira Rio e Uruguai, Rua John Kennedy e adjacentes, Bairro Universitário e Santa Teresa Baixo; na área rural interdição de pontes, estradas gerais e vicinais, comprometendo a mobilidade, serviços de saúde, educação, segurança, transporte de produção;

II - Que o Parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município de Itapiranga SC, contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas - COBRADE 1.2.2.0.0, Alagamentos - COBRADE 1.2.3.0.0, Inundações - COBRADE 1.2.1.0.0. conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 26 dias do mês de junho de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 155/2014

Portaria nº 155 de 18 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Michele Reis Welter, matrícula nº 13121/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 1º/6/2014 até 31/8/2014, referente o período aquisitivo de 18/2/2008 até 17/2/2013.

Art. 2º. Converter o período de 1º/6/2014 até 31/7/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 18 de junho 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### Portaria Nº 156/2014

Portaria nº 156 de 18 de junho de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Marlene Dill, matrícula nº 7353/05 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 1º/6/2014 até 31/8/2014, referente o período aquisitivo de 18/2/2003 até 17/2/2008.

Art. 2º. Converter o período de 1º/6/2014 até 31/7/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 18 de junho 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**Itapoá****PREFEITURA****Secretaria de Saúde: Gabarito do Edital Nº 017/2014****GABARITO**

Processo Seletivo nº. 017/2014

PROVA OBJETIVA

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

01	B	16	B
02	B	17	B
03	D	18	A
04	C	19	A
05	D	20	D
06	D	21	A
07	A	22	D
08	D	23	C
09	A	24	C
10	B	25	D
11	D	26	A
12	C	27	A
13	D	28	C
14	A	29	B
15	D	30	D

**Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta Convite Nº13/2014**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/06/2014	Horário: 09h: 30m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 13/2014 Nº 72/2014

**OBJETO:**

Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução dos serviços de consertos e manutenção de 1200 m2 de vias pavimentadas com blocos sextavados, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 13/06/2014, jornal diário de grande circulação no Estado no dia 13/06/2014 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas, as quais foram: VILLAIN & CIA LTDA, CNPJ/MF: 81.575.110/0001-83, AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- ME, CNPJ/MF: 05.579.928/0001-96, BARBOSA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 04.375.096/0001-23, protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
30/06/2014	616	EMPAV TERRA-PLANAGEM LTDA	10.391.386/0001-63

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, que foi achada conforme e de acordo com edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, logrando-se vencedora a empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63 com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Observando pela CPL que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Ciente o licitante do resultado supra, o mesmo manifestou renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 10h:25min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA  
MEMBRO

SOLAMIR COELHO  
MEMBRO

Representante presente:

ALTAIR CESAR VILLAIN  
CPF: 428.640.549-49  
Proprietário

### **Extrato do Contrato Nº 63/2014- Tomada de Preço Nº08/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2014  
Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual nº 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob o nº 009.943.839-91, e do CI.RG nº 94.718-0 SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 08/2014 - PROCESSO Nº 82/2014;

Objeto: Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital. Valor total: R\$ 193.083,00 (cento e noventa e três mil e oitenta e três centavos).

Data da assinatura: 26/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 30 de junho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Errata ao Termo Aditivo Nº 32/2014 E ao Termo Aditivo Nº 33/2014**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO TERMO ADITIVO Nº 32/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2013 (1º Aditivo)

E AO TERMO ADITIVO Nº 33/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2013 (1º Aditivo).

PREGÃO Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações ao Processo em Epígrafe:

AONDE LÊ-SE  
TERMO ADITIVO Nº 32/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2013 (1º Aditivo).

Itapoá/SC, 16 de junho de 2014.

TERMO ADITIVO Nº 33/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2013 (1º Aditivo).

Itapoá/SC, 16 de junho de 2014.

PASSA A VIGORAR:

TERMO ADITIVO Nº 32/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2013 (1º Aditivo).

Itapoá/SC, 13 de junho de 2014.

TERMO ADITIVO Nº 33/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2013 (1º Aditivo).

Itapoá/SC, 13 de junho de 2014.

Justificam-se os termos desta Errata como erro material.

Itapoá, 30 de junho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### **Classificação do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 017/2014 - Técnico de Enfermagem**

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 017/2014 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a classificação do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Técnico de Enfermagem.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Tania Mara Delponte Vidal Sabatke	68

Os demais candidatos inscritos não atingiram a pontuação mínima prevista no referido Edital.

Itapoá, 30 de Junho de 2014.  
Cristian Angelo Grassi  
Secretário Municipal da Saúde



# Ituporanga

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.554, de 09 de Junho de 2014

LEI Nº 2.554, de 09 de junho de 2014

"ALTERA O VENCIMENTO DO NÍVEL V DO ANEXO II DA LEI Nº. 2.196, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS PARA COMPOR O QUADRO DE PESSOAL DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos de cirurgião dentista inseridos no Nível V do Anexo II da Lei nº. 2.196/2007, ficam alterados para o valor apresentado pela nova tabela de salários, representada pelo Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 09 de junho de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

### ANEXO I

### ANEXO II

LEI Nº 2.196/2007

### TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
I	726,92	770,53	816,76	865,77	917,71	972,78	1.031,15	1.093,02	1.158,60	1.228,11	1.301,80	1.379,91	1.462,70	1.550,47	1.653,49	1.742,10	1.846,63
II	763,26	809,06	857,60	909,05	63,60	1.021,41	1.082,70	1.147,66	1.216,52	1.289,51	1.366,88	1.448,90	1.535,83	1.627,98	1.725,66	1.829,20	1.938,95
III	1.023,73	1.084,92	1.150,26	1.219,28	1.292,43	1.369,98	1.452,17	1.539,29	1.631,65	1.729,54	1.833,30	1.943,30	2.059,89	2.183,48	2.314,48	2.453,34	2.600,54
IV	2.000,40	2.120,42	2.247,64	2.382,49	2.525,45	2.676,98	2.837,60	3.007,85	3.188,32	3.379,62	3.582,40	3.797,34	4.025,18	4.266,69	4.522,69	4.794,07	5.081,70
V	4.344,00	4.604,64	4.880,92	5.173,77	5.484,20	5.813,25	6.162,06	6.531,77	6.923,66	7.339,10	7.779,44	8.246,21	8.740,98	9.265,44	9.821,37	10.410,65	11.035,29
VI	9.884,31	10.477,37	11.106,01	11.772,36	12.478,71	13.227,43	14.021,08	14.862,34	15.754,08	16.699,33	17.701,29	18.763,37	19.889,17	21.082,51	22.347,47	23.688,31	25.109,61

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Edital de Notificação 003

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Convênio nº 0917/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá e o Município de Jacinto Machado.

Objeto do Convênio: Aquisição de 02 Academias ao Ar Livre para Município de Jacinto Machado.

Origem dos Recursos: Fundo Social.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 30/06/2014.

Valor da Parcela: R\$ 29.999,90 (Vinte e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos).

Jacinto Machado/SC, 30 de Junho de 2014.

### Edital de Notificação004

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Convênio nº 1252/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá e o Município de Jacinto Machado.

Objeto do Convênio: Reforma e Pintura do Paço Municipal.

Origem dos Recursos: Fundo Social.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 30/06/2014.

Valor da Parcela: R\$ 19.919,25 (Dezenove Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Jacinto Machado/SC, 30 de Junho de 2014.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.601 de 25 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.601 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 24, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2007 QUE FIXA NORMAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando de atribuições conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos, para identidade visual dos veículos que executam serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei Complementar nº 125/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 148/07, os seguintes padrões:

Faixa quadriculadas com largura máxima de 10 (dez) centímetros, sendo cada quadrado com dimensões iguais a 5 (cinco) centímetros, nas cores azul e amarelo, nos dois lados do veículo;

No para lama dianteiro deverá ser fixada a palavra TAXI;

Nas portas dianteiras deverá ser fixado o nome/identificação do ponto e seu respectivo telefone;

Nas portas traseiras deverá ser fixada a logomarca da Administração Municipal;

A parte traseira do veículo fica destinada para colocação de números de celulares;

As fontes utilizadas na plotagem dos veículos não deverão conter serifas.

Parágrafo Único - A altura máxima das escritas deverá ser de 10 (dez) centímetros.

Art. 2º. O prazo para adequação a nova identidade visual será de até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

Parágrafo Único - Os custos decorrentes da adequação dos veículos à identificação visual prevista neste decreto serão suportados pelos permissionários.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no decreto nº 3.088/2007.

Joaçaba (SC), 25 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Portaria N.º 2732

PORTARIA Nº 2.732 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 1º semestre 2014:

Secretaria Municipal de Saúde:

Ana Paula Franke

Marcia Maria Zimmermann Magro

Sulany de Fatima B. Welter

Secretaria Municipal de Educação :

Danusa de Britto Oliveira

Eliane Ferronato Filipiacki

Fundação Municipal de Cultura e Esportes:

Elisabeth Baretta

Rony Edson Lenz

Nei Tesser

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Nelia Maria Fin

José Antonio Martins

Venilton Rogerio Teles

Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito:

Celso Felipe Bordin

Jose Otavio Dalmedico

Roberto Minati

Secretaria de Gestão Financeira, Procuradoria:

Eliana Zardo Claudete Maria Toscan da Silva

Iria Flávia Rodrigues Torrico

Geovana Aparecida Denardi Facin

Secretaria Municipal de Ação Social:

Ivone Zanatta

Maristela Rosa Abatti Schuler

Mario Wolfart

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação:

Jorge Ronaldo Pohl

Pedro Alvarir Pereira

Valdecir Valentin Darold

Art. 2º - Fica designada a direção de cada unidade escolar para acompanhar e realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC),

em 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2733**

PORTARIA Nº 2.733 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) SUELEN ZARPELON DEBUS, para exercer o cargo de PEDAGOGA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2013/FMAS, em especial pela desistência dos classificados em 3º e 4º lugar e o pedido de exoneração da Sra. Sonia Ap. Molin de Andrade, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 09 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2734**

PORTARIA Nº 2.734 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FRANCIELI FRAZAO DA SILVA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2735**

PORTARIA Nº 2.735 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JORGE ANDRE ROBAERT, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2736**

PORTARIA Nº 2.736 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAROLINE BASTOS SAMPAIO, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º



001/2013- Secretaria Municipal de Assistência Social, fica convocada a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **Portaria N.º 2737**

PORTARIA Nº 2.737 DE 26 DE JUNHO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARISANGELA APARECIDA CARLETTO, para exercer o cargo de CUIDADOR, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2013- Secretaria Municipal de Assistência Social, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **Portaria N.º 2738**

PORTARIA Nº 2.738 DE 26 DE JUNHO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FATIMA PRANDO, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Fundação Municipal de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **Portaria N.º 2739**

PORTARIA Nº 2.739 DE 26 DE JUNHO DE 2014  
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LUCIANO DE MATTOS, Farmaceutico, das funções de Chefe da Farmacia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, , de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2740**

PORTARIA Nº 2.740 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, para exercer as funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 26 de junho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE****Ata Registro de Preços 0006/2014 - Pneus Para Frota - SIMAE****SIMAE**

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2014**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0023/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/06/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento para manutenção da Frota do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0023/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

1º. Colocado – **Empresa Joaçaba Pneus Ltda.**

<b>Lote: 1</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>24.050,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PNEU 12X16.5, 10 LONAS, IT323, DIANTEIRO, P/RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN16	12,00	766,959	9.203,51
2	PNEU 19.5L - 24, 10 LONAS, R 4, IT525, TRASEIRO, RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN12	6,00	2.163,2301	13.009,38
3	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16.5, 10 LONAS, IT 323, DIANTEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	RS	12,00	63,8301	765,96
4	CÂMARA PARA PNEU 19.5L-24, 10 LONAS, R4, IT 525, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	BBW TR218A	6,00	178,5249	1.071,15
<b>Lote: 2</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>15.200,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211	PÇ	PIRELLI 84T P4 C	60,00	190,4317	11.425,90
6	BALANCEAMENTO PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		180,00	10,8536	1.953,65



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		45,00	40,4544	1.820,45
<b>Lote: 3</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.550,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
8	PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, 10 OU 12 LONAS PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI CT52 10L	4,00	353,7948	1.415,18
9	PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI RT59 10L	4,00	381,0097	1.524,04
10	CÂMARA PARA PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR	4,00	30,7141	122,86
11	CÂMARA PARA PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR75	4,00	35,9627	143,85
12	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		12,00	14,5795	174,95
13	GEOMETRIA PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		3,00	56,3739	169,12
<b>Lote: 7</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
24	PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	PIRELLI CHRONO	8,00	311,9347	2.495,48
25	CÂMARA PARA PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106 R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	BBW KR-15 TR13	8,00	24,3417	194,73
26	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004	SV		24,00	13,5232	324,56
27	GEOMETRIA PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	SV		3,00	45,0773	135,23
<b>Lote: 8</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.300,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
28	PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEÍCULO F-4000.	PÇ	PIRELLI CT52	2,00	399,1150	798,23





SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



	PLACAS LZN-4621, ANO 1998.					
29	PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	PIRELLI AS22	4,00	434,1856	1.736,74
30	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	BBW TR75	2,00	35,0761	70,15
31	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	PÇ	BBW TR75	4,00	35,0761	140,30
32	BALANCEAMENTO PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	SV		18,00	23,7001	426,60
33	GEOMETRIA PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	SV		3,00	42,6602	127,98
<b>Lote: 10</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>16.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
37	PNEU 275/80 R22, LISO, RADIAL, MISTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI FG85	4,00	1.255,0024	5.020,01
38	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI TR85	8,00	1.261,7187	10.093,75
39	BALANCEAMENTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895 ANO 2009	SV		36,00	28,7845	1.036,24
<b>Lote: 11</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>4.866,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
41	PNEU 110/90-17, 60 P, R 34, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS : MMD-7522; MMD7692; MKR0093; MKR0133; MKR0083	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	152,00	2.280,00
42	PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACA: MMD7692; MMD7522; MKR0093; MKR0083; MKR0133	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	127,00	1.905,00
43	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	DEVORIN MSC17	15,00	21,00	315,00
44	CÂMARA PARA PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	LEVORIN MSA19	15,00	24,40	366,00
<b>Lote: 12</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>2.457,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



45	PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MATRIX	12,00	83,9795	1.007,75
46	PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN DAKAR	12,00	85,979	1.031,75
47	CÂMARA PARA PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
48	CÂMARA PARA PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	UN	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
<b>Lote: 13</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>13.600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
49	PNEU 275/80, R-22.5, TRASEIRO/DIANTEIRO, LISO, RADIAL PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ 1354.	PÇ	PIRELLI F.DRII	12,00	983,5948	11.803,14
50	BALANCEAMENTO P/VEICULO IVECO, PLACAS MKJ 1354	SV		48,00	37,4346	1.796,86
<b>Lote: 15</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.924,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
55	PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031.	PÇ	LEVORIN DINGO	6,00	146,94	881,64
56	CÂMARA PARA PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSB18	6,00	19,3919	116,35
57	PNEU 2.75, R-21, DIANTEIRO, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN DUNA	6,00	134,9439	809,66
58	CÂMARA PARA PNEU 2.75, R-21, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSA21	6,00	19,3919	116,35
<b>Lote: 18</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.750,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
65	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV		140,00	12,50	1.750,00
<b>Lote: 22</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
73	CONCERTO PNEU DE MOTO	SV		60,00	10,00	600,00



SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



1º. Colocado – JK Pneus Ltda.

Lote: 4				Preço Total do Lote:		3.335,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
14	PNEU 175/70 R13, RADIAL, INDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 83R, PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	PÇ	FIRESTONE	16,00	137,6481	2.202,37
15	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		50,00	8,7125	435,63
16	GEOMETRIA PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		20,00	34,8499	697,00
Lote: 6				Preço Total do Lote:		9.045,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	PNEU 215/75 17,5, DIANTEIRO e TRASEIRO, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	PÇ	FIRESTONE	12,00	608,965	7.307,58
21	CAMARA PARA PNEU 215/75, R-17, LISO, DIANTEIRO/TRASEIRO, P/FORD CARGO MEB 6131	PÇ	RS	12,00	66,3688	796,43
22	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		36,00	22,7291	818,25
23	GEOMETRIA PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		3,00	40,9123	122,74
Lote: 16				Preço Total do Lote:		4.050,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
59	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACAS MHM8126, ANO 2010.	PÇ	PIRELLI PHANTON	12,00	267,322	3.207,86
60	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010	SV		48,00	9,3571	449,14
61	GEOMETRIA PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010.	SV		12,00	32,7497	393,00
Lote: 23				Preço Total do Lote:		465,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
40	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH-4895, ANO 2009.	SV		12,00	38,75	465,00



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



## 1º. Colocado – Vicini Pneus Ltda.

<b>Lote: 5</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>8.832,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
17	PNEU 225/65, R-16, DIANTEIRO E TRASEIRO, VEICULOS RENAULT MASTER ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	PÇ	GOODYEAR G26	12,00	640,00	7.680,00
18	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		36,00	17,00	612,00
19	GEOMETRIA PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		12,00	45,00	540,00
<b>Lote: 9</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.775,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
34	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	PÇ	GOODYEAR KELLY PA	8,00	188,8889	1.511,11
35	BALANCEAMENTO PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		24,00	6,9444	166,67
36	GEOMETRIA PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		4,00	24,3056	97,22
<b>Lote: 14</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.930,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
52	PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 87 T, PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	PÇ	PIRELLI 85T P400	8,00	185,36	1.482,88
53	BALANCEAMENTO PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		32,00	7,7823	249,03
54	GEOMETRIA PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		8,00	24,7617	198,09
<b>Lote: 17</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>5.840,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
62	PNEU 205/75 R16 RADIAL, 110/108C PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	PÇ	BRIDGESTONE	12,00	416,4192	4.997,03
63	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		48,00	12,3115	590,95
64	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		6,00	42,004	252,02





SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



Lote: 24				Preço Total do Lote:		500,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	GEOMETRIA PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ1354	SV		10,00	50,00	500,00

1º. Colocado – **Recauchutadora Roda Ltda.**

Lote: 19				Preço Total do Lote:		1.150,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
66	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV		60,00	19,1667	1.150,00

Lote: 20				Preço Total do Lote:		3.750,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
67	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		40,00	38,8963	1.555,85
68	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		20,00	109,7074	2.194,15

Lote: 21				Preço Total do Lote:		13.550,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
69	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		60,00	19,9265	1.195,59
70	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		30,00	99,6324	2.988,97
71	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		40,00	59,7794	2.391,18
72	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		20,00	348,7132	6.974,26

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de pneus e câmaras, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## **2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0023/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## **3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## **4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

- 4.1 Os pneus deverão ser entregues e substituídos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação formal do SIMAE, através do envio do empenho por email, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com a especificação e quantidade empenhada.
- 4.2 Os pneus deverão ser entregues ao servidor responsável pela frota de veículos do SIMAE, nas dependências da Sede Administrativa (Rua Tiradentes, 123, Centro), de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h e das 13h30 às 17h.
- 4.3 Os serviços de substituição estão inclusos no preço do pneu, devendo a substituição ser feita na Sede Administrativa do SIMAE, bem como os serviços de Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento;
  - 4.3.1 Não sendo possível a realização de geometria e balanceamento na sede administrativa do SIMAE, Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba, a empresa fornecedora, poderá realizar os serviços nas dependências de sua empresa, mas, contudo, deverá retirar o veículo na Sede Administrativa do SIMAE levá-lo até sua empresa para prestação dos serviços e retornar com o veículo do SIMAE até a sede administrativa, ficando sob sua total responsabilidade o veículo neste percurso.
  - 4.3.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço – OS para substituição dos pneus e câmara, bem como para prestação de serviços de conserto de pneu, geometria e balanceamento, a mesma deverá ser executada em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.
- 4.4 É vedado o fornecimento de pneus remoldados e/ou recapados.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC**4.5 Os pneus deverão ser novos e de primeira linha.**

- 4.6 Por ocasião do recebimento dos pneus, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedores a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 4.7 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- 4.8 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 4.9 Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor, obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 4.10 A proponente vencedora deverá fornecer os materiais, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio.
- 4.11 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 4.12 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos materiais somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora.
- 4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.
- 4.14 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:
- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade dos pneus e câmaras com a especificação;
  - b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.
- 4.15 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.
- 4.16 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.
- 4.17 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****5.1 O pagamento será:**

- 5.1.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, devidamente atestada pelo responsável do setor da Frota.



# SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



- 5.1.2 Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), para pneus e câmaras, em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).
- 5.1.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.1.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 5.1.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.2 As despesas decorrentes de aquisição dos pneus e contratação de serviços de borracharia para a frota correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

<b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>	<b>2061</b>	<b>2062</b>	<b>2060</b>
<b>FUNÇÃO/PROGRAMA:</b>	<b>14.01.</b>	<b>14.01</b>	<b>14.01</b>
<b>ELEMENTO:</b>	<b>3.3.90.30.39</b>	<b>e 3.3.90.39.19</b>	

## 6. RESPONSABILIDADES

- 6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.
- 6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
- 6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.
- 6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

- 7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
- Fornecer os serviços e entregar os pneus, de forma parcelada, conforme solicitação, na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;
  - providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
  - manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;



**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- f) Entregar os pneus solicitados em até 05 (cinco) dias, contados da solicitação formal do Setor de Materiais Transporte e Patrimônio;
- g) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para que libere os materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- k) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- l) Responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos;
- m) Responsabilizar-se pela substituição dos pneus velhos pelos novos. Entregues e aprovados pelo SIMAE.
- n) Realizar os consertos de pneu, geometria e balanceamento na Sede Administrativa do SIMAE.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## **9. PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 25 de junho de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Mônica Saraiva Romani

Iône Sühnel Bess  
**Joaçaba Pneus Ltda**

Claudiomiro Loch  
**Vicini Pneus Ltda**

Roger Schoenberger  
**JK Pneus Ltda**

Roberto Neuhauser  
**Recauchutadora Roda Ltda**

**Nota de Empenho Jhl0883/2014 Ata de Registro de Preços 03/2013****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/06/2014

Nº do empenho : **883/14**

Estimativa

Processo : 0017/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01  
 Suplementações: 0,00  
 Anulações: 0,00  
 Total ( A ) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.020.653,41  
 Valor do empenho : 9.100,00  
 Valor Anulado: 0,00  
 Total ( B ) : 2.029.753,41  
 Saldo ( A - B ) : 636.836,60

Credor: **8124 COMPACTPAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA**

Endereço: DELFIM MOREIRA DA COSTA, 219-D

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 14-637-072/0001-59

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933297173

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME NÃO INFERIOR A 5,6, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 A 2,35T/M3. - (Cód. 32-01-2024) Marca: ASFALTECPAV	SC	700,000	13,0000	9.100,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE ASFALTO PARA REPARAÇÃO E FECHAMENTO DE VALAS EM VIAS PÚBLICAS, ONDE O SIMAE EFETUAR CONserto DE REDES E LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO. (Licitação Nº: 12/2014-PR)

ALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

LOCAL DE ENTREGA RUA FRANCISCO SARTORI - PROXIMO LAGOA DE TRATAMENTO DE ESGOTO E HERVAL DO OESTE

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0090/2014  
 PROTOCOLO Nº 0557/2014  
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0499/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 9.100,00

Fica empenhada a importância de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)

Fundamento legal : LEI 10520/06 DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 17/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/03/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**NOTA DE EMPENHO JHL0884/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2013****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

SIMAE - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/06/2014

Nº do empenho : **884/14**

Estimativa

Processo : 0065/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 - Material Químico  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01  
 Suplementações: 0,00  
 Anulações: 0,00  
 Total ( A ) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.029.753,41  
 Valor do empenho : 85.500,00  
 Valor Anulado: 0,00  
 Total ( B ) : 2.115.253,41  
 Saldo ( A - B ) : 551.336,60

Credor: **6106 AVANEX IND. E COM. LTDA**

Endereço: ROD. SC 425 S/N - KM 21

C.N.P.J.: 78-668-969/0001-22

Banco:

Cidade: OTACILIO COSTA

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04932380003

Fax: 04932380004

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Coagulante a base de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características e especificações técnicas: Fórmula Química: $Al(OH)_mCl_{3n-m}$ Aspecto: Líquido viscoso límpido Teor de $Al_2O_3$ : 10 a 12% (m/m) Cor: Âmbar claro Odor: Inodoro Densidade a 25°C: 1,23 a 1,29 g/cm <sup>3</sup> Sólidos Sedimentáveis em Cone Imhoff: Máximo de 0,1 mL/L Basicidade: 60 a 68% pH tal qual a 25°C: 2,0 a 2,9 - (Cód. 25-02-0002) Marca: AVANEX	KG	75.000,000	1,1400	85.500,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA A SER EFETUADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.  
 (Licitação Nº : 47/2013-PR)

ALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTA

LOCAL DE ENTREGA: AV CAETANO NATAL BRANCO, 1849 JOAÇABA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA CONFORME DETALHAOD NO EDITAL DO PREGÃO  
 0047/2013

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0605/2013  
 PROTOCOLO Nº 3286/2013  
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 500/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 85.500,00

Fica empenhada a importância de R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 65/2013

Data : 05/12/2006

Data : 18/11/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:



**NOTA DE EMPENHO JHL0885 E 886/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2014****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/06/2014

Nº do empenho : **885/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01  
 Suplementações: 0,00  
 Anulações: 0,00  
 Total ( A ) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.115.253,41  
 Valor do empenho : 99,63  
 Valor Anulado: 0,00  
 Total ( B ) : 2.115.353,04  
 Saldo ( A - B ) : 551.236,97

Credor: **6852 RECAUCHUTADORA RODA LTDA**

Endereço: RODOVIA SC 303 SN TREVO

C.N.P.J.: 83-512-624/0001-15

Banco:

Cidade: JOAÇABA

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250648717

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 35223533

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
70	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO - (Cód. 02-02-0128) Marca: VIPAL	SV	1,000	99,6324	99,63

Histórico:

SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA A RETROESCAVADEIRA CASE 580L DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)

ALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014

PROTOCOLO Nº 1236/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 502/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE

Total empenhado : 99,63

Fica empenhada a importância de R\$ 99,63 (noventa e nove reais e sessenta e três centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO****Nota de Empenho**

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/06/2014

Nº do empenho : **886/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01  
 Suplementações: 0,00  
 Anulações: 0,00  
 Total ( A ) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.115.353,04  
 Valor do empenho : 91,25  
 Valor Anulado: 0,00  
 Total ( B ) : 2.115.444,29  
 Saldo ( A - B ) : 551.145,72

Credor: **6436 VICINI PNEUS LTDA.**

Endereço: RUA FRANCISCO LINDNER, 425

C.N.P.J.: 82-854-209/0006-91

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 253342449

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 49 35221266

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
63	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. - (Cód. 02-02-0121) Marca: VICINI	SV	4,000	12,3115	49,25
64	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. - (Cód. 02-02-0122) Marca: VICINI	SV	1,000	42,0040	42,00

**Histórico:**

SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO PARA O VEICULOS RENAULT MASTER CCL2H12.5 PLACA MKC-9994 (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014  
 PROTOCOLO Nº 1236/2014  
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 502/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE Total empenhado : 91,25

Fica empenhada a importância de R\$ 91,25 (noventa e um reais e vinte e cinco centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02 DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

**CÂMARA MUNICIPAL****Pré Inscrição Candidatos Concurso 001/20140**

EDITAL Nº 001/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014  
DIVULGA A PRÉ-LISTAGEM DOS CANDIDATOS INSCRITOS E HOMOLOGADOS REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014 DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público nomeada pela Resolução n.º 016/2014, torna pública a LISTAGEM PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

LOCAL DA PROVA: PRÉDIO DO CERT - Centro Educacional Roberto Trompowsky - Avenida Santa Terezinha, 49, Centro - Joaçaba - SC.  
HORÁRIO DO INÍCIO DAS PROVAS: 08h30min (Observar atentamente o item 6.3 do Edital).

ENCONTRAM-SE ABERTOS OS PRAZOS RECURSAIS REFERENTES ÀS INSCRIÇÕES DE 30/06 A 02/07/2014 ATRAVÉS DO E-MAIL CONTATO@APRENDERSC.COM.BR.

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO	CPF
0002	FRANCIELI FAVRETTO	ANALISTA LEGISLATIVO	040.927.979-07
0003	ADILSON LUIZ BULLA	ANALISTA LEGISLATIVO	660.623.659-20
0004	JOÃO GUILHERME BISCARO	ANALISTA LEGISLATIVO	048.122.519-66
0006	JAQUELINE CORRÊA	ANALISTA LEGISLATIVO	009.923.499-82
0010	LEIDIANA BESEN	ANALISTA LEGISLATIVO	044.431.709-01
0011	FABIANA DUTRA	ANALISTA LEGISLATIVO	020.102.140-48
0014	PATRICIA LUNARDI DE MATOS	ANALISTA LEGISLATIVO	009.640.599-67
0022	EDUARDO AUGUSTO COELI	ANALISTA LEGISLATIVO	070.401.069-06
0023	ELVIO ROSSETTO	ANALISTA LEGISLATIVO	025.498.889-01
0024	PATRICIA CORREA DE ALMEIDA	ANALISTA LEGISLATIVO	078.457.149-09
0027	INES MARIA PICOLI	ANALISTA LEGISLATIVO	892.400.069-15
0030	LEANDRO SARTORI	ANALISTA LEGISLATIVO	075.362.389-75
0031	JANCLEI PIGATTO	ANALISTA LEGISLATIVO	052.415.679-41
0032	PAOLA RODRIGUES LEITE	ANALISTA LEGISLATIVO	066.208.489-66
0033	ROBERTO MINATI	ANALISTA LEGISLATIVO	031.714.389-17
0037	RICARDO ALTENBURGER	ANALISTA LEGISLATIVO	596.399.979-00
0040	LINEU LUIZ SCHLINDWEIN	ANALISTA LEGISLATIVO	561.360.219-00
0044	ALLAN MARCILIO LIMA DE LIMA FILHO	ANALISTA LEGISLATIVO	971.643.560-68
0045	CAROLINE STAHL MARIANI	ANALISTA LEGISLATIVO	050.326.389-35
0048	FERNANDA RADEL MARTINS	ANALISTA LEGISLATIVO	043.582.519-43
0049	ROBINSON ANDREI GOTARDO	ANALISTA LEGISLATIVO	047.085.619-03

0054	RODRIGO DA SILVA AZEVEDO	ANALISTA LEGISLATIVO	060.602.059-41
0065	RONALD ARNILDO DA MOTTA	ANALISTA LEGISLATIVO	560.685.309-49
0067	LARA BETANIA BRAGATTO	ANALISTA LEGISLATIVO	046.012.379-39
0068	CRISTIANE BERNARDI	ANALISTA LEGISLATIVO	062.539.799-14
0069	JOANNA TONIAZZO DE AGUIAR	ANALISTA LEGISLATIVO	079.657.069-89
0071	JANAINA FERRANDIN	ANALISTA LEGISLATIVO	032.759.259-11
0075	CASSIANO SEGER	ANALISTA LEGISLATIVO	017.455.210-62
0077	ALISSON GREGOLON	ANALISTA LEGISLATIVO	077.587.529-50
0081	EMANUELE ARAGAO MACIEL	ANALISTA LEGISLATIVO	075.699.219-25
0090	JAQUELINE DE MARCO	ANALISTA LEGISLATIVO	071.602.379-27
0093	JAQUELINE AMÁBILE ROPELATO	ANALISTA LEGISLATIVO	059.354.709-85
0096	VERONICA ARRUDA WOLFF	ANALISTA LEGISLATIVO	071.485.789-06
0100	ROBERTA SOFIA CHINATO SPESSATTO	ANALISTA LEGISLATIVO	004.925.299-22
0102	DANIELE PATRICIA PRATTO	ANALISTA LEGISLATIVO	042.144.679-06
0105	TIAGO DUPONT GIUMBELLI	ANALISTA LEGISLATIVO	051.199.569-55
0108	SUSANA RODRIGUES BARBOSA	ANALISTA LEGISLATIVO	060.978.789-66
0110	DAIANE PIOVESAN	ANALISTA LEGISLATIVO	009.781.689-25
0117	FERNANDA APARECIDA ALEXANDRETTI	ANALISTA LEGISLATIVO	057.495.109-13
0119	CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI	ANALISTA LEGISLATIVO	068.354.899-95
0120	MARCOS ANTONIO PASTORI	ANALISTA LEGISLATIVO	040.928.199-94
0121	ALEXANDRE CASSEL	ANALISTA LEGISLATIVO	009.852.279-58
0123	ANDERSON DENIS PERIN	ANALISTA LEGISLATIVO	052.914.579-02
0126	TÁSSIO MARCEL HOFFMANN COELHO	ANALISTA LEGISLATIVO	043.615.739-05
0129	PAULO VICENTE REINEHR	ANALISTA LEGISLATIVO	425.671.499-53
0134	ALINE CAROLINA LOPES	ANALISTA LEGISLATIVO	010.156.529-13
0135	SILVANA APARECIDA JOHANN GALILHETI	ANALISTA LEGISLATIVO	018.373.099-22
0137	DANIELA KRANZ MOREIRA	ANALISTA LEGISLATIVO	071.063.889-20
0138	BRUNA BUSETTI	ANALISTA LEGISLATIVO	044.458.049-24
0139	ADONES MARCIANO	ANALISTA LEGISLATIVO	021.774.319-64
0143	NELSON NATAL BELLEI	ANALISTA LEGISLATIVO	211.681.210-00
0145	ELVIS MARCELO KRUGPEIREIRA	ANALISTA LEGISLATIVO	060.130.119-66
0146	LIANA LUIZA DALL OGLIO FUGA	ANALISTA LEGISLATIVO	007.783.369-48
0148	JOSIANE ELIZABETH FIORESE	ANALISTA LEGISLATIVO	006.512.889-32

0150	ANDREIA BECKER	ANALISTA LEGISLATIVO	052.842.499-84
0155	MELQUISEDEC DE CARVALHO	ANALISTA LEGISLATIVO	203.715.009-15
0007	IVAN PELISSARO PONTEL	AUXILIAR LEGISLATIVO	060.857.829-00
0013	ERICA TOMAZI RIBEIRO	AUXILIAR LEGISLATIVO	050.423.679-26
0016	SÍLVIA SCHWINGEL	AUXILIAR LEGISLATIVO	031.519.789-75
0039	VINICIUS VIECELI MELO	AUXILIAR LEGISLATIVO	075.756.599-94
0046	JOSIANI TESSARI	AUXILIAR LEGISLATIVO	066.748.689-57
0047	REINALDO JOSÉ NUNES	AUXILIAR LEGISLATIVO	076.218.109-55
0050	FRANCIS NATALLY DE ALMEIDA ANACLETO	AUXILIAR LEGISLATIVO	038.839.386-61
0052	AMANDA ZILIO PEREIRA	AUXILIAR LEGISLATIVO	060.910.489-61
0055	JULIO CESAR DE SOUZA	AUXILIAR LEGISLATIVO	758.707.899-15
0060	DEISE MICHELE MANTOVANI	AUXILIAR LEGISLATIVO	041.598.829-27
0061	HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI	AUXILIAR LEGISLATIVO	028.043.709-92
0070	ILTON NUNES DOS SANTOS	AUXILIAR LEGISLATIVO	348.244.210-04
0079	ANDRÉ LUIZ BUSSACRO	AUXILIAR LEGISLATIVO	066.090.279-60
0088	LEONARDO BASTOS PIRES	AUXILIAR LEGISLATIVO	009.204.359-39
0089	VANDERLEI FELTRIN	AUXILIAR LEGISLATIVO	021.104.609-46
0091	ALINE PRAXMARER	AUXILIAR LEGISLATIVO	050.213.989-70
0094	MARIANA BELOTO MOREIRA	AUXILIAR LEGISLATIVO	060.866.319-05
0099	LEONARDO EGER	AUXILIAR LEGISLATIVO	083.560.629-50
0103	SANDRA ANDREIA STEFANES	AUXILIAR LEGISLATIVO	006.275.659-13
0106	MARCOS ANTONIO FAVERO	AUXILIAR LEGISLATIVO	849.944.019-34
0112	MAIARA CRISTINA DE BARROS	AUXILIAR LEGISLATIVO	009.590.799-80
0114	ELIANA ZARDO	AUXILIAR LEGISLATIVO	026.251.769-89
0115	FABIANE TAIS FORMIGUERI	AUXILIAR LEGISLATIVO	031.248.319-85
0116	LUIZ CARLOS ZANELATO	AUXILIAR LEGISLATIVO	648.239.389-68
0118	JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	AUXILIAR LEGISLATIVO	063.593.729-83
0122	DANIELE GALVÃO RODRIGUES	AUXILIAR LEGISLATIVO	053.914.019-84
0127	JEAN CARLOS DA SILVA	AUXILIAR LEGISLATIVO	076.888.209-52
0131	ANA PAULA DAMBROS	AUXILIAR LEGISLATIVO	078.970.689-00
0142	CAMILA DEITOS	AUXILIAR LEGISLATIVO	085.481.369-10
0144	FABIANO COLOMBO	AUXILIAR LEGISLATIVO	040.836.439-43
0147	FERNANDO FIGUEREDO BORTOLANZA	AUXILIAR LEGISLATIVO	071.863.389-09

0149	DIANE CARINA MATANA	AUXILIAR LEGISLATIVO	054.650.039-01
0157	ANA PAULA PAZINI	AUXILIAR LEGISLATIVO	009.247.529-98
0164	FERNANDO TRAI CZUK	AUXILIAR LEGISLATIVO	004.877.949-07
0166	TAMARA PECINATO	AUXILIAR LEGISLATIVO	076.025.259-90

Publica-se e registra-se em,

Joaçaba (SC), 30 de Junho de 2014  
Francisco Moreira Lopes  
Presidente  
Câmara de Vereadores de Joaçaba

# Lages

## PREFEITURA

### Chamada Pública 01/2014 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal da Educação, torna público para conhecimento dos interessados o lançamento do Edital de Chamada Pública nº 01/2014, que tem como objeto o Cadastramento de grupos formais e informais para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Lages, do mês de agosto a dezembro do ano de 2014. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC, ou através do site. HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br"www.lages.sc.gov.br Maiores informações pelo telefone (49) 3225-3828.

Lages, 30 de junho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2013 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 32/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: METALSAF INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.655.998/0001-37, com sede na Av. Governador Magalhães Pinto, 3822 - Montes Claros/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, Kit Ponteiros e Kit Cavalete para Manutenção da Rede de Água. conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos. e autorização de fornecimento nº 30/2013.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

FICA PRORROGADO ATE 31/12/2014.

Lages, 02 de Junho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito de Lages, SC

### Extrato Contrato 134/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0134/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Revitalização e Reurbanização da Rua Bruno Luersen, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o

Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 48 horas após a assinatura da ordem de serviço;

2.2 De Execução, em até 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 565.759,48 (quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

Lages, 30 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 94/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 094/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: RESTAURANTE E PASTELARIA MULTISABORES LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.781.421/0001-09, com sede a Avenida Luiz de Camões, 1115 - Bairro Coral, CEP: 88523-000 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para o fornecimento de refeições para a Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, diariamente entre 11h00min e 13h00min e 20h00min e 21h30min, no Pronto Atendimento Municipal, Samu e centro de Zoonoses, nesta cidade, em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal da Saúde;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais)

Lages, 07 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 93/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 093/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 73.211.393/0001-56, com sede a Avenida Presidente Vargas 1186 - Bairro Coral, CEP: 88509-501 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa especializada para serviços de Higienização, Instalação e Manutenção de Condicionadores de Ar das unidades de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Lages



para o ano de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 81.195,68 (oitenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Lages, 24 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### Extrato Contrato 89/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 089/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA (MATRIZ) inscrita no CNPJ n.º 85.240.869/0001-66, com sede a Rua Romeu José Vieira s.nº, sala 02 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - São José/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hardware e Software para o uso no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, Até 15 (quinze) dias da Solicitação da SMS Lages;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais)

Lages, 03 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### Extrato Contrato 90/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 090/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 10.513.136/0001-59, com sede a Rua José Antonio Pereira, 2815 - Bairro Ipiranga, CEP: 88111-490 - São José/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hardware e Software para o uso no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, Até 15 (quinze) dias da Solicitação da SMS Lages;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Lages, 03 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### Extrato Contrato 91/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 091/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: REALTIME COM. DE SOFTWARE EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 12.043.987/0001-00, com sede a Rua Arlindo de Lara 90 Tingui CEP: 82620-210 - Curitiba/PR.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hardware e Software para o uso no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, Até 15 (quinze) dias da Solicitação da SMS Lages;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 29.930,00 (vinte e nove mil, novecentos e trinta reais)

Lages, 03 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### Extrato Contrato 92/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 092/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 06.105.781/0001-65, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 222 Sala 02 CEP: 88132-256 - Palhoça/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hardware e Software para o uso no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, Até 15 (quinze) dias da Solicitação da SMS Lages;

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 29.028,00(vinte e nove mil e vinte oito reais)

Lages, 03 de Junho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

### PP 32 E 33-2014 FMAS

Prefeitura do Município de Lages  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria da Administração  
Executivo de Licitações e Contratos

### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 32-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza, Gêneros Alimentícios e Material de Artesanato  
Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 16/07/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 108.821,12

Modalidade: PP 33-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 16/07/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 167.534,17

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "<http://www.lages.sc.gov.br>"www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de junho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 132/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 132/2014 PMLM

Contrato 132/2014

Processo Licitatório nº 77/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 77/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros de alimentícios objetivando a realização de eventos - coffee break, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Lauro Muller/SC

Contratado: MARIVALDO PESCADOR LTDA -EPP

Valor R\$ 21.777,01 ( vinte e um mil setecentos e setenta e sete reais e um centavo).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

#### Extrato de Contrato 133/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 133/2014 PMLM

Contrato 133/2014

Processo Licitatório nº 77/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 77/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros de alimentícios objetivando a realização de eventos - coffee break, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Lauro Muller/SC

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Valor R\$ 11.703,50 ( onze mil setecentos e três reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

#### Extrato de Contrato 134/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 134/2014 PMLM

Contrato 134/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 78/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de material permanente e equipamentos de informática para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA- ME

Valor R\$ 1.155,00 ( mil cento e cinquenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 135/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 136/2014 PMLM

Contrato 136/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 78/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de material permanente e equipamentos de informática para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES -ME

Valor R\$ 5.995,00 ( cinco mil novecentos e noventa e cinco reais).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 136/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 136/2014 PMLM

Contrato 136/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 78/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de material permanente e equipamentos de informática para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES -ME

Valor R\$ 5.995,00 ( cinco mil novecentos e noventa e cinco reais).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 137/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 137/2014 PMLM

Contrato 137/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 78/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de material permanente e equipamentos de informática para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social

Contratado: GOLD COMPUTADORES LTDA

Valor R\$ 1.600,00 ( mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 138/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 138/2014 PMLM

Contrato 138/2014

Processo Licitatório nº 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 72/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas de Lauro Muller/SC, correspondente ao item 5, mediante a desistência da empresa classificada em primeiro lugar, Colina Maquinas Agrícolas LTDA.

Contratado: INDUSTRIAL INOX LTDA - ME

Valor R\$ 54.600,00 ( cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: 16/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 139/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 139/2014 PMLM

Contrato 139/2014

Processo Licitatório nº 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 72/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas de Lauro Muller/SC, correspondente ao item 7, mediante a desistência da empresa classificada em primeiro lugar, Colina Maquinas Agrícolas LTDA.

Contratado: CASA COMETA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Valor R\$ 54.600,00 ( cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: 16/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 140/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 140/2014 PMLM

Contrato 140/2014

Processo Licitatório nº 79/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 79/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição e instalação de uma academia ao ar livre no Município de LAURO MULLER/SC., de acordo convenio firmado entre governo do Estado de Santa Catarina nº 2014 RT001196

Contratado: I SILVEIRA E CIA LTDA

Valor R\$ 49.100,00 ( quarenta e nove mil e cem reais).

Prazo de Vigência: 17/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 141/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 141/2014 PMLM

Contrato 141/2014

Processo Licitatório nº 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 62/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de aquisição Conjunto de Britagem Móvel, Caminhão novo, Caminhão Truque 6x4 novo, Carroceria Metálica Basculante, Carroceria Metálica Basculante nova, , conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: LIBRELATO IMPLEMENTOS RODOVIARIOS

Valor R\$ 74.100,00 ( setenta e quatro mil e cem reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 142/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 142/2014 PMLM

Contrato 142/2014

Processo Licitatório nº 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 62/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de aquisição Conjunto de Britagem Móvel, Caminhão novo, Caminhão Truque 6x4 novo, Carroceria Metálica Basculante, Carroceria Metálica Basculante nova, , conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: SOMEVAL SOC MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Valor R\$ 476.000,00 ( quatrocentos e setenta e seis mil reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 143/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 143/2014 PMLM

Contrato 143/2014

Processo Licitatório nº 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 62/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de aquisição Conjunto de Britagem Móvel, Caminhão novo, Caminhão Truque 6x4 novo, Carroceria Metálica Basculante, Carroceria Metálica Basculante nova, , conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: BRUCH E RAUBER MECANICA PESADA LTDA

Valor R\$ 285.000,00 ( duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 146/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 146/2014 PMLM

Contrato 146/2014

Processo Licitatório nº 32/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 32/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de uniformes escolares para atender as demandas da rede municipal de ensino do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: J.M ESPORTES LTDA

Valor R\$ 100.500,00 ( cem mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: 20/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 148/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 148/2014 PMLM

Contrato 148/2014

Processo Licitatório nº 32/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 32/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de uniformes escolares para atender as demandas da rede municipal de ensino do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ANILDO ANTUNES ME

Valor R\$ 30.140,00 ( trinta mil cento e quarenta).

Prazo de Vigência: 20/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 147/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 147/2014 PMLM

Contrato 147/2014

Processo Licitatório nº 32/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 32/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de uma retroescavadeira do Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: JMALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A

Valor R\$ 215.000,00 ( duzentos e quinze mil reais).

Prazo de Vigência: 23/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 149/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 149/2014 PMLM

Contrato 149/2014

Processo Licitatório nº 56/2014 - TOMADA DE PREÇO 56/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA para efetuar levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente e consequentemente proceder a compensação com tributos da mesma espécie, em que a Administração Municipal paga mensalmente ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Contratado: PUBLICABR CONSULTORIA E ACESSORIA LTDA ME

Valor R\$ 230.000,00 ( duzentos e trinta mil).

Prazo de Vigência: 15/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 151/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 151/2014 PMLM

Contrato 151/2014

Processo Licitatório nº 80/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 80/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de aquisição, Caminhão novo, conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: SOMEVAL SOC MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Valor R\$ 476.000,00 ( quatrocentos e setenta e seis mil reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 150/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 150/2014 PMLM

Contrato 150/2014

Processo Licitatório nº 78/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 78/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, aquisição de material permanente e equipamentos de informática para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social

Contratado: TM SCHILIKMANN & CIA LTDA ME

Valor R\$ 3.540,00 ( três mil quinhentos e quarenta reais).

Prazo de Vigência: 13/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 152/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 152/2014 PMLM

Contrato 152/2014

Processo Licitatório nº 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 75/2014

Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos intermunicipal com motorista para Tubarão e Criciúma, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2014.

Contratado: BEZ BATT & BEZ BATT TRANSPORTES LTDA ME

Valor R\$ 252.450,00 (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 01/07/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES



**Extrato de Contrato 153/2014 Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO 153/2014 PMLM

Contrato 153/2014

Processo Licitatório nº 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 75/2014

Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos intermunicipal com motorista para Tubarão e Criciúma, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2014.

Contratado: MULLER TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME

Valor R\$ 325.350,00 ( trezentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 01/07/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 72/2014**

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 72/2014

Contrato Original: 72/2014

Processo Licitatório nº 36/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 36/2014

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços gerais, roçada, capinação manual de meio fio, despraguejamento, recorte, limpeza, recolhimento e transporte do material inservível gerado, a serem executados nas vias do quadro urbano e nos próprios municipais. Serviços gerais de conservação, de execução eventual, compreendendo pequenos reparos de marcenaria, hidráulica, alvenaria, pintura, elétrica e serviços gerais, sem emprego de materiais. Serviços de Manutenção de vias pavimentadas....

Contratado: RECICLE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXOS LTDA ME

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 57/2013**

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 57/2013

Contrato Original: 57/2013

Objeto: LOCAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA, DENOMINADO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Contratado: ALINEA CONSULTORIA LTDA ME.

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 002/2014 ao Contrato 03/2013**

EXTRATO DE ADITIVO 002/2014 AO CONTRATO 03/2013

Contrato Original: 03/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE APOSTILA DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA

VALOR: 6.377,00 ( seis mil trezentos e setenta e sete reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 46/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 46/2014 FMS

Contrato 46/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2014

Objeto: SERVIÇO EMERGENCIAL PARA CONCERTO DE APARELHO DE ULTRASSON.

Contratado: SC HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 18.600,00 ( dezoito mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: 09/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 47/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 47/2014 FMS

Contrato 47/2014

Processo Licitatório nº 21/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 21/2014

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de materiais e equipamentos e uniformes para reequipar do SAMU de Lauro Muller/SC., dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis

Contratado: JET-MED COMERCIO DE PRODUTO DESCARTAVEIS LTDA EPP

Valor: R\$ 2.684,00 ( dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais)

Prazo de Vigência: 09/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 48/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 48/2014 FMS

Contrato 48/2014

Processo Licitatório nº 21/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 21/2014

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de materiais e equipamentos e uniformes para reequipar do SAMU de Lauro Muller/SC., dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis

Contratado: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME

Valor: R\$ 1.218,20 (mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos).

Prazo de Vigência: 09/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato 49/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 49/2014 FMS

Contrato 49/2014

Processo Licitatório nº 21/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 21/2014

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de materiais e equipamentos e uniformes para reequipar do SAMU de Lauro Muller/SC., dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis

Contratado: SERMEDICAALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Valor: R\$ 5.012,00 (cinco mil e doze reais).

Prazo de Vigência: 09/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 52/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 52/2014 FMS

Contrato 52/2014

Processo Licitatório nº 27/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2014

Objeto: SERVIÇO DE REPAROS DE ALVENARIA, HIDRAULICA, MARCENARIA E SERVIÇOS GERAIS SEM EMPREGO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SEDE DA SAMU.

Contratado: ANOAR PROINELLI &amp; CIA LTDA

Valor: R\$ 7.280,00 ( sete mil duzentos e oitenta reais).

Prazo de Vigência: 24/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 50/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 50/2014 FMS

Contrato 50/2014

Processo Licitatório nº 23/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de, Aparelho de Raio-X, Veículo tipo Furgão, Carro Maca Hospitalar, Ventilador Pulmonar eletrônico, Sistema de Radiologia, Carro tipo Furgão, Carro de 7 lugares conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: UNITA VEICULOS LTDA

Valor: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 51/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 51/2014 FMS

Contrato 51/2014

Processo Licitatório nº 23/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de, Aparelho de Raio-X, Veículo tipo Furgão, Carro Maca Hospitalar, Ventilador Pulmonar eletrônico, Sistema de Radiologia, Carro tipo Furgão, Carro de 7 lugares conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: SAWAE TECNOLOGIA LTDA

Valor: R\$ 74.750,00 ( setenta e quatro mil setecentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 53/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 53/2014 FMS

Contrato 53/2014

Processo Licitatório nº 23/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de, Aparelho de Raio-X, Veículo tipo Furgão, Carro Maca Hospitalar, Ventilador Pulmonar eletrônico, Sistema de Radiologia, Carro tipo Furgão, Carro de 7 lugares conforme descrições constantes no plano de Trabalho oriundo de Convenio com FUNDAM

Contratado: UNITA VEICULOS LTDA

Valor: R\$ 64.700,00 (sessenta e quatro mil e setecentos reais).

Prazo de Vigência: 26/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

**Extrato de Contrato 57/2014 Hmhl**

EXTRATO DE CONTRATO 57/2014 HMHL

Contrato 57/2014

Processo Licitatório nº 27/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento do Hospital Municipal Henrique Lage referente aos itens faltantes no processo 21/2014

Contratado: MADEREIRA SÃO MATHEUS LTDA

Valor: R\$ 4.938,77 ( quatro mil setecentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos).

Prazo de Vigência: 30/07/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 58/2014 Hmhl**

EXTRATO DE CONTRATO 58/2014 HMHL

Contrato 58/2014

Processo Licitatório nº 27/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento do Hospital Municipal Henrique Lage referente aos itens faltantes no processo 21/2014

Contratado: CRISTAL COMERCIO DE DIVISORIAS LTDA ME

Valor: R\$ 4.000,00 ( quatro mil reais).

Prazo de Vigência: 30/07/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Lebon Regis****PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 07/2014 - Processo Licitatório Nº 07/2014****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Pregão Presencial nº 07/2014 - Processo Licitatório nº 07/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis-SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, através de Registro de Preços. Objeto: aquisição futura e eventual de urnas funerárias e atendimento de traslado para auxílio funeral a pessoas carentes, conforme Lei 805/95. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 14/07/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 14/07/2014. Obtenção do Edital e maiores informações: site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis 30 de Junho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Contrato Nº 003/2014 - Iprell**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2014

Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, autarquia municipal constituída na forma da Lei municipal nº 148/2000, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, CEP: 88.445-000, nesta Cidade, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. Silvana Capistrano Lopes, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Dom Jaime Câmara, nº 170, 9º andar, sala 901, Centro, na cidade de Florianópolis, inscrita no CGC/MF sob o nº 11.882.190/0001-34, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu diretor responsável pela atividade de Consultoria de Valores Mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Sr. Rodrigo Scussiato da Costa, portador do RG nº 3.751.159 SSP/SC e do CPF/MF nº 035.938.729-27, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014 - Processo de Licitação nº 002/2014, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Objetiva-se a Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, em conformidade com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até 60 meses, conforme preconiza a lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte: I - O pagamento será efetuado mensalmente pelo IPRELL, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após a EFETIVA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇO, através de depósito em conta bancária da Contratada, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao IPRELL, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, em conformidade com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014.

II - O IPRELL, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII, item I do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014 - Processo de Licitação nº 002/2014;

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo IPRELL, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de

21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 01 de julho de 2014.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES Diretora Executiva Contratante	RODRIGO SCUSSIATO DA COSTA SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA Contratada
--	--

Testemunhas:

WORLD JOSÉ KREUSCH CPF/MF nº 471.603.309-00	LIZANDRO KREUSCH CPF/MF nº 023.728.959-82
--	--

ANEXO I

CONTRATO N.º003/2014

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

1. Todos os relatórios oriundos do serviço de assessoria financeira devem ser encaminhados em meios físicos (impressos) e gravados em um CD, bem como, disponibilizados para consulta em ambiente WEB privativo do Instituto, durante a vigência do referido contrato;
2. Todas as informações prestadas pelo Contratante obrigam ao dever de sigilo, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização escrita por parte do mesmo;
3. Os serviços contratados englobam:
  - A) Diagnóstico da situação atual da carteira de investimentos nos termos da Resolução do CMN 3.922/2010 e na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170, de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440, de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato. Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do IPRELL e suas respectivas alterações, a ser entregue na forma do item 2.1.;
  - B) Elaboração de relatórios mensais, com análise do desempenho da carteira de investimento do IPRELL informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período) do somatório das aplicações financeiras, comparadas a meta atuarial a ser executada por analista financeiro da CONTRATADA, nos termos da Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do IPRELL e suas respectivas alterações, a ser entregue na forma do item 2.1.;
  - C) Elaboração de relatório de fluxo de caixa da carteira de modo que permita verificar as movimentações de entrada e saídas de recursos da carteira de investimentos, a ser entregue na forma do item 2.1.;
  - D) Elaborar análise de novos produtos financeiros para aplicações em obediência à Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do IPRELL e suas respectivas alterações, a ser entregue na forma do item 2.1., quando solicitado num prazo máximo de 05 (Cinco) dias úteis a contar da solicitação para os fundos de RF, Ações e Multimercados. Os fundos estruturados o prazo máximo será de até 15 (quinze) dias úteis, a ser entregue na forma do item 2.1.;
  - E) Elaboração de parecer mensal sobre enquadramento das

aplicações em relação à Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do IPRELL e suas respectivas alterações durante a vigência do contrato, para o preenchimento do Demonstrativo Financeiro do Ministério da Previdência Social - MPS, a ser entregue na forma do item 2.1.;

F) Assessoramento na definição de regras e normas para a alocação de recursos propondo metas de alocação de recursos em segmentos específicos, limites de exposição ao risco em consonância com a Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e da Política de Investimentos do IPRELL e suas respectivas alterações;

G) Assessoramento na elaboração e possíveis alterações da política de investimentos do IPRELL, nos termos da Resolução nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional e suas respectivas alterações, a ser entregue na forma do item 2.1.;

H) Reunião semestral com a presença do(s) consultor(es), com os gestores, o comitê de investimentos, e do conselho de administração do IPRELL;

I) Elaborar mensalmente um relatório individual, que demonstre o resultado financeiro obtido pelo IPRELL em cada uma das suas aplicações financeiras, separados por tipo de ativo, por segmento e consolidados, a ser entregue na forma do item 2.1.;

J) Atendimento eletrônico ou pessoal na sede da empresa contratada;

K) Desenvolver avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas, e à ampliação contínua do nível de conhecimento do mercado dos gestores do IPRELL, devidamente fundamentada em pesquisas e pareceres técnicos, a ser entregue na forma do item 2.1.

### **Contrato Nº 012/2014 - FMS**

CONTRATO Nº 012/2014

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL UTILITÁRIO ZERO QUILOMETRO, COM CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa FIAT AUTOMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito a Avenida Contorno, nº 3455, Bairro Paulo Camilo, Município de Betim, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 16.701.716/0001-56, neste ato representada pelo Senhor Juliano Lima de Oliveira, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 008/2014, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Objetiva-se a aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, com capacidade para 05 pessoas, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2014, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 29.831,00 (vinte e nove mil oitocentos e trinta e um reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - Classificação Orçamentária:

05 01 10 301 0006 1.020 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002 (6) - Recursos Ordinários

05 01 10 301 0006 1.020 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0088 (31) - Alienação de Bens

II - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente preenchida.

III - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento inicial ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Disponibilizar veículo ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Entregar o veículo com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

Prestar os serviços de garantia estipulados pelo fabricante sem ônus para o Município no período de valia desta.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento o veículo;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Capítulo XIII item 1 do Processo Licitatório nº 010/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na



Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA** declara estar devidamente autorizada a entregar o veículo aqui avençado e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2014.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

FIAT AUTOMÓVEIS LTDA  
Juliano Lima de Oliveira  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

## Luzerna

### PREFEITURA

#### **Extrato de Homologação - PL 079/2014 - PP 046/2014 - Trator/Mudas de Pastagens/Kit Fenação - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0079/2014 - PML  
Pregão nº 0046/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0079/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 1 (um) trator agrícola; 1 (um) kit fenação e mudas de pastagens destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luzerna (SC), cujas características e especificações seguem descritas abaixo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* AUTO MECANICA RODAIR LTDA - ME

\* COPERMAP - COOPERATIVA MULTIPLA DE AGRICULTURA E P

\* IDIONEIA BRAGAGNOLLO HORN

- Valor total: R\$ 230.500,00

Luzerna (SC), 30 de JUNHO de 2014.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Homologação - PL 077/2014 - PP 044/2014 - Gêneros Alimentícios - FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0077/2014 - FMAS  
Pregão Presencial nº 044/2014 - FMAS

O Gestor do FMAS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0077/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: 1.1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Luzerna/SC, conforme as especificações em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME

- Valor total: R\$ 13.078,90

Luzerna (SC), 26 de junho de 2014.  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
Gestor do FMAS



**Receitas Federais do Dia 26.06.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 26/06/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>7.795,52</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.795,52
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.795,52
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.677,31
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.118,21

Luzerna, 30/06/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 27.06.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 27/06/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		5.828,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.828,06
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.828,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	3.496,84
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.331,22

Luzerna, 30/06/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

# Macieira

## PREFEITURA

### Lei 721

LEI Nº721, de 03 de junho de 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

20.20 Manutenção das atividades do Gabinete

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

02.03 Séc. Mun. de Administração e Finanças

20.21 Manutenção das atividades administrativas

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

20.41 Manutenção das Festiv. E Atividades Culturais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 720

LEI Nº720, de 03 de junho de 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Excesso de arrecadação Alienação de Bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Excesso de Arrecadação..

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. Mun. De infra-estrutura e desenv. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e equipamentos Agrícola

44.90.-92 Aplicações Diretas

R\$ 109.800,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 722

LEI Nº722, de 03 de junho de 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº.0001159/2014 Processo ER10 -0000937/2014 , aquisição de uma ambulância.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. CT 1159/2014 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador sob nr SDR 10 00009374/2014.

Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.03 Aquisição de Veículos Saúde

44.90.23.55 Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 729

LEI Nº729, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.03 Aquisição de Veículos Saúde

44.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de Junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 728

LEI Nº728, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

20.20 Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 93.000,00

02.03 Séc. de Adm e Fazenda

20.21 Manutenção das Atividades Administrativas

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 6.100,00

31.90 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 13.800,00

02.04 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção do Ensino Fundamental

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 8.200,00

31.91.18 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 29.100,00

02.07 Sec. De Agricultura e Desev. Econômico

20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 77.000,00

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 23.000,00

TOTAL R\$ 250.200,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Sec. Mun. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

3190 Aplicações Diretas

R\$ 250.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 730

LEI Nº730, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que

Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda

20.21 Manutenção da atividades da Adm

33.71 Transferências a consorcio público

R\$ 2.450,00

31.71 Transferências a consorcio público

R\$ 1.400,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educ. Cultura e Esportes

20.41 Manutenção Festividades e Ativ. Culturas

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 3.850,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Lei 727**

LEI Nº727, DE 17 DE JUNHO DE 2014.  
Abre Crédito Suplementar alterando

A Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que

Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de  
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que  
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar  
dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

13.00 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

13.01 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

20.27 Manutenção do FUPEM

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 91.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica  
anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

13.00 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

13.01 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

20.49 Reserva RPPS

99.99 Reserva de contingência

R\$ 91.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,  
17 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Lei 726**

LEI Nº726, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013  
que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de  
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que  
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito  
suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das Atividades da Saúde

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intraorçamentaria

R\$ 112.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica  
anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das Atividades da Saúde

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 112.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Lei 724**

LEI Nº724, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de  
24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício  
de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de  
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que  
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito  
suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

01.00 Câmara Municipal

01.01 Câmara Municipal

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa

44.90 Aplicações Diretas



R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01.00 Câmara Municipal

01.01 Câmara Municipal

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 723

LEI Nº723, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAC 206879/2013 FNDE/MEC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo Termo de Compromisso PAC 206879/2013.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.16 Ampliação da Área Esportiva

44.90.22.54 Aplicações Direta.

R\$ 509.829,40

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei 725

LEI Nº725, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme anuência nr 50097 e convenio com o FNDE.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo da anuência nr 50097 e convenio com o FNDE.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.06 Aquisição Veículos Educação

44.90.22.54 Aplicações Direta.

R\$ 16.720,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Decreto 1396

DECRETO Nº1396, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 719 de 27/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.33 Manutenção Vig. Em Saúde Sanitária.

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 27.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.33 Manutenção Vig. Em Saúde Sanitária.

33.90.3.66 Aplicações Diretas

R\$ 27.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 02 de Junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1395**

DECRETO Nº1395, DE 02 DE JUNHO DE 2014.  
Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 717 de 27/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes

20.38 Apoio ao ensino Medio

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 2.560,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

20.41 Manutenção das Festiv. E Atividades Culturais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 2.560,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 02 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1399**

DECRETO Nº1399, de 03 de junho de 2014.  
Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 721 de 03/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

20.20 Manutenção das atividades do Gabinete

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

02.03 Séc. Mun. de Administração e Finanças

20.21 Manutenção das atividades administrativas

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

20.41 Manutenção das Festiv. E Atividades Culturais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decretos 1398**

DECRETO Nº1398, de 03 de junho de 2014.  
Abre Credito Suplementar por conta do Excesso de arrecadação Alienação de Bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 720 de 03/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Excesso de Arrecadação..

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. Mun. De infra-estrutura e desenv. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e equipamentos Agrícola

44.90.-92 Aplicações Diretas

R\$ 109.800,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Decreto 1397**

DECRETO Nº1397, de 03 de junho de 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Convenio Nº.0001159/2014 Processo ER10 -0000937/2014 , aquisição de uma ambulância.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 722 de 03/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Convenio nº. CT 1159/2014 celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador sob nr SDR 10 00009374/2014.

Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.03 Aquisição de Veículos Saúde

44.90.23.55 Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 03 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Decreto 1400**

DECRETO Nº1400, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 729 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

10.03 Aquisição de Veículos Saúde

44.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 17 de Junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Decreto 1406**

DECRETO Nº1406, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 728 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete do Prefeito

20.20 Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 93.000,00

02.03 Séc. de Adm e Fazenda

20.21 Manutenção das Atividades Administrativas

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 6.100,00

31.90 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 13.800,00

02.04 Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção do Ensino Fundamental

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 8.200,00

31.91.18 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 29.100,00

02.07 Sec. De Agricultura e Desev. Econômico

20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 77.000,00

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intra- orçamentária

R\$ 23.000,00

TOTAL R\$ 250.200,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Sec. Mun. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

3190 Aplicações Diretas

R\$ 250.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Decreto 1403**

DECRETO Nº1403, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 724 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

01.00 Câmara Municipal

01.01 Câmara Municipal

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01.00 Câmara Municipal

01.01 Câmara Municipal

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Decreto 1405**

DECRETO Nº1405, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que

Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 727 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

13.00 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

13.01 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

20.27 Manutenção do FUPEM

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 91.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

13.00 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

13.01 Fundo de Prev. Social dos Serv. Públicos

20.49 Reserva RPPS

99.99 Reserva de contingência

R\$ 91.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Decreto 1404**

DECRETO Nº1404, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 726 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das Atividades da Saúde

31.91 Aplicações Diretas - Oper.intraorçamentaria

R\$ 112.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das Atividades da Saúde

31.90 Aplicações Diretas

R\$ 112.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1402**

DECRETO Nº1402, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAC 206879/2013 FNDE/MEC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 723 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo Termo de Compromisso PAC 206879/2013.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.16 Ampliação da Área Esportiva

44.90.22.54 Aplicações Direta.

R\$ 509.829,40

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1401**

DECRETO Nº1401, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme anuência nr 50097 e convenio com o FNDE.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 725 de 17/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo da anuência nr 50097 e convenio com o FNDE.

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

10.06 Aquisição Veículos Educação

44.90.22.54 Aplicações Direta.

R\$ 16.720,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1407**

Decreto nº1407, de 25 de junho de 2014.

Regulamenta a Lei Complementar nº 59, de 25/02/2014, que cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 59 de 25/02/2014.

DECRETA:

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município.

Art. 2º - São atividades da COMPDEC:

I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil ;

III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;

IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil I:

VII. Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

IX. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;



XI. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVII. Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º - A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

I. Coordenador ou Secretário-Executivo

II. Conselho Municipal

III. Secretaria

IV. Setor Técnico

V. Setor Operativo

Parágrafo Único - O Coordenador ou Secretário-Executivo e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art. 4º - Ao Coordenador ou Secretário-Executivo da COMPDEC compete:

I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;

II. Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;

III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMPDEC;

IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;

V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;

VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMPDEC.

Parágrafo Único - O Coordenador ou Secretário-Executivo da COMPDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal poderá ser constituído de membros assim qualificados:

- Representante da Câmara dos Vereadores;

- Representante do Poder Judiciário;

- Representante das Secretarias Municipais de Prefeitura de Maçeira;

- Representante de Órgãos Não Governamentais (Rotary Club, Lions, Maçonaria, Clero etc);

- Representante de outras entidades (unidades militares, órgãos de serviços essenciais, líderes comunitários etc).

Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 6º - À Secretaria (ou Apoio Administrativo) compete:

I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 7º - Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:

I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;

III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

Art. 8º - Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:

I. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 9º - No exercício de suas atividades, poderá a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres.

Art. 10 - Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

a) diárias e transporte;

b) aquisição de material de consumo;

c) serviços de terceiros;

d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente); e

e) obras e reconstrução.

Art. 11 - A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

- a) Fatura e Nota Fiscal;
- b) Balancete evidenciando receita e despesa; e
- c) Nota de pagamento.

Art. 12 - A Prefeitura Municipal de Macieira, poderá fazer constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de

Art. 13 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Macieira, 25 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1408**

DECRETO Nº 1408, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 59, de 25/02/2014, mais o previsto no Decreto nº 1407, de 25/06/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Macieira, nomeados por prazo indeterminado:

I - PRESIDENTE

Eduardo Miguel Zilio

II - CONSELHO MUNICIPAL

Rozalino Camuzzato

Silvana G Maffioletti

Adriano Lazzarotti

III - SECRETARIA

Edson Luiz Maurina

IV -SETOR TÉCNICO:

Ronivon Luiz Bridi

IV -SETOR OPERATIVO:

Ailson Gomes

SUPLENTE

Cassiane Farinon

Emerson Zanella

Lídio Campagnin

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 26 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Decreto 1409**

Decreto no 1409, de 27 de junho de 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do município afetada por excesso de chuvas.

Emerson Zanella Prefeito Municipal de Macieira, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art 59 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a enchente dos rios do Município, que ultrapassaram a cota de alarme, chegando a cobrir as pontes e alagar as estradas, nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2014, e provocou deslizamentos nos principais acessos de saída do município, danificou pontes e estradas;

- como consequência deste desastre, resultaram os danos materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais constantes do FIDE, anexo a este Decreto;

- em acordo com a Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível situação de emergência;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: a falta de acesso aos hospitais, uma vez que a SC 465 foi totalmente interditada, prejuízos econômicos aos produtores e ao Município, pela dificuldade de transporte da produção, sendo que a atividade econômica do Município é a agricultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança

de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Macieira - SC, 27 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDUARDO ZILIO  
Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil

### Decreto 1410

DECRETO Nº1410, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
Abre Crédito Suplementar alterando

A Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que

Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 730 de 25/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda

20.21 Manutenção da atividades da Adm

33.71 Transferências a consorcio público

R\$ 2.450,00

31.71 Transferências a consorcio público

R\$ 1.400,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Séc. Mun. de Educ. Cultura e Esportes

20.41 Manutenção Festividades e Ativ. Culturais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 3.850,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 25 de Junho de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Cancelamento de Edital de Licitação Nº 0007/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CANCELAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0007/2014.

Pregão Presencial 0005/2014.

Objeto: Aquisição de computadores e ar condicionados para uso na Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, conforme especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

Fica cancelado o presente Edital para que sejam realizadas as alterações necessárias.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, situada na Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro ou através do telefone (49) 3574-2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 30 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

# Mafra

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3762

DECRETO Nº 3762

DATA: 30/06/2014

DECRETA LUTO OFICIAL PELA MORTE DO SR NAÇAL NASSIF.

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE no uso de suas atribuições, de acordo com o item XVII do Art. 68, da Lei Orgânica do Município de Mafra;

Considerando o Falecimento do SR. NAÇAL NASSIF na data de 30 de Junho de 2.014,

Considerando que este ilustre cidadão foi Vereador de 1973 à 1976, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra de 1975 à 1976, Vice-Prefeito de Mafra de 1977 à 1983 e assumiu como Prefeito em Exercício no período de 03/10/1980 à 21/10/1980;

### DECRETA

Art. 1º - Fica declarado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Mafra-SC, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. NAÇAL NASSIF.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 30 de Junho de 2.014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto Nº. 3760

DECRETO Nº. 3760

DE 30 DE JUNHO DE 2.014

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº. 3.490, DE 16 DE MARÇO DE 2012, QUE REGULAMENTA A LEI 3290 DE 25 DE MAIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a manifestação da Associação Empresarial de Mafra - ACIM, que dá ciência ao Departamento de Trânsito Municipal de Mafra da não mais realização de vistorias oficiais a que se refere o §1º do art. 14 do Decreto nº. 3.490, de 16 de março de 2012, realizada anteriormente pelo Núcleo de Automecânicos;

Considerando o posicionamento adotado pelos municípios de São Bento do Sul, Canoinhas e Rio Negrinho no que se refere às vistorias dos veículos de transporte público escolar a ser realizado pelas oficinas credenciadas pelo INMETRO;

Considerando a necessidade de realização de vistoria para atestar os itens de segurança veicular exigida pela legislação federal;

Considerando que o INMETRO é o Órgão responsável para atestar os itens de segurança veicular;

Considerando que a fiscalização do INMETRO é crucial para garantir a qualidade e segurança do transporte escolar;

Considerando que o Município não dispõe de mecanismo eficaz para fiscalizar e atestar as oficinas não credenciadas pelo

### INMETRO;

Considerando que o Município prima pelo bom trabalho desenvolvido pelos associados da AGATER - Associação do Grupo de Amigos do Transporte Escolar de Riomafrá e particulares e, que adotando tal medida, irá oferecer em maior escala, qualidade no transporte escolar e;

Considerando que a vistoria realizada nos veículos próprios da Prefeitura Municipal de Mafra e prestadores de serviço para o Município, são realizados por oficinas credenciadas pelo INMETRO: O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

### DECRETA

Art. 1º O § 1º do art. 14 do Decreto nº. 3.490, de 16 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14...

§ 1º Os veículos deverão ainda semestralmente ser inspecionados por Instituto Técnico Licenciado (ITL) acreditado pelo INMETRO."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial nº. 3.488, de 29 de fevereiro de 2012.

Mafra, 30 de junho de 2.014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

### Cronologia de Pagamentos

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 04.435.876/0001-11  
BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
Nota Fiscal nº. 3287 R\$ 3.734,30  
Nota Fiscal nº. 3333 R\$ 71,40  
Nota Fiscal nº. 3346 R\$ 41,40  
Nota Fiscal nº. 3349 R\$ 112,00  
Nota Fiscal nº. 3351 R\$ 131,80  
Nota Fiscal nº. 3350 R\$ 52,00  
Nota Fiscal nº. 3384 R\$ 112,00  
Nota Fiscal nº. 3366 R\$ 2.271,80

Valor Total: R\$ 6.526,70

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é responsável pelo fornecimento de materiais de construção para as atividades da Secretaria de Obras, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 01 de julho de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSI GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### **Lic 46.2014 Pp24.2014 - Aquisição de Caminhão**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de 01 Caminhão, zero km, movido a óleo diesel, tração tipo 4x2, turbinado, com intercooler ou aftercooler, 6 cilindros com potencia mínima 252CV  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 11.07.2014  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 11.07.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 26 de Junho de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

#### **Lic 47.2014 PP 25.2014 - Aquisição de Laminas Motoniveladora**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2014  
PREGÃO PRESENCIAL - REG. PREÇOS Nº. 25/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de lâminas, parafusos e porcas, para uso na Motoniveladora Caterpillar 120k.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 11.07.2014  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 11.07.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 26 de Junho de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 259/2014**

PORTARIA n.º 259/2014  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MIKAEL MIZIESCKI para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição a servidora Kétny Mezzari Cibien, até o retorno da mesma da Licença Maternidade.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria Nº 260/2014**

PORTARIA n.º 260/2014  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor CLÓVIS JOSÉ PETERLE, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da presente data.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.



Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Editais Nº 002/2014 - CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MELEIRO/ SC

Editais Nº 002/2014 - CMDCA

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Meleiro -SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e a Lei Municipal nº 1.488/2011 e art. 10 da Resolução Nº139/10 do CONANDA juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, através da Resolução nº 01/2014, torna público o processo de escolha de 03 (três) membros para o Conselho Tutelar de Meleiro - SC e de seus respectivos suplentes.

### **REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL**

#### **I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 02 etapas a saber:

I - Inscrição de candidatos;

II - Eleição dos candidatos de forma direta e facultativa.

Parágrafo único. O CMDCA fará ampla divulgação do edital do processo de escolha dos conselheiros tutelares, nas escolas municipais e estadual de atuação no município, jornal de circulação no município, diário oficial, site oficial do município, e fará a remessa para fixar nos murais da Prefeitura Municipal de Meleiro, Fórum da Comarca, Câmara de Vereadores, e demais locais que o CMDCA achar necessário.

Art. 2º Este processo definirá os 3 (três) conselheiros, que assumirão o cargo de titulares em 01/08/2014, e terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, podendo concorrer a reeleição no pleito de 2015 e a subsequente, conforme a resolução 152/2012 do CONANDA. Considerar-se-ão eleitos os 3 (três) primeiros candidatos que obtiverem as maiores votações, sendo os demais, pela ordem de classificação, suplentes.

a) A carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e atendimento ao público das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, na sede do Conselho Tutelar deste Município.

b) No período noturno, fins de semana e feriados, será realizado um sistema de plantão com rodízio ou em forma consensual entre os membros do conselho tutelar de forma que não haja horários sem atendimento a criança e o adolescente, os conselheiros terão direito a compensação de horas, totalizando uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais para cada conselheiro. Demais situações referentes ao horário de trabalho e compensação de horas, serão disciplinadas no regimento interno.

c) Aos membros do Conselho Tutelar será assegurado a remuneração de 1 (um) salário mínimo mensal com a devida cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina. Sendo que o gozo das férias será concedido pelo Presidente do CMDCA de forma alternada, um a cada vez, não podendo 2 (dois) conselheiros gozar as férias ao mesmo tempo.

d) Poderá ainda ser chamado pelo presidente do CMDCA, o suplente na ordem de classificação para preencher o período de afastamento de qualquer dos conselheiros por mais de 30 dias, por motivo de doença, licença maternidade ou outros motivos que tenha amparo legal. Em qualquer dos casos, o suplente permanecerá no cargo somente enquanto o titular se manter afastado.

e) O Conselheiro Tutelar está sujeito a regime de dedicação integral, sendo vedada à acumulação da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada, pública ou privada, inclusive com cargo, emprego ou função. Os subsídios atribuídos aos Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente não geram relação de emprego com a Prefeitura Municipal de Meleiro, com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente por se tratar de cargo eletivo.

f) - Os Candidato para fazer sua inscrição para concorrer ao Conselho Tutelar, deve observar os impedimentos da lei 8.069/90, Art. 140 "caput" e parágrafo único com suas alterações a Lei Municipal Nº 1.488/2011 na SEÇÃO VI (Da Perda do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros) e a Resolução Nº139/10 art.14 "caput" e parágrafo único do CONANDA.

#### **II - DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS**

Art. 3º Poderão inscrever-se ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de declaração firmada pelo candidato, com firma reconhecida em cartório; (Anexo I)

b) Idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada através de documento de identidade;

c) Residir no Município há mais de 02 (dois) anos, cuja comprovação se dará através de contas de utilização de serviços públicos (água, luz, telefone) ou deverá apresentar uma declaração do proprietário de sua residência e de duas testemunhas, sendo obrigatório o reconhecimento de firma dos declarantes;

d) Tenha escolaridade mínima de nível fundamental completo (1º grau), comprovado através de original (para conferência) e fotocópia de histórico escolar ou certificado de conclusão que comprove o requisito exigido, concluído até a data da inscrição;

e) Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar, comprovado através de atestado médico;

f) Não possuir antecedentes criminais e civil, comprovado por certidões expedidas por órgãos competentes;

g) Estar regular com a Justiça Eleitoral comprovado através de certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral ou cópia do documento comprobatório de votação nas duas últimas eleições;

h) Declaração de não haver parentesco que o impeça de servir no Conselho de acordo com o artigo 140, caput e § único da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Anexo I).

i) Não estar respondendo processo junto ao Conselho Tutelar por infringir o ECA (Lei Federal nº 8.069/90) (Anexo I).

j) Se o candidato for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pleitear sua inscrição ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da publicação deste Edital;

k) uma foto 3x4, colorida.

l) As inscrições serão gratuitas.

Art. 4º A inscrição dos candidatos será realizada das 8h00min às 11h30min e das 13h 00min às 16h30min, no período de 16/06/2014 até 07/07/2014 na sede do CRAS, sito à Rua José Mezzari nº 290, no Jardim Itália, no Município de Meleiro/SC e em dias úteis.

§ 1º A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário próprio, fornecido pelo CMDCA, devendo apresentar, no ato da inscrição os documentos relacionados no artigo anterior.

§ 2º Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 3º No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição, e este será utilizado em todo o processo eleitoral.

§ 4º No requerimento, além do nome completo, o candidato pode indicar um apelido, para que conste na cédula eleitoral.

### III - DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 5º Encerrado o prazo das inscrições, o CMDCA divulgará, através de resolução uma relação com os nomes dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação, para que qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, apresente, por escrito, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado.

§ 1º Oferecida a impugnação, junto a Comissão Temporária Organizadora da Eleição que dará ciência formal e imediata ao candidato e, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, emitirá parecer, acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência da sua decisão ao candidato.

§ 2º Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis junto ao CMDCA em reunião extraordinária decidirá com o máximo de celeridade, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

§ 3º- Esgotada a fase recursal, o CMDCA através de resolução, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

### IV - DA ELEIÇÃO

Art. 6º- A eleição será realizada no dia 19/07/2014 (Sábado), no horário compreendido entre 8h30min as 16h00min, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Napoli, sito a Rua Luiza Napoli Canela, s/n, Centro, Meleiro/SC

I - Será utilizada para votação, Urnas manuais (tipo saco) com protetor de papelão.

II - As Cédulas de votação, conforme modelo aprovado pela Comissão Eleitoral, conterão o quadro para votação, para que o eleitor ASSINALE o candidato de sua preferência, o número que consta no requerimento, nome completo do candidato e o apelido, a relação de candidatos será na ordem da inscrição, no requerimento junto ao CMDCA.

III - nas cabines de votação serão afixadas listas com o número da inscrição nome completo e apelido na ordem da inscrição.

Art. 7º - A escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos eleitores do Município de Meleiro.

I -O eleitor poderá votar em 01 (um) candidatos daqueles que concorrem ao pleito:

a) Será considerado nulo o voto que indicar mais de 1 (um) candidato.

b) Será considerado em branco o voto que não indicar qualquer dos candidatos;

c) Será considerado nulo os votos que contiverem rasuras com fins de marcar voto ou ser considerado pela comissão de má-fé;

d) Será considerado válido o voto que indicar apenas um candidato, assinalado no quadro correspondente, na cédula.

II - será exigido do eleitor no ato da votação: título de eleitor e qualquer documento com foto que identifique o eleitor. (2 documentos)

### V - DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 8º - Não será tolerado, por parte dos candidatos:

I - oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;

III - promoção de transporte de eleitores;

IV - promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

Art. 9º- Será permitido:

I - o convencimento do eleitor para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

II - a apresentação do candidato em evento realizado pelo CMDCA para este fim, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura.

### VI - DA CONSTITUIÇÃO DA MESA RECEPTORA, FISCAIS E APURAÇÃO DOS VOTOS.

Art. 10º A mesa receptora será composta de 05 (cinco membros), nomeados pela comissão organizadora eleitoral, que são eles:

- 1 Presidente

- mesário 1

- mesário 2

- mesário 3

- mesário 4 (substitui os demais nas situações em for exigida no momento).

Art. 11 - O candidato poderá credenciar junto a comissão organizadora 1 (um) fiscal para atuar junto a mesa receptora e 1 (um) fiscal para apuração dos votos, podendo ser a mesma pessoa.

Art.12 - Será utilizado 3 (três) urnas para coletar os votos, e os eleitores deverão votar na urna indicada pela mesa receptora dos eleitores.

Art. 13 - O credenciamento do Fiscal será realizado das 8h00min às 8h30min. (do dia da eleição).

Art. 14 - O candidato poderá somente permanecer em local reservado a Ele, não podendo permanecer junto a mesa receptora e nem junto a mesa de apuração, será representado pelo fiscal.

Art.15 - A mesa de apuração dos votos será composta pelos mesmo 05 (cinco) membros, que fazer parte a mesa receptora de votação.

### VII - DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - Concluída a apuração dos votos que começará logo após o encerramento da votação, o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Resolução que será afixada na sala do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), jornal local, mural e site da Prefeitura Municipal de Meleiro.

§ 1º Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

I- ainda permanecendo o empate será considerado o mais idoso;

II - se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

§ 2º Os 03 (três) primeiros mais votados serão os membros titulares do Conselho Tutelar e os demais candidatos serão os suplentes por ordem decrescente de votação.

§ 3º Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 01/08/2014 em horário e local a ser determinado pelo CMDCA.

### VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17- Todos os atos relativos ao processo eleitoral serão acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público.

Art. 18- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará ampla divulgação do resultado final de cada etapa do processo eleitoral em meios de comunicação que tragam o máximo de conhecimento ao público, sendo que todos os resultados serão afixados na sala do CMDCA, em local aberto de fácil acesso ao público e comunicado oficialmente ao Ministério Público.

Art. 19 - A Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar- Resolução Nº 01/2014 ficou assim constituída:

Coordenadora: Livia Gonçalves Rocha Pasini - Sociedade Civil

Membros: Mariana Bortolluzzi - Poder Publico

Jonas Ostetto - Sociedade Civil

Fernanda - Poder Publico

Art. 20 - Nos casos omissos que por ventura venham a ocorrer neste edital, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre fundamentará suas decisões com base na Constituição Federal/88, Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.488/2011.

Meleiro, 02 de Junho de 2014.  
LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI  
Presidente do CMDCA

#### RESOLUÇÃO Nº 01/2014

Constitui Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Meleiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme o artigo 139 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei Municipal nº 1.488/2011 e o art.10 e seus parágrafos da Resolução nº 139/10 do CONANDA.

#### RESOLVE:

Art.: 1º - Criar Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo Suplementar de Escolha do Conselho Tutelar e nomear seus integrantes.

Art.: 2º - O objetivo desta comissão é: Organizar o pleito eleitoral executar e decidir os procedimentos e incidentes relacionados à escolha dos Conselheiros Tutelares, como preceitua a Lei Federal nº 8069/90 (ECA) e Lei Municipal nº 1.488/2011.

Art.: 3º - Esta Comissão deverá ser composta pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá coordenar a mesma e ainda por mais 3 conselheiros escolhidos por aclamação em plenária, de forma paritária, ou seja, dois conselheiros representantes da Sociedade Civil e dois conselheiros representantes do Poder Público.

Coordenadora: Livia Gonçalves Rocha Pasini - Sociedade Civil

Membros: Mariana Bortolluzzi - Poder Publico

Jonas Ostetto - Sociedade Civil

Fernanda - Poder Publico

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Meleiro, 15 de maio de 2014  
Livia Gonçalves Rocha Pasini  
Presidente CMDCA

#### ANEXO I

Eu, \_\_\_\_\_  
, portador do RG: \_\_\_\_\_, Declaro para os devidos fins que preencho a totalidade dos requisitos constantes do Edital nº 01/2014 C.M.D.C.A. em sua totalidade, e especificamente seu artigo 3º. Incisos "a", "h" e "i" exigidos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar, bem como as informações por mim prestadas exprimem a verdade sob pena de responsabilização civil e criminal.

Meleiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA

#### Portaria Nº 263/2014

PORTARIA n.º 263/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald, em virtude do retorno da Servidora Lenir Bordignon Fernandes da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria Nº 261/2014

PORTARIA n.º 261/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ALCIDES CARRADORE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 11 de abril de 2006 a 09 de abril de 2011, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria Nº 262/2014**

PORTARIA n.º 262/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

## CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal SILVIO ROGÉRIO CALDAS, ocupante do cargo de Médico-pediatra, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de fevereiro de 2000 a 29 de janeiro de 2005, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria Nº 264/2014**

PORTARIA n.º 264/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

## PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 219/2014 da Senhorita MARIA DE LOURDES MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Rosinha de Souza Alexandre, em virtude de Atestado Médico.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 30/06/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria Nº 258/2014**

PORTARIA n.º 258/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

## RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora ROSINÉIA DA SILVA TOMAZI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 28/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 212/2014.

Meleiro, 27 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 204/2014

Decreto nº 204/2014 de 27/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 777/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 777/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE MODELO: VARRIÇÃO DE RUAS, PASSEIOS PÚBLICOS, LOGRADOUROS (PRAÇA, CANTEIROS E OUTROS, E COLETA DO LIXO URBANO E/OU LIXO DECORRENTE DA VARRIÇÃO DE RUAS) QUE DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME PERIODICIDADE E CORRESPONTE AS RUAS CONSTANTES NO EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MARIA FRIDA KLEIN	5.280,00
CLARICE FATIMA PADILHA	5.280,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 27 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### Decreto Nº 205/2014

Decreto nº 205/2014 de 30/06/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 781/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 781/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
POSTO MODELO LTDA	38.281,44
JACOBY & JACOBY LTDA.	197.508,80

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 30 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Depto. De Compras e Licitações

### Resolução Nº015/2014

RESOLUÇÃO Nº 15/2014 DE 30/06/14

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0192/2014, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 0192/2014, Modalidade Pregão e n.º 007/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Adjudicado
POSTO MODELO LTDA	23.639,04
JACOBY & JACOBY LTDA.	11.434,72

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Segunda-Feira, 30 de junho de 2014.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestor FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Dpto. de Compras e Licitações



**Extrato de Contrato Nº 71/2014**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 781/2014

Contrato Administrativo n. 071-2014

Contratada: Jacoby e Jacoby LTDA

Valor: R\$ 197.508,80

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 024/2014, ata de registro de preços 004/2014, objetivando a aquisição de combustível para máquinas e veículos da administração geral do município.

Modelo (SC), 30 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 072/2014**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 781/2014

Contrato Administrativo n. 072-2014

Contratada: Posto Modelo LTDA

Valor: R\$ 38.281,44

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 024/2014, ata de registro de preços 003/2014, objetivando a aquisição de combustível para máquinas e veículos da administração geral do município.

Modelo (SC), 30 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 040/2014 FMS**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 192/2014

Contrato Administrativo n. 040-2014

Contratada: Jacoby e Jacoby Ltda

Valor: R\$11.434,72

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde Márcia Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 40 -14 ao processo licitatório na modalidade pregão nº 007/2014, objetivando a aquisição de combustível (gasolina e óleo diesel) para veículos da frota da secretaria Municipal de Saúde do município.

Modelo (SC), 30 de junho de 2014.

Márcia Teresinha Jacoby

**Extrato de Contrato Nº 041/2014 FMS**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório :n. 192/2014

Contrato Administrativo n. 041-2014

Contratada: Posto Modelo LTDA

Valor: R\$ 23.639,04

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde Márcia Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 41 -14 ao processo licitatório na modalidade pregão nº 007/2014, objetivando a aquisição de combustível (gasolina e óleo diesel) para veículos da frota da secretaria Municipal de Saúde do município.

Modelo (SC), 30 de junho de 2014.

Márcia Teresinha Jacoby

**Ata de Registro de Preços Nº 001/2014 FMS**

Processo Licitatório nº. 192/2014 da Modalidade Registro de Preços Pregão com o nº. 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo e a empresa JACOBY & JACOBY LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.619.631/0001-56, aqui representada por seu sócio, Sr. OLANDO JACOBY, vencedora do certame licitatório referente ao Registro de Preços Pregão Presencial nº. 007/2014, cujo objeto é a eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E OLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO. Sendo:

Propo- nente vencedor	Item	Descri- ção	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
JACO- BY & JACOBY LTDA.	1	OLEO DIESEL COMUM	JACOBY	lts	11.000	2,5988	28.586,80

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata

de Registro de Preços e que será (ao) pago(s) na possível AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, especificado(s) na Cláusula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**  
Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**  
A entrega dos produtos deverá ser realizada IMEDIATAMENTE, após apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não sendo tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

A execução do objeto desta Licitação, será devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na entrega do objeto em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**  
Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, o pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo conforme ordem cronológica de pagamentos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 30 de Junho de 2014.

Representante legal: \_\_\_\_\_

Olando Jacoby

Razão social da empresa: JACOBY & JACOBY LTDA

DETENTORA DA ATA

#### **Ata de Registro de Preços Nº 002/2014 FMS**

Processo Licitatório nº. 192/2014 da Modalidade Registro de Preços Pregão com o nº. 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2014

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo e a empresa POSTO MODELO LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.314.054/0001-59, aqui representada por seu sócio, Sr. MARCELO ANTONIO SARTORETTO, vencedora do certame licitatório referente ao Registro de Preços Pregão Presencial nº. 007/2014, cujo objeto é a eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Sendo:

Propo- nente vencedor	Item	Descri- ção	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
POSTO MODELO LTDA	2	OLEO DIESEL S10	POSTO MODELO	lts	8.000	2,7090	21.672,00
POSTO MODELO LTDA	3	Gasolina Comum	POSTO MODELO	lts	12.000	3,1188	37.425,60

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ao) pago(s) na possível AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E OLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, especificado(s) na Cláusula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos produtos deverá ser realizada IMEDIATAMENTE, após apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não sendo tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

A execução do objeto desta Licitação, será devidamente inspecionada pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na entrega do objeto em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, o pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo conforme ordem cronológica de

pagamentos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.



**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.  
Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.  
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 30 de Junho de 2014.

Representante legal: \_\_\_\_\_

MARCELO ANTONIO SARTORETTO

Razão social da empresa: POSTO MODELO LTDA

DETENTORA DA ATA

**Ata de Registro de Preços Nº 003/2014**

Processo Licitatório nº. 781/2014 da Modalidade Pregão com o nº. 024/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa JACOBY & JACOBY LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.619.631/0001-56, aqui representada por seu sócio, Sr. OLANDO JACOBY, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 024/2014, cujo objeto é a eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO. Sendo:

Propo- nente vencedor	Item	Descri- ção	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
JACO- BY & JACOBY LTDA.	2	OLEO DIESEL COMUM	JACOBY	lts	190.000	2,5988	493.772,00

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ão) pago(s) na possível AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, especificado(s) na Clausula

Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**  
Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A entrega dos produtos deverá ser realizada IMEDIATAMENTE, após apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não sendo tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

A execução do objeto desta Licitação, será devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na entrega do objeto em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, o pagamento será efetuado pelo Município de Modelo conforme ordem cronológica de pagamentos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos

que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 024/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 30 de Junho de 2014.

Representante legal: \_\_\_\_\_

Olando Jacoby

Razão social da empresa: JACOBY & JACOBY LTDA

DETENTORA DA ATA

#### Ata de Registro de Preços Nº 004/2014

Processo Licitatório nº. 781/2014 da Modalidade Pregão com o nº. 024/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2014

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa POSTO MODELO LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.314.054/0001-59, aqui representada por seu sócio, Sr. MARCELO ANTONIO SARTORETTO, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 024/2014, cujo objeto é a eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO. Sendo:

Propo- nente	Item	Descri- ção	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
POSTO MODELO LTDA	1	Gasolina Comum	POSTO MODELO	lts	22.000	3,1188	68.613,60
POSTO MODELO LTDA	3	OLEO DIESEL S10	POSTO MODELO	lts	10.000	2,7090	27.090,00

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas. Sendo:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será (ao) pago(s) na possível AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, especificado(s) na Clausula Primeira desta ata de registro de preços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos produtos deverá ser realizada IMEDIATAMENTE, após apresentação de Ordem de Serviço fornecida pelo responsável do Setor, não sendo tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

A execução do objeto desta Licitação, será devidamente inspecionada pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na entrega do objeto em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da cláusula sétima e seus subitens.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, o pagamento será efetuado pelo Município de Modelo conforme ordem cronológica de pagamentos.



**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 024/2014 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.  
Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.  
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC 30 de Junho de 2014.

Representante legal: \_\_\_\_\_

Marcelo Antonio Sartoretto

Razão social da empresa: POSTO MODELO LTDA

DETENTORA DA ATA

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Ata Registro de Preços Nº 47/2014

#### MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2014

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO RESOLVEM** Registrar o Preço da empresa: **BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 16.677.803.0001.15, neste ato representada pelo, Sr. BRUNO JOSUÉ MARTINS, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 47.520,50 pelos itens:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------------

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

4	Apontador de lápis corpo de plástico- sem depósito 01 furo retangular	UN	5.000,00	0,08	400,00
17	CANETA CORRETIVO, A BASE DE SOLVENTE, COM NO MÍNIMO 7ML	UN	20,00	3,90	78,00
22	canetinha hidrocolor contendo 12 uni	PCT	200,00	1,70	340,00
36	COLA BRANCA 40G NÃO-TÓXICA, LAVÁVEL, SECAGEM RÁPIDA. COLA: MADEIRA, PAPEL, CARTOLINA, PAPELÃO, FOTOS E TRABALHOS ARTESANAIS. CAIXA C/12UN	CX	150,00	8,85	1.327,50
63	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 CX C/ 5000 UNIDADES	CX	50,00	1,90	95,00
65	LÁPIS BORRACHA, CORPO CILÍNDRICO, EM MADEIRA NA COR AMARELA, COM MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA NO CORPO. CAIXA C/ 12UN	CX	10,00	28,00	280,00
66	LÁPIS DE COR 12 CORES. CAIXA GRANDE	CX	2.000,00	22,50	45.000,00
					<hr/>
					47.520,50

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

**CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

**TABELA - 1**

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
<b>1</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>5</b>
<b>5</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>10</b>

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
<b>1</b>	<b>R\$: 300,00</b>
<b>2</b>	<b>R\$: 500,00</b>
<b>3</b>	<b>R\$: 700,00</b>
<b>4</b>	<b>R\$: 900,00</b>
<b>5</b>	<b>R\$: 2.000,00</b>
<b>6</b>	<b>R\$: 4.000,00</b>

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
<b>1</b>	Não manter a documentação de habilitação atualizada	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>2</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>3</b>	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>4</b>	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	<b>1</b>	Por empregado e por dia
<b>5</b>	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>6</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	<b>6</b>	Por ocorrência
<b>7</b>	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>8</b>	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>9</b>	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo	<b>1</b>	Por ocorrência

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

	determinado no Edital		
<b>10</b>	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	<b>2</b>	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**§ 1º.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**§ 2º.** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**  
**Marcos Nei Correa Siqueira**  
**Órgão Gerenciador**

**BMR CONDICIONADORES LTDA**  
**Bruno Josué Martins**  
**Representante**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014****MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO** RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.245.458.0001.50, neste ato representada pela, Srta. DAIANE CARLA TOMAZELLI MINSKI, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 3.977,00 pelos itens:



**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada		Preço Total
10	BROCAL TB 3,5 (GLITER) DIVERSAS CORES C/ 12UN	PCT	50,00	10,00	500,00
44	CONJUNTO DE CAPA DE CONTRACAPA PARA ENCADERNAÇÃO	CJT	300,00	9,97	2.991,00
104	SACO PLÁSTICO 4 FUIROS, EM POLIETILENO, 23X30CM. PCT C/ 50UN	PCT	50,00	9,72	486,00
					<hr/> 3.977,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

**CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

### **TABELA - 1**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014

Página 4

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	1	Por ocorrência
8	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de	2	Por ocorrência

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

	providenciar recomposição complementar		
--	--	--	--

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**§ 1º.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**§ 2º.** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento,

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
Marcos Nei Correa Siqueira  
Órgão Gerenciador

DAGEAL – COM DE MAT DE ESC LTDA  
Daiane Carla Tomazelli Minski  
Representante

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014****MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO RESOLVEM** Registrar o Preço da empresa: **SUPER DELAZERI LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 06.867544.0001.31, neste ato representada pelo, Sr. ÊNIO DELAZERI, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 12.674,70 pelos itens:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------------

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

1	alfinete niquelado 50g nº29	CX	50,00	3,24	162,00
2	Almofada para carimbo nº 02 ou 3 ou 4	UN	10,00	6,84	68,40
5	ATILHO SUPER AMARELO, CONTENDO 50G, (BORRACHINHA DE DINHEIRO)	PCT	30,00	6,82	204,60
14	CADERNO GRANDE CAPA DURA ASPIRAL 200 FLS	UNI	100,00	4,62	462,00
16	CANETA AZUL OU PRETA P/ ESCREVER NO CD E PASTA VERNIZ UV, PONTA FINA 0,5 MM, TINTA A BASE DE ALCOOL E RESISTENTE A AGUA PONTA DE POLIACETAL COM PROTETOR EM METAL	UN	25,00	1,34	33,50
37	COLA BRANCA 90G NÃO-TÓXICA, LAVÁVEL, SECAGEM RÁPIDA. COLA: MADEIRA, PAPEL, CARTOLINA, PAPELÃO, FOTOS E TRABALHOS ARTESANAIS.	UN	500,00	0,75	375,00
38	cola eva 90g	UN	50,00	3,43	171,50
39	COLA P/ ISOPOR 40G INCOLOR	UN	100,00	3,32	332,00
56	FITA ADESIVA DUPLA FACE, P/ USO GERAL 19X30M. PCT C/ 3 ROLOS	PCT	20,00	12,48	249,60
68	LAPIS GIZ DE CERA 12 CORES	CX	1.000,00	2,99	2.990,00
70	LAPIZÃO DE CERA 12 CORES. CAIXA C/ 24CX	CX	100,00	25,95	2.595,00
71	LIVRO ATA 100 FOLHAS SEM MARGEM	UN	30,00	6,81	204,30
79	PAPEL ESPELHO DOBRADURA 48 X 60 DIVERSAS CORES	UNI	5.000,00	0,18	900,00
87	PASTA CATÁLOGO JEANS - 100FLS	UN	50,00	22,00	1.100,00
91	PINCEL ATOMICO PONTA QUADRADA CX C/ 12 UNI VARIAS CORES	CX	20,00	29,84	596,80
95	PLACA DE ISOPOR 15 MM ESPESSURA 100 X 50	UNI	100,00	4,80	480,00
103	RÉGUA DE 30 CM EM ACRILICO CRISTAL, NÃO FLEXIVEL COM GRADUAÇÃO PRECISA EM UN.	UN	2.500,00	0,70	1.750,00
					12.674,70

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

### CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexa causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

**TABELA - 1**

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

<b>5</b>	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>6</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	<b>6</b>	Por ocorrência
<b>7</b>	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>8</b>	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>9</b>	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>10</b>	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	<b>2</b>	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**§ 1º.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**§ 2º.** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**  
**Marcos Nei Correa Siqueira**  
**Órgão Gerenciador**

**SUPER DELAZERI LTDA**  
**Enio Delazeri**  
**Representante**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_



**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2014****MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2014**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO RESOLVEM** Registrar o Preço da empresa: **HC SUPRIMENTOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.951.624.0001.97, neste ato representada pelo, Sr. VALDOIR ROBERTO COLLI, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 7.975,00 pelos itens:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------------

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

67	LÁPIS DE COR 12 CORES. CAIXA PEQUENA	CX	2.000,00	3,00	6.000,00
73	PALITO PARA CHURRASCO 25 CM C/ 100 UNI	PCT	500,00	3,89	1.945,00

---

7.945,00

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

**TABELA - 1**

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA
------------------	--

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

	CONTRATUAL
<b>1</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>5</b>
<b>5</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>10</b>

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
<b>1</b>	<b>R\$: 300,00</b>
<b>2</b>	<b>R\$: 500,00</b>
<b>3</b>	<b>R\$: 700,00</b>
<b>4</b>	<b>R\$: 900,00</b>
<b>5</b>	<b>R\$: 2.000,00</b>
<b>6</b>	<b>R\$: 4.000,00</b>

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
<b>1</b>	Não manter a documentação de habilitação atualizada	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>2</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>3</b>	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>4</b>	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	<b>1</b>	Por empregado e por dia
<b>5</b>	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>6</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	<b>6</b>	Por ocorrência
<b>7</b>	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>8</b>	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>9</b>	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>10</b>	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	<b>2</b>	Por ocorrência



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

---

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

---

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**  
**Marcos Nei Correa Siqueira**  
**Órgão Gerenciador**

**HC SUPRIMENTOS LTDA**  
**Valdoir Roberto Colli**  
**Representante**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2014****MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2014**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO RESOLVEM** Registrar o Preço da empresa: **PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.098.455.0001.54, neste ato representada pela, Sra. HAYDEE DITTERT NUNES CABRAL, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 27.156,30 pelos itens:

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada		Preço Total
6	BALÃO DE 1ª QUALIDADE DIVERSAS CORES	PCT	3,00	3,35	10,05
	PCT C/ 50 UNI				
8	BLOCO DE RECADO AUTO ADESIVO 76 X 76	UN	300,00	2,20	660,00
	MM C/ 100 FLS				
18	Caneta esfereografica cristal azul ponta média c/ 50un	CX	40,00	15,89	635,60
19	Caneta esfereografica cristal preta ponta média c/ 50un	CXA	50,00	14,75	737,50
20	caneta esferográfica cristal "azul" ponta grossa cx 50 un	CXA	50,00	15,15	757,50
21	caneta esferográfica cristal "vermelha", ponta grossa cx 50 un	CX	20,00	16,23	324,60
27	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 0 C/ 500G	CX	15,00	6,47	97,05
30	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 2/0 C/ 500G	CX	15,00	6,36	95,40
55	EXTRATOR DE GRAMPOS, AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE, TIPO ESPÁTULA, COMPRIMENTO APROXIMADO 145X17MM.	UN	50,00	0,59	29,50
72	MASSA DE MODELAR C/ 12 CORES. CAIXA C/ 6 CX	CX	100,00	11,48	1.148,00
85	Papel vergê 180g 210x297 - cores variadas. Caixa c/ 50fls.	CX	100,00	11,80	1.180,00
86	PASTA AZ GRANDE LOMBO LARGO	UNI	100,00	12,47	1.247,00
100	QUADRO BRANCO 2,5X1,5 COM FORMICA EM ALUMINIO COM SUPORTE PARA APAGADOR COM O APAGADOR	UN	45,00	380,00	17.100,00
105	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA 1º QUALIDADE	UNI	400,00	2,32	928,00
106	TINTA GUACHE 250 ML CX C/ 1 UNIDADE - DIVERSAS CORES	CX	150,00	4,39	658,50
108	TNT DIVERSAS CORES. ROLO C/ 50M	RL	20,00	77,38	1.547,60
					27.156,30

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

### CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

**TABELA - 1**

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

<b>3</b>	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>4</b>	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	<b>1</b>	Por empregado e por dia
<b>5</b>	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>6</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	<b>6</b>	Por ocorrência
<b>7</b>	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>8</b>	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>9</b>	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>10</b>	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	<b>2</b>	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**§ 1º.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**§ 2º.** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

**Marcos Nei Correa Siqueira**

**Órgão Gerenciador**

**PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**

**Haydee Dittert Nunes Cabral**

**Representante**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2014****MUNICÍPIO DE MONTE CARLO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2014**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO RESOLVEM** Registrar o Preço da empresa: **ELMO PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.999.762.0001.31, neste ato representada pela Srta. AURÉLIA DE OLIVEIRA BESEN, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através do órgão participante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 – A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 50.889,70 pelos itens:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------------

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

3	APAGADOR DE QUADRO BRANCO,CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTENCIA,SUPERFICIE INTERNA EM ESPUMA E BASE EM FELTRO RESISTENTE E MACIO,COM BASE DE PLÁSTICO REFORÇADO.	UN	50,00	2,82	141,00
9	BORRACHA ESCOLAR BRANCA MACIA E SUAVE NÃO MANCHA O PAPEL	UN	5.000,00	0,09	450,00
11	CADERNO BROCHURA 48 FL	UNI	5.000,00	0,60	3.000,00
12	CADERNO COM 96 FLS. BROCHURA	UIN	5.000,00	2,60	13.000,00
13	CADERNO DE DESENHO PEQUENO 40 FLS BROCHURA	UNI	800,00	4,30	3.440,00
15	CAIXA DE ARQUIVO MORTO EM POLIONDA	UNI	60,00	4,30	258,00
23	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP 122 COLORIDO CAIXA C/ 01UN	CX	20,00	27,99	559,80
24	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP 122 PRETO CAIXA C/ 01UN	CX	20,00	23,99	479,80
25	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP 75 COLORIDOCAIXA C/ 01UN	CX	20,00	29,53	590,60
26	CD-R C/ 100 UNI	PCT	10,00	42,00	420,00
28	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 1 C/ 500G	CX	15,00	3,70	55,50
29	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 1/0 C/ 500G	CX	15,00	6,90	103,50
31	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 3/0 C/ 500G	CX	15,00	6,48	97,20
32	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 4/0 C/ 500G	CX	15,00	6,49	97,35
33	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 6/0 C/ 500G	CX	15,00	5,99	89,85
34	CLIPES PARA PAPÉIS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO, TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMANHO Nº 8/0 C/ 500G	CX	15,00	6,90	103,50
35	CLIPES PARA PAPÉIS, NIQUELADO Nº 3, CX C/ 100UN.	CXA	15,00	6,00	90,00
41	COLCHETE DE AÇO METÁLICO Nº 14. CAIXA C/ 72UN	CX	20,00	8,15	163,00
42	COLCHETE DE AÇO METÁLICO Nº 3. CAIXA C/ 72UN	CX	12,00	2,00	24,00
43	COLCHETE DE AÇO METÁLICO Nº 7. CAIXA C/ 72UN	CX	10,00	3,50	35,00
45	CORRETIVO LIQUIDO 1,8 ML C/ 12 UNI	CX	20,00	9,90	198,00
46	DVD virgem C/ 100 UNIDADES	TUB	5,00	71,00	355,00
47	ENVELOPE BRANCO 110X220MM	UN	1.000,00	0,30	300,00
48	ENVELOPE SACO 176 X 250.	UNI	1.000,00	0,26	260,00
49	ENVELOPE SACO BRANCO, TAMANHO 250 X 353MM	UN	1.000,00	0,36	360,00
50	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80G, TAMANHO 250 X 353MM	UN	1.000,00	0,12	120,00
51	ESPIRAL PVC PARA ENCADERNAÇÃO Nº 17 C/ 100 UNI	PCT	200,00	0,45	90,00
52	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO Nº 10 C/100UN	PCT	200,00	0,35	70,00
53	ESTILETE ESTREITO	UN	30,00	0,85	25,50
54	ESTILETE LARGO	UNI	30,00	0,69	20,70
57	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45X45M - PCT C/ 5 ROLOS	PCT	200,00	2,90	580,00
58	FITA CREPE 25x50M	RL	200,00	3,00	600,00
60	FOLHA EVA 40 X 60 X 2MM LISA, DIVERSAS CORES	UN	2.000,00	1,63	3.260,00
62	FORMULÁRIO CONTÍNUO RECIBO DE PAGAMENTO, FUNDO VERDE 235X140, COM BLOQUEIO, CAIXA COM 2000 JOGOS.	CXA	10,00	264,50	2.645,00
64	GRAMPO TRILHO METALIZADO 80MM. CAIXA C/ 50UN	CX	30,00	7,98	239,40
69	LÁPIS PRETO DE GRAFITE, Nº 02, COM ENVOLTÓRIO DO GRAFITE INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA, CORPO CILÍNDRICO, EM MADEIRA NA COR PRETA. CAIXA C/ 144UN	CX	5.000,00	0,37	1.850,00

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

74	PAPEL CAMURÇA 40 X 60 DIVERSAS CORES	UNI	1.000,00	0,46	460,00
75	PAPEL CAROLINA 50 X 66 X 150 GRS DIVERSAS COR	UNI	500,00	1,80	900,00
76	Papel cartão espelho 50 x 70 - diversas cores	UNI	600,00	0,51	306,00
77	PAPEL CREPON 0,48 X 2MTS VARIAS CORES	UNI	3.000,00	0,80	2.400,00
78	PAPEL DUPLEX 48 X 66 CORES DIVERSAS	UNI	2.400,00	0,58	1.392,00
80	PAPEL LAMINADO 48 X 60 DIVERSAS CORES	UNI	500,00	0,58	290,00
81	PAPEL PARANÁ Nº 80, 100X80, PCTE COM 5 UNIDADES,	UN	30,00	13,00	390,00
82	PAPEL PARDO KRAFT 90 GRS 60 X200 MTS	RL	15,00	75,70	1.135,50
83	PAPEL SULFITE 75G/M² COLORIDO 210X297 A4 500FLS DIV. CORES	RES	100,00	14,75	1.475,00
84	PAPEL TIPO CELOFONE 85 X 100 DIVERSAS CORES	UNI	1.000,00	1,53	1.530,00
88	PASTA PLÁSTICA A4, POLIPROPILENO 0,18 C/ CANALETA - CORES SORTIDAS.	UN	100,00	2,49	249,00
89	PASTA PLÁSTICA, C/ ABAS E ELÁSTICO, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO, ALTURA 3,5 CM	UN	100,00	2,96	296,00
90	PASTA SUSPensa MARMORIZADA PLASTIFICADA COMPLETA	UNI	400,00	2,38	952,00
92	PINCEL ATOMICO PONTA REDONDA CX C/ 12 UNI VARIAS CORES	CX	20,00	39,35	787,00
93	PISTOLA 220 VTS PARA COLA QUENTE GROSSA	UNI	40,00	23,20	928,00
94	PISTOLA DE COLA QUENTE FINA 220 VLT	UNI	40,00	14,25	570,00
97	PLÁSTICO AUTO-ADESIVO TRANSPARENTE 45X25M (TIPO CONTACT®)	RL	5,00	60,00	300,00
98	PRANCHETA EM MATERIAL ACRILICO PARA ANOTAÇÕES, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO, COM PEGADOR DE PAPÉIS.	UN	50,00	10,45	522,50
101	REFIL DE COLA QUENTE FINA PCT 1 KG	PCT	50,00	17,80	890,00
102	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA PCT C/ 1 KG	PCT	50,00	18,90	945,00
					50.889,70

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

### CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.



## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sra BEATRIZ AMAZONAS, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

**TABELA - 1**

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA - 2**

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

**TABELA - 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

<b>3</b>	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	<b>3</b>	Por ocorrência
<b>4</b>	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	<b>1</b>	Por empregado e por dia
<b>5</b>	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>6</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	<b>6</b>	Por ocorrência
<b>7</b>	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>8</b>	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	<b>2</b>	Por ocorrência
<b>9</b>	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	<b>1</b>	Por ocorrência
<b>10</b>	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	<b>2</b>	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**§ 1º.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**§ 2º.** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.
- 12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

- 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2014, Pregão Eletrônico nº 10/2014 – Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data da assinatura com duração até a data de 31/Dezembro/2014.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.
- 15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 30 de Junho de 2014.

**MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**  
**Marcos Nei Correa Siqueira**  
**Órgão Gerenciador**

**ELMO PAPELARIA LTDA**  
**Catia A. O. Besen**  
**Representante**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_ < > \_\_\_\_\_



## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Convocação de Conferência Pública

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-SC. CONVOCAÇÃO DE CONFERÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E ANÁLISE DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ART. 19, 52 E 57 DA LEI COMPLEMENTAR 020/2014 QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. LOCAL: ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL PREFEITO AUZILIO FRASSON, SITO A RUA 20 DE MAIO, N.º 100, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. DIA: 16/07/2014. HORA: 10:30.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO AUZILIO FRASSON  
EM 30 DE JUNHO DE 2014.  
AGANALDO DAVID MACCARI  
PREFEITO

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Ata III - Ata Continuação Proposta Técnica 75/2014 PMN

CONCORRENCIA Nº 75/2014 PMN

ATA CONTINUAÇÃO PROPOSTA TÉCNICA

AS 15 HORAS DO DIA 27/06/2014, REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE PARA INÍCIO DA APRESENTAÇÃO DA TÉCNICA, COM A PRESENÇA DA EMPRESA BETHA DEVIDAMENTE CREDENCIADA ( SR. RONALDO AMANCIO TEIXEIRA ) E SUA EQUIPE TÉCNICA, SENDO QUE A EMPRESA IPM NÃO COMPARECEU, NESTA FASE FORAM ANALISADAS AS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA SOLUÇÃO PRETENDIDA (ITEM 5).

E CONSTATADO QUE A EMPRESA BETHA ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS NESTE ITEM.

Próxima etapa será realizada dia 30/06/2014 as 10h com a demonstração da área contábil.

COMISSÃO TÉCNICA

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

#### Portaria de Nomeação 3263/2013

PORTARIA Nº. 3263 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a Sr.ª PATRICIA DUARTE CIDRAL, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de Língua Portuguesa, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/09/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 04 de setembro de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

18 DE SETEMBRO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

**Ata Regão Presencial Nº 139/2014 PMN - Deserta**

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA REGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 PMN - DESERTA

OBJETO : REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE PONTO (RELOGIO PONTO BIOMÉTRICO), DEVIDAMENTE INSTALADO PARA SER UTILIZADO DIARIAMENTE NOS REGISTROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

DATA DE ACONTECIMENTO 30/06/2014 AS 09:00H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

NOVA DATA SERÁ PUBLICADA FUTURAMENTE.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Navegantes, 30 de junho de 2014

**Portaria 2432 Prorroga Trabalhos Comissão de Processo Administrativo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2432 DE 26 DE JUNHO DE 2014

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n º 1833 de 9/4/2014 para apurar possível abandono de cargo pela servidora Lucilene Felício Leal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,

26 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Aviso de Licitação Tomada de Preço 30/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº30/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PROGRAMA DO MS, COM POSTO Nº 11474080000111001. Data da entrega dos envelopes: 16/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 30 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Aditivo Contrato 001/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 094/2012 - Modalidade: Pregão Presencial Nº 058/2012; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: JMM ELÉTRICA LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob o Nº 13.226.152/0001-59, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, 30, Bairro Centro, Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Segundo aditivo de prazo. Prorroga validade até 31/12/2014.

Nova Trento, 01 de julho de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Aviso de Resultado do Pregão Presencial FMS Nº 008/2014-Rp

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 008/2014, cujo objeto é a futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Que na data de sua realização: Dia 30/06/2014 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393), SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684) e JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772). Sendo vencedora a empresa MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393) dos itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07, com valor total de R\$ 7.616,00 (Sete mil, seiscentos e dezesseis reais), a empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684), foi vencedora dos itens 01, 08, 09, 11, 13 e 14, com valor total de R\$ 12.404,30 (Doze mil, quatrocentos e quatro reais e trinta centavos), a empresa JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772), foi vencedora dos itens 10 e 12, com valor total de R\$ 9.676,00 (Nove mil, seiscentos e setenta e seis reais), totalizando o valor da licitação em R\$ 29.696,30 (Vinte e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: As propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedora as empresas acima identificadas.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Junho de 2.014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

#### Aviso de Licitação Deserta PL Nº 033/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 033/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O município de Novo Horizonte/SC, torna público que como não houve nenhum interesse de licitantes em participar do certame referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014-Processo Licitatório Nº 033/2014, cujo o objeto é a CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, CONSISTINDO NA REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, POR INFRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS VIAS PÚBLICAS ABERTAS E DE LIVRE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, a mesma foi declarada DESERTA.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Junho de 2.014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 06, de 25 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº. 06, de 25 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INERENTE A PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTES AO ANO DE 2012.

JOSÉ IVANIR DALLANOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do art. 19, inciso II, alínea b), cumulado com art. 18, inciso I, alínea d);

**RESOLVE:**

Art. 1º - A Câmara Municipal de Vereadores deverá julgar a prestação de contas referente ao ano de 2012.

Art. 2º - Determino, nos termos do art. 226, do Regimento Interno, a autuação dos documentos apresentados pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 25/06/2014.

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/9

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Suplemento Nutricional com 28 vitaminas e minerais, Cálcio e Vitamina D para os ossos, Proteína para os músculos, Fibras para o intestino, Ômega 3 e 6 - gorduras saudáveis. Composição: Maltodextrina, sacarose, óleos vegetais (óleo vegetal de girassol altamente oleico, óleo vegetal de soja, óleo vegetal de canola e óleo vegetal de milho), caseinato de cálcio, minerais (citrato de sódio, citrato de potássio, carbonato de cálcio, cloreto de magnésio, fosfato de potássio dibásico, cloreto de potássio, cloreto de sódio, fosfato de sódio monobásico, sulfato de zinco, sulfato ferroso, sulfato de manganês, sulfato de cobre, cloreto de cromo, molibdato de sódio, iodeto de potássio, selenito de sódio, sulfato de magnésio, fosfato tricálcico), proteína isolada de soja, insulina, oligofrutose, proteína isolada do leite, glicose, frutose, vitaminas (cloreto de colina, ascorbato de sódio, vitamina E, palmitato de ascorbila, mix de tocoferóis, acetato de vitamina A, niacinamida, d-pantotenato de cálcio, d-biotina, vitamina D3, cianocobalamina, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, ácido fólico, riboflavina, filloquinona, beta caroteno e ácido ascórbico), aromatizantes, corante artificial e regulador de acidez ácido cítrico e hidróxido de potássio. SEM GLUTEN e LACTOSE. ACEITAMOS SOMENTE O SABOR ARTIFICIAL DE BAUNILHA. Lata com 400 gramas.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	38,8000	1
2	Leite em pó SEM LACTOSE, fórmula infantil para lactantes de 0 a 12 meses, com DHA e ARA, com nucleotídeos, fonte proteica. Composição do Produto: Maltodextrina, oleína de palma, proteína de soro de leite, caseinato de potássio, óleo de canola, óleo de coco, óleo de milho, fosfato de potássio, citrato de cálcio, lecitina de soja, cloreto de sódio, cloreto de magnésio, vitamina C, taurina, nucleotídeos, cloreto de potássio, sulfato de zinco, sulfato ferroso, L-carnitina, vitamina E, vitamina PP, pantotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B2, sulfato de cobre, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D3, iodeto de potássio, ácido fólico, vitamina K, biotina e vitamina B12. Sem Glúten, lata com 400 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	NAN SEM LACTOSE/NEST 0	0	28,0000	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	53,8000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Leite em pó, fórmula infantil com ferro para lactantes de 0 a 6 meses , com nucleotídeos, DHA e ARA. Composição do Produto: Lactose, concentrado protéico de soro de leite, oleína de palma, leite desnatado, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, sais minerais (citrato de cálcio, cloreto de potássio, citrato de potássio, cloreto de magnésio, citrato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio, sulfato de manganês, selenato de sódio), vitaminas (vitamina C, vitamina E, niacina, pantotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B2, vitamina D, vitamina B1, ácido fólico, vitamina K, biotina), óleo de peixe, lecitina de soja, ácido graxo araquidônico, L-arginina, L-carnitina, nucleotídeos, taurina, bitartrato de colina, inositol e L-histidina. Sem GLÚTEN. Fonte protéica O óleo de peixe é fonte de ácido docosahexaenólico DHA, Lata com 800 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	NAN 1 PRÓNESTLE	0	40,0000	1
4	Leite em pó, a partir do 6º mês, fórmula infantil de segmento com ferro para lactantes, com probióticos, lactobacillus e bifidus. DHA & ARA. Composição do Produto: Lactose, leite desnatado, concentrado protéico de soro de leite, oleína de palma, óleo de canola, óleo de palmiste, óleo de milho, sais minerais (citrato de cálcio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre e iodeto de potássio), lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, pantotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B1, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K, biotina e vitamina B12), óleo de peixe, óleo de Mortierella alpina, cultura de Lactobacillus rhamnosus e cultura de Bifidobacterium longum. Sem GLÚTEN. Fonte proteica. Lata com 800 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	NAN 2 PRÓNESTLE	0	40,0000	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	58,3000	2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	53,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Leite em pó, fórmula infantil, com ferro para lactantes de 0 a 6 meses . Composição do Produto: Lactose, soro de leite desmineralizado, maltodextrina, leite desnatado, oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, lecitina de soja, sais minerais (citrato de cálcio, citrato de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, selenato de sódio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, cloreto de potássio, iodo de potássio, sulfato de manganês), vitaminas (vitamina A, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, vitamina K, biotina, vitamina E), L-carnitina, taurina e inositol. SEM GLUTEN. Fonte protéica. Lata com 800 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	NESTOGENO 1/NESTLE	0	30,0000	1
6	Leite em pó, a partir do 6º mês, fórmula infantil de segmento para lactantes e crianças de primeira infância. Composição do Produto: Leite desnatado, maltodextrina, lactose, oleína de palma, soro de leite desmineralizado, óleo de palma, óleo de canola, óleo de milho, lecitina de soja, sais minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodo de potássio), vitaminas (vitamina C, vitamina E, ácido pantotênico, niacina, vitamina B1, vitamina A, vitamina B6, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K, biotina, vitamina D). SEM GLUTEN. Fonte protéica, Lata com 800 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	NESTOGENO 2/NESTLE	0	25,0000	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	41,4000	2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nestle	0	36,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 3/2014

Data do Registro: 30/06/2014

Válido até: 30/06/2015

Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Leite em Pó para crianças nascidas PREMATURAS, fórmula infantil com ferro para lactantes. Com DHA e ARA, com nucleotídeos. Composição do Produto: proteínas de soro de leite, maltodextrina, leite desnatado, triglicérides de cadeia média, óleo de canol, oleína de palma, óleo de girassol com alto teor oleico de girassol, sais minerais (citrato de potássio, ácido fosfórico, citrato de cálcio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, selenato de sódio, iodeto de potássio, cloreto de sódio, citrato de sódio, cloreto de magnésio, fosfato de cálcio dibásico, fosfato de cálcio tribásico, cloreto de potássio e hidróxido de cálcio), vitaminas (vitamina A, vitamina D, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, vitamina K, biotina, vitamina E, vitamina B12, taurina), ácido docosahexaenóico, lecitina de soja, L-histidina, ácido graxo araquidônico, L-arginina, L-cisteína, nucleotídeos, bitartrato de colina, inositol, L-carnitina, lactose. Fonte proteica. Nutrição adequada para o crescimento e desenvolvimento do lactente. Relação proteína do soro/caseína de 70/30, proporcionando melhor digestibilidade. Perfil de aminoácidos adequado para o recém-nascido de baixo peso evitando distúrbios metabólicos. Nutrientes de fácil absorção (TCM, maltodextrina), contribuindo para o ganho de peso do lactente. Adicionado de LC PUFAS. Lata com 400 gramas.	UN	MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (1393)	PRÉ-NANNESTLE	0	75,0000	1
8	Fralda Descartável Infantil, tamanho P (Pequena), Embalagem contendo no mínimo 100 fraldas descartáveis. Composição: com aloe vera, super gel, com barreiras anti-vazamento, formato anatômico, fios de elástico e faixa frontal, camada interna macia, anti-alérgica, de non-woven filtrante - fibras de celulose, polímeros absorventes (Dry-Gel), camada externa de polietileno anti vazamento - fita para fixação, Polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elástico sintético, fitas elásticas.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ferinha	0	47,8500	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	nete	0	114,2000	2
			JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772)	BISS	0	47,9200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Fralda Descartável Infantil, tamanho G (Grande), de 9 a 13 kg, embalagem com no mínimo 38 unidades, com fecho agarradinho, abre e fecha quantas vezes quiser, confortável, com aloe vera, indicador de umidade, barreiras antivazamento. Componentes atóxicos, não propensos a causar irritação em contato com a pele.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	FERINHA	0	27,2500	1
10	Fralda descartável tamanho P (Pequeno), pacote com no mínimo 10 unidades. Cintura 50 a 80 cm. Peso: 30 a 40 kg. Com barreiras antivazamento, no mínimo 8 horas de proteção: testado dermatologicamente, produto hipoalergênico, com indicador de umidade/troca, com aloe vera, com fitas adesivas reposicionáveis, quatro fitas adesivas, para melhor ajuste, reposicionáveis, com cobertura filtrante suave, atóxica e máxima suavidade e conforto, Flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquido, reduz umidade, muda de cor ao contato com o líquido e indica quando a fralda pode ser trocada. Composição: Polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano e aloe vera	PCT	JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772)	POP	0	23,6000	1
11	Fralda descartável, tamanho J (Juvênil), pacote com no mínimo 11 unidades. Cintura 42 a 72 cm. Peso: 20 a 33 kg. Com barreiras antivazamento, no mínimo 8 horas de proteção, testado dermatologicamente, produto hipoalergênico, com indicador de umidade/troca, com aloe vera, com fitas adesivas reposicionáveis, quatro fitas adesivas, para melhor ajuste, reposicionáveis, com cobertura filtrante suave, atóxica e máxima suavidade e conforto, flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquido, reduz umidade, muda de cor ao contato com o líquido e indica quando a fralda pode ser trocada. Composição: Polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano e aloe vera.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	FERINHA	0	24,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 6/9

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Fralda descartável tamanho M (Médio), uso adulto, pacote com no mínimo 09 unidades. Cintura: 80 a 115 cm. Peso: 40 a 70 kg. Com barreiras antivazamento, no mínimo 8 horas de proteção, testado dermatologicamente, produto hipoalergênico, com indicador de umidade/troca, com aloe vera, com fitas adesivas reposicionáveis, quatro fitas adesivas, para melhor ajuste, reposicionáveis, com cobertura filtrante suave, atóxica e máxima suavidade e conforto, flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquido, reduz umidade, muda de cor ao contato com o líquido e indica quando a fralda pode ser trocada. Composição: Polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano e aloe vera.	PCT	JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772)	POP	0	23.6000	1
13	Fralda descartável tamanho G (Grande), uso adulto, pacote com no mínimo 08 unidades. Cintura: 115 a 150 cm. Peso: 70 a 90 kg. Com barreiras antivazamento, com no mínimo 8 horas de proteção, testado dermatologicamente, produto hipoalergênico, com indicador de umidade/troca, com aloe vera, com fitas adesivas reposicionáveis, quatro fitas adesivas, melhor ajuste, reposicionáveis, com cobertura filtrante suave, atóxica e máxima suavidade e conforto, flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquido, reduz umidade, muda de cor ao contato com o líquido e indica quando a fralda pode ser trocada. Composição: Polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano e aloe vera.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MASTER	0	24.8000	2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MASTER	0	23.5000	1
			JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772)	POP	0	23.6000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Fralda descartável tamanho XG (Extra Grande), uso adulto, com no mínimo 07 unidades. Cintura: 120 a 165 cm. Peso: acima de 90 kg. Com barreiras maiores, antivazamento, com no mínimo 8 horas de proteção, testado dermatologicamente, produto hipoalergênico, com indicador de umidade/troca, com aloe vera, com fitas adesivas reposicionáveis, quatro fitas adesivas, melhor ajuste, reposicionáveis, com cobertura filtrante suave, atóxica e máxima suavidade e conforto, flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquido, reduz umidade, muda de cor ao contato com o líquido e indica quando a fralda pode ser trocada. Composição: Polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano e aloe vera.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MASTER	0	23.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JACQUES BRIÃO MOREIRA ME (1772)	POP	0	23.6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 30/06/2014		Válido até: 30/06/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA A DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014

PROCESSO Nº 12/2014

- (1393) - MEDIGRAM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (1684) - SCS COMÉRCIO LTDA ME
- (1772) - JACQUES BRIÃO MOREIRA ME

Novo Horizonte, 30 de Junho de 2014.

# Orleans

## PREFEITURA

### Edital 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL 81/2014

A Prefeitura de Orleans TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, constituídos pelo Decreto Municipal nº 3.672/2014, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na SALA/SETOR DE LICITAÇÕES, situada na sede da Prefeitura Municipal, rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO/POR ITEM". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, demais leis aplicáveis à espécie bem como pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

a) Os envelopes contendo a Proposta e Documentos para Habilitação, para o objeto da presente licitação deverão ser protocolados até o dia 09/07/2014 às 15h45min SOMENTE NA SALA/SETOR DE LICITAÇÕES, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, dias santos e feriados. A APRESENTAÇÃO, ENTREGA, ENVIO OU PROTOCOLIZAÇÃO DE PROPOSTAS E/OU DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR QUALQUER OUTRO MEIO OU LOCAL, COMO POR EXEMPLO, ENVIO PELO CORREIO OU PROTOCOLIZAÇÃO NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL NÃO SERÁ CONSIDERADA.

b) A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigida pelo Pregoeiro que receberá os Documentos para o Credenciamento, a ser realizada no dia 09/07/2014 às 16h:00m, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, SOMENTE na Sala/Setor de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na Rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC.

c) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente à data do Pregão.

d) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, salvo que ocorra algum fato que impeça de assim ser procedido, o que será constatado em Ata e devidamente justificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

e) O procedimento licitatório é um procedimento previsto em lei. A sessão de abertura da licitação é um ato público e oficial, onde os participantes devem respeitar e cumprir as cláusulas previstas nesse edital. O não cumprimento de qualquer um destes requisitos acarretará na desclassificação ou desabilitação da participante ou no não credenciamento do representante.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE.

### CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente será admitida a participação neste certame de pessoas jurídicas que comprovem, por meio de documentos de

registros ou autorizações legais, explorar ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, não sendo admitido consórcio ou subcontratação, sendo a licitante a ser contratada, a única responsável pela execução dos serviços;

2.2. É vedada à participação de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial; em regime de concordata ou falência; que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais; que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Orleans, SC; ou ainda, empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.3. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 1, ou envelope da "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o ENVELOPE Nº 2, ou envelope da "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", juntamente com os DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO no local, data e horário indicados neste Edital;

2.4. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

2.5. Toda Documentação de Credenciamento, Habilitação e Proposta de Preço deverá ser apresentada à época e local pertinente, rubricada e ordenada na forma deste Edital, em folhas numeradas sequencialmente e presas entre si.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CREDENCIAMENTO

3.1. No local e data estipulado no preâmbulo deste edital, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar junto ao Pregoeiro, devidamente munidos dos documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto n.º 3.555/2000 e demais documentos relacionados a seguir:

#### 3.1.1. PARA O CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) original ou cópia autenticada do documento de identidade (será aceito o RG - Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, procuração pública ou particular com firma reconhecida (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos;

c) se sócio/dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

d) Certidão, original ou cópia autenticada, expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC), cuja ausência não impedirá o credenciamento da licitante.

e) a Carta de Credenciamento; (Anexo III)

f) Declaração para Habilitação, dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo - (Anexo IV).

3.1.2. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar os documentos solicitados nos itens 3.1.1 em um terceiro envelope, no Setor de Licitações, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 03 - Documentos de Credenciamento.

3.1.3. SOMENTE PODERÃO SE MANIFESTAR NO TRANSCORRER DAS REUNIÕES OS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES QUE ESTIVEREM DEVIDAMENTE CREDENCIADOS.

3.1.4 - Cada licitante credenciará apenas um representante que

será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

3.1.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

3.1.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.1.7 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos exigidos, impossibilitará o credenciamento e de consequência, impedirá a participação na sessão pública do pregão.

3.1.8 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, momento que poderão ser devolvidos, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

4.2. Os envelopes de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA DE ORLEANS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014  
LICITANTE:  
CNPJ:  
TELEFONE:  
EMAIL:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA DE ORLEANS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014  
LICITANTE:  
CNPJ:  
TELEFONE:  
EMAIL:

4.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados no original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

4.3.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.3.2. Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

4.3.3. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os materiais e/ou serviços, objeto da presente licitação.

4.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo

autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.5. O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do MENOR PREÇO/POR ITEM.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1)

5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo obrigatoriamente ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou "fac-símile" e/ou endereço eletrônico, preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado.

5.2. A proposta poderá ser apresentada através do Sistema Betha Auto Cotação gravado em uma mídia eletrônica (pen drive ou cd) no Envelope da Proposta juntamente com uma via impressa, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital e deverá obrigatoriamente conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e total por item, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste edital;

d) o prazo de validade da proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

e) o prazo de entrega do(s) produto(s) ou serviço(s) cotado(s), não poderá ser superior a 24 horas consecutivos, contados da data da retirada da autorização de fornecimento/contrato;

f) Não existe quantidade mínima para o fornecimento de produtos e/ou serviços.

g) Fica a cargo da empresa vencedora todo o trabalho de preparação do terreno, se necessário a retirada ou colocação de terra nos canteiros, adubação e irrigação das plantas.

h) o prazo do contrato será até o dia 31 de dezembro de 2014.

5.2.2. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem. Não podendo ser inferior a 12 meses a contar da data de entrega;

5.2. Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.3. Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s), sendo de responsabilidade da licitante o pagamento de eventuais indenizações ou verbas de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e etc.

5.4. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

5.5. Na hipótese prevista no subitem 5.4, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua legitimidade de representação por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.



5.6. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.7. As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento desta licitação.

5.8. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

6.1. Para habilitação de empresas cadastradas junto a Prefeitura de Orleans na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Orleans;

a.1) Para suprir a documentação vencida, relacionada no Certificado de Registro Cadastral - CRC, deverá(ão) ser entregue(s) o(s) documento(s) hábil(eis) em original; ou cópia autenticada por cartório; ou cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 - documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais; ou exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial; ou cópia autenticada por servidor do Público;

6.2- Para habilitação de empresas NÃO cadastradas junto ao Município de Orleans, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).

e) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da Sede do Licitante.

f) Prova de regularidade com a seguridade social, (INSS e FGTS).

g) comprovante de regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) - CNDT.

h) Certidão negativa de Falência ou Concordata na sede do licitante.

6.3 - Documentos exigidos para pessoa física:

a) Cédula de identidade;

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, (CPF);

c) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da Sede do Licitante;e

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

6.4 - Além dos documentos acima mencionados deverá ser entregue:

a) Comprovante que a Empresa tenha Profissional Técnico Responsável (Engº Agrônomo);

b) Relação de Funcionários Registrados, onde os mesmos deverão trabalhar uniformizados e com Equipamentos de Segurança;

c) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Órgão Público;

d) Certificado ou contrato emitido por empresa ou órgão licenciado

dando destino correto aos restos vegetais e lixo produzidos pela realização dos serviços conforme a Lei Nacional de Política de Resíduos Sólidos numero LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

e) Registro da empresa no CREA.

6.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS NO CREDENCIAMENTO, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

6.4.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

6.4.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo Pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

6.5.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.5.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.6 - O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

6.7 - O pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com o inciso XIV do artigo 4º da Lei 10.520/02 inciso, bem como acordo TCU 1758/2003, poderá efetuar o saneamento dos documentos de habilitação, quando for o caso.

6.8. O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no setor de Licitação da Prefeitura de Orleans ou no sítio da Prefeitura no endereço eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES

7.1.A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, os Documentos de Habilitação e Documentos do Credenciamento será pública, dirigida por um Pregoeiro

e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, na data e horário já determinados, NA SALA/ SETOR DE LICITAÇÕES, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na Rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC.

7.2. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio reunir-se-ão no local indicado no item 7.1, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

7.2.1. Iniciada a sessão, somente serão credenciados os representantes que estiverem presentes no local e data estipulados neste Edital, desde que munidos dos documentos necessários. Somente será admitida a entrada de participante ou representante após aberta a sessão para acompanhar o certame como ouvinte, com o intuito de resguardar a ordem deste ato e evitar possível tumulto.

7.2.2. É dever dos participantes e representantes estar no local e horário indicados.

7.2.3. A Sessão Pública do Pregão não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

7.2.3.1. O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, se necessário para determinar alguma providência administrativa ao bom andamento dos trabalhos.

7.2.3.2. Somente será admitida a saída e retorno de representante da sala desde que devidamente motivado e autorizado pelo Pregoeiro.

7.2.3.3. A saída de representante da Sessão Pública, sem autorização do Pregoeiro, subentende-se como abandono/desistência de participação do certame.

7.2.4. Será realizado o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame e entrega dos demais documentos exigidos conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

7.3. Abrir-se-ão os envelopes n.º 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados no Edital.

7.3.1. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope n.º 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

7.3.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço/ Por Item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor global, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

7.3.3. Para as proponentes classificadas, conforme subitem 7.3.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.3.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

7.3.5. Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

7.3.6. O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

7.3.7. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.8. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.3.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação

provisória pela ordem decrescente dos preços apresentados.

7.4. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis (Art. 43, 1º, LC 123/2006), proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.2. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, lhe aplicando-se a penalidade de que trata o item 17 deste Edital.

7.5. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da LC 123/2006.

7.6. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.6.1. Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

7.6.2. Para fins de aferição de inexecuibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7.6.3. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições de habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.8. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.9. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.9.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2., acima, a licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.10. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, na forma que estabelece a Lei 10.520/2002.

7.10.1. A ausência da proponente ou sua saída não autorizada pelo Pregoeiro, antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.11. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.12. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, salvo que o motivo do adiamento não permita a imediata fixação da nova data, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.14. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias corridos à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

7.15. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO, POR ITEM, desde que atendidas as exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, na forma que estabelece a Lei 10.520/2006.

8.3. Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolizados no Protocolo Central da Prefeitura de Orleans, no horário de expediente.

8.4. Sendo verificado que a impugnação e/ou o recurso trata-se de expediente meramente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da licitação, serão tomados os procedimentos administrativos, penais e cíveis cabíveis.

8.5. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações da Prefeitura de Orleans, SC, mediante requerimento.

#### CLÁUSULA NONA - DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Em não sendo interposto recurso ou se interposto não for provido, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor e encaminhar o processo à autoridade competente para a sua homologação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTRATO

10.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de 5

(cinco) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações subsequentes.

11.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se as sanções previstas na legislação de regência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.2. Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

13.3. São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao à execução do contrato.

13.4. A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS PRODUTOS ADQUIRIDOS

15.1. A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

08.01.2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 - 88 - Abertura e conservação de Estradas

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento do bem adjudicado no presente Pregão será pago de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento, e se dará mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Orleans.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES**

18.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

I - Advertência;

II - Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente ;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III - Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

18.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.3. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

18.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito a Prefeitura de Orleans/ Setor de Licitações, mediante requerimento, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4. A Prefeitura de Orleans poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.5. O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Prefeitura de Orleans, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

19.6. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos

interessados, que devem solicitar pelo e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br).

19.7. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

19.8. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos, operando os efeitos da preclusão quanto a eventuais recursos e/ou impugnações sobre o presente instrumento convocatório.

19.9. Fica eleito o Foro da Comarca da Orleans, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as controvérsias judiciais decorrentes deste certame.

19.10. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Orleans-SC, 27 de Junho de 2014.

FABIO SALVADOR

Pregoeiro

**ANEXO I**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s)Item(s)

ITENS	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	5000 m²	GRAMA NATURAL EM LEIVA	R\$ 15,00	R\$ 75.000,00
02	130 UN	MUDAS DE ARVORES PARA ARBORIZAÇÃO DA CIDADE DE APROXIMADAMENTE 2 m DE ALTURA (TIPOS: BOLÃO DE OURO, PAU FERRO, FLAMBOYANT, SIBIPIRUNA, IPÊ, CANELA DOCE, MANACA,	R\$ 38,00	R\$ 4.940,00
02	400 CX	FLORES DE EPOCA CAIXA C/ 15 MUDAS	R\$ 16,00	R\$ 6.400,00

**ANEXO II**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

Modelo de Proposta de Preços

À

PREFEITURA DE ORLEANS

Item	Qtde	Unid.	Descrição do Produto	Marca	Vlr.Unit.	Vlr. Total



## Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ( )

Fac-símile: ( )

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ( )

Fac-símile: ( )

Local e data:

Assinatura/Carimbo

## ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

## CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014.

1.2 OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE.

ABERTURA: 09/07/2014.

A \_\_\_\_\_  
(nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

## NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

## ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na letra "f" do item 3.1.1 do Edital de Pregão Presencial nº 81/2014, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

## ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014.

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. NumContrato  
TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A PREFEITURA DE ORLEANS E A EMPRESA NomeContratado NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO TipoContrato.

Contrato que entre si celebram o PREFEITURA DE ORLEANS, Estado de Santa Catarina sito à Rua XV de Novembro, 282, s/n., inscrita no CGC/MF sob o nº 82.926.544/0001-43, neste ato representada por seu representante, Senhora MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, PREFEITO DE ORLEANS, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NomeContratado, com sede à EnderecoContratado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. CNPJContratadoCPFContratado neste ato representada por seu representante legal Senhor NomeRespContratado, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 81/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014, homologado em 01/01/1900, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a ObjetoContrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, PREGÃO PRESENCIAL, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: TipoContrato

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do material objeto deste Contrato, o preço proposto que é R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso.

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela proponente na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

## CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do material será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

## CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de fornecimento do material é de PARCELADO, e terá vigência de DataAssinatura à DataVencimento, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as



partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 60 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início deve se dar em 5 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

08.01.2.020.3.3.90.00.00.00.00 - 88 - Abertura e conservação de Estradas

**CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE**

8.1 - O material somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo Órgão competente da CONTRATANTE.

8.2 - No caso de não aceitação do material pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.93

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS**

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

10.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

10.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA DE ORLEANS poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 10.1.1.

10.1.3 - Advertência

10.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto ao PREFEITURA DE ORLEANS.

10.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

10.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens

10.1.1. e 10.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

10.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado na entrega do material;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, do fornecimento de materiais da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação do fornecimento de materiais sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas no seu fornecimento de materiais;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos materiais já fornecidos, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade à aquisição de materiais através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender o fornecimento de materiais referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de fornecimento,

acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de materiais já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local para entrega dos materiais, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os materiais já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO

13 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros no transporte do material até o local de destino definido pela CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

ORLEANS, DataExtensoAssinatura.

MARCO ANTONIO B. CASCAES NomeContratado

PREFEITO DE ORLEANS Representante Legal

Testemunhas:

CPF: CPF:

#### Aviso 87/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: CHAMAMENTO PUBLICO

Tipo: CREDENCIAMENTO 02/2014

Objeto: CREDENCIAMENTO de veículos de comunicação de radio-difusão através de emissora AM, FM Comunitária e FM Comercial para divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas, de interesse público.

No período de 01/07/2014 à 27/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 30 de Junho de 2014.

#### Extrato de Contratos 97 E 98

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 97/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUT. LTDA

Valor ..... : 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 23/06/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : Pregão Presencial Nº.: 61/2014

Objeto ..... : Aquisição de Caminhão Truck Traçado com Basculante e de um trator Agrícola de Pneu

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Orleans/SC 23 de junho de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 98/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ITUARA LTDA ME

Valor ..... : 127.500,00 (CENTO E VINTE SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

Vigência ..... : Início: 23/06/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : Pregão Presencial Nº.: 61/2014

Objeto ..... : Aquisição de Caminhão Truck Traçado com Basculante e de um trator Agrícola de Pneu

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Orleans/SC 23 de junho de 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14

CONTRATADOS: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUT. LTDA E ITUARA LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: Aquisição de Caminhão Truck Traçado com Basculante e de um trator Agrícola de Pneu

VALOR DA DESPESA: R\$ 393.500,00 (trezentos e noventa e três mil e quinhentos reais)

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
PREFEITO DE ORLEANS  
Orleans/SC 23 de junho de 2014

**2.556/2014**

LEI N.º 2.556 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 82.975.236/0001-08, para repasse financeiro no montante de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em parcela única.

Art. 2º O repasse de que trata o artigo 1º visa auxiliar financeiramente alunos do Curso de Medicina Veterinária do UNIBAVE, referente a realização de viagens de estudo.

Art. 3º A Fundação Educacional Barriga Verde - FEBAVE, deverá prestar contas num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento dos recursos, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Legislação de regência aplicável a espécie.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.01.3.3.50.01 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 24 de junho de 2014, 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 22 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, encaminho para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Justificamos que o convênio ora firmado visa o repasse de recursos financeiros para custear despesas, com viagem de estudos internacional, conforme cópia da minuta de convênio em anexo.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida

favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo votado e aprovado em Regime de Urgência Especial, em votação de Turno Único, conforme determina os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Artigo 53 da Lei Orgânica do Município.

Orleans/SC, 11 de junho de 2014, 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

**004/2014**

MINUTA DE CONVÊNIO N. 004/2014.

“CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ORLEANS E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE”

O MUNICÍPIO DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC, CNPJ 282 CNPJ 82.926.544/0001-43, doravante denominado de PREFEITURA, neste ato representado pelo Senhor Marco Antonio Bertoncini Cascaes, Prefeito, inscrito no CPF n. 288.322,309/25 e, de outro lado a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, fundação privada, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.975.236/0001-08, com sede na Rua Miguel Couto, nº 313, centro, Orleans, SC, representada pelo Senhor Elcio Willmann, portador do CPF sob o nº 506.818.269-91, doravante denominada de FEBAVE, firmam o presente convênio nos termos que segue:

Cláusula Primeira - Do Objeto:

Constitui objeto do presente convênio, a cooperação entre as partes convenientes, com o objetivo de repassar recursos para ser aplicado em despesas de viagens de estudos internacional do curso de medicina veterinário.

Cláusula Segunda - Do Fundamento legal:

O presente Convênio fundamenta-se na Lei Municipal n 2.556/2014.

Cláusula Terceira - Das Obrigações do Município:

Para cumprimento do presente convênio, o MUNICÍPIO repassará à Fundação o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única, a ser aplicado exclusivamente na despesa de viagem de estudos para alunos residentes no Município de Orleans.

Cláusula Quarta - Das obrigações da Fundação Educacional Barriga Verde - FEBAVE:

Cabe a Fundação realizar prestação de contas dos recursos recebidos, num prazo de 45(quarenta e cinco) dias, após o recebimento dos recursos, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Legislação de regência aplicável a espécie.

Cláusula Quinta - Do Controle do Convênio:

As partes conveniadas acordam que o controle do convênio será exercido pelo Departamento de Controle Interno do MUNICÍPIO.

Cláusula Sexta - Do Prazo de Vigência do Convênio:

O presente convênio tem vigência a partir de sua assinatura com duração por tempo determinado, encerrando-se em 30 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogável por igual período.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

Os recursos para atender o presente Convênio, proveem do orçamento vigente do Município, Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos: 02.01.3.3.50.01.

Cláusula Oitava - Eleição de Foro

Elegem as partes deste Convênio o Foro de Orleans -SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiada que possa vir a ser.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convenio n.º 004/2014 - em 3 (três) vias de igual

teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Orleans SC, 24 de Junho de 2014.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

ELCIO WILLEMANN  
Presidente da FEBAVE

Testemunhas  
Nome completo:  
CPF n.º

Nome completo:  
CPF n.º

## **2.557/2014**

LEI N. 2.557 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, faço saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC, entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ n. 17.236.080/0001-81, que tem como objetivo a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde, para crianças, adolescentes, adultos e idosos, visando à concessão de auxílio financeiro no valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em parcelas durante o exercício de 2014 a iniciar no mês de junho.

Art. 2º. Como condição para recebimento do valor descrito no artigo anterior, a referida associação deverá apresentar plano de trabalho, sendo que a prestação de contas dar-se-á na forma da Lei que deverá conter:

Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;

Comprovante de despesas;

Extrato bancário;

Conciliação bancária;

Outras informações pertinentes.

Art. 3º. As despesas com aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria: Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 16 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.  
24 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Senhor Presidente  
Senhores(as) Vereadores(as)

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido projeto se justifica tendo em vista que a referida associação auxilia a Secretaria Municipal de Saúde na realização de procedimentos na área da Saúde, para Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, 16 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal



**Ouro Verde****PREFEITURA****Extrato Edital 004/2014**

MUNICÍPIO DE OURO VERDE  
PROCESSO SELETIVO Nº 0001/2014  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural de Publicações do Município e site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br), EDITAL QUE DIVULGA HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO.

Ouro Verde, 30 de junho de 2014.  
NILSON SANTIN - Prefeito Municipal em exercício

**Paial****PREFEITURA****Edital Pregão 019/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

**1 - PREÂMBULO**

1.1 - ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal de Paial, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 24 de julho de 2014, às 09h00min, para aquisição do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h45min do dia 24 de julho de 2014, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás, 400, Centro.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09h00min do dia 24 de julho de 2014, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - Aquisição de forma parcelada, de Merenda Escolar para atendimento às necessidades das atividades escolares do Município, composta pelos produtos constantes do Anexo "E" deste edital.

**3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

**4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes a Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação desde que protocolizadas de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL



PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

## 5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- Número deste Pregão;
- Número do item, descrição do bem nos termos do anexo "E" deste Edital, marca, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total

d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando

situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);

g) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".

h) Certidão negativa de falência, concordata, procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, fornecido pelo Poder Judiciário da sede da proponente.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através do Cadastro de Licitantes do Município de Paial, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "f", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços

iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados durante a sessão pública, a critério do Pregoeiro.

7.12.2 - Quando apresentado documento previsto para habilitação do licitante, e este estiver vencido, a critério do pregoeiro, poderá o mesmo ser sanado através de consulta ao site do órgão emissor, devendo para tanto tal procedimento ocorrer durante a sessão pública.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 10 (dez) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

#### 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

#### 9 - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.1 - O prazo de validade do contrato será até 31/12/2014, contando a partir da data da assinatura do mesmo.

9.2 - Os produtos constantes do objeto do edital deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, sito na Rua Mato Grosso, 511, Centro - Paial/SC conforme cronograma de entrega estabelecido pela Secretaria.

9.3 - Os produtos que não estiverem de acordo com a descrição dos itens serão rejeitados no momento da entrega.

9.4 - Os produtos vegetais padronizados devem ter registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) devendo apresentar os respectivos Certificados de Classificação conforme Lei 8918/94 e Decreto 6871/09.

#### 10 - DOS VALORES MÁXIMOS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 - Os valores previamente orçados para aquisição do objeto da presente licitação correspondem aos constantes no Anexo "E", prevalecendo como preço máximo sob pena de desclassificação.

#### 11 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

11.1 - Não serão concedidos reajustes aos preços contratados. Todavia, em caso de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser realizada a recomposição dos preços contratados, nos termos dispostos na Cláusula Segunda da Minuta constante no anexo "D".

#### 12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A Prefeitura Municipal de Paial efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de 15 (quinze) dias após a data da apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), por parte da(s) contratada(s), devidamente atestada(s) pelo(s) responsável(is), compatível com a quantidade adquirida.

12.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à seguinte dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Órgão: 04 Diretoria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 01 Gerencia de Ensino

Projeto/Atividade: 2.007 Programa de Alimentação Escolar

Elemento (29): 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

#### 13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, caberá a autoridade competente efetuar a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) bem como homologar o processo.

#### 14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo "D"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - O(s) contrato(s) terá(ão) prazo de vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2014.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

#### 15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstre a conveniência para a Administração.

#### 16 - DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 14.1 do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no item 16.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser

descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Paial, no endereço citado no subitem 1.2 deste Edital, ou através do telefone (49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

17.3 - O Município de Paial reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;  
b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá, SC, excluído qualquer outro.

#### 18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Anexo "B" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- c) Anexo "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) Anexo "D" - MINUTA DO CONTRATO;
- e) Anexo "E" - RELAÇÃO DE ÍTENS.

Paial - SC, em 30 de junho de 2014.  
ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014



**ANEXO "A"**  
**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Paial, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Paial, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

**ANEXO "B"**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:  
DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)  
PRESENCIAL Nº 019/2014

**ANEXO "C"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)**

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:  
DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paial, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

**ANEXO "D"**  
**MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO**

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE Nº .....

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAIAL - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.376.0001-59, com sede na Rua Goiás 400 centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF/CIC sob o nº \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, cidade e Município de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 033/2014, Pregão Presencial de nº 019/2014, homologado e adjudicado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014, e que se regerá nos termos da lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. Aquisição de forma parcelada, de merenda escolar para atendimento às necessidades das atividades escolares do Município, composta pelos produtos constantes do Anexo "E" do edital, conforme segue:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
Total do Fornecedor						

1.1.1. A quantidade total é estimada, não sendo obrigatória a aquisição integral do objeto, podendo o CONTRATANTE adquirir mais ou menos quantidade, em virtude da demanda.

1.2. Integram e completam o presente termo de contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:**

2.1. Pelo fornecimento dos produtos previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

\_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

2.2. Os valores serão pagos pela CONTRATANTE a CONTRATADA, em 15 dias após a entrega do produto, contados da apresentação da nota fiscal/fatura referente ao objeto licitado, no protocolo do órgão contratante.

2.3. Os produtos constantes do objeto do edital deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, sito na Rua Mato Grosso, 511, Centro - Paial/SC conforme cronograma de entrega estabelecido pela Secretaria.

2.4 - Os produtos que não estiverem de acordo com a descrição dos itens serão rejeitados no momento da entrega.

2.5 - Os produtos vegetais padronizados devem ter registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) devendo apresentar os respectivos Certificados de Classificação conforme Lei 8918/94 e Decreto 6871/09.

2.6. Os valores do presente contrato são fixos e irrevogáveis. Todavia, em caso de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser realizada a recomposição dos preços contratados.

2.7. O presente contrato terá vigência até 31/12/2014, a contar de sua assinatura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. O pagamento do objeto do presente contrato será com recursos próprios do orçamento vigente na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Diretoria de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade: 01 Gerência de Ensino  
Projeto/Atividade: 2.007 Programa de Alimentação Escolar  
Elemento (29): 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto especificado na cláusula primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

5.2. Efetuar a entrega conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação, cuja entrega deverá ser efetuada em até 03 (tres) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

6.1. Pelo atraso injustificado na entrega do(s) objeto (s) deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades de:

6.1.1. multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

6.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Art. 7º, da Lei 10.520/02, e, multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

6.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

8.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

#### CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

9.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na lei federal nº 10.520/2002 e a lei federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. Este contrato esta vinculado ao certame licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Fica designado como Fiscal de Contrato a Sra. Geile Fistarol, ocupante do cargo de Nutricionista.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Itá, Estado de SC, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Paial - SC, ..... de ..... de 2014.

Aldair Antonio Rigo Contratada  
 Prefeito Municipal  
 Contratante

#### TESTEMUNHAS

Nome:  
 CPF:

Nome:  
 CPF:

Visto: Geile Fistarol  
 Assessor Jurídico Fiscal do Contrato

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014  
 ANEXO "E"

#### RELAÇÃO DE ÍTENS

##### 1. DO OBJETO

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total Máximo
1	20,00	Pct		Açúcar cristal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose. Livre de fermentação isenta de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais e vegetais. Com aparência cor, cheiro próprio do tipo de açúcar. Embalado em sacos de polietileno atóxicos resistente fechado termos soldado, contendo peso líquido de 5kg.	8,93	178,60
2	10,00	UN		Amido de milho, embalagem de 500 gramas.	3,08	30,80
3	80,00	Pct		Biscoito Doce tipo Maria (com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, açúcar invertido, sal refinado, fermento químico de bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio) com glúten, embalagem plástica transparente de 400 gramas.	3,33	266,40

4	80,00	Pct	Biscoito Salgado Integral tipo "cream cracker" integral. Produzido a partir de matérias primas saudáveis e limpas. Isenta de matéria terrosa, parasitos e de detritos e animais vegetais. Tendo em sua composição básica farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, fibra de trigo, sal, açúcar, extrato de malte, fermento químico, lecitina de soja. Com aparência, cor, cheiro e sabor próprios. Bem assadas. Validade mínima de 12 meses. Embalagem dupla lacrada com peso líquido de 400g	4,87	389,60
5	80,00	Pct	Biscoito salgado tipo "cream cracker" produzido a partir de matérias primas saudáveis e limpas. Sem corante, isenta de matérias terrosas, parasitos e detritos animais e vegetais. Apresentam em sua composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo, gordura vegetal, amido de milho, extrato de malte, sal refinado, leite e fermento biológico. Estabilizante lecitina de soja. Com aparência, cor, cheiro e sabores próprios. Bem assados. Validade mínima de 12 meses. Embalagem dupla lacrada com peso líquido de 400g.	3,85	308,00

6	20,00	Pct	Colorífico: deverá ser preparado com matérias primas sãs, limpas e de boa qualidade, constituído de uma mistura de fubá com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum. Sal e óleos comestíveis. Livre de matéria terrosa e de detritos animais e vegetais. Isento de sujidades, parasitos e larvas. Não apresentando cheiro acre ou rançoso. Aparência de pó fino. Cheiro e sabor próprios. Embalagem em sacos de polietileno atóxicos, resistente, fechado, contendo peso líquido de 500g.	3,49	69,80
7	20,00	Pct	Farinha de trigo, Produto obtido do cereal limpo, desgerminado. Com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,850% preparados a partir de grãos de trigo sãos e limpos. Sem fermento, própria para panificação. Livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentada rançosa e ter no máximo 14% p/p de umidade. Com aparência de pó fino. Cor branca. Cheiro e sabor próprios. Validade mínima 3 meses, embalagem atóxica resistente com 5 kg.	10,65	213,00
8	18,00	Pct	Fermento químico; tipo em pó, embalagem de 250 gramas. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega, acondicionada em lata ou frasco plástico hermeticamente fechado.	5,24	94,32

9	100,00	KG	Frango, coxa e sobre-coxa: Carne de frango tipo coxa e sobre-coxa congelada com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Com registro no SIF ou SIE.	5,25	525,00
10	150,00	KG	Frango, peito. Carne de frango tipo peito congelado com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem de 5 a 10 kg com registro no SIF.	7,85	1177,50
11	10,00	Pt	Margarina vegetal com sal. Fabricada a partir de matérias primas selecionadas. Composto dos seguintes ingredientes básicos: óleo de milho, óleo vegetal hidrogenado, leite em pó desnatado, sal, corante beta caroteno. Estabilizante de lecitina de soja e monodiglicerídeo. Conservador de sorbato de potássio. Acidulante ácido láctico. Aroma artificial de manteiga. Deverá conter no mínimo 80% de lipídeos. Sem colesterol. Livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Validade mínima de 9 meses. A data de fabricação não poderá ser anterior a 10 dias da data de entrega. Embalagem: pote plástico lacrado contendo 500g.	4,34	43,40

12	100,00	Pct	Massa tipo parafuso fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais, com glúten, com ovos. Embalagem transparente, pacote de 0,5 kg	2,80	280,00
13	85,00	Pct	Massa tipo penne fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais, com glúten, com ovos. Embalagem transparente, pacote de 0,5 Kg.	2,70	229,50
14	50,00	UN	Óleo de soja, preparado a partir de grãos de soja são e limpos, sem conservantes, livres de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais e vegetais. Validade mínima de 12 meses. Embalagem primária: em latas de folhas de flandres com verniz sanitário ou frascos plásticos atóxicos com volume de 900 ml	3,59	179,50
15	10,00	Pct	Sagu de fécula, pérola tipo 1, embalagem de 500 gramas.	3,07	30,70
16	20,00	KG	Sal refinado, iodado, embalagem de 1kg, acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado, com validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	1,30	26,00
17	12,00	UN	Vinagre de maçã: embalagem de 750 ml	2,20	26,40
Total					4.068,52

Município de Paial - SC em 30 de junho de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Edital Chamada Publica 002/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 002/2014

Objeto: a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, para o 2º bimestre de 2014, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo "A".

Recebimento das propostas: até as 14:00hs do dia 24/07/2014

Abertura: 24/07/2014 as 14:00hs

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)



**Edital 27**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 27/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDA7207	54756257B	5720/0	18/03/2010	186 * I
MDH4890	54756276B	6599/2	10/02/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 28**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 28/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDF9325	54756292B	5185/2	20/04/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 29**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 29/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BZU0244	54756277B	5193/0	19/03/2010	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 30**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 30/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDK6438	54756295B	7030/1	09/05/2010	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 31**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 31/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT6625	54756285B	6947/1	03/04/2010	R\$ 127,69	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**EDITAL 32**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 32/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHT3122	54756307B	6599/2	15/07/2010	230 * V
MHT3122	54756308B	6556/1	15/07/2010	230 * I
MHZ4910	54756304B	6599/2	23/06/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 33**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 33/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER1184	54756299B	7048/1	23/05/2010	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 34**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 34/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ4910	54756303B	6912/0	23/06/2010	232
MHZ4910	54756305B	5045/0	23/06/2010	162 * V
MHZ4910	54756306B	6556/1	23/06/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 35**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 35/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOW2834	54756314B	5010/0	28/07/2010	162 * I
MHT3122	54756353B	7030/1	17/08/2010	244 * I
MHT3122	54756354B	7048/1	17/08/2010	244 * II
MHT3122	54756355B	6599/2	17/08/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 36**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 36/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMG2258	54756325B	6599/2	18/09/2010	230 * V
IMG2258	54756326B	5010/0	18/09/2010	162 * I
IMG2258	54756327B	6912/0	18/09/2010	232
IMG2258	54756328B	6556/1	18/09/2010	230 * I
IMG2258	54756329B	6610/1	18/09/2010	230 * VII
IMG2258	54756330B	6769/2	18/09/2010	230 * XXII
LZK0400	54756324B	5010/0	20/08/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**EDITAL 37**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 37/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOT7091	54756310B	6912/0	26/07/2010	232
LZI7252	54756311B	5010/0	26/07/2010	162 * I
LZI7252	54756312B	6599/2	26/07/2010	230 * V
LZK0400	54756323B	6599/2	20/08/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 38**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 38/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX2043	54756273B	5185/1	24/01/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 39**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 39/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYX4945	54756335B	5452/2	30/11/2010	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 40**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 40/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC1067	54756360B	5010/0	25/12/2010	162 * I
MAC1067	54756361B	5118/0	25/12/2010	164 c/c 162 * I
MAC1067	54756362B	5169/1	25/12/2010	165
MAC1067	54756363B	6599/2	25/12/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 41**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 41/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQT2544	54756332B	6610/2	23/10/2010	230 * VII
AQT2544	54756333B	5010/0	23/10/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**EDITAL 42**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 42/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ6548	54756344B	7374/0	24/07/2011	253

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 43**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 43/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIL6010	54756341B	6947/1	09/08/2011	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**EDITAL 44**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 44/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYK7682	54756298B	5525/0	09/05/2010	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

# Palhoça

## PREFEITURA

### Resultado Pregão 118-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL  
118/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MENOS PERECÍVEIS para atender as unidades escolares através da Secretaria de Educação de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora dos itens 7,8,9,10 totalizando R\$ 14.580,00 (quatorze mil e quinhentos e oitenta reais) .

GIZELE REGINA DA SILVA ME foi vencedora dos itens 5,17 totalizando R\$ 66.010,00 (sessenta e seis mil e dez reais)

JULIANO JAIRO MELO ME foi vencedora dos itens 2,12 totalizando R\$ 26.040,00 (vinte e seis mil e quarenta reais)

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME foi vencedora do item 16 totalizando R\$1.960,00 (um mil e novecentos e sessenta reais)

TAF DISTRIBUIDORA LTDA foi vencedora dos itens 01,04,06 totalizando R\$ 60.870,00 (sessenta mil e oitocentos e setenta reais)

JAB DISTRIBUIÇÃO EIRELI - ME foi vencedora dos itens 03,11,13,14,15 totalizando R\$ 46.046,00 (quarenta e seis mil e quarenta e seis reais)

Palhoça, 30 de junho de 2014

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº057/2014 - Pregão Presencial 08/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para equipamentos condicionadores de ar tipo split e janela, instalação, retirada e reinstalação de condicionadores de ar das Unidades de Saúde da rede Municipal e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/04/2014 à 08/04/2015.

Lote 01 - Manutenção preventiva e corretiva

Item	Quant.	Descrição Do Item	Preço Unitário	Preço Total
01	03	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 7.000 BTUs	R\$ 125,2533	R\$ 375,76
02	85	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 7.500 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 10.646,38
03	34	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 9.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 4.258,55
04	06	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 12.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 751,51
05	03	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 18.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 375,75
06	07	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 30.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 876,76
07	02	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar split 60.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 250,50
08	07	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 7.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 876,76
09	46	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 7.500 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 5.761,57
10	05	Manutenção preventiva e corretiva condicionadores de ar janelheiro 10.000 BTUs	R\$ 125,2515	R\$ 626,26

11	01	Fornecimento de peças para manutenção de condicionador de ar	R\$ 16.700,20	R\$ 16.700,20
----	----	--	---------------	---------------

## Lote 02 - Instalação de ar condicionado

12	102	Instalação de ar condicionado Split 9.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 347,5161	R\$ 35.446,64
13	57	Instalação de ar condicionado Split 12.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 347,5160	R\$ 19.808,41
14	23	Instalação de ar condicionado Split 18.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 386,1289	R\$ 8.880,96
15	22	Instalação de ar condicionado Split 30.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 463,3546	R\$ 10.193,80
16	06	Instalação de ar condicionado Split 60.000 BTUs, NOVO, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 695,0320	R\$ 4.170,19

## Lote 03 - Retirada e reinstalação de ar condicionado

17	03	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 7.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 598,8000	R\$ 1.796,40
18	12	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 7.500 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 598,8024	R\$ 7.185,63
19	03	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 9.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 598,8024	R\$ 1.796,41
20	06	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 12.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 598,8024	R\$ 3.592,81
21	03	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 18.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 648,7026	R\$ 1.946,11
22	07	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 30.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 898,2036	R\$ 6.287,43



23	02	Retirada e reinstalação de ar condicionado Split 60.000 BTUs, com fornecimento de todos os materiais necessários.	R\$ 1.197,6048	R\$ 2.395,21
Total R\$ 145.000,00				

**Decreto Nº 1.670, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 1.670, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

REVOGAÇÃO. Fica revogado o Decreto nº 1.661, de 04 de junho de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, resolve

## DECRETAR:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 1.661, de 04 de junho de 2014, que trata da redistribuição de cargos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 27 de junho de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.059, DE 30 DE JUNHO DE 2014**

LEI Nº 4.059, de 30 de JUNHO de 2014.

DESAFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS. Desafetação de bens públicos que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a desafetação, da característica de Área Verde dos bens públicos abaixo identificados:

I - Área Verde localizada na Quadra 11 do Loteamento Pagani, como área de 1.743,89 m² (um mil, setecentos e quarenta e três metros e oitenta e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-02, Lote 09, e com terras de Pedro Hamilton dos Santos;

II - Área Verde localizada na Quadra 15 do Loteamento Pagani, como área de 2.511,99 m² (dois mil, quinhentos e onze metros e noventa e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-02, T-05 e com os Lotes 08, 09, 10 e 11;

III - Área Verde localizada na Quadra 21 do Loteamento Pagani, com área de 1.946,79 m² (um mil, novecentos e quarenta e seis

metros e setenta e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-05, T-07 e com os Lotes 01, 02, 03, 04 e 09;

IV - Área Verde localizada na Quadra 22 do Loteamento Pagani, com área de 1.412,19 m² (um mil, quatrocentos e doze metros e dezenove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-08, Lotes 09 e terras de Wanderley Ernesto Rosar.

Parágrafo Único. A desafetação de que trata o caput deste artigo tem por finalidade a execução e implantação da Avenida das Torres.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palhoça, 30 de junho de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.060, DE 30 DE JUNHO DE 2014.**

LEI Nº 4.060, de 30 de JUNHO de 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 15.272.192,02, (quinze milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e dois reais e dois centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

28 - SERVIÇO AUT.MUN.DE AGUAS E ESGOTO DE PALHOÇA  
28.01 - SERVIÇO AUT.MUN.DE AGUAS E ESGOTO DE PALHOÇA  
2.135 - Funcionamento e Manutenção das Aguas de Palhoça  
R\$ 9.600.000,00  
23 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.600.000,00  
24 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.000.000,00  
2.136 - Saneamento Básico para Todos  
R\$ 3.272.192,02  
25 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.272.192,02  
2139 - Serv. Coleta Trat. Resid. Solido  
R\$ 2.400.000,00  
26 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.400.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior. FR 1.0133.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de junho de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****Extrato de Ata N.º 042/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO N.º 045/2014,  
PRIMEIRO TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2013 - Pregão Presen-  
cial n.º 027/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa  
MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
OBJETO: Fica reajustado no percentual de 20,09% o valor unitá-  
rio do item contratado 80 - Colchicina 0,5 mg - R\$ 0,296. DATA:  
14/05/2014.

**Extrato de Ata N.º 045/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO N.º 045/2014,  
SEGUNDO TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2013 - Pregão Presen-  
cial n.º 027/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa  
MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
OBJETO: Fica reajustado no percentual de 20,39% o valor unitário  
do item contratado 40 - Benzilpenicilina 1.200.000 UI pó injetável  
- R\$ 0,65. DATA: 26/06/2014.

**Extrato de Ata N.º 046/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.  
TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO N.º 045/2014,  
TERCEIRO TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2013 - Pregão Presen-  
cial n.º 027/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa  
MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
OBJETO: Fica reajustado no percentual de 20% o valor unitário  
do item contratado 155 - Isossorbida Dinidrato 10 mg - R\$ 0,078.  
DATA: 26/06/2014.

**Extrato de Contrato N.º 044/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º 044/2014 - Pregão n.º 016/2014 - Partes: MU-  
NICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AVILA E BERLIM COMÉRCIO  
DE COMBUSTÍVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de combustíveis de  
forma parcelada, à frota dos veículos oficiais da Secretaria Mu-  
nicipal de Saúde. R\$ 383.842,77 (trezentos e oitenta e três mil,  
oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos).  
DATA: 13/06/2014.

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo N° 324/2014**

DECRETO LEGISLATIVO N° 324/2014.  
Dispõe sobre a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de  
Palhoça, relativas ao exercício de 2009 e em consequência aprova  
o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catari-  
na e dá outras providências.

Faço saber a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Ca-  
tarina, aprovou e, eu, Presidente, Promulgo o presente Decreto  
Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Pa-  
lhoça, relativas ao exercício de 2009.

Art. 2º Fica igualmente aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de  
Contas do Estado de Santa Catarina referente ao Processo PCP nº  
10/00074495.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 04 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos qua-  
tro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 245/2012

**Projeto de Lei N°. 275/2014**

PROJETO DE LEI N°. 275/2014.  
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Wilson Braulino Campos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a Rua Wilson Braulino Campos com ex-  
tensão de 142 m (cento e quarenta e dois metros) e 6 m (seis) de  
largura, no Bairro Praia de Fora.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata  
o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta  
Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 11 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze  
dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº. 285/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 285/2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 15.272.192,02, (quinze milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e dois reais e dois centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

28 - SERVIÇO AUT.MUN.DE AGUAS E ESGOTO DE PALHOÇA

28.01 - SERVIÇO AUT.MUN.DE AGUAS E ESGOTO DE PALHOÇA

2.135 - Funcionamento e Manutenção das Aguas de Palhoça  
R\$ 9.600.000,0023 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.600.000,0024 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.000.000,002.136 - Saneamento Básico para Todos  
R\$ 3.272.192,0225 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.272.192,022139 - Serv. Coleta Trat. Resid. Solido  
R\$ 2.400.000,0026 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0133 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.400.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior. FR 1.0133.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12 de junho de 2014.  
Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº. 291/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 291/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Moretti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Moretti, via pública localizada no Bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 45,00 metros, e 3,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 11 de junho de 2014.  
Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº. 335/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 335/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.532, de 09 de abril de 2007, que denomina a Servidão José Germano Schlichting.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.532, de 09 de abril de 2007, alterada pela Lei 3.947, de 17 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão José Germano Schlichting, com extensão de 460 metros de comprimento e 4,00 metros de largura e início da Rua João José de Quadros, via pública localizada no bairro Guarda do Cubatão, neste Município.” (NR)

Art. 2º A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 12 de junho de 2014.  
Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº. 357/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 357/2014.

DESAFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS. Desafetação de bens públicos que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a desafetação, da característica de Área Verde dos bens públicos abaixo identificados:

I - Área Verde localizada na Quadra 11 do Loteamento Pagani, como área de 1.743,89 m<sup>2</sup> (um mil, setecentos e quarenta e três metros e oitenta e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-02, Lote 09, e com terras de Pedro Hamilton dos Santos;

II - Área Verde localizada na Quadra 15 do Loteamento Pagani, como área de 2.511,99 m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e onze metros e noventa e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-02, T-05 e com os Lotes 08, 09, 10 e 11;

III - Área Verde localizada na Quadra 21 do Loteamento Pagani, com área de 1.946,79 m<sup>2</sup> (um mil, novecentos e quarenta e seis metros e setenta e nove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-05, T-07 e com os Lotes 01, 02, 03, 04 e 09;

IV - Área Verde localizada na Quadra 22 do Loteamento Pagani, com área de 1.412,19 m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e doze metros e dezenove centímetros quadrados), que confronta com a Rua T-08, Lotes 09 e terras de Wanderley Ernesto Rosar.

Parágrafo Único. A desafetação de que trata o caput deste artigo tem por finalidade a execução e implantação da Avenida das Torres.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das sessões, 12 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº. 338/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 338/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Luiz José de Farias e Rua Guarujá.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Luiz José de Farias, via pública localizada no Bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 144,00 metros e 3,20 metros de largura, neste Município.

Art. 2º Fica denominada de Rua Guarujá, via pública localizada no

Bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 42,00 metros e 4,00 metros de largura, neste Município.

Art. 3º A localização das referidas vias públicas, de que trata os artigos anteriores, obedecem ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis Municipais de nº 488/1983 e 2.600/2007.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

## Palmitos

### PREFEITURA

**Processo 85/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº85/14 Modalidade: Tomada de preço nº11/14.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO SALÃO COMUNITÁRIO NA LINHA LAMBARI, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC, COM ÁREA 600,00M². CONFORME PROJETOS. Entrega dos Envelopes: 17/07/2014, até as 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: 17/07/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 30 de junho de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

## Papanduva

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 031/2014  
Concorrência Nº 031/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014 CONCORRÊNCIA Nº 031/2014.

Objeto: Concessão de direito real de uso remunerado do Terminal Rodoviário do Município de Papanduva. Tipo: Melhor oferta. Entrega dos Envelopes: Até o dia 01/08/2014 às 13:45 horas; Abertura dos Envelopes: 01/08/2014 - 14:00 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1985. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 089/2014  
Concorrência Nº 089/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2014 CONCORRÊNCIA Nº 089/2014.

Objeto: Concessão de serviços públicos de transporte, recepção e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos por motivo de infração ao código de trânsito brasileiro e legislação complementar e leis municipais. Tipo: Menor preço. Entrega dos Envelopes: Até o dia 01/08/2014 às 08:30 horas; Abertura dos Envelopes: 01/08/2014 - 08:45 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1985. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal



## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO N.º 079, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

“INSTITUI NORMAS PARA A RESTITUIÇÃO DE VALORES PROVENIENTES DE MULTAS DE TRÂNSITO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 53 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os dispositivos do artigo 133 e seguintes da Lei Municipal nº 118/94,

DECRETA:

Art. 1º - A restituição ao Município de valores provenientes de multas de trânsito, por infração imputada ao condutor, mediante autorização específica, será descontada em folha de pagamento.

Art. 2º - Na forma do Estatuto do Servidor e demais normas pertinentes, a imputação será precedida de regular processo administrativo, verificado o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 3º - Nos casos em que o condutor espontaneamente quitar a multa diretamente às suas custas será dispensado o processo administrativo.

Art. 4º - A restituição de que trata o artigo 1º deste Decreto poderá ser parcelada em até 10 (dez) parcelas mensais, sendo que o valor mínimo não será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 1º - Nos casos de rescisão de contrato de trabalho ou desvinculação de qualquer natureza, será descontado no valor da rescisão o montante do valor das parcelas vincendas.

§ 2º - Sendo insuficientes as verbas rescisórias o valor excedente poderá ser recolhido ao Município na forma da legislação tributária, ou inscrito em Dívida Ativa não Tributária, na forma da mesma legislação.

Art. 5º - O processo administrativo poderá ser aberto à qualquer tempo, dentro do prazo prescricional de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único: O retardamento, a interrupção ou qualquer outro evento que dificulte a conclusão do processo deverá ser comunicado pela comissão ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de Junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária de Administração e Finanças.

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, Em Conformidade com O Disposto No Art. 2.º da Lei N.º 9.452/97, C/C Art. 89 da Lei Orgânica Municipal, Notifica Os Partidos Políticos, Os Sindicatos de Trabalhadores E As Entidades Empresariais, com Sede Nesse Município, do Recebimento dos Recursos Descritos Abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 17.000,00 (dezessete mil).

Destinação: MANUTENÇÃO DA RODOVIA SC 350.

Data liberação: 30/06/2014

Passos Maia - SC, 30 de junho de 2014.

Ivandre Bocalon  
Prefeito Municipal

#### Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, Em Conformidade com O Disposto No Art. 2.º da Lei N.º 9.452/97, C/C Art. 89 da Lei Orgânica Municipal, Notifica Os Partidos Políticos, Os Sindicatos de Trabalhadores E As Entidades Empresariais, com Sede Nesse Município, do Recebimento dos Recursos Descritos Abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 21.752,11 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos).

Destinação: 4º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR.

Data liberação: 25/06/2014

Passos Maia - SC, 30 de junho de 2014.

Ivandre Bocalon  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 279, de 26 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 279, de 26 de junho de 2014.

“INSERE O PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 278, DE 26 DE JUNHO DE 2014, NOMEIA O COORDENADOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL - COMPDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 719, de 14 de novembro de 2013, e com o Decreto nº 237, de 28 de fevereiro de 2014;

Considerando a necessidade de nomeação do Coordenador da COMPDEC, nos termos do Parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 237, de 28 de junho de 2014;

Considerando, ainda, que no momento da nomeação dos membros da Coordenadoria de Proteção e de Defesa Civil, por meio do Decreto nº 278, de 26 de junho de 2014, não restou nomeado o seu coordenador;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica inserido o Parágrafo único no art. 1º do Decreto nº 278, de 26 de junho de 2014, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo nominados para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil.

I - representante da Câmara Municipal de Vereadores:

- Celis Regina Danielli;

II - representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- Osmilda Vieira dos Santos;

III - representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

- Cleusa Gabiatti;

IV - representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo:

- Alex Sander Zanchett;

V - representante da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:

- Juliana Fabia Canonica Tirelli;

VI - representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- Maria Sidiane Albrecht;

VII - representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento:

- Karina Perin;

VIII - representante da Polícia Militar:

- Gilvano Bernardi;

IX - representante da Polícia Civil:

- LeciÁstriisi;

X - representante da Epagri:

- Cezar Roberto Bevilaqua;

XI - representante da Cidasc:

- Paulo Cezar Bonan;

XII - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

- Renato Lopes;

XIII - representante da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia - ACIP:

- Aline Machado;

XIV - representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Passos Maia - CDL:

- Rodrigo Loregian;

Parágrafo único: A Coordenadoria da COMPDEC será realizada pelo Secretário Municipal da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º. Fica nomeado como Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC, o Sr. Giovanni Reinoldo Hansen, Secretário Municipal de Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º. O presente Decreto entre em vigência na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

**Decreto Nº 280, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 280, de 27 de junho de 2014.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÃO - COBRADE 1.2.1.0.0, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

Considerando a inundação ocorrida em razão do aumento das precipitações pluviométricas, que se iniciou no dia 26 de junho de 2014, às 0h0min, perdurando até o momento e abrangendo todas as comunidades e propriedades localizadas nas margens dos rios Chapecó, Chapec zinho e seus afluentes, inclusive parcialmente o perímetro urbano do município;

Considerando que em decorrência do fen meno resultaram prejuízos humano e materiais estimados no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) até o momento;

Considerando, ainda, que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre   favorável   declaração de Situação de Emergência.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como inundação - COBRADE n  1.2.1.0.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência   população afetada pelo desastre, sob a coordenação a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo  nico: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei n  3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o in cio de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

É 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

É 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

## Penha

### PREFEITURA

#### Aviso de Cancelamento Cv05/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE CANCELAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014 - FMS

CARTA CONVITE Nº 05/2014 - FMS

Objeto: Prestação de serviço de funilaria, latoaria, pintura, elétrica e mecânica, com fornecimento de peças, nos veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Penha, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 25/06/2014 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Motivo: A Comissão de Licitação optou pelo cancelamento do Processo Licitatório pois não haviam no mínimo 3 (três) empresas habilitadas, de acordo com a Lei 8.666/93 e Norma do Tribunal de Contas de SC.

DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 30 de JUNHO de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preço Nº 42/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2014 - PMP

Processo nº 42/2014 - PMP Pregão presencial nº 18/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE PARA SER UTILIZADO NAS VIAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 30/06/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: MAIOMAQ TERRAPLANAGEM LTDA ME

Valor R\$ 69.700,00. (sessenta nove mil e setecentos reais).

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Penha, 30 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Portaria Nº 230, de 26 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 230, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei nº 1.732, de 20 de dezembro de 2013. DECRETA:

Art. 1º Designa, para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Pinheiro Preto, os seguintes membros:

#### CONSELHO TÉCNICO

I - Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social: ELAINE TIMM DUARTE;

II - Representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras: MAURILIO DENARDI;

III - Representante Da Secretaria Municipal Da Agricultura e Meio Ambiente: EDSON RABUSKE;

IV - Representante Da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes: GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA;

V - Representante da secretaria Municipal da Administração: JESSICA BADO.

#### CONSELHO COMUNITARIO

I - Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social: ELAINE TIMM DUARTE;

II - Representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras: MAURILIO DENARDI;

III - Representante Da Secretaria Municipal Da Agricultura e Meio Ambiente: EDSON RABUSKE;

IV - Representante Da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes: GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA;

V - Representante da secretaria Municipal da Administração: JESSICA BADO.

VI - Representante da Câmara Municipal De Vereadores: MAURO NEI OSMARIN;

VII - Representante da Associação dos Moradores do Bairro São José: MARIA DE MELLO;

VIII - Representante do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto: ARILDO MÂNICA;

IX - Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pinheiro Preto: NELSON MARIANI.

Parágrafo único. A presidência da Comissão da Defesa Civil do Município de Pinheiro Preto, será exercida pelo conselheiro Edson Rabuske, e a vice presidência pelo Conselheiro Nelson Mariani.

Art. 2º Os membros da comissão que trata esta portaria não farão jus a qualquer remuneração, sendo os serviços considerados relevantes para todos os efeitos legais.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 26 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 231, de 30 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 231, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA WALDOMIRO OZORIO DO CARGO DE OPERÁRIO BRAÇAL EM CARATER TEMPORARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o término do Contrato de trabalho;

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a partir do dia 30 de junho de 2014, WALDOMIRO OZORIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 134.880.319-34, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Operário Braçal, em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 234, de 30 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 234, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA MARINES OLIVO BAGGIO DO CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE SERVENTE, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo seletivo nº 003/2013:

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de Junho de 2014, MARINES OLIVO BAGGIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 657.078.699-72, do cargo de "SERVENTE" em caráter temporário, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de Junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 233, de 30 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA DIRCEU RABUSKE DO CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, CONFORME ESPECÍFICA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo seletivo nº 002/2013:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de Junho, DIRCEU RABUSKE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob n. 021.111.969-59, do cargo de "OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA", em caráter temporário, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal,  
30 de Junho de 2014.  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 232 , de 30 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº. 232 , DE 30 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA ADEMIR VARGAS ZUCONELLI DA FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECÍFICA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, e lei complementar 179 de 08 de março de 2012, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002.2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Exonerar, a partir de 30 de Junho, ADEMIR VARGAS ZUCONELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 624.303.359-72, do cargo de OPERÁRIO BRAÇAL em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal,  
30 de junho de 2014.  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.029, de 26 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.029, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de Novembro de 2013; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) vinculada à destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo

02.06 - Secretaria de Transportes e Obras

02.06. 26 - Transporte

02.06.26.782 - Transporte Rodoviário

02.06.26.782.2601 - Estradas Vicinais

02.06.26.782.2601.1016 - Obras de Infraestrutura Rural

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0124

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Convênio TR 2161, Processo nº 1456/2014 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira e o Município de Pinheiro Preto, destinado a pavimentação com pedras irregulares na comunidade de Linha Túnel no município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,  
27 DE JUNHO DE 2014.  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.033, de 30 de Junho de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.033, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JULHO/2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

Considerando que o IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de Junho/2014, foi de -0,74% (setenta e quatro centésimos por cento negativos);

**DECRETA**

Art. 1.º Para o cálculo da Atualização Monetária de tributos



vencidos até o mês de Junho, para pagamento durante o mês de Julho/2014, será utilizada a tabela constante do Decreto nº 4.006, de 30 de abril de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Julho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,  
em 30 de Junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA  
Secretário de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-2031 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

### **DECRETO Nº 4.016, DE 30 DE MAIO DE 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
DECRETO Nº 4.016, DE 30 DE MAIO DE 2014.  
FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JUNHO/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

Considerando que o IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de Maio/2014, foi de -0,13% (treze centésimos por cento negativos);

DECRETA

Art. 1.º Para o cálculo da Atualização Monetária de tributos vencidos até o mês de maio, para pagamento durante o mês de Junho/2014, será utilizada a tabela constante do Decreto nº 4.006, de 30 de abril de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,  
em 30 de Maio de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA  
Secretário de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-2031 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 218/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 218/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE UMA MAQUINA DE LAVA ROUPAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 137/2014

EMPRESA CONTRATADA: LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de objeto no valor de R\$ 1.799,00 (um mil setecentos e noventa e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 25 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 215/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 215/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONserto VEICULO PLACA MCY-2680 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 134/2014

EMPRESA CONTRATADA: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.443,36(dois mil quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 16 de junho de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Decreto Nº 4.030 de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.030 DE 27 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717, de 18 de novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 06 - Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Unidade Orçamentária: 0601 - Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Função: 08 - Assistência social

Subfunção: 244 - Assistência comunitária

Programa: 0803 - Assistência medica aos segurados

Atividade: 2028 - Manutenção da Assistência medica aos segurados

Modalidade de Aplicação: 3300-0000

Fonte: 0203 R\$ 250.000,00

Total Suplementado R\$ 250.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP - 2013, conforme demonstrativo do anexo 13 e 14 da lei 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
em 27 de junho de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Edital de Leilão Público Nº 002/ 2014.**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/ 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

O município de PINHEIRO PRETO, SC, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, Nº 111, Centro, CEP 89.570 000, cidade de PINHEIRO PRETO, inscrito no CNPJ SOB nº 82.827.148/0001 69, Telefone (49) 3562 2000, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09 horas do dia 21 de JULHO de 2014, tendo como local o auditório municipal, anexo ao Centro Educacional Padre Trudo Plessers, Rua Oclides Scortegagna, nº 55, Centro, Pinheiro Preto, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis inservíveis, a saber: LOTE 01: 01 ÔNIBUS MERCEDES, 25 LUGARES, ANO 2002, MODELO M.BENZ/ MPOLO VICINO ON, PLACAS MCB 0487, RENAVAL 788756710, DIESEL, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00; LOTE 02: 01 ÔNIBUS MERCEDES, 47 LUGARES, ANO 1992, MODELO M.BENZ/ OF 1315, PLACAS LIL 9968, RENAVAL 320367266, DIESEL, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00; LOTE 03: 01 CAMINHÃO MERCEDES, ANO 1976, MODELO M.BENZ/L 1113, PLACAS LZJ 3296XXX 0000, RENAVAL 553014110, DIESEL, COR AZUL. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00; LOTE 04: 01 GM CELTA 1.0, ANO 2002, MODELO GM CELTA, PLACAS MBO 7053, RENAVAL 781829283, GASOLINA, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00; LOTE 05: 01 FIAT PALIO 1.0, ANO 1997, MODELO ED 97/98, PLACAS LZX 2199, RENAVAL 688265537, GASOLINA, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00; LOTE 06: 01 GM VECTRA 2.0, ANO 2009, MODELO GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE 2009/2010, PLACAS MGL 9895, RENAVAL 153765542, ÁLCOOL/GASOLINA, COR PRATA. LANCE INICIAL R\$ 23.500,00; LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, IPACOL. LANCE INICIAL R\$ 50,00; LOTE 08: 01 ENSILHADEIRA JUMIL. LANCE INICIAL R\$ 800,00; LOTE 9: 01 CARRETA AGRÍCOLA. LANCE INICIAL R\$ 200,00; LOTE 10: 02 CAÇAMBAS PARA CAMINHÃO TOCO. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00; LOTE 11: 01 CAÇAMBA PARA CAMINHÃO TRUCK. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00; LOTE 12: 18 PNEUS (CARCAÇAS), TAMANHOS DIVERSOS. LANCE INICIAL: R\$ 20,00; LOTE 13: DIVERSOS: 03 ESTUFAS DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHOS DIVERSOS, SEM USO; 01 "MACA" COM RODAS, EM METAL, 01 SELADORA, MARCA SULIPACK; 01 BALANÇA DE BEBÊ, MARCA FILIZOLA; 01 MESA DE METAL COM RÉGUA (MESA PARA BEBÊ), 02 MESINHAS DE METAL COM PRATELEIRAS; 01 "MACA" FIXA, COM ESTOFADO; 02 FORNOS ELÉTRICOS, SEM USO; 01 MAQUINA LAVA ROUPAS, SEM USO; 02 MESAS DE ESCRITÓRIO EM MADEIRA; 01 MESA DE ESCRITÓRIO MDF; 01 CADEIRA DE RODAS NÃO MOTORIZADA. LANCE INICIAL R\$ 150,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura, ou ainda pelos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR e

www.pinheiropreto.Sc.gov.br, ou ainda pelos telefones (49) 3562 2000, (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PINHEIRO PRETO (SC), 30 de junho de 2014.  
Euzébio Calisto Vieceli  
PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

### **Decreto Nº 4.031, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.031, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO - POR ENXURRADA - COBRADE 1.2.2.0.0, CONFORME IN/MI 01/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 84, inciso XL, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 15.953/2013, Lei Municipal nº 1.732, de 20 de dezembro de 2013, e Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e CONSIDERANDO

O excesso de precipitação pluviométrica, o que vem causando graves prejuízos em todos os setores produtivos do Município;

Os riscos de alagamentos de casas e deslizamento de terras em áreas habitadas;

Os pontos de alagamento no Município e o risco iminente de deslizamento de terra na área onde se encontram as instalações da Escola Estadual de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira;

Os danos materiais e ambientais, além dos prejuízos econômicos e sociais,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de Situação de Emergência em todo o território do Município de Pinheiro Preto, provocada pelo excesso de precipitação pluviométrica.

Art. 2º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta à situação.

Art. 3º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, o qual vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado até completar o máximo de 180 dias.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
27 de junho de 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **Decreto Legislativo Nº 002/2014.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
REFERENTE AO PROCESSO Nº PCP-13/00309706 DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, RECO-  
MENDANDO A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, CONFORME  
PARECER MPTC/20607/2013, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CON-  
TAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado  
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a  
todos os habitantes do Município, que a Colenda Câmara de Vere-  
adores de Pinheiro Preto, aprovaram e ela promulga o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º - Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Pi-  
nheiro Preto, relativo ao exercício de 2012 de acordo com o Proces-  
so nº PCP-13/00309706, CONFORME Parecer MPTC/20607/2013,  
exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Ca-  
tarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua  
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto,  
24 de junho de 2014.

ODAIR VAILATTI

Presidente

IVAN BOGONI

Vice- Presidente

EDISON LUIZ CARDOSO DE AGUIAR

1º Secretário

ADEMIR LUIZ FONTANA

2º Secretário

Pomerode

SAMAE

Termo de Homologação do Processo Licitatório 15/2014

- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0013-2014 do(a) SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

NOME DO PROMOTOR: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EDITAL / PROCESSO: 0013-2014 / 0015/2014

DATA DE REALIZAÇÃO: 23 de Junho de 2014 às 13:30

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Iniciado em 04/06/2014 09:00 e finalizado em 23/06/2014 13:00

LOCAL: www.bl.org.br

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: CHARLES SCHUSTER

OBJETO: AQUISIÇÃO DE "RECOMPOSITOR DE PISTA" (CBUQ, ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO.

Aos 23 dias do mês de junho de 2014, no endereço eletrônico www.bl.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) CHARLES SCHUSTER do(a) SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 09:00 horas do dia 04/06/14 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) registrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) Inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 HOMOLOGADO 27/06/14 11:27  
RECOMPOSITOR DE PISTA, CBUQ, ASFALTO USINADO A QUENTE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	CPF/CNPJ	PROPOSTA	QUANTIDADE	PREÇO
1	RECOMPOSITOR DE PISTA, CBUQ, ASFALTO USINADO A QUENTE. - PARA APLICAÇÃO A FRIO, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO DE MISTURA, NÃO EMULSIONADO. EMBALAGEM DE 25 KG	SACO	MARCA PRÓPRIA	ME 15.619.222/0001-64	18/06/14 11:50:43	28,30	11,65
LICITANTES HABILITADOS							
LICITANTE							
1.	ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVICOS LTDA ME		ME	15.619.222/0001-64	18/06/14 11:50:43	28,30	23/06/14 13:52:31
2.	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA- EPP		ME	18.275.607/0001-11	23/06/14 11:32:53	28,00	23/06/14 13:49:38
3	CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA			06.218.782/0001-16	20/06/14 15:04:47	28,30	23/06/14 13:42:50
4	SILVEIRA & SOUZA LTDA - ME		ME	12.275.915/0001-99	16/06/14 14:04:24	28,30	23/06/14 13:30:32

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é(são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

27/06/2014

1 / 1



# Porto Belo

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 2.163, de 13 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.163, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DÁ DENOMINAÇÃO À RUA (Autor: Vereador Ailto Neckel de Souza).

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada "Varlinda Neckel", a rua que tem seu início na Rua João Manoel Jaques, e tem seu término em terras de propriedade do Sr. Benigno Araujo Barreto, no Bairro Alto Perequê, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### Lei Municipal Nº 2.160, de 09 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.160, DE 09 DE JUNHO DE 2014.  
"ALTERA A AJUDA DE CUSTO PARA AS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E MORADIA DOS MÉDICOS DO PROGRAMA FEDERAL MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Porto Belo a fornecer ajuda de custo para moradia aos médicos do Programa Federal Mais Médicos do Brasil, nos limites fixados pelo Ministério da Saúde, a ser regulamentado por Decreto.

Parágrafo único. O médico beneficiário deverá comprovar a utilização do recurso com aluguel até o 15º dia do mês subsequente, sob pena de não recebê-lo nos meses seguintes.

Art. 2º. Fica autorizado o Município de Porto Belo a fornecer ajuda de custo para alimentação aos médicos do Programa Federal Mais Médicos do Brasil nos limites fixados pelo Ministério da Saúde, a ser regulamentado por Decreto.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, autorizando o Município de Porto Belo a efetuar o pagamento das despesas de janeiro e fevereiro de 2014.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 2128, de 12 de março de 2014.

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### Decreto Nº 1.226, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.226, DE 09 DE JUNHO DE 2014  
"ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DA AJUDA DE CUSTO PARA AS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E MORADIA DOS MÉDICOS DO PROGRAMA FEDERAL MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, NOS TERMOS DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 30, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014."

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º. O Município de Porto Belo fica autorizado a fornecer ajuda de custo para moradia aos médicos do Programa Federal Mais Médicos do Brasil, até o limite mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por médico.

Parágrafo único. O médico beneficiário deverá comprovar a utilização do recurso com aluguel até o 15º dia do mês subsequente, sob pena de não recebê-lo nos meses seguintes.

Art. 2º. O Município de Porto Belo poderá fornecer ajuda de custo para alimentação aos médicos do Programa Federal Mais Médicos do Brasil até o limite máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário

Porto Belo - SC, aos 09 dias do mês de junho de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

## CÂMARA MUNICIPAL

### Dispensa de Licitação Nº 001/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014  
A CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, e demais alterações posteriores torna público O extrato resumido do processo de dispensa de licitação, a seguir:

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL - SMP, COM HABILITAÇÕES PARA 11 (ONZE) LINHAS.

FAVORECIDO - 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A.

VALOR GLOBAL - R\$ 10.002,30 (Dez mil e dois reais e trinta centavos)

PRAZO: 07 (sete) meses.

FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/1993

Declaração de Dispensa emitida pela Comissão Permanente de Licitação e ratificada pelo ordenador de despesa a Câmara de Vereadores do Município e Porto Belo (SC)

Porto Belo (SC), 30 de junho 2014.

Laureci Maurino Cabral  
Presidente da Comissão de Licitação

# Porto União

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato 121/2014

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 121/2014  
Partes: Município de Porto União e empresa TELEUNIÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Objeto: instalação de Sistema de Câmeras na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.  
Valor total R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais).  
Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.  
Base legal: Dispensa de Licitação 013/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de Junho de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

TELEUNIÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.  
Contratada

### Extrato de Contrato 120/2014

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 120/2014  
Partes: Município de Porto União e empresa LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Aquisição de 01 (um) armário alto 02 portas tampo 25mm, altura 1,60 m, largura 90cm, profundidade 400 mm, com chave, em MDF cor Wengue, 03 prateleiras móveis e 01 prateleira fixa, para a Polícia Civil.  
Valor total R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais).  
Vigência: será de 03 (três) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.  
Base legal: Dispensa de Licitação 014/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de Junho de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.  
Contratada

### Termo de Homologação Tomada de Preços 002/2014

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 023/2014  
Tomada de Preços 002/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa GOTCHA PUBLICIDADE LTDA.- ME

Porto União SC, 24 de junho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 123/2014

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 123/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa GOTCHA PUBLICIDADE LTDA.- ME  
Objeto: Contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de estudo, planejamento, criação, intermediação e supervisão da execução externa, distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais e off-line, elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, planejamento e execução de pesquisas.  
Valor total R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).  
Vigência: será de 12 meses  
Base legal: Tomada de Preços 002/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 24 de junho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

GOTCHA PUBLICIDADE LTDA.- ME  
Contratada

### Aditivo de Contrato 067/2014 Educação

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato aditivo 067/2014 - EDUCAÇÃO  
Aditivo nº 01 ao contrato de Prestação de Serviços nº 100/2013 - Educação.  
Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.985,00 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 18 de junho de 2014.  
Anízio de Souza                      Teleunião Telecomunicações Ltda.  
Prefeito Municipal                      Contratada

### Justificativa de Dispensa de Licitação 013/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 066/2014  
Dispensa de Licitação n.º 013/2014

Caracterização da Situação: o Município necessita contratar empresa para instalar Sistema de Câmeras na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa para instalar Sistema de Câmeras na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Teleunião Telecomunicações Ltda - EPP, inscrita no CNPJ 84.861.210/0001-64, visto que é o menor valor proposto, dentre os orçamentos apresentados, anexos junto ao processo.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 4.040,00 (quatro mil

e quarenta reais), incluindo material e mão de obra.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União  
Unidade 0209 - Secret. Mun. De Desenvolvimento Social  
Atividade 2026 - Manut. Secret. Desenvolv. Social  
Modalidade 3390-100 Aplicações Diretas  
Cód 113

Atividade 2033 -Encargos gerais da Administração  
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas  
Cód. 133

Complemento 33903999 - Outros servs. de terceiros - Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 09 de junho de 2014.  
Paulo Rubens Buch  
Presidente da Comissão de Licitação  
Decreto 376/2014

#### **Justificativa de Dispensa de Licitação 014/2014**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório 067/2014  
Dispensa de Licitação n.º 014/2014

Caracterização da Situação: O município necessita adquirir 01 (um) armário alto 02 portas tampo 25mm, altura 1,60 m, largura 90cm, profundidade 400 mm, com chave, em MDF cor Wengue, 03 prateleiras móveis e 01 prateleira fixa, para a Polícia Civil, tendo em vista a necessidade de que o móvel a ser adquirido acompanhe os padrões do mobiliário já existente na sala da Autoridade de Trânsito.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de 01 (um) armário alto 02 portas tampo 25mm, altura 1,60 m, largura 90cm, profundidade 400 mm, com chave, em MDF cor Wengue, 03 prateleiras móveis e 01 prateleira fixa, para a Polícia Civil.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Líder Suprimentos para Informática Ltda, inscrita no CNPJ 82.129.024/0002-90 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União  
Unidade 0210 - Encargos Gerais do Município  
Atividade 2029 - Convênio Polícia Civil  
Modalidade 3390-167 - Aplicações diretas  
Cod. 119  
Complemento 33903049 - Bens Móveis não ativáveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 25 de junho de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão de Licitação  
Decreto 376/2014

#### **Justificativa de Inexigibilidade 007/2014 Educação**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2014 - EDUCAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2014 - EDUCAÇÃO

Caracterização da Situação: O Município irá adquirir, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços do FNDE/MEC - do Pregão Eletrônico nº 32/2012 FNDE/MEC, brinquedos para o N.E.I Criança Feliz.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços do FNDE/MEC - do Pregão Eletrônico nº 32/2012 FNDE/MEC, de brinquedos para o N.E.I Criança Feliz.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Edulab - Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda - ME, inscrita no CNPJ 11.386.332/0001-72, visto que o município efetuou adesão a Ata de Registro de Preços do aludido Pregão Eletrônico nº 32/2012 FNDE / MEC, constatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total geral a ser pago será de R\$ 4.614,78 (quatro mil seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos da Dotação Orçamentária:

Unidade 1701 - Fundo Municipal de Educação  
Projeto 1003 - Construção de Centros de Educação Infantil  
Modalidade 4490-104 - Aplicações diretas  
Cód. 31  
Complemento 44905210 - Aparelhos, Equip. p/ esportes e diversões.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, caput da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 13 de junho de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 376/2014

#### **Extrato de Contrato 068/2014 Educação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 068/2014 - Educação  
Partes: Município de Porto União e a empresa EDULAB - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Objeto: aquisição, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços do FNDE/MEC - do Pregão Eletrônico nº 32/2012 FNDE/MEC, de brinquedos para o N.E.I Criança Feliz.

Valor total R\$4.614,78 (quatro mil seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos)

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 007/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EDULAB - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Contratada

#### **Extrato de Contrato 031/2014 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 031/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, destinados aos Grupos da área rural deste município.

Valor total R\$ 4.947,81 (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos).

Vigência: será de 03 (três) meses, ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 010/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 26 de Junho de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Contratada

#### **Extrato de Contrato 032/2014 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 032/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa MERCADO KOSERA LTDA - ME

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, destinados aos Grupos da área rural deste município.

Valor total R\$ 5.005,90 (cinco mil e cinco reais e noventa centavos).

Vigência: será de 03 (três) meses, ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 010/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 26 de Junho de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME

Contratada

#### **Extrato de Contrato 033/2014 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, destinados aos Grupos da área rural deste município.

Valor total R\$ 5.570,60 (cinco mil, quinhentos e setenta reais e sessenta centavos).

Vigência: será de 03 (três) meses, ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 010/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 26 de Junho de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP

Contratada

#### **Termo de Homologação Pregão Presencial 010/2014 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 016/2014 FAS

Pregão Presencial 010/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

MERCADO KOSERA LTDA - ME

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP

Porto União SC, 26 de Junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

#### **Termo de Homologação Pregão Presencial 030/2014 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 056/2014

Pregão Presencial 030/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

TINCAR - AUTO TINTAS LTDA

CASA NOVA COMÉRCIO DE TINTAS, PISCINAS E ACABAMENTOS LTDA - ME

Porto União SC, 01 de Julho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato 127/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 127/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa TINCAR - AUTO TINTAS LTDA.

Objeto: Aquisição de tintas diversas.  
Valor total R\$ 67.878,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e oito reais).  
Vigência: será de 12 meses  
Base legal: Pregão Presencial 030/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 01 de julho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

TINCAR - AUTO TINTAS LTDA.  
Contratada

**Extrato de Contrato 128/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 128/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa CASA NOVA COMÉRCIO DE TINTAS, PISCINAS E ACABAMENTOS LTDA - ME  
Objeto: Aquisição de tintas diversas.  
Valor total R\$ 46.084,50 (quarenta e seis mil e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).  
Vigência: será de 12 meses  
Base legal: Pregão Presencial 030/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 01 de julho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

CASA NOVA COMÉRCIO DE TINTAS, PISCINAS E ACABAMENTOS LTDA - ME  
Contratada

**Termo de Homologação Pregão Presencial 011/2014 FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 017/2014 FAS  
Pregão Presencial 011/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas RECIER JOSE GREGORIO ME  
MERCADO KOSERA LTDA - ME

Porto União SC, 27 de Junho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 035/2014 FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 035/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa RECIER JOSE GREGORIO ME

Objeto: aquisição de material de artesanato, destinado aos Grupos de Geração de Renda da área rural deste município.  
Valor total R\$ 3.043,00 (três mil e quarenta e três reais).  
Vigência: será de 03 (três) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 011/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 27 de Junho de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

RECIER JOSE GREGORIO ME  
Contratada

**Extrato de Contrato 034/2014 FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 034/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa MERCADO KOSERA LTDA - ME

Objeto: aquisição de material de artesanato, destinado aos Grupos de Geração de Renda da área rural deste município  
Valor total R\$ 3.675,60 (três mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).  
Vigência: será de 03 (três) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 011/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 27 de Junho de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME  
Contratada

**Extrato de Contrato 124/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 124/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa DÉCIO PACHECO & CIA LTDA.

Objeto: execução da Pavimentação Asfáltica em CBUQ, incluindo drenagem, pavimentação, passeios e sinalização horizontal e vertical, na Rua Gustavo Tenius de Medeiros (trecho entre a Av. Santa Rosa e a Av. dos Imigrantes) bairro Santa Rosa.  
Valor total R\$ 937.204,29 (novecentos e trinta e sete mil, duzentos e quatro reais e vinte e nove centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.  
Base legal: Concorrência 004/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 01 de Julho de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal



DÉCIO PACHECO & CIA LTDA.  
Contratada

**Extrato de Contrato 125/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 125/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa KEILA ADRIANE PACHECO MAGNANI EIRELI - EPP.

Objeto: a execução da Pavimentação Asfáltica em CBUQ de trecho das Ruas Alemanha, Luiz Pacheco e Miguel Honesko, incluindo drenagem, pavimentação e sinalização horizontal e vertical, na Rua Alemanha com área de 1.080,00 m2 (trecho da Rua Abdala Aziz Domingos e Rua Luiz Pacheco), Rua Luiz Pacheco com área de 863,04 m2 (trecho entre a Rua Alemanha e Rua Itália), Rua Miguel Honesko com área de 864,00 m2 (trecho entre a Rua Alemanha e Rua Itália), bairro Bela Vista, sendo área total de 2.807,04 m2 a ser pavimentada.

Valor total R\$ 267.510,59 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e nove centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal: Concorrência 004/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 01 de Julho de 2014.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

KEILA ADRIANE PACHECO MAGNANI EIRELI - EPP.  
Contratada

**Extrato de Contrato 126/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 126/2014  
Partes: Município de Porto União e a empresa FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: execução da Pavimentação em blocos de concreto sextavado de trecho das Ruas Papa João XXIII, Luiz Bogoni e Arthur Medeiros, incluindo drenagem, pavimentação e sinalização vertical, nas Ruas Papa João XXIII com área de 1.484,00 m2 (trecho da Rua Papa João XXIII a Rua Helmuth Muller), bairro Santa Rosa, Rua Luiz Bogoni (trecho da Rua Arthur Medeiros a Rua Alberto Becker), Jardim Brasília, Rua Arthur Medeiros (trecho da Rua Helmuth Muller a Rua Alberto Becker) Jardim Brasília, com área de 1.912,75 m2, sendo área total de 3.396,75 m2 a ser pavimentada.

Valor total R\$ 547.775,88 (quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal: Concorrência 004/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 01 de Julho de 2014.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
Contratada

**Termo de Homologação Concorrência 004/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 047/2014  
Concorrência 004/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas DÉCIO PACHECO & CIA LTDA.  
KEILA ADRIANE PACHECO MAGNANI EIRELI - EPP.  
FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Porto União SC, 01 de julho de 2014.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**Aditivo de Contrato 066/2014 Educação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato aditivo 066/2014 - EDUCAÇÃO  
Aditivo nº 02 ao Contrato de Execução de Obra nº 080/2013 - EDUCAÇÃO.  
Partes: Município de Porto União e Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de junho de 2014.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda.  
Contratada

**Aditivo de Contrato 119/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato aditivo 119/2014  
Aditivo nº 04 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 091/2010.  
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Reajusta-se o aludido contrato superior em 7,84 % (sete vírgula oitenta e quatro por cento).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de junho de 2014.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.  
Contratada

**Cancelamento de Item do Contrato 109/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Contrato 109/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições torna público: "Considerando que houve erro na digitação do item 10 quando da lavratura da Ata constante do Processo Licitatório 060/2014, Contrato 109/2014, e para evitar futuros prejuízos anula-se o referido item. O contrato junto à empresa Modelo Pneus Ltda passa vigorar com o seguinte valor R\$ 20.430,00 (vinte mil quatrocentos e trinta reais)."

Porto União, 27 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 005/2014-Amaspu**

Extrato de Contrato 005/2014

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Partes: AMASPU e CECOR CENTRO DO CORAÇÃO LTDA

Objeto: prestação de serviços de assistência médica, clínica e cirúrgica, em regime hospitalar ou ambulatorial.

Remuneração: conforme tabela CBHPM

Vigência: indeterminada.

Base legal: artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 13 de junho de 2014.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

CECOR CENTRO DO CORAÇÃO LTDA

Contratada

**Errata do Pregão Presencial 015/2014 FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2014 - FAS

Extrato de Retificação do Pregão Presencial 015/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo FIFA 2014; CONSIDERANDO a mudança no horário de expediente da Prefeitura Municipal em dias de jogos; ALTERA-SE o horário do recebimento dos envelopes para as 09h00 do dia 04 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União - SC, 30 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 018/2014**

PORTARIA Nº 018, de 30 de junho de 2014.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União durante a Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que o horário de expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, nos dias das partidas das Quartas de Final, da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014 (04/07/2014), e Semifinal (08/07/2014), condicionada a vitória nas Quartas de Final, será das 8 às 14 horas ininterruptamente, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Extrato de Edital de Tomada de Preços 007/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 069/2014

Extrato de Edital de Tomada de Preços 007/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação de menor preço por empreitada global, para a contratação de empresa para a execução da obra de Pavimentação Asfáltica de vias públicas no Conjunto Porto União, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 21 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**Lei Nº 4.258/2014**

LEI Nº 4.258, de 25 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Coral Bento Mossurunga, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Coral Bento Mossurunga, entidade civil de caráter cultural, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 935, de 28 de julho de 1976, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 77.144.236/0001-26, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Coral Bento Mossurunga, no decorrer do exercício de 2014, a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 2.502,00 (dois mil, quinhentos e dois reais), desembolsáveis em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 417,00 (Quatrocentos e dezessete reais), para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:  
ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração  
MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Coral Bento Mossurunga, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Convênio Nº 018/2014**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
CORAL BENTO MOSSURUNGA  
CONVÊNIO Nº 018/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Coral Bento Mossurunga, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União - SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e o Coral Bento Mossurunga, com sede à Rua José

Boiteux, nº 676, Centro, Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 77.144.236/0001-26, doravante denominado CONVENIADO, neste ato representado pela sua Presidente IRENE MARIA HIRZINGER, brasileira, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 185 - Porto União - SC, portadora da CI nº 104.113 e CPF nº 371.805.689-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.258, de 25 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

preservar e desenvolver a cultura e a arte no Município de Porto União e em geral;

servir a comunidade com apresentações em solenidades, cerimônias, eventos, encontros, sessões e outros de origem cívica, educacional, cultural, social;

incentivar os jovens e demais pessoas às atividades comunitárias;

despertar através do canto coral o gosto e sensibilidade pela música, arte e cultura;

levar mensagens de alegria, amor, fé, reflexão e esperança à todos os Municípios e demais pessoas que apreciam e valorizam a música.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos**

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 2.502,00 (dois mil, quinhentos e dois reais), desembolsáveis em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 417,00 (quatrocentos e dezessete reais) em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do CORAL BENTO MOSSURUNGA, em c/c específica sob o nº 25.040-6, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração

MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos**

Os recursos liberados destinam-se a auxiliar nas despesas de sua manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

**CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações****I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês ao CONVENIADO o valor correspondente à parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

**II - Do CONVENIADO:**

O CONVENIADO obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e o conveniado, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal, ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O período de vigência do Convênio será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

O CONVENIADO assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

quando da não execução do objeto do convênio;

quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de

vigência do convênio; e

quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Presidente do Coral Bento Mossurunga

#### TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

### Lei Nº 4.259/2014

LEI Nº 4.259, de 25 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 00.762.927/0001-69, regida por estatuto, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.134, de 26 de setembro de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.232, de 16 de abril de 2014, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), destinados a auxiliar a entidade com despesas havidas, decorrentes de sua manutenção, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:  
ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração  
MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.



Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Convênio Nº 019/2014**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

INSTITUTO SIM - SEMPRE INCENTIVANDO MÚSICA

CONVÊNIO Nº 019/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União - SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, com sede à Rua Visconde de Guarapuava, s/nº, Praça Hercílio Luz, Centro, Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 00.762.927/0001-69, doravante denominado CONVENIADO, neste ato representado pelo seu Presidente EDUARDO STORCK, brasileiro, residente e domiciliada na Rua Coronel Amazonas, nº 932 - Porto União - SC, portador da CI nº 5.460.977 SSP/SC e CPF nº 092.808.219-97, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.259, de 25 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

incentivar o desenvolvimento musical de crianças, jovens e adultos;

desenvolver o espírito de solidariedade e conjunto entre os seus componentes;

desenvolver e adotar medidas que salvaguardem o desenvolvimento de seus integrantes;

colaborar, dentro de suas possibilidades, com qualquer realização que vise o desenvolvimento da música; e  
manter um acervo de partituras musicais.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos**

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do INSTITUTO SIM

- SEMPRE INCENTIVANDO MÚSICA, em c/c específica sob o nº 43.445-0, Ag. 217, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração

MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos**

Os recursos liberados destinam-se a auxiliar nas despesas de sua manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações**

##### **I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês ao CONVENIADO o valor correspondente à parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

##### **II - Do CONVENIADO:**

O CONVENIADO obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável**

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e o conveniado, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade**

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria**

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal, ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### **CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência**



O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

O CONVENIADO assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

quando da não execução do objeto do convênio;

quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.  
Prefeito Municipal

Presidente do Instituto SIM!  
Sempre Incentivando Música

#### TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

### Lei Nº 4.261/2014

LEI Nº 4.261, de 25 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.645.857/0001-57, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 4.139, de 02 de maio de 2013, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de julho e novembro de 2014, e a última no mês de março de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Convênio Nº 020/2014**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DOIS VIZINHOS

CONVÊNIO Nº 020/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DOIS VIZINHOS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.645.857/0001-57, com sede no Município de Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Leônidas Dubinski, brasileiro, portador da CI nº 3.496.413 e do CPF nº 005.245.139-96, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.261, de 25 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor**

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de julho e novembro de 2014, e a última no mês de março de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos**

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de julho e novembro de 2014, e a última no mês de março de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 13.597-6, Ag. 3031, Banco Sicoob (756), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

**CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos**

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

**CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações****I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

**II - Da CONVENIADA:**

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias,

mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

**CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável**

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

**CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade**

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão**

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência**

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 25 de junho de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação de Produtores Rurais Dois Vizinhos
TESTEMUNHAS:	

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

**Decreto Nº 490/2014**

DECRETO Nº 490, de 27 de junho de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.260, de 25 de junho de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2076 - CISAMURC		
MODALIDADE	3371 - 454 - Aplicações Diretas	novo	56.000,00
MODALIDADE	3393 - 454 - Aplicações Diretas	novo	42.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		98.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2076 - CISAMURC		
MODALIDADE	3371 - 103 - Aplicações Diretas	24	56.000,00
MODALIDADE	4471 - 103 - Aplicações Diretas	25	42.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		98.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

**Edital de Convocação N.º 139/2014**

Edital de convocação 139/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 27/06/2014 à 03/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocópia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocópia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
VANESSA JOSIA- NE PACHECO	77º		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 071/2014**

Edital de convocação 071/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
THIAGO BORINI	05		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 072/2014 - RH**

Edital de convocação 072/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
SILVIO LUCIANO DE MORAES	06		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal



**Edital de Convocação N.º 073/2014**

Edital de convocação 073/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
VANDERSON TIA-GO BELLAVER	07		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 074/2014**

Edital de convocação 074/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
VILSON WOHL	08		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



**Edital de Convocação N.º 075/2014**

Edital de convocação 075/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	09		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 076/2014**

Edital de convocação 076/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
RICARDO SCHWARTZ	10		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 077/2014**

Edital de convocação 077/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MARCOS AN-CELMO ROMKO POLZIN	11		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 078/2014**

Edital de convocação 078/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
THIAGO HENRI-QUE PADILHA DE MORAIS	12		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 079/2014**

Edital de convocação 079/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ANDREIA PARI-ZOTTO	01		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 080/2014**

Edital de convocação 080/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ROSE APARECIDA DA SILVA ALMEIDA	02		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 081/2014**

Edital de convocação 081/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
CAMILA VANESSA SAWIAK FEITOSA	03		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Edital de Convocação N.º 082/2014**

Edital de convocação 082/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
TEREZA CRISTIANE FERREIRA DE DEUS SOUZA	04		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



**Edital de Convocação N.º 083/2014**

Edital de convocação 083/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 30/06/2014 a 04/07/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ROSANA TEREZINHA DOMBROWSKI	05		

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Rio do Sul****PREFEITURA****Decreto Nº 4138, de 13 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4138, de 13 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE GASTOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de adequar as despesas municipais à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

Considerando ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica implantado o programa de contenção de despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2014 evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante os meses de julho a dezembro de 2014.

Art. 2º - Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

Ficam suspensas as autorizações para os servidores participarem de cursos, seminários, feiras, congressos e similares, fora dos limites municipais, salvo aquelas com necessidade especial e autorizadas pelos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda, bem como, aqueles com pagamento por meio de recursos vinculados específicos para esta finalidade;

Ficam suspensas novas assinaturas ou renovação de jornais, revistas e periódicos;

Ficam suspensas todas as compras, sem prévia autorização por escrito do Secretário Municipal de Administração e Fazenda. Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente inciso serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 2014, as concessões de férias, com exceção das que estiverem com vencimento do segundo período aquisitivo ou aquelas autorizadas pelos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda,

As despesas com diárias e adiantamentos de servidores somente serão efetivadas mediante autorização dos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda, exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;

Ficam suspensas as designações de substitutos de ocupantes de cargos em comissão e diretores de centros educacionais em virtude de afastamento por férias, baseados nos Arts. 46 e 47 da Lei Complementar 207/2010;



Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de qualquer tipo de serviços extraordinários (horas-extras). Havendo necessidade imprescindível da realização de horas-extras, o Secretário titular de cada pasta deverá encaminhar solicitação ao Secretário Municipal de Administração, até o 5º (quinto) dia do mês de realização das horas-extras, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade de toda a secretaria dentro do planejamento mensal, com respectivo impacto financeiro;

VIII - Que as Secretarias Municipais de Administração e Fazenda procedam em conjunto, a revisão em todos os contratos de prestação de serviços continuados, visando racionalizações, ajustes ou cortes de despesas;

IX - Que cada titular de secretaria ou órgão, apresentem em 15 (quinze) dias, um cronograma das ações essenciais que serão mantidas no ano de 2014, devendo obrigatoriamente apresentar proposta de redução de custos em todas as suas atividades, que atinjam no mínimo 20% (vinte por cento) de economia em relação ao orçamento de custeio de junho a dezembro de 2014, exceto quando se tratar de programas custeados com recursos vinculados;

X - Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais;

XI - Ficam suspensas as novas nomeações de concursados e comissionados, bem como, as contratações de temporários, bolsistas e estagiários, mesmo em razão de substituição, exceto as expressamente autorizadas pelos Secretários Municipais de Administração e da Fazenda;

XII - Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de adicional de aulas excedentes. Havendo necessidade imprescindível da realização das mesmas, o secretário titular da pasta de educação deverá encaminhar previamente uma solicitação aos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade da secretaria dentro de um planejamento, com respectivo impacto financeiro e fonte de recursos;

XII - Que todas as Secretarias Municipais, juntamente aos órgãos cessionários, efetuem análise dos servidores cedidos, com objetivo da diminuição deste número.

Art. 3º- Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Prefeito do Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

### **Decreto Nº 4147, de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4147, de 23 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 29.112,44 (vinte e nove mil, cento e doze reais e quarenta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na conta corrente n. 51.415-2, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.127	Programa Brasil Carinhoso		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
	Sup. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desen. da Educ.		
3620000		R\$ 29.112,44	
	TOTAL	R\$ 29.112,44	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4146, de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4146, de 23 de junho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 111.988,42 (cento e onze mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
1520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$ 111.988,42	
	TOTAL	R\$111.988,42	

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$

111.988,42 (cento e onze mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
1520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$ 111.988,42	
	TOTAL	R\$ 111.988,42	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4150, de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4150, de 23 de junho de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art.1º - Substitui membro para compor a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, prevista no Art. 12 da Lei Municipal nº 4.201/2005, como representante do Poder Executivo Municipal:

I - REGINA BONITO PETRY - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4130, de 12 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4130, de 12 de junho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 074/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 074/2014, de 07.05.2014,

cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio ambiente

### **ANEXO AO DECRETO Nº 4130**

Tomada de Preço nº 074/2014 de 07.05.2014

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de muro de contenção de encosta em gabião na rua Valdemiro da Silva, bairro Barra do Trombudo neste município.

Preço: Menor Preço Global

Participantes:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA;
- FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA;
- TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA.

### **Decreto Nº 4141, de 16 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4141, de 16 de junho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 079/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 079/2014 de 27.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4141/2014

Pregão Presencial Nº 079/2014 de 27.05.2014.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de cargas de gás P-13 e P-45. Para atender diversas Secretarias do Município.

Participantes:

- FRONZA COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP;
- I. TRAPP & CIA LTDA;
- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

#### **Decreto Nº 4143, de 17 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4143 de 17 de junho de 2014.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 067/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 067/2014 de 29.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- FLORICULTURA ALIANÇA VERDE LTDA ME;
- SONIA REGINA DE OLIVEIRA - ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
17 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4143/2014

Pregão Presencial Nº 067/2014 de 29.05.2014.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de flores da época e gramas par reposição em praças e jardins do Município.

Participantes:

- FLORICULTURA ALIANÇA VERDE LTDA ME;
- SONIA REGINA DE OLIVEIRA - ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- FLORICULTURA ALIANÇA VERDE LTDA ME;
- SONIA REGINA DE OLIVEIRA - ME.

#### **Decreto Nº 4140, de 16 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4140 de 16 de junho de 2014.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 068/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 068/2014 de 23.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP;
- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de junho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4140/2014

Pregão Presencial Nº 068/2014 de 23.05.2014.

Objeto da Licitação: Registro de preços para contratação de serviços através de locação de equipamentos diversos para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Participantes:

- TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA ME;
- ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP;
- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP;

- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME.

### Decreto Nº 4142, de 17 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4142, de 17 de junho de 2014.  
"REVOGA O ITEM 50, DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/14."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 056/14 12.05.2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá por interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### Lei 5.484

LEI Nº 5.484, de 23 de junho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL	
1.074	Igdbf Bolsa Família	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00	Aplicações Diretas	
1520054	Convênio da União - Assistência Social	R\$ 27.000,00
	TOTAL	R\$ 27.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL	
1.074	Igdbf Bolsa Família	

4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	Investimentos	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	
1520054	Convênio da União - Assistência Social	R\$ 27.000,00
	TOTAL	R\$ 27.000,00

Art. 3º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### Resumo do Contrato 095/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 095/2014

Tomada de Preços nº 072/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: A.R.G. Industrial Ltda

Objeto: execução de uma quadra coberta poliesportiva com vestiários com área de 980,42 m², na C.E Roberto Machado, localizada Estrada São Bento, 37, Bairro Progresso em Rio do Sul  
Valor: R\$ 508.101,20 (quinhentos e oito mil e cento e um reais e vinte centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovação motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após Entrega Nota Fiscal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### Portaria Nº 0746/2014

PORTARIA Nº 0746/RH

CARLOS ALBERTO LUTHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 12/06/2014, o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Designar o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, para a partir de 13/06/2014, exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente

sobre o valor da remuneração do cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Fiscal de Tributos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Portaria Nº.0732/2014, publicada em 27/06/2014 no Diário Oficial dos Municípios.

Rio do Sul, 30 de junho de 2014.  
Carlos Alberto Luithardt  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Apmf

### **Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 007/14**

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL  
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Natan José Postae ME	xx.103.596/0001-xx	144544
Rafael Goral	xxx.378.099-xx	145530
Cintia de Souza Backes	xxx.174.599-xx	145512

Rio do Sul, 30 de Junho de 2014.  
LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN  
Secretário Municipal da Fazenda

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Resolução Nº 745, de 30 de Junho de 2014**

RESOLUÇÃO Nº 745, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
Autoriza pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a servidor.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias ao servidor Fernando Guedes, no valor de R\$ 558,91 (quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), para participar do 3º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos, a ser realizado entre os dias 21 e 22 de agosto do corrente ano, tendo como local a Sociedade Cultura Artística, situada a Rua Jorge Czerniewicz, 160, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul - SC.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de

Jaraguá do Sul - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de junho de 2014.  
JAIME SBORZ  
Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI  
Vice Presidente da Mesa

JANARA MAFRA  
1ª Secretária

ZELI DA SILVA  
2ª Secretária



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### Decreto 190 - Rescisão Contratual

DECRETO Nº 190/2014

DISPÕE SOBRE A RECISÃO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

Considerando que o município agora possui ônibus próprio para realizar o transporte escolar da Linha Licitada e contratada pelo contrato nº 10/2014.

Considerando, em vista disso, que não há mais necessidade de permanecer com a contratação supracitada, sendo que a utilização de ônibus próprio gerará uma economia considerável para o município;

Considerando o interesse do município e a empresa contratada em recindir de forma amigável o contrato nº 10/2014, sem qualquer ônus ou obrigações para ambas as partes;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica Rescindido o Contrato nº 10/2014, da Empresa Jonas Correia ME de forma Bilateral e Amigável sem que ambas as partes possam exigir qualquer tipo de obrigação ou ônus advindo da dita rescisão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 02 de Junho de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

### Decreto 191/2014 - Cancelamento de PL

DECRETO Nº 191/2014

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

Considerando que o Município tem interesse em instalar Posto de Abastecimento em seu parque de Máquinas, contratando empresa especializada para que disponha em comodato os equipamentos para tal instalação, como tanque e bomba de abastecimento;

Considerando que, pelos estudos feitos pelo setor competente deste município, haverá uma vantagem econômica com a instalação do citado posto de abastecimento;

Considerando a necessidade e conveniência da administração, e ainda, que o processo licitatório nº 422/2014, está em sua fase inicial;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica Cancelado o Processo Licitatório nº 422/2014.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 162/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP na modalidade local e Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade longa distância, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TELEFONICA BRASIL S.A.

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa operadora para a prestação dos serviços de telefonia móvel, pessoal, local e serviço de telefone fixo, computado de longa distância nacional, para chamada de acesso do serviço móvel pessoal, SMP com fornecimento de 150 (cento e cinquenta) aparelhos telefônicos móveis em regime de comodato para atender o município de São Bento do Sul, através de sua administração pública pelo período de 02 meses a contar de 06 de maio de 2014 a 05 de julho de 2014.

DO VALOR: R\$ 27.132,66 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a contar de 06/05/2014.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2014.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

TELEFONICA BRASIL S.A, como Contratada.

### Decreto Nº 606/2014

DECRETO Nº 0606, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 1258/12 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - COMDE

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 700/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1258, de 17 de outubro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

(...)

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

“I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Shirlei Pickusch Pereira - Suplente

(...)

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

(...)

VI - Representantes do Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Móveis:  
Paulo Ricardo Lopes - Titular

Pedro Santana Mota - Suplente

VII - Representantes da Fundação Pró Rim:

Nadia Regina Vieira Batista - Titular

Margarete Terezinha Thol - Suplente”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 608/2014

DECRETO Nº 0608, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(464) 3.3.90.46.00.00.00 001 - Auxílio-Alimentação R\$ 300.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 - Coord., manut. e ampliação do Ensino Fund. - FUNDEB

(515) 3.1.90.16.00.00.00 019 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(455) 3.1.90.11.00.00.00 001 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 100.000,00

(461) 3.3.90.32.00.00.00 001 - Mat. Dist. Gratuita R\$ 100.000,00

(467) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 - Coord., manut. e ampliação do Ensino Fund. - FUNDEB

(513) 3.1.90.13.00.00.00 019 - Obrigações Patronais R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 5925/2014**

PORTARIA Nº 5925, DE 26 DE JUNHO DE 2013

Prorroga Prazo para Posse

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ELIZETE ROSSA DE SOUZA, no cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação - Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 4247/2014, protocolado em 25 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### **Portaria Nº 5924/2014**

PORTARIA Nº 5924, DE 26 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor SANDRO NEI DE LIMA, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços de Controle de Frota, na Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Corsa Classic, de placas MLB 4516.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### **Portaria Nº 5926/2014**

PORTARIA Nº 5926, DE 26 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LOURIVAL LEANDRO, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços Gerais e Som, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, a motocicleta CG 125, placa AAW 2303.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

#### **Portaria Nº 5948/2014**

PORTARIA Nº 5948, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Corrige Portaria nº 5220/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 5220/2014 que admitiu como servidora temporária JENICE APARECIDA DOS SANTOS no tocante ao cargo, passando de "Professor Anos Finais - Oficina de Banda" para "Professor Anos Finais - Oficina de Dança".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de abril de 2014.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**Listagem de Portarias Nº 007/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5870, de 16 de junho de 2014. Concede Gratificação de Função FG 5 - Agente de Divisão de Educação Infantil, a partir de 02 de junho de 2014. Elaine Schmidt Thewes. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5921, de 26 de junho de 2014, Demite Servidor Temporário, a pedido. Anderson Ruckl. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5922, de 26 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Motorista II, a partir de 24 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Edson Luiz Veiga, com fulcro no art. 47, VII, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5927, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Fernanda Aparecida Martins. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5928, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Ivanir Terezinha Lourenço. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5929, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Leni Lires Drevek Dal Bo. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5930, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Lidionete Baddo Caferate. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5931, de 26 de junho de 2014. Demite Empregado Público, a pedido. Luciana Ribeiro dos Santos. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 5932, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Maria Aparecida Bardou Bento. Médico Psiquiatra. SEMUS.

Portaria nº 5933, de 26 de junho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Ornelis Vicente dos Santos. Assistente Social. SEMUS.

Portaria nº 5934, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Priscilla Payerl Momoli Varela. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 5935, de 26 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Professor Educação Infantil, a partir de 20 de junho de 2014, ocupado pela servidora Rita Inês Alexi Schoffel, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5936, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rosilene Augustin. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 5937, de 26 de junho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Sonia Machado de Lima. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5938, de 26 de junho de 2014. Demite Empregado Público, a pedido. Valeria Bachel. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 5939, de 26 de junho de 2014. Declara Vago Cargo de Operador de Máquina, a partir de 20 de junho de 2014, ocupado pelo servidor Wilson Bergmann, com fulcro no art. 47, VII, da Lei

nº 228/2001.

Portaria nº 5940, de 27 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de junho de 2014. Mauricio Grisbach. Advogado. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 5941, de 27 de junho de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 14/06/2014 a 11/10/2014. Carla Grossl Diener. Chefe de Divisão de Assistência Farmacêutica. SEMUS.

Portaria nº 5942, de 27 de junho de 2014. Prorroga Licença Maternidade, período de 12/10/2014 a 10/12/2014. Carla Grossl Diener. Chefe de Divisão de Assistência Farmacêutica. SEMUS.

Portaria nº 5943, de 27 de junho de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em pessoa da família, período de 12/05/2014 a 09/08/2014. Floriano Arnold. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 5944, de 27 de junho de 2014. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, período de 26/05/2014 a 24/06/2014. Florinda Ivete Rosá Rohrbacher. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 5945, de 27 de junho de 2014. Concede Auxílio Doença INSS, período de 15/02/2014 a 31/03/2014. Gilceli Beldovicz Marciniaki. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 5946, de 27 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Denise Novak. Auxiliar de Serviços. CEIM Tempo Mágico. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5947, de 27 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário. Leni Lires Drevek Dal Bo. Atendente Educativo. EBM Newton Mendes. 30 horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2014.  
FERNANDO TURECK,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Termo de Cessão de Uso Nº 008/2014**

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2014

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, op(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(eis) adquiridos com recursos do Convênio nº 11.291/2011-7

I - Marca Ford, Modelo Ranger 3.2 4X4 XLT CD AT, combustível

diesel, ano de fabricação/modelo 2013/2014, cor vermelha, chassi nº 8AFAR23L3EJ154983, placa MKU 3673 (AR) Auto Resgate, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 141.890,00 (Cento e quarenta e um mil, oitocentos e noventa reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O(s) bem(ns) destina(am)-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

##### I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o(s) bem(ns) exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o(s) bem(ns) a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do(s) bem(ns), comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do(s) bem(ns), além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

##### II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o(s) bem(ns) descrito(s) na cláusula primeira no ano de 2013 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o(s) bem(ns) integrará(ão) a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as

competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC , 24 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal de São Bento do Sul/SC

Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

CLEUSA PICCOLI VIEIRA

Função:Assessora de Gabinete

CPF nº 422.708.639-68

EMERSON HINKE

Função: Assessor de Gabinete

CPF nº 017.094.729-79



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1885/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1885/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH4069	54595974E	6920/0	16/05/2014	233
AJT4303	54596325E	6556/1	14/05/2014	230 * I
AKP3034	54596257E	6670/0	05/05/2014	230 * XIII
ALH9106	54595971E	6920/0	16/05/2014	233
ARG1938	54595916E	6920/0	06/05/2014	233
AWA2707	54594504E	5010/0	02/06/2014	162 * I
AWA2707	54594505E	5118/0	02/06/2014	164 c/c 162 * I
BOR4531	54595970E	6920/0	15/05/2014	233
HFP7735	54596414E	7323/2	09/05/2014	252 * II
HNB6908	54595950E	6920/0	12/05/2014	233
LXT2066	54594510E	5045/0	10/06/2014	162 * V
LXT2066	54594511E	6580/0	10/06/2014	230 * IV
LZK1656	55725797D	6599/2	04/05/2014	230 * V
LZK1656	55725798D	6726/1	04/05/2014	230 * XVIII
MAD3071	54597841E	6548/0	12/05/2014	229
MBK2210	55438485C	5010/0	01/05/2014	162 * I
MCD6659	54595907E	6920/0	06/05/2014	233
MCM1353	54594506E	6599/2	06/06/2014	230 * V
MCM1353	54594507E	5045/0	06/06/2014	162 * V
MDS0231	54596392E	6920/0	28/04/2014	233
MGX7017	54595936E	6920/0	09/05/2014	233
MMI8577	54597846E	5169/1	16/05/2014	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1886/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1886/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV6187	55515028D	6130/0	05/05/2014	214 * II
ABO1046	55515088D	5185/1	28/05/2014	167
AFN0117	55515233D	5185/1	16/05/2014	167
AFT2574	54592797E	5185/1	29/05/2014	167
AFT2574	54592798E	5185/2	29/05/2014	167
AFT2574	54592799E	5193/0	29/05/2014	168
AKN5954	55514449D	5185/1	10/06/2014	167
AWA2707	54594503E	5185/1	02/06/2014	167
HMB2629	54594501E	5185/1	02/06/2014	167
ICY4576	55513900D	5193/0	29/05/2014	168
IHN1976	54596462E	5819/1	30/05/2014	193
LWS2850	55514987D	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
LZK1656	55725795D	5525/0	04/05/2014	181 * XV
LZK1656	55725796D	5452/1	04/05/2014	181 * VIII
MAQ1199	55515115D	5380/0	14/05/2014	181 * I
MAU8471	54595651E	5525/0	01/06/2014	181 * XV
MBI0088	55515039D	5185/1	13/05/2014	167
MCP1008	55515468D	5185/1	09/06/2014	167
MDK7252	55515403D	6130/0	05/06/2014	214 * II
MER9716	55515067D	5568/0	13/05/2014	181 * XIX
MGC9737	54596264E	5452/3	29/05/2014	181 * VIII
MGC9737	55437960C	5452/3	02/06/2014	181 * VIII
MGG0004	55515402D	5568/0	06/06/2014	181 * XIX
MHZ8805	55515205D	7366/2	09/05/2014	252 * VI
MIT2795	55515040D	5207/0	13/05/2014	169
MIT2795	55515068D	6050/1	13/05/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT2795	55515070D	7056/1	13/05/2014	244 * III
MJF0405	55513891D	7366/2	08/05/2014	252 * VI
MJJ8432	55514983D	5541/2	07/05/2014	181 * XVII
MLB7483	55515251D	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MLB8760	55515253D	5541/2	02/05/2014	181 * XVII
MLC1214	55515462D	7366/2	09/06/2014	252 * VI
MMI8577	54597847E	7366/2	16/05/2014	252 * VI
MRZ1025	55514448D	7366/2	10/06/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1887/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1887/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYJ8171	54593603E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1888/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1888/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BEL5020	55513649D	7366/2	10/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LPM2364	55514276D	5541/1	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN0310	55514948D	5819/6	24/04/2014	R\$ 574,61	193
LZN0310	55514949D	5835/0	24/04/2014	R\$ 127,69	195
MBT8242	55514604D	5835/0	22/03/2014	R\$ 127,69	195
MFO6580	55514804D	7366/2	29/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFU5102	55514829D	5207/0	07/04/2014	R\$ 53,20	169
MGA9658	55514823D	5185/1	04/04/2014	R\$ 127,69	167
MGD0328	54043448D	5185/1	05/03/2014	R\$ 127,69	167
MHF7732	55514411D	7366/2	18/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHR9067	54043431D	5193/0	28/02/2014	R\$ 191,53	168
MKC7489	55514277D	5541/2	27/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 904/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 904/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW9894	8492063114	7455/0	31/05/2014	218 * I
ABW9894	8492063124	7455/0	31/05/2014	218 * I
ACQ1787	8492063267	7455/0	02/06/2014	218 * I
ADQ6727	8492062474	7455/0	04/05/2014	218 * I
AER2626	8492062310	7455/0	02/05/2014	218 * I
AGJ9892	8492063125	7455/0	02/06/2014	218 * I
AGZ4614	8492063161	7455/0	31/05/2014	218 * I
AHJ5539	8492063121	7455/0	02/06/2014	218 * I
AJD0550	8492062405	7455/0	01/05/2014	218 * I
AJI8110	8492062257	5673/2	03/05/2014	183
ALN5367	8492062112	7463/0	27/04/2014	218 * II
ANY3679	8492062917	5673/2	24/05/2014	183
AOH8230	8492063128	7455/0	29/05/2014	218 * I
AOH8709	8492062713	6050/3	20/05/2014	208
AXB5494	8492063003	7455/0	26/05/2014	218 * I
BEE3179	8492063173	7455/0	29/05/2014	218 * I
CFP1150	8492062809	7455/0	17/05/2014	218 * I
CHJ2424	8492063253	7455/0	03/06/2014	218 * I
CJJ4017	8492063154	5673/2	30/05/2014	183
DFO6194	8492063265	7455/0	29/05/2014	218 * I
GJT2125	8492062575	7455/0	11/05/2014	218 * I
HEW1443	8492063250	7455/0	03/06/2014	218 * I
IAY7378	8492062685	7455/0	10/05/2014	218 * I
IFY9838	8492062355	7455/0	04/05/2014	218 * I
IGS3954	8492063118	6050/3	01/06/2014	208
JGY9939	8492062306	7455/0	04/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KLB3430	8492062351	7455/0	01/05/2014	218 * I
LND1379	8492062312	7455/0	03/05/2014	218 * I
LXK6449	8492063182	7455/0	02/06/2014	218 * I
LYK9011	8492062612	7455/0	07/05/2014	218 * I
LZD6476	8492062459	7455/0	06/05/2014	218 * I
MAG5170	8492063086	7455/0	31/05/2014	218 * I
MAL5369	8492063209	7455/0	28/05/2014	218 * I
MAP6968	8492063142	6050/3	29/05/2014	208
MAQ1848	8492063198	7455/0	31/05/2014	218 * I
MAU9342	8492063246	7455/0	02/06/2014	218 * I
MBA8114	8492062320	7455/0	30/04/2014	218 * I
MCO3899	8492063115	7455/0	31/05/2014	218 * I
MDG5037	8492063241	7455/0	02/06/2014	218 * I
MDL1650	8492063262	7471/0	30/05/2014	218 * III
MDT6545	8492062289	7455/0	01/05/2014	218 * I
MEH5719	8492062462	7455/0	06/05/2014	218 * I
MEN7289	8492062349	7455/0	30/04/2014	218 * I
MEU1921	8492062384	7455/0	03/05/2014	218 * I
MEV2213	8492062999	7455/0	21/05/2014	218 * I
MFI2563	8492062364	7463/0	03/05/2014	218 * II
MGC5476	8492062505	7455/0	08/05/2014	218 * I
MHK5428	8492063047	7455/0	26/05/2014	218 * I
MHT8901	8492063096	7455/0	02/06/2014	218 * I
MIF0406	8492062461	7455/0	06/05/2014	218 * I
MIG3488	8492063002	7455/0	26/05/2014	218 * I
MIN9150	8492062426	7455/0	01/05/2014	218 * I
MIP3159	8492063012	7455/0	24/05/2014	218 * I
MIR6647	8492063134	7455/0	31/05/2014	218 * I
MIS8159	8492062386	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIT8738	8492063243	7455/0	02/06/2014	218 * I
MIX9390	8492062255	7455/0	03/05/2014	218 * I
MJC0399	8492062427	7455/0	02/05/2014	218 * I
MJF1501	8492063101	5673/2	03/06/2014	183
MJI5324	8492063171	7455/0	28/05/2014	218 * I
MJJ3501	8492063210	7455/0	29/05/2014	218 * I
MJS9285	8492062284	6050/3	04/05/2014	208
MKN8951	8492063126	7455/0	28/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKS7448	8492063175	7455/0	30/05/2014	218 * I
MKX8227	8492063194	7455/0	29/05/2014	218 * I
MLL0203	8492062245	7455/0	30/04/2014	218 * I
MLQ3673	8492062465	7455/0	30/04/2014	218 * I
MLS7305	8492063160	7463/0	31/05/2014	218 * II
MLV5570	8492062258	5673/2	03/05/2014	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 905/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 905/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEU3522	8492061459	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHN8435	8492061479	6050/3	06/04/2014	R\$ 191,53	208
AJR8198	8492061351	6050/3	31/03/2014	R\$ 191,53	208
AKN9371	8492061430	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOK8105	8492060312	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DHU9657	8492060981	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
EPP8968	8492061003	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LOV3124	8492060647	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU4703	8492061452	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN4052	8492061645	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ2221	8492061282	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT2636	8492061065	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC2184	8492059983	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFL6177	8492060356	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX8027	8492060832	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI0271	8492061417	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU6693	8492060116	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV9520	8492061278	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ5781	8492061457	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI9051	8492061301	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH9472	8492061456	7455/0	30/03/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 206/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 206/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/06/2014 a 25/07/2014, a servidora ELIANE KASMIRCZAK NIEDZVIESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/06/2014 a 20/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/06/2014.

São Bento do Sul, 26/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 207/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 207/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/06/2014 a 10/10/2014, ao servidor JOSE ERVINO ZIMMER ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/06/2014 a 27/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/06/2014.

São Bento do Sul, 26/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 208/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 208/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/06/2014 a 08/08/2014, concedido a servidora JOSIANE DZIEDICZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 151/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/06/2014.

São Bento do Sul, 26/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 209/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 209/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/06/2014 a 01/07/2014, a servidora ROSANGELA MARIA WEDDERHOFF METTEGANG ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/06/2014 a 16/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/06/2014.

São Bento do Sul, 26/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 210/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 210/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/07/2014 a 11/07/2014, concedido ao servidor JOÃO FALKIEVICZ PRIMO ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 040/2012, conforme perícia

médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2014.

São Bento do Sul, 26/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 211/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº 211/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/06/2014 a 20/06/2014, ao servidor WILSON BERGMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/06/2014 a 17/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/06/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 212/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº. 212/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/06/2014 a 15/07/2014, concedido a servidora SIMONE APARECIDA GRANDE ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 175/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/06/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 213/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº 213/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/06/2014 a 08/09/2014, ao servidor MAURO VAZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/05/2014 a 10/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/06/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 214/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº 214/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/07/2014 a 15/08/2014, a servidora ROSANE BAUMGARTNER KAMINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/06/2014 a 01/07/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/07/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 215/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº. 215/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2014 a 11/07/2014, concedido a servidora JOSICLEIA CASTRO ocupante do cargo de provimento efetivo de

Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº.150/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **Portaria IPRESBS Nº 216/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 216/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/07/2014 a 05/09/2014, concedido a servidora CHARLENE MARA GRANDE ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº.083/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2014.

São Bento do Sul, 27/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

---

## **SAMAE-SÃO BENTO DO SUL**

---

### **Aviso de Licitação Nº 50/2014**

Tomada de Preços nº 50/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 50/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 09:30 horas do dia 23 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM DRAGAGEM, DESSASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO, COM REMOÇÃO DO SEDIMENTO E CAMADA VEGETAL PARA BOTA FORA, DA LAGOA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/](http://www.samaesbs.sc.gov.br/)

licitacao

São Bento do Sul, 30 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

### **Portaria/SAMAE/SBS/Nº 119, de 30 de Junho de 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 119, de 30 de junho de 2014.

"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 102 de 23 de maio de 2014, que concedeu progressão vertical para o nível IV a servidora ROSANE MARIA BAYERL, até parecer final da comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### Processo Licitatório Prefe N. 079/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 079/2014  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 022/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 14 de julho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS À REESTRUTURAÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 23 de junho de 2014.  
Flávio Celeste Lorenzi  
Pregoeiro Oficial.

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 080/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 080/2014  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 023/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 15 de julho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: São Domingos, SC, 23 de junho de 2014.  
Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

### PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 019/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 019/2014  
PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 008/2014

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 11 de julho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049)

3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br).

São Domingos, SC, 20 de junho de 2014.  
FLÁVIO CELESTE LORENZI  
PREGOEIRO OFICIAL.

### DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO Nº 684/2014

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO  
Mês/Ano: Junho/2014  
Número do Convênio: PREFE 007/2014 de 24 de junho de 2014. (Convênio Nº 684/2014)

Valor do Repasse: R\$ 500.000,00

Descrição: Do Objeto. Tem por objetivo estabelecer um programa de cooperação e interação entre as partes que o firmam, com o intuito de viabilizar a recomposição de pavimentação que deverá ser removida em decorrência da execução das obras do Sistema de Esgotos Sanitários (SES) que serão realizados pelo MUNICÍPIO.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

CNPJ: 82.508.433/0001-17

Data vencimento: 24 de Junho de 2015



**São José****PREFEITURA****Portaria Nº 1.301/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
PORTARIA Nº 1.301/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR a Equipe Multiprofissional, que avaliará a qualificação dos candidatos convocados como deficientes ou não e o grau de deficiência ou não para o exercício do cargo de Auxiliar de Sala, conforme Concurso Público para o Magistério Municipal, em conformidade com o estabelecido no item 4.8 do Edital 006/2012 e demais disposições pertinentes, integradas pelos seguintes membros:

ANA BRASIL DE OLIVEIRA - Psicóloga  
DR. CÉSAR FRANCISCO SKRIPNIK - Médico do Trabalho  
Dra. ISABELA APARECIDA KUHNEN - Médica  
MÁRCIA CRISTINA F. RIZZARO - Pedagogia em Ed. Infantil  
MARIA HELENA VIEIRA - Pedagogia em Educação Especial  
VANESSA ERTEL - Fonoaudióloga

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de junho de 2014.  
MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

**Errata ao Contrato/Ct: Nº 344/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Errata ao Contrato/CT: nº 344/2013 - TP 006/2013 - Processo 148/2013 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 26/06/2014, ONDE SE LÊ: "Contratado: SO-CIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP". LEIA-SE: "Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA". Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras.

**Decreto Nº 2.822/2014**

DECRETO Nº 2.822/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei

Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
NEIVA ALMEI-DA DE NOVAIS PEREIRA	Auxiliar de Ensino	30 horas	18/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.823/2014**

DECRETO Nº 2.823/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
DANIELA LUZ ANDRADE SOUZA	Professor - M	40 horas	23/06/2014
IGOR NEVES DE LIMA SANTOS	Professor - H	40 horas aulas	23/06/2014
JOSELI MARIA MARTINS BRUCH	Professor - M	40 horas	23/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.824/2014**

DECRETO Nº 2.824/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
IRMA ANTUNES DE FREITAS GONÇALVES	Professor - M	40 horas	24/06/2014
KARINE FERNANDES MONTEIRO	Professor - H	40 horas aulas	24/06/2014
MILENE DA SILVA	Professor - M	40 horas	24/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.825/2014**

DECRETO Nº 2.825/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
IRONI APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA	Professor - M	40 horas	25/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.826/2014**

DECRETO Nº 2.826/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
CRISTINA DE FATIMA WALTRICH	Auxiliar de Sala	40 horas	26/06/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 26/06/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.829/2014**

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2829/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS para exercer o cargo de Coordenador de Patrimônio - CCM 5, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2.828/2014**

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2828/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MARIANA CORDEIRO DOS SANTOS do cargo de Coordenador de Patrimônio - CCM 5, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2.819/2014**

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2819/2014

ALTERA O DECRETO 2.747, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o inciso III do parágrafo 1º do Artigo 2º do do Decreto 902 de 02 de maio de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

§ 1º - .....

I - .....

II - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) .....

b) .....

c) Titular: CÍNTIA NOÊMIA SALLES;" (NR)

[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2.818/2014**

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2818/2014

ALTERA O DECRETO 2.747, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 9º da Lei Municipal nº. 4.599, de 12 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a alínea "e", do inciso I, do Artigo 1º do Decreto 2.747, de 06 de junho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

I - .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) Titular: Fernanda Silva Zulian Legal;" (NR)

[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2.817/2014**

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2817/2014

ALTERA O DECRETO 1.788, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o §1º da Lei Municipal nº. 4.047, de 17 de novembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - Os inciso VII e XII do Artigo 1º do Decreto nº 1.788, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - .....

[...]

VII - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular: ELIANE MAGALHÃES ROSA;

Suplente: CÍNTIA NOÊMIA SALLES."

[...]

XII - REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR

a) Titular: EMILIANO GESSER;

b) Suplente: KAROLINE MELO DA CUNHA." (NR)

[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Contrato/Ct: Nº 114/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 114/2014 - PR 095/2013 - Processo 233/2013 - Contratado: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra especializada (operador de máquinas, cozinheiras, telefonistas, digitadores e serviços funerários) para atender as Secretarias de Administração, Receita, Saúde, SUSP, Infraestrutura e Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Global: R\$1.999.250,00 - um milhão, novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta reais. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 14 de maio de 2014.

**Ata de Registro de Preços Nº 066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2014 - PE 026/2014 - Processo nº 057/2014. Contratados: VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de tendas, palcos, camarotes e grades de proteção, para atender os eventos promovidos pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Valor Global: R\$407.200,00 - quatrocentos e sete mil e duzentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 22 de abril de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

**Pregão Presencial 032/2014 - Nova Abertura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2014 - NOVA ABERTURA - Processo nº 128/2014. Objeto: Aquisição de containers habitáveis adaptados para atendimento emergencial do Centro de Educação Municipal Ceniro Martins do Município de São José, por contratação de empresa especializada na área de construções industrializadas. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/07/2014 às 16h45min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/07/2014 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**Pregão Presencial 044/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 044/2014 - Processo nº 160/2014. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de

informática para atender a Secretaria Municipal de Educação, Unidades de Ensino Fundamental, Educação Infantil, Escolas Profissionais e Universidade Aberta do Brasil do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/07/2014 às 14h45min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/07/2014 às 15h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**Pregão Eletrônico Nº 008/2014 - Reabertura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2014 - Reabertura - Processo nº 029/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de higienização, lavagem e passagem de capas de coletes balísticos para o pelotão de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar localizado no Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 30 de junho de 2014 às 18h00min até dia 14 de julho de 2014, às 17h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 17h30min do dia 14 de julho de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**Resultado da Concorrência Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 - Processo nº 145/2014. Contratado: GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para revitalização e pavimentação da estrada geral do Alto Forquilhas no Município de São José, com fornecimento de mão de obra e materiais. Valor Total: R\$4.007.897,44 - quatro milhões, sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial Nº 031/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014 - Processo nº 127/2014. Contratado: PODIUM EVENTOS E FORMATURAS EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de formatura realizadas pelo Centro Universitário Municipal de São José, a serem realizados pela FUNDESJ/USJ. Valor Total: R\$28.900,00. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial Nº 033/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014 - Processo nº 133/2014. Contratado: NÓ DE BAMBU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para



eventual prestação de serviços de manutenção com troca de peças dos instrumentos musicais de sopro utilizados nas unidades escolares do ensino fundamental, no projeto bandas e fanfarras. Valor Total: R\$34.431,00 - trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

### **Resultado do Pregão Eletrônico Nº 012/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014 - Processo nº 036/2014. Contratados: SCHEID E CASTRO DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA; MEDIGRAM DIST. DE MEDICAMENTOS; MAYCON WILL - ME; e NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de fórmulas infantis em pó integral para serem distribuídos através dos Programas DST/AIDS e Hepatites Virais, NUTAJ e São José Criança do Município de São José-SC. Valor Total: R\$2.287.067,80 - dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, sessenta e sete reais e oitenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

### **Resultado da Dispensa de Licitação Nº 016/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2014 - Processo nº 120/2014. Contratado: JONAS RICARDO PIRES. Objeto: Dispensa de licitação para locação de imóvel, situado à Rua Joaquim Vaz, nº 1647, bairro Praia Comprida - São José, destinado à instalação do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP. Valor Total: R\$37.200,00 - trinta e sete mil e duzentos reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

### **Resultado da Dispensa de Licitação Nº 021/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2014 - Processo nº 156/2014. Contratado: MAURÍCIO ANTONIO DA COSTA. Objeto: Dispensa de licitação para locação de imóvel, situado à Rua Gaivotas, nº 265, Lote 08, Quadra 22, Loteamento Jardim Zanelato, Bairro Serraria - São José/SC, destinados à instalação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS ZANELATO. Valor Total: R\$30.000,00 - trinta mil reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

### **Editais CMDCA/Sj Nº 002/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ  
EDITAL CMDCA/SJ Nº 002/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ,

FAZ SABER que estarão abertas, de 30 de junho a 30 de julho de 2014 as inscrições para o PROCESSO DE ESCOLHA De MEMBROS

SUPLENTE DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ, GESTÃO 2013/2016.

#### **1. DO PROCESSO DE ESCOLHA**

1.1. O presente processo de escolha é disciplinado com base na Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com as modificações introduzidas por legislação posterior editada até 31 de agosto de 2012, pela Lei nº. 12.696/2012, na Lei Federal nº 8.242/91, nas Leis Municipais de São José nº. 2.411/92 (CMDCA/SJ), nº. 4.302/2005 (CMDCA/SJ) e 2.611/1994 (Conselho Tutelar de São José) e suas alterações, sendo realizado sob a responsabilidade do CMDCA/SJ, organizado e coordenado, na forma da Resolução 013/2014, do CMDCA, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José na condição de Suplentes, gestão 2013/2016, quando da posse, até 09 de janeiro de 2016, constituída em Assembléia Ordinária do CMDCA/SJ, do dia 14 de maio de 2014 e terá a fiscalização do Ministério Público do Estado de Santa Catarina em São José.

#### **1.2. Das Vagas**

1.2.1. O Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 destina-se ao preenchimento de 07 (sete) vagas para Conselheiros Tutelares Suplentes de São José, sendo que os demais classificados comporão cadastro de reserva obedecendo à ordem de classificação do pleito.

1.2.2. Sete conselheiros irão assumir em sequência da lista anterior no Conselho Tutelar de São José, prevista no Decreto 2326/2014, com referência ao Edital 001/2013.

#### **1.3. Dos Impedimentos**

1.3.1. Não poderão participar do Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, os Conselheiros Tutelares que já foram empossados com titularidade por duas vezes consecutivas.

1.3.2. São impedidos de servir, no mesmo Conselho Tutelar, parceiros com união estável, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhado, tio(a), sobrinho(a), padrasto ou madrasta e enteado(a), conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

1.3.3. Ficarão impedidas de participar do Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos 05 (cinco) anos antecedentes.

1.4. Carga horária semanal: quando no exercício de Titularidade, os Conselheiros Tutelares Suplentes exercerão a sua função em regime de dedicação exclusiva, com mesma carga horária semanal, bem como aos mesmos períodos de plantão e sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, com jornada de trabalho distribuída em escalas diurnas, nos horários das 07h:00 às 13h:00 e das 13h:00 às 19h:00 e escalas noturnas e plantões de sábados, domingos e feriados, nos horários entre às 19h:00 e 07h:00h.

1.5. O disposto no item anterior não impede que o Conselho Tutelar realize a divisão das tarefas entre os conselheiros que estejam na titularidade, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidade distantes da sede, fiscalização de entidades, programas, serviços e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar.



1.6. Vencimento: O valor do vencimento do Conselheiro Tutelar, quando esteja na titularidade, será correspondente ao salário vigente de Conselheiro Tutelar do município de São José, que, nesta data, corresponde a R\$3.224,00 (três mil, duzentos e vinte e quatro reais), mais R\$12,69 (doze reais e sessenta e nove centavos) por dia de vale-alimentação.

1.7. A função de Conselheiro Tutelar Suplente não gera qualquer vínculo empregatício ou profissional com o Poder Público do Município de São José, não adquirindo, ao término da sua gestão, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou a estabilidade nos quadros da administração pública municipal, conforme orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

1.8. É vedada a acumulação da função de Conselheiro Tutelar com quaisquer atividades remuneradas, seja de caráter público ou privado.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. O candidato deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos, na data da inscrição:

- I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- II - Residir no Município de São José;

III - Estar inscrito como eleitor no Município de São José e estar quite com as obrigações eleitorais para os candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares para os do sexo masculino;

IV - comprovar experiência profissional de no mínimo um (01) ano na promoção, defesa e atendimento de crianças e de adolescentes;

V - Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

VI - Possuir certificado de conclusão de nível superior.

## 3. DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DO CONSELHEIRO TUTELAR

3.1. São atribuições do Conselheiro Tutelar definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de

perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

## 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição, através de requerimento (anexo 3), e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. A inscrição somente será efetuada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede do Conselho Rua Coronel Américo, 25, Bairro Barreiros - São José/SC, telefone (48) 3281 6757, no período de 30 de junho a 30 de julho de 2014, das 14h às 18h, horário oficial de Brasília, de segunda à sexta feira.

4.2.1. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

4.2.2. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

II - Cédula ou carteira de identidade expedida por autoridade civil, profissional ou militar;

III - Certidão de Regularidade do CPF;

IV - Uma foto 5 x 7 atual (de até 90 dias) datada;

V - Comprovante de residência atual (de até 90 dias) em nome do candidato expedido por uma concessionária oficial (luz, água ou telefone) ou declaração específica, conforme a lei 7.115, de 29 de agosto de 1983 (anexo 4);

VI - Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, para os candidatos de ambos os sexos e para os do sexo masculino certificado de reservista ou de dispensa da incorporação (Leis nº 4.375/1964 e nº 4.754/1965 e Decreto nº 57.654/1966);

VII - Diploma que comprove a conclusão em nível superior;

VIII - Declaração emitida por organização que atue na promoção, defesa ou atendimento de crianças e dos adolescentes, contendo carimbo e CNPJ da organização e descrevendo detalhadamente as atividades e funções desenvolvidas pelo candidato, além do período e jornada de trabalho desenvolvidos, para comprovar experiência exigidos no item 2.1., IV;

IX - Certidões negativas de antecedentes criminais, expedidas pelos Foros das Justiças Federal, Estadual, dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos;

X - Para os Conselheiros Tutelares que se candidatarem à recondução, atestado de tempo de serviço, emitido pela Secretaria Municipal de Administração de São José.

4.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. Concluído o processo de inscrição, será publicada no mural do CMDCA e site da Prefeitura Municipal de São José, em 08 de agosto de 2014, a partir das 16h, lista dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética. O mesmo ocorrerá com as inscrições indeferidas, só que estas conterão o motivo do indeferimento.

4.5. Do indeferimento da inscrição cabe recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis o qual será processado de acordo com as normas previstas neste Edital.

4.6. Julgados os recursos pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJ, em 15 de agosto de 2014, a partir das 16h, lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética que

poderão realizar a prova objetiva.

## 5. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

5.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) etapas.

5.2. Primeira etapa - Prova Objetiva;

5.3. Segunda etapa - Votação.

## 6. DA PRIMEIRA ETAPA - PROVA OBJETIVA

6.1. Esta etapa é eliminatória e consistirá em Prova Objetiva escrita, com 03 (três) horas de duração, 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, quatro alternativas de resposta em cada questão e somente uma correta. A prova versará sobre a Legislação pertinente aos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2. A prova objetiva será realizada no dia 24 de agosto de 2014, das 14h às 17h (horário oficial de Brasília), no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, localizado na Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Beira Mar - Praia Comprida - São José.

6.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para seu início, munido, obrigatoriamente, com documento de identificação original, cujo número foi informado no requerimento de inscrição, além de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

6.4. Estará automaticamente eliminado do Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o candidato que não apresentar documento de identidade, não realizar a prova, ou chegar após o horário estipulado no item 6.3 deste edital.

6.5. Será eliminado, igualmente, do Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pendrive, MP3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda cachecol ou similar, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.

6.6. Recomenda-se que, no dia de realização da prova, o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item anterior, sendo permitida a utilização de garrafa d'água, desde que seja fabricada em material transparente e esteja sem rótulo.

6.7. O CMDCA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

6.8. O candidato poderá ausentar-se temporariamente da sala das provas somente se acompanhado por um fiscal. Neste espaço temporal é vedado ao candidato fumar e se comunicar.

6.9. O candidato só poderá retirar-se da sala após uma hora do início das provas.

6.10. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente.

6.11. Será excluído do Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, o candidato que tentar fraudar as provas, ou for responsável por falsa identificação.

6.12. Durante a realização das provas, o candidato não poderá consultar textos legais, livros, apostilas ou anotações.

6.13. O candidato é inteiramente responsável pelo preenchimento do cartão resposta.

6.14. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:  
a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis, não havendo possibilidade de sua reposição;  
b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;  
c) não estiver assinalada no cartão-resposta;  
d) estiver preenchida fora das especificações.

6.15. As questões anuladas pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, serão computadas para todos os candidatos, como resposta correta.

6.16. Cada questão da prova valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos e serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos, que corresponde à nota 5,00 (seis).

6.17. A Comissão Especial para Processo Eleitoral de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016, divulgará, no mural do CMDCA e site da PMSJ, o gabarito da prova objetiva, até o dia 26 de agosto de 2014, cabendo recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

6.18. A relação dos candidatos classificados será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJ, em ordem alfabética, no dia 03 de setembro de 2014, no horário provável das 18h, cabendo recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, na Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, das 14h às 18h.

6.19. Julgados os recursos pela Comissão Especial, serão homologadas as candidaturas e publicada lista definitiva dos candidatos, em ordem alfabética, no mural do CMDCA e site da PMSJ, no dia 08 de setembro de 2014, a partir das 16h.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS

7.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos classificados na Prova Objetiva, poderá qualquer cidadão, acima de 18 (dezoito) anos e capaz, requerer, em até 03 (três) dias úteis, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a impugnação de candidaturas, em requerimento devidamente motivado e protocolado na Secretaria Executiva do CMDCA, das 14h às 18h.

7.2. O candidato impugnado será notificado e terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa administrativa, na Secretaria Executiva do CMDCA, das 14h às 18h, cabendo análise à Comissão Especial.

7.3. Após análise pela Comissão Especial, será divulgada lista dos candidatos aptos à votação, no mural do CMDCA, dia 15 de setembro de 2014, a partir das 16h, e realizado o sorteio público da ordem dos candidatos na cédula de votação, na sede do CMDCA.

## 8. DA SEGUNDA ETAPA - VOTAÇÃO

8.1. Esta etapa é eliminatória e classificatória e consistirá na votação dos Conselheiros Tutelares Suplentes, realizando a campanha

para aprovação entre 16 de setembro à 29 de setembro de 2014.

8.2. A votação realizar-se-á no dia 30 de setembro de 2014, das 14h às 17h, nas dependências do Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, sito a Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Beira Mar, Praia Comprida - São José.

8.3. A campanha para a votação compreenderá o período de 16 de setembro à 29 de setembro de 2014.

8.4. Os Conselheiros Tutelares Suplentes serão escolhidos na forma direta, através de votação secreta e facultativa, das Organizações Governamentais e Não Governamentais, de atendimento, estudo, pesquisa, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, registrados e/ou inscritos no CMDCA, devidamente credenciadas, coordenada pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em São José.

8.5. É vedado aos candidatos a função de Conselheiro Tutelar Suplente, campanha em televisão, "out-doors", carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como por meio de faixas, letreiros, "banners", adesivos, cartazes e santinhos com fotos e qualquer ação que implique em grave perturbação à ordem, sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições.

8.6 É vedado ao candidato, ainda, doar, oferecer, prometer ou entregar ao votante bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

8.7. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a votação.

8.8. É vedado, no dia da votação, o transporte de votantes.

8.9. A campanha só será permitida por meio de "curriculum vitae", distribuídos até o dia que antecede a votação, e apresentação pessoal.

8.10. É vedado aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos ou não de utilizarem bens móveis e equipamentos do Poder Público, para fins de campanha, bem como fica vedado aos mesmos fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.11. A inscrição do representante - votante - dar-se-á mediante apresentação de ofício, assinado pelo representante legal da Organização, Governamental ou Não Governamental, constando o número do documento de identidade do credenciado, haja vista que deverá ser apresentado no dia da votação. O credenciamento será realizado, na Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, das 14h às 18h, a partir do primeiro dia útil após a data de publicação do presente edital até o dia 29 de setembro de 2014.

8.11.1. Não constando na lista de votação o nome da organização, o representante desta não poderá votar.

8.11.2. Fica vedado aos candidatos a função de Conselheiros Tutelares Suplentes realizarem credenciamento conforme o item 8.11.

8.12. A votação será realizada por meio de urna eletrônica ou comum e cada candidato será identificado pelo número de inscrição.

8.13. Cada votante poderá escolher até 07 (sete) candidatos.

8.14. No recinto de votação e ao lado da urna será afixada uma

relação contendo o nome de cada candidato e seu respectivo número.

8.15. Cada candidato poderá indicar um fiscal, mediante ofício encaminhado para Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis, para acompanhar a votação e apuração.

8.16. No dia da votação será proibido qualquer tipo de propaganda, de qualquer candidato, sob pena de desclassificação do Processo de Escolha.

8.17. Encerrada a votação, a urna será lacrada na presença de 02 (dois) candidatos, ou na falta destes, de um ou mais cidadãos presentes, e o lacre rubricado pelos presentes, sendo levada em seguida ao Presidente da Mesa, e sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será iniciada a apuração dos votos, fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina em São José.

8.18. Durante a apuração dos votos, no caso de votação com cédulas manuais, serão nulas as que:

I - Contiverem a indicação de mais de 07 (sete) candidatos;

II - Contiverem quaisquer expressões, frases ou palavras que a indiquem;

III - Não corresponderem ao modelo oficial;

IV - Não estiverem rubricadas pelo(a) Presidente e membros da Mesa Receptora de votos.

8.19. Encerrados os trabalhos de contagem dos votos e lavrada a ata pelo Presidente da Mesa Apuradora, será encaminhado o resultado final da apuração ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

8.20. Ao final de todo o Processo de Escolha, a Comissão Especial divulgará o nome dos escolhidos, sendo que todos os candidatos que receberem, no mínimo, um voto, serão considerados classificados.

8.21. Será publicado o resultado da votação no mural do CMDCA e site da PMSJ, no dia 01 de outubro de 2014.

## 10. CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS ESCOLHIDOS

10.1. Será efetuada uma única lista de candidatos escolhidos, organizada na ordem decrescente dos votos recebidos, observados os critérios de desempate previstos no item 11, a ser divulgada no mural do CMDCA e no site da PMSJ, na data provável de 06 de outubro de 2014, a partir das 16h.

## 11. EMPATE

11.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente: o candidato escolhido com maior nota na Prova Objetiva; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento da criança e do adolescente; e persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

## 13. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 divulgará o nome dos Conselheiros Tutelares Suplentes e os Conselhos em que atuarão, bem como os nomes dos suplentes, na sede do CMDCA e no site da Prefeitura Municipal de São José.

## 14. DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares Suplentes de São José, Gestão 2013/2016 e protocolados na Secretaria Executiva do CMDCA, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

14.2. Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fax ou correio eletrônico.

14.3. Os recursos poderão ser interpostos por procurador, com poderes específicos para este fim.

14.4. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares Suplentes de São José, Gestão 2013/2016 e publicado no mural do CMDCA.

14.5. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 é irrecorrível, na esfera administrativa.

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Somente terão caráter oficial as informações publicadas no mural do CMDCA/SJ e site da Prefeitura de São José.

16.2. Todo e qualquer documento, recurso ou requerimento relacionado a este Processo de Escolha deverá ser entregue pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na sede do CMDCA.

16.3. O horário de atendimento aos candidatos será de segunda-feira a sexta-feira, das 13h às 17h, na sede do CMDCA.

16.4. Todos os termos aditivos, comunicados, respostas de requerimento e recursos, bem como locais e horários de prova, ou quaisquer avisos, ou convocações para qualquer ato relacionado a este Processo de Escolha, serão publicados no mural do CMDCA e site da Prefeitura de São José.

16.5. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros Suplentes dos Conselhos Tutelares de São José, Gestão 2013/2016 e, se necessário, com consulta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e Ministério Público.

16.6. A não observância das regras determinadas neste Edital e das demais, oriundas da Comissão Especial, bem como a descortesia do candidato para com qualquer membro da aludida Comissão, ou de seus auxiliares, acarretará seu desligamento imediato e sumário do processo.

16.7 Fica revogado o EDITAL CMDCA/SJ Nº 001/2014, de 29 de maio de 2014.

São José, 14 de maio de 2014.  
LUCIANA PEREIRA DA SILVA  
Presidente do CMDCA/SJ

## ANEXO 01

### CALENDÁRIO REFERENTE AO EDITAL CMDCA nº.001/2014

Fica estabelecido o seguinte calendário:

30/06/2014 à 30/07/2014	Prazo para as inscrições
08/08/2014	Publicação da listagem dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas
09 a 11/08/2014	Prazo para recursos das inscrições indeferidas
15/08/2014	Publicação da relação definitiva dos candidatos com inscrição deferida e aptos a participarem da prova
24/08/2014	Data da realização da prova
26/08/2014	Divulgação do gabarito da Prova Objetiva
27 a 28/08/2014	Prazo para recursos
03/09/2014	Relação de candidatos Classificados na Prova Objetiva
04 e 05/09/2014	Prazo para recursos
08/09/2014	Publicação Definitiva Candidatos Classificados na Prova Objetiva
08 a 10/09/2014	Prazo para impugnação das candidaturas
10 a 11/09/2014	Prazo para defesa dos candidatos impugnados
15/09/2014	Resultado Definitivo candidatos aptos a votação
16 a 29/09/2014	Início e término da campanha para votação
30/09/2014	Votação e resultado da Votação
01/10/2014	Publicação do Resultado Votação

## ANEXO 03

### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ/SC

FOTO 5x7

Eu, \_\_\_\_\_,  
Nacionalidade \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_  
identidade nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_

data de emissão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, infra-assinado, preenchendo os requisitos do Edital nº 001/2014, venho requerer minha inscrição ao Processo de Escolha dos Membros na condição de Conselheiros Tutelares de São José, Gestão 2013/2016.

Para organização do prontuário, presto as declarações a seguir, sob as penas da Lei:

1 - Filiação:

Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: \_\_\_\_\_

2 - Data e Local de Nascimento

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

3 - Endereços (rua, nº, bairro, ponto de referência):  
Residencial:

(em anexo apresentar este item, informando os endereços de



residência dos últimos cinco anos).

Endereço Profissional:

4 - Contato:

E-mail : \_\_\_\_\_

Tel. Residencial : \_\_\_\_\_

Tel. Profissional : \_\_\_\_\_

Fax : \_\_\_\_\_

Outro : \_\_\_\_\_

5- Sim, exerci função de conselheiro tutelar ( )

Não exerci função de conselheiro tutelar ( )

Se SIM, informar períodos e Municípios, nos últimos 05 anos.

5.1 \_\_\_\_\_

5.2 \_\_\_\_\_

5.3. \_\_\_\_\_

5.4. \_\_\_\_\_

5.5. \_\_\_\_\_

6 - Grau de Instrução:

(Qual o curso, instituição, ano de formação e município/UF)

7 - Informo vínculo funcional, contrato de trabalho, relação de emprego com o serviço público ou entidade privada (vínculo atual ou o último).

(órgão, entidade, empresa, município):

(nome cargo, função ou mandato):

(descrição das atividades exercidas em função do vínculo):

Se já desligado data do desligamento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

8 - Relaciono a experiência e conhecimentos, de no mínimo, um ano na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da Criança e do Adolescente.(anexos certificados de formação ou capacitação).

(apresentar declaração da(s) organização (ões) onde desenvolveu estas atividades), ou cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho.

Declaro, finalmente, possuir bons antecedentes, boa conduta e não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar de função pública qualquer. (\*)

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura

(\*) em caso contrário, o candidato deve fazer constar notícia clara e específica da ocorrência e os esclarecimentos pertinentes)

ANEXO 4

MODELO DE DECLARAÇÃO

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares, que resido no município de São José (SC), na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Complemento \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.  
Por ser verdade, firmo o presente.

ASSINATURA DO CANDIDATO

### Edital Nº 003/2014/Sas.

EDITAL Nº 003/2014/SAS.

torna pública a retificação do Edital Nº 001/2014/SAS, de 19 de maio de 2014.

A SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, em observância à Lei Municipal nº 5.383, de 08 de abril de 2014, pelo presente Edital, torna pública a retificação do Edital Nº 001/2014, de 19 de maio de 2014, nos seguintes termos:

I - Onde se lê:

5.4. A entrega da documentação para a devida inscrição ocorrerá no período de 02 a 27 de junho de 2014, na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Rodovia BR-101, Km 202, nº 3.697 - CEP: 88.115-500 - São José/SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min.

Leia-se:

5.4. A entrega da documentação para a devida inscrição ocorrerá no período de 02 de junho de 2014 a 02 de setembro de 2014, na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Rodovia BR-101, Km 202, nº 3.697 - CEP: 88.115-500 - São José/SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min.

II - Onde se lê:

6.2. Os candidatos à participação do Fórum Municipal da Promoção da Igualdade Racial deverão se apresentar no dia 30 de junho de 2014, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), sito à Avenida Acioni Souza Filho, s/nº, Beira Mar de São José, às 19h. para o início dos trabalhos.

Leia-se:

6.2. Os candidatos à participação do Fórum Municipal da Promoção da Igualdade Racial deverão se apresentar no dia 04 de setembro de 2014, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), sito à Avenida Acioni Souza Filho, s/nº, Beira Mar de São José, às 19h. para o início dos trabalhos.

III - Onde se lê:

6.3. As inscrições serão avaliadas por uma comissão formada por cinco candidatos ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, escolhida por maioria de votos dos representantes inscritos no Fórum Municipal de que trata este edital.

Leia-se:

6.3. As inscrições serão avaliadas por uma comissão formada por cinco membros do Fórum de Eleição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, escolhida por maioria de votos dos representantes inscritos no Fórum Municipal de que trata este edital.

IV - Ratificam-se os demais itens e anexos do Edital Nº 001/2014/



SAS, de 19 de maio de 2014.

São José, 27 de junho de 2014.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Secretária Interina de Assistência Social

### **Extrato de Termo de Convênio Nº 40/2014/Funesj**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 40/2014/FUNESJ

No mês de Maio do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo. Ressalta-se que a Minuta de Convênio e o respectivo Plano de Trabalho foram aprovados pelo Parecer Jurídico nº 186/2014, emitido no Processo Administrativo nº 6054/2014.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 41.3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Conveniente: REDE SOCIAL COMUNITÁRIA PRÓ-ENVELHECIMENTO SADIO DE SÃO JOSÉ, com sede à rua Antenor Valentim da Silva, nº 445, CEP 88111-340, Bairro Ipiranga, São José/SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.331.237/0001-67.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante o custeio da participação das equipes de idosos no 7º Ano dos Jogos Abertos da Terceira Idade, a ser realizados de 12 a 17 de Maio de 2014, na cidade de Canoinhas.

Presidente da Conveniente: Neusa Terezinha Gandra

Prazo de Vigência: 09/05/2014 a 09/06/2014

### **Extrato de Termo de Convênio Nº 41/2014/Funesj**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 41/2014/FUNESJ

No mês de Maio do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo. Ressalta-se que a Minuta de Convênio e o respectivo Plano de Trabalho foram aprovados pelo Parecer Jurídico nº 186/2014, emitido no Processo Administrativo nº 6054/2014.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 41.3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 27.760,00 (vinte e sete mil setecentos e sessenta reais)

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE, com sede na BR 101, Km 205, nº 357, CEP 88117-500, Bairro Floresta, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 08.518.399/0001-09.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da participação das equipes de paratletas no PARAJASC, a ocorrer de 25 a 31 de Maio de 2014, na cidade de Chapecó.

Presidente da Conveniente: Sandra Regina de Miranda

Prazo de Vigência: 16/05/2014 a 15/06/2014

### **Extrato de Termo de Convênio Nº 39/2014/Funesj**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 39/2014/FUNESJ

No mês de Maio do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Adeliana Dal Pont, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo. Ressalta-se que a Minuta de Convênio e o respectivo Plano de Trabalho foram aprovados pelo Parecer Jurídico nº 186/2014, emitido no Processo Administrativo nº 6054/2014.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 41.3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Conveniente: ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PILOTOS DE VELOCROSS, com sede na Rua Alcebiades Vidal de Souza, nº 2000, Bairro Serraria, CEP 88630-115, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 14.605.394/0001-16.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da realização Etapa da Copa Grande Floripa de Velocross, a ser realizada em 3 de Maio de 2014.

Presidente da Conveniente: Maycon Andrigo Santiago

Prazo de Vigência: 28/04/2014 a 09/05/2014

### **Resolução Nº. 012/2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 012/2014.

Designa comissão encarregada de organizar e coordenar o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares SUPLENTES e elaborar o respectivo Edital.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº 4.302/2005, conforme deliberação da plenária ordinária dia 14 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes do município de São José/SC.

Art. 2º - São atribuições da Comissão Especial:

I - Elaborar Edital que contemple o Processo de Escolha contendo;

II - Supervisionar as inscrições dos candidatos, a avaliação da documentação e aprovação das inscrições dos que preencherem os requisitos.

III - Publicar NOMINATAS de cada etapa do Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares.

IV - Receber os pedidos de impugnação dos candidatos, desde que fundamentados, supervisionando a decisão dos mesmos.

V - Receber os pedidos de recursos conforme previsto no Edital do CMDCA/SJ nº002/2014, realizar análise e parecer.

VI - Fazer o cadastro dos votantes, no prazo estabelecido no Edital do CMDCA/SJ nº002/2014;

VII - Organizar e estruturar os locais de votação.

VIII - Constituir a mesa de votação, designando e credenciando seus membros que serão em número de três: Presidente, Secretário e Vogal.

IX - Organizar, definir e distribuir as cédulas ao presidente da mesa de votação.

X - Supervisionar os trabalhos da votação e apuração dos resultados.

XI - Credenciar os fiscais dos candidatos, escolhidos por eles, em número de um por entidade, que participarão da votação, cujos nomes serão entregues ao CMDCA, 04 (quatro) dias antes do Pleito.

XII - Recolher todo o material da votação após seu encerramento, acondicionando-o em envelope lacrado e rubricado, guardando-o pelo prazo de 30 (trinta) dias.

XIII - Solucionar em tempo hábil, todas as dificuldades e dúvidas que ocorrerem durante a votação.

§ 1º Para cumprir suas atribuições a Comissão Especial contará com o apoio da Secretaria Executiva do CMDCA/SJ e com colaboradores que designar.

Art. 3º - Ficam designados os Conselheiros abaixo elencados, encarregados de compor a Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes de São José - 2013/2016 e elaborar o respectivo Edital:

I - Luciana Pereira da Silva;

II - Vanessa Cristina Grando;

III - Eni Cristina Ventura;

IV - Carla R. Galego;

V - César M. Simões;

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 14 de maio de 2014.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA  
Presidente do CMDCA/SJ

## **Resolução Nº. 013/2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 013/2014.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBROS SUPLENTE PARA OS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ - PERÍODO 2013/2016 E APROVA O EDITAL CMDCA/SJ Nº. 002/2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº 4.302/2005, conforme pré-estabelecido em assembléia ordinária do dia 14 de maio de 2014,

CONSIDERANDO,

- o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com as modificações posteriores em especial a Lei 12.696/2012, que se refere ao processo unificado dos Conselhos Tutelares no Brasil;

- o disposto na Resolução número 139/2010, do CONANDA;

- o disposto na Lei Municipal Ordinária número 2611/1994, no que se refere à atribuição de regulamentar o processo de escolha e posse dos Conselhos Tutelares;

- a sentença judicial dos autos número 064.12.031100-7, do Fórum da Comarca de São José/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - Dispor sobre o Processo de Escolha de Membros Suplentes para os Conselhos Tutelares de São José - período 2013/2016 e aprovar o Edital CMDCA/SJ nº. 002/2014, para abertura do aludido Processo de Escolha.

Art. 2º - O Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes de São José será realizado sob a responsabilidade do CMDCA de São José, com a fiscalização do Ministério Público da Comarca de São José.

Art. 3º - O CMDCA, a partir da Resolução 012/2014, deliberou sobre a formação de Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de São José 2013/2016, responsável por organizar e coordenar todo o Processo.

§ 1º - Os integrantes da Comissão Especial não poderão concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar e não exercerão o direito de voto no processo de Escolha para Conselheiros Tutelares Suplentes.

§ 2º - A Comissão Especial poderá indicar assessores técnicos para auxiliar no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes de São José.

Art. 4º - A escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes será efetuada através do voto secreto e facultativo, de um representante, devidamente credenciado de cada organização governamental e não governamental, de atendimento, estudo, pesquisa, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, contemplando os serviços, os programas, os projetos, os benefícios da Rede Governamental e Não Governamental com atuação no âmbito do Município de São José, registrados e/ou inscritos no CMDCA/SJ.

Art. 5º - O candidato ao exercício das funções de Conselheiro Tutelar Suplente deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos, na data da inscrição:

I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II - Residir no Município de São José;

III - Estar inscrito como eleitor no Município de São José e estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares, para os do sexo masculino;

IV - comprovar experiência e conhecimentos no mínimo um (01) ano na promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

V - Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

VII - Possuir diploma de conclusão de nível superior.

Art. 6º - Serão consideradas regras de campanha:

I - É vedado aos candidatos a função de Conselheiro Tutelar Suplente, campanha em televisão, "out-doors", carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como por meio de faixas, letreiros, "banners", adesivos, cartazes e santinhos com fotos e qualquer ação que implique em grave perturbação à ordem.

II - É vedado ao candidato, ainda, doar, oferecer, prometer ou entregar ao votante bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

III - É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições.

Parágrafo Único - Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a votação.

IV - É vedado, no dia da votação, o transporte de votantes.

V - A campanha só será permitida por meio de "curriculum vitae", distribuídos até o dia que antecede a votação, e apresentação pessoal.

VI - É vedado aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos ou não de utilizarem bens móveis e equipamentos do Poder Público, para fins de campanha, bem como fica vedado aos mesmos fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

Art. 7º - Fica estabelecido o seguinte calendário:

30/06/2014 a 30/07/2014	Prazo para as inscrições
08/08/2014	Publicação da listagem dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas
09 a 11/08/2014	Prazo para recursos das inscrições indeferidas
15/08/2014	Publicação da relação definitiva dos candidatos com inscrição deferida e aptos a participarem da prova
24/08/2014	Data da realização da prova
26/08/2014	Divulgação do gabarito da Prova Objetiva
27 a 28/08/2014	Prazo para recursos
03/09/2014	Relação de candidatos Classificados na Prova Objetiva
04 a 05/09/2014	Prazo para recursos
08/09/2014	Publicação Definitiva Candidatos Classificados na Prova Objetiva
08 a 10/09/2014	Prazo para impugnação das candidaturas
10 a 11/09/2014	Prazo para defesa dos candidatos impugnados
15/09/2014	Resultado Definitivo candidatos aptos a votação
16 a 29/09/2014	Início e término da campanha para votação
30/09/2014	Votação e resultado da Votação
01/10/2014	Publicação do Resultado Votação

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 14 de maio de 2014.

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Presidente do CMDCA/SJ

### Decreto Nº 2830/2014

PUBLICADONO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2830/2014

DECRETO Nº 2830/2014

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, no dia 04 de julho, e visando minimizar os transtornos para a população, agilizar o deslocamento e garantir a segurança das pessoas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São José, no dia 04 de julho do corrente, das 9h às 15 h.

Parágrafo Único - O servidor público municipal impedido, por qualquer motivo, de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, com justificativa prévia e formalizada ao secretário de sua respectiva pasta.

Art. 2º - Ficam excluídos das disposições do art. 1º deste Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, cumprem turno especial de trabalho, como as atividades finalísticas das Secretarias Municipais da Saúde, da Segurança, da Defesa Civil e da Educação.

Parágrafo Único. Cabe aos titulares dos órgãos e das entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 3º - Ficam os Secretários Municipais da Administração e do Governo autorizados, por meio de ato conjunto, a modificar os horários de que trata o art. 1º deste Decreto, para assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Edital de Notificação Nº 1852/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1852/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMI0421	55918254D	5541/1	30/04/2014	181 * XVII
CAS6019	55088361E	5550/0	04/06/2014	181 * XVIII
CVS2174	55087242E	5452/1	02/06/2014	181 * VIII
ENO3209	55087768E	5452/5	01/06/2014	181 * VIII
ICC2474	54446933E	5460/0	06/06/2014	181 * IX
KKS8797	55086018E	5460/0	13/05/2014	181 * IX
KZH0173	55085925E	5185/1	08/05/2014	167
LXK6729	55088710E	5541/1	11/06/2014	181 * XVII
LYU8386	54932426E	5568/0	31/05/2014	181 * XIX
MAE8496	54769492E	5835/0	16/05/2014	195
MAF3211	55538010E	7366/2	09/06/2014	252 * VI
MBV4290	55088752E	5550/0	08/06/2014	181 * XVIII
MCT3798	54932429E	5550/0	01/06/2014	181 * XVIII
MEB2336	55088198E	5185/1	02/06/2014	167
MEI1724	55083896E	5428/1	07/06/2014	181 * V
MEN8214	54447699E	5568/0	10/05/2014	181 * XIX
MEZ4658	55085238E	5541/6	02/05/2014	181 * XVII
MFB6910	54445244E	5550/0	08/06/2014	181 * XVIII
MFL5079	55088625E	5622/2	10/06/2014	182 * VI
MGT7886	55088500E	5452/7	06/06/2014	181 * VIII
MHA4059	55085848E	7366/2	03/06/2014	252 * VI
MHB1274	55086855E	5452/1	30/04/2014	181 * VIII
MHJ5954	55086366E	7030/2	01/06/2014	244 * I
MHV6323	55085915E	5541/5	30/04/2014	181 * XVII
MIQ7212	55088223E	5738/0	06/06/2014	186 * II
MIZ9421	55086858E	7366/2	23/04/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB3775	55088477E	5819/3	04/06/2014	193
MJC0212	55088166E	7366/2	27/05/2014	252 * VI
MJG2754	55087250E	5550/0	02/06/2014	181 * XVIII
MJL1942	54931855E	5525/0	24/04/2014	181 * XV
MJL1942	54931856E	5380/0	24/04/2014	181 * I
MKB4578	55086021E	7366/2	04/06/2014	252 * VI
MKE1393	55087012E	5550/0	25/05/2014	181 * XVIII
MKE1431	55088170E	5622/2	28/05/2014	182 * VI
MKQ2095	55084887E	5819/4	06/05/2014	193
MKS6364	55088220E	5819/1	04/06/2014	193
MKT2602	55088753E	5550/0	08/06/2014	181 * XVIII
MLB3744	55087206E	5541/6	08/05/2014	181 * XVII
MLM4567	55088200E	5541/5	02/06/2014	181 * XVII
MLP2561	54445240E	5550/0	08/06/2014	181 * XVIII
MMA7413	55086859E	7366/2	02/05/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1854/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1854/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA0753	54770266E	5460/0	21/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
AKR1230	55082409E	5452/1	07/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DGW4785	54770451E	5550/0	13/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYC8464	55083883E	5428/1	29/03/2014	R\$ 191,53	181 * V
MBQ9760	54932485E	5525/0	04/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MCM0048	55915418D	5568/0	22/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEC8950	55085607E	5452/1	22/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEL9557	55084931E	7366/2	27/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEW0343	54929859E	5525/0	15/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEW0343	54929860E	5460/0	15/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFX5965	54932326E	5541/5	17/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL8735	55082410E	5550/0	07/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIM4153	55082189E	5185/1	05/04/2014	R\$ 127,69	167
MJV7460	55156943C	5541/1	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ8754	55085352E	5452/1	02/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD2510	55082137E	5835/0	30/01/2014	R\$ 127,69	195
MLF2553	55082021E	7366/2	24/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLP9663	55084648E	5550/0	25/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1376/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1376/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALQ9724	55670900C	5452/1	23/05/2014	181 * VIII
AMD2425	55669176C	5452/1	21/05/2014	181 * VIII
AUN6366	55666175C	5541/4	16/05/2014	181 * XVII
AWR9050	55671065C	5568/0	03/06/2014	181 * XIX
CIA6304	55671161C	5452/1	27/05/2014	181 * VIII
CVO1977	55669096C	5452/1	05/05/2014	181 * VIII
CZD0044	55670257C	7366/2	05/05/2014	252 * VI
CZP2302	55667672C	5550/0	28/04/2014	181 * XVIII
DER4733	55669049C	5452/1	13/04/2014	181 * VIII
DMG0898	55669936C	5541/1	23/05/2014	181 * XVII
DOM0819	55671032C	5568/0	03/06/2014	181 * XIX
DUC5010	55669458C	6041/2	24/04/2014	207
EJA6516	55668224C	7366/2	21/05/2014	252 * VI
HLH7426	55670328C	5541/3	25/05/2014	181 * XVII
ICD7616	55670634C	5185/1	13/05/2014	167
IHR7102	55669077C	7366/2	14/04/2014	252 * VI
INI5628	55127340C	5541/1	20/05/2014	181 * XVII
IQZ6061	55670309C	7366/2	09/05/2014	252 * VI
ISG2608	55668057C	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
LXX7678	55670176C	5452/1	06/05/2014	181 * VIII
LYO5759	55662399C	5185/1	05/05/2014	167
MAL3085	55670854C	5185/1	19/05/2014	167
MAV3726	55670888C	5452/1	23/05/2014	181 * VIII
MBE1977	55670823C	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MBM1279	55639297C	5819/1	20/05/2014	193
MBN2668	55668421C	5452/1	27/05/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCN6752	55669499C	6041/2	30/04/2014	207
MCO3123	55670233C	7366/2	07/05/2014	252 * VI
MDK0174	55667326C	5460/0	28/05/2014	181 * IX
MDK9207	55670643C	5738/0	15/05/2014	186 * II
MDQ5774	55671058C	5550/0	02/06/2014	181 * XVIII
MDZ2474	55652537C	5568/0	27/04/2014	181 * XIX
MEA5145	55669915C	5541/1	07/05/2014	181 * XVII
MF11788	55669918C	5541/1	07/05/2014	181 * XVII
MFP9991	55669188C	7366/2	29/05/2014	252 * VI
MGB5938	55670323C	5452/1	21/05/2014	181 * VIII
MGD9857	55666164C	5550/0	10/04/2014	181 * XVIII
MGP0245	55668406C	5509/0	07/05/2014	181 * XIII
MGV3806	55671026C	5541/4	03/06/2014	181 * XVII
MGX8790	55670508C	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
MGY9103	55670296C	5550/0	27/05/2014	181 * XVIII
MHB4883	55670952C	5541/3	01/06/2014	181 * XVII
MHD1525	55655945C	5541/1	30/05/2014	181 * XVII
MHH6163	55669833C	6041/2	06/05/2014	207
MHL9629	55670336C	5541/6	29/05/2014	181 * XVII
MHX2476	55670848C	5185/1	19/05/2014	167
MHY0991	55670490C	7366/2	26/05/2014	252 * VI
MIG2592	55670195C	6041/2	10/05/2014	207
MIG3884	55670230C	5452/1	07/05/2014	181 * VIII
MIP2609	55669949C	5452/1	27/05/2014	181 * VIII
MIT2124	55669821C	6041/2	02/05/2014	207
MJD3875	55669407C	6068/1	01/05/2014	209
MJI3231	55669831C	5541/4	06/05/2014	181 * XVII
MJT1270	55669184C	5460/0	25/05/2014	181 * IX
MJW0132	55670730C	5568/0	22/05/2014	181 * XIX
MKD2678	55670162C	5541/6	02/05/2014	181 * XVII
MKK3706	55669934C	5509/0	23/05/2014	181 * XIII
MKL8704	55668584C	5541/4	09/04/2014	181 * XVII
MKM1593	55670261C	6050/1	07/05/2014	208
MKP7617	55671007C	5541/4	30/05/2014	181 * XVII
MKY9806	55670413C	5185/1	17/05/2014	167
MKZ9637	55669674C	5541/4	25/04/2014	181 * XVII
MLJ7084	55646579C	5460/0	22/05/2014	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLM4627	55669947C	5452/1	27/05/2014	181 * VIII
MLM4953	55670288C	5550/0	25/05/2014	181 * XVIII
MLS8563	55670507C	5550/0	24/05/2014	181 * XVIII
MLT4958	55669124C	5550/0	23/04/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1378/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1378/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGD2469	55668904C	6068/1	02/04/2014	R\$ 127,69	209
AMI5414	55667315C	5185/1	06/04/2014	R\$ 127,69	167
LXC2848	55667883C	5568/0	11/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZA1520	55664135C	5568/0	18/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAB8098	55650529C	7072/1	09/04/2014	R\$ 191,53	244 * V
MAT0435	55652498C	5460/0	29/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBK1388	55668840C	5550/0	01/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBN5194	55668582C	5541/1	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH2815	55668713C	5550/0	24/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCH2815	55668807C	5550/0	28/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEB0138	55668905C	6068/1	02/04/2014	R\$ 127,69	209
MEL2059	55663386C	5541/1	07/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL8101	55668509C	5380/0	14/03/2014	R\$ 85,12	181 * I
MEO5790	55668207C	5568/0	12/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGC8713	55668049C	5550/0	25/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGQ7499	55667387C	5541/4	26/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA0498	55668704C	5541/4	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ6376	55664122C	5460/0	27/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHZ9966	55668741C	6122/0	24/03/2014	R\$ 191,53	214 * I
MIW4263	55668029C	5568/0	12/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJB9516	55667460C	7366/2	22/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJL2356	55668629C	6050/1	24/03/2014	R\$ 191,53	208
MJL4667	55667021C	5541/6	10/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO8879	55667210C	5487/0	26/03/2014	R\$ 127,69	181 * XI
MJP7730	55666589C	5452/2	07/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKK1256	55642721C	5185/1	30/01/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL4046	55667836C	5452/1	12/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKX9928	55664238C	5509/0	19/12/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MKY2008	55668842C	5452/1	01/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKZ3492	55668708C	5819/1	24/03/2014	R\$ 574,61	193
MKZ3492	55668709C	5720/0	24/03/2014	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1851/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1851/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK7661	55086769E	6599/2	06/05/2014	230 * V
ACK7661	55086770E	5010/0	06/05/2014	162 * I
AGL6303	55087138E	6599/2	23/05/2014	230 * V
AJN2077	55162024C	6920/0	09/06/2014	233
AKI6823	55087821E	6599/2	03/06/2014	230 * V
AKI6823	55087822E	6726/1	03/06/2014	230 * XVIII
AKI6823	55087823E	6637/1	03/06/2014	230 * IX
AKI6823	55162025C	6920/0	09/06/2014	233
AKP8552	55086305E	6912/0	20/05/2014	232
AKX7959	55087837E	6599/2	09/06/2014	230 * V
ANW1659	55085971E	5045/0	16/04/2014	162 * V
APL6158	55087467E	6920/0	12/05/2014	233
ARQ7247	55087809E	6700/0	25/05/2014	230 * XVI
AWW5337	55086999E	5045/0	23/05/2014	162 * V
BKD4101	55086485E	5045/0	29/04/2014	162 * V
DJB4386	54446932E	6599/2	31/05/2014	230 * V
EAV3005	55162028C	6920/0	09/06/2014	233
IKF9780	55162021C	6920/0	09/06/2014	233
INN7164	55086204E	6912/0	15/04/2014	232
JAV0500	55162049C	6920/0	09/06/2014	233
LOS1746	55087860E	6726/1	02/06/2014	230 * XVIII
LWY2602	55087067E	6700/0	13/05/2014	230 * XVI
LXJ9866	54931798E	6599/2	24/04/2014	230 * V
LYS5682	54446929E	6599/2	23/05/2014	230 * V
LYW6445	55087304E	6912/0	21/05/2014	232
LZM9459	55087117E	6610/2	15/05/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZV4999	55084234E	5010/0	24/05/2014	162 * I
MAC3535	55086981E	6726/1	15/05/2014	230 * XVIII
MAE8496	54769488E	6599/2	16/05/2014	230 * V
MAE8496	54769489E	6637/2	16/05/2014	230 * IX
MAE8496	54769490E	6769/1	16/05/2014	230 * XXII
MAE8496	54769491E	6726/1	16/05/2014	230 * XVIII
MAP3068	55083133E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MAP3068	55083134E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MAY1261	55087411E	6920/0	08/05/2014	233
MBC9805	55083124E	5010/0	12/05/2014	162 * I
MBC9805	55083125E	6416/0	12/05/2014	221 § Único
MBD0257	55087102E	6912/0	09/05/2014	232
MBI2625	55162044C	6920/0	09/06/2014	233
MBM1048	55088817E	6637/2	10/06/2014	230 * IX
MBM1048	55088818E	6556/4	10/06/2014	230 * I
MBU7999	55087828E	6599/2	05/06/2014	230 * V
MBU7999	55087829E	6726/1	05/06/2014	230 * XVIII
MBU7999	55087830E	5045/0	05/06/2014	162 * V
MBZ3018	55087105E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MCJ3838	55162032C	6920/0	09/06/2014	233
MCN0071	55087326E	6912/0	28/05/2014	232
MCN0071	55087327E	6599/2	28/05/2014	230 * V
MCZ4826	55088711E	6920/0	11/06/2014	233
MDF7956	55087994E	5061/0	03/06/2014	163 c/c 162 * I
MDF7956	55087995E	6912/0	03/06/2014	232
MDF7956	55088708E	5010/0	03/06/2014	162 * I
MDF7956	55088709E	6726/1	03/06/2014	230 * XVIII
MDF7956	55910030D	5010/0	03/06/2014	162 * I
MDK1598	54930525E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MDK5357	55087208E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MEH0880	55088114E	6726/1	09/06/2014	230 * XVIII
MEH0880	55088115E	6637/1	09/06/2014	230 * IX
MEW0343	55086355E	6912/0	02/05/2014	232
MEW0343	55086356E	6556/1	02/05/2014	230 * I
MEW0343	55086357E	6700/0	02/05/2014	230 * XVI
MEX7907	55088602E	6599/2	03/06/2014	230 * V
MFC2149	55910029D	6637/2	06/06/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE8509	55083121E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MFH7929	55086599E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MFM7942	55083899E	6599/2	11/06/2014	230 * V
MFN1862	55086781E	6599/2	06/05/2014	230 * V
MFN1862	55086782E	6726/1	06/05/2014	230 * XVIII
MFR5799	55087847E	5045/0	11/06/2014	162 * V
MFR5799	55087848E	6726/1	11/06/2014	230 * XVIII
MFZ4728	55088315E	6726/1	04/06/2014	230 * XVIII
MGA9615	55086420E	6726/1	29/04/2014	230 * XVIII
MGC8040	55087843E	6610/2	11/06/2014	230 * VII
MGC8040	55087844E	6912/0	11/06/2014	232
MGC8040	55087845E	6726/1	11/06/2014	230 * XVIII
MGD5725	55083145E	5045/0	12/05/2014	162 * V
MGD8738	55083149E	6700/0	12/05/2014	230 * XVI
MGG4831	55087106E	5010/0	13/05/2014	162 * I
MGW4090	55088704E	6726/1	10/06/2014	230 * XVIII
MGW4090	55088812E	6637/2	10/06/2014	230 * IX
MGY8248	55088318E	6599/2	04/06/2014	230 * V
MGY8248	55088319E	5010/0	04/06/2014	162 * I
MGZ9993	55087426E	6920/0	08/05/2014	233
MHB5328	55087985E	6912/0	02/06/2014	232
MHB5328	55087986E	5045/0	02/06/2014	162 * V
MHB5328	55087987E	6599/2	02/06/2014	230 * V
MHB5328	55088476E	6726/1	02/06/2014	230 * XVIII
MHH1536	55086776E	6599/2	06/05/2014	230 * V
MHH1536	55086777E	6726/1	06/05/2014	230 * XVIII
MHJ5954	55086365E	6912/0	01/06/2014	232
MHZ5158	55088450E	6920/0	09/06/2014	233
MIG1692	55086779E	6599/2	06/05/2014	230 * V
MIJ1134	54930519E	5010/0	09/04/2014	162 * I
MIK8617	55087403E	6920/0	08/05/2014	233
MIO8367	55086797E	5010/0	06/05/2014	162 * I
MIO8367	55086798E	6726/1	06/05/2014	230 * XVIII
MIQ7212	55088222E	6599/2	06/06/2014	230 * V
MIR5289	55162047C	6920/0	09/06/2014	233
MIZ0132	54930530E	6599/2	31/05/2014	230 * V
MIZ0132	54930531E	5045/0	31/05/2014	162 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJA9001	55087111E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MJA9001	55087112E	6637/2	13/05/2014	230 * IX
MJC8082	55088105E	6599/2	03/06/2014	230 * V
MJC8082	55088106E	6610/2	03/06/2014	230 * VII
MJD7857	55088816E	6726/1	10/06/2014	230 * XVIII
MJI8081	55087103E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MJL6679	55087063E	6599/2	09/05/2014	230 * V
MJL6679	55087064E	6408/0	09/05/2014	221
MJO0689	55086980E	6912/0	15/05/2014	232
MJQ3922	55087831E	6599/2	05/06/2014	230 * V
MJQ3922	55088118E	5010/0	05/06/2014	162 * I
MJT3555	55088317E	6726/1	04/06/2014	230 * XVIII
MKZ9295	55913471D	7340/0	08/05/2014	252 * IV
MUU2831	55162038C	6920/0	09/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1853/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1853/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC0880	55911338D	6599/2	11/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
ANJ6060	54932611E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
APT1591	55920185D	6556/1	22/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
DIL3976	55162732C	6610/2	06/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DRL0388	54932621E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
DUQ3156	55085561E	6920/0	07/04/2014	R\$ 127,69	233
EUX1970	55081938E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
GLB6382	55081904E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
GNC4134	55081861E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
GTZ5020	55082690E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
GWA4574	54931927E	6912/0	08/01/2014	R\$ 53,20	232
HPH4726	55085317E	6610/2	04/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
HPN2911	55910487D	5010/0	23/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
HRY7428	54932887E	6599/2	05/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBG4113	55081712E	6599/2	15/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDV4945	54769587E	6637/2	06/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IDV4945	54769588E	6726/1	06/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IEL2367	55084759E	5045/0	31/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
IEL2367	55084760E	6912/0	31/03/2014	R\$ 53,20	232
IMJ2013	55085323E	6416/0	08/04/2014	R\$ 85,12	221 § Único
KJV2050	55081854E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
LWV9913	55083453E	6912/0	24/02/2014	R\$ 53,20	232
LWV9913	55083454E	5010/0	24/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWX6290	55081931E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
LXJ8342	54769579E	6726/1	07/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXP0944	55082623E	6556/1	03/04/2014	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXP0944	55082625E	5169/1	03/04/2014	R\$ 1.915,38	165
LYC4228	55084301E	5045/0	12/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYC8464	55083884E	6580/0	29/03/2014	R\$ 191,53	230 * IV
LYF5981	54932765E	6637/2	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYF5981	54932766E	6912/0	10/01/2014	R\$ 53,20	232
LYF5981	54932767E	6556/1	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYL4200	55082766E	6599/2	23/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYL4200	55082767E	5010/0	23/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYP3867	55083006E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
LZQ6720	55085566E	6920/0	07/04/2014	R\$ 127,69	233
LZR6421	55084778E	6599/2	02/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS2743	55085308E	6610/2	04/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZY8827	55085567E	6920/0	07/04/2014	R\$ 127,69	233
MAI7847	55082504E	6599/2	05/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAR7062	55083024E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MAT2495	55084835E	5010/0	28/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAT2495	55084836E	6726/1	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBA1409	54932047E	6912/0	08/01/2014	R\$ 53,20	232
MBK3222	55085997E	6912/0	18/04/2014	R\$ 53,20	232
MBR9594	55083329E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBR9594	55083330E	5010/0	19/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBW4446	55085735E	6599/2	09/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY4369	55085318E	6599/2	04/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCB7518	54446913E	5010/0	10/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCF9565	55085585E	6920/0	07/04/2014	R\$ 127,69	233
MCJ6793	55081711E	6653/1	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MCP6956	55085105E	5010/0	01/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCS7938	54931773E	5010/0	18/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDD7418	54932938E	6912/0	15/01/2014	R\$ 53,20	232
MDI2565	54931785E	5010/0	22/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDI2565	54931786E	6726/1	22/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDI7236	54932036E	6912/0	06/01/2014	R\$ 53,20	232
MDK4107	54929536E	5010/0	29/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDK4107	54929537E	6912/0	29/12/2013	R\$ 53,20	232
MDK4107	54929538E	6599/2	29/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDO8954	55085253E	5010/0	08/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDP2238	55056698D	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP6245	55081704E	6599/2	14/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDW6205	54931020E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MEI1669	54932027E	6599/2	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEI1669	54932028E	6653/1	06/01/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEI1669	54932029E	6556/1	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEJ4626	55085423E	5029/2	14/04/2014	R\$ 957,69	162 * II
MEL9557	55084929E	6726/1	27/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEL9557	55084930E	7340/0	27/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MEO4939	54932792E	6912/0	20/01/2014	R\$ 53,20	232
MET1613	55083335E	5010/0	19/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEV3895	55084789E	5010/0	02/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEV3895	55084790E	6599/2	02/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEW0343	54929858E	6700/0	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MEW0343	54929861E	6416/0	15/02/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MEW9871	55085575E	6920/0	07/04/2014	R\$ 127,69	233
MFH1828	55085252E	6726/1	08/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFH9322	55084320E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFJ9531	55085770E	6912/0	07/04/2014	R\$ 53,20	232
MFR1229	55085331E	6599/2	08/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFT5350	54447590E	6556/1	22/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFT5350	54447591E	6637/2	22/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFV3013	55085201E	6912/0	10/04/2014	R\$ 53,20	232
MFV7403	54931783E	6610/2	22/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFV7403	54931784E	6726/1	22/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFY1740	54447595E	6416/0	22/01/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MFZ5609	54932801E	5010/0	19/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGF1008	55082502E	6726/1	05/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGM0412	55082837E	6602/0	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MGT8411	55086238E	5010/0	21/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGT8411	55086239E	6599/2	21/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGT8411	55086240E	6726/1	21/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHE2183	55082682E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
MHJ8526	54932921E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHJ8526	54932922E	6637/2	09/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHM8226	55085668E	6637/2	09/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHU9197	55083922E	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233
MHX1800	55081953E	6912/0	24/01/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIN8391	55085119E	6726/1	01/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIQ6011	55086162E	6599/2	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIS8614	55084795E	6599/2	04/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIV1987	55054030D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MJN9269	55081891E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MJS4277	55086806E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
MJV3868	55084030E	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJV3868	55084031E	6726/1	10/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJW0778	55085171E	6912/0	28/03/2014	R\$ 53,20	232
MKI6172	55085663E	5010/0	09/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKI6172	55085664E	6912/0	09/04/2014	R\$ 53,20	232
MKO5358	54931021E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MKS3847	55920193D	5045/0	23/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKV4647	55082040E	5045/0	28/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKV4647	55082041E	6599/2	28/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKV4647	55082044E	6726/1	28/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MLD2510	55082122E	6726/1	30/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MLG7846	55084361E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMB1359	55920195D	6416/0	23/01/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MMB1359	55920196D	6912/0	23/01/2014	R\$ 53,20	232
NIH7290	55911316D	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
NIH7290	55911317D	5045/0	09/01/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1375/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1375/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBM3095	55671104C	5010/0	23/05/2014	162 * I
MBM3095	55671105C	6726/1	23/05/2014	230 * XVIII
MBM3095	55671110C	6637/1	23/05/2014	230 * IX
MFW1806	55669920C	6599/2	07/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1377/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1377/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZL8923	55666866C	6599/2	09/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZL8923	55666867C	5010/0	09/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAB8098	55650527C	6599/2	09/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGB1775	55665463C	6599/2	27/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJQ3555	55668472C	5010/0	23/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKZ3492	55668710C	6637/2	24/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº. 409, de 24 de Junho de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 409, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR MICHEL DA SILVA SCHLEMPER.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 37, § 5º, I, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, II, §§ 2º e 4º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por prazo indeterminado, ao Vereador MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, haja vista o Decreto nº. 2805/2014 (doc. anexo), que nomeou o Vereador para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Serviços Públicos - SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, conforme ofício nº. 290/2014, expedido pela Prefeita Municipal e protocolado nesta Casa Legislativa em 18 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 24 de Junho de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

**Extrato do Termo de Rescisão do Contrato Nº 013/2013**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 013/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato firmado entre as partes em 24/09/2013, nos termos previstos em sua Cláusula Nona, cujo objeto consistiu no fornecimento de solução informatizada para Gestão Pública, composto pelos sistemas de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Frotas e Gestão de Pessoas para Câmara Municipal de São José/SC, com base no art. 79, II, da Lei n.º 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.11.00.00.00

DATA DA RESCISÃO: 06/06/2014

**São José do Cedro****PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Nº16/2014**

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 16/2014, Edital de Pregão Nº 16/2014, Objeto: Aquisição de um veículo para uso do fundo municipal de saúde de São José do Cedro, com a finalidade de dar continuidade ao atendimento e transporte dos pacientes que se deslocam para tratamento em outros municípios. Recursos provenientes do Convênio N.2014TR002297, assinado entre o município de São José do Cedro e o Estado de Santa Catarina, e recursos próprios do município. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 11/07/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 11/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Fernando Julio Will

Responsável pelo FMS.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.899, de 27 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.899, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Fixa, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo - FIFA 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, no período de 12 de junho a 13 de julho;

CONSIDERANDO tratar-se de um evento que por sua tradição possui significativa importância para o povo brasileiro;

CONSIDERANDO minimizar os transtornos para a população, agilizar o deslocamento e garantir a segurança das pessoas; e

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de estabelecer critérios que permitam, sem prejuízo dos serviços públicos, a efetiva audiência dos servidores públicos municipais, nas datas e horários dos jogos da Seleção Brasileira;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta no dia 04 de julho de 2014, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:00h, em razão do jogo, da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo - FIFA 2014, Brasil x Colômbia, às 17:00h, em Fortaleza - Ceará.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto do caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.900, de 27 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.900, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação - no orçamento vigente, no valor de R\$ 15.383,45 (quinze mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01.20.606.4507.1.048	133	Aplicação Direta	R\$ 15.383,45	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024				

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.901, de 27 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.901, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação - no orçamento vigente, no valor de R\$ 54.265,54 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.034	195	Aplicação Direta	R\$ 54.265,54	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024				

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.902, de 27 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.902, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do

§1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a fonte de recursos, e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 15.003,72 (quinze mil, três reais e setenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.26.782.4511.2.059.4.4	211	Aplicação Direta	R\$ 15.003,72	
.90.00.00.00.00.0.3.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138/2013 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.903, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4.903, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a fonte de recursos, e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 28.173,29 (vinte e oito mil, cento e setenta e três reais e vinte e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.26.782.4511.2.059.4.4	210	Aplicação Direta	R\$ 28.173,29	
.90.00.00.00.00.0.3.0056				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138/2013 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Edital de Processo Seletivo Nº 004.1/2014**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004.1/2014

RETIFICA O ITEM 4.6 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto), RESOLVE RETIFICAR o item 4.6 do Edital de Processo Seletivo nº 004/2014 que baixar normas para realização de Processo Seletivo de títulos para admissão, em caráter temporário, de INSTRUTOR SOCIAL para atuar no NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA, que passa a constar com a seguinte redação:

"4.6 - A prova prática será realizada no dia 07/07/2014, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sito a rua João Beux Sobrinho, nº 680, neste Município, com início às 08:00 horas. A duração da prova será de 03 horas."

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



# Schroeder

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº. 130/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 130/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 55/2014-PMS

Processo nº. 123/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.582.520/0001-07, estabelecida na Rua Eugenio Albrecht nº. 493, Centro Norte, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para Instalação de chapas de aço para segurança e proteção no elevador da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Chapas de aço com espessura de 2,0mm com pintura a pó, na cor cinza, sendo duas peças uma interna e outra externa.	Unidade	01	670,00	670,00
TOTAL R\$					670,00

Valor do contrato: 670,00 (seiscentos e setenta reais).

Data da Assinatura: 30/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 56/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014-PMS

PROCESSO Nº. 121/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de veículos zero quilômetros, ano/modelo 2014/2014, tipo Furgão, com documentação e emplacamento incluso, para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Contrato Nº. 73/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Contrato nº. 73/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 50/2014-FMS

Dispensa de Licitação nº. 38/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOALHERIA ZABER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.402.005/0001-40, estabelecida Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 173, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-701.

Objeto: O objeto do presente contrato a Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente.	1	UNIDADE	167,00	167,00
VALOR R\$ TOTAL					167,00

Valor do contrato: de R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais)

Data da Assinatura: 30/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Notificação - Processo Licitatório Nº 220/2013  
(Sistemas de Informatica Gnet Ltda)**

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 220/2013

Fica a empresa SISTEMAS DE INFORMATICA GNET LTDA, CNPJ nº 10.608.275/0001-66, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 291/2013 firmado com o Município de Schroeder a qual no Item 15 não está prestando o serviço adequadamente de acordo com a descrição do objeto estipulado pela Cláusula Primeira do Contrato supramencionado.

A alguns dias já está ocorrendo o problema de quedas constantes e lentidão, e já foram realizados diversos contatos por telefone (47-3373-3322) e e-mail (felipe@gnettelecom.com.br e shayla@gnettelecom.com.br) avisando do problema, e não foi resolvido até o presente momento.

Anexo relatório de ping realizados no dia de 30/06/2014 das 07:36 as 13:35.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega do serviço adequadamente, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo primeiro e quarto, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 30 de junho de 2014.  
Evandro José Pasquali  
Diretor de Informática

Ao

Sr. Gustavo Mendes Stocco  
SISTEMAS DE INFORMATICA GNET LTDA  
CNPJ: 10.608.275/0001-66  
47-3373-3322

**Decreto Nº 2.990/2014 de 25 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 2.990/2014 de 25 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.449,99 (seis mil quatrocentos e quarenta e nove reais e

noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.02 - ASSESSORIA JURÍDICA

02.02.04.122.3001.2.304 - Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentacao R\$ 4.999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio-Alimentacao R\$ 1.450,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.02 - ASSESSORIA JURÍDICA

02.02.04.122.3001.2.304 - Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 1.450,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 2.991/2014 de 27 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 2.991/2014 de 27 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.368.3009.2.325 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000. R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Dispensa Nº 55/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 55/2014 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 123/2014</b> <b>Data: 30/06/2014</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> MARCENARIA E ESTRUTURAS METALICAS RIEGER LTDA - EP <b>Endereço:</b> R EUGENIO ALBRECHT,493 - <b>Cidade:</b> SCHROEDER - SC <b>CNPJ:</b> 07.582.520/0001-07	<b>Código:</b> 12186 <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa especializada para Instalação de chapas de aço para segurança e proteção no elevador da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Chapas de aço com espessura de 2,0mm com pintura a pó, na cor cinza, sendo duas peças uma interna e outra externa.	UN	670,00	670,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista que estão faltando chapas de proteção e segurança no Elevador utilizado para dar acesso as pessoas deficientes ao andar superior do Prédio da Prefeitura, se faz necessário a instalação com urgência. Tratando-se de serviços que ocorre muito esporadicamente, optamos por Dispensa.

Schroeder, 30 de Junho de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 55/2014 - DL**

Processo Nr.: 123/2014  
Data: 30/06/2014

Folha: 2/2

26/6/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Junho de 2014

---

**Valor da Despesa:** 670,00 (seiscentos e setenta reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---



**ATA TOMADA DE PREÇOS 09/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 9/2014 - TP</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 113/2014</b> <b>Data do Processo: 12/06/2014</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, implementação e montagem de Passarela metálica medindo 64,00 metros X 2,00 metros, mais serviços preliminares e sinalização, passarela na Ponte do Rio Itapocuzinho na entrada principal do Município de Schroeder na Rua Jaraguá - bairro Centro Sul - divisa entre os Municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, de acordo com o programa de transferência 2014002888, Apoio ao sistema viário FUND

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 78/2014 (Sequência: 1)**

Ao(s) 30 de Junho de 2014, às 11:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 113/2014, Licitação nº 9/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas SG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - ME e METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas SG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - ME e METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas SG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - ME e METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que a empresa SG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - ME não apresentou o item do edital 8.1.15 "Certidão de Registro da empresa, constando o (s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA." e 8.1.17 "Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa." sendo assim não está inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. Constatando que a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes presentes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta da empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME., com o valor total de R\$ 214.700,00 (duzentos e quatorze mil e setecentos reais). Será devolvido o envelope de Proposta da empresa SG MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - ME. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue a cópia da ata as empresas participantes.

**Participante: 12337 - METALURGICA TS INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS E**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, implementação e montagem de Passarela metálica medindo 64,00 metros X 2,00 metros, mais serviços preliminares e sinalização, passarela na Ponte do Rio Itapocuzinho na entrada principal do Município de Schroeder na Rua Jaraguá - bairro Centro Sul - divisa entre os Municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, de acordo com o programa de transferência 2014002888, Apoio ao sistema viário FUNDOSOCIAL 41094, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.	UN	1,00		0,0000	214.700,00	214.700,00

**Total do Participante -----> 214.700,00**

**Total Geral -----> 214.700,00**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 9/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 113/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

João Reni Alves Teixeira	- ..... - Representante
Dalmir Gomes	- ..... - Representante

**ATA TOMADA DE PREÇOS 07/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 7/2014 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 110/2014</b> <b>Data do Processo: 11/06/2014</b>

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 79/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Professora Nilza Kuster, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 81,50 m e área total de 815,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003510, do apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL, 41094, Estadual, proje

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas participantes, INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de julho de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samuleski	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 7/2014 - TP</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	110/2014
	Data do Processo:	11/06/2014
		Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 79/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Ingo Baade

- ..... - Representante

**ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto os envelopes de habilitação das empresas participantes INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Os representantes presentes na sessão das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., renunciaram ao direito de recurso e ao prazo respectivo. Não sendo renunciado ao direito de recurso e ao prazo respectivo pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação, pela empresa não presente na sessão INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de julho de 2014, às 15h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	112/2014
	Data do Processo:	12/06/2014
	Folha: 2/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Ingo Baade	- ..... - Representante
Ricardo Lima Moraes	- ..... - Representante
Marcelo Benvenuti	- ..... - Representante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 112/2014 <b>Data do Processo:</b> 12/06/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto os envelopes de habilitação das empresas participantes INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Os representantes presentes na sessão das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., renunciaram ao direito de recurso e ao prazo respectivo. Não sendo renunciado ao direito de recurso e ao prazo respectivo pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação, pela empresa não presente na sessão INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de julho de 2014, às 15h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	112/2014
	Data do Processo:	12/06/2014
	Folha: 2/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Ingo Baade	- ..... - Representante
Ricardo Lima Moraes	- ..... - Representante
Marcelo Benvenuti	- ..... - Representante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto os envelopes de habilitação das empresas participantes INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Os representantes presentes na sessão das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., renunciaram ao direito de recurso e ao prazo respectivo. Não sendo renunciado ao direito de recurso e ao prazo respectivo pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação, pela empresa não presente na sessão INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de julho de 2014, às 15h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 8/2014 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 112/2014  
Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Ingo Baade	- ..... - Representante
Ricardo Lima Moraes	- ..... - Representante
Marcelo Benvenuti	- ..... - Representante



<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 12/06/2014</p>
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto os envelopes de habilitação das empresas participantes INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Os representantes presentes na sessão das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., renunciaram ao direito de recurso e ao prazo respectivo. Não sendo renunciado ao direito de recurso e ao prazo respectivo pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação, pela empresa não presente na sessão INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de julho de 2014, às 15h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	112/2014
	Data do Processo:	12/06/2014
		Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 80/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Ingo Baade	- ..... - Representante
Ricardo Lima Moraes	- ..... - Representante
Marcelo Benvenuti	- ..... - Representante

**DISPENSA 38/2014-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 38/2014 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 50/2014</b> <b>Data: 27/06/2014</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> JOALHERIA ZABER LTDA.-ME <b>Endereço:</b> AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 173 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 00.402.005/0001-40	<b>Código:</b> 6299 <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente.	UN	167,00	167,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme indicação médica, referente a concessão das lentes progressivas para o usuário, garantindo assim, o acesso a seus direitos previstos em lei e a possibilidade de uma qualidade de vida melhor.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 27 de Junho de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 38/2014 - DL**

Processo Nr.: 50/2014  
Data: 27/06/2014

Folha: 2/2

26/06/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Junho de 2014

---

**Valor da Despesa:** 167,00 (cento e sessenta e sete reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

**ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2014-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 81/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

A comissão reuniu-se após recebimento da renúncia do prazo recursal da empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Diante da apresentação da renúncia da empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. referente ao prazo recursal será marcada para dia 01 de julho de 2014, às 14h, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 30 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente



**Serra Alta****PREFEITURA****Extrato Contratual Nº 065/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:  
065/2014  
Contratante  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
Contratada

Objeto .....

THEISEN DETONAÇÕES LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de perfuração e detonação descritos nos ITENS Nº 01 E Nº 02, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "D" do edital PP 036/2014.

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 036/2014, juntamente com seus anexos.

Valor ..... :

Pela prestação dos serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais).

Vigência....

Dotação .....

01/07/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes- 3.3.90.00

Despesa 61 - DR 0015 - Despesa 59 - DR 0001

SERRA ALTA, 01 de julho de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Contratual Nº 066/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:  
66/2014  
Contratante  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
Contratada

Objeto .....

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SC - FUNOESC, CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

O objeto do presente contrato consiste na Prestação de Serviço em Curso de Aperfeiçoamento para professores da Educação Básica do Município de Serra Alta - SC, com a duração de quarenta horas (40h) a ser ministrado na Unoesc, Campus de Maravilha, no período de Agosto a Dezembro de 2014.

Valor ..... :

Pelos serviços, será pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) correspondente a dez horas (10h) da carga horária prevista na cláusula primeira do presente contrato.

Vigência....

Dotação .....

01/07/2014 á 31/12/2014.

As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões):

05.00 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500 - Manutenção do Ensino Básico- 3.3.90.00

SERRA ALTA, 01 de Julho de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

Relação de Compras Mês de Junho/2014 Serra Alta

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LT	INSTALAÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO DE INCÊNDIO E PÁRA-RAIOS NO GINÁSIO DE ESPORTES, LOCALIZADO NA LINHA NOVO HORIZONTE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do presente Edital. * FAZ PARTE INTEGRANTE DO ITEM 1: 1.0PREVENTIVO DE INCÊNDIO 1.1 SISTEMA PREVENTIVO POR EXTINTORES 1.1.1 Extintores 4Kg - Pó Químico, inclusive fornecimento e instalação  1.2 ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA 1.2.1- Bloco Autônomo - 3 Lux.  1.3SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA 1.3.1Placas indicativas de abandono de local  1.4SISTEMA DE ALARME 1.4.1Pontos de Alarme de incêndio 1.4.2Fio dt: 1/2".  1.5SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO 1.5.1Tubo PVC 75mm 1.5.2Tubo Galvanizado dt: 2 1/2" 1.5.3Hidrante 1.5.4Hidrante de Recalque 1.5.5Mangueira Hidrante 2x15,00m 1.5.6Torre Caixa d'água pré-moldada vão livre 8,00m - inclusive caixa 10mil L, escada de marinhoeiro e fundação.  1.6SISTEMA DE GÁS GALVANIZADO 1.6.1Abriço de Gás 1.6.2Tubulação aço galvanizado  1.7PARA RAIOS 1.7.1Cabo de Cobre NU 50mm² - fornecimento e instalação 1.7.2Cabo de Cobre NU 35mm² - fornecimento e instalação 1.7.3TERMINAL AEREO EIMAÇO GALVANIZADO COM BASE DE FIXAÇÃO H = 1.7.4Eletroduto de PVC rígido rosçável DN 40MM (1 1/2") inclusive, conexões - fornecimento e instalações. 1.7.5Braçadeira tipo U del"1 1.7.6Braçadeira tipo U para cabo de 35mm 1.7.7Caixa de aterramento 30X40 1.7.8Haste 5/8 x 2.400mm 1.7.9Conector bimetalico 50mm 1.7.10Conector PF 35mm  OBS: OS ITENS MENCIONADOS ACIMA CONSTAM NO ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO	0,250	50.281,6900	12.570,42	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
------------	---------------------------	---------	----------------	----------------	-------------

RELAÇÃO DAS COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE JUNHO/2014

LICITATÓRIO:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LT	INSTALAÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO DE INCÊNDIO E PÁRA-RAIOS NO GINÁSIO DE ESPORTES, LOCALIZADO NA LINHA NOVO HORIZONTE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do presente Edital. * FAZ PARTE INTEGRANTE DO ITEM 1: 1.0PREVENTIVO DE INCENDIO 1.1 SISTEMA PREVENTIVO POR EXTINTORES 1.1.1 Extintores 4Kg - Pó Químico, inclusive fornecimento e instalação  1.2 ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA 1.2.1- Bloco Autônomo - 3 Lux.  1.3.SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA 1.3.1Placas indicativas de abandono de local  1.4.SISTEMA DE ALARME 1.4.1Pontos de Alarme de incêndio 1.4.2Fio di: 1/2".  1.5SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO 1.5.1Tubo PVC 75mm 1.5.2Tubo Galvanizado di: 2 1/2" 1.5.3Hidrante 1.5.4Hidrante de Recalque 1.5.5Mangueira Hidrante 2x15,00m 1.5.6Torre Caixa d'água pré-moldada vão livre 8,00m - inclusive caixa 10mil L, escada de marinho e fundação.  1.6SISTEMA DE GÁS GALVANIZADO 1.6.1Abrigo de Gás 1.6.2Tubulação aço galvanizado  1.7PARA RAIOS 1.7.1Cabo de Cobre NU 50mm² - fornecimento e instalação 1.7.2Cabo de Cobre NU 35mm² - fornecimento e instalação 1.7.3TERMINAL AÉREO EM AÇO GALVANIZADO COM BASE DE FIXAÇÃO H = 1.7.4Eletroduto de PVC rígido rosçável DN 40MM (1 1/2") inclusive, conexões - fornecimento e instalações. 1.7.5Braçadeira tipo U de1" 1.7.6Braçadeira tipo U para cabo de 35mm 1.7.7Caixa de aterramento 30X40 1.7.8Haste 5/8 x 2.400mm 1.7.9Conector binetálico 50mm 1.7.10Conector PF 35mm	0,750	50.281,6900	37.711,27	

OBS: OS ITENS MENCIONADOS ACIMA CONSTAM NO ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO Q O IF SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
------------	---------------------------	---------	----------------	----------------	-------------

ALUGUELO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE VERÃO

LICITATÓRIO.

Total Geral do Mês --> 50.281,69



# Siderópolis

## PREFEITURA

### Decreto Nº 104/2014

DECRETO N.º 104 DE 05 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.023.644,85 (um milhão vinte três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão de Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	1.022	Transferências de Convênios - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	1.001	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Unidade de Ensino Fundamental
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

VALOR: R\$ 1.023.644,85 (um milhão vinte três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme Termo de Compromisso PAR nº 19843/2013 entre Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Siderópolis, no valor de R\$ 1.023.644,85 (um milhão vinte três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 05 de junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de junho de 2014.

### Decreto Nº 105/2014

DECRETO N.º 105 DE 05 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS E ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.035,33 (trinta mil trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1.024	Transferências de Convênios - Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.004	Construção, Ampliação e Reforma de Praças
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	79	

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo

PROGRAMA	03	Gestão de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.004	Construção, Ampliação e Reforma de Praças
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	78	

VALOR: R\$10.035,33 (dez mil trinta e cinco reais e trinta e três centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta de transferência nº 0000008816 entre o Estado de Santa Catarina, por meio da SDR de Criciúma e o Município de Siderópolis, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e provável excesso de recursos ordinários, no valor de R\$ 10.035,33 (dez mil trinta e cinco reais e trinta e três centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 05 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de junho de 2014.

### Decreto Nº 106/2014

DECRETO N.º 106 DE 05 DE JUNHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e  
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar

no valor de R\$ 1.254.253,47 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1.024	Transferências de Convênios - Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

VALOR: R\$ 1.254.253,47 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta de transferência entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento-CASAN e o Município de Siderópolis, no valor de R\$ 1.254.253,47 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 05 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de junho de 2014.

### Decreto Nº 107/2014

DECRETO N.º 107 DE 05 DE JUNHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e  
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão de Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	1.066	Vigilância em Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados no Bloco Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 05 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de junho de 2014.

**Decreto Nº 108/2014**

DECRETO N.º 108 DE 11 DE JUNHO DE 2014  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e  
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar

no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão de Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	19	

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão de Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PAB Fixo
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	

VALOR: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados no Bloco de Atenção Básica - PAB Fixo, no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 11 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de junho de 2014.

**Decreto Nº 109/2014**

DECRETO N.º 109 DE 26 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.6º da Lei Municipal nº1852/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica constituído o Conselho do Município, com os seguintes membros:

I - Um representante do Chefe do Poder Executivo:

Presidente Roni Remor

Suplente Gladys Lenuzia Kesting

II - Dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação:

Érika Nunes

Suplente Helena Seika Tanabe do Livramento

Domingos Savio Girardi

Suplente Célio Fritzen

III - Um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Ronaldo Remor

Suplente Jorge Olivo

IV - Um representante do Sindicato dos Mineiros;

Leonor José Rampnelli

Suplente Genoir José dos Santos

V - Um representante da Secretaria de Finanças;

Moisés de Mattia

Suplente Eliton Ângelo de Souza;

VI - Um representante da Secretaria de Obras;

Dione Luiz Burnagui;

Suplente José Rossi

VII - Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Siderópolis;

Daniel Paulo Gamba

Suplente Irunita Sanderson Camatti

VIII - Um representante da Mulher Empresária;

Lígia Raquel Gomes Pais

Suplente Rosemeri Fritzen Venturini

IX - Dois representantes da Câmara de Vereadores;

Valdemir Paulo Carminatti

Suplente Andrei Donadel

Maicon Henrique Aléssio;

Suplente Joênio Marques

X - Um representante das Indústrias instaladas no Município de Siderópolis;

Rogério Piacentini

Suplente Claudemar Correia Madeira

XI - Um representante do CREA:

Joelson Comin

Suplente Mariane Pazetto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Junho de 2014.

**Decreto Nº 110/2014**

DECRETO N.º 110 DE 26 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	06	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	10	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	1.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.020	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	66	

VALOR: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados Ordinários, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 26 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de junho de 2014.

#### **Portaria Nº 200/2014**

PORTARIA Nº 200, DE 03 DE JUNHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº210/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº210/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora JANETE TRENTA RODRIGUES, CPF/MF nº 907.157.569-15, Merendeira, a contar de 03/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 03 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de junho de 2014.

#### **Portaria Nº 201/2014**

PORTARIA Nº 201, DE 03 DE JUNHO DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares à servidora MARIA TEREZA BERNARDINI e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares à servidora MARIA TEREZA BERNARDINI, CPF/MF nº 753.503.949-91, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, a partir de 12/06/2014 até 11/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 03 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de junho de 2014.

#### **Portaria Nº 202/2014**

PORTARIA Nº 202, DE 05 DE JUNHO DE 2014

CONTRATA BEATRIZ DE BONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente BEATRIZ DE BONA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 049.892.809-89, para ocupar a função de Professora de História - 10h, em vaga Vinculada de Marilúcia da Silva, no CEM, a contar de 02/06/2014 até 12/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 05 de Junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Junho de 2014.

#### **Portaria Nº 203/2014**

PORTARIA Nº 203 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº 116/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº116/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora ALINE CIPRIANO MACHADO, CPF/MF nº 032.425.839-90, Professor MAG-LP, a contar de 06/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 10 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de junho de 2014.

#### **Portaria Nº 204/2014**

PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JUNHO DE 2014

EXONERA GEOVANA SAVI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão da servidora ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, GEOVANA SAVI DA SILVA, brasileiro (a), CPF sob nº035.619.389-65, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro Permanente do Município, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de Junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Junho de 2014.

**Portaria Nº 205/2014**

PORTARIA Nº 205, DE 10 DE JUNHO DE 2014

EXONERA MÁRCIO HUMBERTO MORETTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão da servidora ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, MÁRCIO HUMBERTO MORETTI, brasileiro (a), CPF sob nº275.799.209-53, ocupante do cargo de Engenheiro Agrimensor, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de Junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Junho de 2014.

**Portaria Nº 206/2014**

PORTARIA Nº 206, DE 12 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SIRLEY DE SOUZA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

**RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora SIRLEY DE SOUZA, CPF/MF nº 343.091.959-20, a contar de 11/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 12 de junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 12 de junho de 2014.

**Portaria Nº 207/2014**

PORTARIA Nº 207, DE 13 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA JANY URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária JANY URBANO, CPF/MF nº 030.506.939-08, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de Junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Junho de 2014.

**Portaria Nº 208/2014**

PORTARIA Nº 208, DE 16 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO À SERVIDORA REJANE MICHELE BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação à servidora REJANE MICHELE BETTIOL, CPF nº. 025.776.169-10, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a contar de 01/06/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal



WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de junho de 2014.

**Portaria Nº 209/2014**

PORTARIA Nº 209, DE 17 DE JUNHO DE 2014  
CONTRATA KARINA KILIPPER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente KARINA KILIPPER, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 064.269.269-65, para ocupar a função de Professor de Educação Infantil-20h, em vaga Vinculada de Mônica B.C.Soratto, na CEI Criança Cidadã, a contar de 16/06/2014 até 12/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 17 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de junho de 2014.

**Portaria Nº 210/2014**

PORTARIA Nº 210, DE 17 DE JUNHO DE 2014  
ALTERA A FUNÇÃO DA FUNCIONÁRIA KARINA DE MATTIA DAMIAN

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar temporariamente a função da funcionária KARINA DE MATTIA DAMIAN, CPF Nº 046.937.639-26, para Professora de Educação Infantil - 20h, em substituição da funcionária Jany Urbano, a contar de 16/06/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 17 de Junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Junho de 2014

**Portaria Nº 211/2014**

PORTARIA Nº 211, DE 17 DE JUNHO DE 2014  
CONTRATA JADNA INGRID DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente JADNA INGRID DA SILVA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 093.431.919-79, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino- 30h, em vaga Vinculada de Lúcia V. de Mello, na CEIM Olívio Cesa, a contar de 16/06/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 17 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de junho de 2014.

**Portaria Nº 212/2014**

PORTARIA Nº 212, DE 17 DE JUNHO DE 2014  
CONTRATA ALINE MANOEL VIEIRA DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ALINE MANOEL VIEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 045.896.529-43, para ocupar a função de Professor de Educação Infantil - 20h, em vaga Vinculada de Maria Tereza Bernardini, na EEBM Jorge Biff, a contar de 12/06/2014 até 11/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 17 de junho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de junho de 2014.

**Portaria Nº 213/2014**

PORTARIA Nº 213, DE 18 DE JUNHO DE 2014  
RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO GILMAR DOMINGUES MACIEL

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário GILMAR DOMINGUES MACIEL, CPF/MF sob nº 038.941.679-71, da função de Professor MAG-LP, a contar de 05/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 18 de junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de junho de 2014.

**Portaria Nº 214/2014**

PORTARIA Nº 214, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES ao servidor RAFAEL BERNARDO ROECKER e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares ao servidor RAFAEL BERNARDO ROECKER, CPF/MF 075.625.029-35, Assistente Administrativo II, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 04/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de Junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Junho de 2014.

**Lei Nº 2.106/2014**

LEI Nº 2.106, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Altera o art. 30 da Lei 1111 de 18 de abril de 1996.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o caput do art. 30 da Lei 1111 de 18 de abril de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30º - Fica criado o Fundo Municipal da Assistência Social de Siderópolis - FMASS, instrumento de captação e aplicação e aplicação de recursos que têm por objetivo proporcionar meios para o funcionamento das ações na área de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”

Em, 11 de junho de 2014

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 11 de junho de 2014.

**Lei Nº 2.107/2014**

LEI Nº 2.107, DE 13 DE JUNHO DE 2014

“DENOMINA RUAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA DOS PAVILHÕES DA CSN a Rua Projetada, localizada no Bairro Rio Fiorita, que tem seu início na Rua Arlindo Barzan e seu término na Associação Estrela Vermelha.

Art. 2º Fica denominada de RUA DA MARION a Rua Projetada, localizada no Bairro Rio Fiorita, que tem seu início na recém denominada Rua Dos Pavilhões da CSN e seu término na Rodovia SC 445.

Art. 3º Fica denominada de RUA ESCAFADEIRA 200 a Rua Projetada, localizada no Bairro Rio Fiorita, que tem seu início na Estrada Geral Montanhão e seu término na Rodovia SC 445.

Art. 4º Fica denominada de RUA DOS VETERANOS a Rua Projetada, localizada no Bairro COHAB II, que tem seu início na Rodovia SC 445 e seu termino na Associação dos Veteranos de Siderópolis.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”

Em, 13 de junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 13 de junho de 2014.

**Lei Nº 2.108/2014**

LEI Nº 2.108, DE 23 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam os Chefes do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizados a aumentar o nível de remuneração dos servidores municipais e inativos, conforme percentagem descrita a seguir:

**I - Servidores de Magistério:**

a) - Reajuste Salarial de 8,32% retroativos a maio.

b) - Receberão Abono Salarial referente aos meses de janeiro a abril de 2014, conforme carga horária a seguir em 4 parcelas:

- 10 horas semanais - R\$35,00

- 20 horas semanais - R\$70,00

- 30 horas semanais - R\$ 105,00

- 40 horas semanais - R\$ 140,00.

c) - Abono de maio a outubro de 2014: 1,19% (um vírgula dezanove por cento)

d) - No mês de outubro de 2014 o abono terá um acréscimo de 0,75%

e) - Em fevereiro de 2015 o abono será acrescido com 0,75%.

f) - Os abonos de 2,69% serão incorporados no mês de fevereiro de 2015 como ganho real, sendo que desconta e diferença do índice do reajuste do piso do ano de 2012.

g) - O reajuste do Piso salarial do Magistério do ano de 2015 entrará como abono salarial no mês de janeiro de 2015 e o reajuste do piso incorporará no mês de fevereiro de 2015.

**II - Demais Servidores - 5,81% (INPC), a partir de Maio de 2014, acrescidos de 1,19% de ganho real, a partir de maio de 2014.**

- Abono de outubro de 2014 a janeiro de 2015: 0,75%.

- A partir de fevereiro de 2015 mais 0,75%, sendo que o abono anterior (outubro/2014 a janeiro/2015) incorpora como ganho real nos vencimentos.

**III - Referente ao abono de férias permanecerá em vigor o art. 2º da Lei nº 2.045/2013, com acréscimo de INPC (5,81%), com validade até 30/05/2015.**

**IV - Sobre os abonos não incidirão encargos sociais.**

**V - Informa ainda que houve aprovação por parte do Município dos Itens 10(Insalubridade e Periculosidade), 11(Equipamento de Proteção), 18(Uniformes), 22(Lei de Negociação), 24(Repasses de Mensalidades) e 25(Vigência).**

**VI - Quando ao item 04(Terço Constitucional de Férias) informa que o pagamento será efetuado de acordo com a lei.**

**VII - No que diz respeito ao Plano de Carreira, item 14, bem como a Licença para tratamento de Familiar, item 23, informa que a criação será feita juntamente com o Estatuto dos Servidores, já em andamento.**

**VIII- Com relação ao item 21, Subsede, o Município fará a doação até maio de 2015.**

**IX- No que se refere ao item 13(Saúde), o Município se compromete a disponibilizar na sede do sindicato um clínico geral para atender os servidores uma vez por semana, duas horas por dia, podendo se estender para três horas por dia, dependendo da necessidade.**

**X - Quanto ao item 12 (Vale Transporte), o Município de Siderópolis fornecerá o vale transporte de acordo com a lei.**

**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 23 de junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 23 de junho de 2014.

**Sombrio****PREFEITURA****Decreto 141/2014**

DECRETO Nº 141, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2153, de 17 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio. no valor de R\$ 46.745,76 (quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0.003 - Precatórios Judiciais

4.6.90.00.00.00.00.00.3072 - Aplicações Diretas R\$ 245,76

4.6.90.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas R\$ 46.500,00

Art. 2º. A abertura de crédito Especial de que trata o art. 1º, correrá por conta dos seguintes recursos:

I - excesso de arrecadação da fonte 80 (recursos próprios), no valor de R\$ 4.501,00 (quatro mil, quinhentos e um reais) ; e,

II - Anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0.003 - Precatórios Judiciais

3.3.90.00.00.00.00.00.3072 - Aplicações Diretas R\$ 245,76

4.4.60.00.00.00.00.00.0072 - Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos R\$ 41.999,00

Art. 3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 17 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Timbé do Sul****PREFEITURA****Decreto 123/2014**

DECRETO Nº 123, DE 30 DE JUNHO DE 2014

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei 1.699/2013;

Considerando os dispositivos contidos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014 - Lei Municipal Nº 1694/2013, em especial o contido no artigo 13;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Atividade 2.033: Manutenção das Ações da Defesa Civil

Modalidade: 3.3.90.00.00.0024 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0024 - Transferência de Convênios - Outros  
Código reduzido da despesa: 172

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme abaixo especificado:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Atividade 2.033: Manutenção das Ações da Defesa Civil

Modalidade: 3.3.90.00.00.0024 (172) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Parágrafo Único: As despesas por conta dos recursos de que trata o artigo 2º ficam limitadas e condicionadas ao efetivo ingresso dos recursos na forma do convênio nº 033/SDC/2014 da Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes no Plano Plurianual 20014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014, que se fizerem necessários em função do crédito orçamentário de que trata este Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 30 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

## Timbó

### PREFEITURA

#### Portaria Nº Fct-033, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº FCT-033, de 13 de JUNHO de 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Jussara Zermiani Florencio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal JUSSARA ZERMIANI FLORENCIO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, pela Portaria nº FCT-06, de 07 de fevereiro de 2013, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2014; 144º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

#### Portaria No Fct-034, de 20 de Junho de 2014

PORTARIA No FCT-034, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Autoriza Servidoras Públicas Municipais a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e, com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, a contar desta data, autorizadas a conduzir veículo oficial de propriedade da Fundação Cultural de Timbó-FCT, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:



FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBO-FCT		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Flavia Elise Cipriano	Diretora do Departamento de Turismo	03522447683 / AB
Shannon Katryn Loch	Auxiliar de Serviços Administrativos	04133494574 / B

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

### **Aviso Pregão Presencial N.º 73 2014 PMT - Aquisição de Serviços de Impressões de Cópias E Plotagens**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL - registro de preço Nº 73/2014

OBJETO: serviços de impressões de cópias e plotagens de projetos públicos destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, onde são elaborados os projetos de viabilidade para as futuras construções, programas, implantações entre outras nas diversas áreas da administração pública municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 15 de julho de 2014. ABERTURA: dia 15 de julho de 2014 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 30/06/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### **Extrato de Arrematantes Leilão Nº 18 2014 SAMAE**

EXTRATO DE ARREMATANTES LEILÃO 18/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - TIMBÓ  
ÓRGÃO GESTOR: DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES  
OBJETO: LEILÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PROCEDENTES DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

ARREMATANTE: COMÉRCIO DE SUCATAS PARAMARIBO LTDA

Itens arrematados: 17, 18, 19

Valor total arrematado: R\$ 7.400,00

ARREMATANTE: FABIANO KONELL

Itens arrematados: 31

Valor total arrematado: R\$ 8.400,00

ARREMATANTE: JEAN CARLOS NICOLETTO

Itens arrematados: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 11, 12, 13, 16, 26,

Valor total arrematado: R\$ 171.546,00

ARREMATANTE: NELCIR OSVALDO ULLER

Itens arrematados: 10, 24, 29

Valor total arrematado: R\$ 2.281,00

ARREMATANTE: JOÃO LUIZ MARQUES DA SILVA

Itens arrematados: 27

Valor total arrematado: R\$ 320,00

ARREMATANTE: ANÍZIO PEDRO SENS

Itens arrematados: 28

Valor total arrematado: R\$ 225,00

ARREMATANTE: SULCATARINENSE LTDA

Itens arrematados: 09, 14, 23

Valor total arrematado: R\$ 43.320,00

ARREMATANTE: ANDRÉ RAUL BORCHARDT

Itens arrematados: 05, 06, 30

Valor total arrematado: R\$ 50.955,00

ARREMATANTE: HELCIO GREGORIO GAIO

Itens arrematados: 20, 21, 22

Valor total arrematado: R\$ 53.596,60

ARREMATANTE: ELVES ELMIR KRAUSE

Itens arrematados: 15

Valor total arrematado: R\$ 360,00

Timbó, 30 de Junho de 2014.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente



**Extrato Contrato 2014.096 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/096

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

OBJETO: Manutenção da rede elétrica de Iluminação Pública em todos os pontos de luz do município, compreendendo os logradouros públicos, praças, parques e demais áreas abertas à circulação pública e que contenha iluminação externa em poste.

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**Treze Tílias****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 58/2014 Correção**

EXTRATO DE CONTRATO 58/2014 (CORREÇÃO)

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA-ME.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para atender a necessidade da Secretaria de Agricultura de Treze Tílias, conforme Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial 34/2014

VIGÊNCIA: 19/05/2014 - 10/06/2014;

VALOR ESTIMADO: 14.890,00 (Quatorze Mil, oitocentos e noventa reais)

DATA ASSINATURA: 19/05/2014;

TREZE TÍLIAS, 19 de Maio de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 23/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 23/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.578,46 (Mil quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos)

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 18/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 18/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 3.615,00 (Três mil, seiscentos e quinze reais),

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 19/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 19/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$19.680,45 (Dezenove mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 20/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 20/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.926,00 (Quatro mil, novecentos e vinte e seis reais)

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 21/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 21/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: ROYAL DISTRIBUIDORA-EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.809,00 (Seis mil, oitocentos e nove reais)

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Extrato de Contrato Nº 22/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 22/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;  
CONTRATADO: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E HOSPITALAR

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - 05/2014 FMS

VIGÊNCIA: 27/06/2014 a 14/07/2014

VALOR ESTIMADO: R\$ 338,00 (Trezentos e trinta e oito reais)

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

DOTAÇÃO: 2.104.44.90.00.00.00.00.00

CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 03347.885/000130-01

TREZE TÍLIAS, 27/06/2014 de 2014.

**Portaria Nº 069**

PORTARIA Nº 069/14 DE 30 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - SUBSTITUIR 02 (dois) membros da comissão responsável pelo recebimento e conferência de equipamentos/materiais permanentes (que irá equipar a nova estrutura da Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, junto à Rua Oscar Von Hochenbruch), formalmente nomeados pela Portaria nº 121/13 de 12 de junho de 2013.

- Ana Paula Parise Lang (substituída);
- Karine Kandler (substituída);

Artigo 2º - A nova comissão passa a ser composta da seguinte forma:

- Ailton José Durli;
- Sirlene Schneider (substituta);
- Mathues José Brandalise;
- Gláucio Calixto de Oliveira (substituto);

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 30 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº 068**

PORTARIA Nº 068/14 DE 30 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

CONSIDERANDO o Despacho emitido pelo Prefeito Mauro Dresch no Processo de Sindicância nº 01/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de conceder ao Sindicato o direito ao Contraditório e Ampla Defesa;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - PRORROGAR a Portaria nº 061/2014, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

Artigo 2º- CONVERTER o Processo de Sindicância Investigativa em Sindicância Punitiva, para possibilitar a conclusão dos trabalhos sindicantes;

Artigo 3º - Dê-se ciência da referida portaria, pelos meios legais, ao Servidor Sindicado;

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 30 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**Vargeão****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 116/2014 Referente ao Pregão Nº 26/2014.**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO: Aquisição de uma Retroescavadeira nova.  
VALOR: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 26/2014 e Contrato nº 116/2014.

Vargeão, SC, 30 de junho de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

**Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 30/2014**

Extrato de EDITAL  
Edital de Pregão Presencial nº 30/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal nº 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 11 de julho de 2014 às 09h, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva, serviços de funilaria, lataria, chapeação e pintura, tapeçaria, colocação de borrachas em vidros, recuperação e/ou substituição de bancos, forrações laterais, para-choques, restauração e reforma de assoalhos, para-brisa dianteiros, vigias traseiros, conserto e reposição de colunas e serviço de reboque (24 horas, 07 dias p/ semana) incluindo-se todos os serviços necessários, pela relação de preço homem/hora, conforme a necessidade, nos ônibus pertencentes à frota oficial do Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Pregão Presencial nº 30/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 30 de junho de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0800/14

PORTARIA nº 0800/14

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8.990/2014,

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a REGIANE LOUISE BEHER, Psicóloga, a partir de 13 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de julho de 2014.

Videira, 26 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

### Portaria Nº 0801/14

PORTARIA nº 0801/14

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01 e no Processo Administrativo nº 9415/14,

#### RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores JUVELSI IVO ARALDI, NEIVA IZABEL PINCOLINI, MARCELO PERIN, NILSON DA MOTTA, ALTIVIR DENARDI E LUIZ CARLOS VARGAS DA SILVA para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0578/14.

Videira, 26 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

### Portaria Nº 0799/14

PORTARIA nº 0799/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8700/2014,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a PATRICIA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de agosto de 2014 até 01 de novembro de 2014, referente ao quinquênio de 02 de julho de 2007 até 1º de julho de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2014.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

### Portaria Nº 0802/14

PORTARIA nº 0802/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

#### RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ELIANE MIRANDA GIRARDI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 18 de junho de 2014 até 15 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de junho de 2014.

Videira, 26 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0797/14**

PORTARIA nº 0797/14  
Revoga a Portaria nº 0551/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como na Portaria nº 730/14,

**RESOLVE**

Revogar, a partir de 31 de maio de 2014, a Portaria nº 0551/14, que designou VIVIAN FIABANE RISSARDI, para exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2014.

Videira, 25 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0798/14**

PORTARIA nº 0798/14  
Designa Marinilce Dal Pizzol para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como no Processo Administrativo nº 9.354/14

**RESOLVE**

Designar MARINILCE DAL PIZZOL, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2014.

Videira, 25 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Lei N.º 3.118/14**

LEI N.º 3.118/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à autorização de uso gratuito da pista de skate da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelo Sr. Yuri Muhbrandt, inscrito no CPF nº 057.619.239-20, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.118/14**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o Sr. Yuri Muhbrandt, pessoa física, inscrita no CPF nº 057.619.239-20, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.118/14, a permissão de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a permissão do uso da pista de skate da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe, com a finalidade de realização do Campeonato 1ª Jam BMX Videira, nos dias 28 e 29 de junho do corrente ano, das 08h00min até as 19h30min.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente permissão de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data prevista na cláusula primeira.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas)



horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Será de responsabilidade exclusiva da requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais;

j. Em caso da venda/cobrança de ingressos a requerente se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuabilidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente permissão de uso vigorará somente na data prevista na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

YURI MUHLBRANDT  
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N.º 3.117/14

LEI N.º 3.117/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela EMUVI - Arte e Cultura, inscrita no CNPJ nº 08.946.224/0001-00, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.117/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a EMUVI - Arte e Cultura, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 08.946.224/0001-00, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.117/14, a permissão de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a permissão do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização 2ª Mostra de Artes Marciais, na data de 12 de julho do corrente ano, a partir das 19h00min.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente permissão de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, na data prevista na cláusula primeira.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;



d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Será de responsabilidade exclusiva da requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais;

j. Em caso da venda/cobrança de ingressos a requerente se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente permissão de uso vigorará somente na data prevista na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC,            de            de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

EMUVI - Arte e Cultura  
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N.º 3.116/14

LEI N.º 3.116/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Estádio Municipal Luís Leoni, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelo Lions Clube Videira Centro, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO  
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.116/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o Lions Clube Videira Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.522.961/0001-93, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.116/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Estádio Municipal Luís Leoni, com a finalidade de realizar do Bingão da Visão, na data de 09 de novembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 09 de novembro de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Segurança no local do evento;

b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;  
g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;  
h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;  
i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.  
IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.  
V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuabilidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 09 de novembro de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC,                de                de 2014.

WILMAR CARELLI	LIONS CLUBE VIDEIRA CENTRO
Prefeito Municipal	Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N.º 3.115/14

LEI N.º 3.115/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Otimiza Cursos Ltda, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.115/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a OTIMIZA CURSOS LTDA, entidade educacional, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.115/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar o encerramento do curso do programa de treinamento da APAE Videira, a ocorrer no dia 22 de julho do corrente ano, a partir das 19h00min.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 22 de julho de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da

devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 22 de julho de 2014, e deverão ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

OTIMIZA CURSOS LTDA  
Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N.º 3.114/14

LEI N.º 3.114/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa BORTOLOSO E GATTI SERVIÇOS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa BORTOLOSO E GATTI SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.452.911/0001-39, situada a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 833, Bairro Centro, nesta cidade Videira-SC, dos Lotes 09 e 10, da Quadra "C", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 2.160,00m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.248 e 32.249, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação da fábrica de vasos de pressão; filtros para tratamento de água e efluentes; acessórios para caldeiras e aquecedores, conforme consta do Processo Administrativo nº 13.917/2011.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei N.º 3.113/14**

LEI N.º 3.113/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa ADELAR LUIZ CARDOSO DE LIMA - ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa ADELAR LUIZ CARDOSO DE LIMA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.955.102/001-00,

situada a Rodovia SC 453 - Km 55, s/nº, Bairro Dois Pinheiros, nesta cidade Videira-SC, do Lote nº 07, da Quadra "B", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.231, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a fabricação, manutenção, industrialização e comercialização de máquinas e equipamentos para indústria têxtil, conforme consta do Processo Administrativo nº 4063/2014.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência



de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25

dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei N.º 3.112/14**

LEI N.º 3.112/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ - COPAVIDI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ - COPAVIDI, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.971.433/0001-04, situada a Rua Sem Denominação, s/nº, Desmembramento Zarpellon, Bairro Santa Gema, nesta cidade Videira-SC, dos Lotes 01 e 02, da Quadra "B", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 2.544,54m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.225 e 32.226, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da cooperativa para a implantação de seu estabelecimento para processamento e comercialização de hortifruti e produtos agroindustriais, conforme consta do Processo Administrativo nº 05/2012.

§ 2º A cooperativa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a cooperativa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da cooperativa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.



Art. 2º À cooperativa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a cooperativa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à cooperativa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À cooperativa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei N.º 3.111/14**

LEI N.º 3.111/14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa SIRIUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BALANÇAS LTDA ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa SIRIUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BALANÇAS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.604.322/0001-77, situada a Rodovia SC 453, Km 54,5, Bairro Dois Pinheiros, nesta cidade Videira-SC, dos Lotes 01 e 02, da Quadra "C", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 2.544,54m² (dois mil, quinhentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), respectivamente, localizada na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.240 e 32.241, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação da fábrica de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, conforme consta do Processo Administrativo nº 224/2012.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre

processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários

que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Homologações Prefeitura Mês 06/2014**

O Município de Videira no mês 06/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

PROCESSO Nº 72/2014

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE 236 HORAS AULAS DE CURSO PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: UNOESC - CAMPUS VIDEIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014

PROCESSO Nº 75/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTINA TIPO BLACKOUT E ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.270,00 (dois mil duzentos e setenta reais)

CONTRATADO: FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.499,00 (quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais)

CONTRATADO: FAVRETTO & CIA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014

PROCESSO Nº 78/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais)

CONTRATADO: VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.835,00 (cinquenta mil oitocentos e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.390,00 (quinze mil trezentos e noventa reais)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.259,00 (sete mil duzentos e cinquenta e nove reais)

CONTRATADO: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.555,00 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADO: PROJETO CULTURAL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 40.636,00 (quarenta mil seiscentos e trinta e seis reais)

CONTRATADO: HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.550,00 (dezoito mil quinhentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: ARRUDA FINDER COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.205,00 (dois mil duzentos e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014  
PROCESSO Nº 79/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO EM SERVIÇOS DE SOLDA PELOS DEPARTAMENTOS DE OBRAS E DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.031,25 (cinco mil e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: OXIGENIO JOACABA COM DE GASES ATMOSFERICOS LTDA EP

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.608,30 (quinze mil seiscentos e oito reais e trinta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014  
PROCESSO Nº 85/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: BRITAGEM VANZ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

PROCESSO Nº 86/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TÁBUAS, PORTÕES, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CARRINHO PARA TRANSPORTE EM ARMAZÉM PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.361,40 (dezesseis mil trezentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014

PROCESSO Nº 88/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE RECAPAGENS, VULCANIZAÇÕES E CONserto DE PNEUS DAS SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 44.655,00 (quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADO: FM PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 170.250,00 (cento e setenta mil duzentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: F. VACHILESKI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 81.950,00 (oitenta e um mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: GRANDO PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.450,00 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

PROCESSO Nº 89/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.395,65 (trinta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.966,19 (um mil novecentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014

PROCESSO Nº 90/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 276.453,85 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.225,24 (dezesesseis mil duzentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.155,80 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 401,50 (quatrocentos e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - FILIAL LEBON RÉGIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.545,09 (dezoito mil quinhentos e quarenta e cinco reais e nove centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.293,05 (treze mil duzentos e noventa e três reais e cinco centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014

PROCESSO Nº 91/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL PARA USO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.249,00 (cinco mil duzentos e quarenta e nove reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

PROCESSO Nº 92/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 12/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, NO ÂMBITO MUNICIPAL, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL, EM VIAGENS DESTINADAS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS

DE EDUCAÇÃO E DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: TRANSVAN LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.012,00 (trinta e seis mil e doze reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

PROCESSO Nº 94/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FOGÕES A GÁS E INDUSTRIAIS PARA SEREM INSTALADOS NAS COZINHAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS UNIDADES ESCOLARES PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais)

CONTRATADO: OLITEC-BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014



PROCESSO Nº 96/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERUCAS COM FIOS DE NYLON PARA SEREM UTILIZADAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA ROTINA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014

PROCESSO Nº 100/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PALETES DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA SEREM UTILIZADOS NO DEPÓSITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS ALIMENTOS.

CONTRATADO: LUIZ MINIOLI NETTO - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.699,00 (quinze mil seiscentos e noventa e nove reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2014

PROCESSO Nº 65/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA PONTE NA COMUNIDADE DO IMBUIAL CONFORME CONVÊNIO COM A DEFESA CIVIL ESTADUAL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

CONTRATADO: ADEMIR LUIZ BOGONI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.501,00 (setenta e nove mil quinhentos e um reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014

PROCESSO Nº 66/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCADARIA EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA NO LOTEAMENTO PEDREIRINHA E SANTOS DUMONT, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

CONTRATADO: PALAZZO CONTRUTORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 82.976,15 (oitenta e dois mil novecentos e setenta e seis reais e quinze centavos)

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2014

PROCESSO Nº 76/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (C.A.U.Q) E DRENAGEM NO ACESSO BALNEÁRIO XV DE NOVEMBRO, (PARTE DA RUA DOMINGOS LOCATELLI), COM CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTRATO DE REPASSE Nº

777468/2012.  
CONTRATADO: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 248.881,37 (duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos)

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2014

PROCESSO Nº 80/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA UVA - REFORMA DO SALÃO DE CONVENÇÕES - FASE 01, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTRATO DE REPASSE Nº 772858/2012. CONTRATADO: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.684,81 (trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

Videira, 30/06/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **Homologações Fundo Municipal de Saúde Mês 06/2014**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 06/2014 comunica a homologação dos seguintes atos: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014

PROCESSO Nº 31/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: BRINTEX COMERCIO DE TECIDOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.861,30 (onze mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

PROCESSO Nº 37/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PAPEL PARA IMPRESSÃO DE ULTRA-SONOGRAFIA E PRESERVATIVO PARA USO EM EXAMES TRANSVAGINAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: PROMEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

PROCESSO Nº 38/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER E ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA EM PACIENTES GESTANTES QUE REALIZAM PRÉ-NATAL E EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA



PÉLVICA TRANSVAGINAL PARA POPULAÇÃO FEMININA ATENDIDA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: CLINICA MEDICA NEVES DA FONTOURA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 116.598,60 (cento e dezesseis mil quinhentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

PROCESSO Nº 39/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA PARA O PROGRAMA DE

SAÚDE MENTAL PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: CLINICA MEDICA HENNING LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 42.120,00 (quarenta e dois mil cento e vinte reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

PROCESSO Nº 40/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS NA ESPECIALIDADE DE

ORTOPEDIA, AVALIAÇÕES E PEQUENOS PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: ORTOCLINICA SAO LUCAS SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais)

Videira, 30/06/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **Homologações Fundo Municipal de Assistência Social Mês 06/2014**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 06/2014 comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

PROCESSO Nº 18/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DO GRUPO DE IDOSOS.

CONTRATADO: ELLATUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.100,00 (quatorze mil cem reais)

Videira, 30/06/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **Homologações Fundação Municipal de Esportes Mês 06/2014**

O Município de Videira no mês 06/2014, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

PROCESSO Nº 03/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.953,80 (um mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

PROCESSO Nº 04/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.222,36 (três mil duzentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.787,95 (um mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.240,38 (três mil duzentos e quarenta reais e trinta e oito centavos)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.122,40 (um mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

PROCESSO Nº 05/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS AGASALHOS E UNIFORMES, DE USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: ANTONIA LETA GRANDO 55805442949

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais)

Videira, 30/06/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Aditivo Nº 60/2014**

Aditivo nº: 60/2014

Contrato/Ata nº: 205/2013

Licitação: DL 04/2013.

Contratado: NETMASTER TELECOM LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014 e reajustar o valor mensal do serviço previsto na Cláusula 2ª, em 6,0785500% através do IPNC (IBGE) acumulado entre os meses de JUNHO/2013 e MAIO/2014 passando para R\$ 159,12 (Cento e cinquenta e nove reais e doze centavos).

Data: 30/06/2014.

**Aditivo Nº 61/2014**

Aditivo nº: 61/2014

Contrato/Ata nº: 332/2010

Licitação: DL 08/2010.

Contratado: ANTONIO RUBENS BARAN JÚNIOR

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 3ª, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014 até 01 de outubro de 2014 e reajustar o valor mensal do serviço previsto na Cláusula 16ª, em 6,0785500% através do IPNC (IBGE) acumulado entre os meses de JUNHO/2013 e MAIO/2014, passando a ser para a sala com 127 m² é de R\$ 836,29 (oitocentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), e para a sala com 218 m² é de R\$ 1.031,04 (um mil e trinta e um reais e quatro centavos) por mês.

Data: 30/06/2014.

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 013/2014**

PORTARIA Nº 013/2014

Concede Férias a ALNEI MORIGGI.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Alnei Moriggi, portaria de nomeação nº 019/2013, Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, Código 032, nível alfabético CC-3, referente ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014, a partir de 02 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 01 de julho de 2014.

LOURENÇO BECKER

Presidente

MARCELO KUMM

Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

1ª Secretária

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Decreto N.º 035/2014**

DECRETO 035/2014

Suplementa Dotações Orçamentárias por Provável Excesso de Arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0886, de 26/06/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2255 - Transf. de Convênios do Estado Educação R\$ 50.000,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2455 - Transf. de Convênios do Estado - Outros .....  
..... R\$ 100.000,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

13.392.013.10112 - Construção de Espaços Culturais e Turísticos

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2455 - Transf. de Convênios do Estado - Outros .....  
..... R\$ 250.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2355 - Transf. de Convênios do Estado - Saúde R\$ 30.000,00

Art. 2º - Utiliza-se como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, recursos de convênios a serem firmados com o Estado de Santa Catarina, através da 14ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 26 de junho de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **Lei Nº 0888**

LEI Nº 0888, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE VITOR MEIRELES A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EM CASOS DE INCÊNDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Presidente Getúlio, para a execução dos serviços de atendimento em casos de incêndio.

Art. 2º O Município de Vitor Meireles disponibilizará um veículo Caminhão Pipa de sua propriedade, à Associação Corpo de Bombeiros Voluntários, possibilitando ao mesmo, promover o devido atendimento no âmbito municipal.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Presidente Getúlio, para atuarem como auxiliares de defesa civil no âmbito municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 30 de junho de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 001/2014 FAS**

Extrato do Contrato Nº. 001/2014 FAS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATADA: NAPOLEAO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AULA DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 01/06/2014 a 01/01/2015  
VALOR: R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais).

Vitor Meireles - SC, 26 de Junho de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 10/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: TRANSPORTES E RESTAURANTE RESTELATTO LTDA EPP.

Número do Contrato: 10/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES.

Data da Assinatura: 30/06/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor mensal: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

#### PP 46/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de Mão de Obra de Mecânica Especializada para consertar Máquinas e Veículos Pesados pertencentes à frota do Departamento de Transportes e Agricultura, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:00 horas do dia 11/07/2014.

Abertura: dia 15/07/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 01 de julho de 2014.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

## Xaxim

### PREFEITURA

#### Aviso de Concorrência 002/2014 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 140/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Concorrência Pública n. 002/2014, até às 08h45min do dia 31 de julho de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação Alienação ad corpus de 01 (um) bem imóvel urbano, conforme descrição completa no edital, autorizada pela Lei Municipal n. 3934/2013. Tipo maior oferta, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira.

Xaxim - SC, 27 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

#### Chamamento Público 007/2014

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2014 PARA FORNECIMENTO DE

ÁGUA AO BRITADOR MÓVEL/FÁBRICA DE TUBOS.

##### 1. INTRODUÇÃO

A Administração Municipal de Xaxim, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço à Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 82.854.670/0001-30, torna público o presente Edital de chamamento público e convoca os potenciais interessados em fornecer água, para o desenvolvimento de atividades da Administração Pública Municipal, de forma a assegurar os critérios de transparência, publicidade e garantia de acesso à todos interessados.

##### 2. JUSTIFICATIVA

Devido à impossibilidade de realizar a ligação direta da rede de água existente no Município, até o Britador Municipal (Linha Pedro Guerreiro), a única alternativa é a obtenção de água através de proprietários de imóveis lindeiros, que disponham-se à tal cedência.

##### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666/93 e art. 37 'caput' da Constituição Federal.

##### 4. OBJETO

Fornecimento de água, através de poço artesiano ou outro recurso que possa abastecer o Britador Municipal/fábrica de tubos, estando acoplada à saída d'água uma bomba elétrica para dar vazão,

pelo período de 5 (cinco) meses, compreendido entre os meses de Agosto à Dezembro de 2014, ao valor mensal de no máximo R\$ 700,00 (setecentos reais), tendo como vazão média, a quantia de 5.000 (cinco mil) litros/dia.

#### 5. PROCEDIMENTOS

Os interessados ou seu representante legal, através da apresentação de Procuração Pública, ou seus sucessores, munidos de cópia de certidão de óbito e cópia do respectivo inventário, deverão comparecer junto ao Setor de Compras, na sede do Poder Executivo Municipal, situado no endereço indicado no rodapé, das 08:00h às 11:45h e das 13:15h às 17:30h horas, devendo ainda, apresentar cópia da matrícula do imóvel do local em que haverá a origem da vazão d'água e certidões negativas das três esferas da União.

#### 6. REGULAMENTO

O presente Edital regula-se pelos preceitos do direito público, ficando consignado que, na ocorrência de casos omissos, prevalecerá às disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, bem como serão resolvidos pelas Administração Municipal.

#### 7. PRAZO

O prazo para a apresentação da documentação é de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente.

#### 8. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### 9. FORO

O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas em relação a este são o da Comarca de Xaxim - SC.

#### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Maiores informações junto ao Executivo Municipal, pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) ou pelo fone (49) 3353-8200.

Registre-se e publique-se.

Xaxim, 13 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

nos Ginásios de Esporte do Município. Tipo maior oferta, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 30 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Concorrência 003 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 142/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Concorrência Pública n. 003/2014, até às 08h45min do dia 01 de agosto de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a concessão de espaço público para fins de exploração comercial, tanto no que se refere à exploração da Copa, quanto no que se refere à venda de horários para a prática de modalidades esportivas,



## Consórcios

### AGIR

#### **Comunicado - Convocação Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR**

COMUNICADO:

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

ANÍSIO FANTINI, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, nomeado pelo Decreto nº 007/2012, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, COMUNICA que em razão das catástrofes climáticas que ocorreram no Médio Vale do Itajaí, a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizaria no dia 09 de junho de 2014, será realizada no dia 07 de julho às 15h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros, mantidos o mesmo local e ordem do dia, conforme abaixo transcritos:

Local: AUDITÓRIO DO INDAPREV, SITUADO A RUA: CASTELO BRANCO, Nº 109, BAIRRO: CENTRO, INDAIAL / SANTA CATARINA.

#### ORDEM DO DIA:

- 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior;
- 2 - Relatório Ouvidoria;
- 3 - Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 - Informações sobre o Procedimento Técnico nº 001/2014, sobre o Aterro Sanitário localizado no município de Timbó/SC;
- 5 - Proposta de Instruções Normativas sobre padronização e recebimento de serviços dos poços de visitas de redes coletoras de esgoto sanitário, sobre reservatórios individuais particulares e sobre serviço de limpeza de caixas de gordura e de fossas sépticas;
- 6 - Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 23 de junho de 2014.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação (Decreto nº 007/2012)

### CIGA

#### **Extrato Contrato 283 - PGT - Ponte Alta do Norte**

Extrato de Contrato nº 283/2014

Programa de Gestão Tributária - Ponte Alta do Norte

CONTRATANTE: Município de Ponte Alta do Norte

CNPJ: 95.991.287/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 10 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 284- PGC - José Boiteux**

Extrato de Contrato nº 284/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - José Boiteux

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de José Boiteux

CNPJ: 01.633.360/0001-93

CONTRATO Nº: 003/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.254,00 (um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 285 - PGT - Balneário Piçarras**

Extrato de Contrato nº 285/2014

Programa de Gestão Tributária - Balneário Piçarras

CONTRATANTE: Município de Balneário Piçarras

CNPJ: 83.102.335/0001-48

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 20 de maio de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 286 - PGT - São Miguel da Boa Vista**

Extrato de Contrato nº 286/2014  
Programa de Gestão Tributária - São Miguel da Boa Vista  
CONTRATANTE: Município de São Miguel da Boa Vista  
CNPJ: 80.912.124/0001-82  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 64/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 287 - PGT - São Pedro de Alcântara**

Extrato de Contrato nº 287/2014  
Programa de Gestão Tributária - São Pedro de Alcântara  
CONTRATANTE: Município de São Pedro de Alcântara  
CNPJ: 01.613.101/0001-09  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 33/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 11 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 288 - PGT - Catanduvas**

Extrato de Contrato nº 288/2014  
Programa de Gestão Tributária - Catanduvas  
CONTRATANTE: Município de Catanduvas  
CNPJ: 82.939.414/0001-45  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0002/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 13 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 289 - PGT - Pomerode**

Extrato de Contrato nº 289/2014  
Programa de Gestão Tributária - Pomerode  
CONTRATANTE: Município de Pomerode  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 002/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 17 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 290 - PGC - Abdon Batista**

Extrato de Contrato nº 290/2014  
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câ-  
mara de Vereadores - Abdon Batista  
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Abdon Batista  
CNPJ: 05.632.918/0001-77  
CONTRATO Nº: 01/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Mu-  
nicipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da in-  
formação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Ve-  
readores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo  
e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº  
11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de  
2014.

Florianópolis, 17 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 291 - PGT - Penha**

Extrato de Contrato nº 291/2014  
Programa de Gestão Tributária - Penha  
CONTRATANTE: Município de Penha  
CNPJ: 83.102.327/0001-00  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 117/2014 - PMP  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Mu-  
nicipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da in-  
formação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado  
pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e  
baixa de empresas no território do município, mediante o Registro  
Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores  
Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optan-  
tes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal  
eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº  
11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de  
2014.

Florianópolis, 24 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 292 - PGT - Guabiruba**

Extrato de Contrato nº 292/2014  
Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Guabiruba  
CONTRATANTE: Município de Guabiruba  
CNPJ: 83.102.368/0001-98  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 060/2014  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Mu-  
nicipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da in-  
formação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado  
pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e  
baixa de empresas no território do município, mediante o Registro  
Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores  
Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optan-  
tes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal  
eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº  
11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de  
2014.

Florianópolis, 25 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 294 - PGT - Criciúma**

Extrato de Contrato nº 294/2014  
Programa de Gestão Tributária - Criciúma  
Prorroga a vigência contratual:  
CONTRATANTE: Município de Criciúma  
CNPJ: 82.916.818/0001-13  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: Aditivo nº 01 ao Contrato nº 122/  
PMC/2013  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Mu-  
nicipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da in-  
formação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado  
pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica con-  
jugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do  
grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicati-  
vos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de  
materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de  
empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil  
Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individu-  
ais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo  
Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº  
11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de  
2014.

Florianópolis, 23 de junho de 2014.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIMCATARINA****Atestado de Desaprovação Edital de Chamamento Nº 0008\_2014**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAENTO DE PRODUTOS Nº 0008/2014. ATESTADO DE DESAPROVAÇÃO

Trata-se de nova análise aos itens 127 e 128 Seringas 1ml (insulina) da marca INJEX, do qual foi aprovado pelo termo 0031/2014.

Tendo em vista a informação apresentada pelo Fornecedor Dimaci SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, referente a estes itens alegando que o mesmo não atende as especificações solicitadas.

Sendo efetuado nova análise conforme Termo de análise 0037/2014 e constatado que a marca INJEX não atende as especificações do item.

Decidimos pela desaprovação da marca INJEX nestes itens.

Fraiburgo SC, 23 de maio de 2014.

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0010/2014

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0010/2014

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0010/2014

**Aviso de Pregão Eletrônico N 0015/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2014

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 01 de agosto à 30 de novembro de 2014. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 02/07/2014 até às 09:00 horas do dia 14/07/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 14/07/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 14/07/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 30 de junho de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**Aviso de Pregão Eletrônico Nº 0014/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2014

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de utensílios odontológicos e correlatos, para uso nos consultórios das unidades de saúde dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 01 de agosto de 2014 à 30 de novembro de 2014. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 02/07/2014 até às 09:00 horas do dia 14/07/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 14/07/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 14/07/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 30 de junho de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS NORDESTE****Resolução Nº 11/2014**

RESOLUÇÃO Nº. 11/2014

Dispõe sobre o sistema de credenciamento universal para a contratação de prestadores de serviços de saúde conforme tabela CISONORDESTE. (Edital 02/2014, de 30/06/2014).

Eu, Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas a mim conferidas, na condição de Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC, e em consonância com a deliberação de seus membros na ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Prefeitos do CISONORDESTE/SC realizada em 22/05/2014, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do CISONORDESTE/SC, o Sistema de Credenciamento Universal para contratação pelo Consórcio, de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde, no qual pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, poderão credenciar-se a prestar serviços públicos de saúde aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde - residentes nos municípios que compõe o CISONORDESTE/SC: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São João do Itaperiú, São Francisco do Sul, Schroeder e Piên (Pr).

Art. 2º Os prestadores de serviço de saúde, uma vez credenciados, estarão aptos a prestar seus serviços, nas condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº. 02/2014, aos usuários referidos no artigo anterior, serviços estes que serão custeados pelo CISONORDESTE/SC na forma de contrato e do instrumento convocatório, de que trata o art. 4º.



Art. 3º Estão aptos a credenciarem-se todos os prestadores de serviço que atenderem às condições do Edital de Credenciamento nº. 02/2014, submetendo-se as condições e tabela de valores CISNORDESTE/SC constantes no Anexo II do Edital, observado o interesse público manifesto pelos municípios consorciados.

Parágrafo Primeiro: No procedimento de escleroterapia com espuma densa está incluso: a) Avaliação e triagem inicial do paciente por um médico vascular; b) Realização de ecodoppler para planejar o tratamento; c) Realização das escleroterapias guiadas com ultrassom (ecodoppler); d) Realização de curativo com técnica compressiva em camadas quando necessário; e) Duas revisões pós-procedimento com realização de complementação da escleroterapia, drenagem de flebites, curativos compressivos ou outras intervenções que sejam necessárias; f) Utilização de banco de dados (software) com registro dos pacientes e dos procedimentos e documentação fotográfica de lesões para seguimento posterior; g) os custos de material hospitalar utilizado e honorários de profissionais.

Parágrafo Segundo: Caso seja necessário retorno (consultas) do paciente em até 30 dias, o mesmo poderá retornar quantas vezes for necessário dentro dos 30 dias sem cobrança de nova consulta. Se a CONTRATADA não tiver espaço na agenda para atender este paciente dentro dos 30 dias, a mesma deverá realizar o retorno em data posterior, porém sem cobrança de nova consulta. Será considerado retorno de até 60 dias (sem cobrança) para avaliação, tratamento e diagnóstico de exames solicitados durante a consulta.

Art. 4º O Edital de Credenciamento é o instrumento convocatório para todos os prestadores de serviços de saúde interessados, dele constando o objeto dos serviços, a forma de prestação, os valores, a forma de pagamento e demais informações que integrarão o Termo de Credenciamento, documento no qual o CISNORDESTE/SC declarará o pretendente prestador de serviços, como credenciado do sistema.

Parágrafo Primeiro: Ao requerer a inscrição no cadastro ou atualização, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar todos os documentos solicitados no Edital 02/2014, devidamente atualizados e vigentes e na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, entregando-os, na sede do CONSÓRCIO - localizado na Rua Max Colin, n.º 1.843, Bairro América, Município de Joinville (SC), CEP 89204 635.

Parágrafo Segundo: O extrato do edital que trata o caput deste artigo será publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios e o edital completo no site do CISNORDESTE/SC: [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br).

Art. 5º A remuneração se dará de acordo com os valores dispostos na tabela CISNORDESTE/SC, constante no anexo II, do Edital 02/2014.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado, mensalmente, considerando apenas aqueles serviços efetivamente prestados e realizados em benefício da população de município consorciado, em respeito às normas da Lei n.º 4.320/64.

Parágrafo Segundo: O pagamento será realizado até 10º dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura, que discriminará os serviços prestados e tributos pertinentes, devidamente assinada e acompanhada das respectivas autorizações de realização dos serviços realizados.

Art. 6º Eventuais convênios celebrados entre o CISNORDESTE/SC e algum credenciado não revoga os termos do credenciamento, sendo independente deste.

Art. 7º Os serviços serão prestados pelos credenciados aos usuários de que trata o art. 1º, mediante a apresentação, pelo usuário, de uma guia de requisição própria (em duas vias), que especifique os dados pessoais do usuário, o tipo do serviço requerido, o profissional da área de saúde que requereu o serviço, a data e horário do atendimento pelo credenciado, do médico autorizador do município e ainda a autorização do Gestor Municipal de Saúde do Município de origem do usuário, ou de quem tenha delegação para tanto.

Art. 8º O percentual de reajuste dos serviços de saúde especificados no Anexo II do Edital 02/2014 serão: a) os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS; b) os serviços que constam na tabela SUS e são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o complemento vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado da data do último reajuste até o dia 30 de novembro de cada ano; c) os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro; d) por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente.

Art. 9º Os contratos terão vigência por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60 meses).

Art. 10 O Termo de Credenciamento e o instrumento convocatório deverão dispor especialmente sobre a qualidade do atendimento aos usuários de que trata o art. 1º, sendo que as reclamações dos usuários com relação aos serviços prestados pelos credenciados, ensejam a exclusão destes do Sistema de Credenciamento.

Parágrafo Único: A exclusão de que trata o caput deste artigo se dará por ato do Presidente do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC após análise do relatório conclusivo do Diretor Executivo de que constarão os termos da (s) denúncia (s) e das eventuais alegações do credenciado.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joinville, 30 de junho de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC



**CIS/AMURES****Ata Nº 05/2014 Comissão Licitação CIS/AMURES**

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quatorze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Presidente da Comissão e Pregoeira e equipe de apoio formada pelos senhores Guilherme Rangel Bianchini e André Santos de Oliveira. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguinte empresa: Instituto de Anatomia Patológica e Citologia Dr. Celio Belizário Ramos Ltda e Clinemedi Clínica Médica de Capivari de Baixo S/S. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quatorze e Edital de Credenciamento de dois mil e quatorze, as referidas empresas foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das mesmas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o Extrato de Inexigibilidade de Licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro - Presidente Comissão de Licitação (Pregoeira); Guilherme Rangel Bianchini e André dos Santos Oliveira (equipe de apoio).

NEIVA GLAUCIA F. RIBEIRO  
Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA  
(Equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINI  
(Equipe de apoio)

**Homologações Junho/2014 Cis Amures**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS  
Edital de credenciamento nº 01/2014  
HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa  
Cardioortocare Serviços Médicos Ltda  
Oftoclin Centro Oftalmológico de Lages Ltda  
Sanel Serviços de Anestesiologia de Lages  
Clínica Médica e Odontológica Vida Nossa Ltda.

Lages, 30 de Junho de 2014.  
LUIZ CARLOS SCHMULER  
Presidente CIS/AMURES

**CISAM****Resolução CISAM/Mo Nº 14/2014**

RESOLUÇÃO Nº 14/2014

"Institui horário de trabalho dos servidores e de atendimento externo do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-MO), na forma que especifica"

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, em especial a Resolução nº 03/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir o horário de trabalho dos servidores e de atendimento externo do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-MO), para os empregados públicos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) horas e das 13:30 (treze e trinta) às 17:30 (dezesete e trinta) horas, com descanso semanal remunerado aos sábados e domingos.

Art. 2º Os horários de atendimento externo deverão estar afixados no Quadro de Publicações do Consórcio e disponibilizados para conhecimento público.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 30 de junho de 2014.  
Andevir Isganzella  
Presidente CISAM-MO